JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso - APDM-MT 4
Camara Municipal de Água Boa 5
Camara Municipal de Cáceres 7
Camara Municipal de Canarana 9
Camara Municipal de Cláudia 9
Camara Municipal de Confresa 9
Camara Municipal de Diamantino 10
Câmara Municipal de Nova Olímpia 11
Camara Municipal de Nova Xavantina 11
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 12
Camara Municipal de União do Sul 12
Camara Municipal de Várzea Grande 13
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 13
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 13
Fundo Municipal de Previdência Social – Previlandia 14
Prefeitura Municipal de Água Boa 15
Prefeitura Municipal de Alto Garças 20
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 24
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 24
Prefeitura Municipal de Apiacás 30
Prefeitura Municipal de Araputanga 108
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 110
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 110
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 111
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 115
Prefeitura Municipal de Cáceres 123
Prefeitura Municipal de Campinápolis 129
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 131
Prefeitura Municipal de Campo Verde 150
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 156
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 165
Prefeitura Municipal de Canarana 170
Prefeitura Municipal de Carlinda 174
Prefeitura Municipal de Castanheira 176
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 184
Prefeitura Municipal de Cláudia 187
Prefeitura Municipal de Cocalinho 187
Prefeitura Municipal de Colíder 191
Prefeitura Municipal de Colniza 195
Prefeitura Municipal de Comodoro 202
Prefeitura Municipal de Confresa 203
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 245
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 245
Prefeitura Municipal de Cuiabá 248
Prefeitura Municipal de Curvelândia 249
Prefeitura Municipal de Diamantino 251
Prefeitura Municipal de General Carneiro 252
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 252
Prefeitura Municipal de Indiavaí 253
Prefeitura Municipal de Itanhangá 253
Prefeitura Municipal de Itiquira 254
Prefeitura Municipal de Jauru 258

Prefeitura Municipal de Juara 260
Prefeitura Municipal de Juína 260
Prefeitura Municipal de Juruena 279
Prefeitura Municipal de Juscimeira 281
Prefeitura Municipal de Luciara 290
Prefeitura Municipal de Matupá 291
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 310
Prefeitura Municipal de Nobres 313
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 314
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 319
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 331
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 331
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 336
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 338
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 342
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 342
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 343
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 357
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 357
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 357
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 394
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 395
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 397
Prefeitura Municipal de Paranatinga 398
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 417
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 427
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 427
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 428
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 436
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 436
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 438
Prefeitura Municipal de Poxoréu 451
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 457
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 458
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 460
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 466
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 470
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 471
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 523
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 523
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 524
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 525
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 538
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 540
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 543
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 544
Prefeitura Municipal de Sorriso 545
Prefeitura Municipal de Tabaporã 547
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 573
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 578
Prefeitura Municipal de Torixoréu 581
Prefeitura Municipal de União do Sul 581
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 582
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 586
Prefeitura Municipal de Vila Rica 602

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - APDM-MT

PRORROGAÇÃO DO PRAZO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2022 – SELEÇÃO DE ADOLESCENTES – PROJETO CONECTIVIDADE SELO UNICEF EDIÇÃO 2021 A 2024 EM MT

PRORROGAÇÃO DO PRAZO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2022 – SELEÇÃO DE ADOLESCENTES – PROJETO CONECTIVIDADE SELO UNICEF EDIÇÃO 2021 A 2024 EM MT

OBJETO

Apoiar na identificação, na mobilização e engajamento de adolescentes e jovens de comunidades vulneráveis e apoiar na distribuição de kits conectividade para adolescentes nos municípios do Mato Grosso que estão participando da estratégia do SELO UNICEF 2021-2024 garantindo o direito a educação através da inclusão digital.

APRESENTAÇÃO DA APDM

A Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso (APDM-MT), atua na defesa das questões sociais, com atuação política, técnica e operacional efetiva, busca o fortalecimento e defesa dos Municípios e da Política de Assistência Social do Estado de Mato Grosso.

A APDM desempenha um papel de facilitador das comunidades, organizações da sociedade civil e empresas nos processos de transformações que objetivam combater a exclusão e desigualdade social. Para tanto, a sua intervenção é propositiva continua indiscriminada, planejada, eficiente e sobre tudo respaldada na garantia de direitos.

PARCERIA DA APDM E O SELO UNICEF

A instituição é parceira nas ações desenvolvidas pelo Selo UNICEF no Estado de Mato Grosso. Nesta Edição de 2021 a 2024, houveram setenta e oito (78) municípios fizeram a adesão a esta iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cujo o objetivo é estimular e reconhecer avanços reais e positivos na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira

Uma das premissas deste trabalho, é a implantação do NUCA – Núcleo de Cidadania de Adolescentes, o qual deve ser constituído por no mínimo 16 adolescentes que se organizam em rede, discutem questões importantes para o seu desenvolvimento, implementam ações e levam suas reivindicações à gestão pública municipal.

Cada núcleo é acompanhado por um(a) mobilizador(a) de adolescentes e Jovens. Trata-se de um adulto que tem como papel central comprometer a gestão pública na mobilização de adolescentes, de modo que essa seja uma responsabilidade assumida pelo município.

É importante que os Núcleos de Cidadania de Adolescentes atuem em diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para ampliar a participação de adolescentes nessa instância e garantir que suas decisões levem em conta a opinião e propostas de adolescentes sobre questões ligadas aos seus direitos.

Neste sentido a APDM, sensibiliza Prefeitos/as e Gestores das políticas públicas, para que cumpram as metas e prerrogativas dos resultados sistêmicos estabelecidas, na metodologia do Selo UNICEF.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO CONECTIVIDADE

O Projeto Conectividade será desenvolvido pela APDM e o UNICEF, com foco em atividades dirigidas para adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, residentes nos municípios que realizaram a Adesão ao Selo UNICEF.

Tendo em vista os impactos sociais advindo do período de pandemia, os quais afetaram consideravelmente os direitos de crianças e adolescentes, em espacial aquelas que se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica, e que neste momento a comunicação se fortaleceu através dos meios conectados na Internet e nas redes sociais;

Considerando que ao mesmo tempo que este processo facilitou aqueles que possuem o acesso, seja pelo computador ou um telefone celular, este processo alavancou a desigualdade, a medida que 4,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, de 9 a 17 anos, não têm acesso à internet em casa (o equivalente a 18% dessa população), segundo dados da pesquisa TIC.

Através do Projeto Conectividade, dois adolescentes (por município) que atendam as condições elencadas (vulnerabilidade Social) indicados pelo Gestor Municipal de Assistência Social, com indicação e ou seleção do Mobilizador do Nuca, poderão receber o Kit Conectividade.

Vale destacar que o Projeto Conectividade, visa proporcionar Inclusão digital e formação em competências para vida de adolescentes inseridos no NUCA dos municípios de mato Grosso, de modo a trabalhar 4 eixos temáticos:

Igualdade de Genero;

Prevenção e Gravidez não intencional na adolescência;

Enfrentamento ao Racismo e Outras formas de Violência; e

Mudanças Climática.

PERFIL DOS ADOLESCENTES

Para serem beneficiados, os adolescentes devem estar atender os critérios estabelecidos, sendo:

Estar matriculado em escola pública;

Residir em local no qual haja cobertura de algum sinal de telecomunicação/internet;

Não dispor de Celular e pacote de dados, assinatura ou acesso gratuito à internet;

Estar inserido no NUCA;

Viver em família com renda per capita inferior a R$ 300,00;

Estar engajado/a em alguma iniciativa comunitária ou estiver disposto a engajar-se a partir desta iniciativa;

Ter entre 12 e 17 anos;

Residir em Municipios que o Selo UNICEF esteja ativo;

BENEFÍCIOS DOS ADOLESCENTES E JOVENS

Cada adolescente ou jovem selecionado pela iniciativa, receberá um kit contendo os itens abaixo:

1 bloco de anotações;

1 caneta;

1 cartilha Cartilha QuemTaON;

1 mochila saco;

1 frascos de 500 ml de álcool em gel 70%;

1 smartphone.

cartão pré-pago para uso da internet durante 6 meses (50 por mês).

CONTRAPARTIDAS DOS ADOLESCENTES E JOVENS ESCOLHIDOS

Para serem beneficiados pela iniciativa, os adolescentes e jovens deverão preencher e assinar um termo de compromisso com o projeto para melhor uso e usufruto dos itens contados neste edital. O termo de compromisso terá as seguintes condições:

Estar inscrito na e participar das enquetes do U-Report para contribuir com o monitoramento de políticas públicas para adolescentes e jovens.

Participar de um grupo de WhatsApp criado pela Coordenação do Projeto da APDM para monitoramento e envio de informações importantes.

Estar ciente da total responsabilidade sobre qualquer uso do telefone celular para atividades em conteúdos inadequados para a idade ou limitados pela lei.

No caso de perda, roubo ou furto do celular a Coordenação do Projeto deverá ser informado. A Coordenação do Projeto orientará para o devido registro de um boletim de ocorrência e uma cópia do mesmo deverá ser mantido na instituição. Esta medida valera para o período de dois anos a contar da data de recebimento do kit.

Este celular não poderá ser doado, emprestado ou vendido sob nenhuma justificativa. A Coordenação do Projetoápoderá solicitar a devolução do mesmo ou o valor correspondente no caso de uma destas ações terem acontecido. Esta medida valerá para o período de dois anos a contar da data de recebimento do kit.

Estar ciente que o descumprimento injustificado de qualquer compromisso assumido terá como consequência a obrigação da devolução do aparelho celular ou o seu valor correspondente.

Se por algum motivo eu não precisar mais ou não queira continuar participando, o beneficiário deverá fazer a devolução do aparelho celular a Coordanação do projeto.

Estar ciente de que a coordenação do Projeto realizará uma recarga de celular mensalmente até Janeiro de 2023 para facilitar meu acesso à internet para as atividades do projeto e acesso ás informações do 1 Milhão de oportunidades.

O mobilizador ou o Indicado pelo Gestor Muncipal, através de uma declaração deverá fazer a retirada na sede da APDM – Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920 – Morada do Ouro, em até 10 dias após a publicação dos nomes contemplados a receber o Kit Conectividade.

Autorizar o uso da minha imagem e voz para producao de materiais de comunicacao (vídeos, cards, reportagens impressas ou na web, podcasts) do Projeto Conectividade implementados pelo pelo Fundodas Nacoes Unidas paraa Infancia (UNICEF).

8. INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS

Para participar da seleção, Gestor Municipal de Assistência Social, com indicação e ou seleção do Mobilizador do Nuca deverão preencher a ficha de inscrição on line (formulário), disponível pelo link: **https://forms.gle/hwK9EjmNGN2oR7Jc9** até sexta-feira, dia **21/10/2022**.

Qualquer dúvida poderá ser mediada pelo Leticia – Assistente Social da APDM, no WhatsApp (65) 992001616.

Scheila Pedroso

Presidente da APDM

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

1º ADITIVO AO CONTRATO № 011/2021

Contratante: Câmara Municipal de Água Boa – MT

Contratado: COPLAN – Consultoria e Planejamento Eireli

Objeto: Contratação de licenças de uso de software web e integrado de informação a gestão pública.

Valor total: R$ 17.329,32 (dezessete mil, trezentos e vinte nove reais e trinta e dois centavos).

Prazo de Execução: 12 (doze) meses

Data de Assinatura: 04 de outubro de 2022

Data da Vigência: 04/10/2022 a 03/10/2023

Luis César de Lara Pinto Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 027/2022

"Designa servidora para responder pelo Cargo de Assessora de Comunicação".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar a título precário, por tempo indeterminado, a partir de 03 de outubro de 2022, para exercer a função de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Água Boa, Cargo em Comissão, **Caroline Maria Pirobano Mansano**, portadora do CPF 070.773.249-23, RG 3311538-9, residente e domiciliada à Avenida Roncador 670 AP 01 – Bairro Guarujá Expansão, na cidade de Água Boa, Mato Grosso.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 03 de outubro 2022.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

Cleide Maria Maschião Aleixo

1º – Secretária

Alceu Penteado Junior

Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 026/2022

"Concede férias regulamentares a Servidora **Andréia Mignoso** e, dá outras providências".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando o Requerimento da Servidora **Andréia Mignoso.**

RESOLVE:

Art. 1º - Concede férias à Servidora **ANDRÉIA MIGNOSO**, matricula nº 000016, inscrita na cédula de identidade de n° 3.494.082 SSP/SC e portadora do CPF N° 569.412.851-68, referente ao período aquisitivo compreendido de 14/05/2021 à 13/05/2022, que serão gozadas de 03 de outubro de 2022 a 22 de outubro de 2022, com retorno previsto para o dia 24 de outubro de 2022.

Parágrafo Único – Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal. **Sendo 10 (dez) dias transformados em pecúnia**, conforme o que diz o Art. 73 da Lei Complementar n° 009/2000, de 10 de março de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 03 de outubro de 2022.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

Cleide Maria Maschião Aleixo

1º – Secretária

Alceu Penteado Junior

Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2022 A AGOSTO/2022

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	319.104.903,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	319.104.903,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	319.104.903,07

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.906.839,21	1,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.146.294,18	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.188.979,47	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	17.231.664,76	5,40

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.871], CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2022

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (	497.403,29	0,00	21.502,25	31.263,78	0,00	0,00	444.637,26	432.648,81	0,00	11.988,45
Recursos Ordinários	497.403,29	0,00	21.502,25	31.263,78	0,00	0,00	444.637,26	432.648,81	0,00	11.988,45
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	85.418,98	0,00	0,00	0,00	58.373,61	0,00	27.045,37	0,00	0,00	27.045,37
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crèdito (exceto vinculados à Educação e à S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	85.418,98	0,00	0,00	0,00	58.373,61	0,00	27.045,37	0,00	0,00	27.045,37
TOTAL (III) = (I + II)	582.822,27	0,00	21.502,25	31.263,78	58.373,61	0,00	471.682,63	432.648,81	0,00	39.033,82

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.871], CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2021 A AGO/2022

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	399.241,27	361.787,68	378.066,44	432.320,31	493.226,39	539.090,24	562.902,21	500.569,63	523.629,08	569.692,63	533.618,78	626.267,57	5.920.412,23	0,00
Pessoal Ativo	399.241,27	361.787,68	378.066,44	432.320,31	493.226,39	539.090,24	562.902,21	500.569,63	523.629,08	569.692,63	533.618,78	626.267,57	5.920.412,23	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	344.069,61	311.101,88	326.256,72	367.503,33	425.505,59	462.822,81	484.696,76	430.059,10	441.635,34	483.183,39	458.961,78	554.170,87	5.089.967,18	0,00
Obrigações Patronais	55.171,66	50.685,80	51.809,72	64.816,98	67.720,80	76.267,43	78.205,45	70.510,53	81.993,74	86.509,24	74.657,00	72.096,70	830.445,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1° do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	6.464,30	2.799,94	598,23	3.710,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.573,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.464,30	2.799,94	598,23	3.710,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.573,02	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	392.776,97	358.987,74	377.468,21	428.609,76	493.226,39	539.090,24	562.902,21	500.569,63	523.629,08	569.692,63	533.618,78	626.267,57	5.906.839,21	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	319.104.903,07	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	319.104.903,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	5.906.839,21	1,85
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.146.294,18	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.188.979,47	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.231.664,76	5,40

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2022

N° Contrato: 005/2022. Contratante: Câmara Municipal de Canarana – MT. Contratada: Bruna Aparecida Ritzmann, CNPJ: 31.470.136/0001-99. Objeto: Serviços relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Presidente: Paulo José Gonçalves. Valor Total R$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais). Vigência contratual: 12 (doze) meses a contar de 01/10/2022.

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT CONTRATADO: PAULO RICARDO MARQUES 97183504115 CNPJ n° 14.394.651/0001-18 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COMPUTADORES, SOFTWARES, HARDWARES, REDES E IMPRESSORAS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT VIGÊNCIA: 30 de Setembro de 2023. VALOR TOTAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais). Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato. Cláudia/MT. 30/09/2022. LEONIR RIZZI **Presidente.**

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT. CONTRATADO: VALE COMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ n° 03.339.204/0004-92 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE COBERTURAS, ENTREVISTAS, COMUNICADOS, ANÚNCIOS, VIA EMISSORA DE RÁDIO (FM), DE ASSUNTOS DE INTERESSE E LIGADOS DIRETAMENTE À CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT. VIGÊNCIA: 30 de Setembro de 2023. VALOR TOTAL: R$ 12.100,00 (Doze mil e cem reais). Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato. Cláudia/MT. 30/09/2022. LEONIR RIZZI Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº.71/2022 DETERMINA PONTO FACULTATIVO

PORTARIA Nº.71/2022

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL.

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

Considerando que as eleições para esfera estadual e federal ocorreu no dia 02/10/2022 (domingo).

Considerando o Decreto Municipal de nº198/2022 de 30 de setembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo no dia 03/10/2022.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa-MT, aos 03 de outubro de 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 074/2022

Portaria nº. 74/2022

Suspender o expediente administrativo e atendimento ao público no dia 04 de outubro de 2022.

Ranielli Patrick Arruda Lima, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o uso das dependências da Câmara Municipal de Diamantino/MT pelo Poder Judiciário para a realização de Sessão do Júri, com réu preso, conforme Ofício nº. 1.383/2022;

RESOLVE:

Art. 1° - Suspender o expediente administrativo e atendimento ao público no dia 04 de outubro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 03 de outubro de 2022

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 072/2022

Portaria nº. 072/2022

Dispõe sobre as férias do servidor Kassio Faria Da Silva e dá outras providências.

Ranielli Patrick Arruda Lima, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Requerimento do Servidor;

Considerando o art. 66, parágrafo único do Estatuto dos Servidores de Diamantino-MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Converter 1/3 (um terço) de férias do Servidor Kassio Faria da Silva em pecúnia, referente ao período aquisitivo 03/09/2021 à 02/09/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 21 de setembro de 2022.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 073/2022

Portaria nº. 073/2022

DESIGNA A SERVIDORA KÁTIA APARECIDA DO PRADO KONRAD, LOTADA NO QUADRO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL COMO FISCAL DA ARP 003/2022.

Ranielli Patrick Arruda Lima, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **Kátia Aparecida do Prado Konrad**, portadora do CPF nº. 806.994.801-91, RG nº. 1000870-5 SJSP/MT, como fiscal responsável da **Ata de Registro de Preços nº 003/2022** da Câmara Municipal de Diamantino referente à Contratação de empresa de empresa de radiodifusão através de emissora de rádio, para realizar transmissões ao vivo das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes realizadas pela Câmara Municipal, bem como, transmitir a gravação das sessões que por ventura forem realizadas fora do plenário, desde que não haja a possibilidade de se fazer a transmissão ao vivo, e ainda, veicular convites, avisos e informativos conforme a necessidade da Câmara Municipal.

Art. 2º. A servidora designada está habilitada para ser encarregada pelos atestes das faturas/notas fiscais e conferência dos serviços e fornecimento prestado pela contratada, desde o início da contratação até o término da vigência da ata.

Art. 3º. O fiscal de contrato deve exercer suas atribuições de acordo com o que preceitua a Instrução Normativa nº. 022/2020, aprovada pela Resolução nº. 074/2020, especialmente quanto ao disposto junto aos artigos 4º a 34.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos a partir de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 03 de outubro de 2022.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL BALANCETE FINANCEIRO MES AGOSTO 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2022
Mato Grosso

ANEXO 13 - LEI N.º 4320/64 - BALANCETE FINANCEIRO
MÊS DE AGOSTO DE 2022.

Página.: 1 de 1

RECEITAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
RESTOS A PAGAR			
C/ Empenhos a Pagar	121.212,60	(50.649,51)	70.563,09
DEPÓSITOS			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	40.197,51	4.872,29	45.069,80
INSS Inst.Nac.Seg.Social	63.782,09	9.482,53	73.264,62
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	82.831,78	11.793,22	94.625,00
Pensão Alimentícia	3.961,76	650,00	4.611,76
Repasse Pgto Indevido	0,00	10.067,56	10.067,56
CONSIGNACAO BRADESCO	173.969,24	27.985,12	201.954,36
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	24.559,47	3.515,01	28.074,48
IRRF - EMPRESAS	334,56	51,36	385,92
INSS -SERVICOS TERCEIROS	3.166,90	396,00	3.562,90
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	35.924,85	4.286,61	40.211,46
CARTAO DE TODOS	2.085,00	330,00	2.415,00
ACAO JUDICIAL 2022	2.033,32	508,33	2.541,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Repasse de Duodecimo	1.816.505,00	295.215,00	2.111.720,00
SOMA. . . :	**2.370.564,08**	**318.503,52**	**2.689.067,60**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	85.973,47	85.973,47
SOMA. . . :	**0,00**	**85.973,47**	**85.973,47**
TOTAL . . . . :	**2.370.564,08**	**404.476,99**	**2.775.041,07**

DESPESAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
ORÇAMENTÁRIA			
Legislativa	1.816.742,14	371.972,36	2.188.714,50
SOMA. . . :	**1.816.742,14**	**371.972,36**	**2.188.714,50**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Restos a Pagar Exercício Anterior			
RESTOS A PAGAR	72.425,87	3.876,00	76.301,87
Depósitos			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	33.315,31	11.754,49	45.069,80
INSS Inst.Nac.Seg.Social	52.411,97	18.965,06	71.377,03
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	54.732,97	0,00	54.732,97
Pensão Alimentícia	3.961,76	650,00	4.611,76
Repasse Pgto Indevido	0,00	10.067,56	10.067,56
CONSIGNACAO BRADESCO	173.969,24	27.985,12	201.954,36
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	24.529,47	3.515,01	28.044,48
IRRF - EMPRESAS	231,84	0,00	231,84
INSS -SERVICOS TERCEIROS	2.770,90	792,00	3.562,90
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	35.924,85	4.286,61	40.211,46
CARTAO DE TODOS	2.085,00	330,00	2.415,00
ACAO JUDICIAL 2022	2.033,32	508,33	2.541,65
SOMA. . . :	**458.392,50**	**82.730,18**	**541.122,68**
SALDO PARA O MES SEGUINTE			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	45.203,89	45.203,89
SOMA. . . :	**0,00**	**45.203,89**	**45.203,89**
TOTAL . . . . :	**2.275.134,64**	**499.906,43**	**2.775.041,07**

Edson Noel da Silva
Presidente da Camara

Fabio Giullian da Silva Moraes
Servicos de Tesouraria

Nivaldo da Conceicao Siqueira
Contador
CRC-MT 0113930/0-7

www.duralexsistemas.com.br OR 4711

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 044/2022

LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 044/2022 – LEI Nº 14.133/2021

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT**,** em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 040/2022, que tem como objeto **Aquisição de 10 garrafas de tinta para impressora EPSON 544.**EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA: **NET BOX REPRESENTAÇÕES EIRELI**, **inscrita no CNPJ sob o nº 38.598.444/0001-43**, com o valor de R$ 722,00 (setecentos e vinte e dois reais). Outras informações poderão ser obtidas á Rua Jose Rosalino, S/N, na Praça dos Três Poderes, Setor Xavantina, CEP 78.690.000, Nova Xavantina-MT. Fone (66) 3438-2384, durante o horário normal de expediente sendo, de segunda á quinta das 12:00 às 18:00 horas e sexta das 07:00 às 13:00 horas, junto a Agente de Contratação ou Comissão Permanente de Licitação, e ainda no site https://www.novaxavantina.mt.leg.br/preocessolegislativo/compras-diretas, como também poderá ser requerida através do e-mail: comprascmnx@gmail.com

Nova Xavantina - MT, 30 **de** Setembro de 2022.

Evillyn Daiane Silva

Agente de Compras

DECRETO N.° 115 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO N.° 115 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão de *Adicional de qualificação*, e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na subseção III e seus artigos e parágrafos da Lei Municipal 2.340, de 21 de Dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Púbicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina,

DECRETA:

Art. 1° Fica concedido o Adicional de Qualificação de 20% sobre o salário inicial do cargo, a servidora pública municipal **Deuselira Rodrigues de Souza** – Matrícula Funcional n.° 68, ocupante do cargo de Operador de Som, lotada junto a Diretoria de Gabinete, Administração e Finanças desta Câmara Municipal de Nova Xavantina – MT, devido a conclusão de curso superior fora da área de especialização, com diploma reconhecido pelo MEC de acordo com os documentos em anexo.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Adiel Antônio Ribeiro

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal

Nova Xavantina-MT, 27 de Setembro de 2022.

Jubio Carlos Montel de Moraes

Presidente da Câmara Municipal

AUTORIZAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 043/2022

AUTORIZAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 043/2022

Na qualidade de ordenador de despesas, cumpridas as formalidades exigidas, autorizo o processo de compras e serviços diretos, de reparo na Fonte do Amplificador ONEAL 5500 W, destinado a atender a Câmara Municipal de Nova Xavantina.

Empresa vencedora:

ELETRONICA CENTER, inscrita no CNPJ sob o nº 18.756.637/0001-78, no valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Encaminhe para os trâmites legais.

Atue-se Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal,

Nova Xavantina – MT, 03 de Outubro de 2022.

Jubio Carlos Montel de Moraes

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 035/2022

PORTARIA Nº 035/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **URIAS MOREIRA DE FREITAS, no** uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º NOMEAR a Senhora **Dr.ª DANIELLI REDIVO** portadora da Cédula de Identidade nº 2060069-0 SSP/MT e do CPF nº 029.834.481-50 OAB nº 17.898/MT do Cargo de ASSESSORAJURÍDICA da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, á partir de 03 de outubro de 2022.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 03 de outubro de 2022.

URIAS MOREIRA DE FREITAS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022

Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: FERNANDO COSTA

CNPJ nº 12.251.442/0001-90

Endereço: Avenida Curitiba, nº 69 – Centro – União do Sul/MT.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para aquisição de equipamentos de monitoramento e segurança, com mão-de-obra para instalação na Câmara Municipal de União do Sul.

VALOR TOTAL: R$ 6.737,00 (seis mil, setecentos e trinta e sete reais).

Prazo de Execução: Até 15 de Outubro de 2022.

Prazo de Vigência: Até 31 de Outubro de 2022.

Motivo da Dispensa de Licitação: Informamos que dentre as empresas consultadas, a proponente acima identificada apresentou o menor preço, estando abaixo do limite legal de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) nos termos do Decreto federal 9.412 de 18/06/2018, razão pela qual é possível a contratação direta dos Serviços acima descritos, através de Dispensa de Licitação, amparada pelo disposto no inciso II, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018. Pelo exposto acima e em decorrência da necessidade de contratação de Empresa especializada para aquisição de equipamentos de monitoramento e segurança, com mão-de-obra para instalação na Câmara Municipal de União do Sul.

Razões da escolha da proponente: Por tratar-se de empresa proponente idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, desta forma justifica-se a escolha da mesma.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 05/2022.

GABINETE DO PRESIDENTE, União do Sul/MT, 03 de outubro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Presidente da Câmara de Vereadores

Gestão 2021/2022

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17/2022

Dispõe sobre a homologação do Edital de Abertura do Processo de Concurso Público – Edital nº 001/2022, da Câmara Municipal de União do Sul-MT, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a ampla divulgação do Edital de Abertura do Processo de Concurso Público nº 001, de 22 de setembro de 2022, no Jornal Oficial eletrônico dos Municípios - AMM, edição nº 4.074, de 23/09/2022, página nº 44, e ainda, a publicação do extrato do Edital no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº 28.336, de 23/09/2022, página nº 171;

Considerando a ampla divulgação do Edital de Abertura do Processo de Concurso Público nº 001 de 22 de setembro de 2022, no Portal Transparência da Câmara Municipal de União do Sul e no site da empresa organizadora em https://portal.sosassessoria.selecao.site/;

Considerando a Declaração exarada pelo presidente da Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, Sr. Valdecir Martins de Lima, nomeado pela Portaria nº 015, de 12 de setembro de 2022, que não houve qualquer recurso contra o Edital de Abertura.

RESOLVE:

Art.1º - Homologar o Edital de Abertura do Processo de Concurso Público nº 001, de 22 de setembro de 2022, e as inscrições iniciam-se na data de 04 de outubro até 23 de outubro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 03 de outubro de 2022

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH Vereador Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 206/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande/ MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a servidora EVA GONÇALINA FERREIRA, CPF: 790. 950.621-04, do cargo de Assessor Parlamentar de Gabinete do Vereador Paulo Cezar da Silva Oliveira.

Art. 2º. Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 03 de Outubro de 2022.

Ver. FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 205/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR a servidora STEFFANY CRISTINE DA SILVA SOUZA, CPF: 061.920.041-37, do cargo comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete do Ver**. Paulo César da Silva Oliveira Junior.**

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 03 de outubro de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 207/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande/ MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a servidora EVA GONÇALINA FERREIRA, CPF: 790. 950.621-04, para o cargo de Chefe de Gabinete Especial do Vereador Paulo Cezar da Silva Oliveira.

Art. 2º. Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 03 de Outubro de 2022.

Ver. FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 527 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

ATO NORMATIVO Nº 527 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

"***DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

PASCOAL ALBERTON, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Senhora **JOÃO BATISTA DA SILVA CURTI** do cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao dia trinto do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

ATO NORMATIVO Nº 525 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

ATO NORMATIVO Nº 525 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"***DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADORA DA SEGURANÇA DO PACIENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

PASCOAL ALBERTON, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Nomeação a Senhora **LUANA BIOLOWONS,** do cargo de COORDENADORA DA SEGURANÇA DO PACIENTE do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto.

Art. 2º - O presente nomeado cumprirá as ações designadas do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto e no Art. 8 do estatuto do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao dia três do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 001/ 2022 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2022

Custo do Estimado do Projeto: R$ 15.172.332,09 – Quinze milhões, cento e setenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais, nove centavos.

Local da Realização do Projeto: CISMA - Água Boa/MT.

Data de assinatura do Aditivo ao Plano de Trabalho: 27/09/2022.

Início do Plano de Trabalho: 01/06/2022.

Término do Plano de Trabalho: 31/05/2023.

Objeto do Plano de Trabalho: Prover a prevenção, promoção, recuperação, reabilitação, apoio diagnóstico, terapia e suporte de apoio logístico de acordo com as necessidades do CISMA/MT.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua I, 105 – Ed. Eldorado Hill - Alvorada - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Água Boa/MT, 03/10/2022.

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO

TERMO DE PARCERIA Nº 001/2022

Parceiro Público: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia – CNPJ: 02.427.361/0001-44

OSCIP: ISO BRASIL – Instituto Social e Organizacional do Brasil – CNPJ: 20.949.690/0001-37

Data de assinatura do Aditivo ao Termo de Parceria: 27/09/2022.

Objeto do Aditivo ao Termo de Parceria: Adequação das atividades do Plano de Trabalho.

RESOLVEM:

Alterar a Cláusula Quarta do Termo de Parceria nº 001/2022, passando a ter a seguinte alteração.

Onde se lê:

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Trabalhos decorrentes deste TERMO DE PARCERIA, o **PARCEIRO PÚBLICO, repassará, à OSCIP, os valores necessários a realização destes,** de acordo com o cronograma de desembolso a ser estabelecido nos Programas de Trabalho, firmado entre as partes, assumindo o compromisso de pagamento de no máximo **R$ 1.131.698,33 (um milhão cento e trinta e um mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos)** mensais, totalizando durante a vigência do presente Termo de Parceria o valor de **R$ 13.580.379,96 (treze milhões quinhentos e oitenta mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos)**, referente ao custo da mão de obra dos prestadores de serviços, envolvidos na execução direta do Projeto.

4.1.1. O valor previsto no item 4.1. refere-se ao valor da remuneração-base bruta das atividades/cargos a serem contratadas pela OSCIP para execução do projeto acrescida de todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, tributários, provisões mensais para custeio das férias e 1/3 constitucional e décimo terceiro salário.

4.2. Para o pagamento das despesas referentes ao custo administrativo, operacional e institucional da OSCIP para realização do projeto, o **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia**, assume o compromisso de realizar o pagamento de no máximo R$ 134.240,00 (cento e trinta e quatro mil duzentos e quarenta reais) mensais, durante a vigência do presente Termo de Parceria.

4.2.1. O cálculo das despesas referente ao custo administrativo, operacional e institucional que são utilizados e comum a todas parcerias celebradas com outros PARCEIROS PÚBLICOS deverão ter o custo total mensal rateados entre estes Parceiros, conforme as devidas proporções de faturamento que cada parceria reflete no orçamento geral da OSCIP.

4.2.2. Os custos administrativos, operacionais e institucionais exclusivos com a execução do Plano de Trabalho do **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia**, poderão ser custeados 100% pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia.

Passa a ter a seguinte alteração:

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Trabalhos decorrentes deste TERMO DE PARCERIA, o **PARCEIRO PÚBLICO, repassará, à OSCIP, os valores necessários a realização destes,** de acordo com o cronograma de desembolso a ser estabelecido nos Programas de Trabalho, firmado entre as partes, assumindo o compromisso de pagamento de no máximo **R$ 1.174.341,90 (um milhão cento e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais, noventa centavos)** mensais, totalizando durante a vigência do presente Termo de Parceria o valor de **R$ 13.561.452,09 (treze milhões, quinhentos e sessenta e um mil reais, quatrocentos e cinquenta e dois reais e nove centavos)**, referente ao custo da mão de obra dos prestadores de serviços, envolvidos na execução direta do Projeto.

4.1.1. O valor previsto no item 4.1. refere-se ao valor da remuneração-base bruta das atividades/cargos a serem contratadas pela OSCIP para execução do projeto acrescida de todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, tributários, provisões mensais para custeio das férias e 1/3 constitucional e décimo terceiro salário.

4.2. Para o pagamento das despesas referentes ao custo administrativo, operacional e institucional da OSCIP para realização do projeto, o **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia**, assume o compromisso de realizar o pagamento de no máximo R$ 134.240,00 (cento e trinta e quatro mil duzentos e quarenta reais) mensais, durante a vigência do presente Termo de Parceria.

4.2.1. O cálculo das despesas referente ao custo administrativo, operacional e institucional que são utilizados e comum a todas parcerias celebradas com outros PARCEIROS PÚBLICOS deverão ter o custo total mensal rateados entre estes Parceiros, conforme as devidas proporções de faturamento que cada parceria reflete no orçamento geral da OSCIP.

4.2.2. Os custos administrativos, operacionais e institucionais exclusivos com a execução do Plano de Trabalho do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, poderão ser custeados 100% pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia**.

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua I, 105 – Jardim Alvorada – Ed. Eldorado Hill – Sala 65 – Cuiabá/MT, Tel.: (65) 3044-3155.

Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Água Boa/MT - CISMA, 03/10/2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVILANDIA

PORTARIA N.º31/2021 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. SONIA APARECIDA KARCZMARSKI

PORTARIA N.º31/2021 "Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Sonia Aparecida Karczmarski Ro-

drigues e para o menor Pedro Henrique Fonseca Rodrigues do servidor Sr. João Rodrigues Pinto".

A Diretora Executiva do PREVILANDIA, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 123,da Lei Complementar nº 009/2000, de 10 de Novembro de 2000, Art. 7º, inciso "I", Art. 30, inciso "II" e Art. 31, inciso "I", da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. Sonia Aparecida Karczmarski Rodrigues (cônjuge)**, portadora do RG n.º 1216798-3 SJ/MT, inscrita no CPF n.º 987.469.011-91 e para o filho menor **Pedro Henrique Fonseca Rodrigues**, portador do RG n.º 3129003-5 SESP/MT, inscrito no CPF n.º 043.959.251-89, representado por sua genitora **Sra. Denize Fonseca da Costa**, portadora do RG n.º 1476749-0, inscrita no CPF n.º 316.358.088-20, pelo falecimento do servidor **Sr. João Rodrigues Pinto,** portador do RG n.º 0717300-8 SESP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 483.689.031-49, efetivo no cargo de Operador de PC 200, Nível "16", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos, **com 100% dos proventos de forma integral** rateados da seguinte forma; 50% (cinquenta por cento) do valor para Sra. Sonia Aparecida Karczmarski Rodrigues (cônjuge) de forma vitalícia e 50% (cinquenta por cento) do valor para o menor Pedro Henrique Fonseca Rodrigues de forma temporária, conforme o processo do PREVILANDIA n.º 2021.05.00000003, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2021, data do óbito do servidor, revoga-se neste ato a portaria n.º 022/2021.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia – MT, 13 de dezembro de 2021.

Jaquelini Bender Carvalho Diretora Executiva HOMOLOGO:

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 702, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GERENTE DE DESENVOLVIMENTO*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

CONSIDERANDO a solicitação expedida pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo, Leidiane Oliveira Ramos, em 03/10/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR a Sr.ª. **SANDRA MARA TEIXEIRA BORJARSKI**, para o cargo de Provimento em Comissão deGERENTE DE DESENVOLVIMENTO, símbolo CC-7, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo, no dia 04 de outubro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022*.*

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 03 de outubro de 2022.

LEIDIANE OLIVEIRA RAMOS

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 699, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GERENTE DE DESENVOLVIMENTO*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

CONSIDERANDO o Oficio nº 089/2022; expedido pela responsável do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Desenvolvimento, Lorena Rodrigues de Freitas, no dia 14 de setembro de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º – EXONERAR a Sr.ª. **LORENA RODRIGUES DE FREITAS**, devidamente inscrita na matricula nº 7817.1, do cargo de Provimento em Comissão de **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo, no dia 03 de outubro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022*.*

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 03 de outubro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 703, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE MULTIMEIOS DIDÁTICOS*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

CONSIDERANDO o oficio nº 111/2022, expedido pelo Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, Erik Rodrigo de Jesus Silva, em 03/10/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR o Sr. **TENER MACHADO BAUMGARDT**, para o cargo de Provimento em Comissão deCOORDENADOR DE MULTIMEIOS DIDÁTICOS*,* símbolo CC-11, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, no dia 04 de outubro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022*.*

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 03 de outubro de 2022.

ERIK RODRIGO DE JESUS SILVA

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 152/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 175/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de bicicletas para a Secretaria Municipal de Educação.

COD	NOME	MARCA	UND DE FORN	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
3965782	BICICLETA	CAIRU	UND	50,00	790,00	39.500,00

Valor Total R$ 39.500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos reais).

DATA: 03 de outubro de 2022

REJANE SCHNEIDER GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 602, 19 DE AGOSTO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário(a) Adjunta de Planejamento	
Matricula:	7762.2	

Nome:	**NEIDE CARDOSO TEIXEIRA DOS REIS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Regularização Fundiária	
Matricula:	7582.3	

Nome:	**FERNANDA MOREIRA DOS SANTOS SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Atendente	
Matricula:	5167.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Nome:	**REGINA DE ALMEIDA SOUSA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente de Serviços Gerais	
Matricula:	5177.1	

Nome:	**GARCIAS ABREU DA SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Cultura	
Matricula:	7583.2	

Nome:	**SILVANA DA SILVA ZAGONEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenador (a) de Cultura	
Matricula:	7754.2	

Nome:	**AUREA SOARES DE CAMPOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor de Defesa Civil	
Matricula:	6234.1	

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Nome:	**DENISE ADRIANA FERRARI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	7449.1	

Nome:	**FERNANDO FERRARI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário(a) Administrativo	

Matricula:	6753.9	
Nome:	**JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO MOREIRA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Jurídica do Gabinete	
Matricula:	7640.1	

Nome:	**KARINA APARECIDA WEISSHEIMER**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora de Cerimonial	
Matricula:	7686.1	

Nome:	**CHRISTIAN RIBEIRO CARDOSO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor Orçamentista	
Matricula:	7714.1	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

ATA:	112/2022			
Vigência:	Data de Início:	15/08/2022	Data de Encerramento:	15/08/2023
Objeto:	Contratação de empresa para serviços de hospedagem em Água Boa – MT.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 19 DE AGOSTO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 19 de agosto de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria Municipal nº. 535/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 03/10/2022, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 034/2022 cujo o objeto é a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para as secretarias demandantes do município de Água Boa-MT, que teve como vencedora a empresa: **MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ n° 08.436.811/0001-41, nos itens a seguir: 266; 35990; 3965116; 3965122; 35987; 35988; 36563; 275; 20274; 144; 24933; 236; 24984; 33873; 206; 402; 24817; 25759.

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2022.

ALÍCIA LOPES MACIEL

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 694, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário(a) Adjunta de Planejamento	
Matricula:	7762.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	168/2022			
Vigência:	Data de Início:	26/09/2022	Data de Encerramento:	26/03/2023
Objeto:	Prestação de serviços de consultoria especializada no levantamento, mapeamento de processos e avaliação dos sistemas utilizados pelo órgão que tratam dados pessoais visando a construção de programa/método em conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 28 DE SETEMBRO DE 2022**.**

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 28 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 696, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**OTACILIO DE SOUZA BARBOZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Agricultura Familiar	
Matricula:	7584.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	171/2022			
Vigência:	Data de Início:	27/09/2022	Data de Encerramento:	27/09/2027
Objeto:	Concessão de uso do espaço (restaurante) na lagoa dos buritis.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 29 DE SETEMBRO DE 2022*.*

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 29 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3.949, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa Comissão para realizar os trabalhos de Análise Técnica de todos os interessados inscritos no Edital de Chamamento Público nº 001/2022 da Secretaria de Assistência Social.

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita Municipal em exercício do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar as servidoras a seguir relacionadas, para integrar a Comissão Técnica a que se refere o Edital de Chamamento Público nº 001/2022 da Secretaria de Assistência Social:

ISETE BASSO SANTINI, Agente Administrativa, Matrícula nº 44-1;

ISABEL HELENA FARIA, Assistente Social, Matrícula nº 7681-1;

AMANDA MORAES POLO, Gestora Administrativa, Matrícula nº 7841-1;

Art. 2º - São atribuições da Comissão:

1. Analisar a documentação de todos os interessados; 2. Realizar Vistorias *in loco* e diligências que forem necessárias para constatação da real situação socioeconômica dos interessados; 3. Emitir relatórios e pareceres*;* 4. Registrar as irregularidades constatadas na documentação dos beneficiários e apontar quaisquer irregularidades que surgirem no decorrer do processo de análise e classificação; 5. Realizar a lista de classificação geral dos interessados, considerando os critérios de prioridade definidos pelas Leis Federais, Estaduais e Municipais e a situação fática dos interessados. **Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 26 DE SETEMBRO DE 2022. **REJANE SCHNEIDER GARCIA** Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 26 de setembro de 2022.

VALQUÍRIA SOARES DANTAS FERREIRA Secretária Municipal de Assistência Social **SEBASTIÃO ANTONIO LOPES** Secretário Municipal de Administração e Planejamento

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 0013/ 2022, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO Nº 0013/ 2022, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, conforme o disposto na Lei Municipal N°1270/2015 em Reunião extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois);dispõe :

RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR o Edital de Chamada Pública Nº 001/2022 referente à Seleção de Adolescentes que Comporão o Comitê de Participação de Adolescentes - CPA de Água Boa, Gestão 2022-2024;

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Água Boa, 29 de setembro de 2022.

Mariluce Luz Borges

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 691, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário(a) Adjunta de Planejamento	
Matricula:	7762.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	170/2022			
Vigência:	Data de Início:	26/09/2022	Data de Encerramento:	31/12/2022
Objeto:	Aquisição de imóvel rural para utilidade pública.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 27 DE SETEMBRO DE 2022*.*

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 27 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3, COM TOKEN E VALIDADE DE 36 MESES PARA AS SECRETARIAS DE MANDANTES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT.
FAVORECIDO	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ÁGUA BOA - ACEAB CNPJ: 15.052.038/0001-85
VALOR GLOBAL	R$ 13.534,08 (Treze mil, quinhentos e trinta e quatro reais, e oito centavos).
PRAZO	CONFORME CONTRATO
FUNDAMENTO LEGAL	ART. 24, INCISO II DA LEI N°. 8.666/93.
JUSTIFICATIVA	ANEXA NOS AUTOS DO PROCESSO DE DISPENSA Nº. 063/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 063/2022, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, 03 de outubro de 2022.

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 061/2022

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da Dispensa nº 061/2022, regida pela Lei nº. 14.133/2021 de 01 de abril de 2.021 e pelo Decreto nº. 3945/2022, cujo o objeto é Escolha da proposta mais vantajosa para a Escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de curso de formação para atendimento a pessoa com autismo para os profissionais da Secretaria de Saúde Água Boa-MT, que teve como vencedora a empresa: Move UP Cursos Ltda.

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2022.

Ivania C. Volpi

Agente de Contratação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO Nº. 194/2021.

TERMO ADITIVO Nº. 002 ao Contrato n°. 194/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ANALICE MARANGONI EIRELI, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Sexta - DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até 21 de setembro 2023.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 957.073,86 (Novecentos e cinquenta e sete mil e setenta e três reais e oitenta e seis centavos).

Água Boa-MT, 21 de setembro de 2022.

REJANE SCHNEIDER GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 695, 29 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Perimetral Industrial Trecho 4 no município de Água Boa/MT, e dá outras providências".

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Água Boa/MT, tornar público a Aprovação do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Via Urbana, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº 695	Perimetral Industrial Trecho 4 Área Total = 13. 895,07 m²	Jonny Willian Jesus Rocha Engenheiro Civil CREA 120823434-0 Rafael Nicodemos Moreschi Bruzzon CREA 121366604-0 Engenheiro Sanitarista e Ambiental Engenheiro Civil

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: Marcelo Alves Pereira

CREA: 43106/MT

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 29 DE SETEMBRO DE 2022**.**

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

MARCELO ALVES PEREIRA

Eng. Civil - CREA: 43106/MT

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 29 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

FINANÇAS
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

PROCESSO N°. 195/2022.

ADESÃO 015/2022.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de 01 (uma) motocicleta para ser sorteada como premiação do IPTU/2022, da gerência de tributação do Município de Água Boa/MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 023/2022 - Pregão Presencial nº 026/2022.

BASE LEGAL: Art. 22, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Canarana -MT.

CNPJ: 15.023.922/0001-91.

EMPRESA CONTRATADA: MOTOVALLE COMERCIO DE MOTOS LTDA

CNPJ: 12.067.109/0001-25

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	*MOTO NOVA, ZERO KM 2021/2022 OU SUPERIOR, COM AS SEGUINTES CONFIGURAÇÕES E/OU ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 149 CILINDRADAS, 05 VELOCIDADES, OU SUPERIOR, MOTOR 04 TEMPOS, GASOLINA, ETANOL OU FLEX, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, CARBURADOR OU INJEÇÃO ELETRÔNICA*	*UND*	HAOJUE/ CHOPPER ROA3D	*01*	15. 576,00	15. 576,00
VALOR TOTAL						***R$ 15. 576,00***

Água Boa, 03 de outubro de 2022.

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 695, 29 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Perimetral Industrial Trecho 4 no município de Água Boa/MT, e dá outras providências".

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita do Município de Água Boa em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Água Boa/MT, tornar público a Aprovação do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Via Urbana, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº 695	Perimetral Industrial Trecho 4 Área Total = 13.895,07 m²	Jonny Willian Jesus Rocha Engenheiro Civil CREA 120823434-0 Rafael Nicodemos Moreschi Bruzzon CREA 121366604-0 Engenheiro Sanitarista e Ambiental Engenheiro Civil

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: Marcelo Alves Pereira

CREA: 43106/MT

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 29 DE SETEMBRO DE 2022**.**

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

MARCELO ALVES PEREIRA

Eng. Civil - CREA: 43106/MT

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 25 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 249, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 249, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Nomeia **DEUSIRENE ALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, para o exercício da função **de GERENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 15º e 16º da Lei Municipal nº 873, de 24 de outubro de 2011, e com o art. 32 anexos III, da Lei Municipal nº 874, de 08 de novembro de 2011 e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomeia **DEUSIRENE ALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA,** portador (a) do CPF/MF sob o n° XXX.XXX.XXX-69, para o exercício da função de **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

Parágrafo Único – Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, a proceder às anotações e providencias cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativos a partir da data de 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças-MT, em 03 outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 250, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 250, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Nomeia **LEOMAR SOUZA SILVA**, para o exercício da função de Gerente de Infraestrutura, lotado (a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 15º e 16º da Lei Municipal nº 873, de 24 de outubro de 2011, e com o art. 32 anexos III, da Lei Municipal nº 874, de 08 de novembro de 2011 e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomeia **LEOMAR SOUZA SILVA,** portador (a) da matrícula sob o n° 2835 - 1, para o exercício da função de **Gerente de Infraestrutura**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, e dá outras providências.

Parágrafo Único – Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, a proceder às anotações e providencias cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativos a partir da data de 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças-MT, em 03 outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Ao terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse a **WALTEMAR MISSIAS DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 12266078, SSP/MT e CPF nº 640.573.051-49, para o **Operador de Maquinas Pesadas II, c**om carga horária de 40(quarenta) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 024/2022, e Portaria de Nomeação nº 237/2022, sendo inicialmente lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

O Servidor declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 03 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS

Secretário de Administração

VERA LÚCIA BESSA DE CARVALHO

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

WALTEMAR MISSIAS DA SILVA

Servidor

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 251, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 251, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Remove a servidora pública que menciona, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas:

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar a servidora pública municipal **IRAILDES PEREIRA DA SILVA,** portador (a) da matrícula sob nº 2714-1, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas,** no cargo de Assistente Administrativo para a **Secretaria Municipal de Assistência Social,** sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças – MT, em 03 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 252, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 252, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Nomeia os membros da Comissão de Baixa, Registro, Controle, Carga, Supervisão do Patrimônio Público do Município de Alto Garças –MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no usode suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município e;

R E S O L V E:

CONSIDERANDO, que se faz necessário a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade, avaliados pela Comissão de Inventário, Reavaliação e Depreciação dos Município de Alto Garças-MT;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial e de propiciar meios mais eficientes na realização da Baixa, Registro, Carga e Supervisão do Patrimônio;

Art. 1º - Nomeia os membros da Comissão de Baixa, Registro, Controle, Carga e Supervisão do Patrimônio Público, da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, para o exercício de 2022.

Parágrafo Único - A comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes membros:

DIEGO XAVIER DE LIMA – Presidente

Matrícula nº 2684 - 1

INGRIDY LALESKA BATISTA DE JESUS – Membro

Matrícula nº 2647 - 1

THAYNA APARECIDA ALMEIDA SILVA – Membro

Matrícula nº 2891 – 1

Art. 2º - Para Fins desta Portaria considera-se:

I. Patrimônio - Conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtida por meio de compra, doação, permuta ou por outra forma de aquisição, devidamente identificada e registrada;

II. Bens móveis – aqueles que, pelas suas características e natureza, podem ser transportados sem perda de forma e valor, sendo classificados como matérias permanentes;

III. Bens inservíveis – todo matéria que esteja em desuso, obsoleto ou irrecuperável para o serviço público;

IV. Alienação – procedimento de transferência da posse e propriedade de bens móveis patrimoniais;

V. Baixa de Bens – É a retirada oficial de um bem patrimonial do cadastro de patrimônio do município, gerando contabilmente a diminuição do saldo patrimonial, em decorrência de alienação, descarte, roubo, furto ou sinistro.

VI. Bem Permanente – Todo material que, em razão do uso, não perca sua identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro bem e tenha prevista superior a dois anos.

VII. Descarte de Bens – inutilização de bens móveis patrimoniais.

Art. 3º - A comissão de que trata esta portaria tem por finalidade baixar bens, que por motivo de alienação ou outras razões, após a emissão do Relatório da Comissão de inventário, Reavaliação e Depreciação do Patrimônio Público do Município de Alto Garça-MT, deverão ser desvinculadas do patrimônio da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT.

Art. 4º - Compete a Comissão:

I. Baixar, registrar, controlar, dar carga, supervisionar o Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT;

II. Supervisionar periodicamente no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes ao cadastro patrimonial;

III. Emitir Ata Circunstanciado após realização de todo trabalho;

IV. Realizar outras atividades correlatas;

Art. 5º - Revoga-se a Portaria nº 059, de 07 de março de 2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças – MT, em 03 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 248, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 248, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Nomeia **EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE**, para o exercício da Função de Chefe de Divisão de Limpeza Urbana, lotado (a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 15º e 16º da Lei Municipal nº 873, de 24 de outubro de 2011, e com o art. 32 anexos III, da Lei Municipal nº 874, de 08 de novembro de 2011 e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomeia **EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE,** portador (a) do CPF/MF sob o n° XXX.XXX.XXX-76, para o exercício da função de **Chefe de Divisão de Limpeza Urbana**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, e dá outras providências.

Parágrafo Único – Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, a proceder às anotações e providencias cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativos a partir da data de 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças-MT, em 03 outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 245, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 245, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"CONCEDE FÉRIAS, para os servidores que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município, nos termos das Leis municipais nº 292 de 02 de outubro de 1990, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Garças – MT, alterada pela Lei nº 886 de 13 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO os Requerimentos de FÉRIAS protocolados pelos servidores públicos municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do art. 103, da Lei Municipal nº 292/90, alterada pela Lei nº 886 de 13 de dezembro de 2011, a seguintes servidores públicos municipais:

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	PERÍODO
MATHEUS FELIPE COUTINHO DE ANDRADE	2660 - 1	SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	2021/2022	07/10/2022 a 21/10/2022
VÂNIA LUZIA DA SILVA ABREU	2827 - 1	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2021/2022	07/10/2022 a 21/10/2022

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 03 de Outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 246, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 246, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Designa **SIDINEI OLIVEIRA DA SILVA,** para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV e VI, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural, solicitou gozo de férias no período de 07/10/2022 a 21/10/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica designado para responder pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural, o (a) Servidor (a) **SIDINEI OLIVEIRA DA SILVA,** durante o período de gozo de férias do titular da pasta.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 07 de Outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 03 de Outubro de 2022.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 253, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 253, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Designar **DIEGO XAVIER DE LIMA**, como responsável pela unidade de patrimônio da Prefeitura Municipal de Alto Garças, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designa o servidor **DIEGO XAVIER DE LIMA,** portador (a) da Matrícula nº 2684 - 1, **como responsável pela Unidade de Patrimônio.**

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, 03 de Outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 047/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 032/2022 de 18 de janeiro de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 16 de março, no endereço, Rua Dom Aquino, n° 346, Alto Garças – MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no processo de Licitação n° 173/2022, na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Processo encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto Da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUÍNDO MEMORIAIS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA-FÍSICO FINANCEIRO E ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) LEI Nº 8.666 DE JUNHO DE 1993.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 254, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 254, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Dispõe sobre a atribuição de responsabilidade ao Servidor Municipal **DIEGO XAVIER DE LIMA,** para gerir o Almoxarifado Central Municipal. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas, e;

R E S O L V E:

Art. 1º - Atribui ao Servidor Municipal **DIEGO XAVIER DE LIMA**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração, portador (a) da Matrícula nº 2684 - 1, a responsabilidade de gerir o Almoxarifado Central Municipal.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças – MT, 03 de Outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 247, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 247, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"Designa **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS,** para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Educação, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV e VI, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que a Secretária Municipal de Educação, solicitou gozo de férias no período de 07/10/2022 a 21/10/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica designado para responder pela Secretaria Municipal Educação, o (a) Servidor (a) **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS,** durante o período de gozo de férias do titular da pasta.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 07 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 03 de Outubro de 2022.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
REQUER LICENÇA PRÉVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, CNPJ nº 03.648.532/0001-28, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Licença Prévia e Licença de Instalação, referente ao Projeto de Obras de Pavimentação asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais em diversas vias, área urbana do Distrito de Tira Sentido, do município de Alto Paraguai/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 488/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 031/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr.ª JESSICA NATANA BATISTA DIAS, servidora pública no cargo de Nutricionista, matrícula funcional nº 3772.1 lotado na Secretaria Municipal Educação E Cultura, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 031/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, servidora pública de provimentos no cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 1651.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios;

II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 22 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 495/2022

"**Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 022/2022**"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. **MIGUEL ÂNGELO FROES**, servidor público no cargo de Coordenador de Manutenção de Serviços Rurais e Estradas de Rodagens, matrícula funcional nº 3655.1 lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação e Obras, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Presencial 022/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr. **JOSE RIVELINO MOREIRA**, servidor público de provimentos no cargo de Supervisor De Transporte Escolar, matrícula funcional nº 4784.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço: I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT; V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços. Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 23 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 470/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 084/2022 oriundo da Tomada de Preço n° 011/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 18 de NOVEMBRO de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. **LEANDRO ALVES ALMEIDA**, servidor público no cargo de Secretário de Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 4756.1 lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 084/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª **ELIANA WORST**, servidora pública de provimentos no cargo de Assessora De Gabinete, matrícula funcional nº 4759.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 084/2022, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 084/2022;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 084/2022, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 084/2022, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 31 de agosto de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 509/2022

"**Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 035/2022**"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. **RAFFAEL IZIDORO DOS SANTOS**, servidor público no cargo de Coordenador de Engenharia e Projetos, matrícula funcional nº 4992.1 lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação e Obras, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 035/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr. **HENRIQUE MESQUITA GONÇALVES**, servidor público de provimentos no cargo de Secretário Municipal de Obras, Engenharia e Planejamento, Matrícula Funcional nº 4776.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço: I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT; V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços. Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 30 de setembro de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 182/2022

DECRETO Nº 182/2022

"Dispõe sobre a nomeação de **Gerente da Divisão de Produção e Pesquisa** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 2º.- Fica nomeado para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Gerente da Divisão de Produção e Pesquisa**, o Senhor **LIOMAR JOAQUIM DE SOUZAZ**, CPF/MF – 432.491.161-49, de acordo com a Lei Municipal nº *1253/2021*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de outubro de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 182/2022

PORTARIA Nº 503/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 032/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. EDVALDO FRANCISCO ROSA, servidor público no cargo de Coordenador de Saneamento Básico, matrícula funcional nº 1461.1 lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação e Obras, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 032/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr. LUIZ HENRIQUE MORAES PICCHETTO, servidor público de provimentos no cargo de Diretor do Departamento Técnico, Administrativo, Manutenção, Serviços Rurais e Estradas de Rodagem, matrícula funcional nº 5180.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço: I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT; V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços. Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 28 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 490/2022

"**Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 021/2022**"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração

Pública Municipal, Sr.ª **SILVANA L. MONTEIRO SAMPAIA**, servidora pública no cargo de Assistente Social, matrícula funcional nº 123 lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Presencial 021/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª **NAJARA MACHADO SOUZA**, servidora pública de provimentos no cargo de Diretora de Seção de Serviços Sociais, matrícula funcional nº 4873.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à

perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se, Cumpra-se.

Alto Taquari, 23 de setembro de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 491/2022

"**Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 028/2022**"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr.ª **MAYARA BIANCA BARBOSA RODRIGUES**, servidor público no cargo de Coordenadora de Saúde, matrícula funcional nº 3772.1 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 028/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª **MILCA VIEIRA MARQUES**, servidora pública de provimentos no cargo de Diretora do Departamento de Inspeção, matrícula funcional nº 4769. 1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço: I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT; V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços. Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 23 de setembro de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 486/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 087/2022 oriundo da Concorrência Pública n° 002/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. **Henrique Mesquita Gonçalves**, servidor público no cargo de secretário municipal de obras, engenharia e planejamento, matrícula nº 4776 lotado na Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 087/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se a Srta. **ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA,** servidora pública de provimentos no cargo de Engenharia Civil, matrícula nº 2886, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 087/2022, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 087/2022;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 087/2022, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 087/2022, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 22 de setembro de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 487/2022

"Designa Fiscais da Obra, e dá outras providências"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/96.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. HENRIQUE MESQUITA GONÇALVES (titular) e o Srta. ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA (substituto), fiscais da Obra do Contrato nº 087/2022, originado do processo licitatório Concorrência Pública nº 002/2022, com a finalidade de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO 50 (CINQUENTA) CASAS HABITACIONAIS, no Município de Alto Taquari - MT".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 22 de setembro de 2022.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

ERRATA AO DECRETO Nº 157 DE 11 DE AGOSTO DE 2022

ERRATA

Errata ao Decreto nº 157, de 11 de agosto de 2022, publicado no Diário Oficial no dia 23 de agosto de 2022.

Onde se lê: Decreto nº 157/2022

Leia-se: Decreto nº 158/2022

Onde se lê: CPF 721.091.811-68

Leia-se: CPF 065.479.399-95

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 19 de setembro de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 483/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 030/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr.ª MAYARA BIANCA BARBOSA RODRIGUES, servidor público no cargo de Coordenadora de Saúde, matrícula funcional nº 3772.1 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 030/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª MILCA VIEIRA MARQUES, servidora pública de provimentos no cargo de Diretora do Departamento de Inspeção, matrícula funcional nº 4769.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalicios;

II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 16 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 510/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 033/2022"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de JUNHO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr.ª CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, servidora pública no cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 1651.1 lotado na Secretaria Municipal de Compras e Licitação, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Pregão Eletrônico 033/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr.ª TAIZ MEAME ALEXANDRE, servidora pública de provimentos no cargo de Telefonista, matrícula funcional nº 1612.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço: I. Responsabilizar-se pela supervisão dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, administrando-os de conformidade com as disposições contratuais e editalícios; II. Certificar a entrega dos materiais ou execução dos serviços; III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação das atas de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade; IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução dos documentos oriundos das atas tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT; V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação; VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega dos materiais ou execução dos serviços. Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 30 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 477/2022

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 086/2022 oriundo da Pregão Eletrônico n° 042/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 21 de MAIO de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Srta. MAYARA BIANCA BARBOSA RODRIGUES, servidor público no cargo de Coordenadora de Saúde, matrícula funcional nº 3772.1 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de fiscal dos documentos oriundos das Atas de Registro de Preço do Contrato nº 086/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sra. MILCA VIEIRA MARQUES, servidora pública de provimentos no cargo de Diretora do Departamento de Inspeção, matrícula funcional nº 4769.1 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 086/2022, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 086/2022;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 086/2022, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 086/2022, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 05 de setembro de 2022.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

ATA DA AUDIÊNCIA DE METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022

Ata da Audiência Pública para demonstração, avaliação e discussão do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de dois mil e vinte e dois, realizada de forma online através do endereço eletrônico: https://www.facebook.com/PrefeituraAltoTaquari/videos/639779404310467, transmitida às quinze horas e oito minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois. A audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através do através de convite publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site da Prefeitura Municipal, às Secretarias do Município e ao Legislativo Municipal para participação de todos. Em seu convite constava que esta seria realizada de forma online e presencial na Câmara Municipal, porém devido a problemas técnicos, a mesma teve que ser transferida e realizada na própria sede da Prefeitura Municipal, onde tivemos a participação dos servidores presentes. O contador do município o Sr. Bruno Vaz De Souza Correia deu início à sessão, informando sobre as responsabilidades que o poder executivo tem em apresentar as audiências públicas quadrimestrais. Durante a exposição, foram demonstradas as metas fiscais de receita, despesas, os repasses da Câmara Municipal de Alto Taquari, além dos índices aplicados na educação e saúde e os indicadores de gasto com pessoal. Foram informados os seguintes dados de receitas e despesas somados no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e dois:

a) Receita Arrecadada: **R$ 64.226.666,98** b) Despesas Empenhadas: **R$ 72.269.098,29** c) Despesas Liquidadas: **R$ 62.190.857,11** d) Despesas Pagas: **R$ 53.790.309,86**

Os repasses a Câmara Municipal de Alto Taquari e a Fundação Municipal, foram:

a) Câmara Municipal: **R$ 2.800.000,00** b) Fundação Municipal: **R$ 3.497.706,50**

Dos percentuais aplicados conforme regulamenta a Constituição Federal e a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, com Educação, Fundeb 70% e Saúde foram:

a) Percentual Educação: **31,95%** b) Percentual Fundeb 70: **106,40%** c) Percentual Saúde: **29,10%**

Referente ao limite de gastos com pessoal há a seguinte informação:

a) Gasto com pessoal: **52,70%**

Desenho de rosto de pessoa visto de perto Descrição gerada automaticamente com confiança média

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência Pública transmitida na forma online, dela lavrando-se á presente Ata, que depois de Lida e Achada conforme, vai por mim Josieli e pelo contador Bruno assinada.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2023

Ata da Audiência Pública para discussão e elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de dois mil e vinte e três, realizada de forma online através do endereço eletrônico: https://www.facebook.com/PrefeituraAltoTaquari/vid... e, transmitida às quinze horas e oito minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois. A audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através do através de convite publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site da Prefeitura Municipal, às Secretarias do Município e ao Legislativo Municipal para participação de todos. Em seu convite constava que esta seria realizada de forma online e presencial na Câmara Municipal, porém devido a problemas técnicos, a mesma teve que ser transferida e realizada na própria sede da Prefeitura Municipal, onde tivemos a participação dos servidores presentes. O Contador do município o Sr. Bruno iniciou cumprimentando a todos, e pedindo desculpas pelo transtorno causado em não poder se realizar a audiência no local estipulado, em seguida deu início às explanações sobre a LOA quanto ao seu planejamento, os instrumentos para elaboração utilizados pela Administração Pública, os conceitos para formulação do PPA, LDO e LOA, o ciclo orçamentário e a legislação aplicada, e que o mesmo estima a receita e fixa as despesas conforme segue:

a) Total de receita prevista para 2023: **R$ 90.000.000,00** b) Total de despesa prevista para 2023: **R$ 90.000.000,00**

Sendo previsto por ação:

a) Câmara Municipal: **R$ 4.200.000,00** b) Gabinete da Prefeita: **R$ 2.855.450,00** c) Secretaria de Administração e Fazenda: **R$ 8.508.154,98** d) Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo: **R$ 1.715.510,00** e) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: **R$ 1.225.720,00** f) Secretaria de Infraestrutura, Viação e Transportes: **R$ 9.310.610,00** g) Secretaria de Educação e Cultura: **R$ 9.774.610,00** h) Secretaria de Promoção e Assistência Social: **R$ 3.491.360,00** i) Secretaria de Saúde: **R$ 23.470.940,00** j) Secretaria de Compras e Licitação: **R$ 890.300,00** k) **Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo: R$ 4.323.570,00** l) **Secretaria de Obras, Engenharia**

e Planejamento: R$ 6.284.180,00 m) Fundeb: **R$ 12.060.000,00 n) Salário Educação: R$ 610.000,00** o) Fundo da Infância e Adolescência: **R$ 71.715,02** p) Fundo da Assistência Social: **R$ 804.880,00** q) **Fundo Municipal de Apoio a Política do Idoso: R$ 3.000,00 r)** Reserva de Contingência: **R$ 400.000,00**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência Pública transmitida na forma online, dela lavrando-se á presente Ata, que depois de Lida e Achada conforme, vai por mim Josieli e pelo Contador Bruno assinada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 243/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srta. **SANDRA MARA BERNARDO,** portadora da cédula de identidade nº 000510186 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº 471.018.492-53, para exercer o cargo de **COORDENADORA DA PROTEÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 03 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **MK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.475.297/0001-54, com sede na Rua Assis Brasil, nº 670, Sala 01, Jd Tropical, CEP: 85.887-000, em Matelândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Cledoir Fernando Maier Kunkel**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 10.205.512-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.109.969-24, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 311, Casa, Bairro Vila Pazza, CEP: 85.887-000, em Matelândia/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
22	14-01-2106	CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: RESOLUCAO MINIMA DE 12 MP, ZOOM OPTICO MINIMO 3 X, TELA LCD MINIMA DE 2.5", ALIMENTACAO OBRIGATORIALMENTE POR BATERIA DE ION LITIUM, DEVERA VIR ACOMPANHADA DE CARTAO DE MEMORIA EM FORMATO COMPATIVEL COM A CAMERA NA CAPACIDADE DE NO MINIMO DE 4 GB CLASSE 10, BOLSA DE TRANSPORTE E CARREGADOR DE BATERIA (CANON, NIKON E SONY)	SONY	UN	10,00	819,99	8.199,90
49	9-01-0575	HD 4TB, ESPECIFICO PARA NAS, PADRAO SATA II, 7.200 RPM, 32 MB, 3.5" 6 GBIT/S (SAMSUNG, SEAGATE, WD BLUE)	SEAGATE	UN	4,00	899,98	3.599,92
50	9-01-0618	HD 4TB, ESPECIFICO PARA NAS, PADRAO SATA III, 7.200 RPM, 32 MB, 3.5" 6 GBIT/S (SAMSUNG, SEAGATE, WD BLUE)	SEAGATE	UN	18,00	899,98	16.199,64
107	9-01-0629	SSD 2TB GB, PADRAO SATA II, 2,5" NOTEBOOK (KINGSTON, SANDISK, CORSAIR)	KINGSTON	UN	4,00	1.589,00	6.356,00
114	14-01-2005	SWITCH 12 PORTAS SFP 10/100/1000, 4 PORTAS 10/100/1000, PADRAO 19", GERENCIAVEL, LAYER 2 (UBIQUITI, HP, TP-LINK)	TP LINK	UN	2,00	1.749,99	3.499,98
117	14-01-2124	SWITCH 24 PORTAS SFP 10/100/1000, 4 PORTAS 10/100/1000 COMBO, 4 PORTAS SFP+ 10G, PADRAO 19", GERENCIAVEL, LAYER 2, COM GARANTIA VITALICIA, COM TROCA GARANTIDA PELO FABRICANTE E OU FORNECEDOR (UBIQUITI, HP, TP-LINK)	TP LINK	UN	4,00	1.991,39	7.965,56
118	14-01-2125	SWITCH 48 PORTAS 10/100/1000 + 2 SFP 10G, PADRAO 19", GERENCIAVEL, LAYER 2, COM GARANTIA VITALICIA, COM TROCA GARANTIDA PELO FABRICANTE E OU FORNECEDOR (CISCO, HP, PLANET)	UBNT	UN	3,00	3.948,00	11.844,00

Valor Total do Fornecedor R$ 57.665,00 (cinqüenta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada; **8.1.8.** A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Cledoir Fernando Maier Kunkel

MK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 43.475.297/0001-54

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DSCOM DISTIBUIDOR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.494.895/0001-80, com sede na Rua 26, s/nº, Qda 42, Lote 15, Casa 01, CEP: 75.114-450, JK Nova Capital, Anápolis/GO, neste ato representada pelo Sr. **Brendon Damasceno Simoa**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 6617908 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 703.600.871-75, residente e domiciliado na Rua 26, s/nº, Qda 42, Lote 15, Casa 01, CEP: 75.114-450, JK Nova Capital, Anápolis/GO, CEP: 29.190-107, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
43	9-01-0434	FONTE DE ALIMENTACAO ATX, 400 WATTS-POTENCIA REAL COM PFC ATIVO	BRAZILPC	UN	163,00	132,20	21.548,60

Valor Total do Forncedor R$ 21.458,60 (vinte e um mil quatrocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa,

procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Brendon Damasceno Simoa

DSCOM DISTIBUIDOR LTDA

CNPJ nº 34.494.895/0001-80

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **CONTIGO SOLUÇOES PARA GESTÃO PÚBLICA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.065.989/0001-26, com sede Rua Coohapi, nº 221, em Sapiranga/RS, CEP: 93.804-128, neste ato, representada pelo Sr. **Tiago Pires Sutel**, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG: 1089428823 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.220.010-96, residente e domiciliado na Rua Coohapi, nº 221, em Sapiranga/RS, CEP: 93.804-128, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
9	1-10-0586	BATERIA CR 2032, UNIDADE.	LITHIUM	UN	160,00	1,90	304,00
30	9-01-0174	CONECTOR RJ-11 CATEGORIA 3, 4 VIAS	CHIPSCE	UN	160,00	0,27	43,20
42	9-01-0431	FONE DE OUVIDO COM MICROFONE, TIPO HEADSET	TRENDS	UN	120,00	14,69	1762,80

Valor Total do Fornecedor R$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Tiago Pires Sutel

CONTIGO SOLUÇOES PARA GESTÃO PÚBLICA

CNPJ nº 14.065.989/0001-26

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785. 730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **STAR RUM INFORMATICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.806.377/0001-54, com sede Av. Luiz Viana Filho, nº 1773, Saboeiro, sala 02, Mezanino Salvador - Bahia, neste ato, representada pelo Sr. **Marcio dos Reis Lobo**, portador da Cédula de identidade RG 02994417-17 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 629.205.965-00, residente e domiciliado na Rua Caminho 34,34 Mussurunga II, Salavador - Bahia, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
20	14-01-2113	CAMERA DE VIDEO, INTERNA, DOME TIPO IP, POE, 2MP, SUPORTE A ONVIF, PADRAO INTELBRAS, LENTE FIXA 3,6 MM, ALCANCE DE 20 METROS (INTELBRAS, MOTOROLA, UBIQUITI)	INTELBRAS	UN	155,00	356,29	55.224,95
123	9-01-0567	WINDOWS 10 PRO X64 PT-BR, LICENCA DE UTILIZACAO VITALICIA	MICROSOFT	UN	133,00	127,00	16.891,00

Valor Total do Fornecedor R$ 72.115,95 (setenta e dois mil cento e quinze reais e noventa e cinco centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; **8.1.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada; **8.1.8.** A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Marcio dos Reis Lobo

STAR RUM INFORMATICA EIRELI

CNPJ nº 38.806.377/0001-54

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **EDNA TODAO GONÇALVES-03854793952**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.961.564/0001-91, com sede na Rua Hermínio Tessaro, nº 370, Jd Colegial, em Paiçandu/PR, CEP: 87.140-000, neste ato, representada pela Sra. **Edna Todao Gonçalves**, brasileira, sócia administradora, portadora da Cédula de Identidade RG: 6.208.170-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.558.141-97, residente e domiciliado na Rua Hermínio Tessaro, nº 370, Jd Colegial, em Paiçandu/PR, CEP: 87.140-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR**

REGISTRADO, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
16	9-01-0172	CAIXA DE SOBREPOR, SISTEMA X COM ESPELHO, 2 POSICOES PARA CONECTOR KEYSTONE	ENERBRAS	UN	182,00	12,20	2.220,40
28	9-01-0173	CONECTOR KEYSTONE, RJ 45 FEMEA CAT 5E (AMP, FURUKAWA OU HELERMANN)	FURUKAWA	UN	222,00	14,90	3.307,80
32	9-01-0539	CORDAO OPTICO, TIPO SIMPLEX CONECTORIZADA, 1 PONTA LC/UPC, 3,00MM, 2 METROS	FIBER	UN	22,00	21,30	468,60
33	9-01-0536	CORDAO OPTICO, TIPO SIMPLEX CONECTORIZADA, 1 PONTA SC/UPC E OUTRA LC/UPC. 3,00MM, 2 METROS	FIBER	UN	45,00	39,80	1.791,00
34	9-01-0540	CORDAO OPTICO, TIPO SIMPLEX CONECTORIZADA, 1 PONTA SC/UPC, 3,00MM, 2 METROS	FIBER	UN	22,00	21,20	466,40
35	9-01-0537	CORDAO OPTICO, TIPO SIMPLEX CONECTORIZADA, 2 PONTAS LC/UPC. 3,00MM, 20 METROS	FIBER	UN	20,00	162,80	3.256,00
36	9-01-0538	CORDAO OPTICO, TIPO SIMPLEX CONECTORIZADA, 2 PONTAS SC/UPC, 3,00MM, 20 METROS	FIBER	UN	22,00	195,20	4.294,40
38	9-01-0535	ESPELHO 4 X 2, KEYSTONE 2 POSICOES	ENERBRAS	UN	112,00	10,80	1.209,60

Valor Total do Fornecedor R$ 17.014,20 (dezessete mil e quatorze reais e vinte centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Edna Todao Gonçalves

EDNA TODAO GONÇALVES 03854793952

CNPJ nº 46.961.564/0001-91

Fornecedor

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0244/2022

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 175/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO MECANICA PARA MÁQUINA EM GARANTIA DO FABRICANTE

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o servidor Sr. Alexandre da Silva. Tendo como objeto: REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA MÁQUINA QUE SE ENCONTRA EM GARANTIA DO FABRICANTE MARCA/**MODELO JCB / 3CX** REVISÃO DE 100 HORAS DA RETROESCAVADEIRA, REVISÃO DE 500 HORAS DA RETRO ESCAVADEIRA, REVISÃO DE 1000 HORAS DA RETROESCAVADEIRA.

FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA GUIMARAES AGRICOLA LTDA.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de setembro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **LICITAMAIS COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.732/0001-91, com sede Rua Manoel Vargas, nº 316, Sala 02, Bairro Cristo Rei, em Vázea Grande/MT, CEP: 78.118-114, neste ato representada pelo Sr. **Marcos Eduardo Rodrigues Machado**, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG: 2616359-4 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.923.981-58, residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, s/n, Condomínio Rio Cachoeirinha, casa 149, Jardim Imperial, CEP: 78.075-905, em Cuiabá/MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	9-01-0523	ADAPTADOR HDMI COM SAIDA VGA E AUDIO, PARA PROJETOR MULTIMIDIA	SHINKA	UN	9,00	23,46	211,14
2	9-01-0524	ADAPTADOR OPTICO SC/SC, APC	2FLEX	UN	45,00	19,65	884,25
13	9-01-0417	CABO PAR TRANCADO, 4 PARES, CAT 5E, CX 305 MTS, BLINDADO	MEGATRON	Cx	19,00	749,60	14.242,40
17	1-10-0588	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA DE CABOS E BALUNS PARA CFTV, UND	INTELBRAS	UN	160,00	39,00	6.240,00
18	9-01-0635	CAIXA SOM ESTEREO, CONECTOR P2, CONTROLE DE VOLUME, UNIDADE	EXBOM	UN	160,00	25,40	4.064,00
19	14-01-2112	CAMERA DE VIDEO, EXTERNA, TIPO IP, POE, 2MP, SUPORTE A ONVIF, PADRAO INTELBRAS, LENTE FIXA 3,6 MM, ALCANCE DE 20 METROS (INTELBRAS, MOTOROLA, UBIQUITI)	INTELBRAS	UN	155,00	384,90	59.659,50
25	9-01-0529	CAPA PROTETORA PARA TABLET SAMSUNG T560N ORIGINAL	SAMSUNG	UN	45,00	127,72	5.747,40
26	9-01-0421	CARTAO SD, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 64 GB, CLASSE 10 (KINGSTON, SANDISK, PATRIOT)	ADATA	UN	50,00	42,70	2.135,00
27	9-01-0530	CONECTOR DE CAMPO PARA FIBRA OTICA, TIPO SC, COM GABARITO PARA CABO	AMPHENOL	UN	70,00	24,72	1.730,40
41	9-01-0430	FITA ROTULADOR BROTHER 80, PRETO SOBRE PRATA, 9 MM	XFULL	UN	45,00	79,65	3.584,25
60	9-01-0619	KIT DE ANILHAS NUMÉRICAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE CABOS DE REDE, ALGARISMOS DE 0 A 9, SENDO 10 UNIDADES POR NUMERO, A COR DE CADA NUMERO DEVE SER DIFERENTE, KIT	SECCON	Kit	112,00	28,39	3.179,68

61	9-01-0179	KIT PORCA GAIOLA PARA FIXAR EQUIPAMENTOS NA BANDEJA DO RACK.	SECCON	Cj	603,00	1,70	1.025,10
70	9-01-0552	MINI DISTRIBUIDOR OPTICO PARA 4 FIBRAS, COMPATIVEL COM ADAPTADORES SC, DEVERA SER FORNECIDO COM CONECTORES SC	VALEC	UN	30,00	220,74	6.622,20
71	9-01-0460	MOCHILA “PARA NOTEBOOK, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: EM POLIESTER, NYLON OU COURO SINTETICO PARA NOTEBOOKS DE ATE 15.6”, COM BOLSO FRONTAL, ALCAS DE OMBRO E DE MAO, ORGANIZADOR PARA ACESSORIOS, CDS, CANETAS, CARTOES, ETC... ESPACO PARA PASTAS E DOCUMENTOS, COM ZIPER E REPARTICAO INTERNA.	SKEET	UN	20,00	78,97	1.579,40
72	9-01-0625	MODULO SFP + 10G, PARA FIBRA OTICA WDM, TIPO SIMPLEX, CONECTOR LC, LADO B (TX1310)	WDM	UN	20,00	317,55	6.351,00
74	9-01-0622	MODULO SFP, PARA FIBRA OTICA WDM, TIPO SIMPLEX, CONECTOR LC, LADO A (TX1550)	GIBC-SM321A	UN	22,00	141,65	3.116,30
75	9-01-0623	MODULO SFP, PARA FIBRA OTICA WDM, TIPO SIMPLEX, CONECTOR LC, LADO B (TX1310)	GBIC-SM321B	UN	22,00	227,74	5.010,28
78	9-01-0465	MOUSE OPTICO PADRAO PS2	MULTILASER	UN	100,00	12,22	1.222,00
79	9-01-0463	MOUSE OPTICO PADRAO USB	MAYMAX	UN	195,00	8,13	1.585,35
81	14-01-2003	NOBREAK C/ AS SEGUINTES CONFIGURACOES: POTENCIA MINIMA 3000 WATTS, TENSAO NOMINAL DE ENTRADA E SAIDA 110 v OU BIVOLT, FATOR DE POTENCIA 0,9 OU SUPERIOR, TIPO SENOIDAL COM DUPLA CONVERSAO (ONLINE), COM ENGATE EXTERNO DE BATERIA, MINIMO DE 5 TOMADAS E CONEXAO COM COMPUTADOR (SMS, APC, EATON)	SMS	UN	8,00	5.876,92	47.015,36
82	14-01-2116	NOBREAK COM AS SEGUINTES CONFIGURACOES: POTENCIA MINIMA 1400 WATTS, TENSAO NOMINAL DE ENTRADA 110V, FATOR DE POTENCIA 0,7 OU SUPERIOR, COM ENGATE EXTERNO DE BATERIA, MINIMO DE 5 TOMADAS E CONEXAO COM COMPUTADOR (SMS,APC, EATON)	SMS	UN	47,00	1.118,93	52.589,71
85	9-01-0180	PATCH CORD CAT 5E,1,5M (AMP, FURUKAWA,HELLERMANN)	FURUKAWA	UN	200,00	11,40	2.280,00
91	9-01-0472	PLACA DE REDE PADRAO ETHERNET PCI 10/100/1000 (INTELBRAS, DLINK, TPLINK)	D-LINK	UN	56,00	96,50	5.404,00
92	9-01-0473	PLACA DE REDE PADRAO ETHERNET PCI EXPRESS X1, 10/100/1000 (INTELBRAS, DLINK, TPLINK)	TP-LINK	UN	56,00	84,94	4.756,64
95	9-01-0554	PLACA DE VIDEO, PADRAO PCI-EXPRESS 16X, 2GB DE MEMORIA DDR5, COM CONEXOES DVI, HDMI E VGA.	AMD RADEON	UN	10,00	634,50	6.345,00
102	9-01-0627	REGUA DE 8 TOMADAS 19" NBR14136:2002, COM DISJUNTOR, UNIDADE.	IPEC	UN	20,00	79,50	1.590,00
112	9-01-0565	SUPORTE DE PISO PARA CPU COM 4 RODIZIOS	MASTICMOL	UN	70,00	41,17	2.881,90
113	9-01-0633	SUPORTE PARA SSD 2.5" PARA BAIA 3.5", UNIDADE	BNT	UN	100,00	25,38	2.538,00
120	9-01-0485	TECLADO PADRAO ABNT CONECTOR PS2	MULTILASER	UN	70,00	28,66	2.006,20

Valor Total do Fornecedor R$ 255.596,46 (duzentos e cinqüenta e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhada de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Marcos Eduardo Rodrigues Machado

LICITAMAIS COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.201.732/0001-91

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 435/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..
.

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 067/2022 da Servidora Pública Municipal Srta. **BENILA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO,** portadora da cédula de identidade nº 0380730720092 SSP/MA e inscrita no CPF sob o nº 061.845.353-90,do cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 03 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado o Srta. **BENILA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO,** residente e domiciliada em Apiacás – MT, portadora da cédula de identidade n° **0380730720092 SSP/MA** e inscrita no CPF sob o n° **061.845.353-90**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 067/2022, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, firmado em 02/02/2022 entre as partes, com efeitos a partir de 03/10/2022.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 03 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

Benila Rodrigues da Conceição

-CONTRATADA-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **VETORSCAN SOLUÇÕES CORPORATIVAS E IMPORTAÇÃO EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.113.866/0001-25, com sede Rua Domingos Rodrigues, nº 341, Sala 64, Lapa, em São Paulo/SP, CEP: 05.075-000, neste ato representada pelo Sr. **Thiago Roberto de Souza Siqueira**, brasileiro, solteiro, Assistente comercial, portador da Cédula de Identidade RG: 33. 758.090-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 342.921.128-00, residente e domiciliado na Rua José Schreittmiller, nº 149, Jardim Dayse, CEP: 78. 075-905, em São Paulo/SP, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
103	14-01-0385	SCANNER DE MESA, VERTICAL, RESOLUCAO MINIMA DE 600DPI EM CORES E 1200DPI EM PRETO E BRANCO, COM VELOCIDADE ATE 40 IPM, FRENTE E VERSO, COM ALIMENTADOR MINIMO DE 50 PAGINAS, COM CONEXAO USB (HP, EPSON, FUJITISU). OBRIGATORIAMENTE DEVERA VIR ACOMPANHADO DO SOFTWARE ACROBAT PRO DC.	AVISION	UN	14,00	2.697,00	37.758,00

Valor Total do Fornecedor R$ 37.758,00 (trinta e sete mil setecentos e cinqüenta e oito reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Thiago Roberto de Souza Siqueira

VETORSCAN SOLUÇÕES CORPORATIVAS E IMPORTAÇÃO EIRELI-EPP

CNPJ nº 11.113.866/0001-25

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREGÃO ELETRONICO nº.: 025/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022 Na data 26/08/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**.**

Empresas Vencedoras valor total: R$ 1.951.501,17 (um milhão novecentos e cinqüenta e um mil e quinhentos e um reais e dezessete centavos): **NONATO DA SILVA E CIA LTDA** (11753137000133) com o lote: 45 no valor total de R$ 12.064,00 (doze mil e sessenta e quatro reais). **FOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** (15435299000184) com o lote: 104 no valor total de R$ 48.720,00 (quarenta e oito mil e setecentos e vinte reais). **CONTIGO TELECOM** (14065989000126) com os lotes: 9, 30 e 42 no valor total de R$ 2.110,00 (dois mil e cento e dez reais). **EDNA TODAO GONCALVES** (46961564000191) com os lotes: 16, 28, 32, 33, 34, 35, 36 e 38 no valor total de R$ 17.014,20 (dezessete mil e quatorze reais e vinte centavos). **STAR RUM INFORMATICA EIRELI** (34806377000154) com o lote: 20 e 123 no valor total de R$ 72.115,95 (setenta e dois mil cento e quinze reais e noventa e cinco centavos). **REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA** (65149197000251) com os lotes: 54, 55, 56 e 77 no valor total de R$ 212.966,00 (duzentos e doze mil e novecentos e sessenta e seis reais). **FLY TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** (11475479000139) com os lotes: 11, 15, 21, 23, 31, 40, 46, 47, 51, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 80, 89, 90, 93, 94, 97, 108, 109, 110 e 121 no valor total de R$ 232.881,10 (duzentos e trinta e dois mil e oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos). **ESFERA PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO LTDA ME** (05328910000111) com os lotes: 57 e 83 no valor total de R$ 112.604,21 (cento e doze mil e seiscentos e quatro reais e vinte e um centavos). **AR SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI** (30678144000162) com o lote: 105 no valor total de R$ 43.575,00 (quarenta e três mil e quinhentos e setenta e cinco reais). **VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE**

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI (33419290000161) com os lotes: 67, 68 e 69 no valor total de R$ 593.569,64 (quinhentos e noventa e três mil e quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). **OLMIR IORIS E CIA LTDA** (70429956000199) com os lotes: 99, 106 e 122 no valor total de R$ 28.673,00 (vinte e oito mil e seiscentos e setenta e três reais). **L C COMERCIO ELETRONICO - LTDA** (39481277000119) com os lotes: 96 e 124 no valor total de R$ 24.230,00 (vinte e quatro mil e duzentos e trinta reais). **GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA & SERVIÇOS LTDA** (44352658000138) com o lote: 86 no valor total de R$ 6.552,00 (seis mil e quinhentos e cinqüenta e dois reais). **VETORSCAN SOLUCOES CORPORATIVAS E IMPORTACAO EIRELI - ME** (11113866000125) com o lote: 103 no valor total de R$ 37. 758,00 (trinta e sete mil e setecentos e cinqüenta e oito reais). **DSCOM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA** (34494895000180) com o lote: 43 no valor total de R$ 21.548,60 (vinte e um mil e quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos). **LICITAMAIS COMERCIO E SERVICOS EIRELI** (13201732000191) com os lotes: 1, 2, 13, 17, 18, 19, 25, 26, 27, 41, 60, 61, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 82, 85, 91, 92, 95, 102, 112, 113 e 120 no valor total de R$ 255.596,46 (duzentos e cinqüenta e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta centavos). **LEILA ALVEZ CORDEIRO LUSA** (44227505000169) com os lotes: 8, 12, 14, 48, 62, 84, 98 e 101 no valor total de R$ 55.853,91 (cinqüenta e cinco mil e oitocentos e cinqüenta e três reais e noventa e um centavos). **DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA** (18861730000142) com os lotes: 53 e 76 no valor total de R$ 61.981,96 (sessenta e um mil e novecentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos). **MK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA** (43475297000154) com os lotes: 22, 49, 50, 107, 114, 117 e 118 no valor total de R$ 57.665,00 (cinqüenta e sete mil e seiscentos e sessenta e cinco reais). **HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA** (29391476000182) com os lotes: 44 e 52 no valor total de R$ 4.522,14 (quatro mil e quinhentos e vinte e dois reais e quatorze centavos). **DATAGOV INFORMATICA LTDA** (06074895000195) com o lote: 100 no valor total de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Itens desertos: 24, 87 e 88

Itens fracassados: 3, 4, 5, 6, 7, 10, 29, 37, 39, 73, 111, 115, 116 e 119.

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **LEILA ALVES CORDEIRO LUSA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69, com sede Rua das Castanheiras, nº 1001, Quadra 41, Sala 901, Setor Comercial, em Sinop/MT, CEP: 78.550-290 neste ato, representada pela Sra. **Leila Alves Cordeiro Lusa**, brasileira, comerciante, portadora da Cédula de Identidade RG: 19213301SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 023.239.261-79, residente e domiciliada na Rua dos Lírios, nº 190A, Bairro Módulo 4, CEP: 78.320-000, em Juína/MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
8	1-10-0587	BATERIA 12V, 7A PARA NOBREAK, UNIDADE.	POWERTEK	UN	34,00	85,34	2.901,56
12	9-01-0527	CABO HDMI, MACHO/MACHO, 10 METROS	KNUP	UN	37,00	43,73	1.618,01
14	9-01-0169	CABO PAR TRANCADO, 4 PARES, CAT 5E, CX 305 MTS, CM (AMP, FURUKAWA OU HELLERMANN)	FURUKAWA	Cx	43,00	779,89	33.535,27
48	9-01-0177	GUIA DE CABO FECHADO 1U 19	MAX ELETRON	UN	55,00	53,90	2.964,50
62	9-01-0240	LEITOR DE CODIGO DE BARRAS, USB, 13 CM, LASER, COMPATIVEL COM BOLETOS E NFE-E (BEMATECH, ZEBRA, ARGOX)	BEMATECH	UN	10,00	170,07	1.700,70
84	9-01-0571	PATCH CORD CAT 5E, 1,5M BLINDADO (AMP, FURUKAWA, HELERMANN)	FURUKAWA	UN	50,00	24,50	1.225,00
98	9-01-0558	PROCESSADOR SOCKET LGA 1200, 10ª GERACAO, 3 MB CACHE	INTEL	UN	14,00	302,86	4.240,04
101	14-01-2118	RACK DE PAREDE, FECHADO, 19" 550MM 12U COM CHAVE, UNIDADE	MAXELETRON	UN	13,00	589,91	7.668,83

Valor Total do Fornecedor R$ 55.853,91 (cinqüenta e cinco mil oitocentos e cinqüenta e três reais e noventa e um centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; **8.1.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada; **8.1.8.** A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa,

procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente au-

torizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Leila Alves Cordeiro Lusa

LEILA ALVES CORDEIRO LUSA ME

CNPJ nº 44.227.505/0001-69

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785. 730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DATAGOV INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.075.895/0001-95, com sede Rodovia Governador Mário Covas, km 268 Nº3.979, Planalto de Carapina – Serra- ES, neste ato, representada pelo Sr. Caio Lima Sandes, portador da Cédula de identidade RG 2416885 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.558.141-97, residente e domiciliado na SCS Setor Comercial Sul Quadra 08, Bloco B Nº 50 Sala 539 – Brasilia - DF, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação. **4.3.** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
100	14-01-0324	PROJETOR MULTIMIDIA C/ NO MINIMO DE 3.000 LUMENS ANSI, CONECTIV C/ S-VIDEO, COMPOSITE VIDEO E VGA (D-SUB 15 PINOS), CONTROLE REMOTO, ALTO FALANTE INTEGRADO, BOLSA P/ TRANSPORTE; CABO DE FORCA C/ PLUGUE DE ALIMENT 90 ~240 VAC; 60HZ (DELL, LG, EPSON)	EPSON	UN	12,00	4.125,00	49.500,00

Valor Total do Fornecedor R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Caio Lima Sandes

DATAGOV INFORMATICA LTDA

CNPJ nº 06.075.895/0001-95

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.328.910/0001-11, com sede na Rua 5,Chácara 116, Lote 01 E, Loja 03, Vicente Pires, em Brasília/DF, CEP: 72.006-180, neste ato representada pelo Sr. **Roberto Moreira Soares da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da CNH nº 01721767904, expedida pelo DETRA/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 126.296.988-31, residente e domiciliado na Quadra 106, Lote 03, Apto 702, Condomínio Giardino Michellangelo, em Águas Claras/DF, CEP: 71.915-500, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total

57	14-01-2002	IMPRESSORA PLOTTER COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: JATO DE TINTA, SUPORTE A FORMATO DE IMPRESSÃO A0, COLORIDO CABEÇA DE IMPRESSÃO SEPARADA DO CARTUCHO, 4 CARTUCHOS INDIVIDUAIS, COM SUPORTE AO FORMATO A0 EM ROLO, LARGURA MAXIMA DE IMPRESSÃO 24", COM SUPORTE PARA ROLO DE PAPEL, COM INTERFACES ETHERNET E SEM FIO, COM SUPORTE DE PEDESTAL ORIGINAL DO FABRICANTE, MEMÓRIA 256MB, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 90~240 OU BIVOLT AUTOM 60HZ (HP, SAMSUNG, EPSON)	T3170	UN	1,00	6. 364,53	6. 364,53
83	14-01-2111	NOTEBOOK COM AS SEGUINTES CONFIGURACOES: LEITOR DE CARTOES COM SUPORTE AOS FORMATOS CF/MD/MEMORYSTICK/MINI SD/MMC/SD/SD/MMC/XD; PROCESSADOR: NUCLEO QUADRUPLO OU SUPERIOR, BARRAMENTO: LGA-1200, 10ª GERACAO OU SUPERIOR, CACHE: 10MB OU SUPERIOR, CLOCK: 2.2GHZ OU SUPERIOR; REDE ON BOARD 10/100/1000, MEMORIA: 8GB DDR4 2400 MHZ (PC4-19200) BARRAMENTO DA MEMORIA:DDR4 2400 MHZ (PC4-19200), DRIVE DVD/RW SATA, HD: 1TB (6 GBIT/S), COM SUPORTE A SSD M2, DEVERÁ SER ENTREGUE COM SSD M2 X4 240GB (KINGSTON, SANDISK, WD BLUE), SAIDAS VGA (D-SUB 15 PINOS) E HDMI OBRIGATORIAS, BATERIA DE 6 CELULAS, TECLADO PADRAO ABNT E MOUSE OTICO EXTERNO; TELA 14" LED OU SUPERIOR PADRAO 16:9; INTERFACE WIRELESS B/G/N; FONTE DE ALIMENTACAO COM CABO DE FORCA PLUGUE DE ALIMENTACAO PADRAO PREFERENCIALMENTE NEMA 5-15R/NBR 6147 OU NBR 14136, TENSAO DE ALIMENTACAO 90 ~240 VAC; 60HZ; COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO LICENCIADO (ACER, LENOVO, SAMSUNG), DEVERA SER FORNECIDO COM MALETA PARA NOTEBOOK COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: EM POLIESTER, NYLON OU COURO SINTETICO PARA NOTEBOOKS DE ATE 14", COM BOLSO FRONTAL, ALCAS DE OMBRO E DE MAO, ORGANIZADOR PARA ACESSORIOS, CDS, CANETAS, CARTOES, ETC., ESPACO PARA PASTAS E DOCUMENTOS, COM ZIPER E REPARTICAO INTERNA	SAMSUNG BOOK	UN	32,00	3. 319,99	106. 239,68

Valor total do Fornecedor R$ 112.604,21 (cento e doze mil seiscentos e quatro reais e vinte e um centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Roberto Moreira Soares da Silva

ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

CNPJ nº 05.328.910/0001-11

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **NONATO DA SILVA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.753.137/0001-33, com sede na Avenida Xavantes, nº 594, Bairro Maracanã, em Barra do Bugres/MT, CEP: 78.390-000, neste ato, representada pelo Sr. **Gustavo Trevizan Nonato da Silva**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG: 29.513.160-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 255.505.098-14, residente e domiciliado na Avenida Xavantes, nº 840, Bairro Maracanã, em Barra do Bugres/MT, CEP: 78.390-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
45	14-01-2115	FRAGMENTADOR DE PAPEL COM CESTO, CAPACIDADE DE PRODUCAO DE TIRAS DE PAPEL DE 4 MM	AURORA	UN	32,00	377,00	12.064,00

Valor total do Fornecedor R$ 12.064,00 (doze mil e sessenta e quatro reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa,

procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Gustavo Trevizan Nonato da Silva

NONATO DA SILVA E CIA LTDA

CNPJ nº 11.753.137/0001-33

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 434/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..
.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srta. **SANDRA MARA BERNARDO,** portadora da cédula de identidade nº 000510186 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº 471.018.492-53,do Cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 03 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **FLY TECNOLOGIA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.475.479/0001-39, com sede na Rua 5, s/nº Quadra 03, Lote 06, Residencial Ex-Prefeito José de Assis Lobo II, em Mossâmedes/GO, CEP: 76.150-000, neste ato representada pela Sra. **Isabella Adorno Caetano Pinheiro**, brasileira, Diretora, portadora da Cédula de Identidade RG: 5161025 SSP/GO, inscrita no CPF/MF sob o nº 023.726.021-28, residente e domiciliada na Rua Uberaba, s/nº , Qd 11, Lote 01 a 09, Apto 1103, Bolco B, Jd Ana Lúcia, em Goiânia/GO, CEP: 74.315-340, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
11	9-01-0415	CABO DE FORCA, PADRAO NBR 14136:2002	MD9	UN	142,00	10,00	1.420,00
15	9-01-0284	CABO USB 2.0 PARA CONEXAO DE IMPRESSORA, 1,8 MT	VINIK	UN	70,00	8,50	595,00
21	14-01-0389	CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL COM AS SEGUINTE ESPECIFICACOES: CORPO TIPO DSLR, RESOLUCAO OTICA MINIMA: 24 MEGAPIXELS, ISO 100, 12800, WI-FI EMBUTIDO, TELA LCD ARTICULAVEL TOUCH DE 3.0 POLEGADAS, DISPAROS CONTINUOS DE ALTA VELOCIDADEDE ATE 5.0 FPS,ALIMENTACAO OBRIGATORIAMENTE POR BATERIA LP - E 17, SISTEMA DE DETECCAO DE IMAGEM SECUNDARIA TTL, VELOCIDADE DO OBTURADOR: 1/400 ATE 30 SEG, FLASH RETRATIL. DEVERA VIR ACOMPANHADA DE 02 LENTES: 18-135 MM F/3.5-5.6 IS STM E 50 MM F/ 1.8 STM (OBRIGATORIAMENTE DA MESMA MARCA QUE O CORPO DA CAMERA), CARTAO DE MEMORIA EM FORMATO COMPATIVEL COM A CAMERA NA CAPACIDADE DE NO MINIMO 32 GB CLASSE 10, MOLDURA DO VISOR OTICO, ALCA DE PESCOCO, CABO DE INTERFACE USB, BATERIA LP - E17, CARREGADOR DE BATERIA LC - E17, GUIA RAPIDO DE INSTRUCAO, TRIPE EM ALUMINIO COMPATIVEL COM O CORPO DA CAMARA, BOLSA DE TRANSPORTE COM CAPACIDADE PARA CORPO MAIS DUAS LENTES, FLASH EXTERNO COMPATIVEL COM CORPO DA CAMERA, MICROFONELAPELA CABO DE NO MINIMO 5M (CANON, NIKON E SONY)	CANON	UN	2,00	7.100,00	14.200,00
23	14-01-2000	CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: RESOLUCAO MINIMA DE 12 MP, ZOOM OPTICO MINIMO 10X, COM CARTAO DE MEMORIA COMPATIVEL DE NO MINIMO 4GB CLASSE 10 COM GPS EMBUTIDO, COM SUPORTE A FULL HD, COM BOLSA PARA TRANSPORTE (CANON, NIKON E SONY)	SONY	UN	2,00	1.550,00	3.100,00
31	9-01-0616	COOLER PARA PROCESSADOR INTEL I3 1151 10ª GERACAO	BRAZIL PC	UN	32,00	30,00	960,00
40	9-01-0429	FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS 110/220 V	FIOLUX	UN	103,00	43,70	4.501,10
46	9-01-0541	GABINETE TIPO ATX, MIDI TORRE, COM SUPORTE E DUAS BAIAS 3.5" E FIXACAO DE 2 HDS 2.5", COM FONTE DE ALIMENTACAO ATX	BRAZIL PC	UN	7,00	180,00	1.260,00
47	9-01-0446	GRAVADOR DE DVD PADRAO SATA INTERNO 3,5"	BRAZIL PC	UN	25,00	89,00	2.225,00
51	9-01-0542	HD 4TB, EXTERNO, 2.5" CONEXAO USB 3.0 SAMSUNG, SEAGATE, WD BLUE	WD	UN	14,00	720,00	10.080,00
58	9-01-0547	KIT COMPOSTO POR PLACA MAE COM SUPORTE A M2 NMVE, COMPATIVEL COM PROCESSADOR LGA-1200, 10ª GERACAO, (ASUS, GIGABYTE, MSI), PROCESSADOR NUCLEO DUPLO OU SUPERIOR LGA-1200, 10ª GERACAO, 3MB CACHE E MEMORIA 8GB DDR4 2400MHZ (KINGSTON, PATRIOT, CORSAIR)	MSI	UN	72,00	1.000,00	72.000,00
59	9-01-0452	KIT COMPOSTO POR: PLACA-MAE E PROCESSADOR DE BAIXO CUSTO PADRAO MICRO-ATX OU MINI-ATX , MEMORIA DDR4 2400 MHZ (PC4-19200)	PCWERE	UN	70,00	540,00	37.800,00
63	9-01-0548	MEMORIA DDR3 1333 (10600) 4 GB (KINGSTON, PATRIOT, CORSAIR)	KINGSTON	UN	15,00	95,00	1.425,00
64	9-01-0620	MEMORIA DDR4 2133 (17000) 8 GB (KINGSTON, PATRIOT, CORSAIR)	PATRIOT	UN	29,00	180,00	5.220,00
65	9-01-0550	MEMORIA SODIMM DDR4 2133 (10600) 8 GB (KINGSTON, PATRIOT, CORSAIR)	PATRIOT	UN	14,00	210,00	2.940,00
66	9-01-0458	MEMORIA SODIMM PARA NOTEBOOK DDR3 1333 (10600) 4 GB	KINGSTON	UN	14,00	115,00	1.610,00
80	9-01-0464	MOUSE OPTICO PADRAO USB, SEM FIO	BRAZIL PC	UN	50,00	20,00	1.000,00
89	9-01-0469	PEN DRIVE CAPACIDADE 128 GB, USB 3.0 (CORSAIR, KINGSTON, SANDISK)	SANDISK	UN	6,00	74,50	447,00
90	9-01-0471	PEN DRIVE CAPACIDADE 64 GB, USB 3.0 (CORSAIR, KINGSTONE, SANDISK)	SANDISK	UN	21,00	35,00	735,00
93	9-01-0474	PLACA DE REDE WIFI, 2.4 GHZ, PADRAO B/G/N, INTERFACE PCI (INTELBRAS, TPLINK, DLINK)	TP LINK	UN	56,00	100,00	5.600,00
94	9-01-0475	PLACA DE REDE WIFI, 2.4 GHZ, PADRAO B/G/N, INTERFACE PCI-EXPRESS X1 (INTELBRAS, TPLINK, DLINK)	TP LINK	UN	56,00	70,00	3.920,00
97	14-01-2117	PONTO DE ACESSO WIRELLES, INDOOR/OUTDOOR, PADRAO 802.11AC MESH, 180 METROS ALCANCE, 2,4/5,8GHZ, ANTENA DUPLA, POE, INTERFACE REDE 1GBIT/S, COMPATIVEL COM GERENCIAMENTO UBNT UNIFI	UBITIQUI	UN	48,00	689,00	33.072,00
108	9-01-0630	SSD 480 GB, PADRAO SATA II, 2,5" NOTEBOOK (KINGSTON, SANDISK, CORSAIR)	KINGSTON	UN	70,00	240,00	16.800,00
109	9-01-0631	SSD 960 GB, PADRA SATA II, 2.5" NOTEBOOK, (KINGSTON, SANDISK, CORSAIR)	KINGSTON	UN	4,00	454,00	1.816,00
110	9-01-0632	SSD 960 GB, PADRAO SATA II, 2.5", USO INTENSIVO, ESPECIFICO PARA SERVIDOR NOTEBOOK (KINGSTON,SANDISK, CORSAIR)	KINGSTON	UN	4,00	1.320,00	5.280,00
121	9-01-0484	TECLADO PADRAO ABNT CONECTOR USB	BRAZIL PC	UN	195,00	25,00	4.875,00

Valor Total do Fornecedor R$ 232.881,10 (duzentos e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada; **8.1.8.** A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Isabella Adorno Caetano Pinheiro

FLY TECNOLOGIA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 11.475.479/0001-39

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO – GUIMARAES AGRICOLA LTDA

CONTRATO N° - 175/2022

OBJETO – REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS para máquina em garantia do fabricante

REVISÃO DE 100 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

REVISÃO DE 500 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

REVISÃO DE 1000 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

VALOR GLOBAL **R$** 33.532,49 (trinta e três mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).

PRAZO DE VIGENCIA – 03/10/2022 ATÉ 30/12/2022

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
PORTARIA Nº. 015/2022

PORTARIA Nº. 015/2022

O Diretor Executivo do **FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. DO MUN. DE APIACÁS – PREVIAP**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal 909/2015 de 28/04/2015, e tendo em vista o Parecer exarado pela Assessoria Jurídica do PREVIAP no Processo nº. 014/2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a **ARNALDO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, divorciado** RG nº.06980090 – SSP/MT, CPF nº. 140.089.551-00, efetivo no cargo de (código 204-CBO 2312.10) Professor – Perfil Profissional Professor – Classe C – Nível 08, matrícula n°. 88, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

Art. 2º - A aposentadoria se dará com fulcro no Art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 em consonância com o Art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28/04/2015, Art.226 da Lei Municipal Complementar 010/2008, de 25 de março de 2008, em conformidade com o Art. 12 inciso III alínea "a" da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28/04/2015.

Art. 3º - O provento da Aposentadoria será baseado na ultima remuneração do cargo efetivo do servidor e os reajustes terão paridade com a remuneração dos servidores da ativa, conforme o Art. 7º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 (redação dada através do Art. 2º da Emenda Constitucional nº. 47 de 05/07/2005) e tabela de vencimento base da Lei Complementar 211/2022 de 28 de Março de 2022.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUAN LUÍS MATOS ZAGLI

Diretor Executivo do Previap

H O M O L O G O:

Em 30 de Setembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 433/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **HENRIQUE GIACOMELLI,** portador da cédula de identidade nº 2699266-3 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 062.200. 041-16 no cargo de **Odontólogo –** Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Contrato de Prestação de Serviços nº. 174/2022, no período de 03 de Outubro de 2022 à 31 de Dezembro de 2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 03 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.861.730/0001-42, com sede na Avenida 25 de Janeiro, nº 2.460, Casa 05, Bloco 05, Jd Menino Jesus, CEP: 83.420-000, em Quatro Barras/PR, neste ato representada pelo Sr. **Márcio Luis Fink**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.645.452 SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 638. 042.639-68, residente e domiciliado na Avenida 25 de Janeiro, nº 2.460, Casa 28, Bloco 05, Jd Menino Jesus, CEP: 83.420-000, em Quatro Barras/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
53	14-01-0378	IMPRESSORA JATO DE TINTA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇOES: SUPORTE A FORMATO DE IMPRESSAO A4, COLORIDO, SISTEMA TANQUE DE TINTA, CAPACIDADE MAXIMA DE 250 FOLHAS NA BANDEJA DE ENTRADA, VELOCIDADE DE IMPRESSAO EM PRETO (A4) NO MINIMO 33 PPM COLORIDO NO MINIMO 15PPM, COM INTERFACES ETHERNET, USB E WIFI, TENSAO DE ALIMENTAÇAO 90 ~ 240 OU BIVOLT OUTOM 60HZ (HP, SANSUNG, EPSON)	EPSON	UN	16,00	1.345,00	21.520,00
76	14-01-0319	MONITOR 18,5 POLEGADAS, PADRAO WIDE 16:9, LED, RESOLUCAO MINIMA 1360X768, ENTRADA PADRAO VGA (D-SUB 15 PINOS) E DVI TENSAO DE ALIMENTACAO 90~240 VAC, 60 HZ, CABO DE FORCA COM PLUGUE DE ALIMENTACAO PADRAO PREFERENC NEMA 5-15R/NBR 6147 OU NBR 14136. (LG, SAMSUNG, AOC)	AOC	UN	58,00	697,62	40.461,96

Valor total do Fornecedor R$ 61.981,96 (sessenta e um mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa,

procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Márcio Luis Fink

DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA

CNPJ nº 18.861.730/0001-42

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 059/2022**

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **HMA COMÉRCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E ELETRELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.391.476/0001-82, com sede na Rod. BR 101, Sala 214, Distrito Industrial, em Conde/PB, CEP: 58.322-000, neste ato representada pela Sra. **Manoela Negromonte Mendes Muniz da Andrade**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG: 6525081 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 107.646.124-76, residente e domiciliada na Rua Manoel de arruda Câmara, nº 49, em Prado/PE, CEP: 50.720-140, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
44	9-01-0444	FONTE DE ALIMENTACAO UNIVERSAL PARA NOTEBOOK	KNUP KP 525	UN	20,00	57,33	1.146,60
52	9-01-0450	HD 4TB, PADRAO SATA II, 7.200 RPM, 32 MB, 3.5" 6 GBIT/S (SAMSUNG, SEAGATE, WD BLUE)	SEAGATE	UN	6,00	562,59	3.375,54

Valor Total do Fornecedor R$ 4.522,14 (quatro mil quinhentos e vinte e dois reais e quatorze centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa,

procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Manoela Negromonte Mendes Muniz da Andrade

HMA COMÉRCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA

E ELETRELETRÔNICOS LTDA

CNPJ nº 29.391.476/0001-82

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **175/2022**

CONTRATANTE- **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **HENRIQUE GIACOMELLI**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ODONTÓLOGO**

VALOR MENSAL: **R$ 4.464,82 (Quatro mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)**

VIGÊNCIA – **03/10/2022 à 31/12/2022.**

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 059/2022

PREGÃO: Nº 025/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000. em Apiacás/MT – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44 e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa **REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 65.149.197/0002-51, com sede na Rua Rodovia ES-010, nº 4255A, Sala 05, Chácara 274ª, Bairro Jardim Limoeiro, em Serra/ES, CEP: 29.164-140, neste ato representada pelo Sr. **Leandro Figueiredo de Castro**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG: 11. 454.362 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.371.746-10, residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, s/n, Condomínio Rio Cachoeirinha, casa 149, Jardim Imperial, CEP: 78.075-905, em Cuiabá/MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2022.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 025/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
54	14-01-2107	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: VELOCIDADE DE IMPRESSAO EM PRETO ATE 28 PPM, VELOCODADE DE IMPRESSAO EM COLORIDO ATE 28 PPM, TONERS INDIVIDUAIS COM CILINDRO DE IMPRESSAO EMBUTIDO NA MESMA PEÇA, COM CAPACIDADE MINIMA DE 2.000 PAGINAS CADA OU SUPERIOR, COM DUPLEX, COM INTERFACE DE REDE, COM INTERFACE WIRELESS, COM ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS, CICLO MENSAL DE 50.000 PAGINAS, TENSAO DE ALIMENTAÇAO 90~240 OU BIVOLT AUTOM, 60HZ (HP, SANSUNG, EPSON).	HP	UN	10,00	4.200,00	42.000,00
55	14-01-2108	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONO COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: VELOCIDADE DE IMPRESSAO DE ATE 38PPM EM A4, COM CAPACIDADE PARA TONER DE 10.000 PAGINAS COM CILINDRO DE IMPRESSAO EMBUTIDO NA MESMA PECA, COM DUPLEX, COM INTERFACE DE REDE, COM WIFI, COM ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS, COM INTERFACE DE REDE WIRELESS, CICLO DE 80.000, COM SCANNER COM DUPLEX, TENSAO DE ALIMENTACAO 90~240 OU BIVOLT AUTOM, 60 HZ (HP, SAMSUNG, EPSON)	HP	UN	22,00	3.120,00	68.640,00
56	14-01-0315	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONO COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES: VELOCIDADE DE IMPRESSAO DE ATE 40PPM, COM CAPACIDADE PARA TONER DE 3.000 PAGINAS COM CILINDRO DE IMPRESSAO EMBUTIDO NA MESMA PECA , COM DUPLEX, COM INTERFACE DE REDE, COM ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS, COM INTERFACE DE REDE WIRELESS, CICLO DE 80.000, TENSAO DE ALIMENTACAO 90~240 OU BIVOLT AUTOM, 60 HZ (HP, SAMSUNG, EPSON)	HP	UN	26,00	3.120,00	81.120,00
77	14-01-0320	MONITOR 23 POLEGADAS PADRAO WIDE 16:9 LED RESOLUCAO MINIMA 1360 X 768. ENTRADA PADRAO VGA (D-SUB 15 PINOS) E DVI TENSAO DE ALIMENTACAO 90~240 VAC 60 HZ CABO DE FORCA COM PLUG DE ALIMENTACAO PADRAO PREFERENC NEMA 5-15R/NBR OU NBR 1436 (LG, SAMSUNG, AOC)	AOC	UN	23,00	922,00	21.206,00

Valor Total do Fornecedor R$ 212.966,00 (duzentos e doze mil novecentos e sessenta e seis reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante legal, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida será (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os objetos desta licitação deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Av. Brasil, 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM.

33.90.30.000000- 0038-MATERIAL DE CONSUMO

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL

2014 - MANUTENÇÃO E ADM. DA EDUCAÇÃO

33.90.30.000000- 0109-MATERIAL DE CONSUMO

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0115- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

33.90.30.000000- 0430-MATERIAL DE CONSUMO

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0435- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

2063 – MANUTENÇÃO E ADM. DA SAÚDE

33.90.30.000000- 00186-MATERIAL DE CONSUMO

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0175- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás,MT 03 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Leandro Figueiredo de Castro

REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA

CNPJ nº 65.149.197/0002-51

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 100/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 049/2022** no dia 17/10/2022 **às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA UMA VIAGEM DE IDA E VOLTA SAINDO TREVO DO CEARÁ/Mt, MT 208 km PARA LORENA/SP PARATY/RJ E RETORNO, TRANSPORTANDO A FANFARRA MUNICIPAL**.

. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-2227 e no site www.apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 005/2022

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº 005/2022, para SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA.

OBJETO - **SERVIÇOS DE** REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS Serviços de revisão mecânica e reposição de peças mecânicas.

REVISÃO DE 100 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

REVISÃO DE 500 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

REVISÃO DE 1000 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

EMPRESA AUTORIZADA:GUIMARAES AGRICOLA LTDA, CNPJ: 01.042.977/0003-04 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.075.452-8, Endereço: RUA IDEMAR RIEDI, 9852 – DISTRITO INDUSTRIAL – SORRISO/MT – CEP: 78.890-000, é a empresa autorizada do fabricante no Estado de Mato Grosso.

1- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 100 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX.**

Valor global da revisão de 100 horas R$ 8.817,85 (oito mil oitocentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

2- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 500 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

Valor global da revisão de 500 horas R$ 11.585,94 (onze mil quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos).

3- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA RETROESCAVADEIRA **MARCA/MODELO JCB / 3CX**

Valor global da revisão de 1000 horas R$ 13.128,70 (treze mil cento e vinte e oito reais e setenta centavos).

VALOR TOTAL R$ 33.532,49 (trinta e três mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Apiacás MT, em 03 de setembro de 2022

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 534/2022

DESIGNAR SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 141/2022, ORIUNDAS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços oriundo do Pregão Eletrônico n°. 046/2022:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2022 - INVICTA – ASSESSORIA CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA, inscrita CNPJ Nº. 46.429.784/0001-79.

Art. 2° - Ficam nomeadas as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. Kerlianne Martins Ferreira Soares, como fiscal titular e como fiscal suplente Srª. Crislaine dos Santos Ferrarezzi- Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta (30) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 531/2022

DESIGNAR SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 058/2022, CUJO OBJETO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS (MEDICAMENTOS FRACASSADOS E DESERTO P.E. Nº 011/2022), EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 058/2022, com as empresas a seguir:

DROGARIA SAÚDE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 34.064.827/0001-80.

OLIVEIRA & BAGGIO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.142.459/0003-45.

Art. 2° - Ficam nomeadas as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizaros objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. Gisely Aparecida Medeiros de Lima, como fiscal titular e como fiscal suplente **Srª. Joelma Soares Beliato.**

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta (30) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 532/2022

DESIGNAR SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 059/2022, CUJO OBJETO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 059/2022, com as empresas a seguir:

DROGARIA SAÚDE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 34.064.827/0001-80.

OLIVEIRA & BAGGIO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.142.459/0003-45.

Art. 2° - Ficam nomeadas as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizaros objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. Gisely Aparecida Medeiros de Lima, como fiscal titular e como fiscal suplente **Srª. Joelma Soares Beliato.**

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta (30) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 530/2022

DESIGNAR SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2022, CUJO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA LOCAÇÃO DE MESA DE SOM COM 08 LINES, 04 GRAVES, MICROFONES E PEDESTAIS PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE

Art. 1º - Designar e nomear servidora da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sra. Kelly Bethânia Riccely da Silva Oliveira o objeto requisitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2022, com a empresa ZENILDO MOREIRA DOS SANTOS MEI, inscrita no CNPJ n°. 17.392.136/0001-97.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, trinta (30) dia do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, CNPJ nº 15.023.914/0001-45, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estadual de Meio Ambiente, a

Licença Ambiental Simplificada (LAS), para Área de Recebimento e Armazenamento temporário de resíduos de construção civil classe A - Bota Fora, a ser instalada na Av.

das Camélias, Lote 01 da Quadra 04, Bairro Carvalho no município de Araputanga/MT.

Araputanga/MT, 03 de outubro de 2022.

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
EXTRATO DO ATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 019/2022

Interessado: MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA – MT

Fornecedor: F ROCHA & CIA LTDA

Objeto: Aquisição de Kit Biométrico para melhoria dos trabalhos da Junta Militar.

Valor da contratação: R$ 28.935,00 (vinte e oito mil e novecentos e trinta e cinco reais).

Vigência do contrato: da data da assinatura até 31/12/2022 e prorrogável na forma da lei.

Justificativa: apresentada pelo Secretário Municipal de Administração.

Parecer jurídico: favorável à contratação direta, expedido pelo Procurador Geral.

Fundamento legal: art. 25, inciso I combinado com o art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Araputanga – MT, 03 de outubro de 2022.

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 536/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 287/2022, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 019/2022 CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DO CLUBE OLÍMPICO DE ARAPUTANGA PARA REALIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE KIT BIOMÉTRICO PARA MELHORIA DOS TRABALHOS DA JUNTA MILITAR.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2022, oriundo da Inexigibilidade de Licitação n°. 019/2022:

Contrato Administrativo n°. 287/2022 - F. ROCHA & CIA LTDA, inscrito sob CNPJ Nº. 73.882.136/0001-46.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar o objeto requisitado pelo Gabinete, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Jilvan Silvestre de Andrade como fiscal titular e como fiscal suplente Sr. Alefy Nivaldo do Couto Prado, responsáveis pelo objeto requisitado pelo Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 42/2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Publicar ato de afastamento de férias referente período de afastamento escolha de 15 dias do mês de julho, a servidora, **Suzana Aparecida Valverde**, cargo Efetivo de Professora, Matricula 924, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao Período aquisitivo de 31/07/2021 a 30/07/2022, a contar de 03/10/2022 a 17/10/2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Araputanga-MT, 03 de outubro de 2022.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 2479, Portaria 87/2021

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. **ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo **Secretário Municipal de Administração**, no processo para **Aquisição de janelas em vidro fumê e cortinas persianas para UBS São Sebastião, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde**, mediante o valor total de **R$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais)**,no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 060/2022, fulcrada nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a aquisição.

Araputanga/MT, 03 de outubro de 2022

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 12/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2022 Pregão Eletrônico n° 005/2022.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, inscrita no CNPJ n° 03.507.563/0001-69.
DETENTOR DA ATA: BRANDÃO AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ N° 42.066.831/0001-06
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 03/10/2022.
PREÇOS REGISTRADOS:

Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	01	VEICULO ZERO QUILOMETRO; ano e modelo não inferior a data da contratação; carroceria tipo sedã; capacidade mínima para 5 ocupantes; porta-malas com, no mínimo, 450 litros de capacidade volumétrica; 5 portas; direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapete de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do ministério da Cidadania; motor de no mínimo 80 CV, combustível, gasolina ou etanol ou bicombustível (etanol e gasolina); ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses..	UND	97.900,00	97.900,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 22/2022

O município de Barra do Bugres – MT torna público quanto à dispensa de licitação de nº: 22/2022, de acordo com o Art. 75 Inc.I, Lei 14.133/21 e alterações posteriores, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA DE RUAS E AVENIDAS DOS DISTRITOS DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT, que teve como Contratado: MORAES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 27.131.385/0001-82, pelo valor global de R$ 43. 000,00 (Quarenta e três mil reais).

Barra do Bugres - MT, 03 de outubro de 2022

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 27/2022

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 541/2021, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT, a qual tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SUPORTE CONSULTIVO NAS ADEQUAÇÕES DE LEGISLAÇÕES, AMPARO NA AUDITORIA E PERICIA EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, JURÍDICOS E SOFTWARE DE GESTÃO DE INTERAÇÃO, ATENDIMENTO VIRTUAL E PROCEDIMENTOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DE DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL. CONTRATADO: PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 08.197.371/0001-17. Valor total contratado: R$ 658.070,00 (Seiscentos e cinquenta oito mil e setenta reais). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 03 de outubro de 2022.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 23/2022

O município de Barra do Bugres – MT torna público quanto à Dispensa de Licitação de nº: 23/2022, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DO CENTRO CULTURAL DA ESCOLA HERCULANO BORGES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT*, que teve como contratada o licitante: FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO SOUZA ME, inscrita no CNPJ 15. 039.302/0001-40, *onde ficou acertado o pagamento do valor global correspondente de R$* 25.369,33 (Vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos*)*.

Barra do Bugres - MT, 03 de outubro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 401/2022

PORTARIA Nº 401/2022

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o requerimento da servidora Idnamar Santos Moreira, de nº 003/2022, protocolado sob o nº 4474/2022 em 26 de julho de 2022.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **IDNAMAR SANTOS MOREIRA,** ocupante do cargo de **ASSISTENTE DA SAÚDE - AUXILIAR DE ENFERMAGEM, NÍVEL 07**, **CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, sem prejuízo dos seus vencimentos, pelo período de 02 (dois) anos, compreendido entre os dias **18/08/2022 *à* 18/08/2024**, conforme preconiza o Artigo 125, da Lei Complementar nº 045/2012.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete da Prefeita, em 18 de agosto de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2022

Por este instrumento particular de Rescisão de Contrato, de um lado o **MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS – MT,** representado pelo Senhor Prefeito Municipal ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**,** e de outro lado a empresa **MARINA ROCHA ASSIS LTDA nº 43.515.975/0001-65,** neste ato representado por Marina Rocha Assis portador do CPF nº 046.933. 591-22, contrato este firmado entre as partes em 09/03/2022, tendo como objeto: **A contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos especializados de urgência e emergência em regime de plantão presencial, sobre aviso, consultas, clínica médica em PSFs e demandas médicas especializadas para acompanhamento clínico de pacientes, de forma complementar aos serviços oferecidos no Município de Barra do Garças/MT**.Resolve de comum acordo, rescindi-lo nesta data, em conformidade com o artigo 79, inciso II da Lei Federal de nº 8.666/1993.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Barra do Garças-MT, 03 de Outubro de 2022.

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 249/2022

Onde se-lê:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 145/2022.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 036/2022.

Leia-se:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 147/2022.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 039/2022.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2022

PROCESSO Nº. 170/2022

ADESÃO N°. 27/2022

CONTRATO Nº. 242/2022

CONTRATANTE: Município de Barra do Garças/MT;

CNPJ: 03.439.239/0001-50;

CONTRATADA: GOLDMAN SOLUÇÕES EM SANEAMENTO EIRELI

CNPJ: 17.405.787/0001-74

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, CADASTRAMENTO DE GALERIAS DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE DEJETOS E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS**.**

VALOR: R$ 1.504.401,15 (um milhão e quinhentos e quatro mil e quatrocentos e um reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA: 23/09/2022 até 25/09/2023.

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 268/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 151/2022.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 037/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 268/2022.

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Aquisição de Gêneros Alimentícios (panificação) com o Intuito de Fornecer Café da Manhã aos Servidores que Atuam nas Equipes de Construção Civil, Tapa-Buracos e Demais Demandas da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, adstrita a Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo, nesta cidade, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **COMERCIAL VALE DO ARAGUAIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 01.877.641/0001-91, estabelecida Avenida Universitária, 115, no bairro Araguaia Center, na cidade de Pontal do Araguaia/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Rodolfo Martins Prado, Brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade nº. 12400416- SSPMT, CPF nº. 002.231.811-96, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 101/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO.

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Aquisição de Gêneros Alimentícios (panificação) com o Intuito de Fornecer Café da Manhã aos Servidores que Atuam nas Equipes de Construção Civil, Tapa-Buracos e Demais Demandas da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, adstrita a Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme es-

pecificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência do Edital de Licitação, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS.

2.1 - Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Aquisição de Gêneros Alimentícios (panificação) com o Intuito de Fornecer Café da Manhã aos Servidores que Atuam nas Equipes de Construção Civil, Tapa-Buracos e Demais Demandas da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, adstrita a Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT.

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
2885	PAO TIPO FRANCES, ASSADO NO DIA DA ENTREGA, RECHEADO COM MARGARINA DE 1 QUALIDADE E MORTADELA DE 1 QUALIDADE.	QUILOGRAMA	SUPER RAPIDO	40000	3,30	132.000,00
2887	LEITE PASTEURIZADO PADRONIZADO, INTEGRAL, (SAQUINHO) EMBALAGEM INTEGRA DE 1 LITRO, COM CARIMBO REGISTRADO NO SIM, NO CISPOA OU NO SIF, COM VALIDADE DE 4 (QUATRO) DIAS NA DATA DA ENTREGA.	SACO 1,000 LITRO	FAVORITO	3000	4,90	14.700,00
TOTAL FORNECEDOR				**R$ 146.700,00**		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o serviço registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.3 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para o fornecimento do objeto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverão emitir sua nota de empenho.

4.2 - Para o órgão gerenciador será facultado providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.3 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.4 - A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, localizado na Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

4.5 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT– Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013.

4.6 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas e que a soma de todas as adesões não ultrapasse 5 (cinco) vezes a quantidade registrada para cada item.

4.7 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão, até o limite estabelecido no item 4.5.

4.8 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.8.1 – O prazo referido no item 4.8 poderá ser prorrogado, mediante autorização excepcional e justificada da Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT, desde que respeitado o prazo de vigência da ata, nos termos do inciso XI do artigo 5º do Decreto nº 7.892/2013.

4.9 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes as aquisições que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, a efetiva execução dos serviços;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de execução dos serviços contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

6.2 - Os pagamentos referentes a execução dos serviços serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das notas fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se atende as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 do Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos

Moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

(6 / 100) I = 365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar diariamente, o lanche na Secretaria de Transportes e Serviços Públicos no período que procede entre 06h00hr e 6h30 da manhã”.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão para Registro de Preços nº. 037/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 151/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças/MT. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 28 de Setembro de 2022.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2022

PROCESSO Nº. 166/2022

ADESÃO N°. 26/2022

CONTRATO Nº. 240/2022

CONTRATANTE: Município de Barra do Garças/MT;

CNPJ: 03.439.239/0001-50;

CONTRATADA: CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP

CNPJ: 20.357.366/0001-20

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MÓVEIS E BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT.

VALOR: R$ 1.049.780,00 (um milhão e quarenta e nove mil e setecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 21/09/2022 até 21/09/2023.

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNIO 042/2022

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 042/2022

O Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT torna público que fica **REVOGADO** PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 042/2022. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT**, em respeito ao

interesse público, demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402-2000 – Ramal – 2045. Adilson Gonçalves de Macedo (Prefeito Municipal), 03/10/2022.

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2022
PROCESSO 95/2022

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP/GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar o preço da empresa **RUI ABREU COUTINHO, CNPJ: 14.841.093/0001-91** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Federal 7.892/13, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM/ DIÁRIAS.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se a presente ARP nos termos da Lei nº 8.666/93 bem como no Decreto Federal 7.892/13, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA

3.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial 19/2022** e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520 e nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. O prazo de fornecimento de todo objeto aqui licitado, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado caso haja necessidade, interesse e à critério da Administração Municipal, obedecendo aos limites previstos na Lei 8.666/93

3.3. Os fornecimentos ocorrerão de forma fracionada/parcelada no decorrer do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, limitados aos quantitativos máximos especificados.

3.4. A Município de Bom Jesus do Araguaia – MT não está obrigado a adquirir o quantitativo total do anexo I, sendo certo que somente pagará o que efetivamente for fornecido, servindo os quantitativos do anexo I e o valor global da ARP apenas como parâmetros de limites máximos para aquisição e pagamento durante a vigência da ARP.

3.5. Os fornecimentos deverão ser realizados, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas na proposta vencedora e na respectiva ARP, implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, não se responsabilizando a Prefeitura de Bom Jesus do Araguaia - MT por qualquer indenização.

3.6. Deverá ser submetida à apreciação e à aprovação prévia da Prefeitura de Bom Jesus do Araguaia - MT qualquer medida que implique alteração dos serviços contratados.

3.7. Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações e normas em vigor (sujeitas a exames de qualidade) pela licitante vencedora, sendo que o Município poderá também examiná-las durante o recebimento.

3.8. Os serviços entregues e que não satisfaçam as especificações, serão imediatamente devolvidos e substituídos por outros que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensas da empresa responsável pelo fornecimento.

3.9. O fornecimento do objeto deste Termo de Referência será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com o Pedido e necessidade da Secretaria interessada.

3.10. O recebimento do objeto será de competência dos servidores da secretaria solicitante.

3.11. O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência.

3.12. Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, imediatamente, dada a natureza do objeto.

3.13. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades descritas na Nota de Pedido de Compra.

3.14. Nos preços cotados **deverão estar inclusos os custos de necessários para a efetiva entrega dos produtos.**

3.15. Os produtos deverão ser transportados em veículo destinado a tal fim, atendendo todas as exigências legais.

3.16. Os serviços deverão ser entregues no Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, sendo que o local de entrega/instalação será definido no pedido.

3.17. Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações e normas em vigor (sujeitas a exames de qualidade) pela licitante vencedora, sendo que o Município poderá também examiná-las durante o recebimento. Haja vista ser um serviço de necessidade de pronto atendimento, sua entrega deverá ser de **imediato após recebimento da NPC (Nota de Pedido de Compra)** sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas neste Termo. Caso a necessidade do quarto não seja imediata, na solicitação informará a data de entra e saída.

3.18. A licitante vencedora deverá sempre ter a disponibilidade pelo menos 01 (um) quarto (reserva), a fim garantir o cumprimento da solicitação, independentemente do dia e hora;

3.19. Os serviços entregues e que não satisfaçam as especificações, serão imediatamente substituídos por outros que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensas da empresa responsável pelo fornecimento.

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

Item	126 Código	RUI ABREU COUTINHO CNPJ: 14.841.093/0001-91 AV JOSE HUMARCIO C FERREIRA, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.036.007	APARTAMENTO INDIVIDUAL - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	70,00	35.000,00
2	009.036.008	APARTAMENTO DUPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	130,00	65.000,00
3	009.036.009	APARTAMENTO TRIPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	300	210,00	63.000,00
		Total do Proponente				163.000,00

Ficando negociado o valor total de R$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2022.

Ficha: **69**

Unidade: **020302** DEPARTAMENTO DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Funcional: **04.122.0002.2011.0000** Manutenção

Catec. Econ.: **3.3.90.39.80** HOSPEDAGENS

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1 Constitui obrigação da CONTRATADA:

- Executar a entrega dentro dos padrões e prazos estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.

- Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

- Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a administração.

- Manter-se, até o término da vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas.

- Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, e-mail, conta bancária e outros julgáveis necessários.

- **Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes**.

- Cumprir com o prazo de entrega estipulado neste termo.

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

- A proponente deverá manter a estrutura necessária com condições mínimas de pessoal e para atendimento das ordens de fornecimento;

- Quando solicitado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, emitir relatório dos fornecimentos realizados, constando data, nº NF, Secretaria/ local de entrega, responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos equipamentos e serviços entregues;

- Comunicar antecipadamente a data e horário de entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

- Manter a todo momento os padrões sanitários exigidos para os fornecimentos dos objetos.

- Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital de acordo as normas técnicas de segurança do trabalho, da ABNT, do CREA OU CAU, da CEMIG, do CORPO DE BOMBEIRO e demais legislação vigente e as especificações do Anexo I - Termo de Referência;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do **Pregão Presencial n. 19/2022**, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, **poderá contratar** concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas, após protocolado em até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.2. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.3. Se recusar a entregar, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

13.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima, será formalizado pelo Gestor Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

13.4.1. Por razão de interesse público; ou

13.4.2. A pedido do fornecedor.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.13. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. **Na aplicação das sanções será observado o que preceitua os artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021.**

14.4 Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15. DA GARANTIA

15.1. Se dentro do período de 12 meses contados da efetiva entrega, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. **19/2022** e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17 – USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Federal nº 7.892/2013, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

17.2. As Contratações por órgãos ou entidades “caronas” **não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, cabendo ao fornecedor adjudicatário da Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

17.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, § 4º, **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 03 de outubro de 2022

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

RUI ABREU COUTINHO, CNPJ: 14.841.093/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, homologado em 07 de março de 2022,

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer(em), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, Centro, junto ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar (em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A contratação do candidato convocado abaixo terá prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 535/2022 de 12 de janeiro de 2022, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 14 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, perderá a vaga, conforme dispõe o item 16 do Edital de Abertura.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 03 de outubro de 2.022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS – SEDE MUNICIPIO			
5	58	JOÃO PAULO FERREIRA DIAS	0,50

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SEDE MUNICIPIO			
13	68	RAQUEL MACHADO FERREIRA	1,00

Bom Jesus do Araguaia/MT, 03 de outubro de 2.022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA POSSE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

£ Cédula de Identidade. (CÓPIA)

£ Cartão do CPF. (CÓPIA)

£ Título Eleitoral. (CÓPIA)

£ Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso). (CÓPIA)

£ Cartão do PIS/PASEP. (CÓPIA)

£ Comprovante de Quitação com o Serviço Militar (homens). (CÓPIA)

£ Certidão de Quitação Eleitoral. (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

£ Certidão de nascimento ou casamento. (CÓPIA)

£ CPF do cônjuge. (CÓPIA)

£ CPF dos pais. (CÓPIA)

£ Certidão de nascimento dos filhos e/ou CPF dos filhos maiores de 18 anos. (CÓPIA)

£ Comprovante de endereço atualizado (conta de água ou luz), nominal ao funcionário. Em caso de comprovante nominal inexistente, apresentar Declaração do proprietário do imóvel, juntamente com comprovante de residência.

£ Foto 3x4 Recente.

£ Documento comprobatório dos requisitos do cargo de opção, de acordo com o edital do concurso. (Ex.: Carteira de motorista, cursos específicos, etc.). (CÓPIA)

£ Diploma do Curso Superior correspondente devidamente registrado. **(CÓPIA AUTENTICADA)** ? Comprovante de Registro Ativo do Conselho de classe (no caso de profissões regulamentadas). (CÓPIA)

£ Declaração de não acúmulo de cargo; de não exercício de atividade incompatível com a atividade funcional; e de que não tenha sido demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. (http://sec.tjmt.jus.br/)

£ Atestado de Aptidão de Saúde Física e Mental, emitido por Médico.

£ Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional anexa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

NOME:			
CPF:			
RG:		DATA DE EMISSÃO RG:	
SEXO: ? FEMININO ? MASCULINO		DATA NASCIMENTO:	
CTPS:		SÉRIE:	
PIS/PASEP/NIT:			
CNH:	CATEGORIA:	VALIDADE:	
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
ENDEREÇO:			
CELULAR:	TELEFONE:		
E-MAIL:			
DADOS BANCÁRIOS:	BANCO:	AGÊNCIA:	
	TIPO DA CONTA:	N.º CONTA:	
GRAU DE INSTRUÇÃO:			
NATURALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CONJUGE:		CPF:	
FILIAÇÃO:	MÃE:	CPF:	
	PAI:	CPF:	
FILHOS:		CPF:	
		CPF:	
		CPF:	

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que não exerço qualquer cargo emprego, ou atividade privada incompatível com a atividade funcional da qual fui nomeado, bem como, não acumulo cargo nas situações proibidas pela legislação, e que não fui demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal, outrossim, declaro não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa, nem respondendo a processo administrativo ou criminal aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Comprometo-me a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que

por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que:

( ) NÃO possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade preconizada na Lei Nº 8.730/93.

( ) Possuo os seguintes bens e valores:

_____

_____

_____

_____.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

PREFEITURA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022
Processo de Licitação: 95/2022 **Data do Processo: 08/09/2022**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 95/2022

b) Licitação nº: 19/2022

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 03/10/2022

e) Data Adjudicação: 03/10/2022

f) Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM/DIÁRIAS

g) Fornecedores Vencedores:

Item	126 Código	RUI ABREU COUTINHO CNPJ: 14.841.093/0001-91 AV JOSE HUMARCIO C FERREIRA, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.036.007	APARTAMENTO INDIVIDUAL - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	70,00	35.000,00
2	009.036.008	APARTAMENTO DUPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	130,00	65.000,00
3	009.036.009	APARTAMENTO TRIPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	300	210,00	63.000,00
		Total do Proponente				163.000,00

Ficando negociado o valor total de R$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2022

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 19/2022, com o objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM/DIÁRIAS**

Obteve os seguintes resultados as empresas:

Item	126 Código	RUI ABREU COUTINHO CNPJ: 14.841.093/0001-91 AV JOSE HUMARCIO C FERREIRA, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.036.007	APARTAMENTO INDIVIDUAL - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	70,00	35.000,00
2	009.036.008	APARTAMENTO DUPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	130,00	65.000,00
3	009.036.009	APARTAMENTO TRIPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	300	210,00	63.000,00
		Total do Proponente				163.000,00

Ficando negociado o valor total de R$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2022

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 19/2022, com o objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM/DIÁRIAS**

Obteve os seguintes resultados as empresas:

Item	126 Código	RUI ABREU COUTINHO CNPJ: 14.841.093/0001-91 AV JOSE HUMARCIO C FERREIRA, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.036.007	APARTAMENTO INDIVIDUAL - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	70,00	35.000,00
2	009.036.008	APARTAMENTO DUPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	500	130,00	65.000,00
3	009.036.009	APARTAMENTO TRIPLO - COM AR CONDICIONADO, TV A CABO E INTERNET WI-FI - CAFÉ DA MANHÃ INCLUSO	DIARI	300	210,00	63.000,00
		Total do Proponente				163.000,00

Ficando negociado o valor total de R$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 740 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 17.186, de 11 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração do Decreto Nº 728, de 27 de setembro de 2022.

Parágrafo único. O Decreto citado não foi utilizado para qualquer fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 721 DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº34.809 de 21 de setembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º- Excluir à partir do dia 26 de setembro de 2022, o nome do servidor **MAURO ALVES DA SILVA** do Decreto nº 075 de 08 de fevereiro de 2022, onde o mesmo foi nomeado para responder pela Coordenação Pedagógica Escolar da EM Buriti, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretária Municipal de Educação em Substituição

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/ 2022

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT, a ampliação deverá ser executada de acordo com Projeto executivo de arquitetura e complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global por lote.

Estimativa total do Valor:

LOTE 01 - R$ 302.721,04 (trezentos e dois mil, setecentos e vinte e um reais e quatro centavos), sendo recursos próprios do município.

LOTE 02 - R$ 359.677,80 (trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), sendo recursos próprios do município.

LOTE 03 - R$ 357.677,80 (trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais, e oitenta centavos), sendo recursos próprios do município.

LOTE 04 - R$ 170.094,08 (cento e setenta mil, noventa e quatro reais e oito centavos), sendo recursos próprios do município.

Realização: Considerando o Decreto Municipal 001 de 03 de janeiro de 2022, fica prorrogada para o dia 31 de outubro de 2022 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT a data de abertura da licitação.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: **cpl.caceres@gmail.com** As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 03 de outubro de 2022.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 710 DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal**, e:**

CONSIDERANDO o que consta no Decreto nº. 334, de 09 de abril de 2021;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº. 33.894, de 14 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo para comporem como membros representantes do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**, para o biênio 2021/ 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

RENATA SILVA MACHADO – em substituição a servidora Fernanda Nascimento Oliveira.

AMANDA CRISTINA GOMES RIBEIRO - em substituição a Servidora Fernanda Nascimento De Oliveira

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeita Municipal de Cáceres Em Exercício

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 718 DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a Carta Magna de 1988, que assegura direitos às pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO o Estatuto da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.112/1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 607, de 02 de outubro de 2018, do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 098/2022 – PGM, expedido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO o laudo pericial do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres;

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 24.038, de 04 de julho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir a jornada de trabalho da professora da Rede Municipal de Ensino de Cáceres, Estado de Mato Grosso, **ELIANA DE FÁTIMA EVANGELISTA NELLI**, 30 horas para 15 horas semanais, sem compensação de horário e sem prejuízo a remuneração.

Art. 2º Fica assegurada a redução da jornada de trabalho enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica da pessoa com deficiência.

Art. 3º É vedado a servidora a ocupação de qualquer atividade remunerada ou não, enquanto perdurar a redução ora concedida.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretária Municipal de Educação em Substituição

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES EXTRATO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 055/ 2022 PORTARIA Nº 012 DE SETEMBRO DE 2022

A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa da Secretaria Municipal de Administração, nomeada através da Portaria nº 268 de 09 de maio de 2022, apresentou o RELATÓRIO FINAL referente ao Processo Administrativo nº 055/2022 Portaria nº 012 de setembro 2022, referente a elucidação dos fatos narrados no Memorando nº 28.042/2022 (Sistema 1 DOC) quanto a denúncia feita em desfavor da servidora O. J. G. L referente a denúncia de irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho, bem como ausência de intervalo intrajornada da supracitada. Diante das pontuações evidentes, a apartir de análise de documentos, foi identifi-

cado a existência de materialidade, havendo a necessidade de investigações complementares, à cargo da Comissão de Inquérito Administrativo, tendo em vista que a penalidade a ser aplicada ao caso concreto seria as descritas no artigo 221 da Lei Complementar Nº. 25/97, sendo necessário a instauração de procedimento mais abrangente, Processo Admisitrativo Disciplinar - PAD. Desse modo, o julgamento do processo foi proferido pelo Sr. Secretário Municipal de Educação em Substituição Fransergio Rojas Piovesan, que determina a ABERTURA DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR da envolvida Srª O. J. G. L, com fulcro no Artigo 221, II da LC 25/97. O Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa foi acolhido pela autoridade julgadora de acordo com a conclusão dos fatos, bem como todo o arcabouço probatório que remete à conduta incompatível com princípios que arvoram a Administração pública. Desta forma, encerram-se os trabalhos junto à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, com publicação e envio à Secretaria Municipal de Administração.

Cáceres-MT, 03 de outubro de 2022.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação em Substituição

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO N° 013/2022 - SME

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 013/2022 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, ora denominada contratante, e senhor (a) **ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA CEBALHO** denominado (a) contratado (a), no cargode **Professora Licenciada em Pedagogia**, para exercer suas funções na **Escola Municipal De Educação Infantil CAIC.**

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Em substituição a Professora Eunice de Oliveira Silva que está de Licença Prêmio. Considerando a solicitação via 1Doc pelo memorando 26.746/2022

A presente prorrogação de contrato regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **15/08/2022**, com termo final para **25/11/2022** e poderá extinguir com fundamentos na Lei 1931/2005.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 18 de Agosto de 2022

Contratado (a)	Liamara Rodrigues da Silva
	Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 603 DE 1º DE SETEMBRO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº. 22.773, de 23 de junho de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os servidores relacionados abaixo, para compor a **COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO ESPECIAL**, para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 15/2018, instaurado por força da Portaria nº 533 de 21 de novembro de 2018.

PRESIDENTE

Helber Renato de Figueiredo Fialho

MEMBROS

Cleidilene Garcia de Almeida

Giuliana Barbosa Maia

Art. 2º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 30(trinta) dias, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, para concluir a apuração dos fatos.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de setembro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 724 DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 31.624 de 30 de agosto de 2022;

DECRETA:

Art.1º Nomear o servidor **LUIZ AFONSO RODRIGUES DE CARVALHO FILHO,** para responder pelo cargo em Comissão de **Coordenador Geral de Eventos e Convênios**, da **Secretaria de Turismo e Cultura, em substituição a Titular ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO**, pelos períodos de férias, de 29 de agosto de 2022 até 18 de setembro de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de setembro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - OUTUBRO 2022

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020.

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020.

Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
03/10/2022 17:30	https://meet.google.com/fvi-sqas-qtx

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
19084/2021	Reginaldo Bicudo Junior (Panvet)	Nycollas Fernandes de Almeida
9096/2020	Centro de Tratamento do Rim	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
05/10/2022 17:30	https://meet.google.com/mdn-wkkf-iqo

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9968/2022	Escritório Contábil Lex	Gustavo Calábria Rondon
16247/2022	Suzana Garcia A. Nunes	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
10/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/weo-vhca-xaa

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
1689/2021	IFMT-Campus Cáceres	Miriele Garcia de Lima
13145/2022	Disk Certo	Antônio Carlos Leite

ATA E HORA	LINK DE ACESSO
13/10/2022 – 17:30	https://meet.google.com/htr-cpsa-fvp

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
8597/2022	Lucélia da Costa Sonaque	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15319/2022	Yoshi Assessoria e Contabilidade	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
17/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/wvf-trjc-ukf

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
12600/2021	Consuelo Jorge da Cunha	Jovanil de Campos
13792/2022	Fundação Médica Souza Pinto Alvarez	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
20/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/smq-mdeo-fjr

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
7461/2022	Ricardo Prina	Eliana da Silva Carvalho Duarte
2128/2022	Soelene de Fátima O. Loureiro	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
24/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/dok-rgrs-jip

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
15293/2022	Paulo André da Cruz Nunes	Antônio Carlos Leite
9637/2021	Adriano Silva Euzébio	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
27/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/sdd-krnx-wjh

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16661/2019	Auto Escola Mendes	Antônio Carlos leite/vistas Gustavo Calábria Rondon
18778/2020	Marluce Pinheiro Lima	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
31/10/2022 – 17:30	https://meet.google.com/sdd-krnx-wjh

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIR RELATOR
111197/2022	Maria de Lourdes Faria Blomer	Antônio Carlos leite /vistas Gustavo Calábria Rondon
Distribuição de pauta do mês de novembro		

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minuto para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 30 de Setembro de 2022.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

PORTARIA INTERNA Nº 003 - SME DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERINO no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o inciso II, parágrafo 1º, artigo 26, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 294, de 27 de abril de 2022, que concedeu redução de carga horária à servidora Eliane Alves da Cunha Abdel Aziz;

CONSIDERANDO a necessidade excepcional de adequar a carga horária da servidora ao desenvolvimento das suas atividades laborativas, a fim de não comprometer o processo educacional dos alunos;

CONSIDERANDO o Memorando nº 17.186, de 11 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora **ELIANE ALVES DA CUNHA ABDEL AZIZ–** Professora Licenciada em Pedagogia com Docência – 15 horas, da Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão para a Escola Municipal Professora Isabel Campos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor após a sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação, 28 de setembro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 698 DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 34.861 de 21 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: DONILHA ANTONIA BALBUENA FERREIRA

Suplente: ELIANNE ARRUDA PIRES

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do termo	Vigência
172/22 PGM 1º Termo de Apostilamento	NABELA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	Constitui o objeto do presente a aquisição de gêneros alimentícios estocáveis e perecíveis para composição do cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2023, com base no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação.	18/08/22 28/09/22	12 meses

§ 1º As senhoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que exceder a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação em Substituição

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 699 DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 34.860 de 21 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Donilha Antonia Balbuena Ferreira

Suplente: Sirineia Aparecida Leonel Jorge

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura	Vigência
170/22 1º Termo de Apostilamento	SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,	Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis e perecíveis para composição do cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2023, com base no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação.	18/08/22 28/09/22	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las para a Secretaria responsável acima e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação em Exercício

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022

HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Digital Nº: 40/2022.

Interessado: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS EM ÁGUAS RASAS, SERVIÇO DE MERGULHO PARA RETIRADA DE DETRITOS, INSPEÇÃO DOS BOMBEADORES DE SUCÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO RIO PARAGUAI E INSPEÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA** sob responsabilidade do Serviço De Saneamento Ambiental Águas Do Pantanal - SSAAP**, na quantidade e especificação do item 1.2 parte integrante do** TERMO DE REFERÊNCIA n° 42/2022.

Procedimento Adotado: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 049/2021, derivada do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 020/2021 processo administrativo nº 045/2021 do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, que teve por objeto a Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços subaquáticos em águas rasas, serviço de mergulho para retirada de detritos, inspeção dos bombeadores de sucção de água bruta do Rio Cuiabá e inspeção de reservatórios de água**, dentro do município de Várzea Grande – MT, nas dependências desta autarquia (captação velha, balsa de captação nova e Reservatórios), para atender a demanda deste Departamento de Água e Esgoto.

As despesas decorrentes da execução dapresente Adesão à Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional, abaixo:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013.2125	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros	500 - Recursos Próprios

Composição das Despesas:

Item	Cód. TCE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	340646-6	SERVIÇO DE MERGULHO TIPO AUTÔNOMO NA CATEGORIA MR (MERGULHO RASO), PROFUNDIDADE ATÉ 30 (TRINTA) METROS, PARA RETIRADA DE DETRITOS E INSPEÇÃO DOS BOMBEADORES DE SUCÇÃO NO PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA	UND	240	R$ 362,50	R$ 87.000,00

EMPRESA VENCEDORA	CNPJ	VALOR TOTAL
ROGÉRIO PERDIGÃO	09.943.941/0001-33	R$ 87.000,00

HOMOLOGO a decisão supra da Comissão Permanente de Licitações ao vencedor e autorizo o empenho das despesas respectivas.

Cáceres/ MT, 28 de setembro de 2022.

JULIO CESAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto1019/2021

Publicado em 30/1/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022

HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Digital Nº: 40/2022.

Interessado: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS EM ÁGUAS RASAS, SERVIÇO DE MERGULHO PARA RETIRADA DE DETRITOS, INSPEÇÃO DOS BOMBEADORES DE SUCÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO RIO PARAGUAI E INSPEÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA** sob responsabilidade do Serviço De Saneamento Ambiental Águas Do Pantanal - SSAAP**, na quantidade e especificação do item 1.2 parte integrante do** TERMO DE REFERÊNCIA n° 42/2022.

Procedimento Adotado: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 049/2021, derivada do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 020/2021 processo administrativo nº 045/2021 do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, que teve por objeto a Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços subaquáticos em águas rasas, serviço de mergulho para retirada de detritos, inspeção dos bombeadores de sucção de água bruta do Rio Cuiabá e inspeção de reservatórios de água**, dentro do município de Várzea Grande – MT, nas dependências desta autarquia (captação velha, balsa de captação nova e Reservatórios), para atender a demanda deste Departamento de Água e Esgoto.

As despesas decorrentes da execução dapresente Adesão à Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional, abaixo:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013.2125	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros	500 - Recursos Próprios

Composição das Despesas:

Item	Cód. TCE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	340646-6	SERVIÇO DE MERGULHO TIPO AUTÔNOMO NA CATEGORIA MR (MERGULHO RASO), PROFUNDIDADE ATÉ 30 (TRINTA) METROS, PARA RETIRADA DE DETRITOS E INSPEÇÃO DOS BOMBEADORES DE SUCÇÃO NO PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA	UND	240	R$ 362,50	R$ 87.000,00

EMPRESA VENCEDORA	CNPJ	VALOR TOTAL
ROGÉRIO PERDIGÃO	09.943.941/0001-33	R$ 87.000,00

HOMOLOGO a decisão supra da Comissão Permanente de Licitações ao vencedor e autorizo o empenho das despesas respectivas.

Cáceres/ MT, 28 de setembro de 2022.

JULIO CESAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto1019/2021

Publicado em 30/1/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 701 DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 33.436, de 12 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **VANEIDE DA SILVA** para responder como Diretora Escolar da Escola Municipal Irene Coelho Cruz, da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 06 de setembro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretária Municipal de Educação Em Substituição

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/ 2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS visando atender as necessidades das Unidades de Saúde Bucal (USB) e do Centro de Especialidade Odontológica (CEO) do Município de Cáceres/MT.

Realização: 19 de outubro às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de outubro de 2022.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 384/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 716 DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº35.010 de 22 de setembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º- Excluir o nome da servidora **VANEIDE DA SILVA** do Decreto nº 075 de 08 de fevereiro de 2022, onde a mesma foi nomeada para responder pela Coordenação Pedagógica Escolar da EMEI Irene Coelho da Cruz, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de setembro de 2022.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretária Municipal de Educação em Substituição

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 547 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRª **MARIA APARECIDA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora de 12/09/2022.

RESOLVE: I – Exonerar o Srª MARIA APARECIDA SILVA que exercia o cargo em Comissão de GERENTE DE PATRIMÔNIO , lotada junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar a Portaria nº 024 de 04 de janeiro de 2021.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 552 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR **SEBASTIÃO MENDES DOS SANTOS** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 13.09.2022

RESOLVE:

I **–** Conceder ao servidor **SEBASTIÃO MENDES DOS SANTOS,** efetivo no cargo de TAE/ Tecnico Administrativo Educacional definitivo , Licença Prêmio por Assiduidade **por 60 dias** referente ao período aquisitivo de 16. 01.2015 a 15.01.2020 nos dias **03.10.2022 a 01.12.2022,** lotado junto a Secretaria Municipal Educação desta Prefeitura.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/ 2022.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT CNPJ00.965.152/0001-29.

Contratada: MARCELA TAVARES DA SILVA 15347814713, CNPJ 20. 922.437/0001-90.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA QUARTA do contrato original assinado em 01/08/2022, para prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta dias).

Vigência: 60 (sessenta dias), que compreende o período de **01/10/2022 a 29/11/2022**.

Dotação: 07.010.302.0011.2046.339039.00.00.00 – RED. 290

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionada neste Termo Aditivo.

Assinam: José Bueno Vilela– Por parte da CONTRATANTE e Marcela Tavares da Silva– por parte da CONTRATADA.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 553 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 16.05.2022

RESOLVE:

I **–** Conceder a servidora **MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO ,** efetivo no cargo de AAE/ Apoio Administrativo Educacional definitivo , Licença Prêmio por Assiduidade **por 90 dias** referente ao período aquisitivo de 06.03.2017 a 05.03.2022 nos dias **03.10.2022 a 31.12.2022,** lotada junto a Secretaria Municipal Educação desta Prefeitura.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 549 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **SELMA BENICIO ROSA SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora de 23.08.2022

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 028 de 26 de janeiro de 2022.

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 498 de 01 de setembro de 2022.

RESOLVE:

I **–** Conceder a servidora **SELMA BENICIO ROSA SOUZA,** efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 a 01.03.2021 nos dias **03.10. 2022 a 01.11.2022,** lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/ 2021.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT CNPJ00.965.152/0001-29.

Contratada: INFOBARRA SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ nº. 10.388.952/0001-88.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA QUARTA do contrato original assinado em 04/06/2021, para prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta dias).

Vigência: 60 (sessenta dias), que compreende o período de **30/09/2022 a 28/11/2022**.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionada neste Termo Aditivo.

Assinam: José Bueno Vilela– Por parte da CONTRATANTE e Adilson Carlos Lambert – por parte da CONTRATADA.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 553 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 16.05.2022

RESOLVE:

I **–** Conceder a servidora **MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO ,** efetivo no cargo de AAE/ Apoio Administrativo Educacional definitivo , Licença Prêmio por Assiduidade **por 90 dias** referente ao período aquisitivo de 06.03.2017 a 05.03.2022 nos dias **03.10.2022 a 31.12.2022,** lotada junto a Secretaria Municipal Educação desta Prefeitura.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 548 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **LEILA JÚLIA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 19.05.2022. CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 353 de 01 de junho de 2022. RESOLVE:

I **–** Conceder a servidora **LEILA JÚLIA DE SOUZA ,** efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem,Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 01.02.2013 a 30.01.2018 nos dias **03.10.2022 a 01.11. 2022,** lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 545 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃODE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **JOANA DARC DE OLIVEIRA AFONSO** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora 19.09.2022

RESOLVE:

I **–** Conceder a servidora **JOANA DARC DE OLIVEIRA AFONSO** efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde,Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 16.08.2011 a 15.08.2016 nos dias **03. 10.2022 a 01.11.2022,** lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 550 DE 03 DE OUTUBRO 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **GISELLE COELHO DOS SANTOS MELO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o teor do atestado médico da servidora de 30.09.2022

RESOLVE

I - Conceder à senhora **GISELLE COELHO DOS SANTOS MELO,** a Licença Maternidade de 120 dias no período de 30.09.2022 a 27.01.2023, exerce o cargo de Nutricionista, lotada junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 078/2022/FUNSEM

PORTARIA Nº 078, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS e retifica em parte o teor da portaria nº 75, de 19 de setembro de 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve**:**

Art. 1º - INTERROMPER, as férias, nos termos do Art. 99 da Lei Municipal nº 1.130/2006 da servidora pública municipal, Sra. Geissimar Joyce Veiga Mendes Máximo, concedido através da Portaria nº 075, de 19 de setembro de 2022, relativo ao período aquisitivo de 09/02/2021 à 08/02/2022, ressalvando-lhe o direito de gozar oportunamente.

Art. 2° Altera em partes o teor da portarianº 075, de 19 de setembro de 2022.

I- Onde se lê …19/09/2022 a 18/09/2022,

II- Leia-se ...19/09/2022 a 18/10/2022:

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação:

I- Retroagindo seus efeitos a partir de 03 de outubro de 2022, no que dispõe o art.1º desta portaria.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis-MT

Sandro Silvio Cattaneo

Direto Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL TP 006/2022

Tomada de Preços nº 006/2022

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**, que tem por objeto a **contratação** de empresa de engenharia especializada na construção de Rede de Distribuição de Energia Elétrica Trifásica em 13,8KV, com instalação de um posto de transformação de 112,5KVA 3F 13,8KV 220/127V, na escola municipal professor Antonio Pereira no Município de Campo Novo do Parecis-MT, conforme projeto elétrico de distribuição de energia.

Alteração na redação do item 5.1.5, ficando prorrogada sua abertura para dia **21 de outubro de 2022**, às 08h00min, no local designado em edital.

As demais disposições ficam sem alterações.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes....

Campo Novo do Parecis 03 de outubro de 2022.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 14/2022

CMAS – Campo Novo do Parecis,16 de setembro de 2022.

Dispões sobre a composição da Cesta Básica dentro do Programa de Benefícios Eventuais .

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Através de sua presidente legal Diego da Silva Barros, com atribuições conferida pela Lei 382/94, de 20.12.1994, Portaria Nº 950, de 29 de agosto de 2022 e seus conselheiros, dispõe sobre a Resolução de N° 14/2022, a qual delibera sobre os itens que compõem a Cesta Básica dentro do Programa de Benefícios Eventuais realizada em reunião ordinária sob a Ata de Nº 07/2022, realizada no dia 16 de setembro de 2022.

Favor informar em DO.

RESOLVE:

Conforme foi deliberado pelo conselho a troca de item da cesta básica da seguinte forma:

Os ovos não serão mais incluídos na cesta básica sendo substituído por leite, ficando composta da seguinte forma:

1- 01 pacotes de arroz de 5 kg; 2- 02 pacotes de feijão; 3- 01 pacotes de fubá fino de 1kg; 4- 01 pacotes de macarrão; 5- 01 pacotes de farinha de trigo de 1kg; 6- 01 pacote de café de 500g; 7- 01 un. de óleo de 900ml; 8- 01 un. de extrato de tomate; 9- 01 un. de farinha de mandioca de 500gr;

10- 03 pct de leite em pó de 400gr;

11- 01 un. de fermento químico de 100gr; 12- 01un. de açúcar de 2kg; 13- 01 un. de sal de 500 gr.

Por ser expressão da verdade formamos o presente para que produza os devidos efeitos. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Diego da Silva Barros

Pres. do Conselho Mun. de Assistência Social

Portaria Nº 950, de 29 de agosto de 2022.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 013 /2022 - CMAS - CAMPO NOVO DO PARECIS, 16 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sob a certificação e credenciamento de instituição perante CMAS de Campo Novo do Parecis. e dá outras providências.

Através de seu presidente legal Diego da Silva Barros, com atribuições conferida pela Lei 382/94, de 20.12.1994, do Conselho Municipal de Assistência Social e seus conselheiros, a RESOLUÇÃO de Nº 012/2022 , a qual delibera o credenciamento e certificação da entidade CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO MATO GROSSO - CTEMT – ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENCE DE JUDO, realizada em reunião Ordinária sob a Ata de Nº 07 em 16 de setembro de 2022. Favor informar em D.O.

RESOLVE:

Certificar e credenciar a inscrição da entidade CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO MATO GROSSO - CTEMT – ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENCE DE JUDO , com sede em Campo Novo do Parecis /MT, na Av. Getúlio Vargas 255NW Apt.04, Bairro Jardim Olenka, entidade beneficente sem fins econômicos, com duração de tempo indeterminado no âmbito Municipal, fundada em 18/03/2014, portadora do CNPJ –20.124.923/0001-62, Código Nacional de Atividade Principal: 85.91-1-00, Ensino de esportes, Secundária: 94.93-6-00,94.99-5-00,94.30-8-00 associativas ligadas a cultura e a arte,as não especificadas anteriormente e as de defesa de direitos sociais,

acha-se INSCRITO neste conselho sob o número 038/2022.

Este COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO tem o prazo de validade 03(três) anos a contar desta data.

Por ser expressão da verdade firmamos o presente para que produza os devidos efeitos.

Campo Novo do Parecis, 16 de setembro de 2022.

Diego da Silva Barros

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Portaria de Nº 950, de 29 de agosto de 2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 016/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 016/2022,** destinado à **Contratação** de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, teve como vencedoras as empresas: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS,** com valor total de **R$ 7.000,00 (sete mil reais), GENTE SEGURADORA S/A,** com o valor total de **R$ 12.600,00 (doze mil seiscentos reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de outubro de 2022

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE CONTÁBIL - AGOSTO DE 2022

Estado de MATO GROSSO Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	1	ATIVO	244.365.446,33	37.227.258,77	33.612.498,15	247.980.206,95
1.1.0.0.0.00.00.00.00.00	2	ATIVO CIRCULANTE	243.045.245,16	37.227.258,77	33.609.826,84	246.662.677,09
1.1.1.0.0.00.00.00.00.00	3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.417.590,00	15.799.468,24	15.799.629,56	1.417.428,68
1.1.1.1.0.00.00.00.00.00	4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.417.590,00	15.799.468,24	15.799.629,56	1.417.428,68
1.1.1.1.1.00.00.00.00.00	5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃ CONSOLIDAÇÃO	1.417.590,00	15.799.468,24	15.799.629,56	1.417.428,68
1.1.1.1.1.06.00.00.00.00	8	CONTA ÚNICA RPPS	1.417.590,00	15.799.468,24	15.799.629,56	1.417.428,68
1.1.1.1.1.06.04.00.00	11	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (F)	1.417.590,00	15.799.468,24	15.799.629,56	1.417.428,68
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00	523	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.162.214,39	2.478.631,74	2.480.582,81	2.160.263,32
1.1.3.1.0.00.00.00.00.00	524	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	640,00	0,00	640,00
1.1.3.1.1.00.00.00.00.00	525	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	640,00	0,00	640,00
1.1.3.1.1.02.00.00.00	545	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	640,00	0,00	640,00
1.1.3.1.1.02.00.51.00	547	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	0,00	640,00	0,00	640,00
1.1.3.6.0.00.00.00.00.00	775	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	2.162.214,39	2.477.991,74	2.480.582,81	2.159.623,32
1.1.3.6.2.00.00.00.00.00	782	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS INTRA OFSS	2.162.214,39	2.477.991,74	2.480.582,81	2.159.623,32
1.1.3.6.2.01.00.00.00.00	783	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	2.162.214,39	2.477.991,74	2.480.582,81	2.159.623,32
1.1.3.6.2.01.01.00.00.00	784	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL	1.383.580,94	1.611.637,20	1.639.038,71	1.356.179,43
1.1.3.6.2.01.01.51.00	786	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL (P)	1.383.580,94	1.611.637,20	1.639.038,71	1.356.179,43
1.1.3.6.2.01.02.00.00	787	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - SERVIDOR, APOSENTADO E PENS APOSENTADO E PENSIONISTA (P)	778.633,45	866.354,54	841.544,10	803.443,89
1.1.4.0.0.00.00.00.00.00	899	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO PRAZO	239.465.177,97	18.948.230,59	15.328.554,87	243.084.853,69
1.1.4.1.0.00.00.00.00.00	900	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	239.465.177,97	6.320.358,72	15.293.404,61	230.492.132,08
1.1.4.1.1.00.00.00.00.00	901	TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS- CONSOLIDAÇÃO	239.465.177,97	6.320.358,72	15.293.404,61	230.492.132,08
1.1.4.1.1.01.00.00.00.00	902	TÍTULOS PÚBLICOS	148.248.570,02	3.516.048,51	15.060.911,48	136.703.707,05
1.1.4.1.1.01.00.01.00	903	TÍTULOS PÚBLICOS (F)	148.248.570,02	3.516.048,51	15.060.911,48	136.703.707,05
1.1.4.1.1.02.00.00.00	905	AÇÕES	29.709.259,66	1.484.844,10	232.293,67	30.961.810,09
1.1.4.1.1.02.00.01.00	906	AÇÕES (F)	29.709.259,66	1.484.844,10	232.293,67	30.961.810,09

ARBalancete_Contabil_Ia Página: 1 / 16

Estado de MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
1.1.4.1.1.99.00.00.00	911	OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	61.507.348,29	1.319.466,11	199,46	62.826.614,94
1.1.4.1.1.99.00.01.00	912	OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (F)	61.507.348,29	1.319.466,11	199,46	62.826.614,94
1.1.4.4.0.00.00.00.00	922	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS PRAZO - RPPS	0,00	12.627.871,87	35.150,26	12.592.721,61
1.1.4.4.1.00.00.00.00	923	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPP PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	12.627.871,87	35.150,26	12.592.721,61
1.1.4.4.1.01.00.00.00	924	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - PLANO EM CAPITALI PLANO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00	12.627.871,87	35.150,26	12.592.721,61
1.1.4.4.1.01.02.00.00	928	FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS	0,00	12.627.871,87	35.150,26	12.592.721,61
1.1.4.4.1.01.02.01.00	929	FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS (F)	0,00	12.627.871,87	35.150,26	12.592.721,61
1.1.5.0.0.00.00.00.00	1090	ESTOQUES	262,80	928,20	1.059,60	131,40
1.1.5.6.0.00.00.00.00	1112	ALMOXARIFADO	262,80	928,20	1.059,60	131,40
1.1.5.6.1.00.00.00.00	1113	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	262,80	928,20	1.059,60	131,40
1.1.5.6.1.07.00.00.00	1120	MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	262,80	928,20	1.059,60	131,40
1.2.0.0.0.00.00.00.00	1201	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.320.201,17	0,00	2.671,31	1.317.529,86
1.2.3.0.0.00.00.00.00	1711	IMOBILIZADO	1.320.201,17	0,00	2.671,31	1.317.529,86
1.2.3.1.0.00.00.00.00	1712	BENS MOVEIS	143.459,83	0,00	1.127,24	142.332,59
1.2.3.1.1.00.00.00.00	1713	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	143.459,83	0,00	1.127,24	142.332,59
1.2.3.1.1.02.00.00.00	1715	BENS DE INFORMÁTICA (P)	51.148,33	0,00	856,41	50.291,92
1.2.3.1.1.03.00.00.00	1716	MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	60.188,40	0,00	270,83	59.917,57
1.2.3.1.1.99.00.00.00	1724	DEMAIS BENS MÓVEIS	32.123,10	0,00	0,00	32.123,10
1.2.3.1.1.99.99.00.00	1728	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	32.123,10	0,00	0,00	32.123,10
1.2.3.2.0.00.00.00.00	1729	BENS IMÓVEIS	1.348.249,25	0,00	0,00	1.348.249,25
1.2.3.2.1.00.00.00.00	1730	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	1.348.249,25	0,00	0,00	1.348.249,25
1.2.3.2.1.01.00.00.00	1731	BENS DE USO ESPECIAL (P)	179.872,25	0,00	0,00	179.872,25

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
1.2.3.2.1.04.00.00.00	1732	BENS DOMINICAIS (P)	1.168.377,00	0,00	0,00	1.168.377,00
1.2.3.8.0.00.00.00.00	1752	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-171.507,91	0,00	1.544,07	-173.051,98
1.2.3.8.1.00.00.00.00	1753	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLID - CONSOLIDAÇÃO	-171.507,91	0,00	1.544,07	-173.051,98
1.2.3.8.1.01.00.00.00	1754	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	-78.911,81	0,00	966,49	-79.878,30
1.2.3.8.1.02.00.00.00	1755	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (P)	-92.596,10	0,00	577,58	-93.173,68
2.0.0.0.0.00.00.00.00	1796	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	-227.306.236,15	3.232.754,37	1.910.221,23	-225.983.703,01
2.1.0.0.0.00.00.00.00	1797	PASSIVO CIRCULANTE	-313.122,73	1.929.763,13	1.910.221,23	-293.580,83
2.1.1.0.0.00.00.00.00	1798	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAG ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-6.480,27	1.386.904,62	1.384.881,49	-4.457,14
2.1.1.1.0.00.00.00.00	1799	PESSOAL A PAGAR	0,00	67.111,36	67.111,36	0,00
2.1.1.1.1.00.00.00.00	1800	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	67.111,36	67.111,36	0,00
2.1.1.1.1.01.00.00.00	1801	PESSOAL A PAGAR	0,00	67.111,36	67.111,36	0,00
2.1.1.1.1.01.01.00.00	1802	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	0,00	54.137,01	54.137,01	0,00
2.1.1.1.1.01.01.01.00	1803	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	0,00	54.137,01	54.137,01	0,00
2.1.1.1.1.01.02.00.00	1805	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	12.974,35	12.974,35	0,00
2.1.1.1.1.01.02.01.00	1806	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (F)	0,00	12.974,35	12.974,35	0,00
2.1.1.2.0.00.00.00.00	1846	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-3.247,10	1.309.332,85	1.307.709,30	-1.623,55
2.1.1.2.1.00.00.00.00	1847	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.307.709,30	1.307.709,30	0,00
2.1.1.2.1.01.00.00.00	1848	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	1.307.709,30	1.307.709,30	0,00
2.1.1.2.1.01.00.01.00	1849	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)	0,00	1.307.709,30	1.307.709,30	0,00
2.1.1.2.3.00.00.00.00	1885	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO UNIÃO	-3.247,10	1.623,55	0,00	-1.623,55
2.1.1.2.3.05.00.00.00	1886	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS	-3.247,10	1.623,55	0,00	-1.623,55
2.1.1.2.3.05.01.00.00	1887	OBRIGAÇÕES DO RPPS JUNTO AO RGPS	-3.247,10	1.623,55	0,00	-1.623,55
2.1.1.2.3.05.01.01.00	1888	OBRIGAÇÕES DO RPPS JUNTO AO RGPS (F)	-3.247,10	1.623,55	0,00	-1.623,55
2.1.1.4.0.00.00.00.00	1931	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-3.233,17	10.460,41	10.060,83	-2.833,59
2.1.1.4.2.00.00.00.00	1967	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	0,00	7.227,24	7.227,24	0,00

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
2.1.1.4.2.01.00.00.00	1968	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) (RPPS)	0,00	7.227,24	7.227,24	0,00
2.1.1.4.2.01.00.01.00	1969	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) (F) (RPPS) (F)	0,00	7.227,24	7.227,24	0,00
2.1.1.4.3.00.00.00.00	1981	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	-3.233,17	3.233,17	2.833,59	-2.833,59
2.1.1.4.3.01.00.00.00	1982	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-3.233,17	3.233,17	2.833,59	-2.833,59
2.1.1.4.3.01.01.00.00	1983	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES REMUNERAÇÕES	-3.233,17	3.233,17	2.833,59	-2.833,59
2.1.1.4.3.01.01.01.00	1984	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F) REMUNERAÇÕES (F)	-3.233,17	3.233,17	2.833,59	-2.833,59
2.1.3.0.0.00.00.00.00	2363	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.3.1.0.00.00.00.00	2364	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO PRAZO	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.3.1.1.00.00.00.00	2365	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONS PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.3.1.1.01.00.00.00	2366	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.3.1.1.01.01.00.00	2367	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.3.1.1.01.01.01.00	2368	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	0,00	22.511,50	25.318,52	-2.807,02
2.1.4.0.0.00.00.00.00	2481	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-23.275,40	23.275,40	48.996,79	-48.996,79
2.1.4.1.0.00.00.00.00	2482	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-23.275,40	23.275,40	48.996,79	-48.996,79
2.1.4.1.3.00.00.00.00	2563	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNI INTER OFSS - UNIÃO	-23.275,40	23.275,40	48.996,79	-48.996,79
2.1.4.1.3.11.00.00.00	2591	PIS/PASEP A RECOLHER	-23.275,40	23.275,40	48.996,79	-48.996,79
2.1.4.1.3.11.00.01.00	2592	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	-23.275,40	23.275,40	48.996,79	-48.996,79
2.1.8.0.0.00.00.00.00	2942	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-283.367,06	497.071,61	451.024,43	-237.319,88
2.1.8.8.0.00.00.00.00	3063	VALORES RESTITUÍVEIS	-283.367,06	493.456,61	447.409,43	-237.319,88
2.1.8.8.1.00.00.00.00	3064	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-100.426,69	311.178,58	259.982,52	-49.230,63
2.1.8.8.1.01.00.00.00	3065	CONSIGNAÇÕES	-100.426,69	311.178,58	259.982,52	-49.230,63
2.1.8.8.1.01.05.00.00	3067	RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES (F)	-77,46	0,00	0,00	-77,46

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
2.1.8.8.1.01.11.00.00	3069	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F)	0,00	128.930,06	128.930,06	0,00
2.1.8.8.1.01.13.00.00	3070	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F) (F)	0,00	19.750,17	19.750,17	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00	3072	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	-100.349,23	159.617,11	108.421,05	-49.153,17
2.1.8.8.1.01.99.00.00	3075	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	0,00	2.881,24	2.881,24	0,00
2.1.8.8.2.00.00.00.00	3090	VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	-180.621,68	180.719,51	185.440,82	-185.342,99
2.1.8.8.2.01.00.00.00	3091	CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS	-180.621,68	180.719,51	185.440,82	-185.342,99
2.1.8.8.2.01.04.00.00	3093	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F) INTRA OFSS (F)	-180.621,68	180.719,51	185.398,00	-185.300,17
2.1.8.8.2.01.08.00.00	3095	ISS (F)	0,00	0,00	42,82	-42,82
2.1.8.8.3.00.00.00.00	3104	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	-2.318,69	1.558,52	1.986,09	-2.746,26
2.1.8.8.3.01.00.00.00	3105	CONSIGNAÇÕES	-2.318,69	1.558,52	1.986,09	-2.746,26
2.1.8.8.3.01.02.00.00	3106	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	-2.318,69	1.558,52	1.986,09	-2.746,26
2.1.8.9.0.00.00.00.00	3135	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	3.615,00	3.615,00	0,00
2.1.8.9.1.00.00.00.00	3136	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.615,00	3.615,00	0,00
2.1.8.9.1.02.00.00.00	3153	DIARIAS A PAGAR	0,00	2.975,00	2.975,00	0,00
2.1.8.9.1.02.00.01.00	3154	DIARIAS A PAGAR (F)	0,00	2.975,00	2.975,00	0,00
2.1.8.9.1.03.00.00.00	3156	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	0,00	640,00	640,00	0,00
2.1.8.9.1.03.00.01.00	3157	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)	0,00	640,00	640,00	0,00
2.2.0.0.0.00.00.00.00	3214	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	-242.642.237,69	0,00	0,00	-242.642.237,69
2.2.7.0.0.00.00.00.00	3908	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-242.642.237,69	0,00	0,00	-242.642.237,69
2.2.7.2.0.00.00.00.00	3913	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO PRAZO	-242.642.237,69	0,00	0,00	-242.642.237,69
2.2.7.2.1.00.00.00.00	3914	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOL PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-242.642.237,69	0,00	0,00	-242.642.237,69
2.2.7.2.1.03.00.00.00	3930	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS	-162.068.161,86	0,00	0,00	-162.068.161,86
2.2.7.2.1.03.01.00.00	3931	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUN CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-169.072.218,39	0,00	0,00	-169.072.218,39

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
2.2.7.2.1.03.03.00.00	3933	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	5.974.935,54	0,00	0,00	5.974.935,54
2.2.7.2.1.03.04.00.00	3934	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS (P)	15.179,96	0,00	0,00	15.179,96
2.2.7.2.1.03.05.00.00	3935	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO R CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	1.013.941,03	0,00	0,00	1.013.941,03
2.2.7.2.1.04.00.00.00	3938	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER CONCEDER	-142.831.469,21	0,00	0,00	-142.831.469,21
2.2.7.2.1.04.01.00.00	3939	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUND CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-428.211.912,61	0,00	0,00	-428.211.912,61
2.2.7.2.1.04.02.00.00	3940	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPP CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	147.794.653,39	0,00	0,00	147.794.653,39
2.2.7.2.1.04.03.00.00	3941	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RP CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	103.428.622,82	0,00	0,00	103.428.622,82
2.2.7.2.1.04.04.00.00	3942	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO R CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	34.157.167,19	0,00	0,00	34.157.167,19
2.2.7.2.1.05.00.00.00	3945	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	62.257.393,38	0,00	0,00	62.257.393,38
2.2.7.2.1.05.98.00.00	3946	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	62.257.393,38	0,00	0,00	62.257.393,38
2.3.0.0.0.00.00.00.00	4190	PATRIMÔNIO LIQUIDO	15.649.124,27	1.302.991,24	0,00	16.952.115,51
2.3.6.0.0.00.00.00.00	4318	DEMAIS RESERVAS	-95.116,13	0,00	0,00	-95.116,13
2.3.6.9.0.00.00.00.00	4325	OUTRAS RESERVAS	-95.116,13	0,00	0,00	-95.116,13
2.3.6.9.1.00.00.00.00	4326	OUTRAS RESERVAS - CONSOLIDAÇÃO	-95.116,13	0,00	0,00	-95.116,13
2.3.7.0.0.00.00.00.00	4331	RESULTADOS ACUMULADOS	15.744.240,40	1.302.991,24	0,00	17.047.231,64
2.3.7.1.0.00.00.00.00	4332	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	15.744.240,40	1.302.991,24	0,00	17.047.231,64
2.3.7.1.1.00.00.00.00	4333	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	44.874.682,91	1.302.991,24	0,00	46.177.674,15
2.3.7.1.1.02.00.00.00	4335	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.424.484,93	0,00	0,00	44.424.484,93
2.3.7.1.1.03.00.00.00	4336	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	450.197,98	1.302.991,24	0,00	1.753.189,22
2.3.7.1.2.00.00.00.00	4338	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-28.835.269,73	0,00	0,00	-28.835.269,73
2.3.7.1.2.02.00.00.00	4340	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-28.835.269,73	0,00	0,00	-28.835.269,73

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
2.3.7.1.3.00.00.00.00	4343	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO UNIÃO	-297.272,29	0,00	0,00	-297.272,29
2.3.7.1.3.02.00.00.00	4345	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-297.272,29	0,00	0,00	-297.272,29
2.3.7.1.4.00.00.00.00	4348	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO ESTADO	2.099,51	0,00	0,00	2.099,51
2.3.7.1.4.02.00.00.00	4350	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.099,51	0,00	0,00	2.099,51
3.0.0.0.0.00.00.00.00	4407	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	16.827.636,24	4.165.657,51	1.302.991,24	19.690.302,51
3.1.0.0.0.00.00.00.00	4408	PESSOAL E ENCARGOS	496.412,28	77.172,19	0,00	573.584,47
3.1.1.0.0.00.00.00.00	4409	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	386.046,02	67.111,36	0,00	453.157,38
3.1.1.1.0.00.00.00.00	4410	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS PELO RPPS	272.834,32	48.300,86	0,00	321.135,18
3.1.1.1.1.00.00.00.00	4411	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CON PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	272.834,32	48.300,86	0,00	321.135,18
3.1.1.1.1.01.00.00.00	4412	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS RPPS	272.834,32	48.300,86	0,00	321.135,18
3.1.1.1.1.01.01.00.00	4413	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	231.506,20	35.326,51	0,00	266.832,71
3.1.1.1.1.01.21.00.00	4431	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	21.961,53	0,00	0,00	21.961,53
3.1.1.1.1.01.22.00.00	4432	13. SALÁRIO	19.366,59	12.974,35	0,00	32.340,94
3.1.1.2.0.00.00.00.00	4465	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS PELO RGPS	113.211,70	18.810,50	0,00	132.022,20
3.1.1.2.1.00.00.00.00	4466	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CON PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	113.211,70	18.810,50	0,00	132.022,20
3.1.1.2.1.01.00.00.00	4467	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS RGPS	113.211,70	18.810,50	0,00	132.022,20
3.1.1.2.1.01.01.00.00	4468	VENCIMENTOS E SALARIOS	87.591,95	13.822,42	0,00	101.414,37
3.1.1.2.1.01.21.00.00	4488	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	25.619,75	0,00	0,00	25.619,75
3.1.1.2.1.01.22.00.00	4489	13. SALARIO	0,00	4.988,08	0,00	4.988,08
3.1.2.0.0.00.00.00.00	4543	ENCARGOS PATRONAIS	70.313,65	10.060,83	0,00	80.374,48
3.1.2.1.0.00.00.00.00	4544	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	47.519,15	7.227,24	0,00	54.746,39

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
3.1.2.1.2.00.00.00.00	4545	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	47.519,15	7.227,24	0,00	54.746,39
3.1.2.1.2.01.00.00.00	4546	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	47.519,15	7.227,24	0,00	54.746,39
3.1.2.2.0.00.00.00.00	4558	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	22.794,50	2.833,59	0,00	25.628,09
3.1.2.2.3.00.00.00.00	4566	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	22.794,50	2.833,59	0,00	25.628,09
3.1.2.2.3.01.00.00.00	4567	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	22.794,50	2.833,59	0,00	25.628,09
3.1.9.0.0.00.00.00.00	4628	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGO PESSOAL E ENCARGOS	40.052,61	0,00	0,00	40.052,61
3.1.9.1.0.00.00.00.00	4629	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	40.052,61	0,00	0,00	40.052,61
3.1.9.1.1.00.00.00.00	4630	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO CONSOLIDAÇÃO	40.052,61	0,00	0,00	40.052,61
3.2.0.0.0.00.00.00.00	4645	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	8.626.090,06	1.307.709,30	0,00	9.933.799,36
3.2.1.0.0.00.00.00.00	4646	APOSENTADORIAS E REFORMAS	7.765.235,45	1.182.540,72	0,00	8.947.776,17
3.2.1.1.0.00.00.00.00	4647	APOSENTADORIAS - RPPS	7.765.235,45	1.182.540,72	0,00	8.947.776,17
3.2.1.1.1.00.00.00.00	4648	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	7.765.235,45	1.182.540,72	0,00	8.947.776,17
3.2.1.1.1.01.00.00.00	4649	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	7.477.756,34	1.141.717,07	0,00	8.619.473,41
3.2.1.1.1.01.01.00.00	4650	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	7.029.961,53	1.077.867,35	0,00	8.107.828,88
3.2.1.1.1.01.02.00.00	4651	APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS	81.183,90	10.995,07	0,00	92.178,97
3.2.1.1.1.01.03.00.00	4652	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	366.610,91	52.854,65	0,00	419.465,56
3.2.1.1.1.99.00.00.00	4660	OUTRAS APOSENTADORIAS	287.479,11	40.823,65	0,00	328.302,76
3.2.2.0.0.00.00.00.00	4665	PENSÕES	860.854,61	125.168,58	0,00	986.023,19
3.2.2.1.0.00.00.00.00	4666	PENSÕES - RPPS	860.854,61	125.168,58	0,00	986.023,19
3.2.2.1.1.00.00.00.00	4667	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	860.854,61	125.168,58	0,00	986.023,19
3.2.2.1.1.01.00.00.00	4668	PROVENTOS DE PENSÕES	860.854,61	125.168,58	0,00	986.023,19
3.3.0.0.0.00.00.00.00	4724	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	154.379,43	29.968,99	0,00	184.348,42
3.3.1.0.0.00.00.00.00	4725	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.869,60	1.059,60	0,00	2.929,20
3.3.1.1.0.00.00.00.00	4726	CONSUMO DE MATERIAL	1.869,60	1.059,60	0,00	2.929,20
3.3.1.1.1.00.00.00.00	4727	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.869,60	1.059,60	0,00	2.929,20
3.3.1.1.1.16.00.00.00	4741	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.459,60	1.059,60	0,00	2.519,20
3.3.1.1.1.21.00.00.00	4746	MATERIAL DE COPA E COZINHA	230,00	0,00	0,00	230,00

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
3.3.1.1.1.99.00.00.00	4786	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	180,00	0,00	0,00	180,00
3.3.2.0.0.00.00.00.00	4802	SERVIÇOS	142.069,60	27.365,32	0,00	169.434,92
3.3.2.1.0.00.00.00.00	4803	DIÁRIAS	23.537,50	2.975,00	0,00	26.512,50
3.3.2.1.1.00.00.00.00	4804	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	23.537,50	2.975,00	0,00	26.512,50
3.3.2.1.1.01.00.00.00	4805	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - OUTRAS	23.537,50	2.975,00	0,00	26.512,50
3.3.2.2.0.00.00.00.00	4810	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
3.3.2.2.1.00.00.00.00	4811	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
3.3.2.2.1.15.00.00.00	4826	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
3.3.2.3.0.00.00.00.00	4850	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	111.932,10	24.390,32	0,00	136.322,42
3.3.2.3.1.00.00.00.00	4851	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	111.932,10	24.390,32	0,00	136.322,42
3.3.2.3.1.01.00.00.00	4852	CONSULTORIA E ASSESSORIA	5.209,59	1.071,87	0,00	6.281,46
3.3.2.3.1.02.00.00.00	4853	PERICIAS	4.180,00	200,00	0,00	4.380,00
3.3.2.3.1.04.00.00.00	4855	COMUNICAÇÃO	4.642,31	1.983,82	0,00	6.626,13
3.3.2.3.1.06.00.00.00	4857	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	2.460,00	2.472,82	0,00	4.932,82
3.3.2.3.1.08.00.00.00	4859	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS. OUTROS.	7.526,10	1.487,09	0,00	9.013,19
3.3.2.3.1.10.00.00.00	4861	LOCAÇÕES	97,52	0,00	0,00	97,52
3.3.2.3.1.11.00.00.00	4862	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40.219,94	6.499,99	0,00	46.719,93
3.3.2.3.1.14.00.00.00	4865	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	190,00	0,00	0,00	190,00
3.3.2.3.1.40.00.00.00	4891	SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	39,80	36,00	0,00	75,80
3.3.2.3.1.51.00.00.00	4899	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	29.806,70	5.122,51	0,00	34.929,21
3.3.2.3.1.56.00.00.00	4903	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.977,59	4.212,96	0,00	14.190,55
3.3.2.3.1.99.00.00.00	4905	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	7.582,55	1.303,26	0,00	8.885,81
3.3.3.0.0.00.00.00.00	4918	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.440,23	1.544,07	0,00	11.984,30
3.3.3.1.0.00.00.00.00	4919	DEPRECIAÇÃO	10.440,23	1.544,07	0,00	11.984,30
3.3.3.1.1.00.00.00.00	4920	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	10.440,23	1.544,07	0,00	11.984,30
3.3.3.1.1.01.00.00.00	4921	DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	10.440,23	1.544,07	0,00	11.984,30
3.3.3.1.1.01.01.00.00	4922	DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.397,17	966,49	0,00	7.363,66
3.3.3.1.1.01.02.00.00	4923	DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.043,06	577,58	0,00	4.620,64

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
3.5.0.0.0.00.00.00.00	5178	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.5.1.0.0.00.00.00.00	5179	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.5.1.3.0.00.00.00.00	5211	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RP PARA O RPPS	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.5.1.3.2.00.00.00.00	5212	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RP PARA O RPPS - INTRA OFSS	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.5.1.3.2.02.00.00.00	5217	PLANO PREVIDENCIÁRIO	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.5.1.3.2.02.02.00.00	5219	RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - APORTES PERIÓDIC APORTES PERIÓDICOS	11.777,84	0,00	0,00	11.777,84
3.6.0.0.0.00.00.00.00	5340	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS PASSIVOS	7.382.345,79	2.701.810,24	1.302.991,24	8.781.164,79
3.6.1.0.0.00.00.00.00	5341	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS PARA PERDAS	7.382.345,79	1.397.691,76	0,00	8.780.037,55
3.6.1.4.0.00.00.00.00	5368	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	7.382.345,79	1.397.691,76	0,00	8.780.037,55
3.6.1.4.1.00.00.00.00	5369	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO CONSOLIDAÇÃO	7.382.345,79	1.397.691,76	0,00	8.780.037,55
3.6.1.4.1.03.00.00.00	5372	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS RPPS	7.382.345,79	1.397.691,76	0,00	8.780.037,55
3.6.5.0.0.00.00.00.00	5565	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.304.118,48	1.302.991,24	1.127,24
3.6.5.1.0.00.00.00.00	5566	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.304.118,48	1.302.991,24	1.127,24
3.6.5.1.1.00.00.00.00	5567	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.304.118,48	1.302.991,24	1.127,24
3.6.5.1.1.04.00.00.00	5571	DESINCORPORAÇÃO DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS TEMPORÁRIAS	0,00	1.302.991,24	1.302.991,24	0,00
3.6.5.1.1.07.00.00.00	5574	DESINCORPORAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	1.127,24	0,00	1.127,24
3.7.0.0.0.00.00.00.00	5581	TRIBUTÁRIAS	145.265,99	48.996,79	0,00	194.262,78
3.7.2.0.0.00.00.00.00	5617	CONTRIBUIÇÕES	145.265,99	48.996,79	0,00	194.262,78
3.7.2.1.0.00.00.00.00	5618	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	145.265,99	48.996,79	0,00	194.262,78
3.7.2.1.3.00.00.00.00	5627	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	145.265,99	48.996,79	0,00	194.262,78
3.7.2.1.3.02.00.00.00	5629	PIS/PASEP	145.265,99	48.996,79	0,00	194.262,78

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
3.9.0.0.0.00.00.00.00	5678	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.364,85	0,00	0,00	11.364,85
3.9.9.0.0.00.00.00.00	5839	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.364,85	0,00	0,00	11.364,85
3.9.9.1.0.00.00.00.00	5840	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	11.364,85	0,00	0,00	11.364,85
3.9.9.1.3.00.00.00.00	5842	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - UNIÃO OFSS - UNIÃO	11.364,85	0,00	0,00	11.364,85
4.0.0.0.0.00.00.00.00	5883	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-33.886.846,42	2.127,26	7.802.087,29	-41.686.806,45
4.2.0.0.0.00.00.00.00	6044	CONTRIBUIÇÕES	-14.365.461,06	2.127,26	2.243.416,50	-16.606.750,30
4.2.1.0.0.00.00.00.00	6045	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-14.365.461,06	2.127,26	2.243.416,50	-16.606.750,30
4.2.1.1.0.00.00.00.00	6046	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS	-14.365.461,06	2.127,26	2.243.416,50	-16.606.750,30
4.2.1.1.1.00.00.00.00	6047	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	-5.547.289,75	0,00	866.354,54	-6.413.644,29
4.2.1.1.1.02.00.00.00	6048	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS	-5.547.289,75	0,00	866.354,54	-6.413.644,29
4.2.1.1.1.02.01.00.00	6049	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	-5.230.668,40	0,00	816.552,18	-6.047.220,58
4.2.1.1.1.02.02.00.00	6050	CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	-313.013,58	0,00	49.526,44	-362.540,02
4.2.1.1.1.02.03.00.00	6051	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	-3.607,77	0,00	275,92	-3.883,69
4.2.1.1.2.00.00.00.00	6061	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTRA OFSS	-8.818.171,31	2.127,26	1.377.061,96	-10.193.106,01
4.2.1.1.2.01.00.00.00	6062	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS	-8.818.171,31	2.127,26	1.377.061,96	-10.193.106,01
4.2.1.1.2.01.01.00.00	6063	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	-8.818.171,31	2.127,26	1.377.061,96	-10.193.106,01
4.4.0.0.0.00.00.00.00	6354	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-582.332,26	0,00	2.411.588,69	-2.993.920,95
4.4.5.0.0.00.00.00.00	6516	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS FINANCEIRAS	-582.332,26	0,00	2.411.588,69	-2.993.920,95
4.4.5.2.0.00.00.00.00	6519	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-582.332,26	0,00	2.411.588,69	-2.993.920,95
4.4.5.2.1.00.00.00.00	6520	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO CONSOLIDAÇÃO	-582.332,26	0,00	2.411.588,69	-2.993.920,95
4.5.0.0.0.00.00.00.00	6536	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49
4.5.1.0.0.00.00.00.00	6537	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49
4.5.1.3.0.00.00.00.00	6568	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS PARA O RPPS	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49
4.5.1.3.2.00.00.00.00	6569	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS PARA O RPPS - INTRA OFSS	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
4.5.1.3.2.02.00.00.00	6574	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49
4.5.1.3.2.02.02.00.00	6576	RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - APORTES PERIÓDIC APORTES PERIÓDICOS	-1.673.434,25	0,00	234.575,24	-1.908.009,49
4.6.0.0.0.00.00.00.00	6700	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO DE PASSIVOS	-17.198.890,43	0,00	2.902.872,75	-20.101.763,18
4.6.3.0.0.00.00.00.00	6768	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-17.198.890,43	0,00	2.902.872,75	-20.101.763,18
4.6.3.9.0.00.00.00.00	6777	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-17.198.890,43	0,00	2.902.872,75	-20.101.763,18
4.6.3.9.1.00.00.00.00	6778	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO CONSOLIDAÇÃO	-17.198.890,43	0,00	2.902.872,75	-20.101.763,18
4.9.0.0.0.00.00.00.00	6852	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-66.728,42	0,00	9.634,11	-76.362,53
4.9.9.0.0.00.00.00.00	6906	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-66.728,42	0,00	9.634,11	-76.362,53
4.9.9.1.0.00.00.00.00	6907	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	-66.029,57	0,00	9.634,11	-75.663,68
4.9.9.1.3.00.00.00.00	6909	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - UNIÃO OFSS - UNIÃO	-66.029,57	0,00	9.634,11	-75.663,68
4.9.9.6.0.00.00.00.00	6934	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-698,85	0,00	0,00	-698,85
4.9.9.6.1.00.00.00.00	6935	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO CONSOLIDAÇÃO	-698,85	0,00	0,00	-698,85
4.9.9.6.1.02.00.00.00	6937	RESTITUIÇÕES	-698,85	0,00	0,00	-698,85
5.0.0.0.0.00.00.00.00	6949	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	157.926.919,67	17.800,00	17.800,00	157.926.919,67
5.1.0.0.0.00.00.00.00	6950	PLANEJAMENTO APROVADO	108.240.000,00	0,00	0,00	108.240.000,00
5.1.1.0.0.00.00.00.00	6951	PPA - APROVADO	108.240.000,00	0,00	0,00	108.240.000,00
5.1.1.1.0.00.00.00.00	6952	APROVAÇÃO INICIAL DO PPA	108.240.000,00	0,00	0,00	108.240.000,00
5.2.0.0.0.00.00.00.00	6961	ORÇAMENTO APROVADO	49.600.000,00	17.800,00	17.800,00	49.600.000,00
5.2.1.0.0.00.00.00.00	6962	PREVISÃO DA RECEITA	24.800.000,00	0,00	0,00	24.800.000,00
5.2.1.1.0.00.00.00.00	6963	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	24.800.000,00	0,00	0,00	24.800.000,00
5.2.1.1.1.00.00.00.00	6964	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	24.800.000,00	0,00	0,00	24.800.000,00
5.2.2.0.0.00.00.00.00	6979	FIXAÇÃO DA DESPESA	24.800.000,00	17.800,00	17.800,00	24.800.000,00
5.2.2.1.0.00.00.00.00	6980	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24.800.000,00	17.800,00	17.800,00	24.800.000,00
5.2.2.1.1.00.00.00.00	6981	DOTAÇÃO INICIAL	24.800.000,00	0,00	0,00	24.800.000,00

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
5.2.2.1.1.01.00.00.00	6982	CREDITO INICIAL	24.800.000,00	0,00	0,00	24.800.000,00
5.2.2.1.2.00.00.00.00	6983	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
5.2.2.1.2.01.00.00.00	6984	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
5.2.2.1.3.03.00.00.00	6996	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
5.2.2.1.3.09.00.00.00	7001	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	-110.000,00	0,00	0,00	-110.000,00
5.2.2.1.9.00.00.00.00	7003	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	-110.000,00	17.800,00	17.800,00	-110.000,00
5.2.2.1.9.01.00.00.00	7004	ALTERAÇÃO DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	0,00	17.800,00	17.800,00	0,00
5.2.2.1.9.01.01.00.00	7005	ACRESCIMO	149.463,65	17.800,00	0,00	167.263,65
5.2.2.1.9.01.09.00.00	7006	(-)REDUÇÃO	-149.463,65	0,00	17.800,00	-167.263,65
5.2.2.1.9.02.01.00.00	7008	ACRESCIMO	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
5.2.2.1.9.02.09.00.00	7009	(-) REDUÇÃO	-180.000,00	0,00	0,00	-180.000,00
5.2.2.1.9.04.00.00.00	7010	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	-110.000,00	0,00	0,00	-110.000,00
5.3.0.0.0.00.00.00.00	7045	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	86.919,67	0,00	0,00	86.919,67
5.3.1.0.0.00.00.00.00	7046	INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	15.699,68	0,00	0,00	15.699,68
5.3.1.1.0.00.00.00.00	7047	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	15.699,68	0,00	0,00	15.699,68
5.3.2.0.0.00.00.00.00	7051	INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	71.219,99	0,00	0,00	71.219,99
5.3.2.1.0.00.00.00.00	7052	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	71.219,99	0,00	0,00	71.219,99
6.0.0.0.0.00.00.00.00	7056	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-157.926.919,67	10.901.185,69	10.901.185,69	-157.926.919,67
6.1.0.0.0.00.00.00.00	7057	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	-108.240.000,00	1.542.294,51	1.542.294,51	-108.240.000,00
6.1.1.0.0.00.00.00.00	7058	EXECUÇÃO DO PPA	-108.240.000,00	1.542.294,51	1.542.294,51	-108.240.000,00
6.1.1.1.0.00.00.00.00	7059	PPA A ALOCAR EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	-83.440.000,00	0,00	0,00	-83.440.000,00
6.1.1.2.0.00.00.00.00	7060	PPA ALOCADO EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	-15.206.767,56	1.525.560,50	16.734,01	-13.697.941,07
6.1.1.3.0.00.00.00.00	7061	PPA EXECUTADO	-9.593.232,44	16.734,01	1.525.560,50	-11.102.058,93
6.2.0.0.0.00.00.00.00	7067	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-49.600.000,00	9.358.891,18	9.358.891,18	-49.600.000,00
6.2.1.0.0.00.00.00.00	7068	EXECUÇÃO DA RECEITA	-24.800.000,00	4.899.678,35	4.899.678,35	-24.800.000,00
6.2.1.1.0.00.00.00.00	7069	RECEITA A REALIZAR	-10.272.916,58	4.899.678,35	0,00	-5.373.238,23
6.2.1.2.0.00.00.00.00	7070	RECEITA REALIZADA	-14.527.083,42	0,00	4.899.678,35	-19.426.761,77
6.2.2.0.0.00.00.00.00	7076	EXECUÇÃO DA DESPESA	-24.800.000,00	4.459.212,83	4.459.212,83	-24.800.000,00
6.2.2.1.0.00.00.00.00	7077	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	-24.800.000,00	4.459.212,83	4.459.212,83	-24.800.000,00

ARBalancete_Contabil_Ia

Página: 13 / 16

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
6.2.2.1.1.00.00.00.00	7078	CREDITO DISPONÍVEL	-15.206.767,56	1.543.360,50	34.534,01	-13.697.941,07
6.2.2.1.3.00.00.00.00	7083	CREDITO UTILIZADO	-9.593.232,44	2.915.852,33	4.424.678,82	-11.102.058,93
6.2.2.1.3.01.00.00.00	7084	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (F)	-160.227,36	1.479.545,81	1.525.560,50	-206.242,05
6.2.2.1.3.03.00.00.00	7086	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-29.755,67	1.436.306,52	1.462.811,80	-56.260,95
6.2.2.1.3.04.00.00.00	7087	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	-9.403.249,41	0,00	1.436.306,52	-10.839.555,93
6.3.0.0.0.00.00.00.00	7124	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-86.919,67	0,00	0,00	-86.919,67
6.3.1.0.0.00.00.00.00	7125	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	-15.699,68	0,00	0,00	-15.699,68
6.3.1.1.0.00.00.00.00	7126	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR (F)	-2.711,24	0,00	0,00	-2.711,24
6.3.1.4.0.00.00.00.00	7129	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	-12.988,44	0,00	0,00	-12.988,44
6.3.2.0.0.00.00.00.00	7138	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	-71.219,99	0,00	0,00	-71.219,99
6.3.2.2.0.00.00.00.00	7140	RP PROCESSADOS PAGOS	-71.219,99	0,00	0,00	-71.219,99
7.0.0.0.0.00.00.00.00	7148	CONTROLES DEVEDORES	253.220.006,42	8.301.234,43	2.700.686,90	258.820.553,95
7.1.0.0.0.00.00.00.00	7149	ATOS POTENCIAIS	202.114,83	51.270,00	0,00	253.384,83
7.1.2.0.0.00.00.00.00	7345	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	202.114,83	51.270,00	0,00	253.384,83
7.1.2.3.0.00.00.00.00	7496	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	202.114,83	51.270,00	0,00	253.384,83
7.1.2.3.1.00.00.00.00	7497	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	202.114,83	51.270,00	0,00	253.384,83
7.1.2.3.1.02.00.00.00	7499	CONTRATOS DE SERVIÇOS	189.709,58	51.270,00	0,00	240.979,58
7.1.2.3.1.04.00.00.00	7501	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	12.405,25	0,00	0,00	12.405,25
7.2.0.0.0.00.00.00.00	7532	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	250.087.141,15	7.802.555,00	2.700.686,90	255.189.009,25
7.2.1.0.0.00.00.00.00	7533	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	250.087.141,15	7.802.555,00	2.700.686,90	255.189.009,25
7.2.1.1.0.00.00.00.00	7534	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	250.087.141,15	7.802.555,00	2.700.686,90	255.189.009,25
7.2.1.1.2.00.00.00.00	7536	RECURSOS VINCULADOS	250.087.141,15	7.802.555,00	2.700.686,90	255.189.009,25
7.9.0.0.0.00.00.00.00	7605	OUTROS CONTROLES	2.930.750,44	447.409,43	0,00	3.378.159,87
7.9.5.0.0.00.00.00.00	7620	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS TCE/MT	2.930.750,44	447.409,43	0,00	3.378.159,87
7.9.5.5.0.00.00.00.00	7621	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGN EM CONSIGNAÇÃO	2.930.750,44	447.409,43	0,00	3.378.159,87
8.0.0.0.0.00.00.00.00	7623	CONTROLES CREDORES	-253.220.006,42	8.145.496,22	13.746.043,75	-258.820.553,95
8.1.0.0.0.00.00.00.00	7624	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-202.114,83	16.483,27	67.753,27	-253.384,83
8.1.2.0.0.00.00.00.00	8005	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-202.114,83	16.483,27	67.753,27	-253.384,83

ARBalancete_Contabil_Ia

Página: 14 / 16

Estado de MATO GROSSO

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
8.1.2.3.0.00.00.00.00	8306	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-202.114,83	16.483,27	67.753,27	-253.384,83
8.1.2.3.1.00.00.00.00	8307	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	-202.114,83	16.483,27	67.753,27	-253.384,83
8.1.2.3.1.02.00.00.00	8311	CONTRATOS DE SERVIÇOS	-189.709,58	15.555,07	66.825,07	-240.979,58
8.1.2.3.1.02.01.00.00	8312	A EXECUTAR	-121.531,60	15.555,07	51.270,00	-157.246,53
8.1.2.3.1.02.02.00.00	8313	EXECUTADOS	-68.177,98	0,00	15.555,07	-83.733,05
8.1.2.3.1.04.00.00.00	8317	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	-12.405,25	928,20	928,20	-12.405,25
8.1.2.3.1.04.01.00.00	8318	A EXECUTAR	-11.657,35	928,20	0,00	-10.729,15
8.1.2.3.1.04.02.00.00	8319	EXECUTADOS	-747,90	0,00	928,20	-1.676,10
8.2.0.0.0.00.00.00.00	8390	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-250.087.141,15	7.635.556,34	12.737.424,44	-255.189.009,25
8.2.1.0.0.00.00.00.00	8391	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	-250.087.141,15	7.635.556,34	12.737.424,44	-255.189.009,25
8.2.1.1.0.00.00.00.00	8392	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-250.087.141,15	7.635.556,34	12.737.424,44	-255.189.009,25
8.2.1.1.1.00.00.00.00	8393	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-240.406.706,64	4.226.247,40	7.819.289,01	-243.999.748,25
8.2.1.1.1.01.00.00.00	8394	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO (F)	-240.406.706,64	4.226.247,40	7.819.289,01	-243.999.748,25
8.2.1.1.2.00.00.00.00	8396	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR COMPROMETIDA POR EMPENHO	-162.938,60	1.479.545,81	1.525.560,50	-208.953,29
8.2.1.1.2.01.00.00.00	8397	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR (F)	-162.938,60	1.479.545,81	1.525.560,50	-208.953,29
8.2.1.1.3.00.00.00.00	8399	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-313.122,73	1.929.763,13	1.910.221,23	-293.580,83
8.2.1.1.3.01.00.00.00	8400	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO (F)	-29.755,67	1.436.306,52	1.462.811,80	-56.260,95
8.2.1.1.3.02.00.00.00	8401	COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES (F)	-283.367,06	493.456,61	447.409,43	-237.319,88
8.2.1.1.4.00.00.00.00	8405	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA UTILIZADA	-9.204.373,18	0,00	1.482.353,70	-10.686.726,88
8.2.1.1.4.01.00.00.00	8406	UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-6.059.993,35	0,00	925.958,43	-6.985.951,78
8.2.1.1.4.02.00.00.00	8407	UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	-3.063.210,69	0,00	556.395,27	-3.619.605,96
8.2.1.1.4.99.00.00.00	8411	DEMAIS UTILIZAÇÕES	-81.169,14	0,00	0,00	-81.169,14
8.9.0.0.0.00.00.00.00	8627	OUTROS CONTROLES	-2.930.750,44	493.456,61	940.866,04	-3.378.159,87
8.9.5.0.0.00.00.00.00	8678	CONTROLES ESPECÍFICOS TCE/MT	-2.930.750,44	493.456,61	940.866,04	-3.378.159,87

ARBalancete_Contabil_Ia

Estado de MATO GROSSO Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS

AVENIDA MATO GROSSO, nº 384, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO

Período: Agosto à Agosto - Exercício: 2022
Órgão: Todos
Todas as Administrações

BALANCETE CONTÁBIL

CONTA	REDUZIDO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO A DÉBITO	MOVIMENTO A CRÉDITO	SALDO FINAL
8.9.5.5.0.00.00.00.00	8679	CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO	-2.930.750,44	493.456,61	940.866,04	-3.378.159,87
8.9.5.5.1.00.00.00.00	8680	CONSIGNAÇÕES A PAGAR	-283.367,06	493.456,61	447.409,43	-237.319,88
8.9.5.5.2.00.00.00.00	8681	CONSIGNAÇÕES PAGAS	-2.647.383,38	0,00	493.456,61	-3.140.839,99
		TOTAL	**0,00**	**71.993.514,25**	**71.993.514,25**	**0,00**

GEISSIMAR JOYCE VEIGA MENDES
CONTADOR - CRC - 012710/0-0

SANDRO SILVIO CATTANEO
DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO

MARCOS DA CUNHA RUFINO
PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR

ARBalancete_Contabil_Ia Página: 16 / 16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PROSSEGUIMENTO PE 089/2022

Pregão Eletrônico SRP nº 089/2022

O Pregoeiro do Município de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **PROSSEGUIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº089/2022** que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de construção**.

O prosseguimento será realizado às 15h00min (horário de Brasília) do dia 05 de outubro de 2022, via o endereço eletrônico **bllcompras.com**

Campo Novo do Parecis**,** 03 de outubro de 2022.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1025, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

DESIGNA MEMBROS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO.

Art. 1º DESIGNAR a partir de 1º de Outubro os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Pregoeiros, bem como para comporem a equipe de apoio, os quais atuarão nos processos licitatórios na modalidade Pregão.

I - Pregoeiros:

a) Leandro Nery Varaschin, CPF nº. 948.749.991-15, Matrícula Funcional nº 1831;

b) Tarcisio Nascimento da Silva, CPF nº. 797.596.881-15, Matrícula Funcional nº 2392;

c) Gezer Andrade de Assunção, CPF nº. 012.888.981-00, Matrícula Funcional nº 4972;

II – Equipe de Apoio:

a) Adriane Viana Resende, CPF n°.061.089.141-30, Matrícula Funcional nº 4975;

b) Alexandre João Schiavo, CPF n°. 009.635.380-55, Matrícula Funcional nº 3569;

c) Castro Gonçalves Batista, CPF: 903.907.411-91, **Matrícula Funcional nº 2545;**

Art. 2º Revoga-se a portaria nº 72/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2022

O Município de Campo Novo do Parecisvem por meio desta tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pela empresa **BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** contra a decisão do Pregoeiro de habilitou a empresa **A. PEREIRA LEITE,** para o Pregão Eletrônico nº 089/2022, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de construção**, foi **DADO PROVIMENTO**.

Campo Novo do Parecis, 03 de outubro de 2022.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 36/2022

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para o **"Projeto Kit Caderno e Agenda"**, com recurso destinado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme Resolução nº 016/2022.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público

Considerando a exposição dos motivos exarados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Novo do Parecis, inscrita no CNPJ de Nº 01.657.456/0001-91, no memorando nº 087/2022, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização do Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Novo do Parecis, para o **"Projeto Kit Caderno e Agenda"**, com recurso destinado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme Resolução nº 016/2022, no valor de R$ 15.874,50 (quinze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinqüenta centavos), a serem pagos em uma única parcela.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 30 dias do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1023, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **GILMAR ROCHA.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 20/09/2022 até 10/10/2022.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1024, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **JOANA DARC SOUZA DOS ANJOS.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 22/09/2022 até 22/10/2022.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1022, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **JOANA MARIA UREL.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 28/09/2022 até 27/10/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
3° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 459/2021

PREGÃO ELETRONICO: N° 120/2021– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***Rafael Machado****,* brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**,inscrita no CNPJ sob n° **12.889.035/0001-02**, estabelecida na Rua Doutor João Caruso, n° 2115, Bairro Industrial, Erechim – RS, *representada neste ato por sua Representante Legal, JHONATAN BONI, portador do CPF nº* 016.789.820-59, doravante denominado simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão Eletrônico RP nº 120/2021****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a ATA de REGISTRO de PREÇOS nº 459/2021, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da Ata de Registro de Preços nº 459/2021, do Pregão Eletrônico nº 63/2021, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos:

Item	Cod.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
114	17992	UN - UNIDADE	MICONAZOL CREME VAGINAL 20 MG/GR	**R$ 6,15**	**R$ 9,06**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 30 de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

JHONATAN BONI

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Fornecedor

VIVIANE ALVES FERNANDES DIAS PETRY

Agente Fiscalizador

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.368, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º E DO ART. 6º DA LEI Nº 2.317, DE 1º DE JUNHO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022 E ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELOS SEGURADOS E PELO ENTE AO REGIME PRÓPRIO - RPPS E DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º e o art. 6º da Lei Municipal nº 2.317, de 1º de junho de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 4º. As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e aporte financeiro para amortização do déficit atuarial, relativas ao exercício de 2022 (ano inicial)."

.....

" Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor decorridos noventa dias da data da publicação, e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 6 de junho de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 03 dia do mês de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 141/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOCHILAS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 17 de Outubro de 2022, hora: 09h30min (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local "Compras Públicas". Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 400/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde retifica a publicação do extrato da ata de registro de preços nº 400/2022, publicada no dia 13/09/2022, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM/MT, ANO XVII, nº 4.066, pág. 174:

ONDE SE LÊ:

	LOTE 01						
ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	49591	HIPOCLORITO DE SODIO - CATEGORIA P.A., COM TEOR DE CONCENTRACAO DE CLORO ATIVO DE 5 A 6%, ODOR DE HIPOCLORITO, COR AMARELO, PONTO DE FUSAO 18 GRAUS CELSIUS, SOLUVEL EM AGUA, SOLUCAO PREPARADA COM O MATERIAL DEVE SER LIMPIDA, TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONADO EM BOMBONA PLASTICA HERMETICA DE 01 LITRO, ROTULO COM NR. DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E FORMULA	UND	03	DINAMICA	R$ 90,00	R$ 270,00
2	49592	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE VALOR DE REFERENCIA, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UND	03	ROCHE	R$ 2. 379,33	R$ 7. 137,00
3	49593	ELETRODO - DE SODIO, PARA GASOMETRIA, COMPATIVEL COM AVL 9180, CODIGO BP 0413	UND	03	ROCHE	R$ 3. 610,67	R$ 10. 230,00
4	49594	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE POTASSIO, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UND	03	ROCHE	R$ 2. 743,33	R$ 8. 229,00
5	49595	ELETRODO - ELETRODO DE CALCIO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180	UND	03	ROCHE	R$ 1. 817,33	R$ 5. 451,99

6	49596	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE CLORO, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UND	03	ROCHE	R$ 2.051,67	R$ 6.154,50
7	49597	SUPORTE - PARA ELETRODO DE REFERENCIA (HOUSING), COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180	UND	03	ROCHE	R$ 2.462,33	R$ 7.386,00
8	49598	SOLUCAO DESPROTEINIZANTE P/ APARELHO DE LABORATORIO - TIPO GASOMETRIA, PARA USO EM EQUIPAMENTO AVL 9XX, OMNI, COMPACT 1,2 E 3, CODIGO BP 0521, ACONDICIONADO EM FRASCO DE 125ML, C/ DADOS DE FABRICACAO E VALIDADE, COMPOSICAO: NACLO, H2O	FR	03	ROCHE	R$ 448,00	R$ 1.344,00
9	49599	SOLUCAO DE LIMPEZA PARA APARELHO DE LABORATORIO - SOLUCAO CONDICIONADORA, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ANALISADOR DE ELETROLITOS AVL 9180 ROCHE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONDICIONADOR DE SODIO INGREDIENTES ATIVOS: NH4HF 20.1 MOL/L	UND	03	ROCHE	R$ 304,67	R$ 912,00
10	49600	SOLUCAO DE CALIBRACAO P/ APARELHO DE LABORATORIO - ANALISADOR DE ELETROLITOS, SOLUCAO ELETROLITICAPADRAO A E B, SOLUCAO DE REFERENCIA E LIMPEZA, PARA EQUIPAMENTO AVL MODELO 9180, CODIGO BP 5186, ACONDICIONADO EM CAIXA COM FRASCO PLASTICO, APROXIMADAMENTE 125ML	FR	03	ROCHE	R$ 290,10	R$ 870,00

LEIA-SE:

	LOTE 01						
ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	49591	HIPOCLORITO DE SODIO - CATEGORIA P.A., COM TEOR DE CONCENTRACAO DE CLORO ATIVO DE 5 A 6%, ODOR DE HIPOCLORITO, COR AMARELO, PONTO DE FUSAO 18 GRAUS CELSIUS, SOLUVEL EM AGUA, SOLUCAO PREPARADA COM O MATERIAL DEVE SER LIMPIDA, TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONADO EM BOMBONA PLASTICA HERMETICA DE 01 LITRO, ROTULO COM NR. DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E FORMULA	UND	03	DINAMICA	R$ 90,00	R$ 270,00
2	49592	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE VALOR DE REFERENCIA, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UND	03	ROCHE	**R$ 2.379,00**	R$ 7.137,00
3	49593	ELETRODO - DE SODIO, PARA GASOMETRIA, COMPATIVEL COM AVL 9180, CODIGO BP 0413	UND	03	ROCHE	**R$ 3.410,00**	R$ 10.230,00
4	49594	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE POTASSIO, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UND	03	ROCHE	**R$ 2.743,00**	R$ 8.229,00
5	49595	ELETRODO - ELETRODO DE CALCIO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180	UND	03	ROCHE	R$ 1.817,33	R$ 5.451,99
6	49596	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE CLORO, EM SORO, PLASMA OU URINA, UTILIZANDO ION SELETIVO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UND	03	ROCHE	**R$ 2.051,50**	R$ 6.154,50
7	49597	SUPORTE - PARA ELETRODO DE REFERENCIA (HOUSING), COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ROCHE, MODELO AVL 9180	UND	03	ROCHE	**R$ 2.462,00**	R$ 7.386,00
8	49598	SOLUCAO DESPROTEINIZANTE P/ APARELHO DE LABORATORIO - TIPO GASOMETRIA, PARA USO EM EQUIPAMENTO AVL 9XX, OMNI, COMPACT 1,2 E 3, CODIGO BP 0521, ACONDICIONADO EM FRASCO DE 125ML, C/ DADOS DE FABRICACAO E VALIDADE, COMPOSICAO: NACLO, H2O	FR	03	ROCHE	R$ 448,00	R$ 1.344,00
9	49599	SOLUCAO DE LIMPEZA PARA APARELHO DE LABORATORIO - SOLUCAO CONDICIONADORA, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO ANALISADOR DE ELETROLITOS AVL 9180 ROCHE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONDICIONADOR DE SODIO INGREDIENTES ATIVOS: NH4HF 20.1 MOL/L	UND	03	ROCHE	**R$ 304,00**	R$ 912,00
10	49600	SOLUCAO DE CALIBRACAO P/ APARELHO DE LABORATORIO - ANALISADOR DE ELETROLITOS, SOLUCAO ELETROLITICAPADRAO A E B, SOLUCAO DE REFERENCIA E LIMPEZA, PARA EQUIPAMENTO AVL MODELO 9180, CODIGO BP 5186, ACONDICIONADO EM CAIXA COM FRASCO PLASTICO, APROXIMADAMENTE 125ML	FR	03	ROCHE	**R$ 290,00**	R$ 870,00

Permanecem inalterados todos os demais dados da referida publicação.

Campo Verde, 03 de outubro de 2022.

Gislene J. Lopes – CPL.

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 080/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 080/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **LIFE CARE DIAGNOSTICOS EIRELI**

CNPJ: 34.637.297/0001-12

Endereço: Rua Mucuri, B. Floresta, Belo Horizonte - MG

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n.º 365/2022, oriunda do Processo Licitatório n.° 1720/2022 – Pregão Eletrônico n.° 88/2022 respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de materiais de procedimento** na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo “Das Obrigações do Fornecedor” da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
13123/2022	088/2022	Saúde/Laboratório	12/09/2022	250,00
13317/2022	088/2022	Saúde/Laboratório	14/09/2022	1.023,10
13564/2022	088/2022	Saúde/PSF	19/09/2022	223,40

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do**

prazo de entrega, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”. Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 143/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 17 de Outubro de 2022, hora: 14h30min (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 144/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 (IN LOCO).** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 18 de Outubro de 2022, hora: 09h30min (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 147/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES COM FORNECIMENTO DE APARELHOS LABORATORIAL EM REGIME DE COMODATO.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 18 de Outubro de 2022, hora: 13h30min (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 138/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO Nº 138/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRISCO, CAL HIDRATADO CH1, PÓ DE PEDRA, BRITA 01 E AREIA PARA MICRO REVESTIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE ATENDE AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO**à empresa**COMERCIAL AZZOLINI LTDA – EPP**, CNPJ nº 31.865.547/0001-83, vencedora com o valor deR$ 1.551.990,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa reais). Campo Verde, 03 de outubro de 2022. Hélida Hübner – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 449/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL AZZOLINI LTDA – EPP, CNPJ Nº 31.865.547/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRISCO, CAL HIDRATADO CH1, PÓ DE PEDRA, BRITA 01 E AREIA PARA MICRO REVESTIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE ATENDE AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 03/10/2022 À 03/10/2023

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PEDRISCO	3.000 TON	POLIMIX	R$ 154,33	R$ 462.990,00
02	CAL HIDRATADO CH1 (20 QUILOS)	5.000 SC	USICAL	R$ 23,00	R$ 115.000,00
03	PÓ DE PEDRA	5.000 TON	POLIMIX	R$ 141,00	R$ 705.000,00
04	PEDRA BRITA 01	1.000 TON	POLIMIX	R$ 134,00	R$ 134.000,00
05	AREIA GROSSA	1.000 M³	FENIX	R$ 135,00	R$ 135.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.551.990,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
VIGÉSIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2018

VIGÉSIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA, JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, LAVADOR DE VEÍCULOS E MONITOR DE VIDEOMONITORAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, E TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 158.647,95 (cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 448/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ELEVAMAT CONSERVADORA DE ELEVADORES LTDA – EPP, CNPJ Nº 26.775.577/0002-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPARO E MANUTENÇAO DO ELEVADOR DA MARCA THYSSENKRUPP – PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 03/10/2022 À 03/10/2023

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR	VALOR TOTAL
01	MODULO IGBT 3Y 6503.JD.6	1 PÇ	R$ 19.583,33	R$ 19.583,33
02	CIRCUITO IMPRESSO 3Z 0598 CC1	2 PÇ	R$ 1.610,00	R$ 3.220,00
03	CIRCUITO IMPRESSO MCP 7S	1 PÇ	R$ 6.370,00	R$ 6.370,00
04	CIRCUITO IMPRESSO Z3.059. AC.1	1 PÇ	R$ 1.973,33	R$ 1.973,33

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 31.146,66 (TRINTA E UM MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DÉCIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 033/2018

DÉCIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 033/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA, TAIS COMO: ELETRICISTA VEICULAR, MECÂNICO, FUNILEIRO E AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA.

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 456.880,80 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 137/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO Nº 137/2022 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPARO E MANUTENÇAO DO ELEVADOR DA MARCA THYSSENKRUPP** à empresa **ELEVAMAT CONSERVADORA DE ELEVADORES LTDA – EPP,** CNPJ nº 26.775.577/0002-40, vencedora com o valor de R$ 31.146,66 (trinta e um mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos). Campo Verde, 03 de outubro de 2022. Hélida Hübner – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL/COMPRAS E LICITACOES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 447/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: **VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 35.654.688/0001-08**

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA DE PNEUS** – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 03/10/2022 à 03/10/2023.

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL

01	**Pá carregadeira de pneus** Características mínimas: nova, 0 hora, fabricada no ano corrente, motor turbo interculado com 6 cilindros, de no mínimo 150 HP da mesma marca do fabricante da máquina, sistema de reversão de fluxo de ar no radiador, transmissão de no mínimo 8 marchas, força de desagregação mínima de 100 KN, caçamba de no mínimo 2,5 m³, equipada com pneus de no mínimo L20.5xR25, cabine rops e fops (antiqueda e tombamento), com ar condicionado, comando modelo joystick com sistema de reversão frente e ré, peso operacional mínimo de 12.000 kg, com sistema de monitoramento via satélite do mesmo fabricante da máquina, incluso por no mínimo 5 anos, com manual do fabricante e catálogo de peças	01	**R$ 890. 000,00**	**R$ 890. 000,00**

Valor Total do Lote: R$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais)

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL/COMPRAS E LICITACOES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a **HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2022 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA DE PNEUS:** a empresa **VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA, CNPJ nº 35.654.688/0001-08**, vencedora do lote 01, totalizando R$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais). Campo Verde, 03 de outubro de 2022. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO NAS ÁREAS DE GESTÃO HUMANIZADA, LIDERANÇA, MOTIVAÇÃO, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E RELAÇÃO INTERPESSOAL, PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO.

Contratado: THAINÁ VITORIA VILLAS BOAS SILVA-ME

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até o dia 30/12/2022, contados a partir do dia 1º de outubro de 2022.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 112/2019

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 112/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LAVADOR DE VEÍCULOS, SERVENTE DE ATERRO SANITÁRIO E AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 17.818,92 (dezessete mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e dois centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 110/2019

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 110/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LAVADOR DE VEÍCULOS, SERVENTE DE ATERRO SANITÁRIO E AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 4.843,08 (quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e oito centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 085/2019

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 085/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 10.683,00 (dez mil, seiscentos e oitenta e três reais), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 084/2019

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 084/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 4.255,56 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 068/2018

OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 068/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA, JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, LAVADOR DE VEÍCULOS E MONITOR DE VIDEOMONITORAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, E TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - COOPSERV'S

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 19.688,40 (dezenove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), decorrente do reajuste contratual anual.

Data de Assinatura: 30 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: QUALITA ENGENHARIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra e demolição e reconstrução da escola estadual Jupiara.

Valor: R$ 6.532.110,32 (seis milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e dez reais e trinta e dois centavos).

Vigência do Contrato: 29 de setembro de 2022 à 22 de março de 2024.

Data de Assinatura: 29 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/ SECRETARIA DE FINANÇA - CONVÊNIOS
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS - MÊS DE SETEMBRO DE 2022

Em obediência aos Artigos 2º da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Art. 38, inciso XII, da Resolução n° 026/2013/FNDE, comunicamos aos conselhos municipais, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, que foi repassado Recurso Federal e Estadual a este Município no mês de setembro/2022 para implementação dos programas abaixo relacionados:

Programa	Conta Bancária	Valor liberado	Data
PNAE (Alimentação Escolar)	23.353-6	R$ 281,60	06/09/2022
		R$ 13.324,20	06/09/2022
		R$ 15.215,40	06/09/2022
		R$ 26.373,60	06/09/2022
		R$ 689,00	06/09/2022
PNATE (Transporte Escolar)	33.895-8	R$ 5.652,42	13/09/2022
		R$ 2.274,75	13/09/2022
		R$ 19.507,75	13/09/2022
QSE (Quota Salário Educação)	11.668-8	R$ 129.191,79	15/09/2022
Convênio n. 1377/2016 - Construção da Escola Estadual Jd. América.	71.002-0	R$ 584.539,12	19/09/2022

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE PROCESSO Nº 079/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 079/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **COMERCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA**

CNPJ: 44.120.619/0001-05

Endereço: Avenida Ulisses Pompeu de Campos, Centro, Várzea Grande - MT

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n.º 158/2022, oriunda do Processo Licitatório n.° 924/2022 – Pregão Presencial n.° 41/2022 respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de materiais de expediente (TNT)**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo “Das Obrigações do Fornecedor” da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
13550/2022	041/2022	Educação	21/09/2022	1.176,00
13551/2022	041/2022	Educação	21/09/2022	504,00
13554/2022	041/2022	Educação	21/09/2022	1.932,00

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”. Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO 1° TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro

DO OBJETO: Aquisição de Materiais para Construção, conforme pregão Eletrônico 12/2022.

DO APOSTILAMENTO DO VALOR: Alteração nos valores dos itens n° 02 e 08:

Passarão de R$ 118,41 (Cento e dezoito reais e quarenta e um centavos), para R$ 174,57 (Cento e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) ambos.

ASSINAM:– IRINEU MARCOS PARMEGGIANI– Prefeito CONTRATANTE, e a empresa NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI. CNPJ: 40.032.973/0001-27 / CONTRATADA

Ligiane A. Pazinatto Fiscal de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO**:** Contratação de serviços de elaboração de Inventário da Oferta Turística e Plano Municipal de Turismo.

Preço unitário R$ 20.000,000.

VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00.

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

579 - 09.03.2.092.3.3.90.39.05.00.00.00.00

VIGÊNCIA: 26/09/2022 a 25/09/2022.

VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 54/2022, Processo Administrativo nº 154/2022 e Processo de Compra nº 145/2022.

ASSINAM: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e JOÃO EDUARDO SA COSTA MOREIRA BRITO, CNPJ nº 14.975.925/0001-62/ CONTRATADO.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 84/2022

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 84/2022

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Rescinde o Contrato Temporário de Prestação de Serviços de nº 84/2022, amigavelmente a partir de 09/09/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE **ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA COSTA** / RESCINDIDO.

Ligiane A. Pazinatto / Fiscal de Contratos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 68, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2022 e pelos artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 923, de 26 de junho de 2018, dos artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 878, de 20 de fevereiro de 2018, dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1.085, de 20 de dezembro de 2019, do artigo 235, inciso IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008 e do artigo 97 e aplicação analógica do *caput* e incisos do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2022 por meio do Decreto Municipal nº 134, de 05 de julho de 2022;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2022, regido pelo edital nº 01/2022, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

I – MOTORISTA DE AMBULÂNCIA:

NOME	CLASSIFICAÇÃO
SAMUEL DA SILVA ROCHA	2º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.3 do edital nº. 001/2022, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF dos dependentes (se for o caso);

V- Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

VIII- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XI- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor(ou eletrônica) da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

XII-Duas fotos 3x4, colorida e recente;

XIII-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XIV- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

XV-Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

XVI- Declaração contendo o endereço residencial;

XVII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XVIII- Declaração de bens;

XIX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

XX- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

XXI- Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital.

Art. 3º. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo de sete dias corridos fixado no item 17.9 do edital 01/2022 perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 é de um ano, conforme o item 17.6 do edital regente do certame, contado da data de publicação do Decreto de Homologação nº. 134, de 05 de julho de 2022, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pela cessação da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos previstos no presente processo seletivo simplificado.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio de pórtico da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br, sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 17.9 do edital nº 01/2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO CONTRATO N° 289/2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 289/2022.

ESPÉCIE: Serviços de Enfermagem

Item	Descrição/Especificação	Identificação (Código TCE-MT)	Unidade de Medida	Quant.	Valor do Plantão/hora/diária	Valor Total
06	Serviço de enfermagem	293876-6	Plantão Presencial	100	R$ 366,26	R$ 36.626,00
06	Serviço de enfermagem	00038550	Plantão sobre aviso	50	R$ 121,34	R$ 6.067,00

OBJETO: Serviços temporário – do tipo Serviços Enfermagem, o presente termo tem por objeto o credenciamento através de inexigibilidade de licitação de serviços médicos de serviços médico para atendimento na UBS, **enfermeiros**, técnico em enfermagem, técnico de saúde bucal, auxiliar de saúde bucal e técnico de análise clínica. O prazo para execução dos serviços será em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 29/09/2022 até 28/09/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 09/2021, Processo de Compra nº 36/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO /CONTRATADO **– JENIFR SOUZA DE ALMEIDA** CPF/MF Nº **004.228.811-80**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 32/2022, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto**:** Contratação de serviços de assessoria jurídica para elaboração do novo Código Tributário Municipal, lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, Código de Obras e Edificações, regularização fundiária urbana e outros, conforme Termo de Referência.

Contratado: ANTÔNIO SILVA – SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA, CNPJ/MF nº 43.536.794/0001-15.

Valor global: R$ 50.000,00.

Fundamento Legal: art. 74, inciso III, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vinculação: Inexigibilidade de Licitação nº 28/2022, Processo Administrativo nº 146/2022 e Processo de Compra nº 135/2022.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a Inexigibilidade de Licitação em tela, nos termos do despacho exarado no processo licitatório, do parecer jurídico e da justificativa apresentada, em consonância com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 03 de outubro de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04281399000187
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	85.141,53	89.563,78	93.495,75	105.288,34	105.198,21	103.153,66	96.187,62	95.423,41	96.846,47	95.136,69	92.705,64	117.860,59	1.176.001,69	
Pessoal Ativo	85.141,53	89.563,78	93.495,75	105.288,34	105.198,21	103.153,66	96.187,62	95.423,41	96.846,47	95.136,69	92.705,64	117.860,59	1.176.001,69	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	70.364,91	74.019,66	77.574,52	87.015,16	86.940,68	85.250,97	79.493,91	78.862,33	80.038,41	78.625,37	76.616,24	97.405,46	972.207,62	
Obrigações Patronais	14.776,62	15.544,12	15.921,23	18.273,18	18.257,53	17.902,69	16.693,71	16.561,08	16.808,06	16.511,32	16.089,40	20.455,13	203.794,07	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00		1.759,09										1.759,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		1.759,09										1.759,09	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	85.141,53	89.563,78	91.736,66	105.288,34	105.198,21	103.153,66	96.187,62	95.423,41	96.846,47	95.136,69	92.705,64	117.860,59	1.174.242,60	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04281399000187
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	96.937.588,89	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	96.937.588,89	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.174.242,60	1,21
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.816.255,33	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.525.442,56	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.234.629,80	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04281399000187
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04281399000187
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (**I**X) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X**II**) (%)	
Excedente em 2021 (X**III**) = (X**II** - I**X**) (%)	
Redutor anual (X**IV**) = (0,10 x X**III**) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04281399000187
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Campos de Júlio - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04281399000187
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

EXTRATO DO CONTRATO N° 271/2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 271/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço Motorista de passageiro escolar.

VIGÊNCIA: 08/09/2022 a 07/09/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO / BRUNO SILVA DE OLIVEIRA, CNPJ/MF sob o nº 47.404.650/0001- 66, CONTRATADO

DECRETO Nº. 196, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DESIGNA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a **VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a**provada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, a realizar-se em 21 de outubro de 2022, no período das 07:30h as 11:00h e das 13:00h as 17h00h, no Plenário do Centro Cultural Ricieri Masutti.

Tema: “Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”.

Objetivo geral: Promover ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual/Distrito Federal e nacional para refletir e avaliar os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças, adolescentes e suas famílias e para a construção de propostas de ações e políticas públicas que garantam os seus direitos no contexto pandêmico e pós-pandemia.

Eixos Temáticos:

I. EIXO TEMÁTICO 1: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia.

II. EIXO TEMÁTICO 2: Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19.

III. EIXO TEMÁTICO 3: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia.

IV. EIXO TEMÁTICO 4: Participação da Sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico.

V. EIXO TEMÁTICO 5: Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e pós-pandemia de Covid -9. Os documentos orientadores serão encaminhados aos Conselhos Estaduais pelo CONANDA.

§ 1º A conferência será presidida pela presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, e na sua ausência ou impedimento eventual pela Secretária Executiva do CMDCA.

Art. 2º As despesas com a realização da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos de Júlio – MT, serão custeadas pelos recursos orçamentários consignados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio MT, 03 de outubro de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado da TOMADA DE PREÇOS nº 08/2022, do tipo Menor Preço Global, com o objetivo de selecionar proposta de empresa especializada para execução de obra de construção de campo de futebol society sintético, com abertura e julgamento em 29/09/2022, às 08h00 do horário local, sendo declarada vencedora do certame a licitante NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 21.569.426/0001-30, com valor global de R$ 797.525,40, sendo o processo homologado pelo Prefeito Municipal em 03/10/2022.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 03 de outubro de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 32/2022

EXTRATO DO TERMO DE DESISTÊNCIA DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022

DA ESPÉCIE: Desistência de Item do Pregão Eletrônico n° 12/2022, por parte da Fornecedora.

DO OBJETO: Fornecimento de Materiais para construção.

DO FATO: Fica desaverbado a partir da data de 03/10/2022 os itens abaixo o qual a empresa havia sido vencedora no certame;

ITEM	DESCRIÇÃO
03	Cimento Portland – Comum, com adição – Cpii F32, com resistência de 25 MPA, saco 50 kg;
09	Cimento Portland – Comum, com adição – Cpii F32, com resistência de 25 MPA, saco 50 kg;

ASSINAM:– IRINEU MARCOS PARMEGGINI -Prefeito / CONTRATANTE, e a empresa NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI

CNPJ: 40.032.973/0001-27 CONTRATADA.

Ligiane A Pazinatto / Fiscal de Contratos.

DECRETO N°. 197 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT, PREVISTO NO DECRETO Nº 190, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito Municipal de Campos de Júlio-MT, usando das atribuições que lhe confere o artigo 148 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de substituição de membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, em substituição ao membro anteriormente designado como representante do segmento abaixo especificado:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Suplente: JESSICA ANDRESSA TRES

Art. 2º Permanece inalterada a designação dos demais componentes do respectivo conselho.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 03 de Outubro de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2022

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 052/2022 de 07 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo será o **MENOR PREÇO**, na forma de Execução direta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de produtos químicos para a Estação de Tratamento de água do Município de Canabrava do Norte – MT, pelo período de 12 Meses;

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 05/10/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 18/10/2022 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 18/10/2022 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 18/10/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 03 de Outubro de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 052/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022

Primeira Prorrogação

O Ordenador de Despesas/Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT, por intermédio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento de todos que o certame acima especificado, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreria em 05 de Outubro de 2022, às 08h:30min, que tem como objeto o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de uma Patrulha Mecanizada composta por Trator Agrícola e Pulverizador Agrícola, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Conforme Convênio nº 901396/2020 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, será prorrogado para o dia **10 de Outubro de 2022, às 08h30min,** pelo fato de que a equipe de licitações e contratos da Prefeitura de Canabrava do Norte, estarão participando de uma capacitação nos dias 05, 06 e 07 de Outubro na cidade de Confresa – MT.

Canabrava do Norte/MT, 03 de Outubro de 2022

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 052/2022

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –23 DIVULGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DAS PROVAS PRATICAS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –23

Divulgação da Convocação das Provas Praticas

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES, presidente da **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 298/2021 de 29 de Abril de 2022**. Após os resultados divulgados do **Concurso Público edital 001/2022. Torna Público a** convocação dos candidatos para as Provas Praticas. Conforme anexo publicado na página www.amm.org.br e no site www.assepublica.com.br

DATA	09/10/2022 – (DOMINGO)
HORARIO	08:00 AS 12:00 HORARIO DE BRASILIA
LOCAL	ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ AV ULISSES GUIMARAES, S/N, CENTRO

Canabrava do Norte/MT, 03 de Outubro de 2022.

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES

Presidente da Comissão AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE

Nº INSC	CANDIDATO
523	JOSEI DOS SANTOS NASCIMENTO
823	JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS
1014	JEAN MACIEL DE FARIA
526	JOSEILTON DOS SANTOS NASCIMENTO

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE - Distrito de Primavera do Fontoura

Nº INSC	CANDIDATO
709	DENISMAR GONÇALVES DINIZ

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Nº INSC	CANDIDATO
1422	WELDO PEREIRA LUZ

ELETRICISTA DE REDE ELÉTRICO

Nº INSC	CANDIDATO
1564	GILCIMAR LIMA COIMBRA

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

Nº INSC	CANDIDATO
1343	LEANDRO VIEIRA BATISTA

MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS

Nº INSC	CANDIDATO
1606	GERCI BORGES NETO

PEDREIRO

Nº INSC	CANDIDATO
1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS
684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS
870	BRUNO PAULINO ANDRADE
783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS
885	CELSON SOUSA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CPL 083/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram O Município de Canabrava do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 37.465.200/0001-20, com sede na Avenida Àurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa **P. DE JESUS PEREIRA COMÉRCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 44.587.204/0001-46, com estabelecimento na Rua Dr. Sebastião Junior, S/nº, Centro, Canabrava do Norte-MT, CEP: 78.658-000, doravante denominada Contratado, representada neste ato por sua sócia proprietária a Senhora Patrícia de Jesus Pereira, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade RG n.º 2038906-0, emitida pela SSP/MT, e do CPF n.º 029.426.361,65, residente e domiciliado na Rua Paraense, 640, Setor Tapirapé, Porto Alegre do Norte-MT, CEP: 78.655-000, considerando o constante no Processo Licitatório. 00005142/2022realizado pela Prefeitura Municipal através de Dispensa de Licitação nº 037/2022, e em observância na Lei Federal n° 10.520 de 17/07/2002, nos Decretos Municipais, na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, na Lei Federal n° 123/2006 alterada pela lei complementar n° 147/2014, tem entre si justo e aditivado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1 O presente Termo Aditivo tem por finalidade promover a prorrogação no prazo de vigência do contrato 083/2022, entre as partes qualificadas, relativo à Aquisição de gêneros alimentícios, emergencial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração para a realização

do Evento do Governo Social que será realizado no dia 24 de setembro de 2022, no Distrito de Primavera do Fontoura em Canabrava do Norte/MT.
1.2 A prorrogação do prazo contratual, será necessário pelo fato de que não houve a realização do evento na data prevista, estando para ser marcada em uma data futura, logo a aquisição será necessária futuramente, portanto será necessária essa prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

2.1 Prorrogação do prazo de **VIGÊNCIA DO CONTRATO** por mais 30 (trinta) dias, vigorando de 01 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2022, sob pena de prejuízo do interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançados pelo presente Termo Aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições.

CLAUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Canabrava do Norte – MT, 30 de setembro de 2022.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**P. DE JESUS PEREIRA COMÉRCIO LTDA – ME** **PATRÍCIA DE JESUS PEREIRA** C.P.F.: 029.426.361-65 R.G.: 2038906-0 SSP/MT Contratado
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Gerente de Licitações e Contratos	

RH/GABINETE
EDITAL N. 019, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

EDITAL N. 019, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.

"A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT, EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O ART. 182, INCISO II E ART. 184, INCISO II DA RESOLUÇÃO Nº 14/2007 – TCE/MT."

T O R N A - SE P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo senhor **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de agosto do exercício de 2022, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2022

Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte Escolar em vias vicinais do município de Canabrava do Norte, de forma emergencial, tendo em vista que o Pregão realizado na forma presencial, foi declarado DESERTO, pois nenhuma empresa se interessou pelo objeto licitado, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura.
Favorecido:	Denilson da Silva Piagem - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.040.287/0001-30;
Prazo de Execução:	94 (noventa e quatro) dias letivos;
Valor Global:	R$ 208.266,40 (Duzentos e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos);
Fundamento Legal:	Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa:	Anexa nos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 042/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 022/2022, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Canabrava do Norte-MT, em 03 de Outubro de 2022.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº. 027/2022

CONTRATANTE:	**MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT**
CONTRATADO:	**R. M. TELECON LTDA - ME**
OBJETO:	Contratação de empresa para o fornecimento de serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica e via rádio, com fornecimento de equipamentos – (antenas) em regime de comodato, por um período de 06 meses.
PROCESSO:	Processo Licitatório nº 00000359/2022, Pregão Presencial para Adesão nº 018/2022
CONTRATO:	027/2022
DATA:	13/04/20221
VIGÊNCIA:	13/04/2022 a 30/09/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT/ MÊS	QUANT. MB/ MÊS	V. UNITÁRIO / MB	V. GLOBAL
1	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	167	R$ 189,00	R$ 189.378,00

CONSIDERANDO que existe previsão legal (art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93), previsão no Contrato Administrativo supracitado (Cláusula Terceira), sem alteração do objeto contratado, sendo de interesse da Administração Pública a prorrogação;

CONSIDERANDO que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração Pública, compatíveis com o mercado, atendendo o princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Contratada vem cumprindo suas obrigações, sem ter sofrido sanções administrativas por inexecuções contratuais durante a vigência;

CONSIDERANDO que a Contratada mantém regularidade fiscal, nos termos da Lei, tendo manifestado a concordância na prorrogação.

Art. 1º Fica alterada a vigência do contrato em epígrafe, presente na Cláusula Terceira, passando a vigorar até **28 de Abril de 2023.**

Art. 2º Em razão do prazo de prorrogação de vigência do contrato, fica renovado o valor total inicial do contrato, para execução no período de vigência de **01 de outubro de 2022 a 28 de abril de 2023.**

Art. 3º As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	07 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Serviços Públicos e Urbanismo					**Cód. Reduz.**	276
Unidade:	07.001 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Serviços Públicos e Urbanismo;						
Projeto Atividade:	2016 – Manutenção - Secretaria Municipal de Infra. Serviços Públicos e Urbanismo						
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica						
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**	
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	10	R$ 189,00	R$ 11. 340,00	

Órgão:	05 – Secretaria Municipal de Saúde					**Cód. Reduz.**	212
Unidade:	05.001 – Fundo Municipal de Saúde;						
Projeto Atividade:	2046 – Manutenção Gestão SUS						
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica						
Fonte do Recurso	1.5.00.100200 Identificação das despesas com ações e serviços públicos						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**	
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13. 608,00	

Órgão:	05 – Secretaria Municipal de Saúde					**Cód. Reduz.**	177
Unidade:	05.001 – Fundo Municipal de Saúde;						
Projeto Atividade:	2037 – Manutenção do MAC						
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica						
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**	
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13. 608,00	

Órgão:	05 – Secretaria Municipal de Saúde					**Cód. Reduz.**	155
Unidade:	05.001 – Fundo Municipal de Saúde;						
Projeto Atividade:	2047 – Manutenção - ESF						
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica						
Fonte do Recurso	1.6.21.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pro						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**	
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13. 608,00	

Órgão:	05 – Secretaria Municipal de Saúde					**Cód. Reduz.**	204
Unidade:	05.001 – Fundo Municipal de Saúde;						
Projeto Atividade:	2048 – Manutenção – Vigilância em Saúde						
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica						
Fonte do Recurso	1.6.00.000605 Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**	
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	10	R$ 189,00	R$ 11. 340,00	

Órgão:	06 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	**Cód. Reduz.**	232
Unidade:	06.001 – Gabinete do Secretário e dependências;		
Projeto Atividade:	2052 – Manutenção – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura		
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		

Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	15	R$ 189,00	R$ 17.010,00

Órgão:	03 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças				**Cód. Reduz.**	050
Unidade:	03.001 – Gabinete do Secretário e dependências					
Projeto Atividade:	2010 – Manutenção - Secretaria Municipal de Administração					
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	30	R$ 189,00	R$ 34.020,00

Órgão:	04 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura				**Cód. Reduz.**	131
Unidade:	04.005 – Gabinete do Secretário e dependências					
Projeto Atividade:	2028 – Manutenção da Coordenadoria da Assistência Técnica e Pedagógica					
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					
Fonte do Recurso	1.5.00.100100 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	30	R$ 189,00	R$ 34.020,00

Órgão:	08 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação				**Cód. Reduz.**	351
Unidade:	08.002 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente					
Projeto Atividade:	2109 – Manutenção com o Conselho Tutelar					
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13.608,00

Órgão:	08 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação				**Cód. Reduz.**	309
Unidade:	08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social					
Projeto Atividade:	2103 – Manutenção Proteção Social Básica					
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13.608,00

Órgão:	08 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação				**Cód. Reduz.**	362
Unidade:	08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social					
Projeto Atividade:	2045 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação					
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					
Fonte do Recurso	1.5.00.000000 Recursos não Vinculados de Impostos					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant/Mês**	**Quant. MB/ Mês**	**V. Unitário**	**V. Total**
01	Serviço de internet dedicada e comunicação de dados através de fibra óptica com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, Frequência mínima 5.8 Ghz, com fornecimento dos equipamentos em comodato.	MB	06	12	R$ 189,00	R$ 13.608,00

Art. 4º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Canabrava do Norte/MT, 28 de setembro de 2022.

PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS** **Prefeito Municipal**	**Rafael Menezes de Oliveira** R. M. TELECON LTDA - ME Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A DIRETOR ESCOLAR

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A DIRETOR ESCOLAR

EDITAL COMPLEMENTAR Nº002/2022

ALTERA DISPOSITIVO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO

A Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Candidatos a Diretor Escolar, nomeada através da Portaria Nº 030/SEMEC/2022, de 10 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições legais, altera, em parte, o item 1.1.5 do referido processo.

ONDE SE LÊ:

1.0 – **DA CLASSIFICAÇÃO**

1.1.5 Nesta etapa, o candidato deverá atingir na prova/avaliação psicológica classificação médio superior ou superior, com base nas tabelas de escolaridade para ser considerado APTO. O candidato que não atingir essa classificação será considerado INAPTO e estará eliminado do processo, não cabendo recurso.

LEIA-SE:

1.0– **DA CLASSIFICAÇÃO**

1.1.5 Nesta etapa, o candidato deverá atingir na prova/avaliação psicológica classificação **médio, médio superior ou superior,** com base nas tabelas de escolaridade para ser considerado APTO. O candidato que não atingir essa classificação será considerado INAPTO e estará eliminado do processo, não cabendo recurso.

Canarana-MT, 03 de outubro de 2022

Renato Teodoro da Silva

Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção de candidatos a Diretor Escolar Nº 001/2022

TERMO DE CONVÊNIO N. º 006/2022

TERMO DE CONVÊNIO N. º 006/2022

De 03 de outubro de 2022.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO de Canarana ECENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE**.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a Prefeitura Municipal de Canarana, sediada na Rua Miraguaí n° 228 Centro, Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.023.922/0001-91, doravante denominada de **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício Vilson Biguelini, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.642037 SSP/MT, inscrito no CPF n.º460. 704.431-87, e do outro lado o CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE, situado à Rua Barra do Garças, 488, Centro, Canarana – MT, CEP: 78640–000, doravante simplesmente denominado **CONVENENTE,** neste ato representado por seu Presidente Giovani Jorge Hilbig, brasileiro, casado, Professor, portador da Carteira de Identidade n°304456056 SSP/RS, inscrito no CPF sob n° 489.260.270-15, considerando a necessidade de ser implementada uma ação conjunta e integrada, **RESOLVEM** celebrar este **Termo de CONVÊNIO**, que se regerá em observância das disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Termo de Convênio foi autorizado pela Lei Municipal n. 1.673/2022, nos termos do art. 116, da Lei 8.666 de 1993, estando, ainda, em conformidade com o art. 66, inc. XX, da Lei Orgânica Municipal, mediante as cláusulas e condições adiante expressas:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A Cooperação financeira, correspondente ao valor de R$ 4.000,00(Quatro mil reais) mensais, a serem pagos durante 10 (dez) meses, para apoio financeiro com a finalidade do CTG disponibilizar aulas de danças folclóricas gaúchas e outras atividades culturais, para atender crianças e adolescentes da comunidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

Integra este Instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho, elaborado de comum acordo entre as partes, concernente à execução da finalidade descrita na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

São obrigações do Município:

a) fornecer os recursos para a execução deste Termo de CONVÊNIO;

b) prorrogar, por meio de Termo Aditivo, a vigência do Termo de CONVÊNIO, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

c) acompanhar e avaliar os resultados provenientes do presente Termo de CONVÊNIO, examinando e aprovando cada prestação de contas e/ou relatório de execução, na forma da legislação em vigor;

d) avaliar, acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à sua execução;

e) assumir a execução do programa ou projeto, no caso de paralisação, sem justa causa, para evitar a descontinuidade do serviço público.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSEG:

São obrigações do CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de CONVÊNIO, previsto na Cláusula Primeira;

b) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto deste Termo de CONVÊNIO;

c) apresentar no prazo de 20 (vinte) dias, após o pagamento de cada parcela, relatório circunstanciado contendo os resultados dos trabalhos realizados, consideradas as finalidades previstas, no Convênio, bem como a prestação de contas final dos recursos recebidos;

d) utilizar os recursos financeiros objeto do presente Termo de CONVÊNIO, rigorosamente de acordo com as finalidades estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico ou trabalhista, de qualquer espécie, entre o Município e o pessoal que o CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO

Serão responsáveis pela gestão, acompanhamento e fiscalização do presente Termo de CONVÊNIO o(a) Secretário Municipal de Administração, por parte do(a) Município e Giovani Jorge Hilbig, por parte do CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A referida despesa correrá à conta do orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária: órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Serviços Gerais, Unidade: 01 Gabinete da Secretária de Administração, Funcional: 01.122.0003.2.010, Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.000 0500.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Os referidos valores deverão ser depositados, na conta da CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE, CNPJ n°:01.

374.354/0001-69 Banco Sicredi, (748) Agência n°0806, Conta Corrente nº10014-5.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas referente ao pagamento mensal para o desenvolvimento dos itens da Cláusula Primeira será feita mediante os seguintes documentos:

I. Demonstração da Execução da receita e despesas, evidenciando os recursos recebidos em transferência;

II. Relatório de Cumprimento do Objeto;

Relação dos pagamentos efetuados; Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como: notas fiscais, constando o nome da instituição, endereço e CNPJ; recibos; folhas de pagamento, devidamente assinada pelo funcionário e datada; guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos; relatórios de resumo de viagem; bilhetes de passagem e outros;

Para efeito do disposto no inciso V, recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de CONVÊNIO vigorará até 03/07/2023, e poderá ser modificado ou complementado, havendo concordância entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Ocorrendo descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento, será o mesmo dado como rescindido mediante a comunicação escrita feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao período em que participaram do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de CONVÊNIO será publicado no Diário Oficial do Município, em forma de extrato, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões porventura oriundas das interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas pelo foro da Comarca de Canarana, da Justiça Estadual de Mato Grosso.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes firmam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de outubro de 2022.

Giovani Jorge Hilbig

Presidente do CENTRO DE TRADICÕES GAUCHAS PIONEIROS DO CENTRO OESTE

CONVENENTE

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício.

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF Nº

2ª _____

CPF Nº

DECRETO Nº 3322/22 DE 1 DE AGOSTO DE 2022.

DECRETO Nº 3322/22 DE 1 DE AGOSTO DE 2022.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2022 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1628/22 de 28 de março de 2022.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2022 no valor de R$ 6.626.800,00 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT

Valor

P. A: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC. GESTÃO GOVERNAMENTA

(0013) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 80.000,00

Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAI Unidade: 03.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Valor

P. A: 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINIST. SEC DE ADMINISTRAÇÃO

(0025) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 215.000,00

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS Unidade: 04.01 - GABINETE DA SECRETÁRIA DE FINANÇAS

P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINIST. SEC. DE FINANÇAS

Valor

(0031) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 100.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 05.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Valor

P. A: 2.019 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GAB. SEC. EDUCAÇÃO CULTURA

(0039) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 260.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor

P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇ

(0045) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 8.000,00

P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR

(0051) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 186.000,00

P. A: 2.020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO

(0057) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 200.000,00

P. A: 2.021 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS FUNDO DE EDUCAÇÃO

(0058) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 860.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor

P. A: 2.023 - MANUTENÇÃO DO PROGRANA MERENDA ESCOLAR-PNAE FUNDAMENTAL

(0043) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

P. A: 2.025 - MANUTENÇÃO DA FROTA PRÓPRIA ESCOLAR (0064) 3. 3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

R$ 70.000,00

R$ 180.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA

P. A: 2.031 - PROGRAMA MERENDA ESCOLAR-PNAE CRECHE E PRÉ ESCOLA

Valor

(0084) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 40.000,00

P. A: 2.032 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS DAS CRECHES E PRÉ ESCOLAS

(0083) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 40.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

P. A: 2.039 - REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS (0100) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$

Valor

85.000,00

P. A: 2.040 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO DEPTO DE CULTURA

(0106) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE

P. A: 2.041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BLOCO GESTÃO EM SAÚDE

Valor

(0109) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 15.000,00

P. A: 2.042 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO BLOCO GESTÃO EM SA

(0110) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 200.000,00

P. A: 2.092 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA AO CORONAVÍRUS-COVID 19

(0114) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 40.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Valor

P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DAS UNIDADES BÁSICAS-U

(0133) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$

P. A: 2.045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL

(0139) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$

85.000,00

15.000,00

P. A: 2.047 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AGENTES COMUNITÁRIOS

(0146) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 198.000,00

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2022 no valor de R$ 6.626.800,00 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

Valor

P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E HOSPITAL

(0169) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 410.000,00

P. A: 2.051 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS UNIDADE MISTA E HOSPIT

(0172) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 150.000,00

P. A: 2.054 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO LABORATÓRIO MUNICI

(0186) 3.1.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS	R$	121.000,00
(0190) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Valor

P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA FARMÁCIA BÁSICA

(0215) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 150.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE

Valor

P. A: 2.091 - MANUTENÇÃO, EQUIP., PESSOAL E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL

(0238) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 7.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO

Valor

P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS COMUNID

(0255) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

P. A: 2.093 - COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (0257) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

R$ 72.800,00

R$ 420.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN Unidade: 07.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS

P. A: 1.034 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE P/ SEC DE OBRAS

Valor

(0259) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 3.000,00

P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. SECRETARIA DE OBRAS E RODAGEN

(0261) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 410.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RODAGENS

Valor

(0296) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 50.000,00

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2022 no valor de R$ 6.626.800,00 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

Valor

P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

(0304) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 570.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE Unidade: 08.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Valor

P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA E MEIO AM

(0312) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 420.000,00

P. A: 2.068 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR-ASSENTAMENTOS

(0319) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

P. A: 2.069 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PSICULTURA (0320) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

R$ 13.000,00

R$ 100.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE Unidade: 08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MEIO AMBIEN

P. A: 2.070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE

Valor

(0322) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 85.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 09.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Valor

(0326) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 230.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 09.03 - FUNDO MUN. DA CIANÇA E DO ADOLESCENTE

Valor

P. A: 2.078 - PROGRAMAS DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE/CASA DA CRIANÇ

(0348) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 10.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 09.04 - FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL-FMH

P. A: 1.058 - CONSTRUÇÃO DE CASA POPULARES-FMHIS

Valor(0354) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 135.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZE Unidade: 10.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Valor

P. A: 2.079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. SEC. DA JUV. ESPORTE E LAZER

(0357) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 50.000,00Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2022 no valor de R$ 6.626.800,00 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil e oitocentos reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZE Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

P. A: 1.062 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE AREIA NOS BAIRROS

Valor

(0361) 4.4.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 53.000,00

P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS DEPTO DE ESPORTE E LAZER

(0365) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 145.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST Unidade: 11.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE DES. SÓCIOECON. E TURI

P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. D.S.E. TURÍSTICO

Valor

(0373) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS R$ 20.000,00

P. A: 2.084 - MANUTENÇÃO, RELAIZAÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO

(0374) 3.3.90.00 00.00.0500 - APLICACOES DIRETAS

R$

TOTAL R$

55.000,00

6.626.800,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Excesso de arrecadação R$ 6.626.800,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

REAVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2022/TP07

REAVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2022/TP07

A Comissão permanente de Licitação do Município de Canarana-MT, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2022, anteriormente suspenso para alterações do edital e termo de referencia,** será realizadano dia **19/10/2022 às 13h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações, com aplicação da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, solicitar pelo telefone 66 – 3478.1200, no horário das 12h00min às

18h00min, através do e-mail **licitacao.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 03 de outubro de 2022.

SANDRA MARIA DOS SANTOS

Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 066/2022

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 170/2022 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 066/2022

RATIFICO o ato da Comissão de Contratação, que dispensou licitação com fundamento no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**, corrigida pelo Decreto Federal 10.322/2021 a favor da empresa **LIDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º 36.646.042/0001-41, estabelecida a Avenida José Munia nº 5206 – sala 36 – 3º Andar – Jardim Redentor – São José do Rio Preto - SP, para fornecimento **de concreto betuminoso usinado à quente para aplicação à frio, não emulsionado, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, ensacado em saco de 25KG** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens pelo montante de **R$ 43.485,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais),** face ao disposto no Artigo 72, § único da Lei nº 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022 na seguinte classificação: 3.3.90.00 - aplicações diretas.

Publique-se.

Canarana-MT, 03 de outubro de 2022.

VILSON BIGUELINI

Prefeito Municipal em exercicio

DECRETO Nº3345/2022

Decreto nº3345/2022

De 03 de outubro de 2022

Nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Saúde.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o art. 6º da Lei Municipal 818/2007 de 21 de dezembro de 2007;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde indicados por entidades representativas do setor, como segue:

I - Representantes dos Usuários:

a) Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos:

Titular – Cleivânia Souza Oliveira;

Suplente – Thatiana Timo Carneiro dos Santos;

b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular – Mauro de Souza Vieira;

Suplente – Verônica Baby Borges Araújo;

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

Titular – Vanderleia Guerra Blanco;

Suplente – Kétura Luisa Gonzaga;

d) Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Xingu):

Titular – Kumaré Txicão;

Suplente – Jeika Kalapalo;

e) Pastoral da Criança:

Titular – Ana Rosa da Costa Valadares;

Suplente – Maria Dalva da Costa;

II – Representantes dos Prestadores de Serviços:

a) Prestadores de Serviços Privados:

- Hospitais Privados

Titular – Angela Ucker;

Suplente – Ione Tonelo Zilliotto;

b) Prestadores de Serviços Públicos:

- Secretaria Municipal de Saúde:

Titular – Odailton Resende Santeiro;

Suplente – Ivone Alves;

c) Prestadores de Serviços Públicos – Hospital Municipal:

- Titular – Madelaine Terezinha Stragliotto;

- Suplente – Marieli Govari da Rosa;

III – Representantes dos trabalhadores da Saúde Municipal:

a)Representantes dos Agente de Saúde:

Titular – Márcia Ilse Schmidt;

Suplente – Analice de Souza Louzeiro Peres;

b)02 Representantes das categorias profissionais da Saúde:

Titular – Patrícia Goldoni de Rezende;

Suplente – Glaucia Gaião Alves Araújo;

Titular – Josiane de Oliveira Machado Porsch;

Suplente – Valeria Silva Cortês;

Da Diretoria:

Presidente – Odailton Resende Santeiro;

Vice-presidente – Josiane de Oliveira Machado Porsch.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2569/2015 de 19 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 03 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Extrato do Contrato de Trabalho, referente ao Processo Suplementar de Escolha Unificado 008/2022, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o qual foi realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Carlinda (MT), respeitando o art. 16 do CONANDA, foi convocada a terceira suplente para suprir a ausência de um dos conselheiros tutelares, que está de Licença Maternidade com inicio em **03/10/2022** e termino **20/12/2022, sendo:**

Contrato nº 045/2022 – EDITE DO CARMO SILVA

Solange Pereira da Silva

Departamento de Recursos Humanos

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

PORTARIA N.º 019/2022 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor da servidora Sra. Maria Selma da Costa Do Nascimento".

A Diretora Executiva do PREVCAR, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "a", combinado com § 5º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 216, da Lei Municipal n.º 892/2015, de 17 de setembro de 2015, Art. 12, inciso III, alínea "a", combinado com §3º, da Lei Municipal de n.º 1.044/2017, de 14 de setembro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria especial por tempo de contribuição** em favor da servidora **Sra. Maria Selma da Costa Do Nascimento**, portadora do RG n.º 0420739-4 - SESP/MT, inscrita no CPF n. º 630.043.801-53, efetiva no cargo de Professora, Nível "04", Classe "C", contando com um total de 9.205 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de serviços prestados, lotada na Secretária Municipal de Educação, **com proventos integrais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVCAR de n.º 010/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Carlinda/MT, 03 de outubro de 2022.

Carmelinda Leal Martines Coelho

Diretora Executiva

Eliane Aparecida da Silva Santos

Prefeita Municipal de Carlinda

HOMOLOGO: 04/10/2022.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 1.361/2022

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 1.361/2022

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, torna pública a errata da publicação da Lei nº 1.361/2022, que em súmula "Autoriza Crédito Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, para atender despesas do exercício, e dá outras providências.", publicado no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, página 321/322 da publicação nº 4.078 do dia 29 de setembro de 2022, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

Art. 2º - O valor do Crédito Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado valor de R$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), na seguinte funcional programática:

LEIA-SE:

Art. 2º - O valor do Crédito Suplementar ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado valor de R$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), na seguinte funcional programática:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de outubro de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.361/2022.

SÚMULA: Autoriza Crédito Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, para atender despesas do exercício, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais aprovou, e eu, Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Programa da Câmara Municipal de Vereadores, aprovado pela Lei Municipal nº 1.302/2021, o valor de R$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), em conformidade ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte Funcional Programática:

Código Geral: 01.001.01.031.0009.1.001.4.4.90.52 R$ 175.000,00

Código Geral: 01.001.01.031.0009.2.001.3.3.90.39 R$ 10.000,00

Código Geral: 01.001.01.031.0009.2.001.3.3.90.93 R$ 52.000,00

Fonte de Recursos: 01.500.000000 – Recursos de impostos não vinculados

Art. 2º - O valor do Crédito Suplementar ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado valor de R$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), na seguinte funcional programática:

DOTAÇÕES DA PREFEITURA

Código Geral: 04.001.04.122.0008.2009.3190.11.00.00 R$ 37.000,00

Fonte de Recursos: 15.00.000000 – Recursos não vinculados de impostos

Código Geral: 09.001.15.451.0019.1029.4490.51.00.00 R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 17.01.000000 – Outras Transferências

Código Geral: 09.001.26.782.0013.2043.3190.11.00.00 R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 15.00.000000 – Recursos não vinculados de impostos

Art. 3º - Fica também autorizado a inclusão desta suplementação na Lei das Diretrizes Orçamentária para 2022, sancionada pela Lei Municipal nº 1.300/2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 28 de setembro de 2022.

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Extrato do Contrato de Trabalho, referente ao Processo Suplementar de Escolha Unificado 008/2022, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o qual foi realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Carlinda (MT), respeitando o art. 16 do CONANDA, foi empossado os conselheiros tutelares titulares, em razão da renúncia, iniciando em **03/10/2022** e terminará em **09/01/2024, sendo:**

Contrato nº 042/2022 – MELURI DE SOUZA AS AMORESI

Contrato nº 043/2022 – CRISTIANE SILVERIO DA SILVA BARBOZA

Contrato nº 044/2022 – PATRICIA FERREIRA PINHO LOPES

Solange Pereira da Silva

Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PREGÃO PRESENCIAL 67/2021 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2021

PREGÃO PRESENCIAL 67/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E INSUMOS BÁSICOS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

REFERENTE: PEDIDO DE REAJUSTE DE PREÇOS

REQUERENTE: COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANNA LTDA

(...)

Assim, considerando o exposto acima julgo pelo não provimento do Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro protocolado pela empresa Comercial Dentaria Hospitalar Fontanna Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.688.660/0001-02, uma vez que não foi possível se certificar do real aumento de preços dos medicamentos em questão.

Determino que sejam tomadas as providências necessárias, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido do presente Termo de Julgamento no Diário Oficial e a notificação pessoal ou via e-mail da Recorrente.

Castanheira/MT, 03 de outubro de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 03/2022/SMEC

Edital nº 03/2022/SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Castanheira, no uso de suas atribuições legais, comunica que estão abertas as inscrições para o processo de seleção de profissionais da Educação ao provimento do cargo em comissão de diretor das escolas públicas municipais, nos termos da Lei Municipal nº 528/2006, de 12 de setembro de 2006.

I- Das inscrições 1. As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Educação, no período de 17 a 21 de outubro de 2022, período matutino das 8h às 11h e das 14h às 17h. 2. No ato da inscrição o candidato deverá: **2.1.** Preencher a ficha padrão, identificando a escola para a qual está se candidatando; **2.2.** Assinar o Termo de Compromisso de Dedicação Exclusiva e Declaração de Concordância com as condições deste Edital; **2.3.** Apresentar os seguintes documentos (original e cópia): I) Curriculum Vitae (documentado); II) Carteira de Identidade e CPF; **II – Das Etapas** A seleção de diretores das Escolas Públicas Municipais do Município de Castanheira será efetivada em 02 (duas) etapas: 1. Ciclo de Estudos sobre Gestão Escolar, no dia 26 de outubro de 2022, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação; 2. Apresentação da proposta de trabalho pelos (as) candidatos (as) à comunidade escolar no período de 31 de outubro a 04 de novembro, no horário estabelecido pelas Unidades Escolares e; 3. Seleção direta pela comunidade escolar no dia 08 de novembro de 2022, no horário das 8h às 16h.

III - Dos Critérios

I – Os critérios e demais normas de seleção para Diretores de Escola Pública Municipal estão contidos no **Título V da Lei nº 528**, de 12 de setembro de 2006. **IV - Da Comissão de Seleção** 1. Para a condução do processo de seleção de candidatos à direção escolar serão formadas comissões, constituídas por Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo dirigente da escola, conforme Art. 55 da Lei nº 528/2006; **2.** As atribuições da Comissão de Seleção serão nos termos do Art. 56 da Lei nº 528/2006; **3.** A Comissão de Seleção será formada no período de 10 a 14 de outubro de 2022 pelos CDCEs; 4. A apresentação das propostas de trabalho de cada candidato deverá ser realizada em Assembléia Geral e registrada em Ata pela Comissão de Seleção. **V – Da Posse** O candidato eleito tomará posse na primeira semana de janeiro de 2023. **VI – Das Disposições Gerais** 1. A confirmação de inscrição será feita através de divulgação pela Secretaria Municipal de Educação e CDCEs; 2. É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência; 3. As inscrições que não atenderem os requisitos para o cargo de diretor serão indeferidas; 4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento da presente instrução e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção tais como se acham estabelecidas em legislação vigente; 5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal do Processo de Seleção de Diretores – Secretaria Municipal de Educação. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Castanheira- MT, 04 de outubro de 2022.

Rosenir Monteiro Melo

Sec. Mun. de Educação e Cultura

ERRATA DO EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Título: ERRATA DO EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Texto:

O Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registros de Preços nº 179/2022 proveniente do Pregão Presencial nº 061/2022 da Prefeitura Municipal de Confresa -MT, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS ESCOLAR, a contratação visa atender as necessidades da Secretaria de Educação deste Município.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS:

MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMERCIO E ONIBUS EIRELI

CNPJ sob o nº 07.838.209.0001-78

Valor Total a ser aderido: R$ 482.000,00 (Quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

Valor unitário: R$ 482.000,00 (Quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

Onde-se lê **Pregão Presencial nº 061/2022 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT,** leia-se **Pregão Eletrônico nº 61/2022 da Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT.**

As demais informações permanecem inalteradas.

Castanheira - MT, 03 de outubro de 2022.

WILSON VIEIRA

PREGOEIRO SUBSTITUTO

PORTARIA Nº 106/2022

PORTARIA Nº 02/2022/GS/SMEC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria nº 02/2022/GS/SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas competências e, com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 9.394/1996- LDB e da Lei Municipal nº 528, de 12 de setembro de 2006, que estabelece o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de Ensino público Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. Os critérios para escolha de diretores têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na sua perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 2º. A escolha de profissionais para o provimento do cargo em comissão de diretor das escolas públicas municipais, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em 02 (duas) etapas:

1ª Etapa – constará de ciclos de estudos, de no mínimo 08 horas, considerando aptos (as) os (as) candidatos (as) com 100 (cem por cento) de frequência.

2ª Etapa – constará da seleção do (a) candidato (a) pela comunidade escolar por meio de votação direta e secreta na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do (a) candidato (a), que deverá conter:

a) Objetivos e metas para melhoria da escola e do ensino em consonância com a política educacional do município.
b) Estratégias para a preservação do patrimônio público.
c) Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiro bem como no acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

Parágrafo único – A segunda etapa do processo deverá realizar-se em todas as escolas municipais de acordo com o calendário em anexo.

Art. 3º. O (a) candidato (a) que não submeter à apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão de Seleção da Unidade Escolar estará automaticamente desclassificado (a).

Parágrafo único – A Comissão de Seleção deverá comunicar ao (a) candidato (a) e divulgar a comunidade o cronograma de apresentação da proposta com no mínimo 48 horas de antecedência.

Art. 4º. A Assembleia a que se refere o **Art. 3º** deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados (as) na exposição da proposta de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior da escola como na comunidade.

Art. 5º. Na Assembleia Geral deverá ser concedido, a cada candidato (a), a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

Art. 6º. Para participar de processo de que trata a Lei nº 528/2006, o (a) candidato (a) integrante do quadro de Profissionais da Educação Básica deve:

I- ser ocupante do cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica;
II- ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;
III- ser habilitado (a) em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia ou, na ausência deste, ser habilitado em outro curso de Licenciatura Plena;
IV- participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Assessoria Pedagógica município sob orientação da Secretaria Municipal de Educação;
V- ter apresentado a proposta de trabalho em Assembleia Geral;
VI- estar apto (a) a movimentar conta bancária.

Parágrafo único – Os (as) candidatos (as) para a Direção das Escolas Públicas Municipais na área rural deverão ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterrupto até a data da inscrição, prestados em qualquer escola da rede municipal de ensino ou na Secretaria municipal de Educação.

Art. 7º. Todos os atuais diretores em exercício poderão se candidatar ao cargo de diretor de escola, observando os requisitos legais.

Art. 8º. Todos os candidatos que se inscreveram ao cargo de diretor (a), deverão assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva.

Art. 9º. Caso não haja candidato (a) de cargo efetivo, com dois anos de serviço na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola pública da rede municipal de ensino no município.

Art. 10. Na unidade escolar onde inexistir profissional da educação de cargo efetivo com habilitação em nível superior poderá inscrever-se o profissional com habilitação em nível de Ensino Médio com Magistério, ou com profissionalização especifica, desde que seja efetivo.

Art. 11. Na unidade escolar onde não houver candidato (a) poder-se-á inscrever o profissional efetivo que tenha 02 (dois) anos em qualquer escola pública da rede municipal do município.

Parágrafo único – O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola, exceto à direção das escolas rurais municipais.

Art. 12. É vedada a participação no processo seletivo do profissional que nos últimos 5 (cinco) anos;

I- tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício do cargo e/ou função em decorrência de processo administrativo disciplinar;
II- esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;
III- esteja sobre processo de sindicância;
IV- esteja inadimplente junto ao Fundo Municipal de Educação ou Tribunal de Contas;
V- esteja sob licenças contínuas.

§ 1º Considerar-se-á inadimplente o profissional que não prestou contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar até o ato da inscrição e cujo prazo esteja vencido.

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

§ 2º Definem-se licenças contínuas as referentes à licença médica, o que compreender nos últimos 5 (cinco) anos um somatório de até 150 (cento e cinquenta) dias. O (a) candidato (a) que superar esse limite estará impossibilitado (a) de se candidatar ao processo de escolha de diretor (a) de escola.

Art. 13. Para a condução do processo de seleção de candidatos à direção escolar serão formadas comissões, constituídas por Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo dirigente da escola, conforme Art. 55 da Lei nº 528/2006**.**

§ 1º Devem compor a comissão 1 (um) membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I - representante dos profissionais da Educação Básica;
II - representante dos pais;
III - representantes dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgado.
§ 3º A Comissão de Seleção, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.
§ 4º O membro da Comissão de Seleção que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo, será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade e parecer do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE.
§ 5º Não poderá compor a Comissão de Seleção:
I - qualquer um dos (as) candidatos (as), seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;
II - o (a) servidor (a) em exercício no cargo de diretor.

§ 6º O (a) diretor (a) da escola deverá colocar à disposição da Comissão de Seleção os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 14. A Comissão de Seleção terá, dentre outras, as atribuições de:
I- planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do (a) candidato (a) da comunidade;
II- divulgar amplamente as normas e os critérios, os calendários geral e específico da unidade escolar relativos ao processo seletivo;
III- analisar juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar- CDCE, as inscrições dos(as) candidatos (as) deferindo-as ou não;
IV- convocar a Assembleia Geral para exposição das propostas de trabalho dos (as) aos alunos, aos pais e aos Profissionais da Educação;
V- providenciar material de votação, lista de votantes por segmentos e urnas;
VI- credenciar até dois fiscais indicados pelos (as) candidatos (as), identificando-os através de crachás;
VII- lavrar e assinar atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;
VIII- receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao (a) candidato (a) ou ao processo para análise junto ao CDCE e a Secretaria Municipal de Educação emitir parecer no máximo 24 horas após o recebimento do pedido;
IX- designar, credenciar , instruir , com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

X- acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após proceder a incineração;
XI- divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar o mapa e a ata de escrutinação à Secretaria Municipal de Educação, através de CDCE, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 15. É vedado ao (a) candidato (a) e a comunidade:
I- exposição de faixas e cartazes fora da escola;
II- distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;
III- realização de festas na escola, que não estejam previstas no calendário escolar;
IV- atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;
V- aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística;
VI- utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo.

Art. 16. Estará afastado (a) do processo, a vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o (a) candidato (a) que praticar qualquer dos atos do art. 15 desta portaria, ou permitir a outrem praticá-lo em seu favor.

Art. 17. O (a) candidato (a) que possuir apelido pelo qual é conhecido, poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 18. Podem votar:
I- profissionais da educação em exercício na escola;
II- alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 anos de idade ou estejam cursando a 5ª série em diante;
III- pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 anos (dezoito) anos e que tenha frequência comprovada.

§ 1º O profissional da educação com filhos na escola votará só uma vez.
§ 2º O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.
§ 3º Poderá votar em caso de substituição temporária, o titular do cargo ou o seu substituto.

Art. 19. No ato da votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

Art. 20. O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo Único- Não é permitido o voto por procuração.

Art. 21. O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de Seleção.

Art. 22. Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

Art. 23. Nenhuma autoridade estranha à mesa poderá intervir sob pretexto algum em seu regular funcionamento exceto o Presidente da Comissão de Seleção, quando solicitado.

Art. 24. Cada mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes escolhidos pela Comissão de Seleção entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único - Não podem integrar a mesa os (as) candidatos (as), seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 25. Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados serão dirigidos ao (a) Presidente da Comissão de Seleção e, caso seja consideradas pertinentes a substituição será feita pelo (a) suplente.

Parágrafo Único - O (a) candidato (a) que não solicitar a impugnação, ficará impedido de arguir sobre este fundamento a nulidade do processo.

Art. 26. O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola, devidamente assinado pelo Presidente da Comissão de Seleção e um mesário.

Art. 27. O Secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 28. Os fiscais indicados pelos (as) candidatos (as) poderão solicitar ao (a) presidente da mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 29. As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente a contagem de votos, no mesmo local de votação.

§ 1º Antes da abertura da urna a Comissão de Seleção deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para a decisão cabível.

§ 2º Caso o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar se julgue impossibilitado de atender ao que consta no parágrafo 1º deste artigo, recorrerá ao Secretario Municipal de Educação.

§ 3º Antes da abertura da urna a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, anulando-os se for o caso, incluindo-os entre os demais preservando o sigilo, no caso de urna convencional.

Art. 30. Não havendo coincidência entre o número de volantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 29, no caso de uma urna convencional.

Art. 31. Os pedidos de impugnação fundados em violação de uma urna somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

Art. 32. Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum (a) candidato (a), e nem mesmo entre no cômputo dos votos válidos.

Art. 33. Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:
- maior tempo de serviço na unidade escolar;
- maior tempo no serviço público;
- maior idade.

Art. 34. O (a) candidato (a) único (a) só será considerado (a) escolhido (a), quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais (um) dos votos válidos.

Parágrafo Único – Caso não obtenha o percentual mínimo dos votos, o Secretário municipal de Educação, designará um profissional oriundo de outra escola, respeitando os critérios do art. 6º, incisos I, III.

Art. 35. Na inexistência de candidatos inscritos para o processo seletivo, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretario Municipal de Educação, oriundo de outra escola.

Art. 36. Serão nulos os votos quando da utilização das urnas convencionais:
I- registro em cédulas que não correspondem ao modelo padrão;
II- que indiquem mais de um (a) candidato (a);
III- que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;
IV- dados a candidatos (as) que não estejam aptos (as) a participar da 2ª etapa do processo, conforme o art. 2º desta portaria.

Art. 37. Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo o material será entregue ao (a) Presidente da Comissão de Seleção que se reunirá com os demais membros para:

I- verificar toda a documentação;
II- decidir sobre eventuais irregularidades;
III- divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo Único – Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do art. 41 desta portaria.

Art. 38. No momento de transmissão de cargo ao (a) diretor (a) selecionado (a) pela comunidade, o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar:

I- avaliação pedagógica de sua gestão;
II- balanço do acervo documental;
III- inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar;
IV- apresentação de prestação de contas à comunidade.

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

Art. 39. O profissional da educação que esteja na direção da escola, caso seja novamente escolhido (a), deve apresentar à comunidade, em Assembleia Geral a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo CDCE, no momento da posse.

Art. 40. A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, conforme programação anexa.

Art. 41. O (a) candidato (a) que se sentir prejudicado (a) ou detectar irregularidade no desenvolvimento do processo de escolha de diretor (a) poderá dirigir representação à comissão, conforme art. 14; inciso VIII desta portaria.

Art. 42. Das decisões da Comissão de Seleção cabem recursos dirigidos à Comissão Municipal do Processo de Escolha de Diretor.

Parágrafo Único – O prazo para a interposição dos recursos é de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do dia seguinte ao recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 43. Decorrido o prazo previsto no parágrafo único do art. 42, não havendo recursos, o (a) candidato (a) assumirá o cargo em comissão.

Art. 44. O processo de seleção ocorrerá através de votação manual, em cédulas próprias em todas as escolas da rede municipal de ensino, observada a programação anexa a esta portaria.

Art. 45. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal do Processo de Escolha de Diretores.
Art. 46. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

Castanheira- MT, 04 de outubro de 2022

Rosenir Monteiro Melo
Secr. Mun. de Educação e Cultura

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO

Programação da Eleição de Diretores
Biênio 2023/2024

Meses	Dias	Ações	Local
Outubro	10 a 14	Assembleia Geral para Formação da Comissão Eleitoral	Escolas Rurais Municipais, Escola Municipal "Castanheira", Centro Educacional Municipal "Pequeno Príncipe".
Outubro	17 a 21	Inscrições dos (as) candidatos (as) a Direção	Secretaria Municipal de Educação
Outubro	24	Divulgação das inscrições deferidas dos (as) candidatos (as) a Direção de escolas	Nas escolas
Outubro	26	Capacitação dos Candidatos (as) à Direção das Escolas (Ciclo de Estudos)	Secretaria Municipal de Educação
Outubro Novembro	31 a 04	Apresentação das propostas de trabalho, pelos candidatos.	Nas escolas
Novembro	08	Realização da Eleição para escolha de Diretor (a)	Nas escolas
Janeiro	02	Posse dos Diretores Eleitos	Na Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura Municipal - Gestão 2021/2024
Avenida Nossa Senhora Aparecida, 740 – Bairro Santa Rita, 78345-000, (66) 3581-1463 Castanheira-MT
CNPJ: 24.772.154/0001-60 e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS SAAE

PORTARIA Nº 24 DE 03 DE OUTUBRO DE 2.022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSIVANE DIAS SAMPAIO, PELO PERÍODO DE 15 (QUINZE) DIAS, COMPREENDIDO ENTRE 18/10/2022 À 01/10/2022".

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º - **CONCEDER** à servidora **ROSIVANE DIAS SAMPAIO**, **15 (quinze) dias de férias,** referente ao período aquisitivo de 13/01/2021 a 13/01/2022 que terá início em 14 **de outubro de 2022** e término em **01 de novembro de 2022,** devendo retornar ao trabalho no dia 02 de novembro de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor **IMEDIATAMENTE**, revogando-se as disposições em contrário.

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 03 de outubro de 2.022

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

PORTARIA Nº 25 DE 03 DE OUTUBRO DE 2.022

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MANOEL ROMUALDO DA SILVA FILHO, PELO PERÍODO DE 15 (QUINZE) DIAS, COMPREENDIDO ENTRE 04/10/2022 À 18/10/2022*".

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º - **CONCEDER** à servidora ***MANOEL ROMUALDO DA SILVA FILHO***, **15 (QUINZE) dias de férias,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 01/01/2022 que terá início em 04 **de outubro de 2022** e término em **18 de outubro de 2022, devendo retornar ao trabalho no dia 19 de outubro de 2022**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor **IMEDIATAMENTE**, revogando-se as disposições em contrário.

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 03 de outubro de 2.022

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

PROCURADORIA MUNICIPAL
ATO DE NOMEAÇÃO N°063/2022

ATO DE NOMEAÇÃO N°063/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o Sr. **GILBERTO SCHWARZ MELLO,** para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, 03 de outubro de 2022.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 03 de outubro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA Nº.: 195/2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS FISCAIS DE CONTRATO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade de nomeação de fiscais de Contrato para estarem emitindo relatórios sobre as prestações de serviços, bem como, fornecimento de produtos;

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear o fiscal do Contrato abaixo especificado, contendo o nome completo do fiscal, sua matrícula, o número e objeto do Contrato a ser fiscalizado, bem como a data de início de execução do contrato:

CONTRATO/ EMPRESA	OBJETO	FISCAL/SERVIDOR
Nº: 059/2021 ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E PROGRAMAS - AGAP Data Início: 20/05/2021 Data Final: 20/05/2023	Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, bem como para a realização de contratação de profissionais de todos os níveis nas áreas de saúde, Planejamento, apoio administrativo, Agricultura, Educação, Cultura, Turismo e Assistência Social através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população chapadense, seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999 e Lei nº 13019 de 31 de Julho de 2014	Nome: SILVANIA DOS SANTOS E SILVA MORAES Matricula: 4170 Cargo: Coordenadora de Média e Alta Complexidade

Artigo 2º. Fica o fiscal acima nomeado e caberá ao mesmo emitir relatório, conforme preceitua a legislação vigente, sobre a prestação do serviço ou fornecimento de produtos.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 17 agosto de 2022.

Artigo. 4º - PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, em Chapada dos Guimarães/MT, 03 de outubro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS RH

Portaria nº 438/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª ELISANGELA APARECIDA DE ANDRADE**, portadora do RG nº 13881108 e CPF nº 931.399.341-49, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SE-

CRETARIA DE SAÚDE, **30 (trinta)** dias de férias, referente ao período de 06/07/2020 a 06/07/2021, conforme processo **9870/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 23/09/2022 e término em 22/10/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 24/10/2022.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 23/09/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 439/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Sr.ª MARGARIDA CARMELITA DA CRUZ, portadora do RG nº 001209319 e CPF nº 396.192. 901-78, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, **30 (trinta)** dias de férias, referente ao período de 10/04/2021 a 10/04/2022, conforme processo **9874/2021, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/10/2022 e término em 01/11/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho 02/11/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 440/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- A Servidora Pública Municipal **Sr.ª ZENIR BENEDITA FERREIRA DA MATA,** portadora do RG nº 15228932 e CPF nº 001.635. 981-00, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de **10/04/2018 a 10/04/2019**, **conforme autorização no processo 9885/2022**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/10/2022 e término em 01/11/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/11/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 441/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- **A Servidora Pública Municipal efetiva Sr.ª LUCINEIA DOS SANTOS ZANETTE, portadora do RG nº 10592270 e CPF nº** 688. 428.051-49, na função de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, **20** (vinte) dias de Férias, referente ao período de **10/04/2017 a 10/04/2018**, conforme autorização no processo **9624/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/10/2022 e término em 22/10/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 24/10/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 442/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º EDSON MIRANDA RODRIGUES**, portador do RG nº 992549 e CPF nº 672.989.661-20, na função de ENFERMEIRO RESPONSAVEL TECNICO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **20** (vinte) dias de Férias, referente ao período de **01/12/2019 a 01/12/2020,** conforme autorização no processo **9880/2022**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/10/2022 e término em 29/10/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 31/10/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 10/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 443/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª IVANILDE SILVA DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº 045113001 e CPF nº 328.853. 691-91, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, **20** (vinte) dias de Férias, referente ao período de **05/**

07/2020 a 05/07/2021, conforme autorização no processo **9825/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 13/10/2022 e término em 01/11/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/11/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 13/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 444/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª BENEDITA JOELMA PONTES DE ALMEIDA**, portadora do RG nº 10770011 e CPF nº 788.876.311-15, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DE SAUDE, **20** (vinte) dias de Férias, referente ao período de **01/09/2019 a 01/09/2020**, conforme autorização no processo **9640/2022**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 17/10/2022 e término em 05/11/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/11/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 17/10/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 16 de agosto de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 445/GP/2022

Em, 30 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª DEIZE SILVA CALDAS,** portadora do RG nº 235761 e CPF nº 469.152.731-15, no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, **20** (vinte) dias de Férias, referente ao período de **21/02/2021 a 21/02/2022**, conforme autorização no processo **9664/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 09/01/2023 e término em 28/01/2023, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 30/01/2023.

Esta portaria entra em vigor a partir de 09/01/2023.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT - Altamir Kurten, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa**FUNILARIA E ESTÉTICA AUTOMOTIVA MAFFISONI LTDA,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, FUNILARIA E PINTURA NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT".**

Cláudia/MT, 03 de Outubro de 2022.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 021/2020OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA – MT.**FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.CONTRATADA: **ALINE MESSIAS CNPJ: 10.905.543/0001-01End: Rua Epitácio Pessoa, nº 897, Centro, Cláudia/MT, CEP: 78.540-000**VALOR GLOBAL: **R$ 16.720,00** (Dezesseis mil e setecentos e vinte reais). VIGÊNCIA: **28/02/2023.***HOMOLOGO.*Cláudia – MT, 03 de Outubro de 2022.**ALTAMIR KURTEN** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA PREVI N.º 013/2022

PORTARIA PREVI N.º 013/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à servidor*a efetiva* **Sra. Maria Eloides Silva de Almeida."**

O Secretário Municipal de Administração do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 3º, inciso I, II, e III da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c Art. 81-A, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei n.º 504 de 17/10/05, alterada pela Lei nº 532/2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cocalinho/MT; Lei Municipal nº 488 de 23/05/2005, que institui nova estrutura administrativa do poder executivo do município de Cocalinho; e Lei nº 954 de 25/01/2022, que concede revisão geral anual aos servidores públicos municipal.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora **Sra. Maria Eloides Silva de Almeida**, casada, portadora da cédula de Identidade nº n.º 1725048 PC/GO, inscrita no CPF nº 301.787.701-91, servidora pública efetiva, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe B, Nível "10", lotada na Divisão de Saúde, com matricula

sob nº. 194, com carga horária de 40 horas semanais**,** contando com **30 (trinta) anos, 02 (dois) meses e 09 (nove) dias** de tempo de contribuição**, com proventos integrais,** com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVI-COCALINHO, n.º 2022.04.00003P,** a partir de 01/10/2022, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2022 revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Cocalinho/MT, 03 de outubro de 2022.

ROGÉRIO MOREIRA Secretário Municipal de Administração

Homologo:

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA PREVI N.º 012/2022.

PORTARIA PREVI N.º 012/2022.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Sra. Maria Eloides Silva de Almeida,** servidora pública efetiva deste município."

O Secretário Municipal de Administração, do município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. MARIA ELOIDES SILVA DE ALMEIDA**, portadora do RG n.º 1725048 PC/GO, inscrita no CPF nº 301.787.701-91, matriculada sob nº 194, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS sob nº 10001110.1.00051/16-4, perfazendo o total de 605 dias líquidos, ou seja, 01 ano e 08 meses.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cocalinho/MT, 003 de outubro de 2022.

ROGÉRIO MOREIRA Secretário Municipal de AdministraçãoHomologo:

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022 – CMDCA-COCALINHO-MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022 – CMDCA-COCALINHO-MT

DISPÕE SOBRE A SELEÇÃO DE ADOLESCENTES QUE COMPORÃO O COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, CPA-COC/ GESTÃO 2022-2024, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO CONANDA Nº 159 e 191, DE 7 DE JUNHO DE 2017 E DA RESOLUÇÃO CEDCA 270 e 273/2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA-COCALINHO-MT, nos termos da Lei Municipal n.º nº. 715/2015, de 03 de março de 2.015 no uso de suas atribuições legais, e conforme deliberação, por unanimidade dos Conselheiros presentes na plenária da reunião extraordinária no dia 28 de Setembro de 2021 na Sala dos Conselhos situada na Rua Serafim Pereira da Silva, s/nº, Setor Terra Firme, registrada na Ata nº 004/2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, torna público o EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2022 – CMDCA-COC, que DISPÕE SOBRE CHAMADA PÚBLICA PARA INDICAÇÃO DE ADOLESCENTES QUE COMPORÃO O COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DEADOLESCENTES DO CMDCA-COC/ CPA-COCALINHO GESTÃO 2022-2024, observadas as disposições contidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Fundamenta-se o presente processo seletivo na Constituição Federal, na Lei 8.069/90, na Resolução Conanda nº 191, de 7 de junho de 2017 e Resolução 418/2020 do CEDCA-MT, e nas demais disposições legais aplicáveis à matéria.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Fundamenta-se o presente processo seletivo na Constituição Federal, na Lei 8.069/90, na Resolução Conanda nº 159 de 04 de setembro de 2013 e191, de 7 de junho de 2017 e Resolução do CEDCA- MT, e nas demais disposições legais aplicáveis à matéria.

1.2 O presente processo seletivo, objetiva a seleção de 02 (dois) adolescentes titulares e 02 (dois) adolescentes suplentes, sendo garantida a equidade de gênero na indicação de titulares e suplentes, além de exigida a representação de adolescentes indicados pelas Organizações da Sociedade Civil, fóruns ou movimentos sociais para compor o Comitê de Participação de Adolescente do Município de COCALINHO/ CPA-COCALINHO/ Gestão 2022-2024.

1.3 O presente processo seletivo será regido por este Edital e realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente de COCALINHO– CMDCA-COC.

1.4 Os adolescentes selecionados serão designados pelo CMDCA, por meio de resolução, para participar do CPA-COC, com mandato de 02 (dois) anos.

2. DOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 Cada Organização da Sociedade Civil, Fóruns, Movimentos deverá indicar 01 adolescente para compor o CPA-COC Gestão 2022/2024, podendo esse número ser alterado se houver representantes de segmentos sociais específicos com limite de representação de 01 adolescente para cada seguimento (como, por exemplo, negros/as, LGBTQIA+, pessoas com deficiência).

2.2 Os adolescentes indicados deverão ter idade entre 12 (doze) anos e 16 (dezesseis) anos incompletos até a data de lançamento deste edital;

2.3 As Organizações da Sociedade Civil, Fóruns e Movimentos, para indicarem adolescentes, deverão comprovar registro junto ao CMDCA do Município do COCALINHO, onde atuam por no mínimo 2 (dois) anos na promoção ou defesa dos direitos humanos de um ou mais grupos sociais.

2.4 A atuação da entidade na promoção, defesa ou garantia dos direitos humanos do grupo social indicado deverá ser documentalmente comprovada no momento da inscrição do adolescente.

3. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

3.1 A seleção será feita por meio da aferição da documentação apresentada pela Instituição, quando da indicação dos respectivos adolescentes, sendo considerados selecionados os adolescentes cuja instituição tenha atendido aos critérios de indicação e apresentado toda a documentação solicitada;

3.2 A seleção das entidades será feita por maior pontuação, de acordo com a tabela contida no Anexo I considerando os seguintes critérios:

- Tempo de atuação da entidade na promoção, defesa ou garantia dos direitos humanos do grupo social indicado no momento da inscrição;

- Foco da entidade na promoção, defesa ou garantia dos direitos humanos do grupo social indicado no momento da inscrição;

- Atuação da entidade na promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes do grupo social indicado;

IV - Participação da entidade em Conselhos, Comissões, Comitês ou outros espaços de participação social.

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1 A verificação do atendimento aos critérios de indicação e a aferição da documentação apresentada pelas Instituições serão de responsabilidade da Comissão de Seleção, composta por:

- Conselheiros do CMDCA-COC.

5. DAS FASES DE SELEÇÃO

O presente processo seletivo compreenderá as seguintes fases:

I – Inscrição;

II – Análise Documental;

III – Resultado Preliminar;

IV – Período de interposição dos pedidos de reconsideração;

V – Homologação do resultado final.

5.1 Na fase de habilitação, será verificado o atendimento aos critérios de indicação e apresentação de toda a documentação solicitada conforme Itens 2 e 6 deste Edital

5.2 A inobservância desses itens acarretará a nulidade da inscrição.

5.3 O resultado final da seleção será homologado pelo CMDCA-COC.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1 A inscrição será realizada presencialmente na sala dos Conselhos Municipais, localizada na Rua Serafim Pereira da Silva, s/nº, Setor Terra Firme, na Cidade de Cocalinho - MT, no período de 30/09/2022 a 07/10/2022, das 07:00 às 13h00min.

No ato da inscrição, as entidades deverão entregar os seguintes documentos:

I - Cópia de documento que comprove a existência da entidade que fará a indicação do adolescente (estatuto, registro em cartório ou carta de princípios);

II- Relatório de atividades dos últimos 2 (dois) anos da entidade que comprove a atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos do grupo social indicado; III- Outros documentos que comprovem a atuação da entidade na promoção ou defesa dos direitos humanos do grupo social indicado; IV- Carta de recomendação, de uma lauda, do (a) adolescente pela entidade que o inscreveu, justificando a indicação e descrevendo a experiência de participação do adolescente em processos focados na promoção ou defesa dos direitos humanos do grupo social indicado; V- Na hipótese da inexistência de entidade, serão disponibilizado a inscrição para adolescentes que estejam matriculadas na rede de ensino escolar, ficando como responsável seus pais. VI- Autorização do responsável legal do adolescente para a inscrição e a eventual participação no CPA (anexo II); VII- Declaração de Compromisso da Entidade para acompanhar o processo de participação do adolescente. (ANEXO III) VIII- Autorização do uso de voz e imagem do (a) adolescente indicado conforme idade (anexos IV e V)

7. DA SELEÇÃO

7.1 A seleção das entidades inscritas será realizada pela Comissão de Seleção deste Edital, da seguinte forma:

7.2 Havendo empate na totalização dos pontos, o critério de desempate beneficiará, sucessivamente, a entidade que tenha indicado maior número de adolescentes:

I – Autodeclarado afrodescendente;

II – Do gênero feminino;

III – Pessoa com deficiência;

IV– Pertencente à família beneficiária do Programa Bolsa Família;

7.3 Serão convocados para a composição do CPA os adolescentes indicados pelas entidades classificadas nas 04 (quatro) primeiras posições.

7.4 No caso de um ou mais adolescentes convocados declinarem o convite ou no caso de vacância ou desistência de participação por parte dos adolescentes selecionados neste Edital, ao longo dos dois anos de duração da segunda composição do CPA, serão convocados, em ordem de classificação, os próximos adolescentes colocados, no sentido de preencher as vagas destinadas aos membros do CPA da categoria de grupos sociais diversos.

8. DO RESULTADO DA SELEÇÃO

8.1 O resultado preliminar da seleção será divulgado pelo CMDCA-COCAB e publicado no Diário Oficial - MT até às 23 horas e 59 minutos do dia 10/10/2022.

8.2 Será publicada lista com as entidades colocadas nas 04 (quatro) primeiras posições, de acordo com os critérios descritos no item 3 deste Edital.

8.3 Os interessados poderão apresentar pedido de reconsideração que verse sobre o resultado preliminar das fases de habilitação ou de seleção no prazo de 07/10/2022 por meio do endereço eletrônico (cmdca.cocalinho@gmail.com).

8.4 O resultado final dos pedidos de reconsideração será divulgado no Diário Oficial -MT até 10/10/2022.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O presente Edital e respectivos anexos ficarão à disposição dos interessados no Diário Oficial -MT.

9.2 Os casos excepcionais serão tratados no âmbito do CMDCA-COC.

10. DOS PRAZOS

O presente Edital obedecerá ao seguinte cronograma:

Lançamento do Edital	30/09/2022
Período de Inscrições	03/10/2022 à 05/10/2022
Análise documental	06/10/2022
Resultado Preliminar de Seleção	06/10/2022
Período de interposição dos pedidos de reconsideração	07/10/2022
Homologação do Resultado	10/10/2022

RONAIRES MACHADO FERRAZ

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-COCALINHO-MT

ANEXO I - QUADRO DE CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES

Avaliação das entidades inscritas no Edital de seleção de adolescentes para compor o Comitê de Participação de Adolescentes - CPA

CRITERIOS DE PONTUAÇÃO:

Há quanto tempo a entidade desenvolve ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que estejam em consonância com a política da infância e juventude explicitada no ECA?	Até 5 anos - 1 ponto Mais de 5 anos - 2 pontos
A entidade atua na promoção ou defesa dos direitos de crianças e adolescentes?	Dedicação exclusiva - 5 pontos Principal pauta - 3 pontos Atuação na pauta é secundária - 1 ponto
A entidade tem expertise na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes e em especial na participação de adolescentes?	Dedicação exclusiva - 5 pontos Principal pauta - 3 pontos Atuação na pauta é secundária - 1 ponto
A entidade participou e\ou participa de Conselhos, Comissões, Comitês ou outros espaços de participação social	Participação em espaços per- manentes - 3 pontos Participação em espaços de prazo

	definido - 1 ponto (máximo 4 pontos)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CPA

Eu, _____, portador da cédula de identidade.

RG nº _____ Data de expedição _____/_____/_____órgão expedidor

_____, Residente à _____

CEP _____ cidade _____, venho através deste documento

AUTORIZAR, na qualidade de responsável legal o(a) adolescente_____ _____Portador (a) da RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF _____a participar do Comitê de Participação de Adolescente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em conformidade com a resolução do CEDCA-MT nº 273 que dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso**.**

Local e data: _____, _____de _____de 2022

_____

Responsável Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA ENTIDADE PARA COM A PARTICIPAÇÃO DA (O) ADOLESCENTE

Eu, ..., brasileiro(a), portador(a) do R.G. nº.....do CPF/nº. .....domiciliado(a) e residente no endereço.. ...., na Cidade de ....(UF), na qualidade de Presidente/Diretor/Coordenador da entidade (nome da entidade) .....

Assumir o compromisso de acompanhar o processo de participação da(o) adolescente ....., nascido(a) em …/…/…, natural de ....., portador do R.G. nº .... a participar das atividades do Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes - CPA/CONANDA, nos termos da Resolução 191/2017 do CONANDA, caso convocado em virtude da sua indicação por entidade selecionada no âmbito do Edital 001 de 30 de setembro de 2022

Cocalinho, ... de .....de 2022.

_____

Assinatura responsável legal

ANEXO IV

Autorização do Uso de Voz e Imagem

(Menor de dezesseis anos)

CONSIDERANDO QUE é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Artigo 227 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO QUE é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (Artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO QUE nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO QUE submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é crime em espécie previsto no Artigo 232 do ECA;

CONSIDERANDO QUE a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (Artigo 15 do ECA);

CONSIDERANDO QUE o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (Artigo 17 do ECA);

Eu _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ , inscrito/a sob CPF/MF sob nº_____, residente e domiciliado/a na _____ _____, Cidade_____ , Estado_____, na condição de Responsável legal de_____ _____, _____ anos, portador/a da Cédula de Identidade nº _____ inscrito/a sob CPF/MF_____ residente e domiciliado/a Cidade_____ Estado _____,AUTORIZO que sejam captadas, utilizadas e veiculadas imagens fotográficas e audiovisuais durante o processo de Participação do*(a)* adolescente_____ **_____, integrante do Comitê de Participação de Adolescentes no *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso – CPA/CEDCA***, desde que em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto a imagens que o(a) exponham sua honra e dignidade.

_____

[ASSINATURA]

RESPONSAVEL LEGAL

ANEXO V

Autorização do Uso de Voz e Imagem

(Maior de dezesseis anos)

CONSIDERANDO QUE é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Artigo 227 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO QUE é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (Artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO QUE nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO QUE submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é crime em espécie previsto no Artigo 232 do ECA;

CONSIDERANDO QUE a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (Artigo 15 do ECA);

CONSIDERANDO QUE o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (Artigo 17 do ECA);

Eu _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ , inscrito/a sob CPF/MF sob nº_____, residente e domiciliado/a na _____ _____, Cidade_____ , Estado_____, na condição de Responsável legal de_____ _____, _____ anos, portador/a da Cédula de Identidade nº _____ inscrito/a sob CPF/MF_____ residente e domiciliado/a Cidade_____ Estado _____,AUTORIZO que sejam captadas, utilizadas e veiculadas imagens fotográficas e audiovisuais durante o processo de Participação do*(a)* adolescente_____ **_____, integrante do Comitê de Participação de Adolescentes no *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso – CPA/CEDCA***, desde que em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto a imagens que o(a) exponham sua honra e dignidade.

_____

[ASSINATURA]

Cocalinho – MT 30 de setembro de 2022

_____

RONAIRES MACHADO FERRAZ

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 258/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ALTAIR LUIZ NEVES DA SILVA – MAT. :6598

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **258/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$2.862,40 (dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)

DATA: 16 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 215/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ANGELICA DOS SANTOS URSULINO – MAT. :6579

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **215/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.825,59 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

DATA: 16 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 231/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JOSIELE CONTINI FRAGOSO DE SOUZA – MAT. :6599

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **231/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.805,97 (três mil oitocentos e cinco reais e noventa e sete centavos)

DATA: 16 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 138/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUZIA PEREIRA DE SOUZA – MAT. :6548

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **138/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$2.710,74 (dois mil setecentos e dez reais e setenta e quatro centavos)

DATA: 16 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 259/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SUELI MARIA DAMASO DE SANTANA – MAT. :6552

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **259/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.954,33 (hum mil novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos)

DATA: 02 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 139/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: THAYNARA ALVES FERREIRA– MAT. :6432

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**139/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.273,23 (três mil duzentos e setenta e três reais e vinte e três centavos)

DATA: 16 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 143/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VILMA AUGUSTO FEITOSA – MAT. :6527

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**143/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$7.104,49 (sete mil cento e quatro reais e quarenta e nove centavos)

DATA: 30 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Educação.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO: N° 044/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2022

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 044/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar e eletrônicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de educação do Município de Colíder/MT.

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 03/10/2023.

DETENTORA DO REGISTRO: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ nº 08.331.877/0001-77 Avenida Manoel Ribas, 7423, Santa Felicidade, Curitiba - PR - CEP 82.400-000
Fone: (41) 3677- 6434 E-mail: advanced@sieg-ad.com.br

LOTE 02

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL TOTAL (R$)
01	514812	**SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA:** **ESPECIFICAÇÃO:** A estrutura da **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA** deverá ser confeccionada em perfis de aço de secção retangular mínima de 20mm x 20mm e parede mínima de 1mm, soldados com tecnologia MIG e pintura eletroestática em pó para se evitar corrosão. 1. Altura: mínimo - 1.200 mm; máximo 1.500mm 2. Largura: mínimo 3.800 mm; máximo 4.300mm 3. Profundidade: mínimo - 190 mm; máximo 300mm Na parte frontal da estrutura metálica deverão ser instaladas 2(duas) lousas para escrita com caneta para quadro branco, de no mínimo 1.900 mm de largura por 1.180mm de altura e espessura de 15 mm. 1(uma) lousa deverá ser fixa, na lateral esquerda 1(uma) lousa deverá ser deslizante, na parte central, e quando estiver na posição fechada, deverá ser travada por travas eletromecânicas fixadas na estrutura, e somente deverá ser aberta com a utilização de um cartão RFID autorizado. A parte frontal da lousa (área da escrita) deverá ser confeccionada em chapa de aço cerâmico ou nano pintura com dureza mínima 7H, e deverão ter garantia mínima de 3 anos contra manchas (fantasmas) e escritas acidentais com marcadores permanentes deverão ser facilmente removidos com uso de álcool etílico. A parte traseira da lousa deverá ser em chapa de aço galvanizado de no mínimo 0,40 mm de espessura Um display interativo deverá ser instalado no interior da estrutura metálica, atrás da lousa deslizante, de forma que fique protegido quando a lousa estiver fechada e visível quando estiver aberta, com as seguintes características mínimas: O display deverá ter imagem própria, não podendo ser projetada Tecnologia de formação da Imagem: LCD Tamanho: 86 Polegadas de diagonal Área ativa do display: no mínimo 85,5 polegadas de diagonal Formato da área ativa (Imagem): 16:9 Resolução: QWUXGA (matriz de pixels: 3.840 horizontais x 2.160 verticais) Backlight: Integrado de LED e no mínimo 350 cd/m2 Profundidade da cor: 10bit(D), 1,07 Bilhão de cores A área ativa do display (Imagem) deverá ser protegida por vidro temperado de 4mm de espessura e tratamento antirreflexo. Deverá ser sensível ao toque do dedo e qualquer objeto opaco de no mínimo 4mm de diâmetro. Características mínimas da sensibilidade ao toque: Resolução: 32.768 X 32.768 Multitoque: no mínimo 15 toques simultâneos Tempo de Resposta de 1 toque: Máximo de 7ms Tempo de Resposta de Multitoque: Máximo de 15ms Tamanho mínimo do ponto de reconhecimento 4mmX4mm O processamento do display e sua operação é feito por um dispositivo Android integrado com as seguintes características: **CPU:** Quatro Núcleos (Quadcore) **Velocidade**: 1.5GHz 64 Bits **GPU:** Dois núcleos (Dual core) Mali-G51 **Memória RAM:** DDR4 4GB **Memória Flash:** 32GB EMMC5.1 **WiFi:** IEEE 802.11 b/g/n, 2.4G **Entradas:** 2X HDMI 4XUSB 1X VGA Conector para computador OPS (conector JAE TX24 (80 pinos) **Ethernet:** 1 RJ45 **Sistema Operacional:** Android 8.0 Deverá possuir fonte de alimentação única, capaz de suportar a utilização do display com seu consumo máximo e um computador OPS acoplado ao mesmo. O acesso ao Display Interativo deverá acontecer exclusivamente com a utilização de um cartão RFID programado para o equipamento (deverão ser fornecidos 2 cartões por equipamento). O leitor RFID deverá ser instalado na lateral da estrutura lado direito ou esquerdo (dependendo da disposição da sala). Deverá ser instalado um par de alto-falantes, no interior da estrutura e deverão ser protegidos por uma estrutura de aço galvanizada de 0.8mm de espessura e pintura eletrostática, e conter furação específica para uma saída apropriada do som. Os alto-Falantes deverão estar conectados a um amplificador e por sua vez à saída de som do display interativo, com as seguintes características mínimas: Amplificador: 120W RMS, 2 Canais (60W RMS cada) Alto Falantes: Potência 60W RMS cada Potência Total 120W RMS Tri axiais 6X9 Polegadas Impedância: 4 Ohms Cone Injetado em Polipropileno Corpo da Bobina: Alumínio Imã de Fluxo Magnético deverá ser instalado no centro da sala ou no fundo da sala, ou em posição definida pela administração um totem em aço com base retangular e fixado no chão por 4 parafusos e altura de	LOUSART/ QCQA003	Unidade	50	61.400,00	**3.070.000,00**

		1,30m, em seu interior deverá conter uma câmera USB FULLHD, que deverá estar conectada à **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA** para que o aluno a distância tenha uma imagem da sala de aula. No momento da instalação a administração definirá qual a melhor forma de instalação para aquela sala de aula. **SOFTWARE DE ANOTAÇÃO** Deverá vir instalado no sistema Android software de lousa com as seguintes características mínimas Seleção de diferentes cores (No mínimo 10) Seleção de diferentes espessuras (No mínimo 4) Desenho de formas pré-definidas (No mínimo 6) Função de cortina, que permite esconder o conteúdo da tela e mostrar aos poucos arrastando a cortina pelas laterais e parte superior e inferior Função holofote, que dá destaque a uma área determinada Permitir inserir nova página Permitir salvar a página Permitir anotação sobreposta em qualquer tela do S.O. Exemplo: sobre um documento PDF, página da WEB etc. Permitir inserir imagem Permitir capturar uma tela ou parte dela. Ex: capturar uma imagem na internet Permitir alterar a cor do fundo (Cor da lousa), Forma da Imagem e Imagem de fundo Permitir a geração de código QR para compartilhamento com outros dispositivos, do conteúdo apresentado **APLICATIVOS QUE DEVERÃO VIR INSTALADOS** Navegador de Internet (Browser) Play Store Calculadora Calendário WPS Office **UTILIZAÇÃO** Em utilizando o Sistema Operacional Android, deverá ser compatível com Google Meet e Zoom (sistemas de transmissão de aulas) **CONTROLE DAS ENTRADAS** O controle das entradas HDMI, VGA e OPS deverá ser realizado direto no display interativo por toque na tela(imagem) sobre a opção desejada. Ao ser selecionada uma entrada diferente da Nativa (Android), a sensibilidade ao toque da tela deverá passar para o dispositivo conectado da seguinte forma: Computador OPS: Diretamente, sem a necessidade de conexão de cabo USB. HDMI: Com a conexão de um cabo USB ao painel (Touch) e ao computador conectado à entrada HDMI. VGA: Com a conexão de um cabo USB ao painel (Touch) e ao computador conectado à entrada VGA. **GARANTIA** A garantia será pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, para a **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA**. A garantia deve ser prestada on-site pelo fabricante ou pelo distribuidor autorizado, em todo território brasileiro. Todos os atributos técnicos acima descritos devem, obrigatoriamente, serem comprovados pela documentação técnica fornecida pelo fabricante de seus componentes ou pelo manual técnico que acompanha o equipamento, ou através de documentos oficiais constantes em página da WEB do fabricante. **INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO** Nas instalações serão fornecidas apenas componentes novos. O local de fixação e a instalação da Lousa Digital Integrada será definido pelo Contratante, que disponibilizará superfície plana (parede), rígida em alvenaria, e sem obstáculos, tais como colunas, conduítes, janelas etc. A instalação da Lousa Digital Integrada e dos Equipamentos de informática e todas as configurações necessárias para o seu pleno funcionamento serão executadas imediatamente após a entrega. A instalação, sincronização e configuração da Sala para aula Hibrida, dos softwares deverão ser feitos no ato da instalação da lousa. A fixação dos módulos, ser feita por meio de no mínimo parafusos AATT com 50mm de comprimento X 6 mm de diâmetro em buchas de poliamida 6.6 com dimensões de 10 mm de diâmetro e 50 mm de extensão, dotadas de garras específicas para alvenaria. **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA USO SOLUÇÂO SALA DE AULA INTERATIVA DIGITAL** A capacitação para o uso da **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA** será entregue em formato digital pelo Contratado, deverá ser organizada para ser disponibilizada em ambiente virtual a ser definido pelo Contratante, em no máximo 30 dias após a entrega das Soluções instaladas. A capacitação no formato digital (EaD), deve ser autoinstrucional, sem necessidade de tutoria, para que seja disponibilizada em ambiente virtual da própria Instituição Contratante, de modo que possa ficar acessível a todos os professores e gestores durante todo o ano letivo. Essa capacitação deverá ter no máximo de 60min de duração, e abranger 2 temas: a) dicas de uso responsável e cuidados com a **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA**; b) demonstração dos ferramentais disponíveis na **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA** e suas possíveis aplicações. Em termos de programa da capacitação, os temas definidos deverão objetivar e abranger: Desmistificar o uso da tecnologia em sala de aula e motivar o uso da **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA** por parte dos professores; Adaptação dos professores com a tecnologia da **SOLUÇÃO SALA DE AULA TECNOLÓGICA**; Na proposta deverão estar inclusas todas as despesas com mão de- obra, auxílio alimentação ou refeição, vales-transportes e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados (instrutores), material, inclusive de consumo, equipamentos, prêmio de seguro, taxa, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer outras despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custos dos serviços, inclusive lucro, necessários à perfeita execução da proposição.					
		TOTAL GERAL					**3.070.000,00**

A Ata de Registro de Preços Integral da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colíder, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2022

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 044/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar e eletrônicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de educação do Município de Colíder/MT.

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 03/10/2023.

DETENTORA DO REGISTRO: **COMERCIAL TRES ACORDES EIRELI** - CNPJ nº 32.850.995/0001-76 Rua, 438, N° 401, Sala 03, Morretes, Itapema -SC, CEP: 88220-000
Fone: (41) 3363-9457 E-mail: licitatresacordes@gmail.com

LOTE 03

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL TOTAL (R$)
1	514802	**Data Show -** Resolução Nativa,WXGA (1280 x 800),Sistema de Projeção, DLP - Tecnologia Texas Instruments,Brilho,3,500 ANSI Lumens, Contraste 100,000:1 Lâmpada 240W - 5,000/ 8,000/ 10,000/12,000 hrs. (Normal/Eco/SmartEco/Lampsave) Ruído Acústico,34/29dBA (Normal/Eco), Resolução Suportada, até WUXGA (1920 x 1200) Formato da Tela,16:10 nativa (5 relações de aspecto selecionáveis) Tamanho da Imagem 80" a 100" Interativo e máximo rack incluído: projeção até 300" Índice de Projeção 0.35 - Projeção Ultra Curta Distância Lente F=2. 5/f=5.1 mm Zoom Fixo Ajuste de Keystone 2D, Vertical/Horizontal +/- 15° Corner Fit +/-5° Quantidade de Cores 30 Bits (1.07 bilhões) 15K - 102 KHz 23 - 120 Hz Frequência Horizontal Frequência Vertical Compatibilidade HDTV Compatibilidade de Vídeo Conexões 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p NTSC/PAL / SECAM HDMI 1.4 (x2)/VGA in (xl) / VGA out (x1)/Video Composto in (RCA) / Áudio in-out (x1/x1) Mini Jack / Áudio L-R in (RCA)/Alto Falante 10W (x2)/USB tipo A (x1), B (xl) e miniB (x1) / RS232/ RJ-45 (LAN) / IR Receiver (frente) (x1) 5.0 Kg. / 287.5 x 207 x 373.3 mm (com espelho) AC 100 a 240 V, 50/60 Hz Peso / Dimensão Fonte de Alimentação Consumo de Energia Idiomas 320 W/<0.5 standby 28 Idiomas Dinâmico / Padrão / Cinema / Usuário I / Usuário 2 Modos de Imagem Funções SmartEco, BrillantColor, VIDI, 3D Ready. 3D direto do Blu-ray, 3D nVidia play,Administração de Cores 3D, Zoom Digital 2X, compatível com o Módulo Interativo e o Módulo Touch, Legendas, Acesso Rápido para a Substituição da Lâmpada, LAN Controle Compatível: Crestron, AMX, RoomView, MDA, Busca Rápida do Sinal, Esfriamento Rápido, Desligamento Automático, Modo Altitude Elevada. Controle remoto c/ bateria, Cabo VGA, Cabo de Alimentação, Manual do Usuário em CD, Guia de Iniciação Rápida, Garantia por Região, Suporte de parede. Garantia 3 anos Acessórios Padrões Garantia Opcional: Kit Interativo. Caneta PW30U e Touch PT20	MULTILASER PJ004	UN	05	5.644,00	28.220,00
2	514803	**PROJETOR -** Especificações Mínimas: Resolução Nativa: WXGA 1280 x 800; Brilho: 2500 ANSI lumens; Proporção de tela: 16:9 / 4:3; Tipo de lâmpada: OSRAM; Contraste: 18000:1; Portas/ Conexões: HMDI, USB e Conector de Áudio; Controlado por: Manual e Controle Remoto; Compatibilidade: Compatível para Montagem no Teto padrão furação VESA 100x100 ou Acompanhar Suporte.	MULTILASER PJ005	UN	20	5135,67	102.713,40
		TOTAL GERAL					**130.933,40**

A Ata de Registro de Preços Integral da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colíder, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA Nº 016-2022

TERMO DE CANCELAMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/ 2022

O Sr. HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, torna sem efeito as publicações realizadas no dia 02 de setembro de 2022, Edição 4060, no Jornal Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso , os extratos de Declaração de Dispensa, Ratificação de Dispensa e Extrato dispensa referente ao processo LICITATÓRIO nº. 134/2022, dispensa de licitação nº. 016/2022, resolve cancelar o Processo de Dispensa de Licitação do tipo menor preço, objetivando a DISPENSA, PARA CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REVISÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEICULO SPRINTER FURGÃO 416 AMBULANCIA PLACA RAY2A50, CHASSI: 8AC907645NE201004 LOTADO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, devido a perda do objeto de referida dispensa. Diante do exposto, revogamos e arquiva-se o Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO. Não houve prejuízo para o erário público, tendo em vista que não houve pagamento do referido objeto. Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros. Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público

Colider/MT, 03 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

Publique-se

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 327/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: CELIA LUZIA SOARES SILVA – MAT. :6725

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**327/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$950,46 (novecentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos)

DATA: 01 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Saúde e Saneamento.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 364/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DIOGO GONÇALVES CORREA – MAT. :6764

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**364/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.599,27 (hum mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos)

DATA: 05 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Gestão de Pessoas.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 339/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS – MAT. :6736

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**339/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$ 2.945,08 (dois mil novecentos e quarenta e cinco reais e oito centavos)

DATA: 30 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Saúde e Saneamento.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 347/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LIDIO LOPES FERMINO – MAT. :6744

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**347/2022**, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$901,24 (novecentos e um reais e vinte e quatro centavos)

DATA: 01 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 301/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: TIAGO LUCAS LONGO – MAT. :6685

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**301/2022**, por iniciativa do empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.037,29 (hum mil e trinta e sete reais e vinte e nove centavos)

DATA: 01 de setembro de 2022

SECRETARIA: Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA SMFA DAS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO: N° 044/2022

PORTARIA SMFA Nº 312/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Maritâne Pietroski** (Titular) e **Almir Rogério da Silva** (Suplente), fiscais do Ata de Registro de Preços nº 164/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Detentora:**ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 044/2022. Vigência: 03/10/2022 a 03/10/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 313/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Maritâne Pietroski** (Titular) e **Almir Rogério da Silva** (Suplente), fiscais do Ata de Registro de Preços nº 165/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Detentora:**COMERCIAL TRES ACORDES EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 044/2022. Vigência: 03/10/2022 a 03/10/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO-CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-2022- MATERIAIS E FERRAMENTAS PERMANENTES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº **000094/22/2022** – PREGÃO PRESENCIAL-SRP **41/2022**, com VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, não podendo ser prorrogada.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM** RESOLVE registrar os preços das empresas **DAMATA TRATORES LTDA que apresentou o menor preço para os itens: 11, 14, 15, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 35, CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA que apresentou o menor preço para os itens: 1, 8, 12, 13, 16, 17, 20, 21, 27, 28, 29, 31, 33, 36 e IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA que apresentou o menor preço para os itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10,** nas quantidades estimadas, de acordo com as classificações por elas alcançadas por item atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber ao Decreto Municipal nº 030/2019, e 068/2017 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PERMANENTES UTILIZADAS EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata terá validade de 12 (DOZE) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial, não podendo ser prorrogada.

2.2. O prazo mencionado acima será improrrogável, exceto quando:

I. Havendo saldo remanescente e, dentro do prazo de vigência da Ata, a secretaria solicitante firme contrato com o fornecedor;

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	1483 Código	DAMATA TRATORES LTDA CNPJ: 07.632.304/0001-10 ROD BR MT 206 KM 101, 1260 ******** - SETOR INDUSTRIAL, COLNIZA - MT, CEP: 78335-000 Telefone: (66) 3571-2064 Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
11	195.001.019	ESMERILHADEIRA ANGULAR 800 WHATS - 220 VOLTS, DESENHO SUPER COMPACTA, POSSUI ALETAS NAS LATERIAIS PARA REFRIGERAÇÃO E BOTÃO PARA TRAVAR O EIXO, ROTOR E ESTRATOR COBERTOS EM RESINA EPOXI-TERMINAIS DO ESTRATOR SOLDADOS, SISTEMA DE EXPULSÃO DE PÓ, CAIXA DE ENGRENAGES, MEIDAS MAIORES DOS CARVÕES - 17 MM X 8 MM X 6 MM, INTERRUPTOR DESLIZANTE, CABO ELETRICO EMBORRACHADO, EMPUNHADURA LATERAL DE 02 POPSIÇÕES, TENSÃO: 220V, POTENCIA: 800 W, DIAMETRO DO DISCO: 4.1/2" (115 MM), CORPO DELGADO: SIM, BAIXO PERFIL DE CAIXA DE ENGRNAGEM: SIM, VELOCIDADE: 12.000 RPM, EIXO: M14, ACOMPANHA: PROTETOR DE DISCO, EMPUNHADEIRA AUXILIAR, DISCO, CHAVE HEXAGONAL, GARANTIA MINIMA: 06 MESES Marca: DWT	UND	3	677,00	2.031,00
14	195.001.009	FURADEIRA DE IMPACTO REVERSIVEL, MANDRIL 1/2, 800 W, POTENCIA NOMINAL ABSORVIDA 800 W, POTENCIA UTIL DE 420 W, VOLTAGEM DE 110 V. GARANTIA MINIMA DE 06 MESES. Marca: DWT	UND	2	367,50	735,00
15	195.001.021	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA ELETRICA COM FIO, 220 VOLTS, 2800 RPM Marca: LITTI	UND	1	1.199,50	1.199,50
18	033.006.001	LAVADORA DE ALTA PRESSAO - 1300 LIBRAS, AGUA FRIA,VAZAO DE 7 L/MIN,MOTOR COM POTENCIA DE 2 CV,COM PESO DE 8 KG,110/220 V,CONTENDO MANGUEIRA, BICO, REGULADOR DE PRESSAO, VAZÃO MAXIMA DA LAVADORA DE PRESSAO 390 LITROS HORA, LAVADORA DE PRESSÃO 1.200 W, 1300 LB Marca: LITTI	UND	2	819,50	1.639,00
19	213.002.001	MAQUINA DE SOLDA 430 AMPERES - 220 VOLTS MAQUINA DE SOLDA MIG/MAG TENSAO DE ALEMENTAÇÃO 220 V, FAIXA DE CORRENTE ATE 400A, VELOCIDADE DO ARAME 1- 19M/MIN, PESO MAXIMO DO ROLO DE ARAME 18 KG, DIAMETRO DO ARAME SOLIDO0,- 1,6 MM, ALUMINIO 0,8-1,6 MM, TUBULAR 0-9-0,1,6 MM CLASSE DE PROTEÇÃO IP 21S, EQUIPAMENTOS COM RODINHAS, ITENS INCLUSO - TOCHA 400A, 5 METROS PARA MAQUINAS DE SOLDA MIG/MAG GARANTIA MINIMA DE 06 MESES. Marca: V8	UND	1	12.412,00	12.412,00
22	195.001.026	MOTO BOMBA A DIESEL, POTENCIA MINIMA DE 9 HP, BOMBA AUTO ESCOVANTE, PARTIDA MANUAL GARANTIA DE 6 MESES, TAMANHO DA ENTRADA E SAIDA DO LIQUIDO -4"(100 MM)", ELEVAÇÃO MINIMA DE 15 METROS Marca: 3W	UND	1	6.434,50	6.434,50
23	146.002.001	MOTOR GERADOR ELETRICO MONOFASICO Tipo do motor: 4 tempos - Refrigerado a ar :: Potência:7,0hp :: Motor: 305cm³ (cc) :: Combustível: Diesel comum :: Sistema de partida do motor: Partida manual retrátil / elétrica :: Potência máxima de saída do gerador: 3,6 kVA (3600W) :: Potência nominal de saída do gerador: 3,3 kVA (3300W) :: Rotação do eixo do motor: 3600rpm :: Sistema de ignição: Ignição por compressão :: Quantidade de cilindros: Monocilíndrico :: Medidas do cilindro (diâmetro x curso): 78mm x 64mm :: Capacidade do tanque de combustível do gerador: 11,5 litros :: Capacidade de óleo no cárter: 1,1 litros :: Taxa de compressão do motor: 19:1 :: Frequência do gerador: 60Hz :: Tensão de saída do gerador CA: 110V e 220V :: Corrente nominal do gerador CA: 15A :: Tensão de saída do Gerador CC: 12V :: Corrente de saída do Gerador CC: 8,3A :: Tipo do regulador de tensão do gerador: Sistema AVR :: Fator de potência do gerador:1 :: Fase do gerador: Monofásico :: Autonomia aproximada do gerador (potência nominal): 5,75h :: Autonomia aproximada do gerador (meia carga):10,5h :: Temperatura máxima no ambiente de trabalho: 40°C :: Nível de ruído (7 metros de distância): 96Db :: Dimensões do gerador (C x L x A):695mm x 472mm x 560mm :: Massa líquida do gerador: 90kg Marca: STRON	UND	4	3.229,00	12.916,00
24	191.002.005	MOTOSERRA - COM MOTOR A GASOLINA,POTENCIA 1,8 HP,COM 52 CILINDRADAS,COM SABRES DE 18 POLEGADAS Marca: YAMAHO	UND	1	4.449,50	4.449,50
25	191.002.006	MOTOSERRA - COM MOTOR A GASOLINA/OLEO, POTENCIA POTÊNCIA 2.9 KW / 3,9 HP, CILINDRADA 61,5 CM3 - MODELO 61, COM SABRES DE 18", CORRENTE DE 3/8" TIPO DE COMBUSTIVEL: GASOLINA- POTENCIA 3.9 HP, CILINDRADA 61.5 CC COMPR. DAS ESPADAS COMPATIVEIS 13 A 18, PESO 6.2 KG, VELOCIDADE MAXIMA 8.300 RPM CAPACIDADE DE TANQUE:0,75 L, NIVEL DE PRESSAO SONORA: 102 DBA COM FREIO DE CORRENTE:SIM Marca: YAMAHO	UND	1	3.469,50	3.469,50
26	093.005.001	MOTOSSERRA DE ALTA CILINDRADA, A GASOLINA, ROBUSTA E POTENTE, IDEAL PARA CORTES DE ÁRVORES, TORAS, PRANCHAS, TOCOS. BOMBA DE ÓLEO AJUSTÁVEL, PERMITE A REGULAGEM DA LUBRIFICAÇÃO DA CORRENTE DE ACORDO COM AS NECESSIDADES, POTÊNCIA MÍNIMA DE 50 VV, TIPO DE LUBRIFICANT E 2 TEMPOS OU EQUIVALENTE, VOLUME MÍNIMO DO ÓLEO: 0.40 L 1 MOTOSSERRA COM UMA CORRENTE, 1 SABRE, CHAVE DE MANUTENÇÃO Marca: YAMAHO	UND	4	5.449,50	21.798,00
30	204.001.005	PLACA COMPACTADORA VIBRATORIA A GASOLINA, POTENCIA MINIMA DE 05 HP, CAPACIDADE MINIMA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE 05 L, TIPO DE COMBUSTIVEL GASOLINA, PROFUNDIDADE MINIMA DA COMPACTAÇÃO 25 CM, FREQUENCIA MINIMA DE VIBRAÇÃO 5.500 VPM, DIMENSOES MINIMA DA PLACA (C X L): 600 X 400 M, EQUIPAMENTO COM RODINHAS PARA TRANSPORTE E LOCOMOÇÃO. Marca: GTV	UND	2	13.999,50	27.999,00
32	205.001.003	ROÇADEIRA DE ALTA POTENCIA, VEM COM CONJUNTO DE CORTE COMPLETO, INCLUINDO CABEÇOTE COM FIO DE NYLON, LAMINA TRES PONTAS E SERRA CIRCULAR. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DO MOTOR: CILINDRA 45 CM ³, VOLUME DO TANQUE DE 0,9 LITROS. EQUIPAMENTOS: CARRETEL DE FIO NYLON: T45XM12, LAMINA TRES PONTAS, SERRA CIRCULAR, CINTURÃO, 12 MESES DE GARANTIA. Marca: TEKNA	UND	13	1.429,50	18.583,50
34	195.007.004	SERRA ELETRICA - MARMORE, COM AJUSTE NO ANGULO DA BASE E MOTOR DE ALTO DESEMPRENHO, BASE EM METAL, TENSAO 110 v,POTENCIA MINIMA 1200W, DIAMETRO DA LAMINA: 110 MM, JOGO DE CHAVE PARA REMOÇÃO , 12 MESES DE GARANTIA Marca: DWT	UND	7	404,50	2.831,50

35	195.001.022	SERRA PARA CORTAR PISO E ASFALTO, IDEAL PARA CORTE PRCISOS EM PISOS, - DIAMETRO DE DISCO/ DIAMETRO FURO: 450/25 MM, ROTAÇÃO MAXIMA DO DISCO: 2.700 RPM, PROFUNDIDADE D CORTE 0 A 150 MM, POTENCIA MINIMA DO MOTOR: 10HP, TANQUE DE COMBUSTIVEL MINIMOS 5 LITROS, CAPACIDADES TANQUE DE AGUA MINIMO 30 LITROS, 12 MESES DE GARANTIA Marca: VONDER	UND	1	9.148,50	9.148,50
		Total do Proponente				125.646,50
Item	**1627 Código**	**CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA CNPJ: 10.570.769/0001-07 AV MATO GROSSO, 526 ******** - CENTRO, COLNIZA - MT, CEP: 78335-000 Telefone: (66) 3571-1145 Descrição do Produto/Serviço**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	178.002.001	BETONEIRA CAPACIDADE 400L, CAPACIDADE DE MISTURA: 280L; ROTAÇÃO DO TAMBOR: 26RPM; POTÊNCIA DO MOTOR: 2CV IV PÓLOS; FREQUÊNCIA: 60HZ; TRANSMISSÃO POR CORREIA TIPO "V": A44 Marca: FISCHER	UND	6	5.500,00	33.000,00
8	195.001.025	COMPRESSOR DE AR 350 L INDUSTRIAL, CAPACIDADE 350 LITROS OU SUPERIOR, TENSAO 220/380 V TRIFASICO, MOTOR POTENCIA 10 HP-7,5 KW Marca: VONDER	UND	2	14.700,00	29.400,00
12	195.001.023	ESMERILHADEIRA E POLITRIS, POTENCIA 1200 W, VOLTAGEM 110 VOLTS, ITENS INCLUSO 1 PUNHO, 1 CHAVE PARA TROCA DE DISCO, 1 PROTETOR DE DISCO. GARANTIA DE NO MINIMO 6 MESES. Marca: VONDER	UND	1	360,00	360,00
13	053.001.175	FURADEIRA DE BANCADA INDUSTRIAL TENSAO 110 POTENCIA MINIMA DE 750 W CAPACIDADE DE AMNDRIL 3 A 16 MM ESTRUTURA EM FERRO FUNDIDO CHAVE LIGA E DESLIGA ACOMPANHA MOTOR DE 1 HP Marca: VONDER	UND	1	860,00	860,00
16	195.001.001	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA SEM FIO, VOLTAGEM 24V; VELOCIDADE SEM CARGA: 0-450/0-1550 RPM; TORQUE MÁXIMO: 38 N.M; AJUSTE DE TORQUE: 21+3; TIPO DE BATERIA: LITHIUM-ION; INTENS INCLUSOS: 01 FURADEIRA; 02 BATERIAS; 01 CARREGADOR; 01 CLIP; 01 MALETA; 01 BIT. Marca: VONDER	UND	11	630,00	6.930,00
17	195.001.016	FURADEIRA IMPACTO REVERSIVEL 1/2 POL 800W, ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, POTENCIA NOMINAL ABSORVIDA: 800W, POTENCIA UTIL: 420W, MANDRIL DE ENCAIXE DO VEIO DA BROCA:1/2, N° MAX. DE IMPACTOS EM VAZIO:0 17.600/48.000 I.P.M., VOLTAGEM : 220 V, GARANTIA MINIMA: 06 MESES Marca: VONDER	UND	1	460,00	460,00
20	195.001.008	MARTELETE ELETRICO 110 V, EQUIPADO COM INTERRUPTOR ALAVANCA, PUNHO EMBORRACHADO, ENCAIXE DE 30 MM SENDO MAIS LEVE, PARTIDASUAVE, INCLUSO UMA PONTEIRA,Potência 1.510 watts ipm 730 - 1450 n-1, Encaixe 30 mm, Trabalho 33,8 joules. 12 MESES DE GARANTIA. Marca: VONDER	UND	2	440,00	880,00
21	204.001.003	MARTELETE ROMPEDOR - COM BATE ESTACA 21MM, TIPO DO MOTOR: MONOCILINDRICO, 2 TEMPOS, REFRIGERA A AR, CILINDRADAS: 32,7 CC, BATIDAS POR MINUTO (SEM CARGA): 1700 A 2230 MIN-1, FORCA DE IMPACTO: 25 A 45 J, DIAMETRO DO ENCAIXE: 21MM (SEXTAVADO), MARCA: KAWASHIMA, CONTEUDO DA EMBALAGEM: 1 MARTELETE ROMPEDOR E 1 BATE-ESTACA, DIMENSOES APROXIMADAS DA EMBALAGEM : 61 X 28 X 38 CM Marca: VONDER	UND	1	3.100,00	3.100,00
27	040.008.008	MOTOSSERRA DE BAIXA CILINDRADA MINIMO 30 CILINDRADAS, SABRE PARA CORRENTES DE NO MINIMO 26 DENTES, CAPACIDADE MINIMA DO TANQUE DE 0,250 LITROS IDEAL PARA TRABALHOS DE JARDINAGENS E ARTESANATOS. Marca: KAVACHIMA	UND	2	2.679,00	5.358,00
28	128.002.001	PERFURADOR DE SOLO BPS52D MOTOR 2 TEMPOS 2,5 HP 1.9 K.W CILINDRADA 52 CC ROTAÇÃO MXIMA DO MOTOR: 11.000 RPM ROTAÇÃO NA LENTA: 3.200 RPM RELEÇÃO REDUÇÃO 30.01.00 BROCA 80:20 COM IGNIÇÃO: ELETRONICA ARRANQUE MANUAL COM MOLA RETRATIL AMORTECEDOR: SIM CARBURADOR : MENBRANAS DE ALTA EFIFIENCIA COMBUSTIVEL: GASOLINA COM OLEO 2 TEMPOS- PROPORÇÃO 25.1 TANQUES DE COMBUSTIVEL : 1200 ML AUTONOMIA APROXIMADAMENTE 1 H PERFURADOR DE SOLO COM BROCA DE 60 CM. Marca: BRANCO	UND	2	1.889,00	3.778,00
29	195.001.024	PISTOLA DE PULVERIZAÇÃO ELETRICA DE ALTA PRESSAO DESTACAVEL; CAPACIDADE DE 500 ML, TENSAO 110 V; ITENS INCLUSOS: 1 PISTOLA DE PULVERIZAÇÃO, 1 BICO BR 1 X FUNIL 1 REGADOR, 1 MANUAL, 1 AGULHA DE PASSAGEM.. GARANTIA MINIMA DE 6 MESES. Marca: VONDER	UND	1	825,00	825,00
31	191.004.005	PULVERIZADOR - COSTAL, MOTORIZADO A GASOLINA COM OLEO DE 2 TEMPOS, VOLUME DO RECIPIENTE 14 LITROS ALCANCE DE 10 METROS, /pulverizador com capacidade de 14 litros, com motor a gasolina, capacidade do tanque de combustível (l) 1,7, cilindra da (cm) 63,3, potência(kw/cv) 2.9/3.9, peso (kg) 12,2, com grade defletora, bicos ulv, sistema de arranque elastostart, sistema anti -vibratório, sistema de suporte do tipo mochila, com a possibilidade de troca de posição de recipiente de líquido para pó. Marca: BRANCO	UND	1	1.590,00	1.590,00
33	195.007.002	SERRA CIRCULAR ELETRICA 185 MM, 1600 W HS7010 127V CARACTERÍSTICAS AJUSTE DE ÂNGULO DA BASE. MOTOR DE ALTA POTÊNCIA. CORTES RÁPIDOS. BASE DE ALUMÍNIO. DUPLA ISOLAÇÃO. ADAPTÁVEL A COLETOR/ASPIRADOR DE PÓ. ESPECIFICAÇÕES POTÊNCIA: 1.600W ROTAÇÕES POR MINUTO: 5.500 DIÂMETRO DA LÂMINA: 185MM CAPACIDADE DE CORTE - 90º: 65MM - 45º: 44MM DIMENSÕES (C X L X A): 300 X 240 X 261MM PESO: 4KG ITENS QUE ACOMPANHAM DISCO DE CORTE E GUIA LATERAL Marca: VONDER	UND	7	670,00	4.690,00
36	195.001.027	SERRA ELETRICA - RAPIDA POLICORTE, FURO 5/8 POTENCIA DO MOTOR 2,0 CV, 220 W, DIAMETRO DO EIXO DO DISCO 5/8, TIPO DE CORREIA: A-33 PROTETOR DO FUSO, DUAS MORSAS DE FIXAÇÃO, CORTE D VARIOS ANGULOS, ROLAMENTOS BLINDADOS, ACESSORIOS INCLUSOS; POLIA MOTOR, CORREIAS, CHAVE LIGA E DESLIGA. *ACOMPANHA MOTOR 02 CV 220 V; GARANTIA MINIMA DE 6 MESES. Marca: VONDER	UND	1	1.160,00	1.160,00

		Total do Proponente				92.391,00
Item	**3044 Código**	**IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA CNPJ: 12.995.729/0001-24 AV FREI COIMBRA 500B, SN - JARDIM NOVO HORIZON, VARZEA GRANDE - MT, CEP: 78149-000 Telefone: (65)3927-5941 Descrição do Produto/Serviço**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
2	193.001.002	BOMBA SUBMERSA 900 127V PARA BOMBEAMENTO DE AGUA. VIBRATORIA PARA POÇO, POTENCIA MINIMA DE 450 WATS VOLTAGEM 127V. Marca: ALTRI	UND	16	659,00	10.544,00
3	193.001.003	BOMBA SUBMERSA 950X220 POTENCIA MINIMA DE 450 WATTS, VOLTAGEM 220 V Marca: ALTRI	UND	5	458,00	2.290,00
4	193.001.004	BOMBA SUBMERSA PARA POÇO SEMI ARTESIANO COM POTENCIA DE 1 CV A 2 CV COM VOLTAGEM 110/220 E DIMENSÃO DO DIAMETRO NO MAXIMO 120MM BOMBA SUBMERSA - BOMBA D'AGUA SUBMERSA (TIPO PALITO/CANETA) POTENCIA MINIMA 2 CV (1.500 W), TENSAO 220V, Marca: ALTRI	UN	14	1.789,00	25.046,00
5	053.001.125	BOMBA SUBMERSA PARA POCO SEMI ARTESIANO COM POTENCIA DE 1 CV A 2CV COM VOLTAGEM DE 110/220 E DIMENSAO DO DIAMETRO NO MAXIMO 120MM Marca: ALTRI	UN	11	648,00	7.128,00
6	053.001.107	BOMBA SUBMERSA 900, VIBRATÓRIA PARA POÇO, POTENCIA MINÍMA 450 WATS, VOLTAGEM 127 V. Marca: ALTRI	UN	5	417,00	2.085,00
7	204.001.002	COMPACTADOR DE SOLO TIPO SAPO À GASOLINA, EQUIPADO COM MOTOR 4 HP E FILTRO DE AR DUPLO, POSSUI TANQUE DE COMBUSTIVEL EM MATERIAL ANTICORROSIVO, SAPATA EM POLIURETANO REVSTIDA EM AÇO, SANFONA COIFA COM ALTA RESISTENCIA CONTRA AGENTES EXTERNOS, 12 MESES DE GARANTIA. Marca: TOYAMA	UN	1	14.875,00	14.875,00
9	045.013.007	ESCADA - DE ALUMINIO, COM 3,70M DE COMPRIMENTO, DOBRAVEL COM 14 DEGRAUS Marca: REAL	UN	10	449,00	4.490,00
10	045.013.012	ESCADA DE ALUMINIO 2 X 14 DEGRAUS, 4,21 METROS, ANTI DERRAPANTE, TIPO DE ABRIR, 4,21 METROS Marca: REAL	UND	6	856,00	5.136,00
		Total do Proponente				71.594,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido.

5.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza-MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento.

5.3. Substituir o(s) produto(s) entregue(s) que apresentar(em) defeito(s) em até 05(CINCO) dias, por outro(s) de igual modelo, ou superior(es), mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente fornecidos, inclusive mantendo o preço contratado;

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, da aquisição que apresente vício de qualidade ou estejam em desacordo com as especificações deste edital.

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas.

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência.

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura.

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

5.12. A parte contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

I. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados após, o devido procedimento administrativo no contrato.

5.13. Fornecer os produtos objeto deste edital conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.14. Apresentar para efeitos de recebimentos junto à prefeitura municipal os dados bancários (agencia e conta bancaria), nominal a parte vencedora.

5.15. A parte CONTRATADA deverá atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, bem como no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.16. A parte CONTRATADA deve manter endereço atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico.

5.17. Manter a garantia e qualidade dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos.

5.18. Os quantitativos a serem solicitados, por ocasião da emissão de cada pedido durante a vigência de Ata ou Contrato, obedecerão rigorosamente à necessidade das Secretarias solicitantes independentemente dos custos operacionais e despesas que possam a vir sofrer caso o licitante vencedor se situe fora da localidade da cidade do município da parte contratante;

5.19. A aquisição dos produtos deverá ser de acordo com a solicitação e necessidade das Secretarias. Se no ato da execução houver algum item em desacordo, o mesmo deverá ser reposto em adequação a descrição do Edital. A reposição dos produtos deverá ocorrer em 24 horas. O (s) fornecimento(s) deverá(ão) atender aos requisitos abaixo:

I. Ter disponibilidade de **entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias,** com ressalva que o descumprimento deste acarretara advertência;

II. O licitante deverá cotar os preços dos produtos já inclusos todas as despesas (ex. locomoção) e outras que porventura vier ocorrer durante a vigência do contrato;

III. Os produtos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição do Termo de Referência, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se ao Fiscal do Contrato o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando a parte CONTRATADA a promover substituições sem qualquer ônus adicional, sob pena das sanções previstas no edital;

IV. O licitante vencedor será responsável por repor ou indenizar a prefeitura caso os produtos não atenda (m) as necessidades.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento do (s) bem(ns)/produto(s);

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a(s) entrega(s) do(s) bem(ns)/produto(s);

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a (s) entrega(s) do(s) bem(ns)/produto(s), mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do (s) bem (ns)/produto(s) fornecidos, número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, com autorização expressa da Secretaria solicitante, tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato e/ou por servidor responsável,

7.2.1. O pagamento só será devido caso a lista de fornecimento da empresa estiver compatível com a lista de compra da secretaria solicitante;

7.2.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.3. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A referida Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

II. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

III. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

IV. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

V. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução no fornecimento dos bens, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I. Advertência por escrito

II. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Colniza, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Jornal Oficial as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

13.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

13.3. É vedado o substabelecimento da obrigação decorrente deste instrumento a terceiros sem a anuência da Administração Pública Municipal.

13.4. Fica designado o servidor através do Decreto 087/GP/2022, para atuar na função de fiscal desse contrato/ata de registro de preços nos termos da lei nº 8.666/93 e demais, devendo realizar a devida prestação de contas sobre a execução do instrumento ao Secretário Municipal de Administração.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Colniza/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Colniza - MT, 04 de outubro de 2022.

_____ ***MILTON DE SOUZA AMORIM*** ***Prefeito Municipal***	_____ ***Representante: RUBENS VEIGA SALVADOR MARTINS*** ***CPF.: 363.062.311-53*** ***RG.: 39.076.500*** ***Empresa: CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA***
_____ ***Representante: LEANDRO MORAES DE MELO*** ***CPF.: 044.034.801-36*** ***RG.: 2283503*** ***Empresa: DAMATA TRATORES LTDA***	_____ ***Representante: VALDIR HILARIO DA CRUZ*** ***CPF.: 043.764.491-05*** ***RG.: 646107*** ***Empresa: IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA***
_____ ***MARCILENE DOS SANTOS*** ***Testemunha***	_____ ***MARILIA GABRIELA DE FIGUEIREDO MARISCO*** ***Testemunha***

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 270/GP/2022

PORTARIA Nº270/GP/2022, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

RESOLVE:

ART. 1º - Demitir do quadro de Efetivos, a Servidora **Valcilene Pereira dos Santos de Souza,** matricula nº. 3390-2, efetiva no Cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o constante no Processo Administrativo Disciplinar nº. 004/2021, pela prática da infração disciplinar capitulada no inciso II do art. 154 (abandono de Cargo) da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 03 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de outubro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 271/GP/2022

PORTARIA Nº271/GP/2022, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base da Servidora **Edineia Oliveira Jacinto Silva**, matricula nº. 4341-2, e designar a mesma como responsável pelo programa do BPC – Benefício de Prestação Continuada do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 03 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de outubro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO-CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 41/2022

Processo Administrativo nº 6675/2022

O Pregoeiro Substituto do município de Colniza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso VI, do art. 43, da lei 8.666/93 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo 6675/2022, ADJUDICA as empresas: **DAMATA TRATORES LTDA, CNPJ: 07.632.304/0001-10, CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 10.570.769/0001-07 e IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA-ME, CNPJ: 12.995.729/0001-24,** no objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PERMANENTES UTILIZADAS EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT.**

Colniza – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Pregoeiro Substituto

LICITAÇÃO-CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 41/2022

Processo Administrativo nº 6675/2022

O prefeito do município de Colniza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso VI, do art. 43, da lei 8.666/93 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo 6675/2022, HOMOLOGA as empresas: **DAMATA TRATORES LTDA, CNPJ: 07.632.304/0001-10, CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 10.570.769/0001-07 e IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA-ME, CNPJ: 12.995.729/0001-24,** no objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PERMANENTES UTILIZADAS EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT.**

Colniza – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO-CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 41/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT, CNPJ: 04.213.687/0001-02.

CONTRATADOS:

DAMATA TRATORES LTDA, CNPJ: 07.632.304/0001-10; CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 10.570.769/0001-07; IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA-ME, CNPJ: 12.995.729/0001-24;

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PERMANENTES UTILIZADAS EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT.

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 289.631,50 (duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta centavos);

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo de **04/10/2022 a 04/10/2023.**

Colniza – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Pregoeiro Substituto

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 102/GP/2022

DECRETO Nº 102/GP/2022, 03 DE OUTUBRO DE 2022

Súmula: Homologa o resultado final do processo seletivo simplificado nº 003/2022 da Prefeitura de Colniza/MT, e dá outras providencias.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT e;

CONSIDERANDO, o resultado final do processo seletivo simplificado nº 003/2022 da Prefeitura Municipal de Colniza/MT, conforme publicado no dia 23 de setembro de 2022, no Diário Oficial dos Municípios - AMM (edição Nº. 4.075 de 26/09/2022), no endereço eletrônico da Prefeitura e no sitio da empresa organizadora;

CONSIDERANDO, ainda, que, realizadas as provas – objetivas e práticas, foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados, classificados e desclassificados;

CONSIDERANDO, finalmente, que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do processo seletivo nº 003/2022 da Prefeitura de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1º – **Homologar**, o resultado final do processo seletivo simplificado nº 003/2022 da Prefeitura Municipal de Colniza/MT, conforme relação já devidamente divulgada e publicada, para os cargos mencionados no resultado final (**Edital nº 003/2022 - F**).

Parágrafo Único. As convocações serão realizadas obedecidas rigorosamente à ordem de classificação, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Colniza MT, 03 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de outubro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2022

Aviso de Resultado e Homologação de Dispensa Licitação

Dispensa de Licitação nº 041/2022

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de COMODORO-MT torna público aos interessados que a Dispensa de Licitação nº. 041/2022 realizada no dia 03/10/2022, consagrou-se vencedora a licitante: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS - ME.

Comodoro - MT, 03 de Outubro de 2022.

Jose Oliveira Falcão

Presidente da CPL

PORTARIA Nº. 736/2022 DE: 26.09.2022

PORTARIA Nº. 736/2022

DE: 26.09.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº. 731/2022, de 26 de setembro de 2022, que designou o senhor **ROBSON DE AZEVEDO FERREIRA – Coordenador de Assuntos Fundiários**, tendo em vista que o mesmo não entrou em efetivo exercício, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 731/2022 de 26 de setembro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 737/2022 DE: 26.09.2022

PORTARIA Nº. 737/2022

DE: 26.09.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR no cargo comissionado a senhora FERNDANDA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, para exercer as funções de Assessora Especial, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de agosto de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 738/2022 DE: 26.09.2022

PORTARIA Nº. 738/2022

DE: 26.09.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **23 de setembro de 2022,** ao servidor efetivo **MARCELO DOS SANTOS SOUZA – Agente de Combate as Endemias, Matrícula nº. 3780,** referente ao **Processo Virtual n. 0003271/2022,** lotado **na Secretaria Municipal de Saúde** em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de setembro de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 735/2022 DE: 26.09.2022

PORTARIA Nº. 735/2022

DE: 26.09.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR no cargo comissionado o senhor PEDRO DOUGLAS VIEIRA NUNES, para exercer as funções de **Assessor de Gabinete,** nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 739/2022 DE: 26.09.2022

PORTARIA Nº. 739/2022

DE: 26.09.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **23 de setembro de 2022,** a servidora efetiva **SANDRA SANTANA DA SILVA VARELLA – Gari, Matrícula nº. 3194,** referente ao **Processo Virtual n. 0003278/2022,** lotada na **Secretaria Municipal de Obras em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de setembro de 2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.236/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**

CNPJ: 21.484.336/0001-47

ENDEREÇO: RODOVIA PR – 317, Nº 6752, BARRACÃO B, PARQUE INDUSTRIAL 200,

TELEFONE: (44) 3354-5826 E-MAIL: licitacao@mmhmed.com.br

CIDADE: MARINGÁ – PR CEP 87035-510

REPRESENTANTE LEGAL: MARCELINO LAHOUD CPF: 359.226.139-87

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 8053-5 C/C: 121.484-5.

ITEM: 02.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	ACIDO PERACETICO A 0,2% - COMPOSTO POR: ACIDO PERACETICO A 0,2%, E INIBIDOR DE CORROSAO, INSTRUMENTAIS, ENDOSCOPIOS, DESINFECCAO E ESTERILZACAO DE ARTIGOS CRITICOS, ATOXICO, BIODEGRADAVEL, ODOR AVINAGRADO, EM RECIPIENTE OPACO, DATA DE FABRIC., FABRICANTE, N.DO LOTE, FORMULA, VALIDADE, REG.NO M.S.	UND	RIOQUIMICA	70	R$ 178,00	R$ 12. 460,00
					VALOR TOTAL	**R$ 12. 460,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ N° 21.484.336/0001-47

Representante Legal: Marcelino Lahoud

CPF N° 359.226.139-87

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0534101-27

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0534101-27, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição

financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 4692D CREA/MT de 01/02/1982, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado à rua Sacramento 171 - Jardim Califórnia – Cuiabá – Mato Grosso CEP 78070-440, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II – TOMADOR – MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o

nº. 37.464.716/0001-50, representado pelo Prefeito Ronio Condão Barros Milhomem, CPF nº. 535.561.191-53, RG nº 0.875.190-0, SSP/MT, brasileiro, casado, empresário, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar o itens

3.2 subitem 3.2.1 e Anexo II do contrato de Financiamento nº 0534101-27/2020, de 03/06/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

3.2 DO PRAZO PARA O 1º DESEMBOLSO 3.2.1 O prazo para o 1º desembolso será até março de 2022.

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se o **TOMADOR** a comprovar à **CAIXA**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 4 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

CUIABÁ,	10	de	março	de	2022

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT
AGENTE FINANCEIRO	TOMADOR
Nome: Ubiratan Alves de Freitas	Nome: Ronio Condão Barros Milhomem
CPF: 168.562.361-15	CPF: 535.561.191-53

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0534101-27

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0534101-27, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 4692D CREA/MT de 01/02/1982, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado à rua Sacramento 171 - Jardim Califórnia – Cuiabá – Mato Grosso CEP 78070-440, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II – TOMADOR – MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.464.716/0001-50, representado pelo Prefeito Ronio Condão Barros Milhomem, CPF nº. 535.561.191-53, RG nº 0.875.190-0, SSP/MT, brasileiro, casado, empresário, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar o itens Anexo I do contrato de Financiamento nº 0534101-27/2020, de 03/06/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - DETALHAMENTO DOS PROJETOS/AÇÕES

CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETOS/AÇÕES
05.04.12.361.127.1237	4.4.90.52	Instalação de Sistema Fotovoltaico em órgão público do município
05.02.12.361.0030.1094	4.4.90.52	Instalação de Sistema Fotovoltaico em órgão público do município.
06.07.10.301.1002.1090	4.4.90.52	Instalação de Sistema Fotovoltaico em órgão público do município.
09.01.23.691.1002.1089	4.4.90.52	Instalação de Sistema Fotovoltaico em órgão público do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se o **TOMADOR** a comprovar à **CAIXA**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 4 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

CUIABÁ,	27	de	setembro	de	2022

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	município de CONFRESA - mt

AGENTE FINANCEIRO	TOMADOR
Nome: Ubiratan Alves de Freitas	Nome: Ronio Condão Barros Milhomem
CPF: 168.562.361-15	CPF: 535.561.191-53

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.237/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 19.316.524/0001-14

ENDEREÇO: RUA GOMERCINDO PAGNUSSAT, N° 150, BAIRRO CENTRO.

CIDADE: BARÃO DE COTEGIPE-RS CEP: 99740-000

TELEFONE: (54) 3523-1104/ (54) 9917-50477 E-MAIL: deltalife@deltalifers.com

REPRESENTANTE LEGAL: CASSIANO TIAGO CHIES

CPF: 007.466.120-52

DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 132-5 CONTA: 724-2

ITEM: 34

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	TESTE INDICADOR BIOLOGICO PARA AUTOCLAVE CAIXA COM 10 TESTES SP20.	CX	2I BIOLOGICAL TEST	288	R$ 29,80	R$ 8.582,40
					VALOR TOTAL	**R$ 8.582,40**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ N° 19.316.524/0001-14

Representante Legal: Cassiano Tiago Chies

CPF N° 007.466.120-52

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2022. PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 061/2022.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2022.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 061/2022.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 061/2022**, conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA E VASILHAMES (CILINDROS), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

Empresas:

GEFTANY CALISTO SILVA

CNPJ: 03.536.156/0002-60

END: RUA CASTELO BRANCO, Nº 22, BAIRRO CENTRO

CEP: 78652-000

MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT

FONE: (66) 35641000 (66) 984210978

REPRESENTANTE LEGAL: GEFTANY CALISTO DA SILVA

Vencedora dos itens **01, 02, 03 e 04** do certame no valor global de **R$208. 175,00 (Duzentos e Oito Mil, Cento e Setenta e Cinco).**

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 03 de OUTOBRO de 2022

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 003/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.240/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

CNPJ: 12.313.826/0001-90

ENDEREÇO: AV. ANTONIO FIDELIS, Nº 1158, QD 156, LOTE 08

BAIRRO: PARQUE AMAZONIA

CIDADE: GOIANIA - GO CEP: 74.840-090

TELEFONE: (62) 3086-6453 E-MAIL: licitacao@retfarma.com

REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO DO EGITO ARAÚJO

CPF N° 006.642.381-30

DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO - AGENCIA: 1147, CONTA CORRENTE: 5940-4

ITEM: 09

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09	BANDEJA PARA INSTRUMENTAL - EM ACO INOX, FORMATO RETANGULAR, TAMANHO 30 X 20 X 04 CM.	UND	ABC	20	R$ 79,00	R$ 1.580,00
					VALOR TOTAL	**R$ 1.580,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS

HOSPITALARES EIRELE ME.

CNPJ N° 12.313.826/0001-90

Representante Legal: Thiago Do Egito Araújo

CPF N° 006.642.381-30

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.233/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ: 14.805.780/0001-51

ENDEREÇO: R JACINTO LEAO DA SILVA, Nº 1464, QUADRA 02 LOTE 03 SALA A,

VILA CEARA

CIDADE: ARAGARÇAS – GO CEP: 76.240-000

TELEFONE: 64-3674-2211/ (64) 3674-2080 Email: licitacao@s3mconsultorias.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: SANDRO BUENO MARTHINS

CPF Nº: 730.436.801-20

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: AMAZÔNIA (003) AGÊNCIA: 067, C/C: 71423-2

ITENS: 04, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 20, 21, 22 e 23.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	AQUECEDOR DE SORO - AQUECEDOR DE SORO HOSPITALAR COM CAPACIDADE DE 1000ML E DISPLAY DIGITAL, GARANTIA DE 06 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	UND	SONOBEL DIGITAL	3	R$ 580,00	R$ 1.740,00
06	AVENTAL PLUMBIFERO - BORRACHA PLUMBIFERA FLEXIVEL COM PROTECAO EQUIVALENTE A 0,50MM DE CHUMBO, ACABAMENTO EM NYLON IMPERMEAVEL, LAVAVEL, ADULTO - FEMININO, REGISTRADO NO MINISTERIO DA SAUDE	UND	UNEMOL 0,50MM	3	R$ 1.299,00	R$ 3.897,00
07	AVENTAL PLUMBIFERO - BORRACHA PLUMBIFERA FLEXIVEL COM PROTECAO EQUIVALENTE A 0,50MM DE CHUMBO, ACABAMENTO EM NYLON IMPERMEAVEL, LAVAVEL, ADULTO - MASCULINO, REGISTRADO NO MINISTERIO DA SAUDE	UND	UNEMOL 0,50MM	2	R$ 1.389,00	R$ 2.778,00
10	CHASSI RADIOGRAFICO COM INTENSIFICADOR COM ECRAN TAMANHO-(30 X 40).	UND	KONEX 30X40	4	R$ 1.919,00	R$ 7.676,00
11	CHASSI RADIOGRAFICO COM TELA INTENSIFICADORA - ECRAN- TAMANHO- (35 X35).	UND	KONEX 35X35	2	R$ 2.105,00	R$ 4.210,00
12	CHASSI RADIOGRAFICO COM TELA INTENSIFICADOR - ECRAN- (TAMANHO 35 X 43)	UND	KONEX 35X43	2	R$ 1.385,00	R$ 2.770,00
13	CHASSIS RADIOGRAFICO COM ECRAN 24 X 30 CM EM ALUMINIO, VINIL E POLIURETANO, COM JANELA DE IDENTIFICAÇÃO	UND	KONEX 24X30	2	R$ 1.390,00	R$ 2.780,00
20	ESCOVA P/ LIMPEZA UTILIZADA EM INSTRUMENTAIS CIRURGICOS, RETANGULAR COM CERDAS ANTIMICROBIANAS EM AMBAS AS EXTREMIDADES EMFILEIRADAS NO FORMATO LARXCOMPR 3 FILAS DE LARGURA OR 12 FILEIRAS DE COMPRIMENTO, (EXTREMIDADE FINA 2,3 CM), (EXTREMIDADE LARGA 3,5CM), COM CABO DE APROXIMADAMENTE 17,8CM ATE 20CM DE COMPRIMENTO.	UND	BETTAINIM 3X12	4	R$ 85,00	R$ 340,00
21	ESTANTE EM AÇO INOXIDAVEL COM 5 PRATELEIRAS LISAS - DIMENSOES APROXIMADAS 1250 X 400 X 200 MM	UND	SICA 1250X400X1800	20	R$ 2.630,00	R$ 52.600,00
22	ESTANTE - PARA CESTOS ARAMADOS, COM PINTURA ELETROSTATICA, CONTENDO 01 (UMA) COLUNA E 04 (QUATRO) POSICOES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 130,00CM X 180,00CM X 45,00CM (CXAXP), PARA ARMAZENAR ITENS EMBALADOS LIMPOS, TRILHOS GUIAS MACICOS EM PERFIS DE ACO INOXIDAVEL, CAPACIDADE MINIMA 04 CESTOS INCLUSOS. GARANTIA DE 01 (UM) ANO PARA PECAS E SERVICOS ASSISTENCIA TECNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE MATO GROSSO LAUDO DE COMPROVACAO DA LIGA DO ACO INOXIDAVEL.	UND	SICA 130,00CM X180	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
23	ESTANTE - PARA CESTOS ARAMADOS, COM PINTURA ELETROSTATICA, CONTENDO 02 (DUAS) COLUNAS E 07 (SETE) POSICOES POR COLUNA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 130,00CM X 180,00CM X 45,00CM (CXAXP), PARA ARMAZENAR ITENS EMBALADOS LIMPOS, TRILHOS GUIAS MACICOS EM PERFIS DE ACO INOXIDAVEL, CAPACIDADE MINIMA 14 CESTOS INCLUSOS. GARANTIA DE 01 (UM) ANO PARA PECAS E SERVICOS ASSISTENCIA TECNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE MATO GROSSO LAUDO DE COMPROVACAO DA LIGA DO ACO INOXIDAVEL.	UND	SICA 130,00CM X 180,	10	R$ 2.746,00	R$ 27.460,00
					VALOR TOTAL	**R$ 118.251,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EM SERVIÇOS EIRELI

CNPJ N° 14.805780/0001-51

Representante Legal: Sandro Bueno Marthins

CPF Nº 730.436.801-20

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.238/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI**

CNPJ: 42.650.279/0001-07

ENDEREÇO: RUA MARIA DONIAK, 133 JARDIM TROPICAL

LONDRINA – PR CEP 86087-635

TELEFONE (43) 3334-3142 E-MAIL: londrihosplicitacao@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: GUSTAVO HENRIQUE CARREGA

CPF: 084.265.219-16 RG: 12.640.687-8

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL – AG: 1582-2 - C/C: 30.803-X.

ITEM: 14.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	DESFIBRILADOR - DO TIPO EXTERNO AUTOMATICO, INSTRUCOES EM PORTUGUES, PAS COM BOTOES INCORPORADOS AO BONECO QUE INDIQUE SE TODAS ESTAO CONECTADAS AO TRONCO DO MANEQUIM, VERSAO DE TREINAMENTO AUTOMATICA E SEMI AUTOMATICA, CONTROLE REMOTO PARA AJUSTES DA SIMULAACAO, BATERIAS RECARREGAVEIS, CONJUNTO DE PAS PARA TREINAMENTO PEDIATRICO, BOLSA PARA TRANSPORTE	UND	CMOS DRAKE DEA TRAIN	1	R$ 6. 998,00	**R$ 6. 998,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO

DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

CNPJ N° 42.650.279/0001-07

Representante Legal: Gustavo Henrique Carrega

CPF N° 084.265.219-16

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.239/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **E. TAMUSSINO E CIA LTDA**

CNPJ: 33.100.082/0001-03

ENDEREÇO RUA DO SENADO, 00260, CENTRO.

CIDADE: RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.231-006

TELEFONE: (11) 91098-2128 / (11) 99956-3552

E-MAIL: cesar.augusto@crlicitar.com.br / bruna.vieira@crlicitar.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: BRUNA VIEIRA JAQUES

RG N.º 42504159-1 SSP/SP CPF N.º 388.693.878-60

DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL: AG 1769-8 CONTA CORRENTE 3517-3.

BANCO BRADESCO: AG 1791-4 CONTA CORRENTE 8405-0.

ITENS: 16 e 17.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	DISPOSITIVO - DE PUNCAO INTRA OSSEA, ADULTO, COM AGULHA EM ACO INOXIDAVEL (EM CONFORMIDADE COM A NORMA AISI 316), COM AGULHA TROCAR EM ACO INOXIDAVEL, DIAMETRO: 1,70MM COMPRIMENTO: 33,3MM (EM CONFORMIDADE COM A NORMA AISI 304), EMBALADO UNITARIAMENTE EM GRAU CIRURGICO. REGISTRO NA ANVISA	UND	COOK C-DIN-16-3.0-T4	6	R$ 900,00	5.400,00
17	DISPOSITIVO - DE PUNCAO INTRA OSSEA, INFANTIL, COM AGULHA EM ACO INOXIDAVEL (EM CONFORMIDADE COM A NORMA AISI 316), COM AGULHA TROCAR EM ACO INOXIDAVEL, DIAMETRO: 1,70MM COMPRIMENTO: 33,3MM (EM CONFORMIDADE COM A NORMA AISI 304), EMBALADO UNITARIAMENTE EM GRAU CIRURGICO. REGISTRO NA ANVISA	UND	COOK C-DIN-16-3.0-T4	6	R$ 900,00	5.400,00
					VALOR TOTAL	**R$ 10.800,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

E. TAMUSSINO E CIA LTDA

CNPJ: 33.100.082/0001-03

Representante Legal: Bruna Vieira Jaques

CPF N.º 388.693.878-60

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.232/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**

CNPJ: 06.065.614/0001-38

ENDEREÇO: RUA C-159, Nº 686, BAIRRO: JARDIM AMERICA

CIDADE: GOIÂNIA - GO CEP: 74.255-140

TELEFONE: (62) 3928-8989 EMAIL: financeiro01@supermedica.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: AGNALDO DO CARMO CHAGAS

RG: 3628359 DGPC/GO E CPF: 895.030.901-72

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA: 44148-3 – C/C: 41.297-X.

ITENS: 05, 28 e 33.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	AVENTAL DE PVC BRANCO TAMANHO MÉDIO	UND	POLARFIX	30	R$ 5,46	R$ 163,80
28	HIPOCLORITO 1% PO 1 KG PARA LAVAGEM DE MASCARA DE NEBULIZAÇÃO	UND	PROLINK	1.750	R$ 16,76	R$ 29.330,00
33	TERMOMETRO - CLINICO AURICULAR, LEITOR INFRAVERMELHO COM PROTETORES, LUZ QUE CONFIRMA A POSICAO CORRETA PARA UM RESULTADO EXATO, PONTA FLEXIVEL E MACIA, BOTAO DE LIGA E DESLIGA E MEDICAO DA TEMPERATURA RAPIDA E PRECISA, FUNCIONAMENTO A PILHA, PLASTICO RIGIDO, RESULTADO DIGITAL COM MEMORIA PARA 8 LEITURAS, CAPA PROTETORA PARA A PONTA, COM REFIS DE HIGIENE, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE, GARANTIA DE 12 MESES APROVADO PELA PORTARIA INMETRO/ REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UND	G-TECH	12	R$ 65,64	R$ 787,68
					VALOR TOTAL	**R$ 30.281,48**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ N° 06.065.614/0001-38

Representante Legal: Agnaldo Do Carmo Chagas

CPF N° 895.030.901-72

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.235/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 00.802.002/0001-02

ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 FUNDO CANOAS

CIDADE: RIO DO SUL- SC CEP: 89163-554

TELEFONE: (47) 3520-9000, Fax: (47) 3520-9004

E-MAIL: licitacoes@altermed.com.br ou altermed@altermed.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: MAICON CORDOVA PEREIRA

CPF: 015.886.939-70

DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ - AGÊNCIA: 8483 - CONTA CORRENTE: 06341-1.

ITENS: 01, 08, 19 e 31.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AQUECEDOR DE SORO - AQUECEDOR DE SORO HOSPITALAR COM CAPACIDADE DE 500/250/100ML E DISPLAY DIGITAL, GARANTIA DE 06 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	UND	SONOBEL	4	R$ 380,00	R$ 1.520,00
08	BANDEJA DE AÇO INOX MED. 42X30X4,5CM FORMATO RETANGULAR SEM ALÇA MODELO LISA	UND	FORTINOX	15	R$ 148,10	R$ 2.221,50
19	ESCADA COM 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL	UND	OLIMEDIC	120	R$ 223,00	R$ 26.760,00
31	SUPORTE PARA SABONETE LÍQUIDO/ÁLCOOL GEL - DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO UTILIZA REFIL COM 800 ML OU RESERVATÓRIO. CORES: FRENTE VERDE ACRÍLICO TRANSLUCIDO E FUNDO CINZA, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIÁVEL ATÉ 10%): 12 CM DE PROFUNDIDADE, 11 CM DE LARGURA E 26 CM ALTURA.	UND	PREMISSE	200	R$ 42,396	R$ 8.479,20
					VALOR TOTAL	**R$ 38.980,70**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ N° 00.802.002/0001-02

Representante Legal: Maicon Cordova Pereira

CPF N° 015.886.939-70

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.241/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:**CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

CNPJ: 05.443.348/0001-77

ENDEREÇO: AV SEGUNDA RADIAL, Nº 363, SETOR: PEDRO LUDOVICO

CIDADE: GOIÂNIA - GO CEP: 74.280-090

TELEFONE: (62) 3241-8277 / (62) 98100-9160

E-MAIL: centermedica.hospitalar@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: MARIA BETÂNIA SILVA ROCHA VIDAL

CPF N° 438.940.891-72.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 3227-1 C/C: 5436-4.

ITENS: 15, 18 e 30.

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	DETERGENTE ENZIMATICO - BIODEGRADAVEL, DESINCRUSTANTE, ESPECIFICO PARA LIMPEZA MANUAL E AUTOMATICA DE INSTRUMENTAIS E OUTROS ARTIGOS NAO CORROSIVO, COM NO MINIMO 6 ENZIMAS: LIPASE, CARBOIDRASE, ALFA-AMILASE, CELULASE, PROTEASE E PEPTIDASE, ASSOCIADAS A COMBINACAO ATIVA, COM DILUICAO DE 2-5 ML/ L, COM TEMPO DE EXPOSICAO DE 2 A 5 MINUTOS, COM REGISTRO NA ANVISA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA ACONDICIONADO EM GALÃO DE 5 LITROS	UND	PROLINK	350	R$ 108,00	R$ 37. 800,00
18	ENTERAL, DISPOSITIVO PARA ADMINISTRACAO DE INFUSAO DE SOLUCOES ENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUÇÕES (FRASCO OU BOLSA) A SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL DE SISTEMA FECHADO. PERFURADOR PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE DE GOTEJAMENTO, CONEXÃO LUER SLIP OU ESCALONADO, ESPECIFICO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, PREVENINDO RISCOS DE UTILIZAÇÃO, ESTERIL ATOXICO EPIROGENICO. EQUIPO COMPATIVEL A BOMBA DE INFUSÃO DA MARCA LIFEMED	UND	EMBRAMED	300	R$ 3,40	1,020,00
30	REFIL ALCOOL EM GEL 800ML LIQUIDO GELATINOSO ANTISEPTICO	UND	PROLINK	500	R$ 18,90	R$ 9. 450,00
					VALOR TOTAL	**R$ 48. 270,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa 29 de Setembro de 2022.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

CENTERMÉDICA PROD. HOSP LTDA

CNPJ N°05.443.348/0001-77

Representante Legal: Maria Betânia Silva Rocha Vidal

CPF n° 438.940.891-72

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.234/2022

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 156/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 043/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/09/2022**, cujo objetivo é **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM COMO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº **7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:**

(§ 3º - As aquisiçõesou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.]

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de Setembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA**

CNPJ: 04.724.729/0001-61

ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE RODRIGUES ALVES, 435, QD. 14, LT. 20 SETOR FAIÇALVILLE II-

CIDADE: GOIÂNIA - GO CEP 74.350-115 –

TELEFONE / FAX: (62) 3945-0350 E-MAIL: maxlab@terra.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: CLEUBER ACERLY DE OLIVEIRA

RG: 4432702/2°VIA SSP/GO E CPF: 394.522.801-82

DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ, AGENCIA, 4308, CONTA 00186-8

ITENS: 26 e 27

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	FRASCO PARA LABORATÓRIO, VIDRO, 1000 ML, BOCA LARGA, TAMPA ROSCAVEL COM VEDAÇÃO	UND	GLOBAL	350	R$ 34,78	R$ 12.173,00
27	FRASCO PARA LABORATÓRIO, VIDRO, 500 ML, BOCA LARGA, TAMPA ROSQUEAVEL COM VEDAÇÃO	UND	GLOBAL	350	R$ 24,34	R$ 8.519,00
					VALOR TOTAL	**R$ 20.692,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 446 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0600

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 445 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 05 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

COD. RED.: 844 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE.: 0500

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	PORTARIA
HOSPITAL	FERNANDA MAIA CARNEIRO CPF: 031.215.021-07	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CLEYTON GEOVAN KREMER DE CESARO CPF.: 010.591.161-54	229/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA

CNPJ n° 04.724.729/0001-61

Representante Legal: Cleuber Acerly de Oliveira

CPF n° 394.522.801-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
DECRETO Nº 052/2022

"Estabelece ponto facultativo na Administração Pública Municipal, nos dias que menciona".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com base no artigo 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal no dia 03 de outubro de 2022, em razão do feriado municipal do dia 04 de outubro, Dia do Padroeiro do Município.

Art. 2º. - O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e as paralisações das secretarias municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão, a ser fixado pelos respectivos secretários, observando o número mínimo de servidores para o atendimento regular dos serviços.

Art. 3º. - Os servidores cedidos à JUSTIÇA ELEITORAL, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 4°. - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 28 de setembro de 2022.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N° 033/2022 PROCESSO Nº 126/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que houve a RETIFICAÇÃO DO EDITAL, Processo N° 126/2022 Pregão Eletrônico – SRP N° 033/2022, **OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA DE RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU-MT"** a retificação se dá devido a RETIRADA dos itens 1 e 2, e ALTERAÇÃO de descrição dos materiais nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 do item 5, no item 9.2.1 e no item 10.1 do Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

A abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 04 de outubro de 2022 às 09:00 horas, até odia 28 de outubro de 2022 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 28 de outubro de 2022 às 09:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, obser-

vadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.brou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.bre https://comprasbr.com.br/.

Cotriguaçu, 03 de outubro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 170/2022

Contratado: **MAIARA DOS SANTOS OLIVEIRA**

Vigência: **13/09/2022 à 16/12/2022**

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 1.134/2021, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021, no Cargo de**AUXILIAR DE SALA**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 1.212,00 (Um Mil Duzentos e Doze Reais).

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº 040/2022 PROCESSO Nº 136/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 040/2022, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO CENTRO E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU-MT".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **14 (quatorze) de outubro de 2022 as 13:30hs,** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência. Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247 / (66) 3555-1224. Cotriguaçu-MT, 03 de outubro de 2022. **Olirio Oliveira dos Santos - Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 169/2022

Contratado: **SAMARA TEREZINHA BELINI**

Vigência: **14/09/2022 à 31/12/2022**

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 1.134/2021, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021, no Cargo de**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Valor Mensal: R$ 1.321,72 (Um Mil Trezentos e Vinte e Um Reais e Setenta e Dois Centavos).

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 090/2022

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-Mt, inscrita no cnpj/mf sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Srº: **Olirio Oliveira Dos Santos**, que doravante passa a ser identificado e chamado de **"contratante"**, e a empresa **STILO BUS TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA CNPJ: 03.071.588/0001-62,** endereçada em **Logradouro AV. Fernando Correa da Costa, Número: 5898, Complemento: Sala C, CEP: 78.080-300, Bairro/Distrito: Parque Ohara, Município: Cuiabá, UF: MT** denominado **"contratado"**. Objeto:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE/PASSAGENS RODOVIARIAS (passagens de ônibus)".**

Valor: O presente contrato tem o valor global de **R$ 95.058,00 (Noventa e cinco mil e cinquenta e oito reais),** que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

Vigência: O presente contrato tem vigência de **02 de outubro de 2022 até 31 de dezembro de 2022** podendo ser prorrogado.

Cotriguaçu-MT, 03 de Setembro de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 168/2022

Contratado: **EDILY LAVINIA MOURA**

Vigência: **12/09/2022 à 31/12/2022**

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 1.134/2021, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021, no Cargo de**AGENTE ADMINISTRATIVO**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Valor Mensal: R$ 1.518,72 (Um Mil Quinhentos e Dezoito Reais e Setenta e Dois Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 167/2022

Contratado: **ELIZANGELA CORREA DA SILVA**

Vigência: **01/09/2022 à 16/12/2022**

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 1.134/2021, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021, no Cargo de**AUXILIAR DE SALA**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 1.212,00 (Um Mil Duzentos e Doze Reais).

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 035/2022 PROCESSO Nº 128/2022

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico- SRP nº 035/2022.

A empresa: NITROVALLE DISTRIBUIDORA DE NITROGÊNIO LIQUIDO EIRELI CNPJ: 10.176.887/0001-27, foi vencedora da licitação do item: 1. Com o valor global de R$ 16.350,00

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº

8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 128/2022

b) Licitação Nr.: 035/2022

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação: 27/09/2022

e) Objeto da Licitação: "AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 059/2020

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato nº 059/2020, de origem do PROCESSO DE COMPRA Nº 101/2020 na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 006/2020, do objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DO TIPO CLINICO GERAL PARA SUPORTE EMERGÊNCIAL DEVIDO A PANDEMIA COVID-19 CENTRO E MÉDICO PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO (RURAL) PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67 localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725 – Centro – Cotriguaçu / MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal**, Srº: Olirio Oliveira Dos Santos,** doravante denominada **"CONTRATANTE" e a empresa:HUMBERTO RESENDE OURADO CNPJ: 31.676.197/0001-07,**endereçada em Logradouro Rua Simião Arraya, Nº 334, Cep 78.600-000, Bairro/Distrito Cidade Velha, Município Barra Do Garças-MT, **denominado** "CONTRATADO"**, conforme cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 08 de outubro de 2022 até 16 de outubro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu, 30 de setembro de 2022.

_____

PREFEITURA MUN.DE COTRIGUAÇU

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE

_____

HUMBERTO RESENDE OURADO

CNPJ: 31.676.197/0001-07

CONTRATADO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 2° ADITAMENTO DO CONTRATO: 164/2022

Contratado: **MARIA DE JESUS RODRIGUES RIBEIRO**

Prorrogação Vigência: **06/09/2022 à 18/10/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 2° ADITAMENTO DO CONTRATO: 084/2022

Contratado: **CELINA FERREIRA DE ALMEIDA**

Prorrogação Vigência: **12/08/2022 à 30/09/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 2° ADITAMENTO DO CONTRATO: 142/2022

Contratado: **ALCIENE VIEIRA COSTA GRAPIUNA**

Prorrogação Vigência: **30/09/2022 à 13/10/2022**

AVISO DE CONVOCAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDA COLOCADA DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 020/2022 PROCESSO 069/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a convocação da empresa **ADAIR BUENOS AIRES 11569727287 CNPJ 44.786.977/0001-51**, segunda colocada dos itens 1, 2, da ata de registro de preço 028/2022 que advém do pregão presencial 020/2022 processo 069/2022 do **objeto : "AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX E SELF SERVICE, NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO".** homologado no dia 07 do mês de junho do ano de 2022, teve como ex-vencedor do item a empresa **LUZIA GOMES DE OLIVEIRA 04650128684 CNPJ 46.397.522/0001-70,** que solicitou liberação do preço registrado por ele dos itens 1, 2, nos termos da clausula sexta da ata de registro de preço 028/2022.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

Nos termos do Art. 19, inciso I, do Decreto Federal n° 7.892/2013, libera a empresa **LUZIA GOMES DE OLIVEIRA 04650128684 CNPJ 46.397.522/0001-70,** do compromisso assumido ante a informação formalizada no dia 22/09/2022**.** Convoca-se a empresa segunda colocada do certame**: ADAIR BUENOS AIRES 11569727287 CNPJ 44.786.977/0001-51**dos itens:

1 - FORNECIMENTO DE MARMITAS GRANDE TIPO QUENTINHAS COM ARROZ TIPO 1, FEIJÃO TIPO 1, MACARRÃO, FAROFA, SALADA E HORTALIÇAS E VARIEDADE DE CARNE BRANCA E VERMELHA (NOVA UNIÃO)**, para assumir o item ofertado pela mesma, no valor de**

R$ 42.264,00 (Quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais), conforme ordem de classificação.

2 - ALIMENTAÇÃO - ALMOÇO/JANTA - TIPO SELF SERVICE COM ARROZ TIPO 1, FEIJÃO TIPO 1, MACARRÃO, FAROFA, SALADA E HORTALIÇAS E VARIEDADE DE CARNE BRANCA E VERMELHA. (NOVA UNIÃO), para assumir o item ofertada pela mesma, no valor de R$ 52. 925,00 (Cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme ordem de classificação.

Cotriguaçu-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT

CONTRATANTE

_____

ADAIR BUENOS AIRES 11569727287

CNPJ 44.786.977/0001-51

CONTRATADA

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 3° ADITAMENTO DO CONTRATO: 085/2022

Contratado: **CÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS**

Prorrogação Vigência: **30/09/2022 à 13/10/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 4° ADITAMENTO DO CONTRATO: 030/2022

Contratado: **REINIELE ANTUNES DOS SANTOS**

Prorrogação Vigência: **06/07/2022 à 22/11/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 171/2022

Contratado: **CARLA SOARES DE OLIVEIRA**

Vigência: **12/09/2022 à 29/09/2022**

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 1.134/2021, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021, no Cargo de**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 1.212,00 (Um Mil Duzentos e Doze Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2022/PMC 1ª REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD, mediante a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº **304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022**, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO PARCIAL** do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, do processo administrativo nº **049.229/2022**, cujo objeto é o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (RESTAURANTES) PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NUTRICIONALMENTE ADEQUADAS À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme abaixo:

EMPRESAS INTERESSADAS PARA O CREDENCIAMENTO	LOCAL DE INTERESSE	CREDENCIAMENTO
CLEIDE DE MELO 04087157903	CRAS REGIONAL SUL GETÚLIO VÁRGAS	DEFERIDO
CARLOS DE ANUNCIAÇÃO RONDON	CRAS REGIONAL SUL PEDRA 90	DEFERIDO

Cuiabá/MT, 30 de setembro de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2022/PMC

A **AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ – ARSEC**, neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 303/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº. 045/2022/PMC**, processo administrativo nº 064.774/2022, que tem como objeto a "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA, SOBRE A OPINIÃO DOS USUÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EXECUTADOS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO; E DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO, AMBOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E SEUS DISTRITOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ – ARSEC*".

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

De acordo:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Neste ato, também, o Diretor da **AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ – ARSEC**, no uso de suas atribuições **ADJUDICA e HOMOLOGA**, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

EMPRESAS	LOTES	VALOR TOTAL
CONSULTING DO BRASIL - CONSULTORIA & INTELIGENCNE 12.078.030/0001-08	01	R$ 59. 975,00
OPINIAO ESTATISTICA EIRELI 18.697.679/0001-85	02	R$ 38. 490,00

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2022.

ALEXANDRO ADRIANO LISANDRO DE OLIVEIRA

Diretor Presidente Regulador

ARSEC

AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 037/2022/PMC

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB**, neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 303/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados o **RESUL-**

TADO FINAL da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico/SRP nº. 037/2022/PMC**, processo administrativo nº 064.774/2022, que tem como objeto a "*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOB DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS VIAS URBANAS DE CUIABÁ-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO TERMO DE REFERÊNCIA".*

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

De acordo:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Neste ato, também, o Secretário da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB**, no uso de suas atribuições **ADJUDICA E HOMOLOGA**, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

EMPRESAS	LOTES	VALOR TOTAL
COMERCIAL GOIS EIRELI – ME 19.248.658/0001-45	01	R$ 79. 200,00
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI 17. 592.525/0001-66	02, 04, 05	R$ 682. 000,00
LIFE CLEAN COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI 43.219. 256/0001-05	03	R$ 77. 400,00

Cuiabá/MT, 03 de Outubro de 2022.

Ewerton Rodrigo Souza Silva

Secretário Adjunto Municipal de Mobilidade Urbana

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022/PMC 1ª REPUBLICAÇÃO

A Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **ADJUDICA E HOMOLOGA O RESULTADO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, do processo administrativo nº 049.229/2022, cujo objeto é o "**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (RESTAURANTES) PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NUTRICIONALMENTE ADEQUADAS À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS",** conforme abaixo:

EMPRESAS INTERESSADAS PARA O CREDENCIAMENTO	LOCAL DE INTERESSE	CREDENCIAMENTO
CLEIDE DE MELO 04087157903	CRAS REGIONAL SUL GETÚLIO VÁRGAS	DEFERIDO
CARLOS DE ANUNCIAÇÃO RONDON	CRAS REGIONAL SUL PEDRA 90	DEFERIDO

Cuiabá/MT, 30 de setembro de 2022.

Hellen J. Ferreira de Jesus

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SADHPD

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

AVISO DE RESULTADO DA PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA Nº. 007/2022/PMC 2ª PRORROGAÇÃO

ASECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS** referente à **CONCORRÊNCIA Nº. 007/2022/PMC 2ª PRORROGAÇÃO**, processo administrativo nº 086.320/2021, que tem por objeto oREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A **EXECUÇÃO DE ONDULAÇÃO TRANSVERSAL (LOMBADA TIPO A E TIPO B), FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES EM CBUQ E REMOÇÃO DE ONDULAÇÃO TRANSVERSAL (LOMBADA TIPO A E TIPO B), FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS**, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

LICITANTE	RESULTADO
FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	CLASSIFICADA

Desde já, fica assegurado a todos os interessados, a aplicabilidade dos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, ambos da Lei de Licitações.

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 296/2022

REVOGA PORTARIA 130/2022 QUE DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Revogar portaria 130/2022 Designando os servidores CRISTIANO DOS SANTOS NASCIMENTO matrícula funcional n° 1863, efetivo no cargo de Agente Administrativo como Fiscal Titular e FABIANA DE SOUZA BEZERRA matrícula funcional n° 243, efetiva no cargo de Agente de Vigilância Sanitária como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 025/2022.

Art. 2º - Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em assessoria, consultoria e elaboração de estrutura administrativa, estatuto dos servidores, elaboração de novo lotacionograma e plano de cargos, carreiras e salários para a Prefeitura do Município de Curvelândia/MT.

Art. 3º - Os servidores ora designados, não serão remunerados por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2022

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 inciso IV, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 131/2022, Dispensa de Licitação nº 055/2022, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO NA ESPECIALIDADE PROFESSOR DE MÚSICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICPAL DE CURVELÂNDIA – MT. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: LUCIANO ANTÔNIO NEVES - MEI, inscrita no CNPJ nº 47.539.922/0001-35, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Curvelândia/MT, 03 de outubro de 2022.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 300/2022

NOMEIA SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando o Edital Complementar 012/2022 que dispõe sobre o resultado oficial da eleição suplementar para membro suplente do conselho tutelar;

Considerando a escala de férias dos Conselheiros Tutelares Titulares do cargo,

RESOLVE,

Art. 1º - Alterar portaria 253/2022 que nomeia conselheira suplente Sra. ROSILENE CUSTODIO DE OLIVEIRA, matricula funcional n° 3107, para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, enquanto durar as férias dos(as) titular do cargo, como segue:

Enquanto durar atestado(s) ou férias do(s) titular(es) do(s) cargo(s).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 301/2022

NOMEIA SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando o Edital Complementar 012/2022 que dispõe sobre o resultado oficial da eleição suplementar para membro suplente do conselho tutelar;

Considerando a escala de férias dos Conselheiros Tutelares Titulares do cargo,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear conselheira suplente Sra. MARIA VANICLEIDE DA SILVA PEREIRA, matricula funcional n° 3117, para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, enquanto durar as férias dos(as) titular do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 298/2022

EXONERA SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar LUCIENE DE SOUZA GOLDINHO, matricula funcional n° 3091, lotada na Secretaria de Assistência Social do cargo de SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2022

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das suas atribuições, e em conformidade com o Art. 75, inciso I – da Lei Federal 14.133/2021, autoriza **Dispensa de Licitação nº 054/2022**, **Processo Licitatório nº 130/2022**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSÃO C-M30 e RR-2C E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DE SUBLEITO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT.

Curvelândia/MT, 03 de outubro de 2022.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 299/2022

NOMEIA **CONSELHEIRA TUTELAR**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando o Edital Complementar 012/2022 que dispõe sobre o resultado oficial da Eleição suplementar para membro suplente do conselho tutelar do Município de Curvelândia – MT.

Considerando a Vacância do cargo em razão da Renúncia de membro titular de Conselheiro Tutelar;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear conselheira suplente Sra. **LUCIENE DE SOUZA GOLDINHO**, matricula 3091 para exercer o cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR,** para o quadriênio 2020/2023.A mesma passa a assumir o cargo de titular a partir dessa data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 297/2022

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia – Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Leis,

RESOLVE,

Art. 1º - DECLARAR vacância do Cargo de Conselheiro Tutelar, ocupado pela Servidora ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula funcional 2914, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01/10/2022, por Renúncia, conforme previsto no Art. 30, da Lei Complementar nº 128 de 03 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA TRIBUTÁRIA COM VISTA A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA LOCALIZAÇÃO, APURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E CONSULTORIA TÉCNICO – LEGISLATIVA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

VALOR: R$ 70.002,60 (Setenta mil Dois reais e Sessenta centavos).

CONTRATADO: **BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.** CNPJ Nº30.936.635/0001-66.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 21 DE SETEMBRO DE 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 002/2022.

OBJETO: **SOLIC. P/ LICITAR EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E/OU CONSULTORIA APOIO E RESOLUÇÃO PARA PROBLEMAS TÉCNICOS, COM SUPORTE REMOTO A SISTEMA, CONSULTORIA VOLTADO PARA CONTROLE SOCIAL, CONTABILIDADE PÚBLICA E CONTROLE INTERNO.**

VALOR: **R$ 177.201,30 (Cento e setenta e sete mil Duzentos e um reais e Trinta centavos).**

PRAZO: **10 (DEZ) MESES.**

CONTRATADO L. M. DE BARROS - CONSULTORIA E ASSES EM GEST PUBLICA, CNPJ sob o nº 03.640.096/0001-40.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2022

A Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, neste ato representado pelo Pregoeiro Oficial, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletrônico n° 036/2022, com a **alteração no anexo I do Edital,** e alterar a data de realização do mesmo para o dia **17 de outubro de 2022 às 08:00 horas** (horário local). Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. O edital completo está disponível na plataforma e no site da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 03 de outubro de 2022.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2022.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS DE RAIO-X, PARA ATENDER A DEMANDA DO ESF DECIOLANDIA, COM INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO LOCAL, SENDO DISPONIBILIZADOS MATERIAIS E INSUMOS.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

VALOR: R$144.720,00 (Cento e quarenta e quatro mil Setecentos e vinte reais).

CONTRATADO:RODRIGO DA SILVA MOCHEUTI 22608804870. CNPJ sob o n.º 23.091.922/0001-57.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 548/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **LEANDRO MONTEIRO DA SILVA,** portador do RG nº 1860790-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 019.820.931-29, como **Fiscal do Contrato nº 130/2022**, cujo OBJETO é: **contratação de empresa capacitada para prestação de serviço com transporte de passageiro para atender o município de diamantino-MT. Em atendimento a ação civil pública – processo nº 1001921-81.2020.8.11.0005.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de outubro 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2022

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que realizara a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial n° 029/2022, que tem objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE DIAMANTINO/MT.** A abertura dos envelopes será realizada em **18/10/2022, às 08:00 horas,** na sala de licitação da prefeitura de Diamantino/MT.

O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 03 de outubro de 2022.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO CHAMAMENTO PUBLICO 03/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL PARA CHAMAMENTO PUBLICO 03/2022

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022

O Município de General Carneiro , torna público que estará recebendo em sua sede à **Avenida Delson Rodrigues, s/n**, sala de Licitação, no período de **03/10/2022** a 03/11/2022, nos dias úteis, no horário de 07:00 às 12:00 horas, **através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para o CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos;**

O Objeto do presente Edital é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E EXAMES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT

RETIRADA DO EDITAL: solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br site oficial www.generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro

A documentação completa do edital poderá ser examinada a partir do dia 04 de Outubro de 2022, na sede da prefeitura Municipal de general Carneiro av Delson Rodrigues s/n Cetro **INFORMAÇÕES: P**oderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153.

GENERAL CARNEIRO -MT, 03 de Outubro de 2022.

Nelma Aparecida Gomes de Oliveira

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022 REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2022

O Município de Glória D'Oeste – MT, informa aos interessados do ramo pertinente, que foi republicado o aviso de licitação do Pregão Presencial sob o n° 05/2022, Processo Administrativo nº 061/2022, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para Aquisição de Ensiladeira, conforme quantidade e especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

A ABERTURA dos envelopes dar-se-á no dia **19 de outubro de 2022, às 08h30min** no Paço Municipal.

INFORMAÇÕES: O edital em inteiro teor e seus anexos estará à disposição dos interessados, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no seguinte endereço: Av. dos Imigrantes, nº 2000, Centro, CEP: 78.293-000, na Cidade de Glória D'Oeste - MT e poderá ser obtido também através de solicitação no email : licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br .

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3275-1105.

Município de Glória D'Oeste/MT, 03 de outubro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Prefeita.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2022

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste/MT, comunica aos interessados a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto a Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para os veículos e maquinários pertencentes a frota do município de Glória D'Oeste – MT, para as empresas : VG AUTO PEÇAS LTDA**,** inscrita no CNPJ nº 38.177.269/0001-10 – Itens : 01, 14, 20, 21, 35 e 53, CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVES – ME, inscrita no CNPJ nº 27.519.759/0001-31 – Itens : 09, 10, 11, 13, 18, 22, 23, 25, 28, 50, 52 e 54, R. T. DE RAMOS AUTO CENTER EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº 23.304.952/0001-02 – Item 36, PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.532.991/0001-41 – Itens : 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 12, 15, 16, 17, 19, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 51.

Glória D'Oeste/MT, 03 de Outubro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

Publique – se.

DECRETO Nº 1048 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - "HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

A PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, concernente ao Edital nº. 001/2022, à vista da Comissão do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos vagos ao quadro de contratados da Administração Municipal, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens publicadas em 30.09.2022, no endereço eletrônico: **https:/ /www.gloriadoeste.mt.gov.br / e https://www.amm.org.br**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Glória D'Oeste – MT, aos 03 dias do mês de outubro de 2022.

GUEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EDITAL DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado do Processo Licitatório Modalidade de Tomada de Preço 003/2022, cujo objetivo é Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Construção da 2° ETAPA PRAÇA VILA MARIANA, marcado para abertura dia 27/09/2022, foi vencedora do Certame a empresa Rigolei Planejamento de Obras Eireli, inscrita no CNPJ Nº: 19.***.***/***-60, sediada na Rua F, 113, areão, Cuiabá-MT, por atender as exigências do edital e o ofertar o menor preço para o item, maiores informações poderá ser solicitado pelo e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com) e site www.indiavai.mt.gov.br. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí MT, 03 de outubro de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 010 DE SETEMBRO DE 2022

RESOLUÇÃO 010 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Posse da 1ª suplente eleita na eleição suplementar do Conselho Tutelar realizada em 07/08/2022, a **Srª Maria Alves Gomes** para suprir o período de gozo de Férias das conselheiras tutelares no cargo do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT. Conforme o cronograma de férias apresentado pela Coordenadora do Conselho Tutelar de Indiavai-MT.

CONSIDERANDO, A Lei Federal 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA.

CONSIDERANDO, As modificações nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA), introduzidas pela Lei nº 12.696/2012, que trata do novo processo de escolha dos conselheiros tutelares data unificada em todo território nacional.

CONSIDERANDO, a Resolução Nº 170/2014 do CONANDA que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada e todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 517 de 12 de Dezembro de 2012, que regulamenta a política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes no município de Indiavaí MT e dá outras providências.

CONSIDERANDO, Resolução do CMDCA de nº 001 de 02 de Junho de 2022, que Trata da Eleição suplementar para escolha de membros suplentes diretas do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT - 2022/2023.

CONSIDERANDO, A Resolução do CMDCA nº 006 de 26 Julho de 2022**,** que dispõe sobre Relação de Candidatos hábitos a concorrerem no processo de escolha de eleição suplementar a vagas de Membro suplentes do Conselho Tutelar de Indiavaí ano 2022/2023.

CONSIDERANDO, a Resolução do CMDCA de nº 007 de 08 Agosto de 2022, que dispõe sobre o resultado de eleição suplementar a vagas de membros suplentes do conselho tutelar de Indiavai-MT ano 2022/2023.

CONSIDERANDO, a realização do Pleito Eleitoral para Escolha de Membros suplentes do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT, sob Ata Nº155 de 07 de Agosto de 2022.

CONSIDERANDO, a Portaria nº 69/2021 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiavaí-MT, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal de nº 517 de 12 de Dezembro de 2012 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município.

CONSIDERANDO, apresentação do cronograma de férias das conselheiras tutelares de Indiavai-MT.

CONSIDERANDO, a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiavai-MT, realizada no dia 29 de Setembro do ano de 2022, ás 08:00hs, Ata de nº 156.

CONSIDERANDO, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiavaí-MT, realizada no dia 03 de Setembro de 2022, ás 08:00hs, conforme a Ata de nº 157.

RESOLVE:

Artigo I – Dar posse de acordo com a Classificação da 1ª suplente a **Srª Maria Gomes Alves,** para suprir o período de gozo de Férias das conselheiras tutelares no cargo de Conselheira Tutelar de Indiavaí/MT. Conforme o cronograma de férias apresentado pela Coordenadora do Conselho Tutelar de Indiavai-MT, ficando da seguinte forma das férias: Mês de Outubro - Luzinete Alves de Moraes; Mês de Novembro - Elisandra Batista da Silva Neves; Mês de Dezembro – Regina dos Santos Jacinto. Conforme o cronograma apresentado em anexo.

Artigo II – A posse ocorreu com a entrega das documentações apresentada pela Srª Maria Gomes Alves que atendeu os critérios através Resolução 009/2022, que dispõem da Convocação do 1º Suplente a cargo de conselheira tutelar para suprir o período de gozo de férias, conforme acima descrito.

Artigo III - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí/MT, 03 de Outubro do ano de 2022.

_____

Irley Pinto Damasio

Presidente do CMDCA Indiavaí-MT

Esta Resolução foi publicada no átrio do Executivo no site diariomunicipal.org/mt/amm

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 108/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ: 02.416.362/0003-55

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 1.500 (MIL E QUINHENTAS) HORAS DO CAMINHÃO BASCULANTE – PLACA: RAX5D83 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV. PÚBLICOS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ 2.502,10 (dois mil quinhentos e dois reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2022

VIGÊNCIA: 02/12/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 267/2022

DATA: 03 de outubro de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Neimar da Silva, inscrito no CPF n° ***.663.701-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 108/2022**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.416.362/0003-55, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 1.500 (MIL E QUINHENTAS) HORAS DO CAMINHÃO BASCULANTE – PLACA: RAX5D83 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV. PÚBLICOS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Taciane Raquel Kanieski, portadora do CPF n° ***.033.171-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 03 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

JEFERSON DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **17 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09H00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 03 de outubro de 2022.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 425, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 425, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre a Alteração dos servidores para comporem a Equipe Técnica desta Prefeitura responsável pelas licitações na modalidade Pregão no exercício financeiro de 2022, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV e VI, e art. 95, inciso XXI, combinado com a Lei 10.520/2000,

CONSIDERANDO a necessidade e a obrigatoriedade da instituição de Equipe Técnica responsável pelas Licitações na Modalidade Pregão, em cumprimento à legislação epigrafada, atendendo às normas para licitações e contratos da Administração Pública, e de outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração da Portaria nº 259 de 08 de Junho de 2022 para a inclusão de mais um servidor efetivo do Poder Executivo para compor a Equipe Técnica de licitações, na modalidade pregão.

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam designados para o exercício da função de pregoeiro e integrarem as equipes de apoio dos pregões os seguintes servidores:

I. JULIANE PRESOTTO CPF: 030.805.271- 43. **II. ALOÍZIO MAGNO FISCHER LOPES JUNIOR** CPF-MF: 115.064.656-09 **III. RAQUEL CAMPOS GONZAGA DE SOUZA** CPF-MF: 615.701.251 – 04. **IV. LUCIANO RODRIGUES DA SILVA** CPF**:** 907.480.001-78 **V. LUCIANA GONÇALVES RIBEIRO** CPF: 046.295.481-14 **VI. CRISTIANE ROSSONI** CPF: 654.681.201-00 **VII. ANTÔNIO CESAR FONSECA** CPF: 240.642.701-34 **VIII. AGUINALDO FURTADO DE MORAIS** CPF: 432.994.401-44

Art. 2º O edital de cada pregão indicará o pregoeiro e os integrantes da equipe de apoio que nele atuarão.

§ 1º Em cada pregão, a equipe de apoio terá, no mínimo, três integrantes.

§ 2º Em caso de impedimento do pregoeiro indicado, será ele substituído por outro servidor dentre os demais designados no art. 1º desta Portaria.

§ 3º Em caso de impedimento de servidor indicado para integrar a equipe de apoio, o pregoeiro convocará substituto dentre os demais servidores designados no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Nos contratos publicados anteriormente a Portaria nº 259 de 08 de Junho de 2022 continuará vigendo até sua finalização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2022.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 30 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 426, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 426, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obediência a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal n° 7.892/2013, Decreto Federal n° 9.488/2018, Decreto Municipal nº 082/2019 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e, das demais normas legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o Termo De Colaboração Nº 01/2022 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Termo de Colaboração nº 01/2022, firmado entre **o MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT** e **A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO E A FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ENSINO PARA FORMAÇÃO EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL, NO NÚCLEO PEDAGÓGICO DE ITIQUIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.157/2021, sendo:**

1- AMSTERDAN RODRIGUES DE ARAGÃO

CPF: 795.120.461-72

CARGO: RECEPCIONISTA

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 152 de 30 de março de 2022.

Art. 4°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 003/2022

OBJETO: Contratação de empresa de advocacia, para prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica no acompanhamento da Organização Administrativa Municipal, Implantação e Regulamentação da Nova Lei de Licitação nº 14.133/2021, conforme abaixo detalhado, com visita mensal in loco (01 vez ao mês), bem como, atendimento de consultas via telefone, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico disponível.

a) A empresa prestará assessoria jurídica na ramificação do Direito Público, na área de Licitação e Contratos, comprometendo-se a desempenhar com zelo as atividades do seu encargo, atuando em defesa de tais demandas, buscando dar a melhor solução aos casos em concreto, propondo a organização administrativa e implantação da NLL. Bem como, regulamentar a nova lei, através de decretos e resoluções, possibilitando a correta implantação e regulamentação, em conformidade com os padrões fixados pelo ordenamento jurídico.

b) Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica compreendem:

Acompanhar todos os procedimentos relacionados a implantação da Nova Lei de Licitação, fornecendo pareceres sempre que necessário;Orientar sobre as mudanças da nova lei e sua aplicabilidade nos casos concretos, propondo adequações das normas direcionada a cada pasta; Padronizar as peças necessárias na composição do processo licitatório e suas etapas: “Estudo técnico preliminar; Termo de Referência; Minutas de Edital; Minutas de Contratos; Pesquisa de Preços”; Implantar e estruturar os processos para promover a eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações, por meio eletrônico, em conexão com o Portal Nacional de Compras Públicas; Elaborar os decretos, resoluções ou quaisquer outros atos regulatórios, a fim de promover o cumprimento dos padrões fixados pelo ordenamento jurídico; Regulamentar a Nova Lei de Licitação, expedindo regulamentações ou normatizações específicas (atos legislativos e administrativos) com base na sua estrutura organizacional e realidade, tendo como referência as regras definidas na legislação e nas regulamentações expedidas pela união; Realizar treinamento através do escritório ou em parceria com terceiros, a fim de promover a capacitação dos servidores, a luz da NLL; Sugerir conjunto de regras que empregue técnicas e métodos compilados com fulcro na NLL, com o objetivo de padronizar os procedimentos e de garantir a segurança jurídica; Prestar informações sobre as principais mudanças ocorridas nas Lei 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11.

COMPOSIÇÃO DO VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de consultoria na revisão de estrutura administrativa organizacional da entidade para atender à NLLC, e acompanhamento na elaboração dos processos licitatórios.	06 Meses	R$ 5. 000,00	R$ 30. 000,00
02	Contratação de empresa especializada para realização de Implantação de todos tipos de regulamentos locais de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos, capacitação e treinamento.	01 Serv.	R$ 38. 000,00	R$ 38. 000,00

Examinados os autos que compreendem a inexigibilidade nº 003/2022, para a contratação do objeto acima detalhado, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itiquira-MT, portadora do CNPJ 00.176.362/0001-38, com a empesa FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ n.º 22.441.242/0001-53, com sede na R. Niterói, Nº 734, Sala 01, CEP 78.285-000, Jardim Popular, São José dos Quatro Marcos-MT, Telefone (065) 3251-1240, no valor global de R$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), vigência de 06 meses, a partir da assinatura do contrato, em decorrência deste encontrar-se de acordo com as leis vigentes, Eu, Alcides Anfilófio de Campos Ferreira (vereador presidente), homologo e ratifico, por esse termo o presente processo. Bem como, autorizo a emissão da nota de empenho e dos demais documentos necessários para a efetivação da contratação.

Itiquira-MT, 03 de outubro de 2022.

ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA

VEREADOR/PRESIDENTE

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 25 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO nº 25 de 03 de outubro de 2022

Dispõe sobre a convocação de plenária Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Itiquira.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais compulsando a Lei Municipal nº 900/15, referente a infância e juventude, a qual tem reflexo direto e nos termos da Lei Federal nº 8.069/1990 e art. 227, § 3.º, inciso VI, da Constituição da República, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itiquira e,

CONSIDERANDO a resolução nº 20 de 17 de novembro de 2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Itiquira que, dispõe sobre cronograma de reuniões ordinárias do CMDCA para o ano de 2022;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de deliberação referente a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais pautas pendentes no CMDCA, resolve:

Art. 1º Convocar plenária Extraordinária do CMDCA para o dia 06.10. 2022, às 15h00min na sala de reuniões dos Conselhos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itiquira, 03 de outubro de 2022.

JOICE DE SOUZA P. GALDINO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 427 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 427, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, a partir de **30/09/2022** como segue:

1 – ALEXANDRO LEARDINI DA SILVA

CPF: 724.016.481-00

COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CMIP;

Art. 2° Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 30/09/2022.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 03 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 087/2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA, presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2021/2022, no uso das atribuições legais e,

Considerando o requerimento da servidora **Maria Cristina Pereira Vieira,**

Considerando o disposto no artigo art 76, § 3º, da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER, 10 (dez) dias de férias em haver a servidora pública efetiva municipal, MARIA CRISTINA PEREIRA VIEIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional 003, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2021 a 04 de março de 2022.**

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de gozo de 03 de outubro de 2022 a 12 de outubro de 2022, com retorno previsto para o dia **13 de outubro de 2022.**

Art. 2º- As férias só poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 30 de setembro de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente

(Gestão 2021/2022)

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2022

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhora Luciana Gonçalves Ribeiro, torna público que realizará **ÀS 13h00 DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2022**,na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 002/2022**, do tipo **MELHOR TÉCNICA**, tendo por finalidade a **ALIENAÇÃO DE TERRENOS, COM ENCARGOS, COMO FORMA DE INCENTIVO ECONÔMICO PARA EMPRESAS QUE DESEJAM SE ESTABELECER OU AMPLIAR SUAS ATIVIDADES NO DISTRITO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE OURO BRANCO DO SUL NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA**,os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, aos 03 de outubro de 2022.

ALINE CARVALHO DE FIGUEIREDO MARTINAZZO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2022

CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhora Luciana Gonçalves Ribeiro, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2022**,na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2022**, do tipo **MELHOR TÉCNICA**, tendo por finalidade a **ALIENAÇÃO DE TERRENOS, COM ENCARGOS, COMO FORMA DE INCENTIVO ECONÔMICO PARA EMPRESAS QUE DESEJAM SE ESTABELECER OU AMPLIAR SUAS ATIVIDADES NO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA**,os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, aos 03 de outubro de 2022.

ALINE CARVALHO DE FIGUEIREDO MARTINAZZO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041 /2022

INEXIGIBILIDADE 004/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514 ou (065) 9944-7513, E-mail: camaraitiquira@hotmail.com, secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - Sr. **ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA,** brasileiro, casado, filho de Roberto Ferreira da Silva e Maria Paixão Campos da Silva, natural de Itiquira - MT, nascido em 06/10/1973, portador da Cédula de Identidade sob o n.º RG: 0771919-1 SSP/MT., expedida em 05/05/2009, devidamente inscrito no CPF sob o nº 615.604.641-00.

CONTRATADA: FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ n.º 22.441.242/0001-53, com sede na R. Niterói, nº 734, Sala 01, CEP 78.285-000, Jardim Popular, São José dos Quatro Marcos-MT, Telefone (065) 3251-1240, Neste ato representada pelo sócio administrador (advogado) Giovani Mendes da Silva, portador da carteira de identidade OAB/MT 26.640. CPF 014.797.131-47.

OBJETO: Contratação de empresa de advocacia, para prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica no acompanhamento da Organização Administrativa Municipal, Implantação e Regulamentação da Nova Lei de Licitação nº 14.133/2021, conforme abaixo detalhado, com visita mensal in loco (01 vez ao mês), bem como, atendimento de consultas via telefone, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico disponível.

a) A empresa prestará assessoria jurídica na ramificação do Direito Público, na área de Licitação e Contratos, comprometendo-se a desempenhar com zelo as atividades do seu encargo, atuando em defesa de tais demandas, buscando dar a melhor solução aos casos em concreto, propondo a organização administrativa e implantação da NLL. Bem como, regulamentar a nova lei, através de decretos e resoluções, possibilitando a correta implantação e regulamentação, em conformidade com os padrões fixados pelo ordenamento jurídico.

b) Os serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica compreendem:

Acompanhar todos os procedimentos relacionados a implantação da Nova Lei de Licitação, fornecendo pareceres sempre que necessário;

Orientar sobre as mudanças da nova lei e sua aplicabilidade nos casos concretos, propondo adequações das normas direcionada a cada pasta;

Padronizar as peças necessárias na composição do processo licitatório e suas etapas: “Estudo técnico preliminar; Termo de Referência; Minutas de Edital; Minutas de Contratos; Pesquisa de Preços”;

Implantar e estruturar os processos para promover a eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações, por meio eletrônico, em conexão com o Portal Nacional de Compras Públicas;

Elaborar os decretos, resoluções ou quaisquer outros atos regulatórios, a fim de promover o cumprimento dos padrões fixados pelo ordenamento jurídico;

Regulamentar a Nova Lei de Licitação, expedindo regulamentações ou normatizações específicas (atos legislativos e administrativos) com base na sua estrutura organizacional e realidade, tendo como referência as regras definidas na legislação e nas regulamentações expedidas pela união;

Realizar treinamento através do escritório ou em parceria com terceiros, a fim de promover a capacitação dos servidores, a luz da NLL;

Sugerir conjunto de regras que empregue técnicas e métodos compilados com fulcro na NLL, com o objetivo de padronizar os procedimentos e de garantir a segurança jurídica;

Prestar informações sobre as principais mudanças ocorridas nas Lei 8. 666/93, 10.520/02 e 12.462/11.

DO VALOR: Valor Global R$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), conforme abaixo demonstrado:

COMPOSIÇÃO DO VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de consultoria na revisão de estrutura administrativa organizacional da entidade para atender à NLLC, e acompanhamento na elaboração dos processos licitatórios.	06 Meses	R$ 5. 000,00	R$ 30. 000,00
02	Contratação de empresa especializada para realização de Implantação de todos tipos de regulamentos locais de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos, capacitação e treinamento.	01 Serv.	R$ 38. 000,00	R$ 38. 000,00

O pagamento da parte da consultoria/assessoria, será realizado em 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, a partir da contratação dos serviços, vencíveis a cada 30 (trinta) dias. O pagamento da parcela oriunda a fase de implantação dos regulamentos, será feita em parcela única, após a entrega dos serviços e suas respectivas publicações.

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão prestados de forma remota e presencial (visita mensal), na sede da Câmara Municipal de Itiquira-MT, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP: 78.790-000, Itiquira-MT, conforme cronograma de visita firmado entre as partes.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato.

DATA DE EMISSÃO: 03/10/2022.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 94/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: FLÁVIO RODRIGUES VIEIRA-MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, QUE POSSA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS DE AGUAGEM DE RUAS, ESTRADAS E OUTROS, POSSIBILITANDO TER MELHORIAS DA MOBILIDADE URBANA E RURAL, PROPORCIONANDO ASSIM A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAURU.

VIGÊNCIA: 26 de setembro de 2022 até 25 de setembro de 2023.

PORTARIA Nº237/2022, DE 22 DE SETEMBRO 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio à servidora abaixo relacionada em conformidade com art. da Lei Complementar nº 161 da Lei Complementar nº045/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº077/2011.

Nome	Período	Gozo
Nivanir Gonçalves Ramos	2012/2017	30/09/2022 a 28/12/2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 22 de setembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 091 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE JAURU, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru/MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022 em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas; deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

II. Secretário Municipal de Finanças;

III. Secretário Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural;

IV. Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

V. Secretário Municipal de Saúde;

VI. Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;

VII. Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural;

VIII. Assessor de Gabinete do Prefeito;

IX. Controlador Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico – GPE;

X. Contador do Município;

XI. Procurador do Município.

ART. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 30 de setembro de 2022.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2022/2.023.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17/10/2.022	08:00	Gabinete do Prefeito
22/11/2.022	08:00	Gabinete do Prefeito
12/12/2.022	08:00	Gabinete do Prefeito
30/01/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
27/02/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
27/03/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
24/04/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
29/05/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
26/06/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
24/07/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito

28/08/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito
25/09/2.023	08:00	Gabinete do Prefeito

As reuniões acima agendadas podem sofrer alterações, sendo comunicado previamente aos membros do Comitê.

PORTARIA Nº241/2022, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, no período de19 de setembro de 2022 a 15 de outubro 2022, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, àservidora **JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO,** brasileira,conforme laudo médico concedido pelo médico perito Dr. **HYGOR GUIMARÃES GOMES – CRM/MT 11045** , que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição.

Em conformidade com art. 099 da Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru – MT, 30 de setembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Munici

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 113/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DO CENTRO TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA MT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE.

VIGENCIA: 29 DE SETEMBRO DE 2022 ATÉ DIA 28 DE SETEMBRO DE 2023

VALOR:R$ 208.137,00 (duzentos e oito mil cento e trinta e sete reais).

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA MARTA PEREIRA DE MATOS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT".

***PETRONILIO LADEIRA DA SILVA,* Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, as quais são conferidas pelo Art. 19, Inc. IV, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jauru.**

RESOLVE:

Art. 1º - Concede FÉRIAS REGULARES a Servidora**, Sr.ª. MARTA PEREIRA DE MATOS, Auxiliar de Serviços Gerais,** conforme requerido, pelo prazo de 30 dias, matrícula funcional nº 322-1, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022.

Parágrafo Único – As Férias referidas no *caput* deste artigo terá início em 03 de outubro de 2022 e término em 01 de novembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 03 de outubro de 2022.

Ver. PETRONILIO LADEIRA DA SILVA

Presidente do Legislativo

PORTARIA Nº240/2022, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, no período de21 de setembro de 2022 a 20 de dezembro 2022, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, àservidora **MARIA DE JESUS GONÇALVES DE ABREU,** brasileira, portadora conforme laudo médico concedido pelo médico perito Dr. **HYGOR GUIMARÃES GOMES – CRM/MT 11045** , que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição.

Em conformidade com art. da Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru – MT, 30 de setembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 239 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DO GERENCIAMENTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – GPE DO MUNICÍPIO DE JAURU, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru/MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022 em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado como Coordenador do Gerenciamento de Planejamento Estratégico – GPE, no município de Jauru/MT, o Sr. Edimar Rodrigues da Silva, servidor público municipal efetivo no cargo de Controlador Interno do município de Jauru/MT.

Art. 2º – Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 30 de setembro de 2022.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº230/2022, DE 16 DE SETEMBRO 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, à servidora abaixo relacionada a conversão em espécie de 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio em conformidade com art. da Lei Complementar nº 161 da Lei Complementar nº045/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº077/2011.

Nome	Período
Claúdia Aparecida da Silva	2013/2018

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 16 de setembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 113/2022/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTOS NA ATENÇÃO BÁSICA E ATENDIMENTOS DE PLANTÕES 12 HORAS ININTERRUPTAS, COM ATENDIMENTOS COMPLEMENTARES E DIARIOS CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir 04/10/2022, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 19 de outubro de 2022 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 03 de outubro de 2022.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N.º 2.052/2022

LEI N.º 2.052/2022.

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA, referente ao Exercício Financeiro de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Nos termos do art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício 2023 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual – LOA, dispondo sobre as alterações na Legislação Tributária, observando as determinações constantes e impostas pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2.º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023 estão especificadas no Anexo I-1 – METAS FISCAIS – ANEXO DE METAS E PRIORIDADES – EXERCÍCIO DE 2023, da presente Lei, desta passando a fazer parte integrante, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2022 a 2025.

§ 1.º Atendendo o disposto no art. 4.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, as Metas Fiscais, a Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais, os Riscos Fiscais e as Obras em andamento para o Exercício Financeiro de 2023, estão especificadas ou relacionadas nos ANEXO I-2, ANEXO I-3, ANEXO I-4, ANEXO I-5, ANEXO I-6, ANEXO I-7, ANEXO I-8, ANEXO I-9, ANEXO I-10, ANEXO II-1, ANEXO II-2, ANEXO II-3, ANEXO II-4, ANEXO II-5, ANEXO III e ANEXO IV, da presente Lei, desta passando a ser partes integrantes.

§ 2.º Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo de Metas Fiscais, desta Lei, para adequar à estimativa da receita elaborada de conformidade com o art. 12, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 3.º Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2023, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por créditos especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual, correspondente ao período de 2022 a 2025.

Art. 4.º A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1.º A regra constante do *caput*, deste artigo, aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2.º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja em conformidade com o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Art. 5.º As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1.º Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes; e,

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2.º As taxas pelo exercício do Poder de Polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3.º Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

§ 4.º A proposta orçamentária deverá ser elaborada com observância dos arts. 22 a 26, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 6.º O orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas com:

I - o pagamento do serviço da dívida;

II - o pagamento de pessoal e seus encargos;

III - os duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

IV - o cumprimento de precatórios judiciais;

V - a manutenção das atividades do município e seus fundos;

VI - a aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

VII - a aplicação nas Ações e Serviços de Saúde; e,

VIII - o recolhimento dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8.º, inciso III, da Lei Federal n.º 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 7.º O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei.

Parágrafo Único. Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 8.º A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente, as constantes dos §§ 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, do art. 165, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Conforme previsto no art. 166, § 8.º, da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas, desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários, cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a 3% (três pontos percentuais) do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores, conforme determinação prevista no art. 84, inciso II, alínea c, da Portaria MPAS n.º 1.467/22;

II – que os recursos dos fundos devam ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários, conforme determinado pelo art. 84, inciso III, da Portaria MPAS n.º 1.467/22; e,

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Art. 9.º Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício financeiro de 2023, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1.º O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2.º No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Art. 10. Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1.º Ao ser determinada a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, em especial, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 2.º Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3.º Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do Município.

§ 4.º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário à redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais, observado o previsto no art. 31, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 11. A limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o artigo anterior, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receita reverta-se no bimestre seguinte.

Art. 12. Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais, a cargo do Município, e que não afetará as ações de caráter social, em especial, das áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 13. Para fins do disposto no art. 16, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, considera-se irrelevante as despesas realizadas até o limite estabelecido nas Leis 8.666/93 de 21/06/1993 e 14.133/2021 de 10/06/2021, no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1.º Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4.º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2.º Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4.º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 15. Na realização de programas de competência do Município, fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos a título de subvenções, auxílios ou contribuições a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, desde que haja autorização em Lei Municipal ou previsão no Orçamento do Município e seja firmado convênio, termo, ajuste ou outro instrumento congênere, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1.º No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2.º A regra de que trata o *caput*, deste artigo, aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município.

§ 3.º As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a Lei Orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou instrumentos congênere, e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis.

Art. 17. No exercício financeiro de 2023, os Poderes Executivo e Legislativo estarão autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, conforme disposto no art. 169, § 1.º, da Constituição Federal, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, Parágrafo Único, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17, do citado diploma legal e observadas as disposições da Lei Complementar 173/2020 e alterações.

§ 1.º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixadas nos arts. 29 e 29-A, da Constituição Federal.

§ 2.º Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas ou, de provas e títulos, e processos seletivos simplificados ou seletivos públicos, visando ao preenchimento dos cargos e funções, nos termos da lei.

§ 3.º Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 18. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do chefe do executivo.

Art. 19. Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo, 5 % (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1.º Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do art. 42, da Lei Federal n.º 4.320/64.

§ 2.º Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput*, deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do art. 42, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 20. A mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2023 e a remeterá ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2023, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme previsto no art. 12, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 21. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1.º Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2.º Os casos de renúncia de receita, a qualquer título, dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária, a receita e a despesa, decorrente de convênios a serem celebrados pelo Município com a União Federal ou com o Estado de Mato Grosso, desde que protocolados os referidos convênios até a data de 15 de agosto de 2022.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir fonte de recursos em dotações já existentes, bem como efetuar a transposição de recursos entre fontes de uma mesma dotação orçamentária até o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual, procedendo a sua abertura através de decreto orçamentário.

Parágrafo Único: As transposições de recursos entre fontes de uma mesma dotação orçamentária já existente não afetarão o limite de remanejamento autorizados na LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 24. Em atendimento ao disposto no art. 4.º, §§ 1.º, 2.º e 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, integram a presente Lei, os seguintes anexos:

I – ANEXOS DE METAS FISCAIS, com as seguintes denominações:

a) ANEXO I-1 - METAS FISCAIS - ANEXO DE METAS E PRIORIDADES - LDO 2023;

b) ANEXO I-2 - METAS FISCAIS - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR;

c) ANEXO I-3 - METAS FISCAIS - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA;

d) ANEXO I-4 - METAS FISCAIS - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;

e) ANEXO I-5 - METAS FISCAIS - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO;

f) ANEXO I-6 - METAS FISCAIS - DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES;

g) ANEXO I-7 - METAS FISCAIS - ORIGEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

h) ANEXO I-8 - METAS FISCAIS - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS;

i) ANEXO I-9 - METAS FISCAIS - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS;

j) ANEXO I-10 - METAS FISCAIS - METAS ANUAIS;

II – ANEXOS DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS, com as seguintes denominações:

a) ANEXO II-1 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA;

b) ANEXO II-2 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS – DESPESAS;

c) ANEXO II-3 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS – RECEITAS;

d) ANEXO II-4 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO NOMINAL; e,

e) ANEXO II-5 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO PRIMÁRIO;

III – ANEXO DE RISCOS FISCAIS, denominado ANEXO III - RISCOS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS; e,

IV – ANEXO DE OBRAS EM ANDAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, denominado ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CUSTOS PROGRAMADOS PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

Art. 25. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária até 31 de dezembro de 2022, ficam os poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária por eles elaborada, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida; e,

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 28 de julho de 2022.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

Observação: Endereço Eletrônico em que os anexos obrigatórios podem ser acessados pelos Cidadãos: http://portal.prefjuina-mt.agilicloud.com.br/Cidad...

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N.º 4.895/2022

PORTARIA N.º 4.895/2022.

Designa servidor para a função de Pregoeiro e servidores para integrar a Equipe de Apoio, para o Exercício de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Designa para atuar como Pregoeiro (a) Municipal do Poder Executivo, em procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, pelo período de 21/07/2022 a 31/12/2022, os (as) seguintes servidores:

NOME	FUNÇÃO
José Carlos Divino	Pregoeiro Oficial
Débora Sanches	Pregoeiro Substituto 1
Jessica Lolhaine Francelina da Silva	Pregoeiro Substituto 2

Parágrafo Único. O Pregoeiro Municipal designado por esta Portaria poderá atuar em qualquer Processo de Licitação na modalidade Pregão instaurado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Compete ao Pregoeiro Municipal:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório; II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame; III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como, dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação; IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital; V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002; VI - a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço; VII - a negociação do preço com vistas à sua redução; VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço; IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso XVII, do artigo 12, do Decreto Municipal nº 488/2006; X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro: a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão; b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances; c) dos lances e da classificação das ofertas; d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço; e) da negociação de preço; f) da análise dos documentos de habilitação; g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação.

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 3º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio pelo período de 30/09/2022 a 31/12/2022, nas licitações na modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Executivo Município de Juína, Estado de Mato Grosso, os seguintes servidores públicos municipais:

NOMES	FUNÇÃO
Gleiciane da Silva Paiva	Membro
Marcella Venâncio dos Santos	Membro
Rosimeire Oliveira Brindarolli	Membro
Ueliton Gomes dos Santos	Membro
Francieli Aparecida Vieira	Membro
Eloana Paola da Silva	Membro
Fabiana de Lima Jensen de Miranda	Membro
Daiane Grasieli Jummes	Membro
Vanessa Francisco Teixeira	Membro

§ 1º Excluídos os atos que importem em julgamento ou deliberação, compete a equipe de Apoio:

I - prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar atos processuais, por determinação do Pregoeiro;

III - realizar diligências diversas, determinadas pelo Pregoeiro;

IV - assessorar o Pregoeiro nas sessões do certame, na redação de atas, relatórios, pareceres, entre outros;

V - realizar o exame de propostas quanto aos aspectos formais, sugerindo ao Pregoeiro a classificação ou desclassificação; e,

VI - em relação a habitação em cada certame licitatório, analisar os documentos à luz do que estatuir o edital, emitindo parecer destinado a subsidiar a decisão a ser adotada pelo Pregoeiro.

Art. 4º O Pregoeiro e os integrantes da Equipe de Apoio, na atuação que lhes foi designada, devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inscritos no art. 37, da Constituição Federal, que orientam toda a atividade estatal, atuando sempre com diligência, competência e eficiência, evitando atos que importem em lesão ao interesse público, sob pena de responderem por tais atos nas esferas administrativas, cível e criminal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. ° 4.585/2022.

Juína-MT, 30 de setembro de 2022.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

CONTABILIDADE
DECRETO 330-2022 SUPLEMENTAR

Decreto 330-2022 Suplementar

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 330/2022

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1994/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E TEC PEDAGOG

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1363	02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.30.1.500.1001000		35.997,00
Cód. red.: 1366	02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.39.1.500.1001000		170.000,00
Cód. red.: 2531	02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.93.1.500.1001000		34.000,00
Cód. red.: 1368	02.100.12.361.0002.2203.4.4.90.52.1.500.1001000		240.000,00
		Sub-Total:	**479.997,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 110 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1374	02.110.12.361.0032.2206.3.3.90.30.1.500.1001000		14.000,00
Cód. red.: 1147	02.110.12.361.0032.2209.3.3.90.30.1.500.1001000		230.000,00
		Sub-Total:	**244.000,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 120 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1154	02.120.12.365.0034.2219.3.3.90.30.1.500.1001000		220.000,00
		Sub-Total:	**220.000,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 140 - FUNDO DE MANUT. DESENV DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1449	02.140.12.361.0032.2228.3.1.90.13.1.500.1001000		93.080,00
Cód. red.: 1457	02.140.12.365.0034.2229.3.3.90.39.1.540.0000000		6.050,00
Cód. red.: 1461	02.140.12.365.0034.2230.3.1.91.13.1.500.1001000		43.600,00
		Sub-Total:	**142.730,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - GESTAO DO SUS

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 2405	03.001.10.122.0014.2301.3.3.90.39.1.500.1002000		30.200,00
Cód. red.: 2419	03.001.10.122.0014.2339.3.3.90.30.1.500.1002000		19.200,00
		Sub-Total:	**49.400,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 100 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/ATENCAO BASICA

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1499	03.100.10.301.0013.2302.3.1.90.11.1.604.0000000		133.264,56
		Sub-Total:	**133.264,56**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 110 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/VIGILANCIA EM SAUDE

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1573	03.110.10.304.0016.2308.3.1.90.11.1.604.0000000		34.805,47
Cód. red.: 1604	03.110.10.305.0016.2311.3.3.90.39.1.500.1002000		7.000,00
		Sub-Total:	**41.805,47**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Excesso de arrecadação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

Cód. red.: 1641	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.30.1.500.1002000		5.000,00
Cód. red.: 1643	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.39.1.500.1002000		3.500,00
Cód. red.: 2462	03.130.10.302.0015.2327.4.4.90.52.1.500.1002000		27.000,00
		Sub-Total:	**35.500,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 150 - FMS/BLOCO DE INVESTIMENTOS

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 3121	03.150.10.301.0013.1302.4.4.90.51.1.500.1002000		26.300,00
		Sub-Total:	**26.300,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 170 - DEPARTAMENTO DE INFORMATICA

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1797	04.170.04.126.0037.2419.4.4.90.52.1.704.0000901		29.542,00
		Sub-Total:	**29.542,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Unidade: 190 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 1212	08.190.26.451.0027.1806.4.4.90.52.1.704.0000901		119.744,73
		Sub-Total:	**119.744,73**
		Total Parcial Suplementado:	**1.522.283,76**

JUÍNA - MT, 1 de agosto de 2022

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

Data: 19/09/2022 15:52:41 Página: 2 de 2

CONTABILIDADE
DECRETO 344-2022 ESPECIAL

Decreto 344-2022 Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 344/2022

Súmula: Abre Crédito especial
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2047/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3407	04.001.04.123.0005.1403.3.3.50.41.1.500.0000000		48.000,00
		Sub-Total:	**48.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**48.000,00**

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E MINE
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2222	10.100.04.122.0002.2952.3.1.90.11.1.799.0000000		4.990,00
Cód. red.: 2223	10.100.04.122.0002.2952.3.1.90.13.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2224	10.100.04.122.0002.2952.3.1.91.13.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 3024	10.100.04.122.0002.2952.3.3.50.41.1.799.0000000		5.410,00
Cód. red.: 2225	10.100.04.122.0002.2952.3.3.90.14.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2227	10.100.04.122.0002.2952.3.3.90.33.1.799.0000000		490,00
Cód. red.: 2228	10.100.04.122.0002.2952.3.3.90.36.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2917	10.100.04.122.0002.2952.3.3.90.40.1.799.0000000		490,00
Cód. red.: 2230	10.100.04.122.0002.2952.4.4.90.52.1.799.0000000		3.990,00
Cód. red.: 1241	10.100.04.128.0040.2953.3.3.90.30.1.799.0000000		2.490,00
Cód. red.: 1242	10.100.04.128.0040.2953.3.3.90.39.1.799.0000000		2.490,00
Cód. red.: 2595	10.100.11.845.0040.2954.3.3.90.30.1.799.0000000		1.395,00
Cód. red.: 2596	10.100.11.845.0040.2954.3.3.90.39.1.799.0000000		1.395,00
		Sub-Total:	**27.100,00**

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E MINE
Unidade: 110 - DEPARTAMENTO DE COMERCIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2232	10.110.04.122.0002.2955.3.1.90.11.1.799.0000000		9.990,00
Cód. red.: 2233	10.110.04.122.0002.2955.3.1.90.13.1.799.0000000		1.990,00
Cód. red.: 2234	10.110.04.122.0002.2955.3.1.91.13.1.799.0000000		1.990,00
Cód. red.: 2235	10.110.04.122.0002.2955.3.3.90.14.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2238	10.110.04.122.0002.2955.3.3.90.36.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2246	10.110.23.692.0010.2957.3.3.90.14.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2247	10.110.23.692.0010.2957.3.3.90.30.1.799.0000000		1.490,00
Cód. red.: 2248	10.110.23.692.0010.2957.3.3.90.33.1.799.0000000		490,00
Cód. red.: 2249	10.110.23.692.0010.2957.3.3.90.39.1.799.0000000		990,00
Cód. red.: 2250	10.110.23.692.0010.2957.4.4.90.52.1.799.0000000		990,00
		Sub-Total:	**20.900,00**
		Total Parcial Reduzido:	**48.000,00**

JUÍNA - MT, 31 de agosto de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
DECRETO 328-2022 SUPLEMENTAR

Decreto 328-2022 Suplementar

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 328/2022

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1994/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E TEC PEDAGOG

Superávit financeiro

Cód. red.: 1366	02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.39.2.501.0000000		99,00
		Sub-Total:	**99,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 100 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/ATENCAO BASICA

Superávit financeiro

Cód. red.: 1515	03.100.10.301.0013.2304.3.3.90.39.2.600.0000000		192.000,00
		Sub-Total:	**192.000,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Superávit financeiro

Cód. red.: 1641	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.30.2.600.0000000		280.900,00
Cód. red.: 1643	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.39.2.600.0000000		51.000,18
Cód. red.: 2543	03.130.10.302.0015.2337.3.3.90.93.2.501.0000000		307,68
Cód. red.: 2543	03.130.10.302.0015.2337.3.3.90.93.2.755.0000000		9,00
		Sub-Total:	**332.216,86**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 150 - FMS/BLOCO DE INVESTIMENTOS

Superávit financeiro

Cód. red.: 2551	03.150.17.512.0022.1305.4.4.90.51.2.501.0000000		1,00
Cód. red.: 2551	03.150.17.512.0022.1305.4.4.90.51.2.659.0000000		1,00
Cód. red.: 2551	03.150.17.512.0022.1305.4.4.90.51.2.700.0000000		1,00
		Sub-Total:	**3,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE FINANCAS E TESOURARIA

Superávit financeiro

Cód. red.: 1711	04.100.04.123.0005.2403.3.3.90.39.2.501.0000000		52,25
Cód. red.: 1711	04.100.04.123.0005.2403.3.3.90.39.2.751.0000000		11,00
		Sub-Total:	**63,25**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 180 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR -

Superávit financeiro

Cód. red.: 1807	04.180.14.422.0003.2420.4.4.90.52.2.500.0000000		2.500,00
		Sub-Total:	**2.500,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 180 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 2760	06.180.08.244.0007.2608.3.3.90.30.2.660.0000000		6.222,88
		Sub-Total:	**6.222,88**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 195 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Superávit financeiro

Cód. red.: 3039	06.195.08.241.0008.2613.4.4.90.52.2.500.0000000		3.136,00
		Sub-Total:	**3.136,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

Órgão:	**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ME**		
Unidade:	**100 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**		
Superávit financeiro			
Cód. red.: 2051	07.100.20.601.0019.2705.3.3.90.39.2.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão:	**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA**		
Unidade:	**190 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA**		
Superávit financeiro			
Cód. red.: 2584	08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.93.2.501.0000000		5.821,75
Cód. red.: 2131	08.190.04.122.0002.2822.4.4.90.52.2.500.0000000		1.214.000,00
Cód. red.: 2150	08.190.26.451.0027.1804.4.4.90.51.2.711.0000804		310.872,51
Cód. red.: 2150	08.190.26.451.0027.1804.4.4.90.51.2.755.0000000		20.747,33
		Sub-Total:	**1.551.441,59**
Órgão:	**13 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**		
Unidade:	**100 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**		
Superávit financeiro			
Cód. red.: 2608	13.100.04.122.0002.2009.3.3.90.36.2.500.0000000		13.709,96
		Sub-Total:	**13.709,96**
		Total Parcial Suplementado:	**2.106.392,54**

JUÍNA - MT, 1 de agosto de 2022

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

Data: 19/09/2022 15:50:10 Página: 2 de 2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N.º 4.894/2022

PORTARIA N.º 4.894/2022.

Designa os servidores que menciona para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL, exercício 2022, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei

Orgânica do Município, e com base na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir de acordo com a Lei nº. 8.666/93, a Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2022 no período de 30/09/2022 a 31/12/2022, que passa a ter a seguinte composição:

NOMES	FUNÇÃO
José Carlos Divino	Presidente
Débora Sanches	Vice-presidente
Jessica Lolhaine Francelina da Silva	Segundo-vice-presidente
Gleiciane da Silva Paiva	Membro
Marcella Venâncio dos Santos	Membro
Rosimeire Oliveira Brindarolli	Membro
Ueliton Gomes dos Santos	Membro
Francieli Aparecida Vieira	Membro
Eloana Paola da Silva	Membro
Fabiana de Lima Jensen de Miranda	Membro
Daiane Grasieli Jummes	Membro
Vanessa Francisco Teixeira	Membro

Art. 2º Fica designado o Vice-Presidente e o Segundo-vice-presidente respectivamente como Substituto do Presidente, nos casos de suspeição e impedimentos legais temporários e ocasionais, bem como nas viagens e ausências, férias, licença e afastamentos previstos e autorizados em Lei, no âmbito do Poder Executivo de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Os integrantes da Comissão ora constituída deverão desempenhar as atribuições constantes na Lei Federal nº 8.666/93 e na Legislação pertinente em vigor, com suas alterações posteriores.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. °4.586/2022

Juína-MT, 30 de setembro de 2022.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

CONTABILIDADE
DECRETO 343-2022 ESPECIAL

Decreto 343-2022 Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 343/2022

Súmula: Abre Crédito especial
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2046/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 130 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 340€	02.130.13.392.0033.1223.3.3.50.41.1.700.0000000		100.000,00
		Sub-Total:	**100.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**100.000,00**

JUÍNA - MT, 31 de agosto de 2022

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

Data: 19/09/2022 15:54:08 Página: 1 de 1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N.º 2.051/2022

Dispõe sobre Alteração no plano Plurianual do Município de Juína/MT, para o Quadriênio 2022/2025, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.986/2021 de 17/12/2021.

LEI N.º 2.051/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Esta Lei altera metas na Lei Municipal n.º 1.986/2021 de 17/12/2021 - Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, constituído pelo seguinte anexo, que passa a ser parte integrante da presente lei, que será executado nos termos da Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias- LDO e do Orçamento Anual - LOA.

Art. 2.º - Integram a presente Lei os seguintes anexos:

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO;

ANEXO II – QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 28 de julho de 2022.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

Observação: Endereço Eletrônico em que os anexos obrigatórios podem ser acessados pelos Cidadãos: http://portal.prefjuina-mt.agilicloud.com.br/Cidad...

CONTABILIDADE
DECRETO 339-2022 ESPECIAL

Decreto 339-2022 Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 339/2022

Súmula: Abre Crédito especial
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2045/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 340	03.130.10.302.0015.2318.3.3.50.85.1.500.1002000		5.482.278,33
Cód. red.: 340	03.130.10.302.0015.2318.3.3.50.85.1.600.0000000		729.032,99
Cód. red.: 340	03.130.10.302.0015.2318.3.3.50.85.1.621.0000000		1.204.000,00
		Sub-Total:	**7.415.311,32**
		Total Parcial Suplementado:	**7.415.311,32**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1637	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.11.1.500.1002000		1.800.000,00
Cód. red.: 1637	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.11.1.600.0000000		149.000,00
Cód. red.: 1637	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.11.1.602.0000800		1.000.000,00
Cód. red.: 1637	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.11.1.621.0000000		149.000,00
Cód. red.: 1638	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.13.1.500.1002000		35.000,00
Cód. red.: 3110	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.94.1.500.1002000		119.000,00
Cód. red.: 1639	03.130.10.302.0015.2318.3.1.91.13.1.500.1002000		211.711,32
Cód. red.: 1640	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.14.1.500.1002000		2.990,00
Cód. red.: 1641	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.30.1.600.0000000		840.000,00
Cód. red.: 1641	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.30.1.602.0000800		250.000,00
Cód. red.: 1641	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.30.1.621.0000000		800.000,00
Cód. red.: 2300	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.36.1.500.1002000		4.990,00
Cód. red.: 1643	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.39.1.600.0000000		1.100.000,00
Cód. red.: 1643	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.39.1.602.0000800		500.000,00
Cód. red.: 1643	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.39.1.621.0000000		400.000,00
Cód. red.: 3210	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.40.1.500.1002000		8.390,00
Cód. red.: 2463	03.130.10.302.0015.2318.3.3.90.92.1.500.1002000		19.990,00
Cód. red.: 1645	03.130.10.302.0015.2318.4.4.90.52.1.500.1002000		25.240,00
		Sub-Total:	**7.415.311,32**
		Total Parcial Reduzido:	**7.415.311,32**

JUÍNA - MT, 24 de agosto de 2022

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

Data: 19/09/2022 15:53:35 Página: 1 de 1

CONTABILIDADE
DECRETO 327-2022 SUPLEMENTAR

Decreto 327-2022 Suplementar

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

DECRETO Nº 327/2022

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de JUÍNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1994/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 01 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
Unidade: 140 - ASSESSORIA DE COMUNICACAO E MARKETING

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1327	01.140.04.122.0002.2011.3.3.90.14.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 120 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1155	02.120.12.365.0034.2233.3.3.50.41.1.550.0000000		7.669,00
Cód. red.: 1156	02.120.12.365.0034.2240.3.3.90.30.1.552.0000000		500,00
		Sub-Total:	**8.169,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 130 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1439	02.130.13.392.0033.2225.3.3.90.39.1.500.0000000		4.950,00
		Sub-Total:	**4.950,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 140 - FUNDO DE MANUT. DESENV DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1448	02.140.12.361.0032.2228.3.1.90.11.1.540.1070000		288.950,00
Cód. red.: 1461	02.140.12.365.0034.2230.3.1.91.13.1.500.1001000		60.000,00
		Sub-Total:	**348.950,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - GESTAO DO SUS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2400	03.001.10.122.0014.2301.3.1.91.13.1.500.1002000		2.855,00
Cód. red.: 2402	03.001.10.122.0014.2301.3.3.90.30.1.500.1002000		5.000,00
Cód. red.: 2405	03.001.10.122.0014.2301.3.3.90.39.1.500.1002000		11.700,00
Cód. red.: 2868	03.001.10.122.0014.2301.3.3.90.40.1.500.1002000		111.000,00
Cód. red.: 2419	03.001.10.122.0014.2339.3.3.90.30.1.500.1002000		3.485,00
		Sub-Total:	**134.040,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 100 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/ATENCAO BASICA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1501	03.100.10.301.0013.2302.3.1.91.13.1.500.1002000		2.940,00
Cód. red.: 1522	03.100.10.301.0013.2305.3.3.90.39.1.600.0000000		780,00
		Sub-Total:	**3.720,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 110 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/VIGILANCIA EM SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1588	03.110.10.305.0016.2309.3.3.90.39.1.600.0000000		5.000,00
Cód. red.: 1604	03.110.10.305.0016.2311.3.3.90.39.1.600.0000000		780,00
Cód. red.: 1604	03.110.10.305.0016.2311.3.3.90.39.1.621.0000000		6.150,00
		Sub-Total:	**11.930,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1637	03.130.10.302.0015.2318.3.1.90.11.1.500.1002000		280.610,00
Cód. red.: 1639	03.130.10.302.0015.2318.3.1.91.13.1.500.1002000		22.000,00
Cód. red.: 2882	03.130.10.302.0015.2322.3.3.90.39.1.621.0000000		55.000,00
Cód. red.: 3113	03.130.10.302.0015.2327.3.1.90.94.1.500.1002000		9.530,00
Cód. red.: 2540	03.130.10.302.0015.2337.3.3.90.39.1.500.1002000		350.000,00
Cód. red.: 2543	03.130.10.302.0015.2337.3.3.90.93.1.501.0000000		350,65
Cód. red.: 1684	03.130.10.302.0015.2338.3.3.90.39.1.500.1002000		15.200,00
Cód. red.: 1684	03.130.10.302.0015.2338.3.3.90.39.1.621.0000000		6.000,00
		Sub-Total:	**738.690,65**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 150 - FMS/BLOCO DE INVESTIMENTOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3121	03.150.10.301.0013.1302.4.4.90.51.1.500.1002000		33.051,00
		Sub-Total:	**33.051,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE FINANCAS E TESOURARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1711	04.100.04.123.0005.2403.3.3.90.39.1.501.0000000		1.000,00
		Sub-Total:	**1.000,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1733	04.120.04.129.0005.2405.3.3.90.39.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 2889	04.120.04.129.0005.2405.3.3.90.40.1.500.0000000		15.000,00
Cód. red.: 1734	04.120.04.129.0005.2405.3.3.90.93.1.500.0000000		1.057,00
Cód. red.: 1734	04.120.04.129.0005.2405.3.3.90.93.1.501.0000000		10.000,01
		Sub-Total:	**31.057,01**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 140 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1755	04.140.04.122.0002.2410.3.3.90.39.1.500.0000000		13.900,00
Cód. red.: 2890	04.140.04.122.0002.2410.3.3.90.40.1.500.0000000		19.300,00
		Sub-Total:	**33.200,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 150 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1761	04.150.04.122.0023.2415.3.1.91.13.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 1767	04.150.04.122.0023.2415.4.4.90.52.1.500.0000000		7.527,00
Cód. red.: 1769	04.150.04.122.0023.2416.3.1.90.11.1.500.0000000		60.000,00
		Sub-Total:	**68.527,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 180 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR -

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1800	04.180.14.422.0003.2420.3.1.90.13.1.500.0000000		2.000,00
		Sub-Total:	**2.000,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS E DESENVOLVIMEN

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2561	05.100.04.121.0002.2406.4.4.90.52.1.500.0000000		15.500,00
Cód. red.: 1830	05.100.04.121.0018.2502.3.3.90.39.1.500.0000000		6.901,00
Cód. red.: 3132	05.100.04.121.0018.2504.3.1.90.94.1.500.0000000		11.450,00
Cód. red.: 1839	05.100.04.121.0018.2504.3.3.90.36.1.500.0000000		50.006,00
		Sub-Total:	**83.857,00**

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3142	07.100.04.122.0002.2702.3.1.90.94.1.500.0000000		2.000,00
Cód. red.: 2035	07.100.04.122.0002.2702.3.3.90.39.1.500.0000000		13.000,00
Cód. red.: 2579	07.100.18.541.0021.1708.3.3.50.41.1.500.0000000		63.300,00
Cód. red.: 1196	07.100.20.605.0019.2706.4.4.90.51.1.500.0000000		58.232,00
		Sub-Total:	**136.532,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Unidade: 190 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2129	08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.39.1.500.0000000		68.500,00
Cód. red.: 2584	08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.93.1.501.0000000		3.065,69
Cód. red.: 1212	08.190.26.451.0027.1806.4.4.90.52.1.704.0000901		5.255,27
		Sub-Total:	**76.820,96**

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE DE ESPORTES

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3155	09.100.04.122.0002.2902.3.1.90.94.1.500.0000000		19.000,00
Cód. red.: 2282	09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.39.1.500.0000000		64.100,00
Cód. red.: 2289	09.100.27.811.0039.2904.3.3.90.39.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 1220	09.100.27.812.0009.1908.4.4.90.51.1.500.0000000		26.358,50
Cód. red.: 2851	09.100.27.812.0009.1911.3.3.50.41.1.500.0000000		7.000,00
		Sub-Total:	**117.458,50**

Órgão: 13 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Unidade: 100 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2609	13.100.04.122.0002.2009.3.3.90.39.1.500.0000000		48.000,00
		Sub-Total:	**48.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**1.886.953,12**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 110 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3398	02.110.12.361.0032.1218.4.4.90.51.1.500.1001000		9.999,00
Cód. red.: 2516	02.110.12.361.0032.1219.4.4.90.51.1.500.1001000		9.999,00
Cód. red.: 2517	02.110.12.361.0032.1220.4.4.90.51.1.500.1001000		9.999,00
Cód. red.: 1391	02.110.12.361.0032.2210.3.3.90.30.1.500.1001000		35.000,00
		Sub-Total:	**64.997,00**

Órgão: 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 130 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2520	02.130.13.392.0033.2223.3.3.90.36.1.500.0000000		4.950,00
		Sub-Total:	**4.950,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 130 - FMS/DEPARTAMENTO DE SAUDE/MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1632	03.130.10.302.0015.2316.3.3.90.39.1.500.1002000		7.000,00
		Sub-Total:	**7.000,00**

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 150 - FMS/BLOCO DE INVESTIMENTOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1690	03.150.10.303.0016.1309.4.4.90.51.1.621.0000000		22.497,85
Cód. red.: 2547	03.150.10.303.0017.1320.4.4.90.52.1.601.0000000		35.000,00
Cód. red.: 2549	03.150.10.305.0016.1318.4.4.90.52.1.601.0000000		35.000,00
Cód. red.: 2550	03.150.10.305.0016.1321.4.4.90.51.1.601.0000000		45.000,00

		Sub-Total:	**137.497,85**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 150 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 176(	04.150.04.122.0023.2415.3.1.90.13.1.500.0000000		18.000,00
		Sub-Total:	**18.000,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 170 - DEPARTAMENTO DE INFORMATICA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 178(	04.170.04.126.0037.2419.3.1.90.11.1.500.0000000		30.000,00
		Sub-Total:	**30.000,00**

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Unidade: 199 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1184	04.199.28.841.0005.9003.4.6.90.77.1.500.0000000		80.000,00
Cód. red.: 1184	04.199.28.841.0005.9003.4.6.90.77.1.704.0000901		5.255,27
		Sub-Total:	**85.255,27**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS E DESENVOLVIMEN

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2563	05.100.04.121.0002.2407.3.3.90.35.1.501.0000000		999,00
Cód. red.: 2564	05.100.04.121.0002.2408.3.3.90.35.1.501.0000000		999,00
Cód. red.: 2565	05.100.04.121.0002.2409.3.3.90.35.1.501.0000000		999,00
Cód. red.: 1829	05.100.04.121.0018.2502.3.3.90.36.1.500.0000000		6.901,00
Cód. red.: 1841	05.100.04.121.0018.2504.4.4.90.52.1.500.0000000		15.500,00
Cód. red.: 1187	05.100.04.122.0018.1501.3.3.90.39.1.500.0000000		75.000,00
Cód. red.: 1850	05.100.15.127.0018.2505.3.3.90.30.1.500.0000000		15.000,00
		Sub-Total:	**115.398,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade: 110 - DEPARTAMENTO DE CONTROLE RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1854	05.110.04.127.0002.2506.3.1.90.11.1.500.0000000		29.999,00
		Sub-Total:	**29.999,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade: 120 - DEPARTAMENTO DE TOPOGRAFIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 1864	05.120.04.122.0002.2507.3.1.90.11.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 1871	05.120.04.122.0002.2507.3.3.90.39.1.500.0000000		18.000,00
		Sub-Total:	**28.000,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade: 130 - DEPARTAMENTO DE HABITACAO E INTERESSE SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2566	05.130.16.482.0038.1505.4.4.90.51.1.700.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 180 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2743	06.180.08.244.0007.2606.3.1.90.11.1.500.0000000		45.000,00
Cód. red.: 2747	06.180.08.244.0007.2606.3.3.90.30.1.660.0000000		15.000,00
Cód. red.: 2808	06.180.08.244.0008.2611.3.1.90.11.1.500.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**110.000,00**

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ME
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2041	07.100.20.601.0019.2704.3.3.90.39.1.500.0000000		19.999,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

Cód. red.: 205(	07.100.20.601.0019.2705.3.3.90.36.1.501.0000000		9.999,00
Cód. red.: 2581	07.100.20.605.0019.1710.4.4.90.52.1.500.0000000		79.990,00
Cód. red.: 2581	07.100.20.605.0019.1710.4.4.90.52.1.700.0000000		59.990,00
Cód. red.: 2907	07.100.20.605.0019.1711.4.4.90.51.1.500.0000000		4.999,00
Cód. red.: 2907	07.100.20.605.0019.1711.4.4.90.51.1.700.0000000		4.999,00
Cód. red.: 326(	07.100.20.605.0019.2706.4.4.90.52.1.500.0000000		4.999,00
Cód. red.: 119(	07.100.20.605.0021.1706.4.4.90.51.1.501.0000000		9.999,00
		Sub-Total:	**194.974,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Unidade: 190 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 258(	08.190.15.451.0028.1812.4.4.90.51.1.700.0000000		120.000,00
Cód. red.: 258(	08.190.15.451.0028.1814.3.3.90.30.1.799.0000000		45.000,00
Cód. red.: 258(	08.190.15.452.0028.1810.4.4.90.51.1.501.0000000		50.000,00
Cód. red.: 258(	08.190.15.452.0028.1810.4.4.90.51.1.755.0000000		75.000,00
Cód. red.: 314(	08.190.25.752.0026.2826.3.3.90.39.1.700.0000000		210.000,00
Cód. red.: 2151	08.190.26.451.0027.2831.3.3.90.30.1.501.0000000		39.990,00
Cód. red.: 121(	08.190.26.782.0029.1808.4.4.90.51.1.500.0000000		48.000,00
Cód. red.: 121(	08.190.26.782.0029.1808.4.4.90.51.1.700.0000000		140.000,00
		Sub-Total:	**727.990,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Unidade: 200 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 3064	08.200.15.452.0028.1824.4.4.90.51.1.799.0000000		20.000,00
		Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
Unidade: 100 - DEPARTAMENTO DE DE ESPORTES

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 227(	09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.30.1.500.0000000		60.000,00
Cód. red.: 2281	09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.36.1.500.0000000		17.399,00
Cód. red.: 338(	09.100.27.811.0039.2904.3.3.50.41.1.500.0000000		9.999,00
Cód. red.: 121(	09.100.27.812.0009.1907.4.4.90.52.1.500.0000000		75.000,00
Cód. red.: 125(	09.100.27.812.0009.2908.3.3.90.30.1.500.0000000		14.000,00
		Sub-Total:	**176.398,00**

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
Unidade: 110 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2204	09.110.04.122.0002.2925.3.3.90.30.1.500.0000000		12.999,00
Cód. red.: 220(	09.110.04.122.0002.2925.4.4.90.52.1.500.0000000		9.999,00
Cód. red.: 1224	09.110.23.695.0011.1902.3.3.90.30.1.501.0000000		2.499,00
Cód. red.: 122(	09.110.23.695.0011.1902.3.3.90.39.1.501.0000000		2.499,00
Cód. red.: 306(	09.110.23.695.0011.1912.4.4.90.51.1.500.0000000		1.999,00
Cód. red.: 306(	09.110.23.695.0011.1912.4.4.90.51.1.700.0000000		9.999,00
		Sub-Total:	**39.994,00**

Órgão: 13 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Unidade: 100 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 2607	13.100.04.122.0002.2009.3.3.90.30.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.: 260(	13.100.04.122.0002.2009.3.3.90.36.1.500.0000000		15.000,00
Cód. red.: 261(	13.100.04.122.0002.2009.4.4.90.52.1.501.0000000		11.500,00
		Sub-Total:	**46.500,00**
		Total Parcial Reduzido:	**1.886.953,12**

JUÍNA - MT, 1 de agosto de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT
Travessa Emmanuel, 33 – N – Expansão Comercial AR – 01 – Fone: 66 3566-8300
CNPJ - 15.359.201/0001-57

PAULO AUGUSTO VERONESE
CPF: 927.601.121-87
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 049/2022, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2022 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2022 , DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT, CUJO OBJETO É ¨ REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA

E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATENDER A FROTAS DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ¨ SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA¨ INSCRITA NO CNPJ 05.870.713/0001-20 nas condições da Ata de Registro de Preço do referido pregão**,** conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras.

Fornecedor:

SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 05.870.713/0001-20

VALOR R$ 2.925.000,00 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil reais).

Juruena – MT, 03 de setembro de 2022

Robson Gomes Dias

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 245/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a DISPENSA de Licitação nº 123/2022, Processo Administrativo n° 245/2022.

DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA PARA SERVICO DE TRANSPORTE-FRETE PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FORNECEDOR:

J.S TRANSPORTES EIRELI

CNPJ – 31.679.626/0001-08

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 7.750,00 (sete mil e setecentos e cinquenta reais)

Juruena - MT, 03 de OUTUBRO de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 245/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a DISPENSA **de Licitação nº 123/2022, Processo Administrativo n° 245/2022,** DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA PARA SERVICO DE TRANSPORTE-FRETE PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 03 de OUTUBRO de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 247/2022.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 048/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a DISPENSA de Licitação nº 124/2022, Processo Administrativo n° 247/2022.

DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENCAO CORRETIVA NA LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

FORNECEDOR:

RICARDO FELIPE ALPINO MOREIRA 05923628171

CNPJ – 43.907.457/0001-97

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais)

Juruena - MT, 03 de OUTUBRO de 2022.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO: 059/2022 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL ADESÃO (CARONA)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO O Prefeito Municipal, MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 059/2022

Modalidade: Pregão Presencial Adesão (Carona)

Data da Homologação: 03/10/2022

Objeto da Licitação: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2022 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2022 , DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT, CUJO OBJETO É ¨ REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATENDER A FROTAS DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ¨ SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA¨ INSCRITA NO CNPJ 05.870.713/0001-20 nas mesmas condições da Ata de Registro de Preço do referido pregão**,** conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras.

Fornecedor:

SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 05.870.713/0001-20

VALOR R$ 2.925.000,00 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil reais).

Juruena – MT, 03 de setembro de 2022

_____

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL (ADESÃO) 059/2022

AVISO DE RESULTADO
Pregão Presencial (ADESÃO) 059/2022
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2022 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2022 , DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT, CUJO OBJETO É ¨ REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATENDER A FROTAS DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ¨ SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA¨ INSCRITA NO CNPJ 05.870.713/0001-20 nas mesmas condições da Ata de Registro de Preço do referido pregão, conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras. Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 059 / 2022, cuja abertura se deu em 03/10/2022 às 8:00, sagrou-se vencedora as empresas:
Com as propostas conforme segue:

Fornecedores:

SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 05.870.713/0001-20

VALOR R$ 2.925.000,00 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil reais).

Juruena – MT, 03 de setembro de 2022.

_____

Robson Gomes dias

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 247/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2022

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a DISPENSA **de Licitação nº 124/2022, Processo Administrativo n° 247/2022,** DISPENSA PARA CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENCAO CORRETIVA NA LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena - MT, 03 de OUTUBRO de 2022.

.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO 069/2022

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Adriano Spironelli- ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Para Prestação De Serviço Em Confecção, Montagem e Instalação De Móveis Planejados, Confeccionado Em MDF, Para Atender Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 90 (noventa dias)

VALOR: R$ 11.199,60 (Onze Mil, Cento Noventa Nove Reais, Sessenta Centavos).

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Adriano Spironelli - ME - CNPJ: 26.895.570/0001-80

EXTRATO CONTRATO 068/2022

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e E.R.J Music Shows e Eventos Ltda - EPP

OBJETO: "Apresentação De Show Com a Cantora "YASMIM SANTOS" , Alusiva a Realização Da XV Festa Da Pamonha No Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 90 (noventa) dias

VALOR: R$ 150.000,00 (Cento Cinquenta Mil Reais).

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e E.R.J Music Shows e Eventos Ltda - EPP - CNPJ: 29.228.518/0001-69

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MOISES DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000038/2022
Modalidade Nr.: 00000002/2022
Modalidade: INEXIGIBILIDADE
Classificação: Chamamento Público/Credenciamento Credenciamento: SIM
Processo Nr.: 00000780/2022
Data da Adjudicação: 21/06/2022
Data da Homologação:01/07/2022
Objeto da Licitação: "CREDENCIAMANETO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA"

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
107820 - META PROJETOS E ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA						
CNPJ: 45.204.244/0001-24						
43986 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE ARQUITETURA		META	METRO QUADRA	5000,0000	88,3500	441.750,00
43987 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, CFTV E CABEAMENTO ESTRUTURADO		META	METRO QUADRA	5000,0000	48,6700	243.350,00
43988 ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES		META	METRO QUADRA	15000,0000	37,0300	555.450,00
43989 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO		META	METRO QUADRA	5000,0000	33,3400	166.700,00
43990 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES PCI - PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS		META	METRO QUADRA	3000,0000	27,5000	82.500,00
43991 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS		META	METRO QUADRA	3000,0000	15,9100	47.730,00
43992 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO TIPO VRF, EM EDIFICAÇÕES		META	METRO QUADRA	3000,0000	20,7500	62.250,00
43994 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, COM PISTA DE POUSO COM BALIZAMENTO NOTURNO, DE 1,70 KM DE EXTENSÃO, PARA POUSO DE AERONAVE PORTE B3, COM ZONA DE EMBARQUE NÃO INFERIOR A 660,00 M²		META	METRO QUADRA	35000,0000	9,6000	336.000,00
43995 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA		META	KM QUADRADO	20,0000	38.128,9000	762.578,00
43996 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA EXISTENTE		META	METRO QUADRA	100000,0000	1,1500	115.000,00
43997 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUSIVE CANTEIRO CENTRAIS		META	METRO QUADRA	30000,0000	12,6600	379.800,00
43998 ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PLANIMÉTRICOS URBANO, ACOMPANHADO DE LAUDOS E MEMORIAIS DESTINADOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		META	METRO QUADRA	100000,0000	0,9600	96.000,00
43999 ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE DRENAGEM URBANA		META	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44001 ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO GLOBAL (MASTER PLAN)		META	KM QUADRADO	10,0000	48.000,0000	480.000,00
44003 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ESGOTO		META	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44004 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ÁGUA		META	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

44005	ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	META	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44009	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONGÊNERES, AVALIAÇÃO FINAL, AJUSTES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ANTEPROJETOS E PROJETOS EXISTENTES, PARA FUNDAMENTAÇÃO DE PLEITOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTRAS FORMAS DE CA	META	HOMEM/MES	12,0000	36.923,5200	443.082,24
44010	CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO DECORRER DO CONTRATO, PARA ASSESSORAMENTO NA VALIDAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL, NÃO CONTEMPLADOS NO PRESENTE EDITAL E CONTRATADOS JUNTO A TERCEIROS, PELO MUNICÍPIO	META	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44011	SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, MAPEAMENTO E MONITORAMENTO PERMANENTE DE ESTRUTURA VIÁRIA DA MALHA VICINAL DO MUNICÍPIO, INCLUSIVE OBRAS DE ARTE, COM RELATÓRIOS MENSAIS PARA FINS DE CARACTERIZAÇÃO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	META	METRO QUADRA	12,0000	28.778,6200	345.343,44
44017	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES ABRIGADAS DE ENERGIA DE DISTRIBUIÇÃO, DE 300KVA, ACOMPANHADO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	META	UNIDADE	5,0000	8.960,0000	44.800,00
44018	PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE CENTRO CULTURAL MULTIUSO	META	METRO QUADRA	10000,0000	88,3500	883.500,00
44019	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CAMPO, DE ENGENHARIA, INCLUSA A EMISSÃO DE RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS E DE RELATÓRIOS DE DESEMPENHO, COMPARANDO O ANDAMENTO DAS OBRAS COM O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE CADA OBRA	META	HORA	1500,0000	116,9300	175.395,00
44022	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	META	METRO QUADRA	15000,0000	29,7800	446.700,00
44023	SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	META	HORA	500,0000	134,7700	67.385,00
44024	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, SUPORTE TÉCNICO E APROVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS	META	HORA	500,0000	217,6000	108.800,00
44025	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	META	METRO QUADRA	10000,0000	14,4000	144.000,00
44026	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	META	METRO QUADRA	10000,0000	29,7800	297.800,00
44027	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E DE SISTEMA DE ESGOTO E INFRAESTRUTURA DE ÁREA DESTINADA À IMPLEMENTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	META	METRO QUADRA	100000,0000	8,4300	843.000,00
44029	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUINDO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICO, ESTUDOS HIDROLÓGICOS, GEOTÉCNICOS, COM IDENTIFICAÇÃO DE JAZIDAS E DEMAIS INFORMAÇÕES DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA	META	KM	50,0000	9.442,7500	472.137,50
44030	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PONTE DE MADEIRA, PARA ESTRADAS VICINAIS	META	METRO QUADRA	150,0000	371,2000	55.680,00
44062	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	META	METRO QUADRA	10000,0000	33,3700	333.700,00

Total Itens: 32 **Total Fornecedor:** 8.670.951,1800

108006 - B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI - EPP

CNPJ: 26.238.103/0001-88

43986	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE ARQUITETURA	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	5000,0000	88,3500	441.750,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

43987	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, CFTV E CABEAMENTO ESTRUTURADO	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	5000,0000	48,6700	243.350,00
43988	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	15000,0000	37,0300	555.450,00
43989	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	5000,0000	33,3400	166.700,00
43990	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES PCI - PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	3000,0000	27,5000	82.500,00
43991	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	3000,0000	15,9100	47.730,00
43992	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO TIPO VRF, EM EDIFICAÇÕES	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	3000,0000	20,7500	62.250,00
43994	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, COM PISTA DE POUSO COM BALIZAMENTO NOTURNO, DE 1,70 KM DE EXTENSÃO, PARA POUSO DE AERONAVE PORTE B3, COM ZONA DE EMBARQUE NÃO INFERIOR A 660,00 M²	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	35000,0000	9,6000	336.000,00
43995	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA	B N PASQUALOTTO	KM QUADRADO	20,0000	38.128,9000	762.578,00
43996	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA EXISTENTE	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	100000,0000	1,1500	115.000,00
43997	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUSIVE CANTEIRO CENTRAIS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	30000,0000	12,6600	379.800,00
43998	ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PLANIMÉTRICOS URBANO, ACOMPANHADO DE LAUDOS E MEMORIAIS DESTINADOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	100000,0000	0,9600	96.000,00
43999	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE DRENAGEM URBANA	B N PASQUALOTTO	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44001	ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO GLOBAL (MASTER PLAN)	B N PASQUALOTTO	KM QUADRADO	10,0000	48.000,0000	480.000,00
44003	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ESGOTO	B N PASQUALOTTO	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44004	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ÁGUA	B N PASQUALOTTO	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44005	ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	B N PASQUALOTTO	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44009	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONGÊNERES, AVALIAÇÃO FINAL, AJUSTES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ANTEPROJETOS E PROJETOS EXISTENTES, PARA FUNDAMENTAÇÃO DE PLEITOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTRAS FORMAS DE CA	B N PASQUALOTTO	HOMEM/MES	12,0000	36.923,5200	443.082,24
44010	CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO DECORRER DO CONTRATO, PARA ASSESSORAMENTO NA VALIDAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL, NÃO CONTEMPLADOS NO PRESENTE EDITAL E CONTRATADOS JUNTO A TERCEIROS, PELO MUNICÍPIO	B N PASQUALOTTO	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44011	SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, MAPEAMENTO E MONITORAMENTO PERMANENTE DE ESTRUTURA VIÁRIA DA MALHA VICINAL DO MUNICÍPIO, INCLUSIVE OBRAS DE ARTE, COM RELATÓRIOS MENSAIS PARA FINS DE CARACTERIZAÇÃO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	12,0000	28.778,6200	345.343,44
44017	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES ABRIGADAS DE ENERGIA DE DISTRIBUIÇÃO, DE 300KVA, ACOMPANHADO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	B N PASQUALOTTO	UNIDADE	5,0000	8.960,0000	44.800,00
44018	PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE CENTRO CULTURAL MULTIUSO	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	10000,0000	88,3500	883.500,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

44019	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CAMPO, DE ENGENHARIA, INCLUSA A EMISSÃO DE RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS E DE RELATÓRIOS DE DESEMPENHO, COMPARANDO O ANDAMENTO DAS OBRAS COM O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE CADA OBRA	B N PASQUALOTTO	HORA	1500,0000	116,9300	175.395,00
44022	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	15000,0000	29,7800	446.700,00
44023	SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	B N PASQUALOTTO	HORA	500,0000	134,7700	67.385,00
44024	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, SUPORTE TÉCNICO E APROVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS	B N PASQUALOTTO	HORA	500,0000	217,6000	108.800,00
44025	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	10000,0000	14,4000	144.000,00
44026	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	10000,0000	29,7800	297.800,00
44027	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E DE SISTEMA DE ESGOTO E INFRAESTRUTURA DE ÁREA DESTINADA À IMPLEMENTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	100000,0000	8,4300	843.000,00
44029	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUINDO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICO, ESTUDOS HIDROLÓGICOS, GEOTÉCNICOS, COM IDENTIFICAÇÃO DE JAZIDAS E DEMAIS INFORMAÇÕES DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA	B N PASQUALOTTO	KM	50,0000	9.442,7500	472.137,50
44030	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PONTE DE MADEIRA, PARA ESTRADAS VICINAIS	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	150,0000	371,2000	55.680,00
44062	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	B N PASQUALOTTO	METRO QUADRA	10000,0000	33,3700	333.700,00

Total Itens: 32 **Total Fornecedor:** 8.670.951,1800

107864 - ETHOS URBANISMO E ARQUITETURA LTDA

CNPJ: 14.959.314/0001-20

43986	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE ARQUITETURA	ETHOS	METRO QUADRA	5000,0000	88,3500	441.750,00
43988	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	ETHOS	METRO QUADRA	15000,0000	37,0300	555.450,00
43995	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA	ETHOS	KM QUADRADO	20,0000	38.128,9000	762.578,00
43997	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUSIVE CANTEIRO CENTRAIS	ETHOS	METRO QUADRA	30000,0000	12,6600	379.800,00
44001	ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO GLOBAL (MASTER PLAN)	ETHOS	KM QUADRADO	10,0000	48.000,0000	480.000,00
44018	PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE CENTRO CULTURAL MULTIUSO	ETHOS	METRO QUADRA	10000,0000	88,3500	883.500,00
44022	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	ETHOS	METRO QUADRA	15000,0000	29,7800	446.700,00
44026	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	ETHOS	METRO QUADRA	10000,0000	29,7800	297.800,00

Total Itens: 8 **Total Fornecedor:** 4.247.578,0000

107866 - MOOA ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 42.334.858/0001-32

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

43986	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE ARQUITETURA	MOOA	METRO QUADRA	5000,0000	88,3500	441.750,00
43987	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, CFTV E CABEAMENTO ESTRUTURADO	MOOA	METRO QUADRA	5000,0000	48,6700	243.350,00
43988	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	MOOA	METRO QUADRA	15000,0000	37,0300	555.450,00
43989	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO	MOAA	METRO QUADRA	5000,0000	33,3400	166.700,00
43990	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES PCI - PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS	MOOA	METRO QUADRA	3000,0000	27,5000	82.500,00
43992	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO TIPO VRF, EM EDIFICAÇÕES	MOOA	METRO QUADRA	3000,0000	20,7500	62.250,00
43995	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA	MOOA	KM QUADRADO	20,0000	38.128,9000	762.578,00
43996	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA EXISTENTE	MOOA	METRO QUADRA	100000,0000	1,1500	115.000,00
43997	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUSIVE CANTEIRO CENTRAIS	MOOA	METRO QUADRA	30000,0000	2,7700	83.100,00
43999	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE DRENAGEM URBANA	MOOA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44003	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ESGOTO	MOOA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44004	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ÁGUA	MOOA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44005	ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	MOOA	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44017	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES ABRIGADAS DE ENERGIA DE DISTRIBUIÇÃO, DE 300KVA, ACOMPANHADO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	MOOA	UNIDADE	5,0000	8.960,0000	44.800,00
44018	PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE CENTRO CULTURAL MULTIUSO	MOOA	METRO QUADRA	10000,0000	88,3500	883.500,00
44025	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	MOOA	METRO QUADRA	10000,0000	14,4000	144.000,00
44029	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUINDO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICO, ESTUDOS HIDROLÓGICOS, GEOTÉCNICOS, COM IDENTIFICAÇÃO DE JAZIDAS E DEMAIS INFORMAÇÕES DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA	MOOA	KM	50,0000	9.442,7500	472.137,50
44030	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PONTE DE MADEIRA, PARA ESTRADAS VICINAIS	MOOA	METRO QUADRA	150,0000	371,2000	55.680,00

Total Itens: 18 **Total Fornecedor:** 4.294.015,5000

11420 - GUSTAVO H FONCECA

CNPJ: 23.702.575/0001-51

44024	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, SUPORTE TÉCNICO E APROVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS	G.H.F	HORA	500,0000	217,6000	108.800,00

Total Itens: 1 **Total Fornecedor:** 108.800,0000

107593 - AUTOVIA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA - ME

CNPJ: 43.539.547/0001-72

43986	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE ARQUITETURA	AUTOVIA	METRO QUADRA	5000,0000	88,3500	441.750,00
43987	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, CFTV E CABEAMENTO ESTRUTURADO	AUTOVIA	METRO QUADRA	5000,0000	48,6700	243.350,00
43988	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	15000,0000	37,0300	555.450,00

	COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES					
43989	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO	AUTOVIA	METRO QUADRA	5000,0000	33,3400	166.700,00
43990	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES PCI - PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS	AUTOVIA	METRO QUADRA	3000,0000	27,5000	82.500,00
43991	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	3000,0000	15,9100	47.730,00
43992	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO TIPO VRF, EM EDIFICAÇÕES	AUTOVIA	METRO QUADRA	3000,0000	20,7500	62.250,00
43994	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, COM PISTA DE POUSO COM BALIZAMENTO NOTURNO, DE 1,70 KM DE EXTENSÃO, PARA POUSO DE AERONAVE PORTE B3, COM ZONA DE EMBARQUE NÃO INFERIOR A 660,00 M²	AUTOVIA	METRO QUADRA	35000,0000	9,6000	336.000,00
43995	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA	AUTOVIA	KM QUADRADO	20,0000	38.128,9000	762.578,00
43996	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA EXISTENTE	AUTOVIA	METRO QUADRA	100000,0000	1,1500	115.000,00
43997	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUSIVE CANTEIRO CENTRAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	30000,0000	12,6600	379.800,00
43998	ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PLANIMÉTRICOS URBANO, ACOMPANHADO DE LAUDOS E MEMORIAIS DESTINADOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	AUTOVIA	METRO QUADRA	100000,0000	0,9600	96.000,00
43999	ELABORAÇÃO ESTUDOS E PROJETOS DE DRENAGEM URBANA	AUTOVIA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44001	ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO GLOBAL (MASTER PLAN)	AUTOVIA	KM QUADRADO	10,0000	48.000,0000	480.000,00
44003	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ESGOTO	AUTOVIA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44004	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE REDE DE ÁGUA	AUTOVIA	KM	20,0000	2.032,0000	40.640,00
44005	ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	AUTOVIA	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44009	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONGÊNERES, AVALIAÇÃO FINAL, AJUSTES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ANTEPROJETOS E PROJETOS EXISTENTES, PARA FUNDAMENTAÇÃO DE PLEITOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTRAS FORMAS DE CA	AUTOVIA	HOMEM/MES	12,0000	36.923,5200	443.082,24
44010	CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO DECORRER DO CONTRATO, PARA ASSESSORAMENTO NA VALIDAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL, NÃO CONTEMPLADOS NO PRESENTE EDITAL E CONTRATADOS JUNTO A TERCEIROS, PELO MUNICÍPIO	AUTOVIA	HORA	500,0000	118,6000	59.300,00
44011	SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, MAPEAMENTO E MONITORAMENTO PERMANENTE DE ESTRUTURA VIÁRIA DA MALHA VICINAL DO MUNICÍPIO, INCLUSIVE OBRAS DE ARTE, COM RELATÓRIOS MENSAIS PARA FINS DE CARACTERIZAÇÃO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	AUTOVIA	METRO QUADRA	12,0000	28.778,6200	345.343,44
44017	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES ABRIGADAS DE ENERGIA DE DISTRIBUIÇÃO, DE 300KVA, ACOMPANHADO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	AUTOVIA	UNIDADE	5,0000	8.960,0000	44.800,00
44018	PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE CENTRO CULTURAL MULTIUSO	AUTOVIA	METRO QUADRA	10000,0000	88,3500	883.500,00
44019	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CAMPO, DE ENGENHARIA, INCLUSA A EMISSÃO DE RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS E DE RELATÓRIOS DE DESEMPENHO, COMPARANDO O ANDAMENTO DAS OBRAS COM O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE CADA OBRA	AUTOVIA	HORA	1500,0000	116,9300	175.395,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

44022	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE EQUIPAMENTOS URBANOS DESTINADOS À PRÁTICA DESPORTIVA, TAIS COMO: QUADRAS POLIESPORTIVAS, GINÁSIOS DE ESPORTE, PISTAS DE ATLETISMO, PISTA DE SKATE, CAMPOS DE FUTEBOL, MINI ESTÁDIOS E CONGÊNERES	AUTOVIA	METRO QUADRA	15000,0000	29,7800	446.700,00
44023	SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	AUTOVIA	HORA	500,0000	134,7700	67.385,00
44024	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, SUPORTE TÉCNICO E APROVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS	AUTOVIA	HORA	500,0000	217,6000	108.800,00
44025	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	AUTOVIA	METRO QUADRA	10000,0000	14,4000	144.000,00
44026	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	10000,0000	29,7800	297.800,00
44027	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E DE SISTEMA DE ESGOTO E INFRAESTRUTURA DE ÁREA DESTINADA À IMPLEMENTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	100000,0000	8,4300	843.000,00
44029	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUINDO LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICO, ESTUDOS HIDROLÓGICOS, GEOTÉCNICOS, COM IDENTIFICAÇÃO DE JAZIDAS E DEMAIS INFORMAÇÕES DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA	AUTOVIA	KM	50,0000	9.442,7500	472.137,50
44030	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PONTE DE MADEIRA, PARA ESTRADAS VICINAIS	AUTOVIA	METRO QUADRA	150,0000	371,2000	55.680,00
44062	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA	AUTOVIA	METRO QUADRA	10000,0000	33,3700	333.700,00

Total Itens: 32 **Total Fornecedor:** 8.670.951,1800

Total Geral: 34.663.247,0400

JUSCIMEIRA, Sexta-feira, 1 de Julho de 2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 006/2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MOISES DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000075/2022
Modalidade Nr.: 00000036/2022
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Classificação: Dispensa de licitação para compras e serviços
Processo Nr.: 00001194/2022
Data da Adjudicação: 20/09/2022
Data da Homologação: 21/09/2022
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, CONFECCIONADOS EM MDF, PARA ATENDER SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)		Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
3441 - ADRIANO SPIRONELLI 87969165168							
CNPJ: 26.895.570/0001-80							
44519	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, CONFECCIONADOS EM MDF, PARA ATENDER SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT		MACENARIA SPIRONEL	METRO	15,3000	732,0000	11.199,60
Total Itens:	1					**Total Fornecedor:**	11.199,6000
						Total Geral:	11.199,6000

JUSCIMEIRA, Quarta-feira, 21 de Setembro de 2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MOISES DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000074/2022
Modalidade Nr.: 00000006/2022
Modalidade: INEXIGIBILIDADE
Classificação: Inexigibilidade de Licitação
Processo Nr.: 00001193/2022
Data da Adjudicação: 30/09/2022
Data da Homologação:03/10/2022
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOW COM A CANTORA YASMIM SANTOS, ALUSIVA A REALIZAÇÃO DA XV FESTA DA PAMONHA NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
108428 - E.R.J MUSIC SHOWS E EVENTOS LTDA - EPP						
CNPJ: 29.228.518/0001-69						
44514	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOW COM A CANTORA YASMIM SANTOS, ALUSIVA A REALIZAÇÃO DA XV FESTA DA PAMONHA NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT	E.R.J MUSCI SHOWS	UNIDADE	1,0000	150.000,0000	150.000,00
Total Itens: 1					**Total Fornecedor:**	150.000,0000
					Total Geral:	150.000,0000

JUSCIMEIRA, Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022

STEFFANY GALVÃO BARROS
Pregoeira Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 047/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 008/2022

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do sua Pregoeira e Equipe de Apoio, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico 008/2022, no dia **18/10/2022**, às 09h30min, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA FARINHEIRA POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 0869-2020 VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.** Segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico 008/2022, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou E-mail: licitacao@luciara.mt.gov.br

Luciara-MT, dia 03 de Outubro de 2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº 014/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo 058/2022 | Adesão nº 014/2022

OBJETO: **Contratação de empresa especializada no ramo de assessoria na gestão da Saúde Pública com locação de software para extração de relatórios gerencias do E-SUS por equipes de saúde da família (ESF), rotina de backup do banco de dados do E-SUS online com armazenamento automático diário em nuvem, treinamento/capacitação continuada para os profissionais de saúde da atenção básica como foco no programa previne Brasil no município de Luciara-MT.**

PROPONENTE: K. V. MARTINS LTDA

CNPJ: 41.541.122/0001-72

VALOR: R$ 48.960,00 (quarenta e oito mil e novecentos e sessenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 4º inc. XIII da Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações.

Na qualidade de Prefeito do Município de Luciara – MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

1) **HOMOLOGO** os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 30 de setembro de 2022

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal de Luciara

PORTARIA N.º 128/2022 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 "EXONERA AGENTE DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 128/2022 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

"EXONERA AGENTE DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR** a Senhora **JANIELE SIRQUEIRA DO NASCIMENTO,** portadora do RG Nº 2695135-5 SSP/MT e do CPF nº 703.284.761-70do Cargo em Comissão de **AGENTE DE SAÚDE** do Município de Luciara MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de julho de 2022, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 30 de Setembro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 12512 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre ***Exoneração* a pedido** da Servidora, conforme Art. 42, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** a pedido da Sra. ***TUANY RAISSA DA SILVA FREDIANI***, do quadro de servidores do Município de Matupá-MT, **com a matricula nº 8296,** no qual exercia o cargo de ***CHEFE DE DEPARTAMENTO,*** revogando a Portaria nº 10913 de 20 de **janeiro** de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 27 de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 206/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MMS PINOVA EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 17.992.979/0001-24 e Inscrição Estadual nº 134.121.530.110, com sede na Rua Haroldo Pacheco e Silva, nº 197, Sala 3, Bairro Vila Ipojuca, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 05.055-030, e-mail mmsartigosesportivos@gmail.com, Telefone (41) 4042-4960 / (41) 9 9976-0574, neste ato representada pela Sra. **PAULA BUSATO CARDOSO**, portadora do CPF nº 038.004.259-20, RG nº 7.122.328-0 SSP/PR, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO ESPORTIVO MODULAR PARA QUADRAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377715	PISO ESPORTIVO MODULAR INDOOR: PISO INDOOR MODULARES FEITOS DE POLIPROPILENO COPOLIMERIZADO VIRGEM (NÃO RECICLADO). CADA PEÇA DEVE MEDIR, NO MÍNIMO, 25 CM X 25 CM X 1,1 CM, COM PESO MÍNIMO UNITÁRIO DE 275G. OS PISOS MODULARES SERÃO INSTALADOS SOBRE UMA MANTA PEBD DE 3 MM. SEU MODO DE INSTALAÇÃO OCORRERÁ ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE TRAVAMENTO COM ENCAIXES TIPO MACHO / FÊMEA ENTRE AS PEÇAS DO PISO, GARANTINDO A MÍNIMA EXISTÊNCIA POSSÍVEL DE VÃO ENTRE AS PLACAS. O SISTEMA DEVE SER INSTALADO A FIM DE MANTER A ESTABILIDADE DO PISO INDEPENDENTE DE VARIAÇÕES DE TEMPERATURA DO AMBIENTE DE INSTALAÇÃO.AS PEÇAS DEVERÃO TER TRATAMENTO UV E ANTI-OXIDAÇÃO DE MODO A MANTER A COR ORIGINAL DO PISO POR MUITOS ANOS E FACILITAR SUA LIMPEZA, 100% DE RESISTÊNCIA A UMIDADE, SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ANTIDERRAPANTE. DEVERÁ TER ACABAMENTO FOSCO (CORES A DEFINIR) E SER DEMARCADO PARA A PRÁTICA DOS SEGUINTES ESPORTES: VÔLEI, FUTSAL E HANDEBOL. AS BORDAS DEVEM SER COM O MESMO MATERIAL ATRAVÉS DE RAMPAS DE ACESSO.FRETE E INSTALAÇÃO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR	METRO QUADRADO	PISO MODULAR INDOOR/ MMS	800	123,00	98.400,00

Total Fornecedor R$ 98.400,00

4.2 - Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos.

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (30) trinta dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 15 (quinze) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.6 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.7 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.8 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, ou outro órgão devidamente autorizada para os itens, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.11 - Recebimento dos Produtos:

5.11.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.11.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.11.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.12 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.12.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.12.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.12.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.13 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.14 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade com as leis vigentes, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco 001 Brasil Agência nº 1622-5 Conta Corrente nº 31.168-5 em nome de MMS PINOVA EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: **07.005.27.812.0047.20128** – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTES **– 33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Educação / Departamento de Esportes	Adriana Cristina Cardoso de Lima Nunes do Prado	10779/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 047/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

MMS PINOVA EQUIPAMENTOS E

INSTALAÇÕES ESPORTIVAS LTDA

CNPJ nº. 17.992.979/0001-24

PAULA BUSATO CARDOSO

CPF nº. 038.004.259-20

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **JULLIANI ELOIZA PEREIRA DA SILVA 88875601100,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 35.013.043/0001-96 e Inscrição Estadual nº 13.785.606-7, com sede na Rua 02, nº 1604, Sala B, Bairro ZC1-003, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, e-mail bykids.locacao@hotmail.com, Telefone (66) 9 9902-8582 / (66) 9 9975-6755, neste ato representada pela Sra. **JULLIANI ELOIZA PEREIRA DA SILVA**, portadora do CPF nº 888.756.011-00, RG nº 11883677 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, CAMA ELÁSTICA E PISCINA DE BOLINHAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto e Secretaria Municipal de Assistência Social.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377735	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - AIR SOCCER (FUTEBOL AEREO)	UNIDADE	2	199,00	398,00
377737	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO -CAMA ELÁSTICA 2,44 MTS	UNIDADE	1	180,00	180,00
377733	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - CAMA ELÁSTICA 4,30 X 4,30M	UNIDADE	12	200,00	2.400,00
377743	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - CAMBO DINO 3 EM 1 (PISCINA DE BOLINHA DO CENTRO, PULA - PULA E UM ESCORREGADOR NA OUTRA EXTREMIDADE	UNIDADE	7	450,00	3.150,00
377731	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - CHUTE AO GOL INFLÁVEL MEDINDAS APROXIMADAS DE 2,40 M X 3,00 X 4,00M	UNIDADE	2	500,00	1.000,00
377742	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - COMBO MICKEY 3 EM 1. COM ESCORREGADOR EM UMA LATERAL, NA OUTRA UMA PISCINA DE BOLINHA E NO MEIO PULA- PULA, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 5,60M DE COMPRIMENTO, 2,80M DE LARGURA.	UNIDADE	8	450,00	3.600,00

377729	LOCACAO DE BRINQUEDO - FUTEBOL DE SABAO INFLAVEL, COM APROXIMADAMENTE 5 M X 10 M	UNIDADE	7	600,00	4.200,00
377732	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - KID PLAY INFLÁVEL CIRCO- UM ESCORREGADOR, CÍRCUITO DE OBSTÁCULOS, JOÃO BOBO E O CHÃO TODO É UM PULA -PULA.	UNIDADE	3	349,00	1.047,00
377734	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - PISCINA DE BOLINHA	UNIDADE	1	280,00	280,00
377736	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO – PULA- PULA BALÕES- PARA CRIANÇAS ATÉ 05 ANOS, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,45 M DE COMPRIMENTO POR 2,45 DE LARGURA M E 2,70 M DE ALTURA.	UNIDADE	8	300,00	2.400,00
377730	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO -TOBOGÃ INFLÁVEL MODELO CAMA ELASTICA, EM PLASTICO KP1000 E SP1500, MEDINDO 4,30X4,30M	UNIDADE	3	515,00	1.545,00
377738	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO- TOBOGÃ PREMIUM 3 M ALTURA	UNIDADE	1	315,00	315,00

Total Fornecedor R$ 20.515,00

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Os brinquedos deverão ser montados em qualquer ponto do território do Município de Matupá, haja visto que também promoveremos eventos nas escolas do interior (Flor da Serra, Gleba União, entre outros que se fizerem necessário), de acordo com a agenda de cada Secretaria. O local será indicado juntamente com a Autorização de Fornecimento;

5.2 - Os custos relacionados à monitoria dos brinquedos/equipamentos, que deve ser exercida por profissional devidamente capacitado e são de inteira responsabilidade da futura Contratada. Os monitores devem permanecer de prontidão durante TODO o evento, auxiliando e controlando o uso de cada brinquedo/equipamento;

5.3 - Os serviços deverão ser agendados com 03 dias de antecedência e terão a presença de 01 monitor, para o evento com duração de até 10 horas;

5.4 - Os brinquedos deverão ser instados com antecedência mínima de 01 (uma) hora antes do início do evento.

5.5 - Ficará sob inteira responsabilidade da Beneficiária da Ata o transporte, montagem, desmontagem e guarda dos brinquedos, não se responsabilizando o Município por qualquer ônus.;

5.6 - Os brinquedos serão instalados em conformidade com as normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais legislações aplicáveis à matéria;

5.7 – A empresa contratada deverá orientar os profissionais alocados na prestação dos serviços, treinando-os tanto no aspecto técnico como no relacionamento humano, visando mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimentos de suas funções e atividades, observadas as exigências e necessidades da solicitante;

5.8 - A contratada deverá oferecer equipamentos em perfeitas condições de conservação e higiene;

5.9 - Os equipamentos deverão possuir condições de segurança adequadas em sua montagem, com amarras de segurança. Devem, ainda, possuir telas de proteção quando necessário, sempre sob a supervisão de técnico de segurança devidamente credenciado para o equipamento;

5.10 - Da parte elétrica: A potência dos motores e seus sopradores devem ser adequados para cada equipamento, mantendo-o em perfeito funcionamento durante o período de utilização; a estrutura que sustenta os motores (caracóis) deve isolar o motor e sua parte elétrica de contatos externos, possuir mecanismo de segurança com disjuntores e tomadas na amperagem correta para cada motor, utilizando-se, nas montagens e instalações dos equipamentos elétricos cabos de espessura corretas, sempre sob a supervisão de um profissional do setor elétrico.

5.11 - As atividades serão executadas por equipes comandadas por seus encarregados. As equipes de trabalho deverão estar permanentemente uniformizadas e munidas de ferramentas, equipamentos proteção individual – EPI's, equipamentos de proteção coletiva – EPI's e materiais de consumo necessários à execução completa das tarefas.

5.12 - A Empresa contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra e todos os equipamentos pertinentes a função durante a execução dos serviços.

5.13 - A Prefeitura Municipal reserva-se no direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços do Anexo I, se os mesmos forem rejeitados pela sua fiscalização, obrigando-se a empresa vencedora a promover sua reexecução imediatamente;

5.14 – Cabe a contratada **s**ubstituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.15 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.16 - São obrigações da empresa a ser contratada:

5.16.1 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

5.16.2 - Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciário, seguros, taxas e tributos decorrentes do fornecimento;

5.16.3 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.17 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.18 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

5.19 - Recebimento Dos Serviços:

5.19.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.19.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.19.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Nu Pagamentos S.A 0260 Agência nº 0001 Conta corrente nº 16032575-8 em nome de JULLIANI ELOIZA PEREIRA DA SILVA 88875601100

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: **09.001.08.244.0004.20065** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – **33.90.39.00** – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20029** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE **– 33.90.39.00** – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20043** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – **33.90.39.00** – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.361.0068.20020** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – **33.90.39.00** – PESSOA JURÍDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria de Educação e Desporto	Elaine Rocha Tussi	10657/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 45/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

JULLIANI ELOIZA PEREIRA DA SILVA 88875601100

CNPJ nº. 35.013.043/0001-96

JULLIANI ELOIZA PEREIRA DA SILVA

CPF nº. 888.756.011-00

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **A. G. NEVES,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 42.782.178/0001-81 e Inscrição Estadual nº 13.886.226-5, com sede na Rua das Samambaias, nº 1225, Bairro Centro, na Cidade de Nova Guarita/MT, CEP 78.508-000, e-mail 66984529083anderson@gmail.com, Telefone (66) 9 8452-9083, neste ato representada pelo Sr. **ANDERSON GARCIA NEVES**, portador do CPF nº 064.897.841-90, RG nº 32609400 SESP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONFECÇÕES COM INSTALAÇÃO DE CALHAS, RUFOS, PINGADEIRA, EXAUSTORES, COIFAS E DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS CALHAS, EXAUSTORES E TELHADOS EXISTENTES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

1 - LOTE 01 no valor de R$ 270.552,31

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377656	CALHA - DE ALUMINIO, COM COMPRIMENTO DE 0,6MTS.	METRO QUADRADO	720	70,00	50.400,00
377657	CALHA MOLDURADA DE BEIRAL, CORTE DE CHAPA GALVALUME, EXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,40 CM	METRO	70	54,00	3.780,00
377658	CALHA - MOLDURADA DE BEIRAL, CORTE DE CHAPA GALVALUME, EXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,50 CM	METRO	120	78,33	9.399,60
377659	CALHA - MOLDURADA DE BEIRAL, CORTE DE CHAPA GALVALUME, EXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,60 CM	METRO	120	80,00	9.600,00
377660	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA C. CHAPA GALVALUME0,43MM E 1,00 CM DE LARGURA	METRO	80	133,33	10.666,40
377676	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA C. CHAPA GALVALUMEEXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,45 CM	METRO	45	60,00	2.700,00
377662	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA - CHAPA GALVALUME - EXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,80 CM	METRO	130	106,00	13.780,00
377661	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA COM CHAPA GALVALUME - EXPESSURA 0,43MM E LARGURA 0,70 CM	METRO	325	97,50	31.687,50
377677	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA COM CHAPA GALVALUME? EXPESSURA 0,43MM E LARGURA DE 0,50 CM.	METRO	45	65,83	2.962,35
377678	CALHAS FORMATO L COCHO FURTADA COM CHAPA GALVALUME - EXPESSURA DE 0,43MM E LARGURA DE 0,60 CM	METRO	210	80,00	16.800,00
377655	CHAPA PARA VEDACAO - CONDUTOR DE ÁGUA RETANGULAR PARA TELHADO DE ALUMINIO, (ESPESSURA=0,70MM), POR METRO LINEAR	UNIDADE	182	63,48	11.553,36
377654	CUMEEIRA - DE ACO GALVALUME, ONDULADA COM LARGURA DE 0,7M, COMPRIMENTO DE 0,99M E ESPESSURA 0,43MM	UNIDADE	187	72,50	13.557,50
377665	PINGADEIRA DE PAREDE C MOLDURA LARG. CHAPA 0,40 CM	METRO	145	60,00	8.700,00
377718	PINGADEIRA DE PAREDE C MOLDURA LARG. CHAPA 0,50 CM	METRO	150	70,50	10.575,00
377668	PINGADEIRA DE PAREDE LARGURA DE CHAPA 0,25 CM	METRO	160	35,00	5.600,00
377669	PINGADEIRA DE PAREDE LARGURA DE CHAPA 0,30 CM	METRO	215	42,50	9.137,50
377670	PINGADEIRA DE PAREDE LARGURA DE CHAPA 0,35 CM	METRO	100	48,33	4.833,00
377671	RUFO DE PAREDE CORTE DE CHAPA 0,20 CM	METRO	630	30,00	18.900,00
377672	RUFO DE PAREDE CORTE DE CHAPA 0,25 CM	METRO	510	35,00	17.850,00
377673	RUFO DE PAREDE CORTE DE CHAPA 0,30 CM	METRO	175	42,50	7.437,50
377674	RUFO DE PAREDE CORTE DE CHAPA 0,35 CM	METRO	220	48,33	10.632,60

2 - LOTE 02 no valor de R$ 16.489,00

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377663	COIFA EM AÇO INOX - PARA AREA DO FORNO DE LASTRO E FORNO A GÁS - 1,20 X 0,90.	UNIDADE	11	1.499,00	16.489,00

5 - LOTE 05 no valor de R$ 126.651,60

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377667	MANUTENÇÃO E VEDAÇÃO DE VAZAMENTOS DE TELHADO	METRO	1303	97,20	126.651,60

6 - LOTE 06 no valor de R$ 90.368,90

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374160	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CALHAS E TUBOS DE DESCIDA, (COD: 88316 - SERVENTE)	METRO	3622	24,95	90.368,90

Total Fornecedor R$ 504.061,81

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será:

no máximo 10 (dez) dias após a ordem de serviços nos serviços de confecção e instalação de calhas, rufos, pingadeiras, coifas e exaustores; no máximo 05 (cinco) dias após a ordem de serviços, após a ordem de serviço nas manutenções corretivas (serviços de limpeza, manutenção dos itens já existentes).

5.2 – Os produtos (calhas, rufos, pingadeiras, exaustores e coifas) deverão ser entregues instalados, o fornecedor é responsável em fornecer todo o ferramental necessário para a execução dos serviços de confecção e instalação dos produtos, é responsável ainda pelo transporte, escadas, andaimes, ferramentas e todo e qualquer outro material necessário a execução dos serviços. É responsável ainda pela remoção e transporte de restos de obra oriundos dos serviços de instalação dos produtos. Durante a execução dos serviços será exigido da empresa contratada o uso de EPIS por todos os funcionários necessários a execução dos serviços, os EPIS deverão ser apropriados aos serviços em execução, estarem em bom estado de conservação e estarem dentro do prazo de validade. a contratada fica responsável pelo fornecimento e instalação de qualquer item quebrado ou danificado durante a execução dos serviços (exemplo: telhas, beirais, forros, janelas, vidros) incluso todos os materiais necessários para fixação, como parafusos, abraçadeiras, e outros materiais pertinentes à execução dos serviços. Para a fixação produtos (calhas, rufos, pingadeiras, exaustores e coifas), todos os parafusos e pregos devem ser galvanizados, nas emendas das peças e faces em contato com alvenaria. Deverá ser aplicado adesivo selante para evitar qualquer tipo de infiltração.

5.3 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.4 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.5 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

5.5.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

5.5.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços;

5.5.3 – Veículo adequado para a realização dos serviços.

5.6 - São obrigações da empresa a ser contratada:

5.6.1 - Fornecer o transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e seu pessoal até os locais da execução dos serviços;

5.6.2 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

5.6.3 - Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, podendo ser área urbana e rural do município, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.6.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.6.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

5.7 - Todas as intervenções técnicas de manutenção somente poderão ser consideradas concluídas após o acompanhamento e testado, de forma a certificar o técnico executor da plena normalidade no comportamento do sistema;

5.8 - Todos os procedimentos de manutenção corretiva e testes deverão ser realizados sob anuência prévia da Prefeitura, para permitir a tomada de providências que previnam eventuais riscos à qualidade, em decorrência dos procedimentos da manutenção. Portanto, procedimentos que importem na alteração temporária do funcionamento, deverão ser executados de forma programada.

5.9 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS:

5.9.1 - O licitante vencedor garante a colocação produtos (calhas, rufos, pingadeiras, exaustores e coifas) em condições normais de operação de acordo com as especificações do fabricante e por estes serviços concederá garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

5.9.2 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a empresa contratada será comunicada e deverá de imediato, providenciar novo reparo, desta feita, sem ônus para a prefeitura;

5.10 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12- Recebimento Dos Serviços:

5.12.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 – A empresa contratada se responsabiliza em atender todos os prédios do Município, isso inclui as Escolas Municipais e Unidades de Atendimento à Saúde do interior do Município.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Sicredi Agência nº 0818 Conta corrente nº 55.109-4 em nome de A. G. NEVES

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: **04.001.04.122.0055.20076** - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **04.001.04.122.0055.20076** - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.005.27.812.0047.20128** – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE **– 33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **07.005.27.812.0047.20128** – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE **–** ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.361.0068.20020** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.361.0068.20020** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.001.12.122.0068.20086** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **07.001.12.122.0068.20086** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **–** ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20043** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20043** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20029** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE **– 33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0068.20029** – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.365.0015.10062** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES PARA PRÉ ESCOLA – **44.90.52.00** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES

CÓDIGO GERAL: **07.002.12.361.0015.10045** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES PARA ENSINO FUNDAMENTAL – **44.90.52.00** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES

CÓDIGO GERAL: **07.001.12.122.0015.10116** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – **44.90.52.00** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.122.0013.20098** – MANUTENÇÃO DA UNID ADMINISTRATIVA – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.122.0013.20098** – MANUTENÇÃO DA UNID ADMINISTRATIVA – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.302.0013.20047** – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.302.0013.20047** – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – **33.90.39.00** – PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.302.0013.20046** - MANUTENÇÃO DO CRDO – ***33.90.30.00*** – *MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.302.0013.20046** - MANUTENÇÃO DO CRDO – ***33.90.39.000*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.301.0013.20050** – MANUTENÇÃO DAS UNIDS BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – ***33.90.30.00*** – *MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.301.0013.20050** – MANUTENÇÃO DAS UNIDS BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **09.001.08.244.0004.20065** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **09.001.08.244.0004.20065** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **09.001.08.244.0053.10096** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – **44.90.52.00** – AQUISIÇÃO DE PERMANENTES

CÓDIGO GERAL: **10.001.04.122.0004.20015** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **10.001.04.122.0004.20015** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

CÓDIGO GERAL: **15.001.22.122.0055.20117** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: **15.001.22.122.0055.20117** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – ***33.90.39.00*** – *PESSOA JURIDICA*

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Saúde / Hospital Municipal	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria de Saúde / CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria de Saúde / PSF's	**Klebs Luiz Pereira**	**6403/2017**
Secretaria de Obras e Transportes	**Antônia Werica Galvão Costa Paixão**	**10618/2021**
Secretaria de Industria, Comercio, Turismo e Lazer	**José Sales de Souza Luna**	**10658/2021**
Secretaria de Administração	**Eder dos Santos**	**11002/2022**
Secretaria de Assistência Social	**Cynthia Passos Carvalho Ximenes**	**7451/2018**
Secretaria de Educação e Desporto	**Elaine Rocha Tussi**	**10657/2021**
Secretaria de Educação e Desporto / Departamento de Esportes	**Maurina Marques da Silva**	**11012/2022**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 043/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

A. G. NEVES

CNPJ nº. 42.782.178/0001-81

ANDERSON GARCIA NEVES

CPF nº. 064.897.841-90

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4.302 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LIBERAÇÃO DE ENTREGA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA NO BAIRRO BOM JARDIM DE MATUPÁ/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, a realização do processo de regularização fundiária realizado no bairro Bom Jardim em conformidade com o decreto nº 4.293, de 21 de Setembro de 2022;

CONSIDERANDO, o dever da administração em promover a integração direitos sociais e condições de vida adequadas, bem como dar função social a propriedade visando promover um desenvolvimento ordenado e planejado, garantindo assim bem-estar de seus habitantes.

DECRETA

Art. 1º - Fica liberada a entrega de materiais de construção e a instalação de água e energia no **BAIRRO BOM JARDIM** (Bairro dos Índios).

Paragrafo Único – Para implementação desta medida, serão comunicadas as lojas de materiais de construção deste município, bem como, a Energisa e Águas de Matupá, informando a liberação determinada pelo Art. 1°.

Art. 2° - Parte integrante deste Decreto o Mapa que delimita a área conforme Anexo Único.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá -MT

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 4.302 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 048/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que FICA PRORROGADO no próximo dia 05 de outubro de 2022 às 09h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 08:00 horas do dia 05/10/2022 (Horário de Brasília/DF). A prorrogação foi necessária pois o site da BLL Compras apresentou instabilidade por cerca de duas horas na manhã do dia 03/10/2022 e nós resolvemos conceder um prazo maior para quem não conseguiu cadastrar as informações. Maiores informações estarão disponíveis no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio

Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de outubro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4303, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DECRETA HÓSPEDE OFICIAL NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DO MATO GROSSO, A ILUSTRES VISITANTES".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e;

CONSIDERANDO a visita do Governador do Rotary Clube do Distrito 4440, ao nosso Município;

CONSIDERANDO que, o Rotary Clube de Matupá é entidade ativa nas promoções sociais sempre interessada ao bem-estar comum, recebe o seu ilustre Governador, pessoa de alta importância e de enorme valia, cuja visita dignifica o Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado ***visitante ilustre,*** o Senhor ***FELÍCIO JOSÉ DOS SANTOS,*** Governador do Rotary Clube - Distrito 4440, durante sua estadia, a homenagem de ***HÓSPEDE OFICIAL*** no Município de Matupá - MT, ***no dia 03 de outubro de 2022.***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 179/2022

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ADAPTATIVA NO WEBSITE DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO E OUVIDORIA ON LINE CONFORME LEI 13.460/2017 E DO SISTEMA 100% ONLINE DE SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS COM GERAÇÃO DE PROTOCOLOS, GRÁFICOS, ESTATÍSTICAS, COM A PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL EM TEMPO REAL PARA O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT" de acordo com a clausula 06 deste Contrato que são partes integrantes do Edital 099/2022 da respectiva **Carta Convite nº 01/2022.**

CONTRATADA: **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI**

Valor/Global: O preço global para os serviços a serem realizados, será de **R$ 48.468,00 (Quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).**

Assinatura: 03/10/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 12511 DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra.***SAMARA DOS SANTOS CASTRO DA SILVA*** a exercer o cargo de ***CHEFE DE DIVISÃO,*** junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL*** o qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 26 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 12510 DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

"Concede ***LICENÇA MATERNIDADE,*** aservidora ***JAQUELINE SOUSA OLIVEIRA,*** no cargo de ***TECNICO EM EMFERMAGEM*** e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder ***LICENÇA MATERNIDADE,*** a servidora ***JAQUELINE SOUSA OLIVEIRA, TECNICO EM EMFERMAGEM,***matrícula nº 8336 a partir de 26 de setembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 26 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 631 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

NOMEIA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVOS078/22.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município e considerando, a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93; Decreto Municipal nº 2761/2014 e Instrução Normativa nº 50/2014,

RESOLVE:

Art. 1º -Designar o servidor **LUISMAR DA SILVA MARTINS**, CPF nº 015.359.871-97, matrícula nº 478,lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, para acompanhar e fiscalizar, como Fiscal Titular, a execução do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 - Contratada:** COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, resultante do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 056/2022, cujo objeto é aquisição de seguros para a frota de veículos da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Fica designado para substituir, nos impedimentos do titular, o servidor **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**, CPF: nº 651.075.941-15, matrícula nº 5360.

Art. 3º - Compete o fiscal ora designado às atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 630/2022

PORTARIA Nº 630 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, o servidor **FABIO MANEA,** ocupante do cargo de**CONTADOR,**naSecretaria de Fazenda, desempenhando suas funções na Coordenadoria de Contabilidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 627/2022

PORTARIA Nº 627 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, servidor**,**naSecretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de Merendeira, desempenhando suas funções na C.E.I Pequeno Polegar.

ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 628/2022

PORTARIA Nº 628 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR OS SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, o servidor **EDY CARLOS BASEGGIO,** ocupante do cargo de**FISIOTERAPEUTA,**naSecretaria de Saúde, desempenhando suas funções na Gestão de Centro de Reabilitação.

Artigo 2º - Lotar, a servidora **POLIANA APARECIDA SOARES,** ocupante do cargo de**PSICOLOGA,**naSecretaria de Saúde, desempenhando suas funções na Centro de Saúde.

Artigo 3º - Lotar, o servidor **VALDINEI PASQUETO PEREZ,** ocupante do cargo de**MOTORISTA,**naSecretaria de Saúde, desempenhando suas funções na Secção de Frotas.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 623/2022

PORTARIA Nº 623 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, o servidor **THAILON CAMILO NIERI,** ocupante do cargo de**ENGENHEIRO CIVIL,**naSecretaria de Administração, desempenhando suas funções na Seção de Engenharia.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

COORDENADORIA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 632/2022

PORTARIA Nº 632 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE READAPTAÇÃO PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento, do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e;

Considerando Laudo Pericial emitido por médico, com pedido de readaptação da referida servidora em atividades sem esforços físicos, ou movimentos repetitivos;

Considerando ainda a previsão contida no art. 17 da Lei Complementar 157/2016 e art. 12 do Decreto 3304/2018,

RESOLVE:

Artigo 1º- Afastar a servidora **JOSCI DOS SANTOS**, das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por 180 (cento e Oitenta dias) dias, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica.

Artigo 2º- Reaproveitar a servidora mencionada no artigo anterior a partir de *21/07/2022*, para exercer atividades na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no Centro de Educação Infantil **"Francisco Cruz"**, local em que atenderá ao publico e higienizará mesas e cadeiras do refeitório.

Artigo 3º Submeter ao acompanhamento e avaliação a cada 30 (trinta) dias com emissão de relatório pelo chefe imediato.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração e Planejamento

JKO/ate

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 625/2022

PORTARIA Nº 625 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, servidor no cargo de Inspetor Sanitário Animal, naSecretaria de Desenvolvimento Sustentável, desempenhando suas funções na Gestão de Agricultura e Pecuária.

JOYCE OLIVEIRA CASTRO

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 626/2022

PORTARIA Nº 626 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, a servidora **SIMONE RODRIGUES MACHADO SILVEIRA,** ocupante do cargo de**MERENDEIRA,**naSecretaria de Desenvolvimento Social, desempenhando suas funções no Cras.

Artigo 2º - Lotar, a servidora **LILIAN KELLI PERERIA TAMANDARE,** ocupante do cargo de**PSICOLOGA,**naSecretaria de Desenvolvimento Social, desempenhando suas funções na Gestão de Programas Sociais.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 624/2022

PORTARIA Nº 624 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, servidores nos cargos de Auxiliar de Manutenção e Agente de Transito na Secretaria de Infra-Estrutura.

ALEXANDRE LEAL DOS SANTOS	**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO**	**SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPRIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS**
MARCO AURELIO NASCIMENTO JUNIOR	**AGENTE DE TRANSITO**	**SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO E SINALIZAÇÃO VIARIA**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 629/2022

PORTARIA Nº 629 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LOTAR SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2020 QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar, a servidora **DANIELLE DIAS ANDRE,** ocupante do cargo de**TELEFONISTA,**no Gabinete do Prefeito, desempenhando suas funções na Chefia de Gabinete.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de outubro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 481/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Roberto Vinícius Bueno de Oliveira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Roberto Vinícius Bueno de Oliveira***, portador do RG nº. 3426677-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 062.165. 031-54, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Subprefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/09/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de setembro de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 480/2022

"Nomeia os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), e dá outras providências".

*Considerando*o disposto na Lei Municipal nº. 1.482/2018.

Considerando o disposto no Decreto nº. 032/2018.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

COORDENADOR: PRISCYLLA FRAZÃO DE BRITO;

SECRETÁRIO: FABIANO JOSÉ DA SILVA;

DIRETOR TÉCNICO: MAGNO DA SILVA BAHIA;

DIRETOR DO SETOR OPERATIVO: EDSON FRIEDRICH

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Em especial a Portaria n.º 140/2022.

Nobres/MT, em 22de setembro de 2022

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 482/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Israel Oliveira de Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Israel Oliveira de Souza***, portador do RG nº. 3636691-9 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 705.150.282-40, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Subprefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/09/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de setembro de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 485/2022

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Gabriel Francisco Dassi,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Gabriel Francisco Dassi,*** portador do RG nº. 2474024-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 050.706.741-02, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 03/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 29 de setembro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 141/2022

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
AUREA MARIA DA SILVA	C/3	C/4
ADENIL MENDES DA SILVA	C/2	C/3
ADRIANA ANGE RIBEIRO	C/1	C/2
ADRIANA MARIA SOUZA DA SILVA	C/1	C/2
ANTONIA LIDINEI SOARES PEREIRA	C/1	C/2
BERENICE VERONICA OJEDA	C/1	C/2
DEUZETE FERREIRA DE LIMA	C/1	C/2
EVA MARQUES DE ALMEIDA	C/2	C/3
LOECI ROSALIA DA SILVA ALVES DE SOUZA	C/1	C/2
SUELEN PATRICIA ALMEIDA	B/2	B/3
SANDRA DIAS ORIBE	C/1	C/2
VANILDES APARECIDA DE ARRUDA MORAES	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir 01/10/2022, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 29 de setembro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 483/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Keven Willian Carvalho Telex,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Keven Willian Carvalho Telex***, portador do RG nº. 2840259-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 066.898.431-73, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Subprefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/09/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de setembro de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

JURIDICO
DECRETO N°. 209/2022

SÚMULA: *DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o art. 20 da Lei Municipal nº. 907/2015, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, destinado a captar e aplicar os recursos que lhe forem destinados;

CONSIDERANDO a **Resolução nº 137, DE 21 DE JANEIRO DE 2010,** *que Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências,* atribuições dos Conselhos de Direitos em relação aos Fundos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o art. 8º da resolução acima mencionada que determina as atribuições dos Conselhos de Direitos em relação aos Fundos da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada como GESTORA do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA, a servidora Regina de Souza Mendonça, matricula nº. 5159, atualmente exercendo o cargo de Secretária Municipal de Finanças do Município de Nova Bandeirantes/MT.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, em 03 de outubro de 2022.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO Nº 098/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2022

ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 098/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2022

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DO TELHADO DA CRECHE MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT,** e demais especificações contidas no Termo de Referência" Atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT, através do **Prefeito Municipal,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022, determina à empresa **SERRALHERIA E FERRAGENS GALINDO LTDA**, sede na Est. Abatiá, bairro zona rural, cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **36.819.655/0001-33**, e-mail: wellingtonadna@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **WELLINGTON JOSE DA SILVA GALINDO,** portador da Carteira de Identidade nº 23818352 SJSP/MT e titular do CPF nº 047.548.141-00, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ FERNANDO MINELI GONZALES,** portador da carteira profissional N.º **50820 CREA/MT**, a executar os serviços de execução da obra conforme descriminado acima em conformidade com as planilhas e projetos do mesmo, o prazo para início da execução da obra deve ser no máximo 05 (cinco) dias após a ordem de serviço, que será emitida pelo departamento de engenharia da prefeitura municipal de nova Bandeirantes – MT, bem como devera se dar no prazo de 05 (cinco) dias para fixar a placa no padrão da obra**,** dentro das especificações constantes no Contrato nº 098/2022, conforme segue:

Nova Bandeirantes – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

CESAR AUGUSTO PERIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DATA: _____/____/2022.

_____

SERRALHERIA E FERRAGENS GALINDO LTDA

CNPJ: **36.819.655/0001-33**

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/RH
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO LOA 2023 REALIZADA EM 27/09/2022 LOCAL: PLENARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois, imediatamente após a audiência pública da prestação de contas do 2º quadrimestre de 2022, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes, para apresentar em audiência pública o Projeto de Lei que trata da Lei Orçamentária LOA 2023. Na sequência o apresentador falou que os convites foram publicados no site oficial do município de Nova Bandeirantes, no Portal Transparência e no Jornal Oficial dos Municípios AMM, foram convidados ainda, todo o secretariado e instituições municipais, e representantes dos partidos políticos, e ainda, afixado em mural para conhecimento geral dos servidores municipais e demais interessados e/ou visitantes. Em ato contínuo o Sr. Sidney Oribes, da assessoria de planejamento, agradeceu a presença dos presentes, deu as boas-vindas e reiniciou a apresentação falando da obrigatoriedade legal e da necessidade de realização das audiências públicas, para que os munícipes conheçam as ações governamentais, também da obrigatoriedade da compatibilidade entre as peças de planejamento: PPA; LDO e LOA, e que a LOA 2023 é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho e ações para o exercício. Falou das ses-

sões de audiências realizadas para tratar desses assuntos PPA audiência em: 27/05/2021; LDO/2023 audiência em: 17/05/2022, outrora realizados nesta Câmara de Vereadores e várias reuniões com o secretariado e nesta data a LOA/2023 entra em audiência para conhecer a opinião dos populares e ainda, da importância da participação popular para conhecer a destinação dos recursos públicos, citou ainda, o artigo 48 da LC/101, sobre a transparência na Gestão Pública e o incentivo a participação popular. Assim como, a Lei nº 12.527/2011, Lei Federal de Acesso à Informação e Lei nº 791/2013, Lei Municipal de Acesso à Informação.Iniciou a apresentação demonstrando o artigo 1º do PL que trata estimativa de receita e da fixação das despesas num total de R$ 81.000.000,00 para o exercício de 2023, assim distribuídos: Orçamento Fiscal R$ 67.391.000,00; da Seguridade Social R$ 22.004.000,00 (subdivididos em: Saúde R$ 18.818.000,00 e Assistência Social R$ 3.186.000,00); dedução de Impostos e Taxas R$ (225.000,00) e dedução para formação do FUNDEB R$ (8.170.000,00). Discriminação das receitas correntes **R$ 72.380.000,00, ou seja:** Impostos R$ 7.876.000,00; Taxas R$ 1.139.000,00; Contribuições COSIP R$ 750.000,00; Receita Patrimonial R$ 630.000,00; Receita de Serviços R$ 1.235.000,00; Transferências Correntes R$ 68.989.000,00; Outras Receitas Correntes R$ 148.000,00 e (-) soma das deduções R$ 8.395.000,00. Receitas de Capital R$ 8.620.000,00; sendo subdividido em: Operações de Créditos R$ 300.000,00; Alienação de bens R$ 300.000,00 e Transferência Capital R$ 8.020.000,00, perfazendo a soma das receitas em R$ 81.000.000,00. Demonstrou na sequência a soma das despesas correntes consolidada R$ 71.962.000,00, com detalhamento por tipo de despesa: Pessoal e Encargos R$ 34.036.000,00, subdividido em: Consórcio R$ 4.000,00; Contratos (temporários) R$ 5.878.000,00; Vencimentos Pessoal R$ 21.543.000,00; Pessoal Requisitado R$ 100.000,00; Precatórios R$ 31.000,00; Encargos INSS R$ 6.115.000,00 e Indenizações Trabalhista R$ 365.000,00. Outras despesas mais significativas: Juros da Dívida R$ 600.000,00; Outras Desp. Correntes R$ 37.326.000,00; Consórcio R$ 393.000,00; Diárias R$ 837.000,00; Material de Consumo R$ 13.856.000,00; Locações e fretes e locomoções R$ 1.422.000,00; Terceirização de serviços R$ 3.725.000,00; Pessoa Jurídica R$ 12.742.000,00 e Pasep R$ 800.000,00. Despesas de Capital R$ 8.338.000,00; Amortização da Dívida R$ 600.000,00; Despesas com Investimentos R$ 7.738.000,00, assim dividido: Obras e Instalações R$ 5.528.000,00; Equipamentos e Material R$ 2.157.000,00 e Aquisição de Imóveis R$ 50.000,00, valor simbólico para eventual aquisição de imóveis para diversos fins, desde a implantação de indústria ou comércio para a geração de empregos, até aquisição para uso próprio. Na sequência, apresentou aos presentes a estrutura administrativa do município e dentro dela todos os órgãos e unidades orçamentárias, as quais promoverão as despesas orçamentária no decorrer do curso do exercício de 2023.

Apresentou as natureza das receitas estimadas e as despesas fixadas por órgão em unidades perfazendo o montante de R$ 81.000.000,00. E, apresentou o detalhamento sintético das despesas que farão parte das estruturas do município: Câmara de Vereadores R$ 2.400.000,00; Gabinete do Prefeito R$ 2.196.000,00: Gastos do Gabinete R$ 1.301.000,00; Assessoria Jurídica R$ 435.000,00; Controladoria Interna R$ 136.000,00; Junta de Serv. Militar R$ 84.000,00, ainda previu o valor de R$ 240.000,00 de reserva no Gabinete do Prefeito para Emenda Parlamentar Impositiva de indicação dos vereadores. Secretaria de Administração R$ 4.444.000,00: Gabinete do Secretário R$ 3.490.000,00; Departamento de Rec. Humanos R$ 171.000,00; Departamento de Patrimônio e Almoxarifado R$ 70.000,00; Departamento de Compras e Licitações R$ 240.000,00 e Departamento de Trânsito R$ 473.000,00. Secretaria de Educação R$ 20.766.000,00: Departamento de Educação R$ 4.835.000,00; Transporte Escolar R$ 2.639.000,00; Alimentação Escolar R$ 581.000,00; Fundeb 30% R$ 1.154.000,00 e Fundeb 70% R$ 11.546.000,00. Secretaria de Saúde R$ 18.818.000,00: Gestão do SUS R$ 2.726.000,00; Atenção Básica R$ 6.659.000,00; Média Complexidade R$ 7.872.000,00; Assistência Farmacêutica R$ 720.000,00 e Vigilância em Saúde R$ 541.000,00. Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Tecnologia e Saneamento R$ 7.226.000,00: Gabinete do Secretário R$ 2.329.000,00; Meio Ambiente R$ 70.000,00 e Saneamento R$ 4.827.000,00. Secretaria de Finanças R$ 4.561.000,00: Gabinete do(a) Secretário(a) R$ 3.743.000,00; de Contabilidade R$ 454.000,00; Departamento de Tesouraria R$ 172.000,00 e Departamento de Tributação e Cadastro R$ 192.000,00. Secretaria de Governo R$ 824.000,00: Gabinete do(a) Secretário(a) R$ 463.000,00; Ouvidoria Geral R$ 47.000,00; Imprensa e Comunicação R$ 303.000,00 e Segurança Pública R$ 11.000,00. Secretaria de Desporto, Lazer, Cultura e Juventude R$ 1.664.000,00: Desporto e Lazer R$ 1.424.000,00; Cultura e Juventude R$ 240.000,00. Secretaria de Ind. Com. Turismo e Mineração R$ 466.000,00. Secretaria de Infraestrutura e Transportes R$ 11.347.000,00: Administração da Secretaria R$ 4.125.000,00; Pavimentação asfáltica R$ 2.327.000,00; Serviços Urbanos R$ 1.095.000,00; Fethab R$ 3.800.000,00. Secretaria de Serviço Social R$ 3.291.000,00: Gestão do SUAS R$ 2.185.000,00; FMAS – Atenção Básica R$ 739.000,00; FMAS – Auxílio Brasil R$ 85.000,00; FMDCA R$ 177.000,00 e Habitações R$ 105.000,00. Secretaria de Urbanismo e Cidades R$ 3.008.000,00: Administração da Secretaria R$ 2.061.000,00; Engenharia e Projetos R$ 131.000,00; Urbanismo e Cidades R$ 759.000,00 e Regularização Fundiária R$ 57.000,00. Emendas Impositivas: 9 Vereadores R$ 60.000,00 = R$ 540.000,00, subdividida assim: Saúde R$ 300.000,00

demais indicações R$ 240.000,00. Falou ainda acerca da publicação desse material no site da prefeitura para conhecimento da população em geral em: www.novabandeirantes.mt.gov.br no Portal Transparência do município e ratificou que esse projeto estará em discussão na Câmara de Vereadores em alguns dias, e que, qualquer pessoa poderá fazer recomendação e sugestão antes da aprovação do Projeto de Lei. Na sequência abriu a palavra aos presentes, no qual o Sr. Jair Secretário de Saúde falou aos presentes acerca do compromisso da construção do hospital municipal e das demandas da saúde que tem aumentado muito, por conta do acréscimo populacional, e ainda, acerca da possibilidade de incremento econômico regional pela construção de usinas no Rio Juruena, e que o valor mencionado para a área da saúde parece muito, mas não é, e que certamente muitos esforços deverão ser envidados para atender a saúde com excelência. Após, nenhuma outra pessoa se dispôs a falar, então deu-se por encerrada a sessão de audiência pública as 17:15hs. E, eu _____ Edineide Ribeiro Marcolino Corrêa, lavrei a presente ata que vai por mim e os presentes assinada e pelos presentes em lista anexa.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001 CONTRATO ADIMINISTRATIVO Nº 090/2021

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001

CONTRATO ADIMINISTRATIVO Nº 090/2021

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Contrato nº. 090/2021.

CONTRATANTE: O **Município de Nova Bandeirantes**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 33.683.822/0001-73.

CONTRATADAS: A empresa **FUNERÁRIA PAX CRISTO REI EIRELI,** inscrita no CNPJ Nº **27.139.155/0001-60**.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº. 103/2021, Tomada de Preços nº. 003/2021.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, (FORNECIMENTO DE URNAS FUNERÁRIAS E SERVIÇO DE TRANSLADO), DESTINADOS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

Órgão:09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 005 – FMAS – BLOCO DE GESTÃO BOLSA FAMILIA E CAD. UNICO
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
Projeto/Atividade: 2 207 – Manutenção dos Benefícios Eventuais
0554 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Nova Bandeirantes – MT, 29 de setembro de 2022.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CEZAR APARECIDO ZANONI	044.345.259-80	0117/00161/2022
JOSE ALVES RIBEIRO	006.500.978-90	0117/00201/2022
JOSE ALVES RIBEIRO	006.500.978-90	0117/00202/2022
LUIZ CARLOS TAVARES	225.883.708-10	0117/00204/2022
MADEIREIRA JUARA LTDA	01.380.666/0001-85	0117/00206/2022
MAURO APARECIDO PUGLIERI	044.359.308-62	0117/00219/2022
NATAL BRAGATTI	197.469.469-00	0117/00220/2022
NERI SCHIOCHET	344.712.271-49	0117/00222/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Flávia Barbosa de Araújo Silva Matrícula: 00004736 Cargo: Chefe Departamento de Tributação e Cadastro / 3292022

Data de afixação: Data de desafixação:

03/10/2022

18/10/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2022

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2022, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, E A EMPRESA **BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI**.

Pelo presente instrumento, o Município de NOVA BANDEIRANTES, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, resolve celebrar, o presente Termo de Apostilamento, a Ata de Registro de Preços celebrada com a empresa **BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ. 14.932.036/0001-18, situada na Av. Jose Francisco Otênio, n° 1054, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo senhor **IRINEU DA ROCHA**, portador do RG n°. 1010599 e inscrito sob o CPF n°. 550.604.551-49, residente e domiciliada situada na Av. Jose Francisco Otênio, n°. S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, considerando solicitação da empresa contratada no que tange ao reequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços; considerando o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do Termo de Apostilamento, a revisão do preço do combustível decorrente do desequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado através de notas fiscais. 1.2 A presente ata de registro teve alteração nos seguintes itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR REAJUSTADO	VALOR %
01	COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	R$ 5,97	R$ 5,82	1,02

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços inicial que não foram modificadas de modo expresso por esse instrumento.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI

CNPJ: 14.932.036/0001-18

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 337/2022

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 337/2022

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

BATISTA VIEIRA ALVES, Agente de Conservação, portador do CPF 035. 548.398.09, matricula 945.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução da **Ata de Registro de Preços Nº 059/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **EMBRIONORTE FERTILIZACAO IN VITRO LTDA**, tendo como **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICO VETERINÁRIO, PARA REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ANIMAIS DO TIPO (ASPIRAÇÃO FOLICULAR TE TIFOI E TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES, O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DEVERÁ CUMPRIR CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 (VINTE) HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, parte integrante deste Edital, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

TALYSON ANTONIO LIMA SILVA, Agente de Conservação, portador do CPF 069.860.231-54, matricula 5384.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 22 de agosto de 2022.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECRETO Nº 204, DE 28 DE SETEMBRO 2022

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

" DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em Nova Bandeirantes em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos,

indicadores e metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

c) deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

d) homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I- Secretária Municipal de Administração; Simone Cristina Barbosa Da Silva

II- Secretária Municipal de Finanças; Regina Mendonça de Souza

III- Secretário Municipal de Urbanismo e Cidade; Mario Cesar Costa

IV- Secretário Municipal de Esporte Lazer e juventude; Valdir Gonçalves

V- Secretária Municipal de Assistência Social; Ana Paula Otênio Perigo

VI- Secretário Municipal de Saúde; Jair Habowski

VII- Secretário de Governo; Paulo Sérgio Bertolo

VIII- Secretário Municipal de Agricultura; Marino Francisco Domingues

IX- Secretário Municipal de Industria Comércio e Mineração; João Batista da Silva

X- Secretário Municipal de Educação; Wagno Rosa Ribeiro

XI- Secretário Municipal de Obras e infraestrutura; Ozéias Teodoro Candido

XII- Controle interno; Áurea Pereira dos Anjos Paula da Silva

XIII- Assessor Contábil; Eleandro Antônio Pereco

XIV- Contadora; Edineide Ribeiro Marcolino

XV- Chefe Depto de Tributação e Cadastro; Flávia Barbosa de Araújo Silva

XVI- Ouvidor Geral; Marcelo Wesley Luz Nicola

XVII- Agente de Conservação - SAAE; Batista Vieira Alves

XVIII- Engenheiro Florestal; Paulo Marcelo Nogueira Gomes

XIX- Controlador Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico – GPE; Simone Cristina Barbosa Da Silva

Art. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNÍCIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 28 de Setembro de 2022.

Registra-se, publique-se e Cumpra-se

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2022.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
25/10/2022	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
28/11/2022	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
13/12/2022	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
31/01/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
28/02/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
28/03/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
25/04/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
30/05/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
27/06/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
25/07/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
29/08/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
26/09/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
31/10/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
28/11/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura
19/12/2023	15:00 Horas	Sala de Reunião Prefeitura

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00010, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00010, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LILIAN ARAUJO DOS SANTOS	022.241.331-03	0117/00053/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Flávia Barbosa de Araújo Silva Matrícula: 00004736 Cargo: Chefe Departamento de Tributação e Cadastro / 3292022

Data de afixação: Data de desafixação:

03/10/2022

18/10/2022

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
NIVALDO PEREIRA LIMA	336.517.525-34	0117/00225/2022
NIVALDO PEREIRA LIMA	336.517.525-34	0117/00226/2022
OLAVO OLIVEIRA JUSTINO JUNIOR	630.157.651-91	0117/00197/2022
OLAVO OLIVEIRA JUSTINO JUNIOR	630.157.651-91	0117/00198/2022
SEBASTIAO GILBERTO TAVARES	786.333.628-72	0117/00135/2022
SEBASTIAO GILBERTO TAVARES	786.333.628-72	0117/00136/2022

TADEU PAULO BELLINCANTA	278.346.979-00	0117/00160/2022
VALDINEI GONCALVES DOS SANTOS	005.768.291-70	0117/00177/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Flávia Barbosa de Araújo Silva Matrícula: 00004736
Cargo: Chefe Departamento de Tributação e Cadastro / 3292022

Data de afixação: Data de desafixação:

03/10/2022

18/10/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL 0012022

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL 001/2022 DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2022

MARILZAAUGUSTADEOLIVEIRA,Prefeita do Município de Nova Brasilândia , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela

Portaria nº 412, de 20 de setembro de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO,** destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas da Estrutura Administrativa a qual destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos aos cargos descritos, mediante as condições estabelecidas neste edital, por prazo determinado.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O PROCESSO SELETIVO a que se refere o presente edital será organizado e executado pela Prefeitura Municipal, com supervisão dos membros da Comissão de Organização do PROCESSO SELETIVO, nomeada pela Portaria nº 412, de 20 de setembro de 2022, que ficará instalada na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia. 1.2. O presente PROCESSO SELETIVO se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos para o preenchimento de vagas temporárias, verificando o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura. 1.3. As informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, não serão fornecidas por telefones ou e-mail. Devendo o candidato, observar as formas de divulgação estabelecidas deste edital e demais publicações nos endereços eletrônicos: , https://www.novabrasilandia .mt.gov.br/ e https://www.amm.org.br.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

Ord.	Cargo/Contratação	Vagas	Vagas PNE	Vencimento	Carga Horária	Requisitos do Cargo
001	19 – Assistente Social	CR	-	R$ 3.827,16	40 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe.
002	50 - Agente de Limpeza Pública	CR	-	R$ 1.248,76	40 horas	Ens.Fundamental.
003	52 – Auxiliar de Consultório Dentário	CR	-	R$ 1.300,82	40 horas	Ensino Profissionalizante+Registro no Conselho.
004	65 - Motorista - Categoria “D”	CR	-	R$ 1.683,38	40 horas	Ensino Fundamental + CNH na Categoria “D”.
005	66 - Motorista Escolar	CR	-	R$ 1.683,38	40 horas	Ensino Fundamental + CNH na Categoria “D”.
006	68 – Operador de Motoniveladora	CR	-	R$ 1.759,91	40 horas	Ensino Fundamental + CNH na Categoria “D”.
007	71 – Operador de Esteira	CR	-	R$ 1.683,38	40 horas	Ensino Fundamental + CNH na Categoria “D”.
008	83 – Técnico Agropecuário	CR	-	R$ 2.020,71	40 horas	Ensino Profissionalizante+Registro no Conselho de Classe
009	86 – Técnico de Enfermagem	CR	-	R$ 1.626,53	40 horas	Ensino Profissionalizante + Registro no Conselho de Classe
010	88 – Técnico em Vigilância Sanitária	CR	-	R$ 1.248,46	40 horas	Ensino Profissionalizante + Registro no Conselho de Classe
011	109 - Operador de Máquinas Agrícola	CR	-	R$ 1.683,38	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na Categoria “D”.
012	130 – Médico Veterinário	CR	-	R$ 3.827,16	40 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe
013	173 – Tecnólogo em Raio X	CR	-	R$ 2.295,60	20 horas	Ensino Profissionalizante+Registro no Conselho de Classe
014	179 – Professor de Educação Física	CR	-	R$ 2.204,18	20 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe
015	183 – Operador de Escavadeira Hidráulica	CR	-	R$ 2.487,63	40 horas	Ensino Médio Completo+ CNH na Categoria “D”.
016	184 – Cuidador de Idoso	CR	-	R$ 1.626,53	40 horas	Ensino Fundamental Completo e Certificado de Cuidador de Idoso.
017	20-Enfermeiro	CR	-	R$ 3.827,16	40 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe.
018	96-Psicólogo	CR	-	R$ 3.827,16	40 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe.
019	17-Fisioterapeuta	CR	-	R$ 3.827,16	40 horas	Ensino Superior com Registro no Conselho de Classe.
020	77- Professor de Pedagogia	CR	-	R$ 2.981,44	25 Horas	Ensino Superior Completo e Pós Graduação em Psicopedagogia Clinica ou Institucional.

Total de Vagas		-	-	-	-	-

2.1. As atribuições de cada cargo encontram-se descritas no **Anexo I** deste Edital.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

3. INSCRIÇÕES 3.1. As inscrições ficarão abertas entre às 07 horas e 01 minutos do **dia 05 de Outubro de 2022** até às 17 horas (horário oficial de Mato Grosso) do **dia 31 de Outubro de 2022. a)** As inscrições serão realizadas somente presencial no endereço: **Sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia-MT, Av. Ver. Genival Nunes Araujo, 993-Centro CEP:78.860 000 b)** Ler atentamente este Edital e seus anexos, certificando-se que possui todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. **c)** Preencher corretamente o formulário de inscrição . **3.1.1.** As inscrições serão gratuitas. 3.1.2. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida. 3.1.3. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento. 3.1.4. Ao inscrever-se no PROCESSO SELETIVO é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas. 3.1.5. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. 3.1.6. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo. 3.1.7. O candidato poderá realizar somente uma inscrição. 3.1.8. A ficha de inscrição para o processo seletivo encontram-se no **anexo III** deste edital. **4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO**

4.1. O candidato Aprovado e Classificado no PROCESSO SELETIVO de que trata este edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

4.2. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º da Constituição Federal; 4.3. Estar em gozo de direitos políticos; 4.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral; 4.5. Apresentar Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; 4.6. Ter idade mínima de 18 anos, à época da posse; 4.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por médico ou Junta Médica do Município de Nova Brasilândia - SUS. 4.8. Não estar afastado junto ao INSS, na data limite para admissão, por motivo de doença ou acidente de trabalho; 4.9. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos; 4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor; 4.11. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado; 4.12. Não receber remuneração de cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal. **5. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE** 5.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultados no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em PROCESSO SELETIVO, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras. 5.1.1. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo. **a)** Se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas com necessidades especiais; **b)** Se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), este será arredondado, de modo que o número de vagas destinadas a pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subsequente. 5.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais classificados no PROCESSO SELETIVO, com estrita observância na ordem classificatória. 5.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99; 5.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº3.298/99, particularmente no seu artigo 40, participarão do PROCESSO SELETIVO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos Critérios de aprovação, ao dia, horário e ao local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através da ficha de inscrição especial; 5.1.5. Serão indeferidas as inscrições na condição especial PNE dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente edital e no respectivo laudo médico. 5.1.6. Às pessoas com deficiências visuais (amblíopes) serão oferecidas provas amplificadas, com tamanho e letra correspondente ao corpo 24; 5.1.7. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como PNE e não terão provas especialmente preparadas, sejam quais forem os motivos alegados; 5.1.8. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá interpor recurso em favor de sua situação; 5.1.9. A publicação do resultado final do PROCESSO SELETIVO será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos. **6. DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS** 6.1. O PROCESSO SELETIVO será de provas objetivas e títulos; 6.1.1. A duração da prova será de até 03 h (três horas), já incluída o tempo para preenchimento da folha de respostas. 6.1.2. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta minutos), usando máscara, munido de um dos seguintes documentos originais: Cédula de identidade- RG; Carteira de Ordem ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado Militar; Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei Federal nº 9.5031997 (com foto); Passaporte. 6.1.3. Não serão aceitos documentos de identificação pessoal, na modalidade digital (aplicativos de smartphones), considerando que será necessária apresentação do documento de identificação pessoal durante a realização da prova. 6.1.4. Os documentos citados no subitem 6.1.2 somente serão aceitos, se neles houver a foto do candidato.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

7. DAS PROVAS 7.1. As provas objetivas desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Será atribuída pontuação 0,0 (zero), às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis. 7.2. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos, e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independentes de recurso. 7.3. Durantes as provas não serão permitidas: consultas bibliográ-

ficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados na presença de um fiscal de sala, colocados em embalagens e lacradas; no caso de candidatos (as) que estiverem portando bolsas, estas serão alocadas em local apropriado. A empresa não se responsabiliza pelos pertences do candidato durante a prova. 7.4. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. 7.5. É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova, exceto policiais em serviço. 7.6. Será também eliminado do Processo Seletivo, o candidato que incorrer nas seguintes situações: Se recusar a permanecer até o término da realização das provas e fechamento do malote, em se tratando dos últimos três candidatos; deixar o local de realização da prova sem a devida autorização; tratar com falta de respeito os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; estabelecer comunicação com os outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio; usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros; deixar de atender as normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PROCESSO SELETIVO. 7.7. As respostas das provas escritas serão manuscritas, com utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, indelével, fabricada em material transparente, em letra legível, vedado o uso de líquido corretor de texto ou de caneta hidrográfica fluorescente. As respostas deverão ser assinaladas (preenchidas), pelo candidato, na folha de respostas. 7.8. A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal. 7.9. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que tenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato. 7.10. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala. 7.11. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1h (uma hora) do horário previsto para o início das mesmas e constantes do presente Edital, devendo entregar ao fiscal da sala a respectiva folha de respostas. Após realizar a entrega, o mesmo deve se retirar do local da prova. 7.12. O candidato poderá levar o caderno de provas após decorridos 1h (uma hora) do início da prova; 7.13. O candidato que se ausentar antes do prazo determinado no item anterior, não terá direito a reaver o caderno de provas. **8. DA PONTUAÇÃO NAS PROVAS OBJETIVAS 8.1. Cargos de Ensino Fundamental Incompleto, Fundamental completo, Ensino Medio Completo- NOTA DE CORTE 40 pontos 8.1.1. Etapa – prova objetiva com 20 questões**

Matéria	Nº de questões	Peso	Total
Língua Portuguesa	10	6 pontos	60 pontos
Matemática	05	3 pontos	15 pontos
Conhecimentos Gerais	05	5 pontos	25 pontos
TOTAL GERAL			**100 PONTOS**

8.2 Ensino Médio Técnico e Superior Completo- NOTA DE CORTE 40 pontos.

8.2.1 Etapa – prova objetiva com 25 questões

Matéria	Nº de questões	Peso	Total
Língua Portuguesa	05	3 pontos	15 pontos
Matemática	05	2 pontos	10 pontos
Conhecimentos Gerais	05	3 pontos	15 pontos
Conhecimentos Específicos	10	6 pontos	60 pontos
TOTAL GERAL			**100 PONTOS**

8.3. Os conteúdos Programáticos das provas estão descritos no Anexo III deste edital.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

9. DAS DATAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS 9.1. A prova objetiva será realizada no dia **13 de Novembro de 2022**, com previsão de início às 08h (oito horas) e término às 11h (onze horas) horário de Cuiabá/MT. Esses horários estão sujeitos à alteração, considerando-se o número de inscritos no PROCESSO SELETIVO e a quantidade de carteiras e salas, disponíveis no Município. 9.2. Previsão para divulgação do local de prova objetiva é na semana que antecede a data estipulada para sua realização.

10. DA PROVA PRÁTICA

12.1. A execução da prova prática será para os seguintes cargos: Motorista - Categoria “D”, Motorista Escolar, Operador de Motoniveladora, Operador de Pá Carregadeira, Operador de Esteira, Operador de Máquinas Agrícolas, Operador de Escavadeira Hidráulica, será por ordem de chegada.

12.1.1. Serão consideradas apenas as provas do candidatos que, obtiverem nota igual ou superior a nota de corte, prevista neste edital.

12.1.2. A prova prática para, consistirá em dirigir o veículo de forma adequada partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança, que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo aos critérios a serem avaliados, os quais o candidato receberá na hora da prova. O veículo deverá ser conduzido se for o caso, ao local de origem;

12.1.3. O Condutor terá um tempo máximo de **10 minutos** para realização das tarefas descritas;

12.2. Com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como, situação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência a sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica como também, outras situações durante a realização do exame.

12.3. A nota máxima atribuída será de **75 pontos**, onde no decorrer do trajeto serão apontadas as falhas cometidas, descontando os pontos conforme quadro a seguir:

GRAVE - 3 PONTOS	
01	Não preencher a planilha de bordo do veículo/máquina antes de ligá-lo (la);
02	Não observar nível do óleo e da água do radiador do veículo/máquina antes de ligá-lo (la);
03	Descontrolar no plano, no aclive ou no declive;
04	Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;

05	Usar a contramão de direção;
06	Subir na calçada destinada ao trânsito de pedestres ou nela estacionar;
07	Deixar de observar a sinalização da via, sinais de regulamentação de advertência e de indicação;
08	Deixar de observar as regras de ultrapassagem, de preferência da via ou mudança de direção;
09	Exceder a velocidade indicada para a via;
10	Perder o controle da direção do veículo em movimento;
11	Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar, ou quando o pedestre não tenha concluído a travessia, inclusive na mudança de sinal;
12	Deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dele;
13	Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
14	Deixar de usar o cinto de segurança;

MÉDIA - 2 PONTOS	
01	Executar o percurso da prova, no todo ou em parte, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
02	Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
03	Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
04	Fazer conversão com imperfeição;
05	Usar a buzina sem necessidade ou em local proibido;
06	Desengrenar o veículo nos aclives;
07	Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
08	Avançar sobre o balizamento demarcado quando da colocação do veículo na vaga;
09	Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
10	Utilizar incorretamente os freios;
11	Não colocar o veículo na área balizada em no Máximo, três tentativas;

LEVE - 1 PONTO	
01	Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
02	Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
03	Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
04	Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
05	Engrenar as marchas de maneira incorreta;
06	Utilizar incorretamente os instrumentos do painel;

12.4. Para realização da Prova prática, o candidato deverá apresentar Carteira Nacional de Habilitação com categoria exigida para a vaga, a qual deverá ter sido obtida ou renovada, até a data da realização da prova prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação **será automaticamente eliminado**. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovante de encaminhamento ou outro documento que não seja carteira de habilitação.

11.DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1. Na classificação final entre candidatos, com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes:

a) Candidato com idade superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2004, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência aos de idade mais elevada; terá preferência o candidato que tiver mais idade considerado o horário de nascimento.

13.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios descritos no item 12.1, será utilizado o critério de pontos para o desempate na seguinte ordem:

b) Aquele que obtiver maior número de acertos em conhecimentos específicos.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO

11.1. O gabarito da prova será divulgado no primeiro dia útil após a realização da referida prova, a partir das 17h, mediante Edital afixado na sede da Prefeitura Municipal, disponibilizado nos endereços eletrônicos , https://www.novabrasilandia .mt.gov.br/ e https://www.amm.org.br.

13. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à Comissão Examinadora do PROCESSO SELETIVO contra: **a)** Omissões ou erros materiais significativos e prejudiciais ao candidato, verificado nas etapas de publicação de Edital de abertura; **b)** Divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferida ou indeferida; **c)** Divulgação das listas de candidatos inscritos, deferidos e indeferidos; **d)** Publicação dos gabaritos preliminares de provas; **e)** Publicação do resultado da prova de Títulos; **f)** Divulgação do resultado preliminar do PROCESSO SELETIVO. 12.2. O prazo para interpor recurso é de 2 dias úteis, a contar do dia subsequente à publicação da respectiva etapa. **a)** O pedido de recurso deverá ser encaminhado para a comissão de forma presencialmente. A questão controversa de objeto, de forma individualizada; **b)** A fundamentação e embasamento, com as devidas razões do recurso. 12.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração e os mesmos deverão conter a indicação do número da questão da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração. 12.4. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax e/ou por e-mail, devendo ser digitado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível. 12.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento e mérito. A banca examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo. 12.6. Os resultados dos recursos interpostos serão publicados nos endereços eletrônicos, https://www.novabrasilandia .mt.gov.br/e https://www.amm.org.br

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

14.

RESULTADO FINAL

13.1 O resultado final do PROCESSO SELETIVO está previsto para ser divulgado no dia **22 de Novembro de 2022**, a partir das 17h, mediante Edital, publicados nos endereços eletrônicos: , https://www.novabrasilandia .mt.gov.br/ e https://www.amm.org.br.

15. DA NOMEAÇÃO E POSSE 14.1. O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados no PROCESSO SELETIVO será realizado, observando-se os dispositivos da legislação vigente, devendo ser apresentado pelo candidato no momento da posse os seguintes documentos.

a) Cópia: RG E CPF (autenticado);

b) Cópia: Título de Eleitor (autenticado); **c)** Cópia: Documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade; **d)** Cópia: Cartão PIS/PASEP; **e)** Cópia: Comprovante de residência (autenticado); **f)** Cópia: Comprovante de escolaridade (autenticado) comprovando a exigência disposta no Anexo I deste Edital; **g)** Cópia: Certidão de nascimento ou casamento; **h)** Cópia: CPF do cônjuge; **i)** Cópia: Certidão de nascimento de filhos; **j)** Cópia: CPF dos dependentes **k)** Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos; **l)** Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos ente 5 anos até 14 anos; **m)** Declaração de não acúmulo de Cargo (autenticado); **n)** Declaração de Bens e Comprovante; **o)** Cópia: CNH; se for o caso **p)** Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado); **q)** Cópia: CPF dos Pais; **r)** Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (autenticado); **s)** Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público; **t)** Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência específica de determinados cargos;

u) Certidão de Antecedentes Criminais;

v) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal – Art.329 do Código de Transito Brasileiro.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

14.2 Para efeito de posse, o candidato convocado ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, que será realizado por médico ou junta médica do Município de Nova Brasilândia (SUS), que comprovará sua aptidão física, e se necessário mental. 14.3 Para que o candidato seja avaliado nos termos do item anterior (14.2), o mesmo deverá apresentar, com custos e despesas sob sua responsabilidade, atestado de aptidão mental (expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física e resultado dos exames exigidos no anexo II - exames obrigatórios para posse, deste Edital.

14.3.1. Os dispêndios com a realização dos exames dispostos no item 14.3 serão por conta do candidato aprovado e convocado para posse.

14.3.2. Poderá não tomar posse o candidato portador de deficiência física aprovado e convocado, caso seja comprovado via perícia médica, a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício do cargo.

14.3.3. O candidato aprovado e convocado para posse, quando na apresentação dos exames exigidos no item 14.3., poderá não tomar posse quando constatado a presença de doenças, sinais ou sintomas que inabilitem o candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

14.3.4. Os exames constantes no item 14.3 deverão ser realizados com antecedência de, no máximo, 30 (trinta) dias da data prevista para a sua apresentação.

14.3.5. Além dos exames relacionados no item 14.3, poderão ser solicitados outros exames ou pareceres especializados necessários à avaliação para possibilitar a verificação da capacidade ou incapacidade do candidato para o exercício do cargo.

14.3.6. A presença de doenças, sinais ou sintomas, deficiência física, ou outra patologia constatada na apresentação dos exames exigidos no item 14. 3 e demais exigências deste Edital, na ocasião de não impedimento da posse, ficarão condicionados a legislação do Regime Próprio de Previdência do Município, e outras que tratam das regras dos benefícios de licença médica e aposentadoria por invalidez.

14.4 Será considerado desistente, sem efeitos a nomeação, perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação para tomar posse e não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo. 14.5 Não obstante a todas as disposições deste Edital sobre a posse do aprovado, os órgãos competentes aplicarão no que couber, as disposições das legislações Municipais e Federais vigentes condizentes a este certame que legislem relação a este ato. **16. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIMA PREVIDENCIÁRIO 15.1. As contratações dos candidatos aprovados neste PROCESSO SELETIVO terão regime jurídico estatutário e ficarão vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social. 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do PROCESSO SELETIVO, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis a falsidade da declaração;

16.2. O órgão realizador do presente certame, não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao PROCESSO SELETIVO.

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

16.3 Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do PROCESSO SELETIVO, as folhas de respostas serão incineradas e mantidas em arquivos eletrônicos, com cópia de segurança pelo prazo de 05 (cinco) anos; 14.6 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, telefone de contato e e-mail, junto ao órgão realizador, após o resultado final; 14.7 A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá

rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito a nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as demandas e necessidades locais, a critério da Administração; 14.8 Ficam impedidos de participar do certame ,aqueles que possuam relação de parentesco disciplinadas nos artigos 1.591 a 1.595 do novo código civil. Constatado o parentesco a tempo o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificando posteriormente a homologação do candidato, será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis; 14.9 Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médico especialmente designado pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia /MT, e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, anexo II; 14.10 Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos neste edital, serão resolvidos em comum pela comissão organizadora do PROCESSO SELETIVO. 14.11 Os vencimentos constantes no presente Edital, são referentes ao da data do presente Edital; 14.12 O Cronograma da execução do presente PROCESSO SELETIVO, encontra-se no anexo IV; 14.13 O presente PROCESSO SELETIVO terá prazo de validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, conforme artigo 37, III, da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica Art.

60, III.

14.14 O período de validade do PROCESSO SELETIVO será de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da autoridade competente. 14.15 Durante a vigência do processo seletivo, devido à hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, ficam considerados como CADASTRO RESERVA os candidatos relacionados no Resultado Final (pós-recurso) deste processo, que excederem a quantidade de vagas oferecidas para cada cargo neste Edital, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. O candidato poderá ser convocado para nomeação na medida em que surgirem novas vagas, por cargo, observando-se o exclusivo interesse da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT. 14.16 Entende-se como cadastro reserva a inscrição dos candidatos aprovados com direito garantido à nomeação quando houver o surgimento de novas vagas, desde que dentro das necessidades, regras e do prazo de validade do presente concurso.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

www.novabrasilandia.mt.gov.br

financas.nb@hotmail.com

Nova Brasilândia /MT, 29 de Setembro de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

JEOLLI CERUTTI AMORIM

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA 001/2021

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL

Prestam serviços sociais de orientação a indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando na esfera pública; orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis.

Requisitos para a função: ensino superior e registro em conselho

AGENTE DE VIGILÂNCIA

Atribuições: Zelam pela guarda do patrimônio público, inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

Requisitos para a função: ensino fundamental.

AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA/ESCOLAR

Atribuições: Executam serviços de limpeza e conservação dos recintos, vidros, fachadas e móveis que guarnecem o local de trabalho. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Requisitos para a função: ensino fundamental.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Atribuições: Planejam o trabalho técnico-odontológico, em consultórios, clínicas ou laboratórios em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal, recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

Requisitos para a função: ensino fundamental e registro em conselho.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES

Atribuições: Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares.**Requisitos para a função:** ensino fundamental e curso profissionalizante.

MECÂNICO

Atribuições: Consertam máquinas e equipamentos, requisitando peças para reposição, montando máquinas equipamentos e acessórios, conforme especificações do fabricante. Organizam o local de trabalho para manutenção e avaliam as condições de máquinas e equipamentos. Elaboram propostas de serviços e orçamentos, relacionando causas de defeitos e listando peças para substituição. Trabalham seguindo normas de segurança e qualidade. **Requisitos para a função:** ensino fundamental e curso profissionalizante.

MOTORISTA CATEGORIA D/ESCOLAR

Atribuições: Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.**Requisitos para a função:** ensino fundamental e habilitação específica – CNH categoria D.

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Atribuições: Conduzem motoniveladora. Realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.**Requisitos para a função:** ensino fundamental e curso profissionalizante

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

Atribuições: Conduzem pá carregadeira. Realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.**Requisitos para a função:** ensino fundamental e curso profissionalizante.

OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

Atribuições: Conduzem trator de esteira. Realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.**Requisitos para a função:** ensino fundamental e curso profissionalizante.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Atribuições e requisitos conforme Lei 326/2007

TÉCNICO AGROPECUÁRIO

Atribuições: Prestam assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executam projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejam atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infra-estrutura. Promovem organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam produção agropecuária. Desenvolvem tecnologias adaptadas à produção agropecuária. **Requisitos para a função:** ensino médio e curso profissionalizante.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Atribuições: Desempenham atividades técnicas de enfermagem; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas; prestam assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental, o qual passa ao cirurgião; organizam ambiente de trabalho, dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos; comunicam-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde.

Requisitos para a função: ensino médio profissionalizante e registro em conselho

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Atribuições: Orientam e fiscalizam as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promovem educação sanitária e ambiental. Auxiliar de sanitarista, Educador sanitário, Guarda de endemias, Imunizador, Vigilante de saúde, Visitador domiciliar.

Requisitos para a função: ensino médio

ODONTÓLOGO

Atribuições: Atendem, orientam e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. **Requisitos para a função:** ensino superior e registro em conselho

NUTRICIONISTA

Atribuições: Prestam assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejam, organizam, administram e avaliam unidades de alimentação e nutrição; efetuam controle higiênico-sanitário; participam de programas de educação nutricional.**Requisitos para a função:** ensino superior e registro em conselho.

OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLA

Atribuição: Planejam o trabalho, realizam manutenção básica de máquinas agrícolas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas. **Requisitos para a função**: ensino fundamental e curso profissionalizante

MÉDICO VETERINÁRIO

Atribuições: Praticam clínica médica veterinária; contribuem para o bem-estar animal; promovem saúde pública; exercem defesa sanitária animal; desenvolvem atividades de pesquisa e extensão; atuam nas produções industrial e tecnológica e no controle de qualidade de produtos. Fomentam produção animal; atuam nas áreas comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaboram laudos, pareceres e atestados; assessoram a elaboração de legislação pertinente.

TECNÓLOGO EM RAIO X: Operar tomógrafo, sistemas de hemodinâmica, aparelhos de Raios X e outros acionando seus comandos e observando instruções de funcionamento, para provocar a descarga de radioatividade correta; - preparar equipamento, sala de exame e material, averiguando condições técnicas e acessórios necessários; preparar clientes para exame e ou radioterapia; - prestar atendimento aos clientes, realizando as atividades segundo normas e procedimentos de biossegurança e código de conduta; - revelar chapas e filmes radiológicos, zelando pela qualidade das imagens; - realizar o processamento e a documentação das imagens adquiridas; - Controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipo e requisitante; - manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas; - participar de programa de treinamento, quando convocado; - executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; - e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – - Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade; - veicular informações que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; - incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer e das práticas corporais; - proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes ESF, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; - articular ações, de forma integrada às Equipes ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; - contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência; - identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as Equipes do ESF; - capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas corporais; - supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes ESF na comunidade; - articular parcerias com outros setores da área junto com as Equipes ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; - promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população; - outras atividades inerentes à função. **Requisitos para a função:** ensino superior e registro em conselho.

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Operar e dirigir Escavadeira Hidráulica transportando materiais e outros, realização de terraplanagem, aterros, nivelamento de ruas e estradas, abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes, escavar, carregar, mover, levantar, descarregar terra e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança;Cumprir escala de trabalho; Verificar o funcionamento de equipamentos de sinalização, nível de óleo, freio, calibragem de pneus; Prestar ajuda no carregamento e descarregamento de materiais, encaminhando-os ao local destinado; Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho; Zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos. Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários; observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas. Anota, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências; participar dos eventos realizado pela administração sempre que convocado. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

CUIDADOR DE IDOSO

Descrição Sintética: Prestar os cuidados, auxiliar e orientar os idosos, no que se refere à higiene pessoal, alimentação, vestuário e locomoção; Executar atividades de rotina; realizar o acompanhamento diurno e/ou noturno com os idosos no espaço interno (rotinas diárias) e externo (atendimentos de saúde, lazer, profissionalização, etc.); Descrição Analítica: Promover o acolhimento digno das pessoas que ingressam na rede de serviços de atendimento a idosos; Recepcionar e ofertar informações, bem como realizar o registro dos dados de identificação dos usuários; Registrar em formulário especifico informações relacionadas as rotinas e a convivência nos serviços de atendimento a idosos; Acompanhar rotineiramente os usuários nos hábitos de vida diário, organização do espaço físico, roupas e objetos pessoais dos mesmos; Acompanhar, sempre que necessário, os usuários em atividades externas, tais como: saúde, educação, lazer e inserção comunitária; Acompanhar atividades dos usuários, como: as lúdicas, as recreativas, as esportivas, as educacionais, as artísticas e as de inserção produtiva, entre outras; Zelar pela saúde e o bem-estar dos usuários e prestar primeiros socorros quando necessário; Estimular no idoso a realização do autocuidado; Participar de reuniões de equipe, de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho; Participar de programas de capacitação e educação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e órgãos afins; Participar de reuniões com a rede sócioassistencial e com as instâncias intersetoriais; Realizar atividades de troca de roupas de cama, de fraldas, mudança de posição na cama e cadeira, banho e higiene, quando necessário; Estimular e auxiliar na alimentação, quando necessário; Acompanhar os trâmites administrativos para realização de funerais, em caso de óbito de usuários nos serviços; Realizar, orientar e/ou supervisionar os usuários quanto ao cumprimento das orientações médicas e administração de medicações por via oral; Participar dos eventos realizado pela administração sempre que convocado. Realizar plantões e escalas de trabalho designadas pelo superior imediato; Realizar outras atividades profissionais correlatas e inerentes ao cargo exercido, conforme orientação e/ou solicitação do superior imediato.

PROFESSOR DE PEDAGOGIA:

a) **Descrição Sintética**: Proceder à intervenção psicopedagogia, visando à solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público onde haja a sistematização do processo de aprendizagem; utilizar de métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem; prestar consultoria e assessoria

psicopedagógicos, objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de aprendizagem; prestar apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais e /ou clínicos; supervisionar os profissionais em trabalhos teóricos e práticos de Psicopedagogia; projetar, coordenar ou realizar pesquisas psicopedagógicos; orientar professores e equipes gestoras e famílias no processo na condução de atendimento às crianças, jovens e adultos; desenvolver procedimentos que promovam o sucesso da aprendizagem dos alunos, articulando-se numa relação Interprofissional com a equipe multiprofissional de Educação, incluindo os especialistas, a supervisão e a área de oficina pedagógica; utilizar equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas afins.Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;desenvolver a regência efetiva;controlar e avaliar o rendimento escolar;executar tarefa de recuperação de alunos;participar de reunião de trabalho;desenvolver pesquisa educacional;participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar. **Requisitos para a função:** ensino superior e registro em conselho.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO, FUNDAMENTAL COMPLETO E MEDIO

LÍNGUA PORTUGUESA: Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica; Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras; Interpretação de texto;

MATEMÁTICA: Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, operações, expressões (cálculo), problemas, raiz quadrada; Resolução de problemas; Porcentagem; Juros simples; Regras de três simples; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume.

CONHECIMENTOS GERAIS: Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT; Atualidades (levar em consideração fatos e acontecimentos ocorridos nos ultimos anos : cultura, política, educação, esporte, saúde, geografia, história, economia, sociedade brasileira.

NÍVEL MÉDIO- TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto; Fonética; Sílaba; Tonicidade; Ortografia; Acentuação gráfica; Notações Léxicas, Morfologia: estrutura das palavras, formação das palavras; sufixos, prefixos, classificação e flexão das palavras, substantivos, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, conectivos; Semântica: significação das palavras; Sintaxe: análise sintática, termos essências da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, período composto, orações coordenadas e independentes, orações principais e subordinadas, orações subordinadas substantivas, orações subordinadas adjetivas, orações subordinadas adverbiais, orações reduzidas; Sinais de pontuação; Estilística: figuras de linguagem, língua e arte literária.

MATEMÁTICA: Equações de Primeiro e Segundo graus; Análise Combinatória; Juros (simples e Compostos); Noção de Função; Probabilidade; Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Razão e Proporção; Regra de Três (simples e composta); Sistema Métrico Decimal; Sistema de Medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume.

CONHECIMENTOS GERAIS: Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT; Atualidades (levar em consideração fatos e acontecimentos ocorridos nos ultimos anos: cultura, política, educação, esporte, saúde, geografia, história, economia, sociedade brasileira.

TODOS OS CARGOS EM NÍVEL SUPERIOR:

LÍNGUA PORTUGUESA: Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual.

Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.

MATEMÁTICA: Sistemas de Numeração; Problemas com frações; Introdução à Álgebra; Expressões Algébricas; Polinômios e Produtos Notáveis; Porcentagem; Razão e proporção; Divisão proporcional; Regra de três simples e composta; Equações e problemas do primeiro grau; Equações e problemas do segundo grau; Funções; Funções afim; Sistemas de equações; Probabilidade; Lógica de Argumentação; Problemas de Associação Lógica (Verdades e mentiras).

CONHECIMENTOS GERAIS: Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT; Atualidades (levar em consideração fatos e acontecimentos ocorridos nos ultimos anos: cultura, política, educação, esporte, saúde, geografia, história, economia, sociedade brasileira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico Agropecuário

Gestão: Administração Rural; Economia Rural; Comercialização Rural; Administração da Produção; e Gerenciamento e Difusão de Tecnologia. Produção Agroindustrial: Matérias Primas na Agroindústria; Higiene Agroindustrial; Indústrias Rurais e Processamento Agroindustrial. Produção Vegetal: Uso e

Manejo do Solo; Climatologia; Desenvolvimento Vegetativo; Propagação e Plantio; Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas; Culturas (em especial, fruticultura), Planos de Colheita e Pós-Colheita; Horticultura; Edafologia Sustentável na Agricultura; Máquinas e Equipamentos na Agricultura. Produção Animal: peixes, aves, suínos, bovinos e equinos. Ética profissional.

Técnico de Enfermagem

Fundamentos de enfermagem: Semiologia e Semiotécnica: atuação do técnico em enfermagem nos diversos procedimentos de assistência ao paciente/cliente. Processo de comunicação e relação profissionalpaciente. Assistência de enfermagem ao paciente visando atender as necessidades de: conforto, segurança e bem-estar, higiene e segurança ambiental. Assistência do técnico em enfermagem ao paciente visando atender as necessidades terapêuticas. Registro de enfermagem. Prevenção e controle de infecções. Administração de Medicamentos. Ética e legislação em enfermagem: A Ética aplicada à Enfermagem; Código de Ética profissional em Enfermagem; Lei do Exercício Profissional em Enfermagem; o Direito e o cuidado à saúde nas diferentes fases de vida da mulher, da criança, do adolescente, adultos e idoso; direito à saúde no ambiente de trabalho. Enfermagem na saúde da criança e do adolescente: abordagem ambulatorial e hospitalar: Assistência à Saúde da Criança e Adolescente nas diferentes fases da vida. Prevenção de agravos fisiológicos e sociais. Situações de violências. Acompanhamento do Processo de Crescimento e Desenvolvimento. Cuidados de enfermagem à Saúde da Criança (recém-nascido, lactente, pré-escolar e escolar) e Adolescente. Intervenções de Enfermagem à clientela nas unidades de internação e ambulatorial. Enfermagem na saúde da mulher nas diferentes fases da vida: Abordagem ambulatorial e hospitalar: Política Página 63 de 65 Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Prénatal, parto e puerpério. Aleitamento Materno. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Atuação do técnico em enfermagem na assistência à gestante/puérpera sadia e portadora de patologias diversas e na assistência imediata ao recém-nato. Enfermagem no centro cirúrgico e na recuperação anestésica: Abordagem ambulatorial e hospitalar: Atuação do técnico em enfermagem no período pré-operatório. Circulação de sala cirúrgica. Fundamentos da instrumentação cirúrgica. Cuidados de enfermagem ao paciente na fase de recuperação anestésica. Prevenção da infecção do sítio cirúrgico. Cirurgia Segura. Enfermagem na unidade de central de material e esterilização: Processamento de produtos para a saúde. Atuação do técnico em enfermagem na unidade de Centro de Material e Esterilização. Enfermagem médicocirúrgica: abordagem ambulatorial e hospitalar: Atuação do técnico em enfermagem na assistência aos pacientes com alterações dos sistemas digestivo, cardiovascular, respiratório, renal, geniturinário, endócrino, ortopédico, hematológico e doenças transmissíveis. Atuação do técnico em enfermagem à pessoa em situação cirúrgica nos períodos pré e pós-operatórios, bem como nas complicações cirúrgica. Atuação do técnico em enfermagem na assistência ao paciente em situação de alta complexidade: terapias intensiva e semi-intensiva. Reanimação cardiopulmonar. Manejo de drogas vasoativas. Assistência do técnico em enfermagem em oncologia. Enfermagem em saúde coletiva: Vigilância Epidemiológica: determinantes no processo saúde-doença; perfil epidemiológico brasileiro; indicadores de saúde; doenças imunopreveníveis. Programa Nacional de Imunização. Participação do técnico em enfermagem nos programas especiais de saúde pública; controle de doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis e doenças sexualmente transmissíveis. Enfermagem saúde mental. Atuação do técnico em enfermagem diante de pacientes que demandam cuidado em saúde mental. Enfermagem nas situações de urgência e emergência. Atuação do técnico em enfermagem em situações de: choques, parada cardiorrespiratória, edema agudo de pulmão, crise convulsiva, hemorragias e crise hipertensiva.

Nutricionista

Gestão de unidades de alimentação e nutrição: Gestão de unidades de alimentação e nutrição. Serviços e eventos. Técnica Dietética, propriedades físico-química dos alimentos e gastronomia. Controle Higiênico – Sanitário: controle higiênico sanitário do ambiente, do alimento, da matéria prima e do manipulador. Boas práticas para serviços de alimentação. Saúde ambiental, água, vigilância e legislação sanitária. Alimentos: doenças transmitidas pelos alimentos, exame organoléptico e laboratorial dos alimentos, produção dos alimentos, microbiologia dos alimentos, segurança alimentar. Alimentos funcionais. Rotulagem de alimentos. Nutrição Humana: Nutrientes (definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares, recomendações, interação medicamento – nutriente - alimento). Bioquímica. Avaliação de dietas normais e especiais. Necessidades e recomendações no ciclo vital em todas as faixas etárias e situações de saúde e ausência de saúde, nutrição e atividade física, nutrição e saúde bucal, nutrição no envelhecimento, nutrição em psiquiatria, nutrição e o uso de álcool e outras drogas, nutrição e envelhecimento.Avaliação do estado nutricional de indivíduos nas diferentes faixas etárias e grupos populacionais: diagnostico nutricional em todas as faixas etárias (crianças menores de 1 ano, pré-escolares, escolares, adolescente, gestantes, adultos, idosos). Sistema de vigilância alimentar e nutricional. Climatério e Menopausa. Nutrição materno – infantil: Amamentação. Assistência nutricional no pré-natal. Aleitamento materno. Banco de leite humano Nutrição e gestação. Gestante adolescente. Diabetes, síndromes hipertensivas e AIDS/HIV na gestação. Necessidades e Recomendações Nutricionais no grupo materno infantil (MI). Carências Nutricionais no grupo MI. Nutrição nas Infecções Respiratórias Agudas e nas Diarréias na infância. Nutrição Clínica: Princípios e cuidados nutricionais nas enfermidades do Sistema Digestório e Glândulas Anexas, Cardiovascular, Renal e das Vias Urinárias, Pulmonar, Endócrino, Neurológico, Psiquiatria, Imunodeficiências e Neoplasias, Estresse Metabólico, Alergias e Intolerâncias Alimentares. Nutrição e Cirurgia. Terapia nutricional. Saúde oral e dental. Alimentos Funcionais. Fitoterapia. Transtornos alimentares. Grupos populacionais. Políticas e Programas de Atenção à Saúde: Amamentação e Banco de Leite Humano. Bolsa Família. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Atenção Básica na Obesidade, no Diabetes, no Envelhecimento e saúde do Idoso, na doença cardiovascular, cerebrovascular e renal. Nutrição e saúde pública. Nutrição enteral e parenteral. Educação nutricional e práticas individuais e grupais. Código de Ética Profissional.

Professor de Educação Física

História da Educação Física no Brasil; Metodologia para ensino da educação física; Cultura corporal; Emprego da terminologia aplicada a Educação física; Fisiologia do exercício - abordagem neuromuscular; Estrutura e funções pulmonares; O Sistema cardiovascular; Capacidade funcional do sistema cardiovascular; Músculo esquelético (estrutura e função); Treinamento desportivo e atividades físicas. Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas. Função sociocultural da escola. Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural. Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis. Projeto Político Pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político pedagógico. Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação. Currículo e construção do conhecimento. Processo de ensino aprendizagem. Relação professor/aluno. Bases psicológicas da aprendizagem. Fases da aprendizagem. Teorias educacionais segundo Vygotsky, Jean Piaget, Max Weber, Celso Antunes, Maria Montessori; Identidade e diferenças na escola; A escola comum na perspectiva inclusiva; O atendimento

educacional especializado - AEE; Articulação entre escola comum e educação especial: ações e responsabilidades compartilhadas; Sala de Recursos Multifuncionais. Metodologias Ativas. Educação on-line.

Assistente Social

Análise de conjuntura. Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão; Serviço Social e formação profissional; A dimensão política da prática profissional; Pesquisa em Serviço Social. Metodologia do Serviço Social. Desafios do Serviço Social na contemporaneidade. Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais. Planejamento Estratégico Participativo. Serviço Social e interdisciplinaridade. Fenômeno grupal. Ética Profissional. O projeto ético-político-profissional do Serviço Social. A Ética aplicada à ação profissional na política de Saúde. Serviço Social e a política de Saúde Mental. Sistema Único da Assistência Social. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90). Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93). Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Políticas Públicas do SUS: Lei 8.080/90. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde.

Auxiliar de Consultório Dentário

Recepção do Paciente: ficha clínica, organização de arquivo. Preparo e manutenção das salas de atendimento com suprimento do material necessário. Isolamento no campo operatório. Manipulação e classificação de materiais odontológicos. Revelação e montagem de radiografias intra-orais. Preparo do paciente para o atendimento. Auxílio no atendimento: instrumentação do cirurgião-dentista e/ou técnico de higiene bucal junto a cadeira operatória. Aplicação de métodos preventivos para controle de cárie dental e doenças periodontais. Orientação ao paciente sobre higiene bucal. Confecção de modelos em gesso. Esterilização de Material. Conhecimentos Básicos de funcionamento de uma clínica odontológica e dos equipamentos, instrumentais e materiais nela utilizados. Instrumentação de Materiais.

Técnico em Vigilância Sanitária

Lei Federal nº 6437 de 20/08/1977, que configura infrações à Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas. Lei Federal nº 5991/73. Biossegurança: Lei Federal nº 11.105, 24 de março de 2005. Conhecimento sobre Esterilização e desinfecção por agentes físicos e químicos; Vigilância sanitária, Vigilância epidemiologia; Vigilância ambiental. Doenças relacionadas ao consumo de alimentos e Zoonose

Doenças relacionadas ao consumo de alimentos: leite e derivados, carnes em geral; Legislação sobre segurança alimentar: Portarias do Ministério da Agricultura nº 46/1996 e nº 368/1993; Portaria do Ministério da Saúde nº 326/1993; Resoluções ANVISA nº 275/2002, nº 267/2003 e nº 216/2004. Registro de Produtos Licenciamento de Estabelecimento Junto à Vigilância Sanitária Gerenciamento de Resíduos

Odontólogo

Processo Saúde-doença: Epidemiologia; Conceito; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal. Biossegurança: Assepsia, desinfecção, esterilização, antissepsia; Acidentes de trabalho. Farmacologia: Farmacologia e terapêutica medicamentosa. Cardiologia: Etiopatogenia, prevenção e tratamento. Dentística: Preparos cavitários; Proteção do complexo dentino-pulpar; Materiais restauradores diretos e indiretos; Lesões não cariosas. Periodontia: Diagnóstico; Prevenção das doenças periodontais; Periodontia médica (interrelação com as doenças cardiovasculares, gravidez, diabete mellitus, tabagismo); Tratamento supra gengival (raspagem, alisamento, polimento e manutenção); Controle químico e mecânico da placa bacteriana; Gengivite, periodontite. Estomatologia: Diagnóstico e tratamento de lesões de tecido mole e duro; Lesões cancerizáveis, câncer bucal; Semiologia e patologia oral. Endodontia: Alterações pulpar e periapical; Diagnóstico e tratamento em endodontia. Radiologia: Técnicas intraorais; Método de localização radiográfica; Aspecto radiográfico das lesões pulpares e periapicais. Anestesia odontológica: Técnicas, acidentes e complicações; Anatomia aplicada à anestesiologia; Farmacologia dos anestésicos locais. Prótese: Diagnóstico, planejamento e tratamento. Odontopediatria: Semiologia e diagnóstico; Traumatismo buco dentário; Práticas preventivas e restauradoras; Técnica de restauração traumática. Urgência e Emergência: Urgência em Odontologia; Trauma dental, hemorragia, pericoronarite, abcessos dento alveolares, pulpite e alveolite; Suporte básico de vida. Lei do Exercício Profissional: Prontuário odontológico; Receitas; Atestados; Código de ética odontológico. Cirurgia: Princípios cirúrgicos; Planejamento e técnicas cirúrgicas; Cirurgia dos dentes inclusos ou impactados; Complicações pós cirúrgicas. Atenção à Saúde: Atenção básica em Odontologia; Pessoas com necessidades especiais; Coagulopatias hereditárias; Pacientes grávidas ou com doenças crônicas. Odontogeriatria: Alterações sistêmicas com comprometimento bucal no idoso.

Médico Veterinário

Anatomia, fisiologia e patologia dos animais domésticos (pequenos, médios e grandes) de interesse na produção de alimentos. Defesa Animal: diagnóstico, prevenção e controle. Doenças de notificação obrigatória. Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco, bioestatística. Desenvolvimento de programas sanitários. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: boas práticas de fabricação e análise de perigos e pontos críticos de controle. Métodos de amostragem e análise. Produtos de origem animal. Produtos de alimentação animal. Fiscalização de produtos de uso veterinário. Soros, vacinas e antígenos (biológicos). Antimicrobianos, antiparasitários e quimioterápicos. Controle da produção de soros, vacinas e antígenos para salmonelose, microplosmose, newcastle, brucelose, raiva, peste suína e febre aftosa. Ensaios de segurança (inocuidade, esterilidade e eficiência) para produtos injetáveis. Análises microbiológicas em produtos de origem animal e de alimentos para animais. Análise físico-química de produtos de origem animal e de alimentos para animais. Análise centesimal. Cromatografia líquida de alta eficiência para análise de corantes e vitaminas em leite. Absorção atômica. Noções básicas de biossegurança. Higiene de alimentos – zoonoses. Doenças transmitidas por alimentos. Identidade e qualidade de alimentos. Legislação federal – Defesa Sanitária Animal. Inspeção de produtos de origem animal. Produtos veterinários. Programas sanitários básicos. Ética Profissional.

Tecnólogo em Raio X

Normas de radioproteção. Fundamentos de dosimetria e radiobiologia. Efeitos biológicos das radiações. Exames radiológicos em contraste, gerais e especiais. Operação de equipamentos em radiologia. Câmara escura – manipulação de filmes, chassis, écrans reveladores e fixadores, processadora de filmes. Câmara clara – seleção de exames, identificação, exames gerais e especializados em radiologia. Técnicas radiográficas em tomografia computadorizada. Bases físicas e tecnológicas aplicadas à ressonância magnética. Protocolos de exames em tomografia computadorizada e ressonância magnética. Bases físicas e tecnológicas aplicadas à medicina nuclear. Protocolos de exames de medicina nuclear. Normas de radioproteção aplicadas à medicina nuclear. Contaminação radioativa. Fontes, prevenção e controle. Processamento de imagens digitais. Informática aplicada ao diagnóstico

por imagem. Processamento digital de imagens: ajustes para a qualidade das imagens. Equipamentos utilizados no processamento de imagens digitais. Técnicas de trabalho na produção de imagens digitais. Protocolos de operação de equipamentos de aquisição de imagem. Anatomia Humana. Nomenclatura e terminologia anatômica. Planos de delimitação do corpo e eixos. Sistema esquelético, articulações e músculos. Sistema neurológico. Sistema cardiovascular. Sistema linfático. Sistema respiratório. Sistema gastrointestinal. Sistema renal. 12.10 Sistema reprodutor masculino e feminino. Sistema endócrino. Traumatologia. Legislação radiológica e segurança no trabalho.

PROFESSOR DE PEDAGOGIA: Objetivos gerais do Ensino Fundamental,Projeto Político-Pedagógico e os compromissos com a cidadania construída na diversidade: a educação das relações étnico-raciais, as histórias e as culturas afro-brasileira e indígenas, os portadores de necessidades especiais, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente; Inclusão da diversidade nos diferentes componentes curriculares, Interrelações do currículo formal com o currículo em ação e o currículo oculto,uso de outros espaços escolares como ambientes de aprendizagem,planejamento, organização e estratégias de ensino-aprendizagem,práticas de linguagem oral e escrita; diferentes processos de alfabetização e letramento; uso de gêneros e suportes textuais,papel da Literatura Infantil,conteúdos e práticas de Matemática,habilidades de Língua Portuguesa e de Matemática esperadas ao término dos Anos Iniciais,conteúdos e práticas de História, Geografia e Ciências, Música e Arte. Conteúdos de vida cidadã/ temas transversais e BNCC.

ANEXO III

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 002/2022	
Data	**Eventos**
30/09/2022	Publicação Edital do Concurso
03/10/2022	Prazo para impugnação ao Edital
04/10/2022	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
05/10/2022 a 31/10/2022	**Período das inscrições**
01/11/2022	Publicação da Relação dos inscritos
03/11/2022	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
04/11/2022	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
07/11/2022	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
10/11/2022	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
13/11/2022	**Prova objetiva**
16/11/2022	Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva e de títulos.
17/11/2022	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva Prazo de recurso contra resultado preliminar da prova de títulos
18/11/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva Divulgação do gabarito oficial da prova objetiva
21/11/2022	Divulgação do resultado preliminar dos aprovados e classificados no Processo Seletivo 002/2022
22/11/2022	Recurso contra resultado preliminar dos aprovados e classificados no Processo Seletivo 002/2022.
23/11/2022	Previsão de divulgação do resultado Final do PROCESSO SELETIVO de Nova Brasilândia /MT.
24/11/2022	**Homologação do Resultado Final do Certame**

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia /MT e Método Soluções Educacionais.

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO SELETIVO serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia /MT, publicado na internet, no diário oficial da AMM.

ANEXO VI – FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição Nº _____/2022

CARGO:_____

NOME DO (A) CANDIDATO (A):_____

DATA DE NASCIMENTO: _____/_____/_____ SEXO: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO

N.º DOCUMENTO DE IDENTIDADE:_____ÓRGÃO EXP._____ ESTADO: _____

CADASTRO DE PESSOA FISICA – CPF:_____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF:_____

TELEFONES PARA CONTATO: ( )_____EMAIL:_____

CONCORRE À VAGA DE DEFICIENTE? ( ) SIM ( ) NÃO CASO AFIRMATIVO RESPONDA:

1 – QUAL O TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL? ( ) VISUAL ( ) OUTRA ESPECIFICAR:_____

2 – NECESSITA DE MECANISMOS E/OU ESTRATÉGIAS PARA AS PROVAS?

_____

_____

Declaro estar ciente e de acordo com as normas constantes do Edital, bem como que os dados informados são expressão de verdade e de minha inteira responsabilidade. Em caso de convocação, assumo o compromisso de apresentar-me no prazo estabelecido, para nomeação e posse, ciente de que se não o fizer estarei automaticamente eliminado (a) do Processo Seletivo.

Nova Brasilândia/MT, _____ de _____ de 2022.

_____

Assinatura do candidato

Comprovante de Inscrição Nº _____/2022
CARGO:_____
NOME DO (A) CANDIDATO (A):_____
CADASTRO DE PESSOA FISICA – CPF:_____._____._____-____
Data____/___/2022 _____
Comissão Processo Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2022

Aviso de Licitação

Concorrência Pública n.º 01/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Concorrência Pública n.º 01/2022**, cujo objeto é a **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA IMPLANTACAO E PAVIMENTACAO ASFALTICA DA RODOVIA MT-410. SENDO: TRECHO: ENTRº MT-208 NOVA GUARITA / MT- 410. DIVISA DA CIDADE DE COLIDER, COM EXTENSAO DE 6,29 KM, CONFORME CONVENIO Nº1959-2022/SINFRA,** tudo em conformidade com o Projeto Básico e Executivo de Engenharia, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária (Anexo I).

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **18/11/2022, às 08:30 horas.** Cópias do edital e informações poderão ser obtidas, através do site **www.novaguarita.mt.gov.br** e do e-mail: **licitacao@novaguarita.mt.gov.br** e fone: (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Graciela Schuster

Presidente da CPL

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2022.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO LOA- LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2023

Dispõe sobre a convocação de todos os munícipes de Nova Guarita – MT, para participarem de audiência pública, para fins do art. 48º, § único da Lei Complementar n.º 101 de 2000.

O Prefeito do Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE**:

Art. 1º *- Convocar todos os munícipes de Nova Guarita para a realização de audiência pública onde se dará a discussão da LOA 2023, como determina o § único do art. 48º da Lei Complementar n.º 101 de 2000.*

Art. 2º *- A referida audiência pública será realizada na sede do Poder Legislativo do Município (Câmara Municipal), sito à Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, nesta cidade, às 9:00 hs, do dia 14/10/2022.*

Art. 3º *- O presente edital deverá ser exposto em todos os lugares de acesso público dentro do município, sendo obrigatória sua fixação na sede da Prefeitura e na Câmara do Município e Secretaria Municipal de Saúde, até a data do evento.*

Art. 4º *- O conteúdo deste, deverá ser propagado por todos os meios possíveis, visando atingir o maior número de munícipes, preservando então o princípio da publicidade, nos exatos termos do art. 37,* caput da Constituição Federal de 1.988.

Art. 5º *- Registre-se, publique-se e afixe-se.*

Nova Guarita - MT. 03 de outubro de 2022.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 02/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 02/2022

PROC. LICITATÓRIO: 017/2022 TOMADA DE PREÇO: 02/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço na Construção da Quadra na Escola Estadual (em Construção) no Município de Nova Lacerda-MT, conforme projeto Arquitetônico, complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais: Convênio 0935/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT

EMPRESA VENCEDORA - G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI.

VALOR GLOBAL: R$ 894.669,79 (Oitocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Roseli dos Santos

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2022

PORTARIA Nº 215/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º **-Exonerar, a pedido, a partir de 03/10/2022,** a servidora**DEBORA CARRETTA GIACOMIN,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 32. 480.643-7 SSP/SP e CPF. 342.400.268-22, residente e domiciliada na Avenida São Bernardo, bairro centro, CEP 78.243-000, Nova Lacerda, Mato Grosso, do cargo em provimento efetivo de**NUTRICIONISTA.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 183/2016 de 01/08/2016 e termo de posse nº 012/2016 de 01/08/2016.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 03 dias do mês outubro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214/2022

PORTARIA Nº 214/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a pedido, a partir de 03/10/2022,** o senhor **MARCIO RODRIGUES DE MOURA,** brasileiro, solteiro, portador da C.I. n. º 1718585-8 SSP/MT e CPF n. º 013.787.031-03, do cargo em comissão de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.***

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 095/2021 de 19/04/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 03 dias do mês de outubro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 212/2022

PORTARIA Nº. 212/2022

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 055/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Nº 055/2022

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 29 de setembro de 2022

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 202/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **GEISA DOS SANTOS SALES,** brasileira,casada, servidora municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.181.031-87, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 054/2022.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 08 de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 201/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATOS Nº 053/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ADRIANA RINALD SILVA,** brasileira,casada, servidora municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.113.361.89, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 053/2022.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 06 de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 200/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 052/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROSINEIA DEZIDERIO ROCHA,** brasileira,servidora pública municipal, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.505.721-78, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 052/2022.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo na CLAUSULA OITAVA, subitem 8.1.11, com a seguinte redação:

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

(...)

8.1.11. A CONTRATADA concederá o livre acesso e inserções das consultas as certidões TCU, CEIS, CNIA e SICAF, ao Ministério da Economia, Convenio 884140/2019

Nova Lacerda-MT, 03 de outubro de 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
PORTARIA N°. 19 /2022

PORTARIA N°. 19 /2022

NOMEIA COMISSÃO PARA PROPOR EMENDAS NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara, e;

Considerando, a necessidade de efetuar emendas impositivas a Lei orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1 ° - Fica criada a Comissão Temporária para efetuar emendas impositivas na Lei Orgânica do Município de Nova Lacerda-MT, assim composta:

1- Paulo Ricardo do Nascimento - Presidente

2- Amilton Rodrigues de Freitas - Secretário

3- Ademilson Gomes Soares - Membro

4- Nilcineia Fernandes Moreira - Suplente

Art.2º- A Comissão será composta por 04 (quatro) vereadores obedecida à proporcionalidade de representação dos partidos na Câmara Municipal.

Art. 3º - Ficam disponibilizados, tanto quanto possível, recursos humanos e técnicos que possam auxiliar a Comissão, na condução dos trabalhos, nos moldes do Regimento Interno e Lei Orgânica.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE. REGISTRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Nova Lacerda – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Jose Carlos Monteiro Junior

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 30/2022

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 30/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada para serviços mecânicos e aquisição de empresa especializada para serviço para revisão do veículo RENALT/MASTER de placa QCY-8188 conforme as especificações técnicas atendendo a Secretarias de Saúde.

Favorecida: SAGA PANTANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

R$ 17.150,39 (dezessete mil e cento e cinqüenta reais e trinta e nove centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 03 de outubro de 2022.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2022

PORTARIA Nº 215/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -**Exonerar, a pedido, a partir de 03/10/2022,** a servidora**DEBORA CARRETTA GIACOMIN,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 32. 480.643-7 SSP/SP e CPF. 342.400.268-22, residente e domiciliada na Avenida São Bernardo, bairro centro, CEP 78.243-000, Nova Lacerda, Mato Grosso, do cargo em provimento efetivo de**NUTRICIONISTA.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 183/2016 de 01/08/2016 e termo de posse nº 012/2016 de 01/08/2016.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 03 dias do mês outubro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214/2022

PORTARIA Nº 214/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a pedido, a partir de 03/10/2022,** o senhor **MARCIO RODRIGUES DE MOURA,** brasileiro, solteiro, portador da C.I. n. º 1718585-8 SSP/MT e CPF n. º 013.787.031-03, do cargo em comissão de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.***

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 095/2021 de 19/04/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 03 dias do mês de outubro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211/2022

PORTARIA Nº 211/2022

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2019 de 17/12/2019,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 1.462/2020 de 10/01/2020,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 012/2022 de 01/09/2022, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

***Art. 1º* - Nomear**, a partir desta data **(03/10/2022**), em **Caráter Efetivo** a candidata **MARILENE AMANCIO DAMACENO,** brasileira, solteira, portadora RG. n.º 3566102-0 SESP/MT e do CPF. n.º 000.411.113-38, para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – CLASSE A.**

***Art. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de setembro de 2022.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210/2022

PORTARIA Nº 210/2022

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2019 de 17/12/2020,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 1.462/2020 de 10/01/2020,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 011/2022 de 14/07/2022, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

***Art. 1º* - Nomear**, a partir desta data **(03/10/2022**), em **Caráter Efetivo** a candidata **WILLIAN ACELINO DA SILVA,** brasileiro, casado, portador da RG nº 1443549-7 SEJSP/MT e inscrito no CPF nº 957.417.471-91, para o cargo de **PEDREIRO.**

***Art. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 27 de setembro de 2022.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 209/2022

PORTARIA Nº 209/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Capitulo VIII, Artigo 126 da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
403	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA SOUZA	06/04/2021 a 05/04/2022	03/10/2022 a 01/11/2022
977	ANA LUCIA ARAUJO DA SILVA	03/07/2021 a 02/07/2022	05/10/2022 a 14/10/2022
2093	EDNALVA VITOR RODRIGUES	01/04/2021 a 31/03/2022	03/10/2022 a 01/11/2022
365	GEISA DOS SANTOS SALES	11/02/2021 a 10/02/2022	11/10/2022 a 30/10/2022
2576	JESSICA BATISTA DE ALMEIDA	10/01/2021 a 09/01/2022	03/10/2022 a 01/11/2022
2445	JESSICA KAYZA DIAS	05/03/2021 a 04/03/2022	03/10/2022 a 01/11/2022
2190	JOSE CARLOS DA SILVA	09/11/2020 a 08/11/2021	01/10/2022 a 15/10/2022
345	LUCY MEIRE VALDERRAMAS DA SILVA	17/03/2021 a 16/03/2022	01/10/2022 a 15/10/2022
2654	PABLO FRANCISCO XAVIER DOS REIS	01/06/2021 a 31/05/2022	13/10/2022 a 01/11/2022

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 26 dias do mês de setembro de 2.022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 208/2022

PORTARIA Nº 208/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Capitulo VIII, Artigo 126, § 4º da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de gozo proporcional
2142	AIDA PAULA DE OLIVEIRA	17/10/2022 A 31/12/2022
2700	EMILLY MACHADO SILVA SANTOS	03/10/2022 A 17/10/2022
2660	JANE MARIA DOS SANTOS	17/10/2022 A 31/10/2022

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 26 dias do mês de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 207/2022

PORTARIA Nº 207/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Lei nº 947/2022 de 16 de agosto de 2022, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER Função Gratificada FG 20% (vinte por cento),** ao servidor efetivo **RAFAEL LESSI FRIAS – Bioquímico/Farmacêutico, matrícula nº. 2188,** conforme Anexo I, da Lei Municipal nº 947, de 16 de agosto de 2022, desta municipalidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos a 01/09/2022.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 206/2022

PORTARIA Nº 206/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Lei nº 947/2022 de 16 de agosto de 2022, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **CONCEDER Função Gratificada FG 10% (dez por cento),** ao servidor efetivo **PABLO FRANCISCO XAVIER DOS REIS – Analista Tributário, matrícula nº. 2654,** conforme Anexo I, da Lei Municipal nº 947, de 16 de agosto de 2022, desta municipalidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos a 01/09/2022.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205/2022

PORTARIA Nº 205/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, conforme as datas das elevações anteriores e posse:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação para Classe
2375	TAIANE DA SILVA	*14/09/2022*	*B*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204/2022

PORTARIA Nº 204/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º Fica readaptado, de forma temporária, a servidora efetiva **ANA CLAUDIA NASCIMENTO MARGARIDO**, matrícula nº 1390, concursada no cargo de Professora de Pedagogia, com exercício laboral no Centro de Educação Infantil Gloria Maria Lopes Carvalho, devendo exercer suas atribuições de acordo com as limitações imposta no atestado médico.

Parágrafo único. A readaptação nas funções se dá por motivo de incapacidade laboral do servidor, na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID- H90.3.

Art. 2º A readaptação de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, por ocasião de nova avaliação em que demonstre a incapacidade laboral.

Art. 3º A Readaptação Temporária será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitadas a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos tendo seus efeitos retroagidos a 15/08/2022.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 08 dias do mês de setembro de 2.022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203/2022

PORTARIA Nº 203/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º Fica readaptado, de forma temporária, a servidora efetiva **ANA CLAUDIA NASCIMENTO MARGARIDO**, matrícula nº 12, concursada no cargo de Professora de Educação Infantil, com exercício laboral na Centro de Educação Infantil Gloria Maria Lopes Carvalho, devendo exercer suas atribuições de acordo com as limitações imposta no atestado médico.

Parágrafo único. A readaptação nas funções se dá por motivo de incapacidade laboral do servidor, na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID- H90.3.

Art. 2º A readaptação de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, por ocasião de nova avaliação em que demonstre a incapacidade laboral.

Art. 3º A Readaptação Temporária será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitadas a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos tendo seus efeitos retroagidos a 15/08/2022.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 08 dias do mês de setembro de 2.022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199/2022

PORTARIA Nº 199/2022

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear, a partir de 01/09/2022,** a senhora**DEBORA MARIANO BERNARDO FANTONI,** brasileira, casada, portadora do RG 1979057-0 SSP/MT e CPF 025.591.031-25 SESP/MT**,** para responder pelo cargo de provimento comissionado de ***DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 01 dias do mês de setembro de 2022.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - **ASS**- 03/10/2022 – **VCTO** – 03/10/2023 - **R$**: 87.371,70

CONTRATADO (A): LETICIA S D O DE MOURA-ME **CNPJ** 32.599.800/0001-67

OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Nova Marilândia-MT, 03 de Outubro de 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 282/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 282/2022

Data: 03 de Outubro de 2022.

EMENTA: CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SR.ª. **JACINTA PINHEIRO DOS SANTOS.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º – Conceder 30 (Trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **JACINTA PINHEIRO DOS SANTOS**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 371855068 **- SSP/MT**, ocupante do Cargo Efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do município de Nova Marilândia – MT, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com a Art. 180 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido neste ato teve início em 04/09/2022 e terminará em 02/11/2022, retornando as suas atividades no dia 03/11/2022.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – 03/10/2022.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 008/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM EM UMA PRAÇA NO BAIRRO JARDIM PLANALTO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que realizará às **08h00min**, do dia **24/10/2022**. Em sua sede na Av. Tiradentes, nº 329, Bairro Centro – Nova Marilândia-MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 008/2022, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Demais informações e edital junto a comissão de licitações em horário de expediente, pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br **ou e-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com**

NOVA MARILÂNDIA - MT, 03 de outubro de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 092/2022

CONTRATO N° 092/2022 – **ASS**- 03/10/2022– **VCTO** – 31/01/2023 - **R$** 397.397,76

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

CONTRATADO (A): G. R. DOS SANTOS EIRELI **CNPJ** 32.205.404/0001-08

Nova Marilândia-MT, 03 de Outubro 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 008/2022 CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022

O Município de Nova Marilândia-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do edital para o CREDENCIAMENTO N° 008/2022 Chamamento Público 009/2022, o recebimentos dos envelopes será durante os dias 05/10/2022 à 20/10/2022, das 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, de segunda à sexta feira e CONVOCA todos os interessados para **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CORRETIVA DOS PRÉDOS DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT**, à apresentarem SEU CREDENCIAMENTO nos termos do Edital e especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos. A sessão pública para a abertura dos envelopes ocorrerá dia 21/10/2022 às 08:00 horas. O edital completo do credenciamento se encontra disponível no endereço eletrônico www.novamarilandia.mt.gov.br ou através do e-mail pmnovamarilandia@hotmail.com ou telefone (65) 3352-1122.

Nova Marilândia – MT, 03 de outubro de 2022.

BRUNA CRISTINA P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 012/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia – MT.

CONTRATADO: **LILIAN RIOS DALFIOR SANTOS.**

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"PROFESSOR - PEDAGOGO"**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Nova Marilândia - MT, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, em virtude da necessidade de aulas complementares do Ensino Fundamental, anos finais (8º ao 9º ano, de acordo com a Lei Municipal nº 976/2022 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal Nº 725/2016.

VALOR: R$ 3.223,99 (três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

DATA DE VIGÊNCIA: 03/10/2022 à 31/12/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 011/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia – MT.

CONTRATADO: **MEIRE TEREZINHA SHIMIZU BENOCI.**

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"PROFESSOR - PEDAGOGO"**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Nova Marilândia - MT, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, em virtude da necessidade de aulas complementares do Ensino Fundamental, anos finais (6º ao 7º ano, de acordo com a Lei Municipal nº 976/2022 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal Nº 725/2016.

VALOR: R$ 3.223,99 (três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

DATA DE VIGÊNCIA: 03/10/2022 à 31/12/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N° 027/2022

EMENTA: CONCEDE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS ACUMULADO DO INPC DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES DA VERBA INDENIZATÓRIA PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 768/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO o §4º ao Art. 1º da Lei Municipal 768/2017 alterado pela Lei Municipal nº 961/2022 de 06 de 06 de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois) o qual dispõe in verbis:

(...)

§ 4º O valor fixado para as indenizações de que trata esta Lei, será corrigido anualmente no dia 10(dez) de agosto de cada ano, com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos 12 (doze) meses por meio de Decreto do poder executivo;

CONSIDERANDO o INPC fonte IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses tendo como referência o mês de agosto de 2022 no importe de 8,83 (oito virgula oitenta e três por cento);

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, prefeito de Nova Marilândia, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal o §4º da Lei Municipal Nº 961/2022 de 06 de 06 de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois);

DECRETA:

Art. 1º - Concede a recomposição anual de 8,83 (oito vírgula oitenta e três pontos porcentuais) - INPC/20 – Fonte IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, aos valores das indenizações pagas aos policiais militares referentes aos últimos 12 meses tendo como referência o mês de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) ficando os valores recompostos da seguinte forma:

I - Aos Subtenentes e Sargentos Militares: R$ 20,92 (vinte reais e noventa e dois centavos) por hora/trabalhada nos dias de semana e R$ 23,53 (vinte e três reais e cinquenta e três centavos) por hora/trabalhada nos dias de final de semana e feriados, limitado a 8 (oito) horas/dia e 90 (noventa) horas/mês conforme especifica;

II - Aos Cabos e Soldados Militares: R$ 19,58 (dezenove reais e cinquenta e oito centavos) por hora trabalhada nos dias de semana e R$ 22,23 (vinte e dois reais e vinte e três centavos) por hora trabalhada nos dias de final de semana e feriados, limitado a 8 (oito) horas/dia e 90 (noventa) horas/mês conforme especifica;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 03 (TRÊS) DIAS DE OUTUBRO DE 2022 (DOIS MIL E VINTE E DOIS).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT

EXTRATO DO CONTRATO: N° 004/2022 -CAMARA DE NOVA MARILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO: N° 004/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT

CONTRATADO: ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados na realização de Concurso Público para composição do quadro efetivo do Poder Legislativo de Nova Marilândia/MT

PERIODO DE EXECUÇÃO: 03/10/2022 ATÉ 22/12/2022

VALOR GLOBAL: R$ 8.500,00

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ERRATA PORTARIA 211/2022

NA PORTARIA 211/2022, Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 03/10/2022 edição N° 4.080.

ONDE SE LÊ:

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a servidora Sra. **SIMONE DA CRUZ MONTANHA**, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Nova Maringá-MT, até posterior deliberação.

LEIA – SE:

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a servidora Sra. **SIMONE DA CRUZ MONTANHA**, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, do Município de Nova Maringá-MT, até posterior deliberação.

Nova Maringá – MT, 30 de setembro de 2022.

Fatima Fernandes Goliczeski

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Portaria 39/2022

PORTARIA Nº. 211/2022

Súmula: *"Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Educação".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a servidora Sra. SIMONE DA CRUZ MONTANHA, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, do Município de Nova Maringá-MT, até posterior deliberação.

.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 30 de setembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 088/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO - **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTO DE FISIOTERAPIA PARA CENTRO DE REABILITAÇÃO VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

CONTRATADO: ALFA HOSPITAR EIRELI CNPJ 39.937.286/0001-71.

FISCAL: SANDRA MARA RENOSTO - CPF: 926.853.740-00

PORTARIA Nº 212/2022

VIGÊNCIA: 03/10/2022 A 03/12/2022

VALOR TOTAL R$ **10.843,85** (DEZ MIL OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS)

PORTARIA N° 214 DE 03/10/2022 - APROVAÇÃO DE PROJETO

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD E DRENAGEM NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ - MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de NOVA MARINGÁ/MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD E DRENAGEM NO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT, TOTALIZANDO 36.266,46 m²**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD E DRENAGEM META FÍSICA: 36.266,46m²	EDUARDO C. SHIMBA JR. ENGENHEIRO CIVIL CREA nº 1215690975

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CREA/RNP: 1213675995

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Nova Maringá-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Graciliano Nobre de Almeida

Engenheiro Civil

CREA/MT nº 036.123

_____

Ana Maria Urquiza Casagrande

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 087/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO – **CREDENCIAMENTO EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, ODONTOLOGIA, ASSISTENTE SOCIAL E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS**.

CONTRATADO: THAIS DA CRUZ MEDEIROS FISIOTERAPIA LTDA com CNPJ: 47.772.225/0001-20

FISCAL: DEIBSON CLEI DE CAMPOS CPF: 000.733.161-48

PORTARIA Nº 213/2022

VIGÊNCIA: 03/10/2022 A 03/02/2023

VALOR TOTAL R$ **19.808,00** (DEZENOVE MIL OITOCENTOS E OITO REAIS)

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 045/2022.SRP

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela Portaria n. º 136/2022/GAPRE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 045/2022 menor preço por Item, cujo Objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EMPRESAS VENCEDORAS: **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI,** inscrito no CNPJ. **26.148.070/0001-85.** ITENS: 01, 02, 03 ,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, e 60.

LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI, inscrito no CNPJ: **08.371.036/0001-93.** ITEM: 35

ITENS CANCELADOS: 21,27,32, e 38

Nova Maringá – MT,03 de outubro de 2022.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ

Pregoeira/Port. 136/2022

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 045/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI, com CNPJ**: 08.371. 036/0001-93.**

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 03/10/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT. ITEM: **35**. Valor Total de R$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais).

FISCAL DE ATA: LAUDICEIA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 045/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, com CNPJ**: 26.148.070/0001-85.**

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 03/10/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT. ITEM: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60**. Valor Total de R$112.047,50 (Cento e doze mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

FISCAL DE ATA: **LAUDICEIA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO**

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 045/2022.SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT. Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESAS VENCEDORAS: **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI,** inscrito no CNPJ. **26.148.070/0001-85.** ITENS: 01, 02, 03 ,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, e 60.

LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI, inscrito no CNPJ: **08.371.036/0001-93.** ITEM: 35

ITENS CANCELADOS: 21,27,32, e 38

Nova Maringá – MT, 03 de outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE Prefeita Municipal

PORTARIA N° 215/2022

Súmula: *"Nomeia os servidores públicos que receberão a Verba Indenizatória prevista pela Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022 e dá outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, Paragrafo Único da Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor público SIMONE DA CRUZ MONTANHA, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para receber a Verba Indenizatória no valor de R$ 2.500,00 de que trata a Lei Municipal nº 1.224 de 07 *de fevereiro de 2022.*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de Outubro de 2022, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA 217/2022

PORTARIA Nº. 0217/2022

"DELEGA PODERES DE MOVIMENTAÇÃO BANCARIA DO FUNDO MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA MARINGÁ/MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas por Lei;

Considerando o art.47, incisos IV da Lei Orgânica Municipal, com posteriores alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes Sra. SIMONE DA CRUZ MONTANHA, Portadora do RG nº 67255984 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 650.570.401-97 a assinar e movimentar as contas bancárias do Fundo Municipal de Educação de Nova Maringá, CNPJ: 30.996.907.0001-13 juntamente com a Prefeita Municipal, tendo poderes para:

Emitir cheques;

Abrir contas de deposito;

Autorizar cobrança;

Utilizar o crédito aberto na forma e condições;

Receber, passar recibo e dar quitação; Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

Requisitar talonário de cheques;

Autorizar débito em conta relativo a operações;

Retirar cheques devolvidos;

Endossar cheque;

Requisitar cartão eletrônico;

Movimentar conta corrente com cartão eletrônico; Sustar/Contra-ordenar cheques;

Cancelar cheques;

Baixar cheque;

Efetuar resgates/aplicações financeiras;

Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

Efetuar saques – conta corrente

Efetuar saques - poupança

Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

Efetuar transferências por meio eletrônico;

Consultar contas/aplic. programas repasse

Liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP;

Solicitar saldos/extratos, exceto de investimentos e operações de crédito;

Solicitar saldos/extratos de investimentos;

Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

Emitir comprovantes;

Encerrar contas de deposito;

Consultar obrigações do débito direto autorizado;

Cartão transporte – autorizar deb/trans meio

Atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro/AASP

Assinar instrumentos de convenio e contratos de prestação de serviços

Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico.

Consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os demais todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá-MT, 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal de Nova Maringá-MT

PORTARIA Nº. 212/2022

Súmula: *"Nomeia o Fiscal de Contrato e da outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada a Servidora Sandra Mara Renosto para função fiscal de Contrato, referente ao Contrato Administrativo 088/2022, decorrente da Dispensa de Licitação n°.032/2022.

Art. 2° – **Fica determinado** ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 216/2022

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FERIAS DE SERVIDORES REFERENTE MÊS DE OUTUBRO.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA DE FÉRIAS

MAT	NOME	CPF	DATA DA SAÍDA	DATA DO RETORNO
2710	CARLA CRISTINA DAL MORO	040.156.971-38	03/10/2022	02/11/2022
2799	BARBARA MONTEIRO DE SOUZA	020.736.511-35	03/10/2022	02/11/2022
602	SANDRA MARA RENOSTO	926.853.740-00	24/10/2022	08/11/2022
2752	ELLEN DA SILVA MONASKI	005.034.771-33	03/10/2022	02/11/2022
2615	THAYZA MARA BATISTA VIEIRA	701.596.531-34	03/10/2022	02/11/2022
2392	CLAUDETE DE FATIMA GAVA MARTINS	405.470.191-49	01/10/2022	01/11/2022
639	VANDA DA SILVA	622.550.611-04	03/10/2022	02/11/2022

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 218/2022

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARTICULAR DE SERVIDORES.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA PARTICULAR

MAT	NOME	CPF	DATA DO INICÍO
2466	LARIANE PEREIRA BALIEIRO	028.896.461-65	01/10/2022

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo V Seção VIII, Art. 87, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 213/2022

Súmula: *"Nomeia o Fiscal de Contrato e da outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado o Servidor Deibson Clei de Campos para função fiscal de Contrato, referente ao Contrato Administrativo 087/2022, decorrente do Termo de Credenciamento n°.005/2022.

Art. 2° – **Fica determinado** ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 026/2022.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 04 SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL ANGÊLO MILHORANÇA CONFORME PROJETOS E PLANILHAS.

TOMADA DE PREÇOS 002/2022.

Por este instrumento de Aditivo de Prazo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sr.ª ª. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, brasileira, portador do CPF: 378.869.xxx-xx e RG n.º 1400970 SSP-PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa **APUI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, CNPJ nº. 09.258.862/0001-93, estabelecida na cidade de Cuiabá - MT, na Rua Bom Jesus de Cuiabá, Bairro Jardim Santa Marta, neste ato representada pelo seu Representante legal, Sr. Leonir Romano Baggio, inscrito no

CPF/MF sob o nº. 401.419.xxx-xx, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado em Cuiabá - MT, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente ADITIVO de PRAZO ao CONTRATO Nº 026/2022, nos termos da Tomada de Preços 002/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o contrato nº. 026/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 05 de Outubro de 2022 e término em 04 de Novembro de 2022. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 026/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° V, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 03 de outubro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT APUI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 09.258.862/0001-93

Contratado Contratante

_____

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CPF: 049.565.xxx-xx

Fiscal de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 70/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 70/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 020/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 70/2022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **17/10/2022 às 09:00 horas** (Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ANALISES QUIMICAS PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.**

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2022 – Campo Geral e também no site** www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 03 de Outubro de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 020/2022

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 292, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022. SÚMULA: EXONERA A PEDIDO A SENHORA MARTA FRANCISCA DE SOUZA, DO CARGO EFETIVO DE CUIDADORA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

PORTARIA Nº 292, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: EXONERA A PEDIDO A SENHORA **MARTA FRANCISCA DE SOUZA,** DO CARGO EFETIVO DE CUIDADORA,DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a Sr.ª **Marta Francisca de Souza**, do Cargo efetivo de cuidadora, lotada no Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 03 de outubro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº: 036/2022.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora **AGNA URDIALE DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Contadora, lotada na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Monte Verde - MT, por 10 (dez) dias, conforme artigo 126, da Lei 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde - MT, referente ao período aquisitivo de 09 de Abril de 2020 à 08 de Abril de 2021, a partir de 10 de Outubro de 2022.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, em 03 de outubro de 2022.

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022
REGISTRO DE PREÇOS

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fabricação e montagem de calhas, rufos e pingadeiras,** conforme especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **13/10/2022 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 03 de outubro de 2022.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº029/2022 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

A **Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT**, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n. º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE CORTE E COSTURA JUNTO AO CRAS**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 06/10/2022 às 16h:00min.

a) A proposta de Preços deverá ser entregue **das 07h:30min as 11h:30min ou das 13h:30min as 17h:30min em dias úteis na Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT localizada na** Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré – MT, **no Departamento de Licitaçãoes,** ou pelo E-mail: **licitacaonovanazare@hotmail.com** até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município **https://www.novanazare.mt.gov.b**r ou através do E-mail: **licitacaonovanazare@hotmail.com**.

Nova Nazaré, 03/10/2022.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 243 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear para ocupar o **CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** Símbolo DAS-1, de acordo com a Lei 13/2008 de 27 de março de 2008, a senhora **SAMYA DANIELLE GONÇALVES DE OLIVEIRA DA TRINDADE,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 0988258-8 - SSP-MT e do CPF: n.º 819.948.421-72, residente e domiciliada em Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são prescritas em Lei e restritas a ela, ficando a servidora ora nomeada, vinculada e subordinada à **SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL**, cabendo a mesma, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao seu cargo.

Art. 3º - A remuneração da servidora ora nomeada será em consonância com o cargo em comissão Símbolo DAS-01, de acordo com a lei complementar municipal nº 070 de 28/05/2020.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 03 de Outubro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 239 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear para ocupar o cargo de **PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO,** de acordo com a Lei 775/2008, a funci9onária Sra. **ELIZETE MARIA DA SILVA**, matrícula brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG: 1460972-0 SSP/MT e do CPF: 974.886.071-04, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em lei e restritas a ela, cabendo à servidora ora nomeada, vinculada e subordinada à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º A remuneração do servidor ora nomeado será nos termos da Lei Municipal 775/2008 de 13/02/2008.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor no dia 01 de outubro de 2022 revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia – MT, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 241 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear a funcionária Sra. **MARIA RITA DUARTE DE ALMEIDA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG: 0344406-6 - SJSP-MT

e CPF: 206.374.381-91, residente e domiciliada neste município de Nova Olímpia-MT, para ocupar o cargo **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA,** de acordo com a Lei 775/2008, Símbolo DAS-03.

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em Lei e restritas a ela, cabendo a servidora ora nomeada, vinculada e subordinada à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - A remuneração da servidora ora nomeada será nos termos da Lei Municipal 775/2008 de 13/02/2008;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor à partir do dia 01 de Outubro de 2022, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 03 de Outubro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 242 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** o servidor público deste município, **Senhor SEBASTIÃO GONÇALVES MENDONÇA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ANALISTA DE SISTEMA,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 01 de outubro de 2022 e término em 30 de dezembro de 2022**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor em 01 de outubro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022,** Conforme segue:

GABARITO OFICIAL

001 - 001 - PROFESSOR PEDAGOGO									
01: B	02: C	03: D	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: C	10: D
11: D	12: A	13: A	14: A	15: A	16: B	17: A	18: C	19: C	20: C
21: A	22: D	23: Anulada	24: A	25: A	26: B	27: B	28: D	29: B	30: D
31: D	32: A	33: A	34: C	35: D	36: C	37: C	38: C	39: B	40: A

002 - 002 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA									
01: B	02: C	03: D	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: C	10: D
11: D	12: A	13: A	14: A	15: A	16: B	17: A	18: C	19: C	20: C
21: D	22: D	23: Anulada	24: C	25: D	26: C	27: A	28: C	29: A	30: A
31: C	32: D	33: D	34: D	35: A	36: A	37: A	38: D	39: B	40: C

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 03 de outubro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVULGAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022,** Conforme segue:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	RESPOSTA
20516	851	ALEXANDRE JUNIOR MENDES DA SILVA	INDEFERIDO	A questão possui apenas uma alternativa a ser marcada.

20518	851	ALEXANDRE JUNIOR MENDES DA SILVA	DEFERIDO	Questão anulada por haver mais de uma alternativa correta.
20341	277	ANA KARINA DE MOURA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20344	277	ANA KARINA DE MOURA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20346	277	ANA KARINA DE MOURA	IMPROCEDENTE	Em análise ao recurso, esta banca constatou equívoco ao lançar o gabarito, sendo correta a alternativa c.
20788	486	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	INDEFERIDO	Trata-se de uma reportagem, que além de expositiva também é narrativa, uma vez que descreve ações e incluem tempo, espaço e personagens.
20790	486	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	INDEFERIDO	A questão pede para selecionar a palavra que é acentuada pela mesma razão da palavra três. A palavra céus segue outro regramento. O vocábulo três recebe o acento por ser um monossílabo tônico terminado em “es”. A palavra céus é um monossílabo tônico constituído por um ditongo.
20791	486	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	IMPROCEDENTE	O que o candidato objetiva com a manifestação? Mencionar, textos não significa interpor recurso.
20792	486	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	IMPROCEDENTE	Anexar letra de lei não significa interpor recurso.
20330	667	ANDRÉIA MATOS DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesma coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20451	667	ANDRÉIA MATOS DA SILVA SOUZA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20460	667	ANDRÉIA MATOS DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	De acordo com a referida lei Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio devem ter base nacional comum, e NÃO ENSINO SUPERIOR.
20462	667	ANDRÉIA MATOS DA SILVA SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação
20739	745	ANDRESSA COSTA TITO DA SILVA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20740	745	ANDRESSA COSTA TITO DA SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20748	745	ANDRESSA COSTA TITO DA SILVA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20179	173	ANDRESSA FERREIRA COSTA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20372	173	ANDRESSA FERREIRA COSTA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20215	579	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20259	579	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20261	579	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20476	579	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20900	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20906	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20907	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação sem fundamentação.
20908	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO	Questão elabora com fundamentação do Colégio Americano de Medicina do Esporte, conforme citação na prova.
20909	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação, opinião pessoal não é válido como recurso.
20910	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO	Questão elabora de forma objetiva e clara, a falta de conhecimento do candidato não é justificativa para cancelamento da questão.
20911	5	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO	Se, todos os pássaros são azuis e a água é um pássaro, então a águia é azul.
20834	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20860	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julga-

				mento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20871	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20877	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20882	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20884	189	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20512	314	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20734	314	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20736	314	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20737	314	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20755	314	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20481	834	CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesma coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20732	307	DAIANE REIS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20735	307	DAIANE REIS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20506	1003	DENILSA MARIA DO NASCIMENTO MONTEIRO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20510	1003	DENILSA MARIA DO NASCIMENTO MONTEIRO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20700	1003	DENILSA MARIA DO NASCIMENTO MONTEIRO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20493	275	DESIREE SALES GALLEGO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20779	275	DESIREE SALES GALLEGO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20789	275	DESIREE SALES GALLEGO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20797	275	DESIREE SALES GALLEGO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20763	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20764	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20768	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20769	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20770	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20772	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.

20774	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	IMPROCEDENTE	Manifestação não se refere a questão 01 de português.
20775	55	EDILAINE ARRUDA ARAUJO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado esta correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20226	459	ELAINE BARBOSA SILVA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20723	208	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20724	208	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20725	208	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20726	208	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20729	208	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20893	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20894	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20895	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20897	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20898	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20899	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20901	399	ELAINE NEVES SILVA DE ARAÚJO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20388	1114	EVERTY LEANDRA PEREIRA SILVA MEDINA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20819	1114	EVERTY LEANDRA PEREIRA SILVA MEDINA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20820	1114	EVERTY LEANDRA PEREIRA SILVA MEDINA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20677	596	FERNANDA PRUSSAK	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20687	596	FERNANDA PRUSSAK	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20695	596	FERNANDA PRUSSAK	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20718	596	FERNANDA PRUSSAK	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20721	596	FERNANDA PRUSSAK	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20728	596	FERNANDA PRUSSAK	GABARITO ALTERADO	Em análise ao recurso, esta banca constatou equívoco ao lançar o gabarito, sendo correta a alternativa c.
20843	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.

20844	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20845	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20846	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20847	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20848	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20849	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20850	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	Sem manifestação.
20851	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20852	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	Se, todos os pássaros são azuis e a água é um pássaro, então a águia é azul.
20853	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20854	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20855	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação
20856	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20857	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20858	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20863	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesma coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20864	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação.
20865	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20867	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20868	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20870	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20872	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20873	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20874	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20875	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Sem manifestação
20876	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20879	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	Sem manifestação.
20880	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação
20881	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20890	181	FLAIAHAN DOS SANTOS	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20691	295	GESICA DE SOUZA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com o conteúdo programatico : Função sociocultural da escola.
20697	295	GESICA DE SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20707	295	GESICA DE SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação.
20766	333	GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20767	333	GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.

20773	333	GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20776	333	GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20669	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20672	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20676	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erronemente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20679	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20682	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20683	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20685	223	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	GABARITO ALTERADO	Em análise ao recurso, esta banca constatou equívoco ao lançar o gabarito, sendo correta a alternativa c.
20719	1149	ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20784	1006	JARBAS OLIVEIRA DA SILVA	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20703	774	JÉSSICA ROCHA DA SILVA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20705	774	JÉSSICA ROCHA DA SILVA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20706	774	JÉSSICA ROCHA DA SILVA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20710	774	JÉSSICA ROCHA DA SILVA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20712	774	JÉSSICA ROCHA DA SILVA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20805	971	JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20600	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20603	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20605	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20607	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20613	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20616	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20624	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20649	1093	JULIANA DA SILVA ROCHA	INDEFERIDO	Questão elaborada de forma clara e objetiva.
20543	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20545	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa,

				que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20546	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20547	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20586	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20592	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20593	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20902	136	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende norma editalíssimas- Sem fundamentação.
20375	1064	JULIANA REIS FONSECA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20377	1064	JULIANA REIS FONSECA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20571	311	KELLE CARLOS MINOTT LAGES	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20596	131	KETELEN GONÇALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20597	131	KETELEN GONÇALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20599	131	KETELEN GONÇALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20794	131	KETELEN GONÇALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20591	1056	KLEDIR EVERSON DA SILVA CUNHA	INDEFERIDO	Erro de data não altera o entendimento nem a resolução da questão.
20650	1056	KLEDIR EVERSON DA SILVA CUNHA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20824	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20826	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20827	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20828	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20831	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20835	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20839	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não se refere a questão 01 de português.
20841	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não se refere a questão 01 de português.
20896	315	LEONICE CAMPOS SOUZA	INDEFERIDO	Trata-se de uma reportagem, que além de expositiva também é narrativa, uma vez que descreve ações e incluem tempo, espaço e personagens.
20508	917	LIGIA COSTA CURVELLO	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20657	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20658	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	GABARITO ALTERADO	Em análise ao recurso, esta banca constatou equívoco ao lançar o gabarito, sendo correta a alternativa c.

20670	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20699	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	IMPROCEDENTE	Sem manifestação.
20704	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20708	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	IMPROCEDENTE	Manifestação não condiz com o enunciado.
20715	859	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	INDEFERIDO	Manifestação não atende as normas editalíssimas- Sem fundamentação
20832	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20878	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20883	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20885	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20886	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20887	1110	LORANA DA SILVA ERMITA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20660	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20661	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20663	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20664	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20665	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20667	889	LORRAINE SILVA DA CRUZ	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20282	212	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20283	212	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20284	212	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20285	212	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20286	212	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com o conteúdo programatico : Função sociocultural da escola.
20360	354	LUCIANA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20362	354	LUCIANA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)

20370	354	LUCIANA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20326	1100	LUCIANE OLIVEIRA DE SOUZA ALVES	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20367	1100	LUCIANE OLIVEIRA DE SOUZA ALVES	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesmas coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20255	214	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20260	214	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20273	214	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20509	969	MAIANA LOPES DA SILVA	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20551	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20552	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20553	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20554	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20555	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20557	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20559	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20560	71	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20614	896	MARIA ALVES BATISTA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20615	896	MARIA ALVES BATISTA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20622	896	MARIA ALVES BATISTA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20623	896	MARIA ALVES BATISTA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20626	896	MARIA ALVES BATISTA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20628	896	MARIA ALVES BATISTA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20629	896	MARIA ALVES BATISTA	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20631	896	MARIA ALVES BATISTA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20440	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20442	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.

20443	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20444	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20445	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com o conteúdo programatico : Função sociocultural da escola.
20446	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20447	442	MARIA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20811	683	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20815	683	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20825	683	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	INDEFERIDO	Trata-se de uma reportagem, que além de expositiva também é narrativa, uma vez que descreve ações e incluem tempo, espaço e personagens.
20793	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20795	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20796	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20798	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20800	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	IMPROCEDENTE	Manifestação não se refere a questão 01 de português.
20801	1216	MARINALVA GONÇALVES DE JESUS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20297	603	MARLENE MARCIA GOELZER	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20299	603	MARLENE MARCIA GOELZER	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20300	603	MARLENE MARCIA GOELZER	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20304	603	MARLENE MARCIA GOELZER	INDEFERIDO	Se, todos os pássaros são azuis e a água é um pássaro, então a águia é azul.
20808	603	MARLENE MARCIA GOELZER	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20812	603	MARLENE MARCIA GOELZER	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20814	603	MARLENE MARCIA GOELZER	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20635	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20637	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20638	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20640	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20644	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20645	891	MARLI ALEXANDRE DE LIRA	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.

20262	13	NATALIA LARISSA GALLEGO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20391	13	NATALIA LARISSA GALLEGO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20742	13	NATALIA LARISSA GALLEGO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20743	13	NATALIA LARISSA GALLEGO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20747	13	NATALIA LARISSA GALLEGO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20461	227	NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR	INDEFERIDO	A questão pede para selecionar a palavra que é acentuada pela mesma razão da palavra três. A palavra céus segue outro regramento. O vocábulo três recebe o acento por ser um monossílabo tônico terminado em “es”. A palavra céus é um monossílabo tônico constituído por um ditongo.
20536	227	NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR	IMPROCEDENTE	Candidato não manifestou qual seu objetivo com o recurso.
20539	227	NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR	IMPROCEDENTE	O que o candidato deseja com a manifestação? Colocar letra de lei não é interposição de recurso.
20577	227	NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR	INDEFERIDO	Trata-se de uma reportagem, que além de expositiva também é narrativa, uma vez que descreve ações e incluem tempo, espaço e personagens.
20601	118	RENATA DE SOUZA MARTINS BARBIERI	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20771	954	RENIVALDA SILVA DE ARAUJO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20783	954	RENIVALDA SILVA DE ARAUJO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20374	736	ROSANGELA FERNANDES DA SILVA PAZ	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20406	736	ROSANGELA FERNANDES DA SILVA PAZ	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20625	251	ROSELI DA CRUZ BRANDONI	IMPROCEDENTE	Manifestação não se refere a questão 01 de Português.
20350	684	ROSILDA ANTONIO DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado esta correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20351	684	ROSILDA ANTONIO DOS SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20231	524	SIMONE DOS SANTOS ANGELO	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20241	524	SIMONE DOS SANTOS ANGELO	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20342	524	SIMONE DOS SANTOS ANGELO	INDEFERIDO	Se, todos os pássaros são azuis e a água é um pássaro, então a águia é azul.
20671	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20673	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20675	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20678	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.

20680	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20681	1383	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20453	346	THAIANA FLAVIANA DUARTE	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20454	346	THAIANA FLAVIANA DUARTE	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20578	346	THAIANA FLAVIANA DUARTE	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20632	346	THAIANA FLAVIANA DUARTE	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20830	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20833	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levála a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20836	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20838	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20840	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20842	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20861	477	VALDILENE DE ALMEIDA RIBEIRO	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20212	1224	VALDINEI MONTALVAO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20213	1224	VALDINEI MONTALVAO	IMPROCEDENTE	Erro de data não altera o entendimento nem a resolução da questão.
20220	1224	VALDINEI MONTALVAO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20837	1092	VANESSA WINCK	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20859	1092	VANESSA WINCK	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20862	1092	VANESSA WINCK	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20866	1092	VANESSA WINCK	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20869	1092	VANESSA WINCK	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20379	176	VIVIANE DA COSTA SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20383	176	VIVIANE DA COSTA SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20387	176	VIVIANE DA COSTA SANTOS	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20404	176	VIVIANE DA COSTA SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20216	4	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.

20228	4	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesmas coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20249	4	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesma coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20203	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programatico previsto em edital. O Rio São Francisco sempre está em evidencia, só no ano de 2022 foi notícia 5 vezes.
20204	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	A palavra excertos existe e está dentro do contexto, o simples fato do candidato não conhecer a palavra não é motivo para anulação.
20205	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	Questão não está solicitando que o candidato identifique o número de mortes, mas que tenha conhecimento de qual doença o Brasil já havia recebido certificado de eliminação e que atualmente apresenta novos casos.
20221	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erronemente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20224	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	Questão não está solicitando que o candidato identifique o número de mortes, mas que tenha conhecimento de qual doença o Brasil já havia recebido certificado de eliminação e que atualmente apresenta novos casos.
20279	120	WEILA ROSA DA SILVA SOUZA	INDEFERIDO	A alternativa III não está de acordo com a lei e Diretrizes e Parâmetros não são a mesmas coisa. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais são as normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículo das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos elaborados pelo Governo Federal com regras divididas por disciplinas.
20524	64	WILLIAM GUSMAO DE SOUZA	DEFERIDO	Questão anulada por haver mais de uma alternativa correta.
20526	64	WILLIAM GUSMAO DE SOUZA	INDEFERIDO	Recurso indeferido pelos fundamentos apresentados na própria citação do candidato.
20528	64	WILLIAM GUSMAO DE SOUZA	INDEFERIDO	Questão elaborada de forma objetiva e clara, exigindo conhecimentos mínimos para resolução da mesma.
20627	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20630	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20633	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20636	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20641	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	O erro de digitação não interferiu da interpretação e resolução da questão.
20646	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20647	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20648	1302	WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO RIBEIRO	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado está correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20689	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão elaborada de acordo com conteúdo programático. 2016 refere-se ao ano em que o país recebeu o certificado, mas os novos casos da doença são atualizados, inclusive de grande vinculação da imprensa.
20690	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	INDEFERIDO	A questão é clara ao mencionar que o documentário trata, sobretudo, ou seja, assunto principal. Ao analisar o recurso, esta banca constatou que o gabarito foi lançado erroneamente, pois a alternativa correta é a letra C, vejamos : Democracia em Vertigem (título em inglês: The Edge of Democracy) é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita. (Fonte: Netflix do Brasil)
20692	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	O item III está errado, gabarito lançado de forma erroneamente. Alternativa correta A. Inserir a criança como sujeito pleno no universo escolar e, portanto, levá-la a compreender o funcionamento particular da escola, num processo que não poderá desconhecer nem a singularidade da infância, nem a lógica que organiza o seu convívio social imediato.
20693	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	Manifestação não atende as normas editalíssimas- sem fundamentação.
20694	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	INDEFERIDO	A falta de espaço entre as frases não interfere nem altera a interpretação das alternativas.
20698	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	INDEFERIDO	Questão exige que o candidato tenha conhecimento sobre recreação, como atividade lúdica dirigida. O ano citado esta correto e mesmo em caso errôneo, a data não altera o entendimento sobre o tema.
20702	659	ZILDA SOARES DOS SANTOS	GABARITO ALTERADO	Em análise ao recurso, esta banca constatou equívoco ao lançar o gabarito, sendo correta a alternativa c.
20149	479	ZILVANA SILVA DE SOUZA	IMPROCEDENTE	Não houve manifestação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 03 de outubro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 4º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: INOVAMED HOSPITALAR LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA PÚBLICA, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA E A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME).

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhamento do preço do item de nº 40 da Ata de Registro de Preços nº 018/2022, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando o novo preço a ser praticado e descrito a seguir: ITEM: 40 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,165.

Data de Assinatura: 03/10/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 384/2022

PORTARIA Nº. 384/2022

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇAO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- CONSEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ARTº 1°- ALTERAR os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA, que terá a partir desta data, a seguinte composição:

1)Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Membro Titular: Leonardo Fernandes Ramos

Membro Suplente: Luiz Felipe de Oliveira Conceoção

2)Representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

Membro Titular: Yohanan Flores da Silva

Membro Suplente: Pedro de Souza Azevedo Junior

3)Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Membro Titular: Angela Maria Jacobs

Membro Suplente: Edna Lazarin Feijó

4)Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Membro Titular: Ronaldo Vizoli

Membro Suplente: Marcio José da Silva

5)Representantes da Secretaria Municipal de Industria Comércio Turismo e Cultura

Membro Titular: Roseli de Oliveira Pavan

Membro Suplente: Tatiani Cypriani

6)Representantes da Secretaria Municipal de Obras.

Membro Titular: Lucas André Vian

Membro Suplente: Otair Gonçalves dos Santos

7)Representantes da Câmara Municipal de Vereadores.

Membro Titular: Leonildo Antonio

Membro Suplente: Francisco Fabio Calvalcante Rodrigues

8)Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ubiratã – MT.

Membro Titular: Katia Rosa da Silva

Membro Suplente: José Raimundo Silva

9)Representantes do Sindicato Rural de Nova Ubiratã – MT.

Membro Titular: Albino Castilho Ruiz

Membro Suplente: Marisane Accorsi Bratz

10)Representantes da Associação de Produtores da Gleba Entre Rios – APROGER.

Membro Titular: Clóvis Fernando Lagemann

Membro Suplente: Ely Gonçalves da Cruz

11)Representantes da Associação Cedro Rosa

Membro Titular: Jhony Land Borba

Membro Suplente: Albino Kalinoski

12)Representante da Empaer

Membro Titular: Fabio Henrique Pires Carrocini

Membro Suplente: Thiago Ribeiro dos Santos

13)Representante do Conselho da Estação Ecologica do Rio Ronuro

Membro Titular: Josiane de Fatima Alfonso Godoy

Membro Suplente: Thiago Henrique Bidoia

ART.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario, especialmente a Portaria Nº. 202/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 30 de setembro de 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

RH
COMUNICADO

O Município de Nova Xavantina - MT, através da Gerência de Gestão de Pessoas torna público que a candidato (a) **MARIA PEREIRA DE LIMA** não compareceu para providências de contratação dentro do prazo legal **(23/09 A 02/10).** A mesma foi convocada através do **19º Edital de convocação do seletivo 03/2021** com data de 22 de setembro de 2022, publicada em 23 de Setembro de 2022 no Diário Oficial dos Municípios - AMM, edição de nº. 4.074, no site www.novaxavantinamt.com.br e no Mural Oficial

Público na Sede da Prefeitura Municipal. Entramos em contato via telefone com a candidata para exercer o cargo de **PROFESSORA-40 h,**

De acordo com o Artigo 18 § 4º da Lei Municipal nº 2.340/2021, bem como, o item nº. 11.3. do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2021, por não comparecer para providências (entrega de documentos) de contratação dentro do prazo legal **torna-se sem efeito a respectiva convocação.**

Nova xavantina, MT, 03 de Outubro de 2022.

Ingrid Sandy Martins Gomes Leandro Cesar Esteves

Gerente da Gestão de Pessoas Assistente Administrativo

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.792, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 4792/2022, de 16 de setembro de 2022.

Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2454/2022, de 21 de setembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 6.500,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

06.001 - ESPORTES E LAZER

06.001.27.812.11.2023-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS R$6.500,00

1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 6.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

06.001 - ESPORTES E LAZER

06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$6.500,00

1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 6.500,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de setembro de 2022.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.815, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 4815/2022, de 30 de setembro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2454/2022, de 21 de setembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 495.200,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$440.000,00
1.621.3110000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 440.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.2033-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$55.200,00
1.600.0000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 55.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$115.000,00
1.621.3110000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 115.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.2033-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$325.000,00
1.621.3110000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 35.000,00
1.621.3110000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 115.000,00
1.621.3110000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 175.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$55.200,00
1.600.0000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 55.200,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de setembro de 2022.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 03/10/2022, às 14:36:31. Protocolo: c81b18a4-5b4d-4c44-bda0-e4e130a974fb

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.775, DE 1 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 4775/2022, de 1 de setembro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2454/2022, de 21 de setembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.305.227,68, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.976,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 4.976,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$450,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 450,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2053-3.3.90.41.00.00.00.00 - CONTRIBUICOES R$90.034,25
1.621.0000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 90.034,25

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA R$3.000,00
1.661.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$25.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 25.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$8.792,56
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 8.792,56

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.500,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 2.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$705,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 705,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$79.600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 79.600,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$69.169,36
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 69.169,36

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$64.922,64
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 64.922,64

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$132.342,52
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 132.342,52

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$44.162,25
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 44.162,25

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$17.900,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 17.900,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$980,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 980,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$770,05
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 770,05

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$10.100,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.100,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$11,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 11,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$1.086,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.086,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$376.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 376.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA R$6.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 6.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$732,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 732,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$200,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 200,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.200,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.200,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$12.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 12.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.2033-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$6.500,00
1.600.0000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 6.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$3.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$1.158,40
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.158,40

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$1.600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.600,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$64.922,64
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 64.922,64

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.160,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.160,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$130.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 130.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.780,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.780,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$12.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 12.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$531,45
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 531,45

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.700,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 4.700,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$1.942,83
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.942,83

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.431,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.431,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$11.724,50
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 11.724,50

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$1.250,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.250,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$4.165,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 4.165,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.840,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.840,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.500,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$89,46
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 89,46

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$87.692,89
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 87.692,89

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$11.250,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 11.250,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 10.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 10.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$13.026,96
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 13.026,96

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$9.052,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 9.052,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.988,22
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 4.988,22

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.12.2025-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$120.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 120.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$100.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 100.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$160.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 160.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$60.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 60.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$50.690,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 50.690,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENCAS JUDICIAIS R$6.300,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 6.300,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$32.500,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 32.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$33.738,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 33.738,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$22.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 22.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.723,65
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.723,65

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$7.020,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 7.020,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.220,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.220,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.1033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.500,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.7.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.095,10
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.095,10

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.832,50
1.552.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE 3.832,50

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$350,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 350,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.916,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 4.916,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.467,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.467,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA R$10.160,45
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.160,45

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.328,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.328,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$53.701,00
1.701.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS 53.701,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$8.652,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 8.652,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$47.600,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 47.600,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$700,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 700,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$59.334,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 59.334,00

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$62.080,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 62.080,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA R$5.881,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.881,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$4.976,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 4.976,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$450,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 450,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.2033-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$90.034,25
1.632.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 90.034,25

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR R$3.000,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 3.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$25.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 25.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$8.792,56
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 8.792,56

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$2.500,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 2.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$705,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 705,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.1007-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$79.600,00
1.570.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 79.600,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$69.169,36
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 69.169,36

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$64.922,64
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 64.922,64

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$15.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 15.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$132.342,52
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 132.342,52

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$44.162,25
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 44.162,25

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$17.900,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 17.900,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$980,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 980,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$770,05
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 770,05

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR R$10.100,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.100,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$11,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 11,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$1.086,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.086,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.1030-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$376.000,00
1.631.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 376.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR R$6.000,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 6.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.99.999.5.2011-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA R$732,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 732,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$200,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 200,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$3.200,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.99.999.5.2011-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA R$12.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 12.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$6.500,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 6.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$3.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$1.158,40
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.158,40

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.600,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$64.922,64
1.600.3110000 TRANSFÊRENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO 64.922,64

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1052-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$2.160,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.160,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$130.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 130.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.780,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.780,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$12.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 12.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$531,45
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 531,45

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.700,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 4.700,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.942,83
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.942,83

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$2.431,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.431,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$11.724,50
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 11.724,50

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$1.250,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.250,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$4.165,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 4.165,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.840,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.840,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1054-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$1.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.500,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1054-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$89,46
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 89,46

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$87.692,89
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 87.692,89

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$11.250,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 11.250,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$10.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 10.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$10.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 10.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$13.026,96
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 13.026,96

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$9.052,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 9.052,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$4.988,22
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 4.988,22

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.1028-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$120.000,00
1.631.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 120.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.1028-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$100.000,00
1.631.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 100.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
09.003.8.241.30.2043-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$15.000,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 15.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.1047-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$62.000,00
1.665.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À 62.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.4.122.29.2042-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$98.000,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 70.000,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 10.000,00
1.665.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À 18.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$60.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 40.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 20.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$50.690,00
1.632.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 50.690,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$6.300,00
1.632.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 6.300,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.17.2030-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$32.500,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 32.500,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR R$33.738,00
1.660.0000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 33.738,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1052-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$22.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 22.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1052-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$10.723,65
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 10.723,65

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.15.451.33.1052-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$7.020,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 7.020,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$10.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$10.000,00
1.700.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 10.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.220,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.220,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$1.500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.500,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$3.095,10
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.095,10

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$3.832,50
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.832,50

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.1028-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$350,00
1.631.0000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS 350,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS R$4.916,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 4.916,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS R$1.467,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.467,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR		R$10.160,45
1.660.0000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	10.160,45
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.002.4.122.29.2042-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR		R$1.328,00
1.660.0000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	1.328,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		
11.001 - TURISMO E CULTURA		
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		R$53.701,00
1.701.0000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS	53.701,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R$8.652,00
1.571.0000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS	8.652,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.002.10.301.20.1028-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES		R$47.600,00
1.631.0000000	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS	47.600,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR		R$700,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	700,00
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
08.001 - INFRAESTRUTURA		
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES		R$59.334,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	59.334,00
10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO		
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO		
10.001.20.608.31.1050-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES		R$62.080,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	62.080,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		R$5.881,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	4.081,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.800,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de setembro de 2022.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.776, DE 1 DE SETEMBRO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

DECRETO Nº 4776/2022, de 1 de setembro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2454/2022, de 21 de setembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.434.989,22, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.280,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.280,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.400,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.400,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$5.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 5.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
09.003.8.241.30.2043-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$1.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 1.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$872,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 872,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.100,00
1.701.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS 5.100,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$144,80
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 144,80

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$6.224,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 6.224,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$7.317,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 7.317,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.500,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2.500,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$4.300,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 4.300,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.919,88
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.919,88

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$70.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 70.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$50.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 50.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.100,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.100,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$658,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 658,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$982,80
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 982,80

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.715,10
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.715,10

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$5.247,27
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 5.247,27

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.7.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.532,55
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.532,55

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.400,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 3.400,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$20.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 20.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$55.070,40
2.700.0000000 (SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA 55.070,40

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$28.400,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 28.400,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$11.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 11.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$20.560,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 20.560,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$9.400,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 9.400,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.300,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 4.300,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$270,69
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 270,69

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$6.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 6.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 5.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 500,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$178,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 178,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$16.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 16.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 1.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$15.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 15.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.450,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.450,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$6.789,51
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 6.789,51

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$6.359,30
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 6.359,30

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.650,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.650,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.500,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2.500,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.7.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.432,48
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3.432,48

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$92,17
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 92,17

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.12.2025-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$43,87
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 43,87

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$358,88
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 358,88

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.600,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$500,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 500,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$472,18
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 472,18

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$25.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 25.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$200,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 200,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$19.300,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 19.300,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$8.742,12
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 8.742,12

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.341,08
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.341,08

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$58.791,54
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 58.791,54

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$73.629,13
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 73.629,13

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$12.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 12.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$35.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 35.000,00

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.865,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.865,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$208,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 208,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$4.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 4.000,00

02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
02.001.4.122.3.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 600,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$17.500,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 17.500,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$5.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 5.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$15.020,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.020,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$7.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 7.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$600,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 600,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$15.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 15.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.340,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.340,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVICOS DE CONSULTORIA R$14.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 14.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.6.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$39.340,36
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 39.340,36

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.400,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 10.400,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$7.035,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 7.035,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.306.7.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$13.411,75
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 13.411,75

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$100,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 100,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$30,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 30,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$358,88
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 358,88

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$100,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 100,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.830,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.830,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.948,90
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2.948,90

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.810,81
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.810,81

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$576,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 576,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.1018-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$15.416,59
2.700.0000000 (SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA 15.416,59

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.361.9.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$505.986,38
2.540.1070000 (SF) - IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS 505.986,38

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.361.9.2020-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$60.000,00
1.540.0000000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS 60.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.361.9.2020-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$100.000,00
1.540.0000000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS 100.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.365.10.2021-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$250.000,00
1.540.1070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS 250.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.365.10.2022-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$120.000,00
1.540.0000000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS 120.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.365.10.2021-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$300.000,00
1.540.1070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS 300.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$12.000,00
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 12.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.12.2025-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$10.000,00
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 10.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$70.000,00
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 70.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$9.886,80
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 9.886,80

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$20.000,00
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 20.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS R$8.000,00
1.704.0000901 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA 8.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.002 - FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
05.002.12.365.10.2021-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS R$120.000,00
1.540.1070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS 120.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$1.280,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.280,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$1.400,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.400,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$5.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 5.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$1.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 1.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$872,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 872,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$5.100,00
1.701.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS 5.100,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$144,80
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	144,80
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$6.224,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.224,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$7.317,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.317,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.500,00
1.571.0000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS	2.500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$4.300,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	4.300,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.919,88
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	2.919,88
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$70.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	70.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$50.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	50.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.100,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.100,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$658,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	658,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$982,80
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	982,80
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.715,10
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.715,10
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.247,27
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.247,27
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.532,55
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.532,55
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.400,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	3.400,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$20.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	20.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	2.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$55.070,40
2.700.0000000	(SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA	55.070,40
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$28.400,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	28.400,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$11.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	11.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$20.560,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	20.560,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$9.400,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.400,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$4.300,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	4.300,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$270,69
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	270,69
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$6.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	5.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$500,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$178,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	178,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$16.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	16.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$15.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	15.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.450,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.450,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$6.789,51
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.789,51
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$6.359,30
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.359,30
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.650,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	3.650,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.500,00
1.571.0000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS	2.500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.432,48
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.432,48
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$92,17
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	92,17
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$43,87
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	43,87
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$358,88
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	358,88
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.600,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	2.600,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$500,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$472,18
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	472,18

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$25.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	25.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.000,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$200,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	200,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$19.300,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	19.300,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$8.742,12
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	8.742,12
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.341,08
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	3.341,08
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$58.791,54
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	58.791,54
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$73.629,13
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	73.629,13
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$12.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	12.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$35.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	35.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.865,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	3.865,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$208,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	208,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$4.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	4.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$600,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	600,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$17.500,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	17.500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.000,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$15.020,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	15.020,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$7.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	7.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$600,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	600,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$15.000,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	15.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	2.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$3.340,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	3.340,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$14.000,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	14.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$39.340,36
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	39.340,36
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$10.400,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	10.400,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$7.035,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	7.035,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$13.411,75
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	13.411,75
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$100,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE	100,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$30,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	30,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$358,88
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	358,88
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$100,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	100,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$5.830,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.830,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$2.948,90
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.948,90
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.810,81
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.810,81
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$576,00
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	576,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$15.416,59
2.700.0000000	(SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA	15.416,59
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$505.986,38
2.540.1070000	(SF) - IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS	505.986,38
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$60.000,00
1.540.0000000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS	60.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$100.000,00
1.540.0000000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS	100.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$250.000,00
1.540.1070000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS	250.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$120.000,00
1.540.0000000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS	120.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$300.000,00
1.540.1070000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS	300.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$12.000,00
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	12.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$10.000,00
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	10.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$70.000,00
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	70.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$9.886,80
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	9.886,80
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$20.000,00
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	20.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$8.000,00
1.704.0000901	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA	8.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$120.000,00
1.540.1070000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS	120.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de setembro de 2022.

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N°. 047/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **PRAMED PLANTÕES MEDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 32.607.218/0001-03, resolvem celebrar primeiro termo aditivo de supressão de valor ao contrato nº 047/2022, Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste Edital e art.197 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8666/93 c/ c a Lei Municipal de nº 2.394/2022 e as alterações posteriores realizadas pela Lei nº 2.456 de 28 de setembro de 2022. Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação: **6.1.** O CONTRATANTE pagará ao (à) CONTRATADO (A) de acordo com o quantitativo de serviços prestados, conforme faturamento aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e valores definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2.022, **estimando-se o valor mensal de** R$ 36.660,00 (trinta e seis mil e seiscentos e sessenta reais), **perfazendo o valor total estimado de** R$ 366.600,00 (trezentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais), para efeito de empenho.

JOÃO MAHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 4.816, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 4816/2022, de 3 de outubro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2454/2022, de 21 de setembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 11.328,08, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.001 - INFRAESTRUTURA	
08.001.25.752.26.2039-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.316,08

1.751.0000000	RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -	10.316,08

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.001 - INFRAESTRUTURA	
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$1.012,00

1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.012,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.001 - INFRAESTRUTURA	
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$10.316,08

1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	10.316,08

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.001 - INFRAESTRUTURA	
08.001.15.451.24.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	R$1.012,00

1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.012,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 3 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N°. 048/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **SERVMEDIC SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 31.415.691/0001-18, resolvem celebrar primeiro termo aditivo de supressão de valor ao contrato nº 048/2022, Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste Edital e art.197 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8666/93 c/c a Lei Municipal de nº 2.394/2022 e as alterações posteriores realizadas pela Lei nº 2.456 de 28 de setembro de 2022. Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação: **6.1.** O CONTRATANTE pagará ao (à) CONTRATADO (A) de acordo com o quantitativo de serviços prestados, conforme faturamento aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e valores definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2.022, **estimando-se o valor mensal de** R$ 163.670,00 (cento e sessenta e três mil e seiscentos e setenta reais), **perfazendo o valor total estimado de** R$ 1.636.700,00 (Hum milhão, seiscentos e trinta e seis mil e setecentos reais), para efeito de empenho.

JOÃO MAHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N°. 061/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **IESF - SERVICOS MEDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 35.996.154/0001-60, resolvem celebrar primeiro termo aditivo de supressão de valor ao contrato nº 061/2022, Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste Edital e art.197 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde de nº 8. 080/1990, Lei Federal nº 8666/93 c/c a Lei Municipal de nº 2.394/2022 e as alterações posteriores realizadas pela Lei nº 2.456 de 28 de setembro de 2022. Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação: **6.1.** O CONTRATANTE pagará ao (à) CONTRATADO (A) de acordo com o quantitativo de serviços prestados, conforme faturamento aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e valores definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2.022, **estimando-se o valor mensal de** R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), **perfazendo o valor total estimado de** R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), para efeito de empenho.

JOÃO MAHADO NETO

Prefeito Municipal

ALTERA A DATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 031/2019

ALTERA A DATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 031/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA/MT E A EMPRESA MACRO CONSTRUTORA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 13.380.117/0001-90 CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SÃO JOAQUIM (ANTIGA RUA 01), A RUA SÃO VICENTE (ANTIGA RUA 02) e AV. SANTANA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, PARA 30 DE SETEMBRO DE 2022.

JOÃO MACHADO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N°. 046/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **IMEDIATA SERVICOS MEDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 30.987.969/0001-69, resolvem celebrar segundo termo aditivo de supressão de valor ao contrato nº 046/2022, Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste Edital e art.197 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8666/93 c/c a Lei Municipal de nº 2.394/2022 e as alterações posteriores realizadas pela Lei nº 2.456 de 28 de setembro de 2022. Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação: **6.1.** O CONTRATANTE pagará ao (à) CONTRATADO (A) de acordo com o quantitativo de serviços prestados, conforme faturamento aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e valores definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2.022, **estimando-se o valor mensal de** R$ 299.433,42 (duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), **perfazendo o valor total estimado de** R$ 2.994.334,20 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil e trezentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), para efeito de empenho.

JOÃO MAHADO NETO

Prefeito Municipal

ALTERA A DATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 030/2019

ALTERA A DATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 030/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA/MT E A EMPRESA MACRO CONSTRUTORA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 13.380.117/0001-90 CUJO OBJETO É A CONTRATACÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUCÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SERRA NOVA (ANTIGA RUA 04), AVENIDA SANT'ANA E RUA CHAPADA DOS GUIMARÃES (ANTIGA RUA 03), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, PARA 30 DE SETEMBRO DE 2022.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 049/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a e a empresa **PRO SAÚDE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 46.162.986/0001-05, O presente termo apostilamento tem por objeto reequilibrar o valor do Contrato nº 049/2.022, passando o **item 28** - deslocamento para cidades até a distância de 600 km - ida e volta de profissional temporário do tipo enfermeiro de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), o **item 30** - deslocamento para cidades até a distância de 600 km - ida e volta de profissional temporário do tipo técnico ou auxiliar de enfermagem de R$ 90,00 (noventa reais), para R$ 160,00 (cento e sessenta reais), **item 33** - deslocamento para cidades até a distância de 1200 km - ida e volta de profissional temporário do tipo técnico ou auxiliar de enfermagem de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), para R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), **item 36** - deslocamento para cidades com distancia acima de 1200 km - ida e volta de profissional temporário do tipo técnico ou auxiliar de enfermagem de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), previsto na cláusula sexta, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93, de acordo com A LEI MUNICIPAL 2.456/22, que atualizou os valores do CREDENCIAMENTO DE Nº 001/2022

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS/GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 00002, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - NOVA XAVANTINA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
DJALMA FERNANDO POZITELI	072.942.968-71	9195/00059/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: RHAYMURA YASMYM GOMES ABREU	Matrícula: 00004266
Cargo: ANALISTA TRIBUTARIA / 9365	Assinatura:

Data de afixação: 03/10/2022

Data de desafixação: 18/10/2022

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1566/2022

PORTARIA N.º 1566/2022

*Torna sem efeitos a nomeação constante da **Portaria n.º 1416/2022**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2022**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, e suas alterações posteriores; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando que o(a) candidato(a) **Apolo Freire de Andrade Junior** convocado(a) **não compareceu para tomar posse no cargo público de Médico Generalista 40h; resolve:**

Art. 1º Por não comparecimento do candidato, tornar sem efeitos a nomeação de **Apolo Freire de Andrade Junior**, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de **Médico Generalista 40h**, constante da Portaria n.º 1416/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de outubro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1565/2022

PORTARIA N.º 1565/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marilene Pereira dos Santos Bueno**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 817, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 27/6/2022 a 2/7/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de outubro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1564/2022

PORTARIA N.º 1564/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Jaqueline Alves dos Santos**, Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil - TEDI, Matrícula Funcional 4819, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 9/9/2022 a 15/9/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de outubro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1563/2022

PORTARIA N.º 1563/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Adelmo Ferreira Barros**, Médico, Matrícula Funcional 221, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 22/7/2022 a 28/7/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de outubro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1562/2022

PORTARIA N.º 1562/2022

Dispõe sobre a nomeação de ***Arinos Oliveira Serpa*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que foi realizado o *Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 1/2022*; **resolve**:

Art. 1º Nomear **Arinos Oliveira Serpa** para exercer a função gratificada de **Chefe da Direção de Projetos e Licenciamento Ambiental - GF**, junto a Secretaria Municipal de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 4/10/2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de setembro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 252/2022

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que a servidora pública solicitou por requerimento a sua exoneração do cargo efetivo deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a Servidora Pública Municipal **FERNANDA MORAES DA ROSA SILVA,** brasileira, maior, portadora da Matrícula nº1249, lotada **na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer** no cargo de **Apoio Administrativo Educacional**.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor retroagindo na data de 01/10/2022, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 254/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º- Transferir Temporariamente o Servidor **Otacílio José dos Santos Júnior Matrícula: nº 936,** brasileiro, maior, que vinha desempenhando suas funções de Vigilante na Infraestrutura, Setor: 11-03-00. Departamento de Obras e Urbanismo para exercer suas funções no **Hospital Municipal** Setor: 08-03-0

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETÍCIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA N° 255/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora**: Joana da Costa Hoscher,** brasileira, maior, portadora da matrícula nº1006, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer,no cargo de Professora,referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir

do dia 03/10/2022 à 01/11/2022, com retorno aos trabalhos no dia 02/11/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 253/2022

CONCEDER LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DO CARGO QUE MENCIONA

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos no Art.1º, II da Lei nº 1.361/2021 – PCCS dos Profissionais da Saúde.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder Licença Prêmio ao servidor **Jonatan Darci de Souza Ferreira,** Brasileiro, maior, portador da matrícula nº797, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no Cargo de **Fiscal de Vigilância e Inspeção Sanitária,** pelo período de 90 (noventa) dias a contar a partir do dia 01/10/2022 à 29/12/2022 retornando aos trabalhos no dia 30/12/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos no dia 01 de outubro de 2022, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 4º RREO E 2º RGF-2022

ATA DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO 4º BIMESTRE 2022 E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL RGF 2º QUADRIMESTRE 2022

REALIZADA EM 22/09/2022

Local: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

As dezesseis horas pontualmente, do dia vinte e dois setembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Mundo, com a presença de alguns vários populares, servidores da prefeitura, Secretários Municipais e vereador, foi anunciado a Audiência Pública. Os convites foi entregues aos secretariados, empresários locais, conselhos constituídos e ainda, publicado no Jornal Oficial da AMM e no site da prefeitura em Portal Transparência, visando a ampla publicidade. A sessão é gravada para publicação, a qual será veiculada no facebook da prefeitura e ainda ficará disponibilizada no Portal Transparência para acesso público. Inicialmente o apresentador Sr. Sidney Oribes da Assessoria Contábil, deu a boas vindas aos presentes, falou das importâncias das audiências públicas e iniciou a apresentação da prestação de contas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do RREO 4º bimestre/2022, para que os munícipes conheçam a aplicação dos recursos públicos. Falou da Receita Estimada em R$ 49.350.000,00, e como se cumpriram 2/3 do exercício, espera-se o cumprimento de 66,66% dos valores estimados e fixados, os quais serão informados quando cumpridos com satisfação em percentual azul, e quando não cumpridos satisfatoriamente, com percentual sinalizado em vermelho, para facilitar o entendimento do publico presente. Soma da arrecadada R$ 41.175.279,48, ou seja, atingiu o percentual de 83,44%. Apresentou as receitas próprias de maior fluxo para o município, detalhando-as; em seguida, apresentou o resumo das despesas fixadas, cuja soma é R$ 49.350.000,00, subdividida em: Câmara Municipal R$ 2.418.000,00; Prefeitura Municipal R$ 42.832.000,00 e Previmundo R$ 1.840.000,00 e Reserva do RPPS R$ 2.160.000,00 e Reserva de Contingência da Prefeitura R$ 100.000,00. Apresentou na sequencia o montante da despesas fixada, deduzidas as reservas R$47.190.000,00; Despesas Empenhadas R$ 33.850.014,14; Despesas Liquidadas R$ 31.859.787,45 e Despesas Pagas R$ 30.461.915,47. Com relação ao Previmundo, Despesas Fixadas R$ 1.840.000,00; Despesas Empenhadas R$ 1.045.036,01; Despesas Liquidadas R$ 1.038.355,85; Despesas Pagas R$ 1.036.456,83; Receitas Arrecadadas R$ 2.275.871,85, apresentando um Superávit no Exercício de R$ 1.230.835,84 e um saldo Financeiro até 31 de agosto de R$ 24.681.698,94. No detalhamento das despesas: Aposentadorias R$ 708.308,03; Pensões R$ 173.894,27; Vencimentos vantagem Fixas R$ 50.446,35; Obrigações Sociais R$ 8.421,74; Diárias R$ 28.950,00 e Consultoria e outras despesas R$ 75.015,62. A Câmara de Vereadores apresentou o seguinte montante de despesas: Despesa com Salários e Encargos R$ 572.222,26; Verbas Indenizatórias R$ 84.502,63; Equipamentos R$ 28.178,31; Consultoria R$ 24.000,00; Software R$ 27.844,00; Diárias R$ 15.900,00 e Material de Consumo R$ 46.072,94. O apresentador falou da condição razoável do financeiro do município, demonstrando que não há dívidas e que a arrecadação está dentro da normalidade prevista, senão pouco acima da expectativa. A prefeitura apresentou uma movimentação financeira, como segue: Receita Arrecadada (1) R$ 41.175.279,48; Despesa Empenhada (2) R$ 33.850.014,14; Despesa Liquidada (3) R$ 31.859.787,45; e Despesas Pagas (4) R$ 30.461.915,47, demonstrando finalmente um Superávit Financeiro no exercício de 2022 de R$ 7.325.265,34 = (1-2); e Restos a Pagar processados – 2022 R$ 1.397.871,98 = (3-4). Noutra tangente, fez a apresentação das Metas Fiscais do exercício, demonstrando o Resultado Primário: Receitas primárias total R$ 38.334.834,06; Despesas primárias pagas R$ 30.218.236,35; Restos a pagar processados pagos R$ 24.753,74 e Restos a pagar não processados pagos R$ 23.439,70, deixando um Resultado Primário do período de R$ 8.068.404,27, contra uma meta estabelecida para o para o exercício de 2022 de R$ 2.086.000,00, ficando perfeitamente enquadrado com o cumprimento das Metas Fiscais do Resultado Primário esperado. Outra informação importante, foi a demonstração das Metas do Resultado Nominal, o qual apresentou o seguinte resultado: obtém-se o saldo do resultado primário de R$ 8.068.404,27, adiciona-se os Juros Ativos R$ 670.765,13 e deduz-se os Juros Passivos R$ 95.530,96, apresentando o resultado nominal de R$ 8.643.638,44, contra uma meta estabelecida de R$ 2.176.000,00, perfazendo assim, o cumprimento satisfatório das metas estabelecidas. Na sequencia, o apresentador se colocou a disposição para eventuais questionamentos, pois entraria na apresentação do RGF 2º quadrimestre/2022. Todavia, como não teve qualquer questionamento, iniciou-se a apresentação do 2º RGF, como segue: A base de cálculo dos impostos e transferências para medir os gastos com saúde e educação foi de R$ 25.715.521,81, índice mínimo obrigatório na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE 25%, R$ 6.431.068,41. Repasse ao Fundeb R$ 4.602.686,34, Despesas liquidadas MDE R$ 3.551.522,17, soma dos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino MDE R$ 8.154.208,51, percentual atingido 31,71%. Quanto ao Fundeb 70%, do valor arrecadado com o Fundeb R$ 5.102.065,93, Rendimentos de aplicação dos recur-

sos R$ 81.638,83, perfazendo a soma de R$ 5.183.704,76. O percentual mínimo a ser gastos com Educação Básica 70% seria R$ 3.626.745,58. Todavia, foram gastos até o encerramento do quadrimestre de 2022, o montante de R$ 5.181.066,54, ou seja, 99,95% do total arrecadado com o fundeb. Observa-se que entre a contribuição ao Fundeb e a arrecadação, houve uma vantagem financeira proporcionada pelo número de alunos de R$ 499.379,59. Ou seja, a contribuição ao Fundeb foi de R$ 4.602.686,34 e os recebimentos de transferências foram de R$ 5.102.065,93.Com relação aos gastos com saúde segue a mesma base de cálculo R$ 25.731. 225,69, onde os 15% é R$ 3.875.511,84. Despesas efetivamente liquidadas com ASPS R$ 3.318.395,18 e efetivamente pagos R$ 3.226.215,51, perfazendo um percentual aplicado: de 12,90% do liquidado e 12,54% dos valores pagos. Falou ainda que essas informações pormenorizadas estão disponibilizadas no site da Prefeitura no Portal Transparência de acesso público, onde qualquer cidadão poderá ver o que foi gasto, olhar os empenhos, os credores, valores e ainda acompanhar os procedimentos licitatórios que foram realizados para conhecer onde realmente são gastos os recursos públicos. Com relação a Receita Corrente Liquida RCL, fez a explicação de quais receitas compõem a RCL, para atender o montante de gastos com pessoal e encargos nos últimos 12 (doze) meses RCL R$ R$ 54.582.900,99; Gastos com Pessoal e Encargos R$ 25.041.153,45, Percentual de aplicação 45,88%, incluindo os serviços médicos terceirizados, uma vez que o município não dispõe de médicos efetivos no quadro de servidores. Apresentou ainda a RCL do quadrimestre R$ 36.144.681,64 e gastos com Pessoal e Encargos no período de R$ 15.237.394,30, perfazendo o percentual de 46,30%. O detalhamento das despesas com pessoal no período ficou assim demonstrado: Pessoal Consórcio R$ 16.661,89; Pessoal Contratado R$ 1.531.261,15; Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 10.578.210,97; Obrigações Patronais RGPS R$ 897.149,16 e Obrigações Patronais RPPS R$ 1.523.682,72 e Terceirização de Serviços Médicos R$ 707.090,80, perfazendo a soma total de gastos com pessoal de R$ 15. 237.394,30. Nesse momento abriu a palavra aos presentes, que não se manifestaram. Então o apresentador, ratificou que questionamentos poderão ser realizados através do Portal www.novomundo.mt.gov.br/Transparencia e da ouvidoria do município em www.novomundo.mt.gov.br/Ouvidoria, deu-se por encerrada a sessão as 16:35hs, e passou a apresentação dos slides da LOA 2023. E eu _____Alciely Vitorino de Carli - Controladora Interna, lavrei a presente ata que vai por mim e pelos presentes assinada.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 345/2022 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"***Dispõe sobre designação de pregoeiro, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **DESIGNAR**, a Sra. **MARIA DE FATIMA DIAS DOS SANTOS,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2003099135073 SSP/CE e devidamente inscrita no CPF sob nº. 025.323.453.06, para o cargo de **PREGOEIRA,** lotado no Secretaria Municipal de Administração, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º A pregoeira terá como equipe de apoio os seguintes servidores:

A) Diego Carvalho Silva

B) Arlete Almeida Bessa

C) Larissa Lopes Malacarne

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 03 de outubro de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 344/2022 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

"*Dispõe sobre Declaração de vacância por aposentadoria a pedido de servidor em cargo de provimento efetivo, e das outras providências".*

O EXMO. SENHOR ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Artigo 1°-**DECLARAR**, a vacância do cargo efetivo de ocupado pela. Sra. **JUZEHILDA DOS SANTOS FONSECA**, portadora do **RG. nº. 1251995-2 SSP/MT** e **CPF nº. 650.526.501-59**, cadastrada sob o RE n° 79, efetivo no cargo de **PROFESSORA 40 HORAS, CLASSE "C", NÍVEL 07**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte,; em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria **por Idade**conforme Portaria Nº 343/2022 de 30/09/2022 do Regime Próprio da Previdência Social de Novo Mundo/MT.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos em 01/10/2022

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 03 de outubro de 2022

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 343/2022 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da servidora Sra. JUZEHILDA DOS SANTOS FONSECA".

A Diretora Executiva do PREVI-MUNDO, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto no artigo pelo do Art. 6º, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, com aplicabilidade fundamentada no artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103/2019 de 11 de novembro de 2019, combinado com o art. 51 da lei municipal n.º 453/2018, de 04 de dezembro de 2018 que Rege Regime Próprio De Previdência Social Do Município De Novo Mundo/MT, anexo I da lei complementar 022/2011, que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação pública básica do município de Novo Mundo – Mato Grosso, e o último reajuste concedido pela lei 080 de 12 de agosto de 2022.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial,** em favor da Sra.**JUZEHILDA DOS SANTOS FONSECA**, portadora do **RG. nº. 1251995-2 SSP/MT** e **CPF nº. 650.526.501-59**, cadastrada sob o RE n° 79, efetivo no cargo de **PROFESSORA 40 HORAS, CLASSE "C", NÍVEL 07**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a referida Servidora conta com **9.129** dias líquidos trabalhados, perfazendo **25 Anos, 00 Meses e 4 Dias**, o benefício será com proventos integrais correspondentes a última remuneração e com

direito a paridade, conforme oprocesso do PREVI-MUNDO n.º 2022.09.00000008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Novo Mundo – MT, 30 de setembro de 2022.

_____

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva – Previ-Mundo

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º ADITIVO CONTRATO Nº 014/2022 (SUPRESSÃO DE VALOR E PRAZO)

EXTRATO DE 2º ADITIVO

CONTRATO Nº 014/2022

(supressão de valor e prazo)

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **CONSTRUTORA LUMICENTER LTDA,** *CNPJ nº. 29.570.797/0001-44,* com sede naAv. Lions Clube Internacional, neste ato representado pelo seu sócio HUDSON MARLON MACHADO, portador da CI/RG nº. 19207875 SSP/MT e CPF/MF nº. 035.620.211-94, residente e domiciliado na Cidade de Guarantã do Norte-MT, doravante designada **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente termo de CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direito e obrigações das partes na execução dos serviços mencionados na Cláusula Primeira deste instrumento, conforme **Processo Licitatório n.º 006/CPL/2022 na Modalidade Tomada de Preços n.º 001/2022**, na forma prevista no presente contrato, e nas disposições das Leis 8.666/93 e suas alterações, e submetendo-se os contratantes às seguintes Cláusulas e condições.
Objeto	**CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE LAVAGEM, DEPÓSITOS E SUPORTE PARA CAIXA DE ÁGUA PARA A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO – MT.**
Objetivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de VIGÊNCIA CONTRATUAL em 30 dias e o prazo da obra em 15 dias. SUPRIMIR o valor de R$ 17.293,17 (dezessete mil duzentos e noventa e três reais e dezessete centavos) sendo que as despesas oriundas desta supressão contratual que perfazem o valor global de R$ 123.656,94 (cento e vinte três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos).
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo é até dia ***08 de setembro de 2022,*** para medição e concluir a entrega da obra
Dotação Orçamentaria	Os recursos para pagamento dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta das seguintes classificações Funcional Programática, consignada no Orçamento Vigente. **590 – 09.001.15.451.0002.1067.4490.51.00.00.00**
	Processo Licitatório n.º 006/CPL/2022 na Modalidade Tomada de Preços n.º 001/2022.

Novo Mundo - MT, 07 de agosto de 2022.

.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 247/2021, de 01/10/2021, torna público aos interessados que a licitação, para Registro de Preços para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme especificações do Edital de Licitação.

A data do presente Pregão será 21 de outubro de 2022.

Recebimento das Propostas: Á Partir do dia 06/10/2022.

Do encerramento das Propostas: Dia 21/10/2022 às 14:30 horas. (Horário de Brasília - DF)

Data de Abertura das Propostas: Dia 21/10/2022, às 15:00 horas. (Horário de Brasília - DF)

Início da Sessão de Disputa de Preços: **Dia 21/10/2022, às 15:00 horas**. (Horário de Brasília - DF)

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min, no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br e no site: www.bll.org.br.

Novo Mundo, MT, 03 de outubro de 2022.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: CASA CASTRO ATACADISTA EIRELLI

CNPJ/CPF: 24.994.342/0001-32

VALOR TOTAL: R$ 13.670,20 (TREZE MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E VINTE CENTAVOS).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT. EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CRIANÇA.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 27/09/2022 a 26/11/2022

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 27 DE SETEMBRO DE 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: VITOR MEGARON GOMES SANTOS

CNPJ/CPF: 29.886.732/0001-02

VALOR TOTAL: R$ 14.990,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE SOM, PALCO E ILUMINAÇÃO PARA FESTA EM COMEMORAÇÃO AO 23º ANIVERSARIO DO MUNICÍ-

PIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT. A SER REALIZADO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28/09/2022 a 28/10/2022

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 28 DE SETEMBRO DE 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ/CPF: 05.870.713/0001-20

VALOR TOTAL: R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTOGESTÃO INTEGRADA PARA ATENDER A FROTA DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/10/2022 a 03/10/2023

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2022.

Processo: Pregão Eletrônico nº 46/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Expediente, didáticos e Pedagógicos, atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 22/09/2022 até o dia 22/09/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 08.692.456/0001-71

VALOR GLOBAL **R$**: 15.616,00 (quinze mil, seiscentos e dezesseis reais)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	28948	RECARGA DE TONNER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1006	UND	50	R$ 67,0000	3.350,00	FASTPRINTER 1006
1	993330	TONER - IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO MFP M-127FN M127, M-127FW, M-125 M125A M-125A, M-201, M-225DW M225DW M-225, M-226, M-202, M125NW M-125NW, PRETO, PRODUTO NOVO E COMPATIVEL	UND	213	R$ 22,0000	4.686,00	FASTPRINTER M127
1	997490	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET P1102 / P1102W / M1210 / M1212 / M1130 / M1132 / M1217 / M1217FW,REF. DO TONER CE285A,	UND	61	R$ 22,0000	1.342,00	FASTPRINTER CE285A
1	997492	TONER CF238A 83A 283A COMPATIVEL C HP M 127FN 127 201 225 202	UND	90	R$ 22,0000	1.980,00	FASTPRINTER CF283A
1	335683	TONER HP 435A/436A/ 285A COMPATIVEL	UND	25	R$ 22,0000	550,00	FASTPRINTER 435A/436A/ 285A
1	350909	TONER HP LASER JET PRO 1102 W/M 1132/M 1212 NFMFP /1214 NFH / 1217 NFW	UND	64	R$ 22,0000	1.408,00	FASTPRINTER M1132
1	997693	TONER PARA IMPRESSORA - COMPATIVEL, PRETO, REF. 106R00395 PARA USO EM IMPRESSORAS XEROX PHASER 3052, 3260, 3215 3225.	UND	2	R$ 75,0000	150,00	FASTPRINTER 106R00395
1	490150	TONNER HP 83 CF 283A PRETO	UND	30	R$ 35,0000	1.050,00	FASTPRINTER CF283A
1	997535	TONNER PARA IMPRESSORA COMPATIVEL COM HP CB435A, CB436A, CE285A, CE278A	UND	50	R$ 22,0000	1.100,00	FASTPRINTER CB435A/ CB436A/CE285A/CE278A

FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI **CNPJ:** 22.803.038/0001-35

VALOR GLOBAL **R$**: 4.747,34 (quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	993270	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 38,00MMX50,00M	UND	6	R$ 7,8900	47,34	POLITAP
1	495418	MINI INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS- MINI INCUBADORA IDEAL PARA TESTAR O PROCESSO DE ESTERILAIZAÇÃO A VAPO NO CICLO DE 24 OU 48 HORAS. CAPACIDADE PARA INCUBAR ATE 04 INDICADORES BIOLOGICOS,VOLTAGEM AUTOMATICA.	UND	2	R$ 550,0000	1.100,00	CLEAN-UP
1	997604	PILHA N	UND	180	R$ 20,0000	3.600,00	MAXPRINT

HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA CNPJ: 29.391.476/0001-82

VALOR GLOBAL **R$**: 689,90 (seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997573	CABO - VGA COM CONECTOR DB15 MACHOXMACHO,MEDINDO 10M	UND	10	R$ 68,9900	689,90	TOMATE MVG-1010 TOMATE MVG-1010

IDPROMO COMERCIAL EIRELI CNPJ: 17.791.755/0001-54

VALOR GLOBAL **R$**: 1.624,35 (um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997593	CORDAO - SIMPLES PARA CRACHA,EM 100% POLIESTER,AZUL,11,00X850,00MM,TERMINAL DE SOLDA E PRESILHA DE METAL	UND	105	R$ 15,4700	1.624,35	PRIME CORD?O P/ CRACH?

LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA CNPJ: 47.190.313/0001-13

VALOR GLOBAL **R$**: 2.657,85 (dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	992542	CLIPS 2/0 GALVAVIZADO 500 GR	PACOTE	15	R$ 12,7800	191,70	top top
1	21453	ENVELOPE BRANCO PARA CARTAS TAMANHO 11 X 23	UND	1	R$ 1,5000	1,50	foroni foroni
1	333236	ENVELOPE SACO GRANDE 300 X 400 MM	UND	115	R$ 6,8800	791,20	foroni foroni
1	993279	GRAMPO FIXA PAPEL - TIPO TRILHO, METALICO C/ 50 UNIDADE	CAIXA	40	R$ 22,0000	880,00	brw brw
1	9821	LAPIS BORRACHA	UND	1	R$ 8,0000	8,00	faber faber
1	993297	LAPIS GRAFITE - LAPIS PRETO, CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	38	R$ 12,5000	475,00	faber faber
1	997627	PRENDEDOR DE PAPEL - EM ACO COLORIDO, MEDINDO 32MM, CAIXA COM 12	CAIXA	5	R$ 62,0900	310,45	sertic sertic

MORETO E SEGATI LTDA. - ME CNPJ: 05.803.723/0001-42

VALOR GLOBAL **R$**: 14.363,13 (quatorze mil, trezentos e sessenta e três reais e treze centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997624	HUB USB 3.0 DE 7 PORTAS	UND	2	R$ 59,9700	119,94	LEHMOX
1	496399	BARBANTE 10 FIOS- 100% ALGODÃO, ROLO CONTENDO 500 METROS.	UND	1	R$ 43,8500	43,85	S?O JOS?
1	997571	BLOCO ADESIVO VARIAS CORES NEON COLORIDO 76X76	UND	200	R$ 4,7900	958,00	BRW
1	997588	CABO - CABO ADAPTADOR HDMI PARA HDMI COM 1,8 METROS	UND	10	R$ 11,5500	115,50	WIN
1	997691	CLIPE - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, 8/0	CAIXA	30	R$ 27,5500	826,50	WIN
1	993319	CLIPE - DE METAL, GALVANIZADO, 10.	CAIXA	34	R$ 15,2300	517,82	WIN
1	501012	COLA - BASTAO,ATOXICA,NA COR TRANSPARENTE,SECAGEM NORMAL,TUBO COM 10 G	UND	8	R$ 17,0500	136,40	LEO LEO
1	997521	COLA COM PURPURINA - COLORIDA COM GLITER , PARA TRABALHOS MANUAIS,EM CAIXA COM 04 TUBOS CONTENDO 25ML CADA,CORES DIVERSAS	UND	33	R$ 10,9500	361,35	PIRATINGA
1	500828	FITA DECORATIVA - ROLITO DE CETIM COMUM,MEDIDA N° 2, ROLO COM 10M,CORES VARIADAS. PECA DE 10 METROS	UND	70	R$ 3,9500	276,50	DELFIX
1	997465	PAPEL CREPOM- 0,48X2,00M (CORES VARIADAS) 28G/M²	UND	200	R$ 1,0600	212,00	OFF PAPPER
1	495828	PAPEL VERGE A4 (CORES VARIADAS)	UND	350	R$ 0,3900	136,50	OFF PAPPER
1	27194	PERFURADOR DE PAPEL 40 FLS	UND	42	R$ 42,9000	1.801,80	MEGALIFE
1	21446	REFIL DE COLA QUENTE (GROSSO)	UND	350	R$ 1,6500	577,50	NYBC
1	500908	TECIDO - CETIM TWIST 1,47 LARGURA, 75GR 100% POLIESTER , CORES VARIADAS	METRO	250	R$ 7,9000	1.975,00	ARAS
1	997484	TECIDO - TIPO GABARDINE LISO 100% ALGODAO, LARGURA 1,50M, CORES DIVERSAS	METRO	300	R$ 18,6000	5.580,00	LIDER
1	3141	TINTA CARIMBEIRA AZUL	UND	123	R$ 5,8900	724,47	JAPAN

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATAC.E ELETRONICOS. EIRELI **CNPJ:** 26.148.070/0001-85

VALOR GLOBAL **R$**: 549.474,90 (quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	993269	AGENDA - EXECUTIVA COSTURADA,MEDINDO 15 X 21 ,COM 160 FOLHAS,PAPEL OFFSET,DE 120G/M2	UND	18	R$ 40,0000	720,00	FORONI AGENDA - EXECUTIVA COSTURADA,MEDINDO 15 X 21 ,COM
1	496476	AGENDA CAPA DURA FORMATO 21 X 30CM	UND	4	R$ 78,6300	314,52	FORONI AGENDA CAPA DURA FORMATO 21 X 30CM
1	997676	AGENDA CAPA DURA FORMATO 21X30 CM	UND	4	R$ 78,2700	313,08	FORONI AGENDA CAPA DURA FORMATO 21X30 CM
1	496394	AGENDA SEMANAL C/ 100 FLS, DEDIDA 20X27,5- PLANEJAMENTO ANUAL	UND	11	R$ 80,4900	885,39	FORONI AGENDA SEMANAL C/ 100 FLS, DEDIDA 20X27,5- PLANEJA
1	30648	AGENDA TELEFONICA - COLADA,MEDINDO 155,00X255,00MM,CAPA DURA,COLORIDA,COM 80 FOLHAS,DE 120G/M2	UND	7	R$ 42,0000	294,00	FORONI AGENDA TELEFONICA - COLADA,MEDINDO 155,00X255,00MM
1	991720	ALCOOL 70 % 1 LITRO	LITRO	200	R$ 12,2400	2.448,00	LAYF HAIR ALCOOL 70 % 1 LITRO
1	20649	ALFINETE CABECA COLORIDA PARA MURAL 100X1	CAIXA	10	R$ 7,7000	77,00	STAPLES ALFINETE CABECA COLORIDA PARA MURAL 100X1

1	997568	ALFINETE PARA ISOPOR	UND	30	R$ 14,6000	438,00	JOCAR OFFICE ALFINETE PARA ISOPOR
1	500915	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO CARIMBO N.03, COM ENTINTAMENTO, COR AZUL, NO TAMANHO 70X110 MILIMETROS.	UND	57	R$ 2,5500	145,35	JAPAN ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO CARIMBO N.03, CO
1	993409	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO CARIMBO N.03, COM ENTINTAMENTO, COR PRETO, NO TAMANHO 70X110 MILIMETROS.	UND	65	R$ 2,3000	149,50	JAPAN ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO CARIMBO N.03, CO
1	993329	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO, COM ENTINTAMENTO, AZUL, NO TAMANHO 11 X 8 CM	DUZIA	1	R$ 49,9000	49,90	JAPAN ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO, COM ENTINTAMENT
1	11675	ALMOFADA PRETA P/ CARIMBO 12,5 X 8,5	UND	1	R$ 3,5000	3,50	JAPAN ALMOFADA PRETA P/ CARIMBO 12,5 X 8,5
1	500802	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, DE PLASTICO, MEDINDO 60 X 150 X 45 MM, COM BASE DE FELTRO	UND	262	R$ 3,1000	812,20	CARBRINK APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, DE PLASTICO, MEDINDO
1	993410	APLICADOR PARA FITA ADESIVA LACRE - EM PLASTICO RESISTENTE,PARA EMPACOTAMENTO DE CAIXAS E OUTRAS EMBALAGENS,COM APLICACAO MANUAL, PARA FITAS DE ATE 50MM DE ESPESSURA COM 50M DE COMPRIMENTO.	UND	23	R$ 24,8800	572,24	LYKE APLICADOR PARA FITA ADESIVA LACRE - EM PLASTICO RE
1	993299	APONTADOR DE LAPIS - DE PLASTICO,SIMPLES,COM DEPOSITO,APONTADOR AZUL E DEPOSITO TRANSPARENTE,QUADRADO	CAIXA	49	R$ 20,0000	980,00	LEO LEO APONTADOR DE LAPIS - DE PLASTICO,SIMPLES,COM DEPOS
1	500806	ARGILA - BARRO, USO PEDAGOGICO, EM SACO PLASTICO SACO DE 50 KILO	UND	100	R$ 47,0000	4.700,00	IMPORT ARGILA - BARRO, USO PEDAGOGICO, EM SACO PLASTICO S
1	997514	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, FORMATO DE CORACAO,NA COR VERMELHA	PACOTE	60	R$ 8,1000	486,00	IDEATEX BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, FORMATO D
1	997515	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, NO FORMATO DE CANUDO,EM CORES VARIADAS	PACOTE	60	R$ 15,0000	900,00	IDEATEX BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, NO FORMAT
1	997528	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM CAIXA PARA CORRESPONDENCIAS,, EM ACRILICO,, NA COR TRANPARENTE, MEDINDO, MEDINDO 360X250X30	UND	31	R$ 28,9000	895,90	DELLO BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM CAIXA PARA CORRESPOND
1	333282	BARBANTE DE ALGODAO CRU, COM 8 FIOS, ROLO 400GR, APROXIMADAMENTE 500 METRO	UND	20	R$ 18,0000	360,00	PIRATININGA BARBANTE DE ALGODAO CRU, COM 8 FIOS, ROLO 400GR, A
1	492630	BATERIA 3V	UND	110	R$ 8,5000	935,00	ELGIN BATERIA 3V
1	997570	BATERIA PORTATIL NAO RECARREGAVEL - TIPO BOTAO, LR41,NA VOLTAGEM DE 1,5V	CAIXA	3	R$ 4,0000	12,00	ELGIN BATERIA PORTATIL NAO RECARREGAVEL - TIPO BOTAO, LR
1	500918	BATERIA PORTATIL RECARREGAVEL - POLIMERO DE IONS DE LITIO, 1 AMPER, 9 HORAS, 7,2V, PARA TELEFONE SEM FIO	UND	70	R$ 30,0000	2.100,00	ELGIN BATERIA PORTATIL RECARREGAVEL - POLIMERO DE IONS D
1	30215	BLOCO DE ANOTACAO COM ADESIVO 76 X 102 MM	UND	254	R$ 4,9000	1.244,60	IMPRIMASTER BLOCO DE ANOTACAO COM ADESIVO 76 X 102 MM
1	997518	BLOCOS LOGICO - EM MADEIRA, MEDINDO 20CM, DE FORMA DE ENCAIXE, NO FORMATO QUADRADO	UND	7	R$ 28,0000	196,00	JOTT PLAY BLOCOS LOGICO - EM MADEIRA, MEDINDO 20CM, DE FORMA
1	993311	BOBINA - PARA IMPRESSORA TERMICA,BOBINA DE PAPEL, PARA IMPRESSAO DE SENHAS,EM 01 VIA,MEDINDO 80MM X 40 MTS	UND	330	R$ 5,7000	1.881,00	MAXPRINT BOBINA - PARA IMPRESSORA TERMICA,BOBINA DE PAPEL,
1	492636	BOBINA - TERMICA 40 METROS, SENDO 57X40MM	UND	300	R$ 4,7000	1.410,00	MAXPRINT BOBINA - TERMICA 40 METROS, SENDO 57X40MM
1	997572	BOBINA TERMICA 300M 57X40MM	UND	10	R$ 24,0000	240,00	MAXPRINT BOBINA TERMICA 300M 57X40MM
1	997584	BORRACHA - BORRACHA PARA APAGAR ESCRITA A LAPIS, BRANCA, MACIA, NAS DIMENSOES 34X23X8MM CAIXA C/ 100	1	7	R$ 29,0000	203,00	RED BOR BORRACHA - BORRACHA PARA APAGAR ESCRITA A LAPIS, B
1	997585	BORRACHA - LATEX NATURAL, LAPIS E GRAFITE, TIPO PONTEIRA, NUMERO 20, BRANCA	1	2	R$ 12,0000	24,00	MERCUR BORRACHA - LATEX NATURAL, LAPIS E GRAFITE, TIPO PO
1	997575	CABO - DE FORCA PARA MICRO COMPUTADOR,COMPRIMENTO DE 1,50M, ATE 20A. TRIPOLAR MACHO, COM A OUTRA EXTREMIDADE FEMEA IEC-C13, COR: PRETO - PADRAO NOVO DE TOMADAS	UND	10	R$ 42,8100	428,10	MULTILASER CABO - DE FORCA PARA MICRO COMPUTADOR,COMPRIMENTO
1	997574	CABO DE ALIMENTACAO ELETRICA - CABO DE FORCA PARA MONITOR SVGA, COM PINAGEM 15X15	UND	10	R$ 34,3000	343,00	MULTITOC CABO DE ALIMENTACAO ELETRICA - CABO DE FORCA PARA
1	997589	CADERNO - TIPO BROCHURA,CAPA DURA 1/4 FOLHA, 96 FOLHAS FORMATO 140 MM X 200 MM GRAMATURA 56 G/M2	UND	205	R$ 6,0000	1.230,00	MAXIMA CADERNO - TIPO BROCHURA,CAPA DURA 1/4 FOLHA, 96 FO
1	501001	CADERNO - TIPO BROCHURA,COSTURADO,MEDINDO 200,00X280,00MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO,CAPA DURA,COM 90G/M2,FOLHA PAUTADA,COM 200 FOLHAS,DE 56G/M2	UND	5004	R$ 5,9000	29.523,60	MAXIMA CADERNO - TIPO BROCHURA,COSTURADO,MEDINDO 200,00X2
1	492661	CADERNO CAPA DURA 48 FOLHAS	UND	9	R$ 3,4000	30,60	MAXIMA CADERNO CAPA DURA 48 FOLHAS
1	997590	CADERNO ESPIRAL - DE ARAME GALVANIZADO, ESPESSURA DE 2,0CM, NO FORMATO MEDINDO (202 X 144)MM, COM CAPA EM CAPA DURA, COM 96 FOLHAS, GRAMATURA DA FOLHA PESANDO PESANDO 75G/M2	UND	200	R$ 6,0500	1.210,00	MAXIMA CADERNO ESPIRAL - DE ARAME GALVANIZADO, ESPESSURA
1	501006	CADERNO ESPIRAL - DE ARAME GALVANIZADO, PACOTE 5 UNIDADE, ESPESSURA DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE 45MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO, COM 10 MATERIAS, MEDINDO NO MINIMO 200MM / 275MM,COM CAPA EM PARANA REVESTIDO DE PAPEL COUCHE 90GR, PLASTIFICADO COM I	PACOTE	30	R$ 75,7000	2.271,00	MAXIMA CADERNO ESPIRAL - DE ARAME GALVANIZADO, PACOTE 5 U
1	500801	CAIXA DE ACRILICO - CAIXA PARA CORRESPONDENCIA ARTICULAVEL TRIPLA EM ACRILICO COM SISTEMA DE BASE DESLIZANTE PARA MAIOR FLEXIBILIDADE E CONFORTO, DIMENSOES APROXIMADAMENTE 37CMX26CM. EMBALAGEM COM DADOS E IDENTIFICACOES DO PRODUTO E MARCA DO FABRICAN	UND	35	R$ 35,4000	1.239,00	DELLO CAIXA DE ACRILICO - CAIXA PARA CORRESPONDENCIA ART
1	500929	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, EM POLIPROPILENO CORRUGADO, 360 X 250 X 135 MM, NA COR AZUL	UND	165	R$ 2,0000	330,00	POLYCART CAIXA DE ARQUIVO MORTO, EM POLIPROPILENO CORRUGADO

1	997577	CAIXA DE PLASTICO - DE PLASTICO RIGIDO, MEDINDO (28 X 22 X 8)CM (L X P X A), CAPACIDADE PARA 5,21 LITROS, FECHADA, TIPO ORGANIZADORA, COM TAMPA E ALCA, NA COR TRANSPARENTE, FORMATO RETANGULAR, PARA MATERIAL DE HISTEROSCOPIA E LAPAROSCOPIA	UND	10	R$ 35,0000	350,00	USUAL PLASTIC CAIXA DE PLASTICO - DE PLASTICO RIGIDO, MEDINDO (2
1	997631	CAIXA DE SOM – CAIXA DE SOM PRETA, CONECTOR: PADRAO P2/USB, POTENCIA: 5 WATTS RMS, GARANTIA: 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO, ALIMENTACAO: USB/REDE ELETRICA, EMBALAGEM: CONTENDO UMA CAIXA DE SOM (COM FONTE DE ALIMENTACAO PARA O CASO DE FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA), CAIXA E ARMAZENAMENTO PROPRIOS AO TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO FRAGIL DEVIDAMENTE LACRADA COM SELO DO FABRICANTE.	UND	2	R$ 72,4700	144,94	MULTILASER CAIXA DE SOM ? CAIXA DE SOM PRETA, CONECTOR: PADRA
1	997578	CAIXA MULTIUSO - DE PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE PARA 11L,TRANSPARENTE	UND	20	R$ 31,9000	638,00	USUAL PLASTIC CAIXA MULTIUSO - DE PLASTICO POLIETILENO DE ALTA D
1	997579	CAIXA MULTIUSO - DE PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE PARA 20L,TRANSPARENTE	UND	20	R$ 40,0000	800,00	USUAL PLASTIC CAIXA MULTIUSO - DE PLASTICO POLIETILENO DE ALTA D
1	997580	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM 34 DIVISORIAS, 32 DIVISOES 6X6, 2 DIVISOES 10X24,5, TAMANHO TOTAL 3405CMX49CMX605CM	UND	20	R$ 90,0000	1.800,00	PARAMOUNT CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM 34 DIVISORIA
1	997581	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO,COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS,42,50X30,50X14,40CM,NA COR TRANSPARENTE,EMPILHAVEL	UND	20	R$ 76,0000	1.520,00	GIOTTO CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO,COM ENCAIXE EM CI
1	997582	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO,PARA ARMAZENAMENTOS DIVERSOS,26,00X11,00CM	UND	20	R$ 40,0000	800,00	USUAL PLASTIC CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO,PARA ARMAZENAMENT
1	992439	CAIXA ORGANIZADORA 10 L, TRANSPARENTE PLASTICA MATERIAL ATOXICO LISO PROLIPOPILENO COM TAMPA LACRAVEL	UND	20	R$ 37,0000	740,00	USUAL PLASTIC CAIXA ORGANIZADORA 10 L, TRANSPARENTE PLASTICA MAT
1	992438	CAIXA ORGANIZADORA 5 L, TRANSPARENTE PLASTICA MATERIAL ATOXICO LISO PROLIPOPILENO COM TAMPA LACRAVEL	UND	10	R$ 27,0000	270,00	USUAL PLASTIC CAIXA ORGANIZADORA 5 L, TRANSPARENTE PLASTICA MATE
1	997583	CAIXA PARA ARQUIVAMENTO - DELLO COM 6 PASTAS SUSPENSAS CRISTAL 42,5X14,5X27CM, CAIXA PARA ARQUIVO EM POLIESTIRENO COM 6 PASTAS SUSPENSAS ECOLOGICAS. ACOMPANHA GRAMPO PLASTICO, VISOR E ETIQUETA. MATERIAL DE ACRILICO, PESO: 1.243 KG DIMENSOES: 425 X 145 X 270 MM	UND	10	R$ 79,2500	792,50	DELLO CAIXA PARA ARQUIVAMENTO - DELLO COM 6 PASTAS SUSPE
1	997586	CAIXA PLASTICA - MATERIAL ATOXICO, LISO, POLIPROPILENO, MEDINDO (26X18X22) CM, TIPO ORGANIZADORA COM TRES GAVETAS, RETANGULAR, PARA USO GERAL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 8 LITROS	UND	10	R$ 44,6600	446,60	USUAL PLASTIC CAIXA PLASTICA - MATERIAL ATOXICO, LISO, POLIPROPI
1	997587	CAIXA PLASTICA - PLASTICO, 260 X 390 X 170 MM, TIPO GAVETEIRO, TRANSPARENTE, RETANGULAR, ACONDICIONAMENTO DE MEDICAMENTOS, COM 03 GAVETAS	UND	20	R$ 47,0000	940,00	USUAL PLASTIC CAIXA PLASTICA - PLASTICO, 260 X 390 X 170 MM, TIP
1	997519	CANETA - CANETA HIDROGRAFICA COM CORPO EM PLASTICO,COM PONTA GROSSA, COM RESERVATORIO DE TINTA GRANDE CAIXA COM 5	CAIXA	35	R$ 2,2000	77,00	LYKE CANETA - CANETA HIDROGRAFICA COM CORPO EM PLASTICO
1	993417	CANETA - CORPO DE PLASTICO OPACO, PONTA FINA, AZUL, CANETA PARA GRAVAR EM CD.	CAIXA	24	R$ 3,0000	72,00	LYKE CANETA - CORPO DE PLASTICO OPACO, PONTA FINA, AZUL
1	993416	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA,PONTA EM ACO INOX,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA VERMELHA,TAMPA VENTILADA,COM GRIP EMBORRACHADO,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS	UND	200	R$ 3,0500	610,00	PILOT CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM RESINA TERMOPLASTI
1	997675	CANETA ESFEROGRAFICA - AZUL PONTA GROSSA, 1,6 MM, CORPO HEXAGONAL CORPO TRANSPARENTE PARA VERIFICAR O NIVEL DE TINTA COR AZUL	CAIXA	27	R$ 50,0000	1.350,00	BIC CANETA ESFEROGRAFICA - AZUL PONTA GROSSA, 1,6 MM,
1	993411	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA TRANSPARENTE COM FURO NA LATERAL,HEXAGONAL,PONTA EM LATAO, COM ESPESSURA MEDIA DE 1MM,ESFERA DE TUNGSTENIO,LARGURA DA LINHA DE 0,4MM,NA COR AZUL,TAMPA VENTILADA EM CONFORMIDADE COM O PADRAO ISO 115	UND	600	R$ 0,3000	180,00	BIC CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTI
1	21473	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MEDIA 1.0 MM SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL CX COM 50 UNIDADE	CAIXA	13	R$ 50,0000	650,00	BIC CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MEDIA 1.0 MM SEXTA
1	7685	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE(C/ 50 UNID)	CAIXA	67	R$ 49,0000	3.283,00	BIC CANETA ESFEROGRAFICA AZUL SEXTAVADA COM ORIFICIO L
1	496348	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA AZUL,PONTA DE AÇO INOX COM PROTETOR DE METAL RETRÁTIL, ESFERA COM DIAMETRO 0,7.REF.(PILOT), SIMILAR OU SUPERIOR. (CAIXA C/ 50 UNIDADES).	CAIXA	26	R$ 43,0000	1.118,00	CIS CANETA ESFEROGR?FICA ESCRITA FINA AZUL,PONTA DE A?
1	997683	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA	CAIXA	23	R$ 29,8000	685,40	INJEX PEN CANETA ESFEROGR?FICA PRETA
1	17712	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE C/50	CAIXA	43	R$ 29,7000	1.277,10	BIC CANETA ESFEROGRAFICA PRETA SEXTAVADA COM ORIFICIO
1	17713	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA SEXTAVADA COM ORIFICIO LATERAL E ESTOJO TRANSPARENTE (CX C/50)	CAIXA	56	R$ 30,9000	1.730,40	BIC CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA SEXTAVADA COM ORIFIC
1	993324	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5 MM, VERDE FLUORESCENTE	CAIXA	2	R$ 19,0000	38,00	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5

1	993354	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONTA DE POLIÉSTER 3 A 5MM,NA COR AMARELA FLUORESCENTE	UND	5	R$ 11,9100	59,55	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONT
1	997536	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO, 0,7MM, VERDE ESCURO.	UND	15	R$ 0,6000	9,00	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO, 0,7MM, VERDE ESC
1	993274	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO, 0,7MM, VERDE ESCURO.CX COM 12	CAIXA	1	R$ 12,0000	12,00	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO, 0,7MM, VERDE ESC
1	993325	CANETA MARCA TEXTO - SALIENTADOR, LIGHT, TINTA AMARELA	CAIXA	16	R$ 16,5000	264,00	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO - SALIENTADOR, LIGHT, TINTA AMA
1	342301	CANETA MARCADOR PERMANENTE BICO FINO. CAIXA 1 X 12	CAIXA	14	R$ 17,5000	245,00	LYKE CANETA MARCADOR PERMANENTE BICO FINO. CAIXA 1 X 12
1	350871	CANETA MARCADOR PERMANENTE GROSSO (CORES VARIADAS)	UND	23	R$ 12,0000	276,00	JOCAR OFFICE CANETA MARCADOR PERMANENTE GROSSO (CORES VARIADAS)
1	342300	CANETINHA COLORIDA (12 X 1)	CAIXA	5	R$ 15,0000	75,00	JOCAR OFFICE CANETINHA COLORIDA (12 X 1)
1	4858	CARBONO AZUL P/ ESCRITA MANUAL, MATERIAL PELICULA POLIESTER, DUPLA FACE, TAMANHO 297 X 210 MM. CAIXA 100 UNIDADES	CAIXA	1	R$ 98,0000	98,00	BAZZE CARBONO AZUL P/ ESCRITA MANUAL, MATERIAL PELICULA
1	993337	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR OURO	UND	36	R$ 1,1000	39,60	VMP CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49
1	993475	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR PRATA	UND	50	R$ 2,8900	144,50	VMP CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49
1	993341	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR VERDE	UND	36	R$ 2,8000	100,80	VMP CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49
1	997464	CARTOLINA - PESANDO 240G/M2,MEDINDO (55 X 73)CM,CORES DIVERSAS	UND	400	R$ 1,1000	440,00	ALOFORM CARTOLINA - PESANDO 240G/M2,MEDINDO (55 X 73)CM,CO
1	321573	CD R VIRGEM	UND	10	R$ 8,0000	80,00	ELGIN CD R VIRGEM
1	997537	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 4/0	CAIXA	11	R$ 12,0000	132,00	TOP CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 4/0
1	993320	CLIPE - METAL COLORIDO Nº 05/0	CAIXA	29	R$ 11,0000	319,00	CHAPARRAU CLIPE - METAL COLORIDO N? 05/0
1	997696	CLIPE AÇO PARARELO GALVANIZAO 3/0	CAIXA	5	R$ 14,9000	74,50	TOP CLIPE A?O PARARELO GALVANIZAO 3/0
1	21411	CLIPS 0/0 GALVANIZADO C/100 UNID	CAIXA	10	R$ 11,0000	110,00	TOP CLIPS 0/0 GALVANIZADO C/100 UNID
1	21413	CLIPS 1/0 GALVANIZADO C/100 UNID	CAIXA	28	R$ 1,9000	53,20	TOP CLIPS 1/0 GALVANIZADO C/100 UNID
1	492669	CLIPS 10/0 GALVANIZADO CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	10	R$ 7,5000	75,00	TOP CLIPS 10/0 GALVANIZADO CAIXA COM 50 UNIDADES
1	8391	CLIPS 4/0 C/50	CAIXA	7	R$ 2,4900	17,43	TOP CLIPS 4/0 C/50
1	17752	CLIPS 5/0 GALVANIZADO C/100 UNID (MINI)	CAIXA	10	R$ 15,6000	156,00	TOP CLIPS 5/0 GALVANIZADO C/100 UNID (MINI)
1	500936	CLIPS 6/0 GALVAVIZADO CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	5	R$ 2,8000	14,00	TOP CLIPS 6/0 GALVAVIZADO CAIXA COM 50 UNIDADES
1	333226	CLIPS 8/0 GALVANIZADO C/50	CAIXA	61	R$ 8,9000	542,90	TOP CLIPS 8/0 GALVANIZADO C/50
1	333303	CLIPS TRANCADO - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, Nº 1, CAIXA COM 12 UNIDADES.	PACOTE	3	R$ 15,8800	47,64	BACCHI CLIPS TRANCADO - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, N? 1, C
1	997538	CLIPS TRANCADO - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, Nº 1, CAIXA COM 50	CAIXA	10	R$ 16,0000	160,00	BACCHI CLIPS TRANCADO - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, N? 1, C
1	997592	COLA - COLA BRANCA 90G MARCA CARTEX, RAPIDA	UND	114	R$ 7,9000	900,60	PIRATININGA COLA - COLA BRANCA 90G MARCA CARTEX, RAPIDA
1	501010	COLA - DO TIPO COLA GLITTER, 13 GR, GEL COM BRILHO INTENSO IDEAL , PARA OS TRABALHOS ESCOLARES E ARTESANATOS DECORATIVOS, NAO TOXICO, NA COR TRANSPARENTE.	UND	200	R$ 1,3500	270,00	PIRATININGA COLA - DO TIPO COLA GLITTER, 13 GR, GEL COM BRILHO
1	501009	COLA - GLITTER,ATOXICA,NA COR PRATEADA,PARA COLAR TECIDO,LAVAVEL,BICO APLICADO. FRASCO 40 GR	UND	200	R$ 1,9000	380,00	ACRILEX COLA - GLITTER,ATOXICA,NA COR PRATEADA,PARA COLAR
1	500815	COLA - LIQUIDA, PARA BORRACHA E.V.A, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UND	60	R$ 3,9000	234,00	KOALA COLA - LIQUIDA, PARA BORRACHA E.V.A, NA COR BRANCA
1	23562	COLA BRANCA 90GRS COM 1 X 12	CAIXA	5	R$ 23,1000	115,50	PIRATININGA COLA BRANCA 90GRS COM 1 X 12
1	500817	COLA DE SILICONE - REFIL COLA QUENTE EM BASTAO AVULSO, 11 MM X 30 CM, USO EM PAPEL, PLASTICO MADEIRA, CERAMICA E ALGUNS METAIS. PACOTE 1 KILO	PACOTE	301	R$ 24,5000	7.374,50	CLASSE COLA DE SILICONE - REFIL COLA QUENTE EM BASTAO AVU
1	342243	COLCHETES DE PLASTICO (MACHO E FEMEA) COM 50 UNIDADES	PACOTE	17	R$ 27,0000	459,00	CARBRINK COLCHETES DE PLASTICO (MACHO E FEMEA) COM 50 UNID
1	997529	CORDAO - FITILHO, EM NYLON, MEDINDO 5,00MM, EM CORES VARIADAS	ROLO	53	R$ 24,0000	1.272,00	NIZURI CORDAO - FITILHO, EM NYLON, MEDINDO 5,00MM, EM COR
1	349335	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML (CAIXA COM 12 UNIDADES).	CAIXA	5	R$ 12,8500	64,25	ATIMA CORRETIVO LIQUIDO 18 ML (CAIXA COM 12 UNIDADES).
1	8410	CORRETIVO LIQUIDO 18ML	UND	105	R$ 1,4000	147,00	ATIMA CORRETIVO LIQUIDO 18ML
1	500796	CORRETIVO TIPO FITA, MEDINDO 4,00 MM X 8,00 METROS	UND	138	R$ 4,8500	669,30	LYKE CORRETIVO TIPO FITA, MEDINDO 4,00 MM X 8,00 METROS
1	997594	DISPLAY - DE PAREDE,COMPATIVEL COM A4,FIXAR COM PARAFUSOS OU FITA DUPLA FACE,VERTICAL, MEDINDO (30 X 21)CM	UND	200	R$ 19,9900	3.998,00	WALEU DISPLAY - DE PAREDE,COMPATIVEL COM A4,FIXAR COM PA
1	993315	DIVISORIA PARA PASTA - (CENTO) EM PLASTICO, PARA FICHARIO,TAMANHO A4,COLORIDO	PACOTE	1	R$ 24,2000	24,20	ACP DIVISORIA PARA PASTA - (CENTO) EM PLASTICO, PARA F
1	997682	ELASTICO - DE BORRACHA,N.18,NA COR BEGE	PACOTE	13	R$ 24,2000	314,60	MAMUTH ELASTICO - DE BORRACHA,N. 18,NA COR BEGE

1	30238	ELASTICO DE LATEX P/ DINHEIRO PCT COM 580 UN.	PACOTE	296	R$ 11,0000	3. 256,00	MAMUTH ELASTICO DE LATEX P/ DINHEIRO PCT COM 580 UN.
1	24553	ELASTICO Nº 16 COM 10 METROS -	UND	1	R$ 15,0000	15,00	S?O JOSE ELASTICO N? 16 COM 10 METROS -
1	993345	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600,00X400,00X2,00)MM,ESPESSURA DE 2,00MM,NA COR BRANCA	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600,00X400,00X2,00)
1	993348	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600,00X400,00X2,00)MM,ESPESSURA DE 2,00MM,NA COR ROSA PINK	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600,00X400,00X2,00)
1	993343	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESSURA DE 2MM,NA COR AMARELA.	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESS
1	993349	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESSURA DE 2MM,NA COR PRETA.	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESS
1	993350	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESSURA DE 2MM,NA COR VERDE.	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESS
1	993351	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESSURA DE 2MM,NA COR VERMELHA	UND	100	R$ 0,9500	95,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600X400X2)MM,ESPESS
1	501017	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (90,00 X 180,00)CM,ESPESSURA DE 10MM,NA COR BEGE	UND	100	R$ 0,9500	95,00	IBELL EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (90,00 X 180,00)CM,E
1	993344	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDOV(600X400X2)MM,ESPESSURA DE 2MM,NA COR AZUL.	UND	100	R$ 0,9900	99,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDOV(600X400X2)MM,ESPESS
1	993347	EMBORRACHADO - EMBORRACHADO EVA,600,00X400,00X2,00MM,ESPESSURA DE 2,00MM,NA COR MARROM	UND	100	R$ 1,7500	175,00	LEO LEO EMBORRACHADO - EMBORRACHADO EVA,600,00X400,00X2,00
1	997678	ENVELOPE - SACO,EM PAPEL SULFITE,COM IMPRESSAO, 31,00X41,00MM,AMARELO	PACOTE	35	R$ 4,7000	164,50	SCRITY ENVELOPE - SACO,EM PAPEL SULFITE,COM IMPRESSAO, 31
1	500942	ENVELOPE - TIPO CARTA,EM PAPEL KRAFT,75G,SEM IMPRESSAO,110,00X160,00MM,COM ABA,BRANCO	UND	450	R$ 0,5500	247,50	SCRITY ENVELOPE - TIPO CARTA,EM PAPEL KRAFT,75G,SEM IMPRE
1	500945	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,75 G/M2,SEM IMPRESSAO,310,00X410,00MM,COM ABA,BRANCO	UND	400	R$ 0,4500	180,00	SCRITY ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,75 G/M2,SEM IM
1	997766	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,MEDINDO 240,00X340,00MM,NA COR OURO	UND	501	R$ 0,2500	125,25	SCRITY ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,MEDINDO 240,00
1	25756	ENVELOPE 200 X 280 AMARELO	UND	1050	R$ 0,3000	315,00	SCRITY ENVELOPE 200 X 280 AMARELO
1	7833	ENVELOPE 310 X 410 AMARELO	UND	1000	R$ 0,4500	450,00	SCRITY ENVELOPE 310 X 410 AMARELO
1	21346	ENVELOPE A4 250 X 353MM AMARELO	UND	100	R$ 1,0000	100,00	SCRITY ENVELOPE A4 250 X 353MM AMARELO
1	500829	ENVELOPE A4 370 X 470 AMARELO	UND	1140	R$ 0,3800	433,20	SCRITY ENVELOPE A4 370 X 470 AMARELO
1	21452	ENVELOPE A4 AMARELO	UND	2460	R$ 0,3900	959,40	SCRITY ENVELOPE A4 AMARELO
1	342236	ENVELOPE AMARELO 31,0 X 41,0 CM	UND	50	R$ 1,8000	90,00	SCRITY ENVELOPE AMARELO 31,0 X 41,0 CM
1	997502	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL COUCHE FOSCO, PESANDO 170 GRAMAS, TIPO SACO, COM IMPRESSAO, MEDINDO A4 (240 X 340)MM, COM ABA, 4/0 CORES CX COM 100 UNIDADES	CAIXA	57	R$ 25,0000	1. 425,00	SCRITY ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL COUCHE FOSCO, PES
1	500941	ENVELOPE DE PAPELARIA - ENVELOPE, SACO, SEM IMPRESSAO, (240X340)MM, COM ABA, COR PARDA	UND	360	R$ 0,3400	122,40	SCRITY ENVELOPE DE PAPELARIA - ENVELOPE, SACO, SEM IMPRES
1	21467	ENVELOPE GRANDE AMARELO	UND	210	R$ 1,9000	399,00	SCRITY ENVELOPE GRANDE AMARELO
1	333257	ENVELOPE PARDO MEDIO 250 X 353 MM	UND	140	R$ 0,3500	49,00	SCRITY ENVELOPE PARDO MEDIO 250 X 353 MM
1	500946	ENVELOPE PLASTICO - PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS, TAMANHO 24X34CM, COM ESPESSURA DE 0,18, TRANSPARENTE	UND	300	R$ 0,3500	105,00	ACP ENVELOPE PLASTICO - PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTO
1	997697	ENVELOPE PLASTICO - PARA DOCUMENTOS,MEDINDO 24,00X34,00CM,ESPESSURA DE 0,18 MICRA,SEM FUROS C/ 100	PACOTE	2	R$ 106,9100	213,82	ACP ENVELOPE PLASTICO - PARA DOCUMENTOS,MEDINDO 24,00X
1	500886	ENVELOPE PLASTICO - PARA DOCUMENTOS,MEDINDO 24,00X34,00CM,ESPESSURA DE 0,18 MICRA,SEM FUROS. PACTE. COM 100 UNIDADES	UND	1	R$ 127,1300	127,13	ACP ENVELOPE PLASTICO - PARA DOCUMENTOS,MEDINDO 24,00X
1	997503	ESTILETE - CABO EM ESTILETE PROFISSIONAL, EM LAMINA DE LAMINA PARA CORTE DE MAIOR ESPESSURA,TRAVA AUTOMATICA CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	16	R$ 18,3100	292,96	MASTERPRINT ESTILETE - CABO EM ESTILETE PROFISSIONAL, EM LAMIN
1	500947	ESTILETE - CABO EM PLASTICO RIGIDO, EM LAMINA DE ACO CARBONO, MEDINDO 18MM	UND	65	R$ 0,9000	58,50	MASTERPRINT ESTILETE - CABO EM PLASTICO RIGIDO,EM LAMINA DE AC
1	21589	ESTILETE GRANDE 25 MM	UND	2	R$ 30,0000	60,00	MASTERPRINT ESTILETE GRANDE 25 MM
1	20927	ESTILETE PEQUENO 9MM	UND	10	R$ 1,0000	10,00	MASTERPRINT ESTILETE PEQUENO 9MM
1	30568	ETIQUETA 2853 INFORMS 33.9 X 101.6 (COM 100 FOLHAS)	UND	20	R$ 20,0000	400,00	IMPRIMASTER ETIQUETA 2853 INFORMS 33.9 X 101.6 (COM 100 FOLHA
1	492594	ETIQUETA ADESIVA BRANCA ROLO	UND	7	R$ 74,6700	522,69	CL ETIQUETA ADESIVA BRANCA ROLO
1	333294	ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSA COM 50 UNIDADE	UND	13	R$ 36,6300	476,19	POLYCART ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSA COM 50 UNIDADE
1	997596	EVA COM TEMAS - VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL, ROSA, ROXO, PRETO, BRANCO, LILAS, MARROM, LARANJA, VERDE MUSGO, VERDE FOLHA, AZUL MARINHO	UND	50	R$ 9,9700	498,50	LEO LEO EVA COM TEMAS - VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL, R

1	997597	EVA CORES VARIADAS - VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL, ROSA, ROXO, PRETO, BRANCO, LILAS, MARROM, LARANJA, VERDE MUSGO, VERDE FOLHA, AZUL MARINHO	UND	100	R$ 2,2000	220,00	LEO LEO EVA CORES VARIADAS - VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZ
1	997505	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO E PLASTICO, TIPO RATINHO CAIXA COM 10 UNIDADES	CAIXA	47	R$ 18,8800	887,36	JOCAR OFFICE EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO E PLASTICO, TIPO RATI
1	997680	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO NIQUELADO,TIPO ESPATULA	CAIXA	25	R$ 33,6500	841,25	JOCAR OFFICE EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO NIQUELADO,TIPO ESPATU
1	500922	EXTRATOR DE GRAMPOS - MATERIAL EM ACO E PLASTICO, TIPO RATINHO	UND	3	R$ 8,4900	25,47	JOCAR OFFICE EXTRATOR DE GRAMPOS - MATERIAL EM ACO E PLASTICO,
1	342216	EXTRATOR DE GRAMPOS EM ACO NIQUELADO TIPO ESPATULA	UND	124	R$ 1,0300	127,72	JOCAR OFFICE EXTRATOR DE GRAMPOS EM ACO NIQUELADO TIPO ESPATULA
1	500955	FICHARIO - BASE METALICA, FICHARIO DE MESA,TAMPA EM POLIESTIRENO, FUME,MEDINDO COM INDICE (3 X 7), REF. 911	UND	36	R$ 45,0000	1.620,00	ACRIMET FICHARIO - BASE METALICA, FICHARIO DE MESA,TAMPA E
1	500820	FIO DE LA - 70% ACRILICA E 30% LA,CORES VARIADAS,NUMERO 3/5,NOVELO PESANDO 100G 2017	UND	60	R$ 8,0500	483,00	CIRCULO FIO DE LA - 70% ACRILICA E 30% LA,CORES VARIADAS,N
1	997506	FITA ADESIVA - CELOFANE, MEDINDO (19MMX30M), DUPLA FACE	CAIXA	35	R$ 20,8500	729,75	KORETECH FITA ADESIVA - CELOFANE, MEDINDO (19MMX30M), DUPLA
1	993321	FITA ADESIVA - CELOFANE, MEDINDO (50MMX50M), NA COR TRANSPARENTE	PACOTE	15	R$ 53,3600	800,40	KORETECH FITA ADESIVA - CELOFANE, MEDINDO (50MMX50M), NA CO
1	500960	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 18MM X 50M, NA COR BRANCA .ROLO	UND	189	R$ 2,2300	421,47	KORETECH FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 18MM X 50M, NA COR B
1	500961	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 48MM X 50MM. ROLO	UND	150	R$ 7,5000	1.125,00	KORETECH FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 48MM X 50MM. ROLO
1	997508	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 38,00MMX50,00M	CAIXA	14	R$ 29,9000	418,60	KORETECH FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 38,00MMX50,00M
1	500826	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,DUPLA FACE,MEDINDO 12,00MM X 30,00M,NA COR TRANSPARENTE,ADESIVO A BASE DE RESINA	UND	80	R$ 2,4800	198,40	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,DUPLA FACE,MEDINDO
1	500827	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,DUPLA FACE,MEDINDO 50,00MM X 30,00M,NA COR TRANSPARENTE.	UND	130	R$ 9,4000	1.222,00	ADELBRAS FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,DUPLA FACE,MEDINDO
1	993423	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR AMARELA	UND	40	R$ 0,9800	39,20	ADELBRAS FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	993424	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR AZUL	UND	40	R$ 1,2000	48,00	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	993425	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR BRANCA	UND	40	R$ 0,4500	18,00	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	993426	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR PRETA	UND	40	R$ 1,1000	44,00	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	993427	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR VERDE	UND	40	R$ 5,9000	236,00	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	993428	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10,00M,NA COR VERMELHA	UND	40	R$ 3,7000	148,00	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 12,00MMX10
1	997539	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 50,00MMX100,00M,NA COR TRANSPARENTE	UND	6	R$ 50,0200	300,12	KORETECH FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 50,00MMX10
1	997507	FITA ADESIVA - PARA EMPACOTAMENTO, MEDINDO COM 45MMX50M, NA COR PLASTICA	PACOTE	18	R$ 4,9000	88,20	KORETECH FITA ADESIVA - PARA EMPACOTAMENTO, MEDINDO COM 45M
1	9522	FITA ADESIVA FINA TRANSPARENTE 12MM X 30M	UND	138	R$ 1,0000	138,00	KORETECH FITA ADESIVA FINA TRANSPARENTE 12MM X 30M
1	342127	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA 45MM X 45 M	UND	113	R$ 3,4000	384,20	KORETECH FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA 45MM X 45 M
1	16345	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA 48MM X 50M	UND	211	R$ 3,3000	696,30	KORETECH FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA 48MM X 50M
1	10411	FITA CREPE 18 MM X 50 CM	UND	200	R$ 2,4900	498,00	KORETECH FITA CREPE 18 MM X 50 CM
1	333290	FITA DUPLA FACE ESTREITA 18 MM	UND	101	R$ 7,0000	707,00	KORETECH FITA DUPLA FACE ESTREITA 18 MM
1	21483	FITA DUPLA FACE LARGA 50 MM, 30M	UND	88	R$ 17,0000	1.496,00	ADELBRAS FITA DUPLA FACE LARGA 50 MM, 30M
1	500822	FITA METRICA - CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIMENTO DE 1,5 M, NUMERADA A CADA CM, ESCALA DE MM EM MM	UND	12	R$ 1,9800	23,76	KIT FITA METRICA - CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIME
1	490891	FITA METRICA 1,5 METRO	UND	10	R$ 2,4900	24,90	KIT FITA METRICA 1,5 METRO
1	500825	FITA PARA PRESENTE - DO TIPO LACO GRAVATA, MEDINDO 32MM X 510MM	UND	500	R$ 1,0000	500,00	VMP FITA PARA PRESENTE - DO TIPO LACO GRAVATA, MEDINDO
1	997595	FOLHA EM EVA - COOM GLITER, NAS CORES VARIADAS, CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA), MEDINDO 900 X 1800 X 5 MM. VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL, ROSA, ROXO, PRETO, BRANCO, LILAS, MARROM, LARANJA, VERDE MUSGO, VERDE FOLHA, AZUL MARINHO	UND	50	R$ 4,9000	245,00	IBELL FOLHA EM EVA - COOM GLITER, NAS CORES VARIADAS, CO
1	997523	FOLHA EM EVA - EM FELPUDO TIPO (EMBORRACHADO ESCOLAR),MEDINDO (35,00 X45,00)CM, ESTAMPADO	PACOTE	50	R$ 13,0000	650,00	LEO LEO FOLHA EM EVA - EM FELPUDO TIPO (EMBORRACHADO ESCOL
1	997522	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA) COM GLITTER, MEDINDO (60 X 40)CM, COM 0,2MM DE ESPESSURA	PACOTE	50	R$ 6,7000	335,00	LEO LEO FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM
1	997524	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA),MEDINDO 4MM	PACOTE	50	R$ 14,0000	700,00	EDUART FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM
1	343991	FORMULARIO CONTINUO 2 VIAS 240 MM X 140 MM COM 3000 UNIDADES	CAIXA	15	R$ 199,0000	2.985,00	MAXPRINT FORMULARIO CONTINUO 2 VIAS 240 MM X 140 MM COM 300

1	997598	GAVETEIRO DE MESA 3 GAVETAS 15,6X13,5X14,4CM	UND	25	R$ 457,7400	11. 443,50	USUAL PLASTIC GAVETEIRO DE MESA 3 GAVETAS 15,6X13,5X14,4CM
1	2879	GIZ COLORIDO CX 64 BASTOES (CX C/ 50 UND) ANTI-ALERGICO	CAIXA	20	R$ 49,0000	980,00	DELTA GIZ COLORIDO CX 64 BASTOES (CX C/ 50 UND) ANTIALER
1	501021	GIZ DE CERA - FORMATO ANATOMICO, ANTIALERGICO, CORES SORTIDAS, PESO LIQUIDO 48G, COM ESFERAS ANTIDESLIZANTES E ALTA RESISTENCIA CONTRA QUEBRA. UNIDADE DE FORNECIMENTO CAIXA COM 12 UNIDADE	CAIXA	3000	R$ 0,7500	2. 250,00	PIRATININGA GIZ DE CERA - FORMATO ANATOMICO, ANTIALERGICO, COR
1	11682	GIZ DE CERA CURTO (C/ 12 UNID)	CAIXA	10	R$ 3,5000	35,00	PIRATININGA GIZ DE CERA CURTO (C/ 12 UNID)
1	500808	GRAMPEADOR - DE MESA,EM METAL,GRAMPO 23/6-24,CAPACIDADE PARA 240 FOLHAS,BASE COM 35,00CM	UND	10	R$ 140,0000	1. 400,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR - DE MESA,EM METAL,GRAMPO 23/6-24,CAPAC
1	500965	GRAMPEADOR - TIPO METALICO GRANDE, COM BASE PARA FECHAMENTO DOS GRAMPOS EM DUAS POSICOES (GRAMPO ABERTO E FECHADO), APOIO DE BASE EM PVC,FABRICADO EM CHAPA DE ACO SAE 1010/20, COM 1,0MM DE ESPESSURA, EM ACO NORMA SAE 1010/20, COM ACABAMENTO NIQUELADO	UND	40	R$ 18,0000	720,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR - TIPO METALICO GRANDE, COM BASE PARA F
1	500967	GRAMPEADOR - TIPO PROFISSIONAL COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATE 250 FOLHAS DE 75G/M², COM CORPO E ESTRUTURA EM METAL, UTILIZA ATE 210 GRAMPOS DE: 3/8¨, 1/2¨, 5/8¨, 13/16¨ E 15/16¨, COM ESCALA METRICA, NA COR GRAFITE, BASE DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE	UND	47	R$ 84,0000	3. 948,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR - TIPO PROFISSIONAL COM CAPACIDADE PARA
1	342262	GRAMPEADOR 23/13 100 FOLHAS	UND	33	R$ 67,8000	2. 237,40	MASTERPRINT GRAMPEADOR 23/13 100 FOLHAS
1	25757	GRAMPEADOR 23/6 - 80 FOLHAS	UND	15	R$ 64,0000	960,00	MASTERPRINT GRAMPEADOR 23/6 - 80 FOLHAS
1	20914	GRAMPEADOR 26/06 20CM	UND	86	R$ 10,0000	860,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR 26/06 20CM
1	323863	GRAMPEADOR 26/6, META, PRETO 20CM	UND	19	R$ 14,0000	266,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR 26/6, META, PRETO 20CM
1	500964	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA 61 GRAMPOS,TIPO 106/4,106/6 E 106/8, MEDINDO (150 X 40 X 190)MM (A X L X C), PESO 0,65KG	UND	20	R$ 24,6000	492,00	JOCAR OFFICE GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO MANUAL, COM CAPACIDAD
1	10736	GRAMPO 106/8 COM 5000 GRAMPOS	CAIXA	300	R$ 28,0000	8. 400,00	ACC GRAMPO 106/8 COM 5000 GRAMPOS
1	496373	GRAMPO 23/13. (CAIXA C/ 5.000)	CAIXA	88	R$ 29,9900	2. 639,12	BRW GRAMPO 23/13. (CAIXA C/ 5.000)
1	500810	GRAMPO 23/24 GALVANIZADO C/5000 UNIDADES	CAIXA	30	R$ 35,7500	1. 072,50	BACCHI GRAMPO 23/24 GALVANIZADO C/5000 UNIDADES
1	4378	GRAMPO 26/6 COBREADOS C/5000 UNIDADES	CAIXA	135	R$ 4,8000	648,00	TOP GRAMPO 26/6 COBREADOS C/5000 UNIDADES
1	21433	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/5000 UNIDADES	CAIXA	508	R$ 6,0000	3. 048,00	TOP GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 UNIDADES
1	17881	GRAMPO MACHO E FEMEA DE PLASTICO PACOTE 50 UNIDADE	PACOTE	51	R$ 8,0000	408,00	CARBRINK GRAMPO MACHO E FEMEA DE PLASTICO PACOTE 50 UNIDADE
1	21421	GRAMPO TRANCADO N. 01 CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	6	R$ 15,9800	95,88	BACCHI GRAMPO TRANCADO N. 01 CAIXA COM 12 UNIDADES
1	7258	GRAMPO TRILHO METAL (CX COM 50 UNIDADES)	CAIXA	32	R$ 26,0000	832,00	LYKE GRAMPO TRILHO METAL (CX COM 50 UNIDADES)
1	500968	GUILHOTINA - FACAO EM ACO DE ALTA QUALIDADE, MEDINDO 57CM,POR 1CM DE ESPESSURA,COM 5 PERFURACOES, LARGURA: 550 MM, COMPRIMENTO: 415 MM, EXTENSAO DE CORTE: 460 MM, PESO: 7,5 KG, CAPACIDADE DE CORTE 08 FOLHAS	UND	24	R$ 328,0000	7. 872,00	MENNO GUILHOTINA - FACAO EM ACO DE ALTA QUALIDADE, MEDIN
1	997769	GUILHOTINA - MANUAL, 300 FOLHAS	UND	2	R$ 3. 093,3300	6. 186,66	MENNO GUILHOTINA - MANUAL, 300 FOLHAS
1	500835	ISOPOR - DE EPS, MEDINDO (100 X 50 X 1,0) CM, NA COR BRANCA	UND	252	R$ 2,9000	730,80	ISOESTE ISOPOR - DE EPS, MEDINDO (100 X 50 X 1,0) CM, NA
1	500836	ISOPOR - DE EPS, MEDINDO (100 X 50 X 1,5) CM, NA COR BRANCA	UND	230	R$ 3,7000	851,00	ISOESTE ISOPOR - DE EPS, MEDINDO (100 X 50 X 1,5) CM, NA
1	993280	ISOPOR - DIAMETRO DE DIMENSOES (50 X 100 X 15)MM, NA COR BRANCA, NO FORMATO FORMATO FOLHA	UND	50	R$ 19,5600	978,00	ISOESTE ISOPOR - DIAMETRO DE DIMENSOES (50 X 100 X 15)MM,
1	501054	JOGO DE QUEBRA CABECA - CONFECCIONADO EM MDF,COM TEMA SILABICO,COM 36 PECAS TAMANHO (262,00X113,00X28,00) MM,FAIXA ETARIA 03 ANOS,ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA	UND	200	R$ 14,9900	2. 998,00	SIMQUE JOGO DE QUEBRA CABECA - CONFECCIONADO EM MDF,COM T
1	501052	JOGO DE QUEBRA CABECA - QUEBRA CABECA ECOLOGICO CONFECCIONADO EM MDF, TIGRE COM 48 PECAS QUE FORMAM UMA FIGURA DE 42X30 CM	UND	200	R$ 14,9900	2. 998,00	CIABRINK JOGO DE QUEBRA CABECA - QUEBRA CABECA ECOLOGICO CO
1	997630	KIT TECLADO E MOUSE - TECLADO E MOUSE SEM FIO. TECNOLOGIA WIRELESS 2,4 GHZ; NANORRECEPTOR PLUG AND PLAY; TECLADO: PADRAO ABNT-2 DE NO MINIMO 104 TECLAS, COM TECLADO NUMERICO; DESIGN DISCRETO DE TECLADO; CONTROLES DE UM TOQUE PARA EXECUTAR, AJUSTAR E DESATIVAR O SOM DE ARQUIVOS DE AUDIO E VIDEO COM APENAS UM TOQUE; TECLA FUNCAO PARA ATIVAR AS FUNCIONALIDADES PRIMARIA E SECUNDARIA DE TECLAS DE ACESSO DE PRESSIONAMENTO DIRETO; MOUSE: PRECISAO A LASER DE ALTO DESEMPENHO COM ROLAGEM HORIZONTAL;	UND	7	R$ 75,0000	525,00	C3TECH KIT TECLADO E MOUSE - TECLADO E MOUSE SEM FIO. TEC
1	997509	LAMINADO PVC ADESIVADO - EM PAPEL SILICONIZADO, MEDINDO (45CMX10M), FRONTAL (0,080MM), LINER (0,080MM), NA COR LISA AZUL CLARO ROLO 25 METROS	ROLO	22	R$ 18,2000	400,40	LEO LEO LAMINADO PVC ADESIVADO - EM PAPEL SILICONIZADO, ME

1	997599	LAPIS DE CERA - PARA TIPO ESTACA, NAS CORES (PRETA OU AZUL)	CAIXA	3	R$ 21,2700	63,81	PIRATININGA LAPIS DE CERA - PARA TIPO ESTACA, NAS CORES (PRETA
1	331675	LAPIS DE COR 12 X 1 LONGO (CAIXA COM 12 UNIDADE)	CAIXA	4000	R$ 1,6700	6.680,00	ECOLE LAPIS DE COR 12 X 1 LONGO (CAIXA COM 12 UNIDADE)
1	350925	LAPIS FABRICACAO NACINAL HB N.02 . CAIXA COM 72 UNIDADES	CAIXA	8	R$ 31,1000	248,80	BIC LAPIS FABRICACAO NACINAL HB N. 02 . CAIXA COM 72 UN
1	500868	LINHA - DE NYLON, COM ESPESSURA DE 0,50 MM	UND	50	R$ 14,0000	700,00	KIT LINHA - DE NYLON, COM ESPESSURA DE 0,50 MM
1	500869	LINHA DE NYLON - NYLON PLASTIFICADO,MONOFILAMENTO,ESPESSURA DE 0,20MM,BRANCA,TUBO COM 250GR,PARA PESCA	UND	50	R$ 4,0000	200,00	KIT LINHA DE NYLON - NYLON PLASTIFICADO,MONOFILAMENTO,
1	500971	LIVRO ATA - MEDINDO (210X305)MM VERTICAL, CAPA PESANDO 1250G/M2, REVESTIDA COM PAPEL KRAFT, PESANDO 80G/M2, NA COR PRETA, COM 100 FOLHAS (NUMERADAS), PAPEL OFF-SET, PESANDO 56G/M2	UND	69	R$ 6,8000	469,20	SD LIVRO ATA - MEDINDO (210X305)MM VERTICAL, CAPA PES
1	500972	LIVRO ATA - MEDINDO (210X305)MM VERTICAL, CAPA PESANDO 1250G/M2, REVESTIDA COM PAPEL KRAFT, PESANDO 80G/M2, NA COR PRETA, COM 200 FOLHAS (NUMERADAS), PAPEL OFF-SET, PESANDO 56G/M2	UND	39	R$ 12,0000	468,00	SD LIVRO ATA - MEDINDO (210X305)MM VERTICAL, CAPA PES
1	7696	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UND	106	R$ 5,9000	625,40	SD LIVRO ATA 100 FOLHAS
1	7697	LIVRO ATA 200 FOLHAS	UND	50	R$ 17,9000	895,00	SD LIVRO ATA 200 FOLHAS
1	500973	LIVRO DE PONTO ADMINISTRATIVO - COM 100 FOLHAS CAPA DURA DE PAPELAO REVESTIDA DE PAPEL OFF-SET 120 GR/M- FORMATO (210 X 320)MM	UND	99	R$ 7,0000	693,00	SD LIVRO DE PONTO ADMINISTRATIVO - COM 100 FOLHAS CAP
1	500974	LIVRO PONTO - DIARIO, MEDINDO (145X205)MM, CAPA PESANDO 1250G/M2, REVESTIDA COM PAPEL OFF-SET PLASTIFICADO,PESANDO 90G/M2, EM PAPEL OFF-SET, COM 160FLS	UND	50	R$ 14,9000	745,00	SD LIVRO PONTO - DIARIO, MEDINDO (145X205)MM, CAPA PE
1	500975	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - TIPO 1/4, COM 100 FOLHAS NUMERADAS EM PAPEL RECICLADO, COM 05 DESTINATARIOS POR LAUDA,NA COR NATURAL 1/0,COM CAPA DURA EM PAPELAO REVESTIDA POR PAPEL COM APROX. 120 G/M2, FOLHAS INTERNAS COM GRAMATURA DE APROX. 56	UND	185	R$ 7,9000	1.461,50	SD LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - TIPO 1/4, COM
1	995347	MAQUINA DE CALCULAR - (CALCULADORA) A BATERIA E ENERGIA SOLAR,DE MESA,COM VISOR E SEM BOBINA,CONTENDO 12 DIGITOS, TECLA GT,COM 04 OPERACOES BASICA, RAIZ QUADRADA, INVERSOR DE SINAIS, SELETOR DECIMAL, MARCADOR DE PONTOS A CADA 3 DIGITOS,MEMORIA INDEPE	UND	121	R$ 7,9500	961,95	MB MAQUINA DE CALCULAR - (CALCULADORA) A BATERIA E EN
1	496339	MARCA TEXTO (CX COM 12 UNIDADES) CORES DIVERSAS	CAIXA	41	R$ 11,7800	482,98	MASTERPRINT MARCA TEXTO (CX COM 12 UNIDADES) CORES DIVERSAS
1	997561	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO, NA COR AZUL	UND	3	R$ 2,0000	6,00	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	997564	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO, NA COR PRETA	UND	3	R$ 2,0000	6,00	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	997563	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO, NA COR VERDE	UND	3	R$ 2,0000	6,00	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	997562	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO, NA COR VERMELHA	UND	3	R$ 2,0000	6,00	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	500873	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO,POROSA,NA COR AZUL,RECARREGAVEL . CAIXA COM 12 UNIDADE	CAIXA	28	R$ 20,4000	571,20	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	500875	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO,POROSA,NA COR PRETA,RECARREGAVEL. CAIXA COM 12 UNIDADE	CAIXA	28	R$ 20,4000	571,20	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	500876	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO,POROSA,NA COR VERDE,RECARREGAVEL CAIXA COM 12 UNIDADE	CAIXA	12	R$ 20,0000	240,00	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	500877	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO,POROSA,NA COR VERMELHA,RECARREGAVEL. CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	28	R$ 20,7000	579,60	JOCAR OFFICE MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONT
1	997510	MARCADOR - MARCA TEXTO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE POLIESTER,TINTA A BASE DE GEL,NA COR ROSA CAIXA COM 12	CAIXA	25	R$ 13,8900	347,25	MASTERPRINT MARCADOR - MARCA TEXTO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE
1	500800	MARCADOR DE PAGINAS - TIPO ADESIVO POST-IT 4 SETAS REPOSICIONAVEIS,MEDINDO (11,9 X 43,2)MM,COM 96 FLAGS NAS CORES VERMELHA, AZUL, AMARELA E VERDE	UND	13	R$ 3,5000	45,50	LYKE MARCADOR DE PAGINAS - TIPO ADESIVO POST-IT 4 SETAS
1	9807	MARCADOR PERMANENTE - CANETA DE ESCRITA PERMANENTE - PONTA GROSSA, TINTA NA COR PRETA, RESISTENTE A AGUA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UND	63	R$ 5,3000	333,90	JOCAR OFFICE MARCADOR PERMANENTE - CANETA DE ESCRITA PERMANENTE
1	9809	MARCADOR PERMANENTE GROSSO AZUL	UND	50	R$ 1,3000	65,00	JOCAR OFFICE MARCADOR PERMANENTE GROSSO AZUL
1	9808	MARCADOR PERMANENTE GROSSO VERMELHO	UND	50	R$ 1,3000	65,00	JOCAR OFFICE MARCADOR PERMANENTE GROSSO VERMELHO
1	997600	MARCADOR PERMANENTE, MEDIO, CORES VARIADAS (PLASTICO, VINIL, ACRILICO E VIDRO) 12 UNIDADES	UND	20	R$ 47,8500	957,00	JOCAR OFFICE MARCADOR PERMANENTE, MEDIO, CORES VARIADAS (PLASTI
1	501029	MASSA DE MODELAR - FORMATO BASTAO,COLORIDA COM 12 CORES,ATOXICA	UND	2500	R$ 3,8800	9.700,00	ACRILEX MASSA DE MODELAR - FORMATO BASTAO,COLORIDA COM 12

1	501028	MASSA DE MODELAR - FORMATO BAS-TAO,COLORIDA COM 6 CORES,ATOXICA	UND	2500	R$ 2,0000	5. 000,00	JOCAR OFFICE MASSA DE MODELAR - FORMATO BASTAO,COLORIDA COM 6 C
1	7826	MOLHA-DEDO EM GEL 12GR	UND	62	R$ 1,3000	80,60	CARBRINK MOLHA-DEDO EM GEL 12GR
1	993961	MOUSE - EM PLASTICO,OPTICO, SEM FIO, FREQUEN-CIA DE CONEXAO DE 2.4 GHZ, 1000 DPI,COM 3 BO-TOES E SCROLL,COMPATIVEL COM LINUX, 10 M DE ALCANCE,COM GARANTIA MINIMA DE 06 MESES	UND	7	R$ 26,0000	182,00	C3 TECH MOUSE - EM PLASTI-CO,OPTICO, SEM FIO, FREQUENCIA DE
1	496459	MOUSE PAD COM APOIO DE PUNHO	UND	50	R$ 16,0000	800,00	YK MOUSE PAD COM APOIO DE PUNHO
1	17838	NOTAS AUTO - ADESIVAS REMOVIVEIS PAPEL ADE-SIVO PARA RECADO (ANOTE E COLE) TAMANHO. 76MM X 76MM EMBALAGEM PACOTE COM 4 UNIDA-DES CONTENDO 100 FOLHAS CADA-	PACOTE	10	R$ 22,0000	220,00	IMPRIMASTER NOTAS AUTO - ADESI-VAS REMOVIVEIS PAPEL ADESIVO PAR
1	500881	OLHO MOVEL - DE PLASTICO,FORMATO REDON-DO,TAMANHO Nº 07,COR AZUL	UND	800	R$ 2,5000	2. 000,00	MAX OLHO MOVEL - DE PLASTI-CO,FORMATO REDONDO,TAMANHO N
1	997626	ORGANIZADOR DE CABOS - EM POLIETILENO, TIPO ESPIRAL,COM DIAMETRO DE 15,00MM,NA COR PRE-TA	UND	50	R$ 34,0000	1. 700,00	DANEVA ORGANIZADOR DE CABOS - EM POLIETILENO, TIPO ESPIRA
1	496468	ORGANIZADOR DE PAPEIS MESA - BANDEJA, PARA PAPEL, TRIPLA, EM ACRILICO, ESTRUTURA FIXA, NA COR FUME, DIMENSOES 260X 350 MM.	UND	21	R$ 43,0000	903,00	DELLO ORGANIZADOR DE PAPEIS ME-SA - BANDEJA, PARA PAPEL,
1	342318	ORGANIZADORES DE MESA - ORGANIZADOR TRIPLO COM PORTA LAPIS CARTAO E CLIPS	UND	14	R$ 11,2900	158,06	WALEU ORGANIZADORES DE MESA - ORGANIZADOR TRIPLO COM POR
1	997601	PAINEL INFORMATIVO EM ACRILICO COM 6 BOLSAS A4 VERTICAL 85X75CM	UND	50	R$ 500,0000	25. 000,00	WALEU PAINEL INFORMATIVO EM ACRI-LICO COM 6 BOLSAS A4 VER
1	500882	PALITO - EM MADEIRA DE REFLORESTAMEN-TO,PARA CHURRASCO,MEDINDO 25CM, NO FORMA-TO ROLICO. PACOTE 50 UNIDADE	PACOTE	50	R$ 3,8000	190,00	THEOTO PALITO - EM MADEIRA DE RE-FLORESTAMENTO,PARA CHURRA
1	496422	PALITO PARA PICOLÉ EM MADEIRA.(PCTE 50UN)	PACOTE	50	R$ 1,9900	99,50	THEOTO PALITO PARA PICOL? EM MA-DEIRA.(PCTE 50UN)
1	992397	PANELA DE ALUMINIO BATIDO N. 18	UND	32	R$ 51,0000	1. 632,00	NCA PANELA DE ALUMINIO BATIDO N. 18
1	501031	PAPEL - ALMACO,200,00X275,00MM,NA COR BRAN-CA,COM PAUTA E MARGEM. COM 400 FOLHAS	PACOTE	28	R$ 41,0000	1. 148,00	S?O DOMINGOS PAPEL - ALMA-CO,200,00X275,00MM,NA COR BRAN-CA,COM P
1	993286	PAPEL - CONTACT,50,00MX45,00CM,NA COR TRANS-PARENTE	UND	45	R$ 69,9000	3. 145,50	IMPRITACT PAPEL - CON-TACT,50,00MX45,00CM,NA COR TRANS-PARENTE
1	997526	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2, CORES DIVERSAS	PACOTE	3	R$ 40,1900	120,57	VMP PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2, C
1	997530	PAPEL - MICRO ONDULADO 50 X 80CM CORES SOR-TIDAS	CAIXA	30	R$ 5,9000	177,00	VMP PAPEL - MICRO ONDULADO 50 X 80CM CORES SORTIDAS
1	997527	PAPEL - SEDA,500,00X700,00MM,20G/M2, CORES VA-RIADAS	PACOTE	3	R$ 14,9000	44,70	VMP PAPEL - SE-DA,500,00X700,00MM,20G/M2, CORES VARIADA
1	993389	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR AMARELA	PACOTE	20	R$ 14,0000	280,00	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	993390	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR AZUL	PACOTE	20	R$ 14,9000	298,00	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	993391	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR BRANCA	PACOTE	20	R$ 14,9000	298,00	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	993393	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR PRETA	PACOTE	20	R$ 14,9000	298,00	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	993394	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR VERDE	PACOTE	20	R$ 16,9900	339,80	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	993395	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR VERMELHA	PACOTE	20	R$ 20,0000	400,00	VMP PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA COR
1	8138	PAPEL ALMACO COM PAUTA (BLOCOS C/ 10 FO-LHAS)	UND	14	R$ 1,9000	26,60	S?O DOMINGOS PAPEL ALMACO COM PAUTA (BLOCOS C/ 10 FOLHAS)
1	323786	PAPEL CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	35	R$ 43,0000	1. 505,00	BAZZE PAPEL CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES
1	2892	PAPEL CARTAO (CORES VARIADAS) 40 X 60 CM	UND	100	R$ 4,2000	420,00	VMP PAPEL CARTAO (CORES VARIA-DAS) 40 X 60 CM
1	501033	PAPEL CARTAO DUPLEX - PESANDO 250G/M2, ME-DINDO 50X70, UMIDADE CONFORME NORMA T412 ENTRE 7,0% A 11,0%,ETC., NAS CORES VARIADA	UND	1100	R$ 2,8900	3. 179,00	VMP PAPEL CARTAO DUPLEX - PESAN-DO 250G/M2, MEDINDO 50X
1	501035	PAPEL COLOR SET - MEDINDO (48 X 66)CM,PESANDO 110GR,CORES VARIADAS	UND	1130	R$ 0,7800	881,40	VMP PAPEL COLOR SET - MEDINDO (48 X 66)CM,PESANDO 110G
1	500514	PAPEL CONTACT - 10M X 45CM CORES VARIADAS	UND	40	R$ 40,0000	1. 600,00	LEO LEO PAPEL CONTACT - 10M X 45CM CORES VARIADAS
1	993379	PAPEL COUCHE - PESANDO 115G/M2,MEDINDO TA-MANHO (66 X 96)CM,NA COR BRANCO BRILHO	UND	200	R$ 27,4000	5. 480,00	SUZANO PAPEL COUCHE - PESANDO 115G/M2,MEDINDO TAMANHO (66
1	2881	PAPEL CREPON (CORES VARIADAS)	UND	30	R$ 1,5000	45,00	VMP PAPEL CREPON (CORES VARIA-DAS)
1	993392	PAPEL DE SEDA - MEDINDO (48X66)CM,PESANDO 20G/M2, NA COR PINK	PACOTE	5	R$ 139,0000	695,00	VMP PAPEL DE SEDA - MEDINDO (48X66)CM,PESANDO 20G/M2,
1	500928	PAPEL FLIP CHART- EM SULFITE, MEDINDO 640 X 880 MM, COM SERRILHA PARA VIRAR OU DESTA-CAR, PESANDO 72 G/M2, NA COR BRANCA SER UTI-LIZADO EM CAVALETE PACOTE DE 100 FOLHAS	PACOTE	36	R$ 85,0000	3. 060,00	SD PAPEL FLIP CHART- EM SULFITE, MEDINDO 640 X 880 MM
1	993381	PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRA-FICA - PESANDO 120G/M2, FORMATO (66X96)CM, NA COR DUNAS	UND	100	R$ 2,9000	290,00	OFFPAPER PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRAFICA - PE
1	993382	PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRA-FICA - PESANDO 120G/M2, FORMATO (66X96)CM, NA COR MARFIM	UND	100	R$ 9,0000	900,00	OFFPAPER PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRAFICA - PE

1	993383	PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRAFICA - PESANDO 120G/M2, FORMATO (66X96)CM, NA COR NUBIA	UND	100	R$ 3,0000	300,00	OFFPAPER PAPEL OFF-SET COLORIDO PARA IMPRESSAO GRAFICA - PE
1	501044	PAPEL PARA REVELACAO - TIPO PAPEL FOTOGRAFICO, BRANCO 180G,NO FORMATO A4 (210X297)MM,PARA DOCUMENTACAO FOTOGRAFICA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. PACOTE 500FOLHAS	PACOTE	24	R$ 148,0000	3.552,00	MASTERPRINT PAPEL PARA REVELACAO - TIPO PAPEL FOTOGRAFICO, BRA
1	997695	PAPEL SULFITE - A4 210 X 297 MM 75G/M² BRANCO RESMA C/ 100 FOLHAS	UND	373	R$ 6,9400	2.588,62	SENINHA PAPEL SULFITE - A4 210 X 297 MM 75G/M? BRANCO RESM
1	30661	PAPEL VERGE A4 180G/M2 PACOTE COM 50 FOLHAS FORMATO 210MM X 297MM QUALIDADE SUPERIOR - CORES VARIADAS.	PACOTE	51	R$ 15,8000	805,80	USAPEL PAPEL VERGE A4 180G/M2 PACOTE COM 50 FOLHAS FORMAT
1	997533	PAPEL VERGE DE PAPELARIA - TIPO PLUS, MEDINDO A4 (210X297)MM, PESANDO 90G/M2, NA COR PEROLA	CAIXA	10	R$ 19,0000	190,00	USAPEL PAPEL VERGE DE PAPELARIA - TIPO PLUS, MEDINDO A4 (
1	993429	PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMATURA MINIMA DE 350G/M2,FORMATO OFICIO,COM GRAMPO TRILHO EM PLASTICO,NA COR AMARELA	UND	150	R$ 8,9000	1.335,00	POLYCART PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMA
1	993430	PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMATURA MINIMA DE 350G/M2,FORMATO OFICIO,COM GRAMPO TRILHO EM PLASTICO,NA COR AZUL	UND	150	R$ 9,3000	1.395,00	POLYCART PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMA
1	993431	PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMATURA MINIMA DE 350G/M2,FORMATO OFICIO,COM GRAMPO TRILHO EM PLASTICO,NA COR PRETA	UND	150	R$ 8,9500	1.342,50	POLYCART PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMA
1	993432	PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMATURA MINIMA DE 350G/M2,FORMATO OFICIO,COM GRAMPO TRILHO EM PLASTICO,NA COR VERDE	UND	150	R$ 6,0000	900,00	POLYCART PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMA
1	993433	PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMATURA MINIMA DE 350G/M2,FORMATO OFICIO,COM GRAMPO TRILHO EM PLASTICO,NA COR VERMELHA	UND	150	R$ 9,0000	1.350,00	POLYCART PASTA - CLASSIFICADORA,EM PAPEL CARTAO DUPLO,GRAMA
1	993436	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 15,00 A 20,00MM,NA COR AZUL	UND	100	R$ 4,9000	490,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	993437	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 15,00 A 20,00MM,NA COR VERDE	UND	100	R$ 4,1000	410,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	993440	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR AZUL	UND	110	R$ 2,9000	319,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	993441	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR VERDE	UND	100	R$ 2,8000	280,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	993443	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 55,00 A 60,00MM,NA COR AZUL	UND	100	R$ 3,9500	395,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	993477	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 55,00 A 60,00MM,NA COR VERDE	UND	100	R$ 4,3000	430,00	ACP PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFI
1	997602	PASTA - COM CANALETA REMOVIVEL,EM PLASTICO,FORMATO A4,NA COR TRANSPARENTE	UND	260	R$ 26,9000	6.994,00	ACP PASTA - COM CANALETA REMOVIVEL,EM PLASTICO,FORMATO
1	997512	PASTA - DE PASTA POLIONDA COM ELASTICO, COM MEDINDO 4CM DE ALTURA, PARA SER UTILIZADA COMO PASTA DE PARA ARQUIVO DE DOCUMENTOS	UND	72	R$ 15,9800	1.150,56	POLYCART PASTA - DE PASTA POLIONDA COM ELASTICO, COM MEDIND
1	993317	PASTA - DE PASTA PVC,SOFT-CRISTAL, COM SEM ELASTICO, COM TAMANHO A4, PARA SER UTILIZADA COMO PASTA DE TRANSPARENTE	UND	115	R$ 11,8900	1.367,35	ACP PASTA - DE PASTA PVC,SOFT-CRISTAL, COM SEM ELASTIC
1	501073	PASTA - EM PAPELAO , COM ELASTICO,TAMANHO A4,PARA ARQUIVO DE DOCUMENTOS	CAIXA	12	R$ 9,7400	116,88	POLYCART PASTA - EM PAPELAO , COM ELASTICO,TAMANHO A4,PARA
1	997698	PASTA - L,EM PLASTICO,FORMATO A4,NA COR TRANSPARENTE	UND	10	R$ 5,1100	51,10	ACP PASTA - L,EM PLASTICO,FORMATO A4,NA COR TRANSPAREN
1	993288	PASTA - MEIA CANALETA OFICIO,EM POLIPROPILENO,FORMATO A4, MEDINDO 240,00X335,00MM,COM CANALETA NA COR DA PASTA,CORES VARIADAS	UND	100	R$ 4,7500	475,00	ACP PASTA - MEIA CANALETA OFICIO,EM POLIPROPILENO,FORM
1	997471	PASTA - REGISTRADOR AZ,EM PAPELAO PLASTIFICADO,FORMATO OFICIO,LOMBO ESTREITO,COM FERRAGEM	UND	700	R$ 9,9500	6.965,00	POLYCART PASTA - REGISTRADOR AZ,EM PAPELAO PLASTIFICADO,FOR
1	500985	PASTA - SUSPENSA,EM CARTAO MARMORIZADO PLASTIFICADO,350G/M2,MEDINDO 360,00X240,00MM,COM GRAMPO TRILHO DE PLASTICO, VISOR EM ACETATO TRANSPARENTE E ETIQUETA BRANCA PARA IDENTIFICACAO,NA COR PARDA	UND	560	R$ 1,3000	728,00	POLYCART PASTA - SUSPENSA,EM CARTAO MARMORIZADO PLASTIFICAD
1	997603	PASTA - ZIP ZAP,EM PVC,370,00X260,00MM,NA COR CRISTAL	UND	135	R$ 10,9800	1.482,30	ACP PASTA - ZIP ZAP,EM PVC,370,00X260,00MM,NA COR CRIS
1	21347	PASTA AZ LOMBO LARGO COM ENCAIXE PERFEITO 35X28X8 CM C/20 UN	CAIXA	96	R$ 218,0000	20.928,00	POLYCART PASTA AZ LOMBO LARGO COM ENCAIXE PERFEITO 35X28X8
1	342162	PASTA BRANCA ESPELHADA COM TRILHO	UND	8	R$ 12,4100	99,28	ACP PASTA BRANCA ESPELHADA COM TRILHO
1	21472	PASTA CATALOGO (100 FLS)	UND	105	R$ 25,0000	2.625,00	ACP PASTA CATALOGO (100 FLS)
1	342320	PASTA COM ELASTICO, DE PLASTICO, TAMANHO OFICIO A4, ABAS E ELASTICO, LISA E TRANSPARENTE	UND	273	R$ 1,5000	409,50	ACP PASTA COM ELASTICO, DE PLASTICO, TAMANHO OFICIO A4
1	993322	PASTA FICHARIO - NO TAMANHO OFICIO, PVC CRISTAL, NA COR MARMORIZADA, LOMBADA DE 40 MM, 04 ARGOLAS, EM ACO NIQUELADO, SEPARADORES	UND	25	R$ 50,0000	1.250,00	ACP PASTA FICHARIO - NO TAMANHO OFICIO, PVC CRISTAL, N

1	500878	PASTA GRAMPO TRILHO A4	UND	150	R$ 1,8000	270,00	ACP PASTA GRAMPO TRILHO A4
1	492635	PASTA OFICIO MULTIONDA	UND	100	R$ 10,0000	1.000,00	ACP PASTA OFICIO MULTIONDA
1	500923	PASTA PARA PROCESSO,EM CARTOLINA PLASTIFICADA,290G/M2,MEDINDO 230,00X340,00MM,COM FERRAGEM DE 80,00MM,NA COR AZUL - CAIXA COM 10 UNIDADES	CAIXA	12	R$ 73,9000	886,80	POLYCART PASTA PARA PROCESSO,EM CARTOLINA PLASTIFICADA,290G
1	496385	PASTA SANFONADA-MEDIA COM 12 DIVISÓRIAS, ACOMAPNHA 12 EITIQUETAS DE PAPEL P/ TITULOS, FECHAMENTO EM ELASTICO.)COR FUME)	UND	20	R$ 19,0000	380,00	POLIBRAS PASTA SANFONADA-MEDIA COM 12 DIVIS?RIAS, ACOMAPNHA
1	7694	PASTA SUSPENSA	UND	1140	R$ 2,7000	3.078,00	POLYCART PASTA SUSPENSA
1	496202	PASTA SUSPENSA - COM HASTE PLASTICA CONFECCIONADA EM CARTAO KRAFT PARDO,PESANDO 420 GRAMAS,COM REFORCO EXTERNO EM PERCALUX,MEDINDO (240 X 360)MM,COM VISOR TRANSPARENTE DE ACETADO E ETIQUETA DE PAPEL PARA IDENTIFICACAO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	CAIXA	2	R$ 201,3300	402,66	POLYCART PASTA SUSPENSA - COM HASTE PLASTICA CONFECCIONADA
1	993323	PASTA SUSPENSA - POLIETILENO, GRAMATURA 35 GRAMAS, PRENDEDOR EM PLASTICO, NO TAMANHO OFICIO, VISOR EM PLASTICO COM 9,00CM, NA COR VERDE, SUPORTE EM PLASTICO	CAIXA	4	R$ 50,9500	203,80	ACP PASTA SUSPENSA - POLIETILENO, GRAMATURA 35 GRAMAS,
1	997684	PEN DRIVE - 128 MB, 144.00X14.60X14.60MM, 1000,000 LEITURA, CICLO DE ESCRITA, LEITURA 8MB/SEG, ESCRITA 7MB/SEG, PESO 38,9G	UND	12	R$ 71,0000	852,00	MULTILASER PEN DRIVE - 128 MB, 144.00X14.60X14.60MM, 1000,000
1	993290	PEN DRIVE - 16GB,COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E LINUX, SITEMA PLUG AND PLAY, BOOT UP,CONECTOR COM TAMPA OU RETRATIL, ALTA DURABILIDADE,INTERFACE USB 3.0, TAXA DE TRANSFERENCIA DE LEITURA MINIMA DE 10MB/S	UND	27	R$ 23,9000	645,30	MULTILASER PEN DRIVE - 16GB,COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E LIN
1	500986	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 32 GB, CONEXAO USB 2.0:DCV TAMPA PROTETORA PARA O CONECTOR USB, TAXA DE GRAVACAO MINIMA DE 3MB/S. TAXA DE LEITURA MINIMA DE 10MBP/S., COMPATIVEL COM WINDOWS 98 SE, WINDOWS ME, WINDOWS 2000 E XP, MACINTOSH OS 9.X, 10.X, WINDOWS	UND	89	R$ 27,0000	2.403,00	MULTILASER PEN DRIVE - CAPACIDADE: 32 GB, CONEXAO USB 2.0:DCV
1	500987	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 8 GB, CONEXAO USB 2.0:DCV TAMPA PROTETORA PARA O CONECTOR USB, TAXA DE TRANSFERENCIA ATE 48 MB/S TAXA DE GRAVACAO ATE 5MB/S. TAXA DE LEITURA: 13MB/S., COMPATIVEL COM WINDOWS 98 SE, WINDOWS ME, WINDOWS 2000 E XP, MACOS SUPERIOR	UND	5	R$ 30,0000	150,00	MULTILASER PEN DRIVE - CAPACIDADE: 8 GB, CONEXAO USB 2.0:DCV
1	492670	PERCEVEJO EM FERRO LATONADO COM 100 UNIDADES	CAIXA	21	R$ 1,2500	26,25	BAXMANN PERCEVEJO EM FERRO LATONADO COM 100 UNIDADES
1	17682	PERFURADOR 2 FUROS P/ 60 FOLHA EM FERRO FUNDIDO	UND	8	R$ 90,0000	720,00	CAVIA PERFURADOR 2 FUROS P/ 60 FOLHA EM FERRO FUNDIDO
1	496479	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM FERRO FUNDIDO P/ 100 FOLHAS	UND	38	R$ 190,0000	7.220,00	CAVIA PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM FERRO FUNDIDO P/ 10
1	496462	PERFURADOR DE PAPEL E V A-COM ALAVANCA 10X10MM	UND	20	R$ 29,0000	580,00	LEONORA PERFURADOR DE PAPEL E V A-COM ALAVANCA 10X10MM
1	997513	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO,CAPACIDADE DE 200 FOLHAS COM 75G/M2,COM 2 VAZADORES,NA COR PRETA	UND	26	R$ 114,0000	2.964,00	LYKE PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO,CAPACIDADE DE 200 F
1	21403	PERFURADOR PROFISSIONAL 2 FUROS EM FERRO FUNDIDO CAPACIDADE PARA PERFURAR ATE 150 FOLHAS	UND	6	R$ 760,0000	4.560,00	GENMES PERFURADOR PROFISSIONAL 2 FUROS EM FERRO FUNDIDO C
1	337249	PILHA - GRANDE ALCALINAS (D), COMPOSIÇÃO: DIÓXIDO DE MANGANÊS, ZINCO, HIROXIDO DE POTASSIO, GRAFITE E OXIDO DE ZINCO. EMBALAGEM: 2 UNIDADES	UND	330	R$ 13,0000	4.290,00	ELGIN PILHA - GRANDE ALCALINAS (D), COMPOSI??O: DI?XID
1	3785	PILHA - MEDIA ALCALINAS (C), COMPOSIÇÃO: DIÓXIDO DE MANGANÊS, ZINCO, HIROXIDO DE POTASSIO, GRAFITE E OXIDO DE ZINCO. EMBALAGEM: 2 UNIDADES	UND	330	R$ 9,5000	3.135,00	ELGIN PILHA - MEDIA ALCALINAS (C), COMPOSI??O: DI?XIDO
1	500990	PILHA - PEQUENA C/ 4 UNIDADE ALCALINAS (AA), COMPOSIÇÃO: DIOXIDO DE MANGANÊS, ZINCO, HIROXIDO DE POTASSIO, GRAFITE E OXIDO DE ZINCO.	UND	255	R$ 2,8500	726,75	ELGIN PILHA - PEQUENA C/ 4 UNIDADE ALCALINAS (AA), COM
1	326481	PILHA AAA ALKALINNA 1.5 V	UND	902	R$ 1,5000	1.353,00	ELGIN PILHA AAA ALKALINNA 1.5 V
1	20214	PILHA ALCALINA AA C/ 2 UN	UND	762	R$ 1,8000	1.371,60	ELGIN PILHA ALCALINA AA C/ 2 UN
1	333275	PILHA ALCALINA AAA C/ 2 UN	UND	177	R$ 3,0000	531,00	ELGIN PILHA ALCALINA AAA C/ 2 UN
1	500883	PILHA F - TIPO PILHA DE LITHIUM, NA VOLTAGEM DE 3 V, NO TAMANHO CR2, EMBALADO EM C/ UMA UNIDADE	UND	180	R$ 20,0000	3.600,00	ELGIN PILHA F - TIPO PILHA DE LITHIUM, NA VOLTAGEM DE 3
1	501050	PINCEL - DE PONTA SINTETICA, DE PLASTICO CHATO, N- 2	UND	200	R$ 1,2500	250,00	LEO LEO PINCEL - DE PONTA SINTETICA, DE PLASTICO CHATO, N-
1	501051	PINCEL - DE PONTA SINTETICA, DE PLASTICO CHATO, N- 6	UND	200	R$ 1,2900	258,00	LEO LEO PINCEL - DE PONTA SINTETICA, DE PLASTICO CHATO, N-
1	993444	PINCEL ATOMICO - NA COR AZUL, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO 1100-P	UND	150	R$ 1,4800	222,00	JOCAR PINCEL ATOMICO - NA COR AZUL, COM PONTA DE FELTRO
1	997472	PINCEL ATOMICO - NA COR PRETO, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO 1100-P	UND	150	R$ 1,4000	210,00	JOCAR PINCEL ATOMICO - NA COR PRETO, COM PONTA DE FELTRO
1	997473	PINCEL ATOMICO - NA COR VERMELHA, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO 1100-P	UND	150	R$ 1,3000	195,00	JOCAR PINCEL ATOMICO - NA COR VERMELHA, COM PONTA DE FEL
1	30418	PINCEL ATOMICO BICO FINO BOA QUALIDADE (CX C/ 12 AZUL)	CAIXA	2	R$ 90,0000	180,00	JOCAR PINCEL ATOMICO BICO FINO BOA QUALIDADE (CX C/ 12 A
1	17620	PINCEL ATOMICO PARA QUADRO BRANCO (CORES VARIADAS).	UND	31	R$ 1,5000	46,50	JOCAR PINCEL ATOMICO PARA QUADRO BRANCO (CORES VARIADAS)

1	997605	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA INDEFORMAVEL CHANFRADO , COMPRIMENTO MINIMO 10CM, COR AZUL	UND	140	R$ 1,7900	250,60	JOCAR PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA IND
1	993305	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA INDEFORMAVEL CHANFRADO , COMPRIMENTO MINIMO 10CM, COR PRETA.	UND	140	R$ 1,8000	252,00	JOCAR PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA IND
1	993306	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA INDEFORMAVEL CHANFRADO , COMPRIMENTO MINIMO 10CM, COR VERMELHA.	UND	140	R$ 1,8000	252,00	JOCAR PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO PONTA IND
1	997566	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO, PONTA INDEFORMAVEL CHANFRADO, COMPRIMENTO MINIMO 10 CM, ESTOJO COM 4 CORES VARIADAS.	UND	2	R$ 91,1300	182,26	JOCAR PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PINCEL ATOMICO, PONTA IN
1	997686	PISTOLA - FINA DE PLASTICO, COM GATILHO PARA ACIONAMENTO CONTINUO DA COLA,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE, POTENCIA DE 40W, 110 V	UND	5	R$ 23,0000	115,00	VMP PISTOLA - FINA DE PLASTICO, COM GATILHO PARA ACION
1	500888	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE EM PLASTICO, MEDINDO TAMANHO 11 CM, FUNCIONAMENTO MANUAL, PARA UMA TENSAO DE TENSAO 127/240V, PARA UMA POTENCIA ELETRICA DE POTENCIA DE 10W	UND	57	R$ 14,5000	826,50	VMP PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE EM PLASTICO, MEDI
1	500889	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO 15CM, PARA UMA TENSAO DE 220V, PARA UMA POTENCIA ELETRICA DE 60WATS	UND	30	R$ 17,0000	510,00	VMP PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO
1	500890	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO 20 CM, PARA UMA TENSAO DE 110V, PARA UMA POTENCIA ELETRICA DE 40WATTS	UND	57	R$ 19,0000	1.083,00	VMP PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO
1	332569	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL - GROSSA	UND	12	R$ 69,0000	828,00	VMP PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL - GROSSA
1	500891	PONTEIRA LASER - EM ALUMINIO, MEDINDO (14CM COMPRIMENTO X 8MM DIAMETRO), COM ALCANCE DE 150M, ALIMENTACAO COM 02 BATERIAS AG13, COM DURACAO EM USO CONTINUO DE 03 HORAS, NA COR PRATA, COM GARANTIA DE 12 MESES	UND	24	R$ 99,0000	2.376,00	LS PONTEIRA LASER - EM ALUMINIO, MEDINDO (14CM COMPRI
1	500938	PORTA CRACHA - PLASTICO TRANSPARENTE, 54 X 86 MM NA POSICAO VERTICAL. PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	4	R$ 97,0000	388,00	ACP PORTA CRACHA - PLASTICO TRANSPARENTE, 54 X 86 MM N
1	993291	PORTA DUREX - EM DISPENSADOR DE FITA ADESIVA, DE MESA, CIMENTADO, REVESTIDO COM PLASTICO RESISTENTE E COM CARRETEL EM PLASTICO INQUEBRAVEL RESISTENTE, PARA FITA ADESIVA DE ATE 19 MM DE LARGURA E COMPRIMENTO DE ATE 33M, COM MIOLO DE ATE 25,4MM DE DIAM	UND	10	R$ 53,0000	530,00	CARBRINK PORTA DUREX - EM DISPENSADOR DE FITA ADESIVA, DE M
1	997621	PORTA LAPIS - EM PLASTICO RESISTENTE, TIPO ORGANIZADOR DE MESA,COM 2 TORRES, COM 2 ESFEROGRAFICAS, APONTADOR, 2 LAPIS C/BORRACHA, TESOURA, ESTILETE, REGUA, BORRACHA, GRAMPEADOR, GRAMPOS, EXTRATOR, ANOTACOES, COR PRETA	UND	87	R$ 21,9000	1.905,30	CIS PORTA LAPIS - EM PLASTICO RESISTENTE, TIPO ORGANIZ
1	500977	PORTA OBJETOS DE MESA - ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PORTA CANETAS LAPIS, PAPEL, CLIPS TAMANHO APROXIMADO:20CM X 10CM X 10CM	UND	158	R$ 11,6500	1.840,70	VMP PORTA OBJETOS DE MESA - ORGANIZADOR DE MESA ARAMAD
1	496473	PRANCHETA DE FIBRA DE POLIESTIRENO, TAMANHO A/4, COM PRENDEDOR PLASTICO, NA COR CRISTAL	UND	202	R$ 19,8500	4.009,70	WALEU PRANCHETA DE FIBRA DE POLIESTIRENO, TAMANHO A/4, C
1	21363	PRANCHETA EM MDF, TAMANHO A4, PRENDEDOR DE METAL	UND	272	R$ 4,0000	1.088,00	CARBRINK PRANCHETA EM MDF, TAMANHO A4, PRENDEDOR DE METAL
1	997606	PRANCHETA PORTATIL - DE ACRILICO, TAMANHO OFICIO A-4 COM PRENDEDOR DE PLASTICO, NA COR TRANSPARENTE	UND	215	R$ 12,0300	2.586,45	WALEU PRANCHETA PORTATIL - DE ACRILICO, TAMANHO OFICIO A
1	346961	PRENDEDOR - PARA ROUPAS EM MADEIRA. PACOTE COM 12 UNIDADES	DUZIA	300	R$ 2,9000	870,00	THEOTO PRENDEDOR - PARA ROUPAS EM MADEIRA. PACOTE COM 12
1	997609	PRENDEDOR DE PAPEL - EM AÇO GRAMPOMOL 19MM, CAIXA COM 100	UND	4	R$ 40,0000	160,00	JOCAR PRENDEDOR DE PAPEL - EM A?O GRAMPOMOL 19MM, CAIXA
1	997610	PRENDEDOR DE PAPEL - EM AÇO GRAMPOMOL 25MM, CAIXA COM 100	UND	1	R$ 62,0000	62,00	JOCAR PRENDEDOR DE PAPEL - EM A?O GRAMPOMOL 25MM, CAIXA
1	997611	PRENDEDOR DE PAPEL - EM AÇO GRAMPOMOL 32MM, CAIXA COM 100	UND	5	R$ 62,0900	310,45	JOCAR PRENDEDOR DE PAPEL - EM A?O GRAMPOMOL 32MM, CAIXA
1	997612	PRENDEDOR DE PAPEL - EM AÇO GRAMPOMOL 51MM, CAIXA COM 100	UND	10	R$ 62,0900	620,90	JOCAR PRENDEDOR DE PAPEL - EM A?O GRAMPOMOL 51MM, CAIXA
1	342480	QUADRO BRANCO 0,90 X 1,20 M - SERAO FORNECIDOS QUADRO BRANCO TIPO LOUSA MAGNETICA, VERTICAL OU HORIZONTAL COM MOLDURA FLIP ABERTA FRONTAL EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL FOSCO, FRISADO, VISTA DE 20 X 19 MM PROFUNDIDADE PROPRIA PARA FACILITAR TROCAS.	UND	10	R$ 281,9000	2.819,00	GUEDES QUADRO BRANCO 0,90 X 1,20 M - SERAO FORNECIDOS QUA
1	993294	QUADRO DE AVISO - EM MADEIRA, REVESTIDO EM CORTICA, DO TIPO MURAL,MEDINDO (1,10 X 1,10)M,COM MOLDURA EM MADEIRA	UND	5	R$ 176,6700	883,35	GUEDES QUADRO DE AVISO - EM MADEIRA, REVESTIDO EM CORTICA
1	496449	RAFIA - TECIDO PLANO CONFEC. EM POLIPROLENO LAMINADO, PRODUZIDO NA COR BRANCO, DESTINADO CONFECAO DE FAIXA, COM 83 CM DE LARGURA.	METRO	250	R$ 3,9900	997,50	JR RAFIA - TECIDO PLANO CONFEC. EM POLIPROLENO LAMINA
1	500896	REFIL DE SILICONE - COMPOSTO DE SELANTE DE SILICONE, PARA SER UTILIZADO EM PISTOLA APLICADORA, NA BITOLA 1/2 X 4 POLEGADAS	UND	100	R$ 0,7900	79,00	CLASSE REFIL DE SILICONE - COMPOSTO DE SELANTE DE SILICON
1	993452	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR PRETA	UND	100	R$ 1,8000	180,00	JAPAN REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BR
1	500900	REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR AMARELA, PARA IMPRESSORA EPSON DO TIPO T664,GARRAFA DE 1 LITRO	UND	50	R$ 28,0000	1.400,00	MASTERPRINT REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR AMARELA
1	500905	REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR MAGENTA, PARA IMPRESSORA EPSON DO TIPO T664, GARRAFA DE 1 LITRO.	UND	50	R$ 39,0000	1.950,00	MASTERPRINT REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR MAGENTA

1	20910	REGUA 30 CM ACRILICA	UND	2597	R$ 0,9800	2. 545,06	WALEU REGUA 30 CM ACRILICA
1	6391	REGUA 50 CM, ACRILICA	UND	250	R$ 1,7500	437,50	WALEU REGUA 50 CM, ACRILICA
1	342217	REGUA DE ACO INOX 30 CM	UND	22	R$ 23,0000	506,00	LEONORA REGUA DE ACO INOX 30 CM
1	23601	REGUA DE ALUMINIO 30 CM	UND	15	R$ 22,0000	330,00	LEONORA REGUA DE ALUMINIO 30 CM
1	500897	REGUA DE ALUMINIO, MEDINDO 60 CM	UND	10	R$ 31,6500	316,50	CIS REGUA DE ALUMINIO, MEDINDO 60 CM
1	993453	RELOGIO - DE PLASTICO, PARA PAREDE COM DIAMETRO DE 30CM, TIPO A PILHA	UND	30	R$ 33,0000	990,00	XIANG RELOGIO - DE PLASTICO, PARA PAREDE COM DIAMETRO DE
1	500992	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - CAPACIDADE PARA 1KG, DE POLIPROPILENO,MEDINDO 22,00X30,00CM,COM ESPESSURA DE 0,10 MICRAS,NA COR TRANSPARENTE	UND	70	R$ 18,6000	1. 302,00	ORLEPLAST SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - CAPACIDADE
1	500993	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - CAPACIDADE PARA 2KG, DE POLIPROPILENO,MEDINDO 48,50X33,50CM,COM ESPESSURA DE 0,10 MICRAS,NA COR TRANSPARENTE	UND	50	R$ 17,3000	865,00	POLOFORT SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - CAPACIDADE
1	993987	SUPORTE AJUSTAVEL PARA CPU -SUPORTE PARA CPU - MOVEL, PLASTICO ABS, COR PRETA, PRATA OU CINZA; AJUSTAVEL PARA EQUIPAMENTOS COM LARGURA DE 150 MILIMETROS A 250 MILIMETROS; RODIZIOS COM TRAVAS;	UND	20	R$ 99,0000	1. 980,00	C3TECH SUPORTE AJUSTAVEL PARA CPU -SUPORTE PARA CPU - MOV
1	997633	SUPORTE PARA MONITOR - TIPO QUADRADO,COM 4 NIVES DE ALTURA,MOVEL,ACABAMENTO: NA COR PRETA, PES DESMONTAVEIS,ATURA MININA 4,5CM, ALTURA MAXIMA 17CM,GARANTIA MINIMA: 12 MESES, ACOMPANHA: MANUAL TECNICO EM PORTUGUES	UND	20	R$ 126,1700	2. 523,40	MULTILASER SUPORTE PARA MONITOR - TIPO QUADRADO,COM 4 NIVES D
1	997482	TECIDO - EM OXFORD APRESENTANDO SOLIDEZ AO CLORO E RESISTENTE A MULTIPLAS LAVAGENS COM TEXTURA ENCORPORADA E DE BOA APARENCIA,ARMACAO 2X1,COMPOSTO DE 100% OXFORD,GRAMATURA DE 180G/M2, CORES DIVERSAS	METRO	400	R$ 11,9000	4. 760,00	MN TECIDO - EM OXFORD APRESENTANDO SOLIDEZ AO CLORO E
1	500909	TECIDO - MANTA ACRILICA , LARGURA 1,50 M ROLO DE 50 METROS	UND	100	R$ 100,0000	10. 000,00	ESTILOTEX TECIDO - MANTA ACRILICA , LARGURA 1,50 M ROLO DE 5
1	997488	TECIDO - TIPO CHITA ESTAMPADA, BOA APARENCIA,TELA 5X2,COMPOSTO DE 100% ALGODAO,PESO 200 METROS	METRO	250	R$ 11,9000	2. 975,00	PITANGUI TECIDO - TIPO CHITA ESTAMPADA, BOA APARENCIA,TELA
1	997485	TECIDO - TIPO PERCAL, ARMACAO TEXTIL, COMPOSTO DE 100% ALGODAO, PESANDO 240G/M2, COM LARGURA DE 2,20M, CORES VARIADAS	METRO	250	R$ 17,0000	4. 250,00	DOHLER TECIDO - TIPO PERCAL, ARMACAO TEXTIL, COMPOSTO DE
1	997486	TECIDO - TIPO TRICOLINE LISTRADO COMPOSTO DE 100% ALGODAO, PESANDO 120 G/M2, COM LARGURA DE 1,40 M, CORES VARIADAS	METRO	250	R$ 18,0000	4. 500,00	MN TECIDO - TIPO TRICOLINE LISTRADO COMPOSTO DE 100%
1	997487	TECIDO - TIPO VOAL,QUE APRESENTE SOLIDEZ AO CLORO E RESISTENCIA A MULTIPLAS LAVAGENS,COMPOSTO DE 67% POLIESTER E 33% DE ALGODAO,GRAMATURA 114G/M2,,LARGURA 2,20CM,NA COR BRANCA	METRO	250	R$ 13,0000	3. 250,00	ESTILOTEX TECIDO - TIPO VOAL,QUE APRESENTE SOLIDEZ AO CLORO
1	997489	TECIDO - TIPO: LINHO MISTO,ARMADO E ENCORPADO,COMPOSTO DE 60% LINHO E 40% VISCOSE,PESANDO 400G/ M²,PARA CONFECCAO DE RENASCENCA,LARGURA: 1,4OM CORES VARIADAS	METRO	250	R$ 20,0000	5. 000,00	JR TECIDO - TIPO: LINHO MISTO,ARMADO E ENCORPADO,COMP
1	500910	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO, 100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 1,40 X 1,40M, CORES DIVERSAS, EM ROLO DE 50 METROS	UND	75	R$ 63,0000	4. 725,00	NEW TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO, 100% POLIPROPILENO
1	334440	TECLADO ENTRADA USB STANDARD PRETO	UND	50	R$ 29,0000	1. 450,00	NEWLINK TECLADO ENTRADA USB STANDARD PRETO
1	997629	TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR - TIPO: TECLADO ALFANUMERICO USB PLUG AND PLAY,COM NUMERO DE MAXIMO DE 108 TECLAS,PADRAO ABNT2	UND	7	R$ 45,0000	315,00	NEWLINK TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR - TIPO: TECLADO ALFAN
1	501056	TELA DE PINTURA - DE ALGODAO, FIXADA EM CHASSI DE MADEIRA, MEDINDO (50 X 70) CM	UND	300	R$ 28,8900	8. 667,00	GUEDES TELA DE PINTURA - DE ALGODAO, FIXADA EM CHASSI DE
1	501057	TELA DE PINTURA - DE ALGODAO, FIXADA EM CHASSI DE MADEIRA, MEDINDO (60 X 70) CM	UND	300	R$ 37,0000	11. 100,00	GUEDES TELA DE PINTURA - DE ALGODAO, FIXADA EM CHASSI DE
1	30622	TELA PARA PINTURAS TAM. 20 X 30	UND	300	R$ 7,9000	2. 370,00	GUEDES TELA PARA PINTURAS TAM. 20 X 30
1	23679	TESOURA 21 CM ACO INOXIDAVEL	UND	70	R$ 15,0000	1. 050,00	MB TESOURA 21 CM ACO INOXIDAVEL
1	500995	TESOURA DE COSTURA,MEDINDO 7., LAMINA DE ACO,CABO EM POLIPROPILENO,ACONDICIONADA DE FORMA APROPRIADA.	UND	50	R$ 5,7000	285,00	MB TESOURA DE COSTURA,MEDINDO 7., LAMINA DE ACO,CABO
1	500997	TESOURA ESCOLAR - DE EM ACO INOXIDAVEL, 21CM, CABO DE PLASTICO, NA COR PRETA, PARA PICOTAR, COM FORMATO 02 DEDOS, LAMINA DE ACO, SEM PONTA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO POR GARANTIA POR TEMPO INDETERMINADO	UND	80	R$ 31,0000	2. 480,00	MASTERPRINT TESOURA ESCOLAR - DE EM ACO INOXIDAVEL, 21CM, CABO
1	20312	TESOURA ESCOLAR - TESOURA, USO ESCOLAR,EM ACO INOXIDAVEL,COM 12,50 CM,CABO PLASTICO,PONTA ARREDONDADA,COM REBITE, DE PRECISAO	UND	27	R$ 6,5000	175,50	LEO LEO TESOURA ESCOLAR - TESOURA, USO ESCOLAR,EM ACO INOX
1	332115	TESOURA ESCOLAR CABO PLASTICO 11 CM DE ACO INOXIDAVEL, CABO POLIPROPILENO COM ANEIS DE BORRACHA	UND	2500	R$ 1,2000	3. 000,00	LEO LEO TESOURA ESCOLAR CABO PLASTICO 11 CM DE ACO INOXIDA
1	19234	TESOURA MULTIUSO	UND	15	R$ 5,0000	75,00	MB TESOURA MULTIUSO

1	500996	TESOURA SIMPLES, MEDINDO 8`` INOX, MEDIO, POLIPROPILENO, EMBALAGEM PLASTICA	UND	60	R$ 5,9000	354,00	MB TESOURA SIMPLES, MEDINDO 8`` INOX, MEDIO, POLIPROP
1	993454	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,AZUL	UND	100	R$ 3,9000	390,00	JAPAN TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE A
1	993455	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,PRETA	UND	100	R$ 3,9000	390,00	JAPAN TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE A
1	993456	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,VERDE	UND	100	R$ 9,0000	900,00	JAPAN TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE A
1	993457	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,VERMELHA	UND	100	R$ 3,8000	380,00	JAPAN TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE A
1	993459	TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,A BASE DE RESINA ACRILICA,FOSCA,NA COR VERDE	UND	80	R$ 2,9000	232,00	RADEX TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,A BASE DE RESINA AC
1	993460	TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,A BASE DE RESINA ACRILICA,NA COR PRETA	UND	80	R$ 2,9000	232,00	RADEX TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,A BASE DE RESINA AC
1	993461	TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RESINA ACRILICA,AMARELA	UND	80	R$ 2,8000	224,00	RADEX TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RES
1	993462	TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RESINA ACRILICA,AZUL	UND	80	R$ 2,7000	216,00	RADEX TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RES
1	993458	TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RESINA ACRILICA,VERMELHA	UND	80	R$ 2,8000	224,00	RADEX TINTA - PARA TECIDO DE ALGODAO,FOSCA,A BASE DE RES
1	501060	TINTA - POTE 15 ML , TINTA FACIAL CREMOSA ,A BASE DE GLICERINA,ATOXICA,COM 12 CORES SORTIDAS,COLOR MAKE. CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	100	R$ 19,8000	1.980,00	COLOR MAKE TINTA - POTE 15 ML , TINTA FACIAL CREMOSA ,A BASE
1	9814	TINTA CARIMBEIRA PRETA 42ML	UND	113	R$ 26,0000	2.938,00	JAPAN TINTA CARIMBEIRA PRETA 42ML
1	21342	TINTA CARIMBEIRA VERMELHA 40 ML	UND	110	R$ 2,6000	286,00	JAPAN TINTA CARIMBEIRA VERMELHA 40 ML
1	501023	TINTA GUACHE - POTE DE 30 GR, COMPOSTA DE RESINA , AGUA,PIGMENTO,CARGA, CONSERVANTE TIPO BENZOTIAZOL, NA COR VARIADA, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 6 CORES,	CAIXA	2500	R$ 2,9500	7.375,00	KOALA TINTA GUACHE - POTE DE 30 GR, COMPOSTA DE RESINA ,
1	30502	TINTA GUACHE 1 X 6 15 ML	CAIXA	10	R$ 2,9700	29,70	KOALA TINTA GUACHE 1 X 6 15 ML
1	993327	TINTA PARA CARIMBO - NA COR TINTA PARA CARIMBO AUENTITADO NA COR PRETA, SEM OLEO, FRASCO COM 30ML, DE AGUA	UND	17	R$ 25,0000	425,00	RADEX TINTA PARA CARIMBO - NA COR TINTA PARA CARIMBO AUE
1	993326	TINTA PARA CARIMBO - TUBO DE TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA,BASE LÍQUIDA DE 28ML	CAIXA	14	R$ 2,8000	39,20	JAPAN TINTA PARA CARIMBO - TUBO DE TINTA PARA CARIMBO NA
1	500795	TINTA PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO 40 ML (CARIMBO AUTOMATICO)	UND	3	R$ 24,0000	72,00	RADEX TINTA PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO 40 ML (CARIMBO A
1	496424	TINTA SPRAY -MEDINDO 240G X350 ML (06 UND)-COR OURO	UND	80	R$ 105,0000	8.400,00	TEK BOND TINTA SPRAY -MEDINDO 240G X350 ML (06 UND)-COR OUR
1	496425	TINTA SPRAY -MEDINDO 240G X350 ML (06 UND)-COR PRATA	UND	80	R$ 70,0000	5.600,00	TEK BOND TINTA SPRAY -MEDINDO 240G X350 ML (06 UND)-COR PRA
1	333292	TNT DE CORES VARIADAS ROLO C/ 50 METROS	UND	50	R$ 69,0000	3.450,00	STA FE TNT DE CORES VARIADAS ROLO C/ 50 METROS
1	350929	TONER (CE285 A) IMPRES MA1212	UND	65	R$ 21,9900	1.429,35	MASTERPRINT TONER (CE285 A) IMPRES MA1212
1	993309	TONER DR 2340 ORIGINAL	UND	40	R$ 79,9900	3.199,60	MASTERPRINT TONER DR 2340 ORIGINAL
1	993541	TONER HP CF258X 58X - PARA USO NOS SEGUINTES MODELOS HP M428FDW M404DW M428DW M404N ORIGINAL	UND	50	R$ 120,0000	6.000,00	CREATIVE TONER HP CF258X 58X - PARA USO NOS SEGUINTES MODEL
1	492611	TONNER (IMPRESSORA LASER JET PRO MFP 127FN) ORIGINAL	UND	5	R$ 90,0000	450,00	MASTERPRINT TONNER (IMPRESSORA LASER JET PRO MFP 127FN) ORIGIN
1	500976	UMEDECEDORES DE DEDOS - COM SUPORTE DE PLASTICO, E UMEDECEDOR ESPONJA	UND	189	R$ 1,2800	241,92	CARBRINK UMEDECEDORES DE DEDOS - COM SUPORTE DE PLASTICO, E

ORIGINAL SOLUCOES LTDA CNPJ: 13.333.523/0001-00

VALOR GLOBAL **R$**: 307.995,03 (trezentos e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e três centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997474	AGENDA - EXECUTIVA,WIRE-O,MEDINDO 200,00X275,00MM,CAPA DURA,COM 200 FOLHAS,DE 900G/M2	UND	263	R$ 8,9900	2.364,37	FORONI FORONI
1	496395	ALFINETE PARA COSTURA C/ CABEÇA Nº 29 NIQUELADO.(CX 680 UND)	UND	10	R$ 4,3000	43,00	BACHI BACHI
1	496203	ALFINETE PARA MAPA CORES SORTIDOS (CX. 100 UNID.)	CAIXA	63	R$ 2,2900	144,27	JOCAR JOCAR
1	993474	APAGADOR - PARA QUADRO VERDE,DE MADEIRA, COM DEPOSITO DE GIZ.	UND	50	R$ 3,7600	188,00	SOUZA SOUZA
1	11648	APONTADOR DE METAL SIMPLES	UND	2531	R$ 0,2900	733,99	LEO E LEO LEO E LEO
1	346465	BALAO 7" - BALÃO COLORIDO 7 " COMPOSIÇÃO: LÁTEX NATURAL, CORANTE ATÓXICOS, AGENTES VULCANIZANTES E ANTIOXIDANTES. PACOTE COM 50 UNIDAES.	PACOTE	197	R$ 3,9000	768,30	IDEATEX IDEATEX
1	997516	BALAO PLASTICO - EM PLASTICO, INFLAVEL,TAMANHO 2,50M, EM PVC, IMPRESSAO DIGITAL EM 4/0 CORES,BALOES EM CORES VARIADAS	PACOTE	60	R$ 24,9400	1.496,40	IDEATEX IDEATEX
1	993446	BARBANTE - DE ALGODAO GOMADO, BRANCO, COM 10 FIOS, ROLO 500GR, APROXIMADAMENTE 830M	UND	50	R$ 10,9900	549,50	PIRATININGA PIRATININGA
1	500919	BATERIA PORTATIL RECARREGAVEL - POLIMERO DE IONS DE LITIO, 1 AMPER, 9 HORAS, 9.V, PARA MICROFONE	UND	30	R$ 15,9900	479,70	ELGIN ELGIN
1	993476	BATERIA PORTATIL RECARREGAVEL - POLIMERO DE IONS DE LITIO, 7 AMPERES, 8 HORAS, 12V, PARA CENTRAL DE ALARME.	UND	30	R$ 16,0000	480,00	ELGIN ELGIN
1	496469	BLOCO ADESIVO NEON COLORIDO(38MM X 50M) VARIAS CORES	UND	366	R$ 3,7800	1.383,48	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	500925	BLOCO DE PAPEL PARA ANOTACOES DE LEMBRETE, COM 600 FOLHAS MEDINDO (8,8 X 8,8 CM) NA CORES VARIADAS	UND	337	R$ 11,9800	4.037,26	OFFPAPER OFFPAPER
1	496467	BLOCO DE RECADO 38X50MM (COM 100 FOLHAS)	PACOTE	213	R$ 3,7900	807,27	MASTERPRINT MASTERPRINT

1	500926	BLOCO PARA RECADO AUTOADESIVO, EM PAPEL OFFSET, MEDINDO 102,00 X 152,00 MM NA COR AMARELA	UND	175	R$ 2,0800	364,00	OFFPAPER OFFPAPER
1	500927	BLOCO PARA RECADO AUTOADESIVO, EM PAPEL OFFSET, MEDINDO 170,00 X 110,00 MM NA COR AMARELA	UND	120	R$ 2,5900	310,80	OFFPAPER OFFPAPER
1	500998	BOBINA PARA ACONDICIONAMENTO - DO TIPO PAPEL KRAFT 100 G 60 CM X 120 M.	UND	8	R$ 35,6000	284,80	SAFRA SAFRA
1	23565	BORRACHA ESCOLAR BRANCA 60	UND	2520	R$ 0,1400	352,80	RED BOR RED BOR
1	350888	BORRACHA ESCOLAR N 60 (CX C/24 UND) DE BOA QUALIDADE	CAIXA	50	R$ 2,5000	125,00	RED BOR RED BOR
1	500811	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - CONFECCIONADO EM NYLON OU TULE,TIPO PERUCA,TAMANHO E CORES DIVERSAS	UND	20	R$ 15,0000	300,00	VISA VISA
1	500812	CADERNETA BROCHURA -96 FOLHAS CAPA DURA – TAMANHO 115X151 MILIMETROS, COM ESPIRAL	UND	152	R$ 3,1000	471,20	CREDEAL CREDEAL
1	501005	CADERNO - TIPO BROCHURA,CAPA DURA 1/4 FOLHA QUADRICULADA 7 X 7 MM, 96 FOLHAS FORMATO 140 MM X 200 MM GRAMATURA 56 G/M2 PACOTE 10 UNIDADES	PACOTE	1000	R$ 10,9000	10. 900,00	CREDEAL CREDEAL
1	501002	CADERNO - TIPO BROCHURA,COSTURADO,MEDINDO 210,00X280,00MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO,CAPA DURA,COM 405G/M2,FOLHA PAUTADA,COM 96 FOLHAS,DE 56G/M2	UND	10040	R$ 2,8000	28. 112,00	NOVA NOVA
1	501003	CADERNO DE DESENHO - ESPIRAL, DE ARAME GALVANIZADO, CAPA EM EM 4 CORES MEDINDO 203 X 280MM, COM 48 FOLHAS, 20G/M2, FOLHA DO CADERNO PESANDO 56G/M2	UND	2500	R$ 1,7900	4. 475,00	NOVA NOVA
1	17681	CAIXA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA 350 X 250 X 130 MM	UND	605	R$ 5,6900	3. 442,45	POLYCART POLYCART
1	500930	CAIXA ORGANIZADORA EM ACRILICO, PARA ARMAZENAR CORRESPONDENCIA, TIPO EXPOSITOR, MED. 30,00 X 20,00 X 30,00 CM CRISTAL, SEM TAMPA, COM 3 DIVISORIAS	UND	74	R$ 69,9000	5. 172,60	CARBRINK CARBRINK
1	993418	CANETA - CORPO DE PLASTICO OPACO, PONTA FINA, VERMELHA, CANETA PARA GRAVAR EM CD.	CAIXA	24	R$ 19,9000	477,60	JOCAR JOCAR
1	993414	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA,PONTA EM ACO INOX,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA AZUL,TAMPA VENTILADA,COM GRIP EMBORRACHADO,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS	UND	646	R$ 0,4900	316,54	COMPACTOR COMPACTOR
1	993413	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA TRANSPARENTE COM FURO NA LATERAL,HEXAGONAL,PONTA EM LATAO COM ESPESSURA MEDIA DE 1MM,ESFERA DE TUNGSTENIO,LARGURA DA LINHA DE 0,4MM,NA COR VERMELHA,TAMPA VENTILADA EM CONFORMIDADE COM O PADRAO ISO	UND	200	R$ 2,0000	400,00	COMPACTOR COMPACTOR
1	997469	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONTA DE POLIÉSTER 3 A 5MM,NA COR VARIADA	UND	372	R$ 0,6700	249,24	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	997520	CARTOLINA - DO TIPO CARTOLINA AMERICANA, PAPEL ENCORPADO MAIS RIGIDO, MUITO UTILIZADA NA CONFECCAO DE EMBALAGENS 48 X 66 CM, DIVERSAS CORES.	PACOTE	10	R$ 10,2000	102,00	GB GB
1	993338	CARTOLINA - DO TIPO CARTOLINA LAMINADA, PESANDO 150 G/M2, MEDINDO (49 X 59) CM; NA COR LARANJA.	UND	36	R$ 0,7900	28,44	VMP VMP
1	993340	CARTOLINA - DO TIPO CARTOLINA LAMINADA, PESANDO 150 G/M2, MEDINDO (49 X 59) CM; NA COR PRETO.	UND	36	R$ 4,2800	154,08	VMP VMP
1	993339	CARTOLINA - DO TIPO CARTOLINA LAMINADA, PESANDO 150 G/M2, MEDINDO (49 X 59) CM; NA COR ROSA PINK.	UND	36	R$ 3,8900	140,04	VMP VMP
1	993335	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR AMARELO	UND	36	R$ 3,9900	143,64	VMP VMP
1	993336	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR AZUL	UND	36	R$ 3,9900	143,64	VMP VMP
1	993342	CARTOLINA - PESANDO 150 G/M2 LAMINADA, MEDINDO 49 X 59 CM, NA COR VERMELHA	UND	36	R$ 3,2000	115,20	VMP VMP
1	997475	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - KIT REFIL ORIGINAL DE TINTA COM 4 CORES (PRETO, MAGENTA, CIANO, AMARELO), PARA IMPRESSORA EPSON (ECOTANK) L355, L375, L380, L395, L396, L495, L575, LACRADA EM PLASTICO A VACUO COM GARANTIA DO FABRICANTE.	UND	50	R$ 27,2000	1. 360,00	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	997476	CARTUCHO DE TONER COMPATIVEL COM CANON T106 106 UTILIZADO NOS EQUIPAMENTOS CANON ir1643i 1643, COM RENDIMENTO DE ATÉ 20.000 paginas CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A2	UND	20	R$ 145,0000	2. 900,00	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	21414	CLIPS 2/0 GALVANIZADO C/100 UNIDADES	CAIXA	145	R$ 1,1000	159,50	BACCHI BACCHI
1	17598	CLIPS 3/0 GALVANIZADO C/100 UNIDADES	CAIXA	63	R$ 1,7900	112,77	BACCHI BACCHI
1	21416	CLIPS 4/0 GALVANIZADO C/100 UNIDADES	CAIXA	155	R$ 1,7400	269,70	BACCHI BACCHI
1	21335	CLIPS 6/0 GALVANIZADO C/100 UNIDADE	CAIXA	160	R$ 2,0500	328,00	BACCHI BACCHI
1	17709	CLIPS 8/0 GALVANIZADO C/100 UNIDADES	CAIXA	121	R$ 3,2000	387,20	BACCHI BACCHI
1	500813	COLA - DO TIPO BRANCA, PARA SER APLICADA EM PARA PVC, EMBALADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	UND	36	R$ 5,6000	201,60	PIRATININGA PIRATININGA
1	501008	COLA - GLITTER,ATOXICA,NA COR DOURADA,PARA COLAR TECIDO,LAVAVEL,BICO APLICADO. FRASCO 40 GR	UND	200	R$ 1,1400	228,00	GLITTER GLITTER
1	501011	COLA - LIQUIDA,ATOXICA,NA COR BRANCA,SECAGEM NORMAL,TUBO COM 90 G	UND	3071	R$ 0,7900	2. 426,09	PIRATININGA PIRATININGA
1	501007	COLA - LIQUIDA,COLORIDA COM 6 CORES,SECAGEM RAPIDA	CAIXA	2000	R$ 1,8000	3. 600,00	PIRATININGA PIRATININGA
1	500816	COLA - PARA TECIDO, TUBO COM 90GRS,SECAGEM RAPIDA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PRODUTO COM SELO DO INMETRO	UND	30	R$ 3,4000	102,00	ACRILEX ACRILEX
1	496294	COLA LIQUIDA PARA ISOPOR- TRANSPARENTE , ACONDICIONADA EM FRASCO, PESANDO 40G CADA. COM 6 UNIDADES	CAIXA	25	R$ 3,9900	99,75	KOALA KOALA
1	997477	CORDA - EM 100% POLIAMIDA (NYLON), NA COR AZUL, 16 MM DE DIAMETRO, TIPO TORCIDA	METRO	400	R$ 8,6000	3. 440,00	WORKER WORKER
1	501014	ELASTICO - DE BORRACHA, NR 18, SUPER AMARELO. PACOTE /1,0KG	PACOTE	13	R$ 14,4000	187,20	REDBOR REDBOR

1	501015	ELASTICO - DE ELASTICO CHATO,N. 8, MEDINDO 5,00MM DE LARGURA,NA COR BRANCA. PECA	UND	20	R$ 6,5000	130,00	REDBOR REDBOR
1	500819	ELASTICO PARA AVIAMENTO - LASTEX, CONE COM 1000 METROS,COMPOSIÇÃO: 42% POLIESTER E 58% ELASTODIENO CORES VARIADAS	UND	30	R$ 4,2000	126,00	S?O JOSE S?O JOSE
1	993346	EMBORRACHADO - EM EVA,MEDINDO (600,00X400,00X2,00)MM,ESPESSURA DE 2,00MM,NA COR LILAS	UND	100	R$ 1,2000	120,00	VMP VMP
1	500943	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,75 G/M2,SEM IMPRESSAO,200,00X280,00MM,COM ABA,BRANCO	UND	350	R$ 0,1500	52,50	SCRITY SCRITY
1	500944	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,75 G/M2,SEM IMPRESSAO,260,00X360,00MM,COM ABA,BRANCO	UND	350	R$ 0,2300	80,50	SCRITY SCRITY
1	496354	FELTRO EM ROLO. 100% POLIESTER, GRAMTURA APROX. DE 170 G/M2 (VARIAS CORES)	UND	12	R$ 13,9000	166,80	SANTA FE SANTA FE
1	496347	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, MEDINDO 19 MMX 50M. (PCTE C/ 10UNIDADES)	PACOTE	16	R$ 10,5000	168,00	ADELBRAS ADELBRAS
1	500821	FITA DECORATIVA - EM NYLON,3/8 POLEGADAS, 10MM LARGURA,CORES VARIADAS,EM EMBALAGEM APROPRIADA COM 10 METROS	UND	50	R$ 0,8900	44,50	KIT KIT
1	500830	FITA DECORATIVA - FITA CETIM N°08 - 22MM COM 10 METROS CORES VARIADAS. PECA DE 10 METROS	UND	40	R$ 2,8900	115,60	KIT KIT
1	334262	GIZ ESCOLAR BRANCO 40 CX C/64UN	CAIXA	20	R$ 9,0000	180,00	DELTA DELTA
1	993358	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE TINTA DIMENSIONAL COMPOSTA DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS DECORATIVOS, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E COM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR METALICA COM GLITER AZUL, ACONDICIONADO	UND	30	R$ 3,0000	90,00	ACRILEX ACRILEX
1	993356	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE TINTA DIMENSIONAL COMPOSTA DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS DECORATIVOS, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E COM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR METALICA OURO, ACONDICIONADO EM EM FRAS	UND	30	R$ 2,4900	74,70	ACRILEX ACRILEX
1	993355	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE TINTA DIMENSIONAL COMPOSTA DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS DECORATIVOS, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E COM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR METALICA PRATA, ACONDICIONADO EM EMBALA	UND	30	R$ 2,2900	68,70	ACRILEX ACRILEX
1	993357	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE TINTA DIMENSIONAL COMPOSTA DE PARTICULAS DE PVCMETALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS DECORATIVOS, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E COM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR COM GLITER VERMELHO, ACONDICIONADO EM EM	UND	30	R$ 2,8000	84,00	ACRILEX ACRILEX
1	500963	GRAMPO 23/10 ACO GALVANIZADO C/5000 UNIDADES	CAIXA	23	R$ 8,7900	202,17	BACCHI BACCHI
1	500833	IMA - DO TIPO BOTAO, REDONDO, MEDINDO 3X8MM, PARA MURAL	UND	200	R$ 3,4900	698,00	VISA VISA
1	500859	ISOPOR - BOLA DE ISOPOR - EPS-REDONDA,35MM,NA COR BRANCA	UND	230	R$ 0,2900	66,70	STYROFORM STYROFORM
1	500860	ISOPOR - BOLA DE ISOPOR -EPS-REDONDA,100MM,NA COR BRANCA	UND	150	R$ 1,7900	268,50	STYROFORM STYROFORM
1	500838	ISOPOR - DE EPS, MEDINDO (100 X 50 X 2,0) CM, NA COR BRANCA	UND	230	R$ 14,0000	3.220,00	ISOESTE ISOESTE
1	500855	ISOPOR - DIAMETRO DE REFERENCIA N° 50,NA COR BRANCA,NO FORMATO REDONDO TIPO BOLA	UND	150	R$ 4,9000	735,00	STYROFORM STYROFORM
1	500857	ISOPOR - DIAMETRO DE REFERENCIA N° 70, NA COR BRANCA, NO FORMATO FORMATO REDONDO TIPO BOLA 2017	UND	150	R$ 4,4000	660,00	STYROFORM STYROFORM
1	993281	LAPIS DE COR - 100% MADEIRA,FORMATO TRIANGULAR,GIGANTE,COLORIDO COM 24 CORES	CAIXA	73	R$ 4,8900	356,97	LEO E LEO LEO E LEO
1	501024	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,COR VERDE, FORMATO SEXTAVADO,F,MEDINDO 170,00MM. CAIXA COM 144 UNIDADES	CAIXA	57	R$ 19,9900	1.139,43	LEO E LEO LEO E LEO
1	500866	LINHA - 100% POLIESTER,FIO 50 EXTRA FORTE, PARA COSTURA	UND	50	R$ 5,9900	299,50	SOL SOL
1	997511	MARCADOR - MARCA TEXTO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE POLIESTER,TINTA A BASE DE GEL,NA COR VERDE CAIXA COM 12 UNIDADS	CAIXA	21	R$ 13,3900	281,19	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	500885	PAPEL PARA PRESENTE - EM PAPEL COUCHE, ROLO COM 40CMX200M, EM ESTAMPAS	UND	60	R$ 32,4900	1.949,40	VMP VMP
1	2894	PAPEL SULFITE A-4 CAIXA COM 10 RESMAS, TAMANHO 210 X 297 MM PESANDO 75G/M	CAIXA	599	R$ 220,0000	131.780,00	SLIM SLIM
1	27197	PAPEL SULFITE A4 PCTE 500 FLS	UND	2500	R$ 19,9800	49.950,00	SLIM SLIM
1	342207	PASTA L - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 300,00X300,00MM,NA COR TRANSPARENTE, CAIXA COM 20 UNIDADES	CAIXA	135	R$ 44,9900	6.073,65	ACP ACP
1	30665	PASTA SANFONADA DE A - Z (TAM. A4) - 31 DIVISORIA	UND	20	R$ 4,3900	87,80	ACP ACP
1	500898	REFIL DE SILICONE - COMPOSTO DE SELANTE DE SILICONE, PARA SER UTILIZADO EM PISTOLA APLICADORA, NA BITOLA 1/2 X 8 POLEGADAS	UND	100	R$ 0,8900	89,00	RENDICOLA RENDICOLA
1	993451	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR AZUL	UND	200	R$ 1,8900	378,00	JOCAR JOCAR
1	500906	REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR CIANO, PARA IMPRESSORA EPSON DO TIPO T664, GARRAFA DE 1 LITRO.	UND	50	R$ 38,0000	1.900,00	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	500899	REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - NA COR PRETA, PARA IMPRESSORA EPSON DO TIPO T664, GARRAFA DE 1 LITRO.	UND	80	R$ 29,0000	2.320,00	MASTERPRINT MASTERPRINT
1	500994	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - CAPACIDADE PARA 3KG, DE POLIPROPILENO,MEDINDO 48,50X66,50CM,COM ESPESSURA DE 0,10 MICRAS,NA COR TRANSPARENTE	UND	60	R$ 30,0000	1.800,00	PLASMEL PLASMEL
1	501025	SOLVENTE - LIMPADOR DE QUADRO BRANCO, FRASCO 60ML, REMOVEDOR INSTANTANEO DE MARCAS E MANCHAS DEIXADAS POR MARCADORES DE QUADRO BRANCO	FRASCO	150	R$ 20,0000	3.000,00	ACRILEX ACRILEX
1	997483	TECIDO - FILO DE FIBRA MISTA,QUE APRESENTE SOLIDEZ E RESISTENCIA A MULTIPLAS LAVAGENS ,, TEXTURA ENCORPADA, COMPOSICAO 33% ALGODAO, 67% POLIESTER, GRAMATURA 114G/M2 ,, PARA SER USADO NA ENTOMOLOGIA, LARGURA 2,20CM	METRO	200	R$ 6,9000	1.380,00	CATARINENSE CATARINENSE
1	997534	TONNER PARA IMPRESSORA 6550NW CARTUCHO DE TONNER PB-211	UND	100	R$ 120,0000	12.000,00	MASTERPRINT MASTERPRINT

SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS LTDA **CNPJ:** 29.583.709/0001-49							
VALOR GLOBAL **R$**: 5.962,66 (cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos)							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	500916	BATERIA ALCALINA - TIPO 6F, APARELHOS ELETRONICOS EM GERAL, 9,0 V	UND	187	R$ 30,0000	5.610,00	elgin 9v alk
1	329355	BATERIA LR 1130 1.5 V	UND	100	R$ 2,4000	240,00	elgin lr 1130
1	997569	BATERIA PORTATIL NAO RECARREGAVEL - CR 2032, 3 V, PADRAO CAIXA COM 12	CAIXA	4	R$ 13,9900	55,96	elgin cr 2032
1	997565	PILHA - PILHA AAA REGARREGAVEL TIPO NI-MH CORRENTE 135MA/15 H,1,2 VOLTS,1200MAH,NO TAMANHO PADRAO,EMBALADO EM CARTELA COM DUAS PILHA	UND	3	R$ 18,9000	56,70	elgin AAA rec

SUPRIPRIME SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI CNPJ: 43.299.151/0001-03							
VALOR GLOBAL **R$**: 595,00 (quinhentos e noventa e cinco reais)							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997628	CILINDRO 219-A (LASERJET PRO MFP130FW)	UND	5	R$ 119,0000	595,00	PREMIUM

V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA CNPJ: 05.808.979/0001-42							
VALOR GLOBAL **R$**: 18.191,00 (dezoito mil, cento e noventa e um reais)							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	997616	TONER CF 2831 ORIGINAL	UND	40	R$ 60,0000	2.400,00	DSI CF283A
1	997615	TONER DCP 1617NW MFC 1810 ORIGINAL	UND	40	R$ 50,0000	2.000,00	DSI TN1060
1	997613	TONER LASERJET ORIGINAL 17A PRETO CF217A	UND	40	R$ 42,0000	1.680,00	DSI CF217A
1	997493	TONER P/ MULTIFUNCIONAL LASERJET PRO MPF M127FN CZ181A CF283	UND	40	R$ 24,9000	996,00	DSI CF283A
1	997614	TONER PARA IMPRESSORA - COMPATIVEL HP CF258A, 58A, M428DW COM CHIP	UND	50	R$ 85,0000	4.250,00	DSI CF258A COM CHIP
1	997491	TONER PARA IMPRESSORA - HP M132NW | M132FW | CF218A | M104W	UND	40	R$ 31,0000	1.240,00	DSI CF218A
1	342213	TONNER PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO MFP M 125 A ORIGINAL	UND	125	R$ 45,0000	5.625,00	DSI CF283A

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 22 de setembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 02 AO CONTRATO Nº 087/2020.

Processo: Pregão Presencial nº 54/2021.

Contrato: nº 087/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada:MARCOS S BIUDES EIRELI, CNPJ: 08.257.279/0001-03.

Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação a Contratação de empresa especializada para a **Locação de Máquinas Copiadoras (impressoras Multifuncional monocromática, laser, novo) frente e verso,** incluindo disponibilização ilimitada de cópias, Manutenção preventiva, assistência Técnica, além de fornecimento ilimitado de tonner, ficando a cargo da administração pública apenas o fornecimento de folhas, atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Do prazo: 29/09/2022 até o dia 29/09/2023.

Do valor mensal **R$: 3.340,05 (três mil e trezentos e quarenta reais e cinco centavos)**.

Do valor total **R$: 40.080,60 (quarenta mil e oitenta reais e sessenta centavos)**, houve o aumento conforme parecer jurídico de **9,351040% (nove virgula trinta e cinco por cento)**, conforme proposta adjudicada.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	995359	CONTRATACAO DE UMA EMPRESA PARA TRANSPORTE RODOVIARIO COM 04 (quatro) ONIBUS MINIMO 42 LUG. OTIMO ESTADO DE CONSERV. P/ TRANSP DE ACADEMICOS / PRIMAVERA DO LESTE/ PARANATINGA - 280 KM/DIA POR VEICULO	KM	226.240	R$: 4,67	R$: 1.056.540,80

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 29 de setembro de 2022.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 60/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2022 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Fe-

deral 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviço de Molejo, torno e solda, radiador e cardam para Manutenção dos Caminhões, Máquinas Pesadas, Ônibus e Micro-Ônibus,** atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 17/10/2022. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756. Paranatinga-MT, 03 de outubro de 2022. Devenilson da silva Pregoeiro Portaria 025/2020.

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2022.

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

Dispensa de Licitação nº 66/2022.

RATIFICAÇÃO:

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisi**ção** de Brinquedos, ação**es a ser desenvolvida em comemora**ção **do dia 12 de outubro (dia da Criança), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistên**cia Social e Trabalho de Paranatinga-MT.

Fundamento Legal: com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

CONTRATADA: AUTENTICA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA **CNPJ:** 47.146.145/0001-69

Valor da contratação: R$ 4.574,00 (Quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais)

Data da contratação: 03/10/2022.

Dispensa de Licitação nº 66/2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social a Senhora **Fátima Rosane Ritter** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 03 de outubro de 2022.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 47/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Fotográficos, com fornecimento de todo o material, equipamentos, impressão e profissionais necessários à cobertura fotográfica de eventos tanto nas Áreas Urbanas e Rurais, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais Secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 23/09/2022 até o dia 23/09/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

MOISES INACIO DE SOUZA 46090843172 CNPJ: 22.145.107/0001-60						
VALOR GLOBAL **R$**: 98.770,00 (noventa e oito mil, setecentos e setenta reais)						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	998243	FOTO 10 X 15 PROFISSIONAL	UND	8300	R$ 11,9000	98.770,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 23 de setembro de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 342 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 342 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ASSINAR DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - DESIGNAR a Sra. **FABIANA ALVES MARTINS SILVA**, brasileira, portadora do RG nº 12540420 SESP/MT e matricula n. 6883, residente e domiciliada neste Município de Paranatinga/MT, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Planejamento, para **ACUMULAR** as atribuições da Secretária de Finanças, na ausência da titular Sra. **DÉBORA GOMES BEZERRA** do dia **04 a 11 de outubro de 2022**.

Parágrafo Único - Considera-se ausência, o fato de estar em gozo de férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo eficácia entre os dias **04 a 11 de outubro de 2022,** revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 03 de outubro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 341 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 341 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ASSINAR DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - DESIGNAR a Sra. **DAIANI ALVES ROSA**, brasileira, portadora do RG nº 2571387 SSP/MT e matricula n. 6914, residente e domiciliada neste Município de Paranatinga/MT, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Obras, Trânsitos e Serviços Urbanos, para **ACUMULAR** as atribuições do Secretário de Transportes, na ausência do titular Sr. **CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS** do dia **03 a 22 de outubro de 2022**.

Parágrafo Único - Considera-se ausência, o fato de estar em gozo de férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo eficácia entre os dias **03 a 22 de outubro de 2022,** revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 03 de outubro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RESOLUÇÃO Nº. 020/2022 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 408/2005**;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS; Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal e Saúde de Pedra Preta - CMS/PP;

Considerando a deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pedra Preta - CMS/PP, na reunião ordinária realizada em 29 de setembro de 2022.

Resolve:

ART. 1º - Aprovar O Termo de Aplicação no valor R$9.000,00, para aquisição de Equipamentos e Mobiliários Permanentes para Vigilância Sanitária referente à Portaria nº444/2019/GBSES sendo 04 armários de aços multiuso organizador, armário de aço 02 portas multiuso organizador, 05 cadeiras giratórias, 02 escrivaninhas, 01 mesa tipo L azul,e 02 armários de MDF.

Caso o valor da emenda seja inferior o valor das aquisições, o Município se responsabilizará com a contra partida a fim de manter a aquisição da proposta.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se**.**

Pedra Preta, 30 de setembro de 2022.

Ivany de Lima Polga

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

PEDRA PRETA/MT

RESOLUÇÃO Nº. 021/2022 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 408/2005**;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS; Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal e Saúde de Pedra Preta - CMS/PP;

Considerando a deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pedra Preta - CMS/PP, na reunião ordinária realizada em 29 de setembro de 2022.

Resolve:

ART. 1º - Aprovar O Termo de Aplicação no valor R$10.000,00, da Portaria nº083/2018/GBSES, para aquisição de Equipamentos de Informática para Vigilância Sanitária sendo 02 Microcomputador completo ,01 Impressora Multifuncional Laser e 01 No-Break bivolt.

Caso o valor da emenda seja inferior o valor das aquisições, o Município se responsabilizará com a contra partida a fim de manter a aquisição da proposta.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se**.**

Pedra Preta, 30 de setembro de 2022.

Ivany de Lima Polga

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

PEDRA PRETA/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, a saber:

I. Divulgar o resultado da prova prática. II. Divulgar resultado classificatório. III. Definir **prazo para apresentação de recurso até 15:00 horas do dia 05/10/2022** através do email: dppessoal@pedrapreta.mt.gov.br IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do Município de Pedra Preta/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 03 de outubro de 2022.

ADENILDA VIEIRA COELHO

=Presidente da Comissão=

CRISTIANE PARDINHO DE ARRUDA PEREIRA

=Membro da Comissão=

LUCIANA MARTINS BORGES DA SILVA

=Membro da Comissão=

ROSELI DO CARMO DIAS

=Membro da Comissão=

RESULTADO PROVA PRÁTICA

MOTORISTA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (26 DE JANEIRO - CAMBAÚVA)

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	PONTUAÇÃO PROVA PRATICA	PONTUAÇÃO FINAL
14	JOÃO PAULO MOREIRA DOS SANTOS ANCHIETA	28/08/1986	05	-	-
24	ANDRÉ CHARLES DE SOUZA COSTA	11/12/1993	05	100	105

MOTORISTA – (SAÚDE OU EDUCAÇÃO) – LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	PONTUAÇÃO PROVA PRATICA	PONTUAÇÃO FINAL
01	FEBRONI SILVA SOUZA	25/06/1987	10	100	110
13	FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA	22/10/1966	15	-	-

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA /PC

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	PONTUAÇÃO PROVA PRATICA	PONTUAÇÃO FINAL
7	JUCELINO FERREIRA DA SILVA	31/12/1961	05	100	105

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
25	EDICLEIA JOSÉ ALCANTARA	25/03/1989	55	1º
04	ALINE ROSA DA CRUZ	03/09/1990	05	2º

AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
27	ROSEMERE RODRIGUES DA CRUZ	13/02/1975	05	1º

BIOQUÍMICO / FARMACÊUTICO - LOCALIDADE: SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
15	NAYARA CRISTINA METELLO ALVES	05/11/1976	90	1º
18	RAFAEL DE MELO SILVA	11/10/1990	20	2º

22	DANIEL QUIRINO DE SOUZA	26/03/1998	10	3º
10	LUCINÉIA DE FÁTIMA DE JESUS FARIAS	10/02/1976	05	4º

ODONTÓLOGO – LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
06	ALESSANDRA DE REZENDE SOUZA	14/04/1994	55	1º
12	JULIANA GOMES DE MEDEIROS	24/02/1976	20	2º
21	ESTELLA CAROLYNE PEREIRA	04/02/1997	05	3º
05	SUMAIA MADALENNE DE SOUSA RIBEIRO	10/09/1997	05	4º

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO – LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
19	EVANDRO MELO DA FÉ	02/07/1992	55	1º
16	JÚLIO HENRIQUE DOMINGUES DE FREITAS	03/10/1996	20	2º
02	LILIA FRANCISCA FERREIRA OLIVEIRA	07/04/1988	10	3º
20	ELISÂNGELA ISRAEL DE MIRANDA	12/04/1982	05	4º

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL – LOCALIDADE: SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
26	ROSILAINE APARECIDA FREITAS MATOS	06/12/1980	05	1º
27	SEBASTIÃO CORREIA PIMENTA	06/10/1982	05	2º

MOTORISTA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (26 DE JANEIRO - CAMBAÚVA)

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
24	ANDRÉ CHARLES DE SOUZA COSTA	11/12/1993	105	1º

MOTORISTA – (SAÚDE OU EDUCAÇÃO) – LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
01	FEBRONI SILVA SOUZA	25/06/1987	110	1º

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA /PC

INSCRIÇÃO	NOME	D. NASC.	PONTUAÇÃO CURRICULAR	POSIÇÃO
7	JUCELINO FERREIRA DA SILVA	31/12/1961	105	1º

DECRETO Nº 207/2022 - PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a Progressão Funcional Vertical, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, Prefeita Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a Lei nº 075, de 1998, art. 55.

CONSIDERANDO a Lei nº 855, de 2015, seção II, art. 34.

CONSIDERANDO a Lei nº 856 de 2015, seção II, art. 42.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.167/2020, seção III, art. 6º.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical aos servidores Cujo Aniversário De posse se dá no mês de Outubro de 2022, relacionados no Anexo I, que passa a fazer parte integrante e inseparável do presente Decreto.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRES DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

ANEXO I – DECRETO Nº 207/2022

FUNCIONÁRIOS A PROGREDIR - OUTUBRO DE 2022

Nº	MAT.	NOME	DATA DE ADM.	CARGO	CLASSE/NÍVEL ATUAL	CLASSE NÍVEL A PROGREDIR
1	4425	Cicera de Lima Feitosa	01/10/2012	Contínua/Merendeira	C/10	C/11

2	4213	Delma de Farias Biassi	04/10/2011	Contínua/Merendeira	E/11	E/12
3	5286	Elaine Conrada dos Santos	18/10/2016	Monitor(a)	A/06	A/07
4	4427	Gilmar da Silva	02/10/2012	Agente de Vigilância	C/10	C/11
5	5670	Lis Mota Gonçalves Viana	02/10/2018	Médica Plant.Clínica Geral do Hospital	B/04	B/05
6	4214	Lucia Aparecida Bueno da Silva	04/10/2011	Contínua/Merendeira	E/11	E/12
7	140	Nermir do Carmo de Almeida	26/10/1994	Contínua/Merendeira	A/28	A/29
8	3880	Odair Borges Guedes Junior	14/10/2010	Agente Administrativo	A/12	A/13
9	4215	Onilda Ribeiro Nascimento	04/10/2011	Contínua/Merendeira	E/11	E/12
10	4216	Ozilda Gregório Ferreira	04/10/2011	Contínua/Merendeira	E/11	E/12
11	4428	Silvia Desidério	15/10/2012	Agente Administrativo	A/10	A/11
12	4217	Silvia Ferreira de Melo	04/10/2011	Contínua/Merendeira	C/11	C/12
13	5285	Tony Emerson de Deus Silva	17/10/2016	Monitor(a)	A/06	A/07
14	171	Valdemir Rodrigues Pereira	11/10/1994	Motorista	A/28	A/29
15	5287	Daiane Cristina da Silva Martins	24/10/2016	Professora	B/02	B/03
16	5283	Elaine Marilene Stack Paludo	14/10/2016	Professora	C/02	C/03
17	3885	Evair Claudio de Lara	18/10/2010	Professor	D/04	D/05

DECRETO Nº 206/2022 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$** R$ 13.328,00 (treze mil trezentos e vinte e oito reais), no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:**

Suplementação

04.000.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
04.001.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
04.001.04.123. 0001.2.014.			**MANUTENÇÃO ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS E DEPARTAMENTOS**	
71 -	3.3.90.39.00. 00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13. 000,00
11.000.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
11.001.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
11.001.10.305. 0008.2.077.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA**	
452 - 3.1.90.11. 00.00		3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	328,00

Total Suplementação: 13.328,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento/Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.04.122.0001.2.025. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS

85-	3.3.90.39.00. 00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13. 000,00
11.000.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
11.001.00.000. 0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
11.001.10.305. 0008.2.077.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA**	
433 - 3.1.90.11. 00.00		3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	328,00

Total Redução: 13.328,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 03 Outubro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 507/2022 - NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A)

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre nomeação de servidora para exercer a função de Coordenador(a) Pedagógico(a) e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o oficio nº 567/2022/SME.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a servidora **Evanilda da Silva Vera** para exercer a função de Coordenador(a) Pedagógico(a),na Escola Municipal Luciana Garcia Duran.

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 506/2022 - FÉRIAS REGULARES MARCELO TEIXEIRA MENDES CARVALHO

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período **06/02/2020 À 06/02/2021**.

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **Marcelo Teixeira Mendes Carvalho** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo Vigilante, a serem usufruídas no período 06/10/2022 à 04/11/2022.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

ORDEM DE SERVIÇOS CONTRATO Nº 120/2022

ORDEM DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 120/2022

OBJETO: **Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, no Bairro Chico Simão.**

Prezado Senhor,

Fica a empresa CONSTRUTORA AMIL LTDA, **inscrita no CNPJ/MF sob o nº** 20.119.762/0001-19, autorizada a partir da assinatura deste instrumento, a iniciar a prestação dos serviços de empresa de engenharia especializada a realização da pavimentação asfáltica e drenagem urbana citada à cima, conforme objeto descrito nesta Ordem de Serviço, Contrato nº 120/2022 **firmado entre as partes**, originário através do Processo Licitatório, modalidade – CONCORRENCIA Nº 004/2022, não comprimento do prazo dessa autorização poderá ocasionar o cancelamento do Contrato.

Forma de pagamento:O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 14 dias corridos, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Básico, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança, **e de acordo com a evolução da obra, conforme cronograma físico-financeiro, sendo que será** efetuado parceladamente, até o valor total da obra que é de R$ R$ 7.919.883,89 (sete milhões novecentos e dezenove mil oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos). Para o recebimento do pagamento, o contratado, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, cópia das respectivas requisições de serviço e Certificado de Regularidade do FGTS, a CND do INSS e a CND TRABALHISTA, conforme contrato firmado entre as partes.

Prazos: A vigência do presente Contrato **será de 12 (doze) meses**, sendo que o prazo para **execução da Obra será de 360 (trezentos e sessenta) dias,** contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, admitida sua prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações necessárias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos, a **mesma poderá ser antecipada mediante o cumprimento total do objeto contratado, se houver necessidades da Administração nesse sentido.**

Pedra Preta MT, 03 de Outubro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA **PREFEITA MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**CONSTRUTORA AMIL LTDA** **CNPJ: 20.119.762/0001-19** **CONTRATADA**

ERRATA DO CONTRATO Nº 090 – 2022 - DA ROCHA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI

ERRATA DO CONTRATO N.090 – 2022 - DA ROCHA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ERRATA DO CONTRATO:

CONTRATO 090-2022- DA ROCHA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI

OBJETO: O contrato tem por objeto **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sondagem".**

Referente à publicação do dia **05 de Julho de 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso**

Onde se lê:

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2022, no valor de R$ 86.800,56 (oitenta e seis mil oitocentos reais e cinquenta e seis centavos), correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através do seguinte elemento:

Dot. Orçamentária: Red: 085

Órgão/Unidade: 05.001 Secretaria de Viação e Obras

Função/Subfunção: 26.782 transporte/transporte rodoviário

Programa/Projeto Atividade: 2043 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 01 - RECURSOS PRÓPRIOS

Dot. Orçamentária: Red: 184

Órgão/Unidade: 07.001 Secretaria de Educação

Função/Subfunção: 12.361 educação/ensino fundamental

Programa/Projeto Atividade: 1052 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL - 25%

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 2 - RECURSOS DA EDUCAÇÃO

Dot. Orçamentária: Red: 366

Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria de Saúde

Função/Subfunção: 10.301 saúde/atenção básica

Programa/Projeto Atividade: 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE

PARÁGRAFO ÚNICO –Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

Leia-se:

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2022, no valor de R$ 86.800,56 (oitenta e seis mil oitocentos reais e cinquenta e seis centavos), correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através do seguinte elemento:

Dot. Orçamentária: Red: 119

Órgão/Unidade: 05.001 Secretaria de Viação e Obras

Função/Subfunção: 26.782 transporte/transporte rodoviário

Programa/Projeto Atividade: 2043 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 71 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Dot. Orçamentária: Red: 184

Órgão/Unidade: 07.001 Secretaria de Educação

Função/Subfunção: 12.361 educação/ensino fundamental

Programa/Projeto Atividade: 1052 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL - 25%

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 2 - RECURSOS DA EDUCAÇÃO

Dot. Orçamentária: Red: 366

Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria de Saúde

Função/Subfunção: 10.301 saúde/atenção básica

Programa/Projeto Atividade: 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

PEDRA PRETA - MT, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

_____

RITHYENE GOMES DA SILVA

(Portaria nº 203/2022)

Chefe do Setor de Licitação e Contratos.

ORDEM DE SERVIÇOS CONTRATO Nº 114/2022

ORDEM DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 114/2022

OBJETO: **Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, na Av Roberto Carneiro Assunção na Vila Garça Branca.**

Prezado Senhor,

Fica a empresa CONSTRUTORA AMIL LTDA, **inscrita no CNPJ/MF sob o nº** 20.119.762/0001-19, autorizada a partir da assinatura deste instrumento, a iniciar a prestação dos serviços de empresa de engenharia especializada a realização da pavimentação asfáltica e drenagem urbana citada à cima, conforme objeto descrito nesta Ordem de Serviço, Contrato nº 114/2022 **firmado entre as partes**, originário através do Processo Licitatório, modalidade – CONCORRENCIA Nº 001/2022, não comprimento do prazo dessa autorização poderá ocasionar o cancelamento do Contrato.

Forma de pagamento:O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 14 dias corridos, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Básico, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança, **e de acordo com a evolução da obra, conforme cronograma físico-financeiro, sendo que será** efetuado parceladamente, até o valor total da obra que é de R$ 4.433.371,13 (quatro milhões quatrocentos e trinta e três mil trezentos e setenta e um reais e treze centavos). Para o recebimento do pagamento, o contratado, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, cópia das respectivas requisições de serviço e Certificado de Regularidade do FGTS, a CND do INSS e a CND TRABALHISTA, conforme contrato firmado entre as partes.

Prazos: A vigência do presente Contrato **será de 09 (nove) meses**, sendo que o prazo para **execução da Obra será de 180 (cento e oitenta) dias,** contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, admitida sua prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações necessárias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos, a **mesma poderá ser antecipada mediante o cumprimento total do objeto contratado, se houver necessidades da Administração nesse sentido.**

Pedra Preta MT, 03 de Outubro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA **PREFEITA MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**CONSTRUTORA AMIL LTDA** **CNPJ: 20.119.762/0001-19** **CONTRATADA**

EXTRATO DE COMPRAS DIRETAS Nº 326/2022 À 366/2022

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no mês de setembro entre os dias 01/09/2022 à 30/09/2022, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

Solicitação	Data	Reduzido	Fornecedor	Descrição	Quantidade	Destinação	Valor	Dotação Orçamentária
2156	01/09/2022	205	07.838.209/0001-78 - MACROPEÇAS MULTMÁRCAS COMERCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI	2-PALHETA LIMPADOR PARA-BRISA 700MM 28 POLEGADAS VOLARE /* IVECO 70C16 /NEOBUS; 1- ANEL EVDAÇÃO BUJÃO CARTER VOLARE V8L/W6/W7 CUMMINS; 10-ABRAÇADEIRA DE NYLON - 30 CM (LINGUÃ DE SOGRA); 1-FILTRO LUBRIFICANTE; 1-FILTRO AR EXT; 1-FILTRO AR INTERNO; 11-OLEO FRACIONADO MOTOR DISEL CI4 15W40 LINHA PESADA; 1- FILTRO COMBUSTIVEL; 2- REBITE REPUXO ALUMINIO 6,2X40,00MM; 1- ELEMENTO FILTRANTE; 1- GRAXA, CHASSIS, BALDE COM 18KG	32	Secretaria Municipal de Educação	R$ 2.407,35	07.001.12.361.0009.2.090.3.3.90.30.00.00.
2179	06/09/2022	191	03.507.415/0005-78 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	1-TAXAS DETRAN	1	Secretaria Municipal de Educação	R$ 250,81	07.001.12.361.0009.2.082.3.3.90.30.00.00.
2180	06/09/2022	258	03.507.415/0005-78 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	1-TAXAS DETRAN	1	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 250,81	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.39.00.00.
2190	08/09/2022	425	00.839.039/0001-05 - ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E POS GRADUACAO LTDA - EPP	1-INSCRIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDOR	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 800,00	11.001.10.302.0007.2.065.3.3.90.39.00.00.
2212	09/09/2022	83	24.774.390/0001-15 - AGRO FERRAGENS LUIZÃO LTDA	20-VASSOURA JARDIM 22 ARAMES FIXA, FABRICADA EM AÇO COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO DE 1,2 METROS.; 20-VASSOURA PLÁSTICA 26 DENTES, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO DE 1.2 METROS.; 20-ENXADA LARGA DUAS CARAS 2,5 COM CABO DE MADEIRA 145 CM.; 20-VASSOURA GARI 37.5 CM 4 FILEIRA CEPA MADEIRA CABO MADEIRA PLASTIFICADO.; 20- PÁ DE BICO Nº 04 PESADA COM CABO LONGO.; 20-LUVA DE VAQUETA EM ALTA QUALIDADE COM PUNHO DE RASPA DE 20 CM, CONFECCIONADA EM VAQUETA INTEGRAL, MODELO SOLDADOR, COM REFORÇO NA PALMA, COM PUNHO EM 20 CM CONFECCIONADO EM RASPA. POSSUI ELÁSTICO DE AJUSTE NO DORSO.; 20-BOTINA DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA. FECHAMENTO EM ELÁSTICO. CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO. COR PRETA CA: 17.137 Nº 39; 20-BOTINA DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA. FECHAMENTO EM ELASTICO. CONFECCIONADA EM COURO CURTIDO COR PRETA CA: 17.137 Nº 40.; 20-BOTINA DE SEGURANÇA, SEM BIQUEIRA. FECHAMENTO EM ELÁSTICO. CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO. COR PRETA CA: 17.137 Nº 42; 20-OCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR ANTI- RISCO, FABRICADO EM DUROPOLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCO.5- PERNEIRA DE PROTEÇÃO (POLAINA/CANELEIRA). MEDIDAS 44CM DE LARGURA / 41 CM DE ALTURA DE 2.5 A 3.5 MM DE ESPESSURA.	205	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 7.735,45	05.001.04.122.0001.2.025.3.3.90.30.00.00.
2219	09/09/2022	283	01.426.618/0001-80 - RONDOPANO COMERCIO DE TECIDOS LTDA-EPP	50-FLANELA LISA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO. DESCRIÇÃO: TECIDO LIGEIRAMENTE AVELUDADO EM UMA DAS FACES, DE LÃ OU ALGODÃO LIXADO, ESTRUTURA TAFETÁ OU SARJA, COM ACABAMENTO FLANELADO EM UM OU EM AMBOS OS LADOS, DE COR ÚNICA, LARGURA:160CM; 2-PAETÊ, TECIDOS USADOS PARA FANTASIAS E ARTESANATOS EM GERAL, BRILHOSO, E DE ALTO RENDIMENTO.(COR A ESCOLHER NA HORA DO PEDIDO), LARGURA DE 1,5 M; 10- RIBANA, COMPOSIÇÃO: 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO.DESCRIÇÃO: MALHA FEITA EM TEAR DE DUPLA FRONTURA, OU SEJA, UM LADO DA MALHA É DIFERENTE DO OUTRO. TEM GRANDE ALONGAMENTO E ELASTICIDADE. COM NO MINIMO 0,80 CM; 30-TECIDO ALGODÃO CRU, TECIDO ALGODÃO CRU COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA: 1,40 M ,GRAMATURA: 157 G/M² - 219G/M LINEAR; 20-TECIDO CHITA, COMPOSIÇÃO: 50% POLIÉSTER/50% ALGODÃO DESCRIÇÃO: TECIDO LEVE DE ALGODÃO CARDADO, GERALMENTE ESTAMPADO	692	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 4.984,00	08.001.08.244.0010.2.111.3.3.90.30.00.00.

				EM VARIAS CORES E COM DESENHOS DE FLORES. LARGURA DE 140 CM; 20-TECIDO DE ALGODÃO LISO, TECIDO PARA PANO DE PRATO DE ALGODÃO, LISO, BRANCO, COM LARGURA 100 CM; 20-TECIDO JUTA CRU, JUTA, JUTA CRU, TECIDO DE JUTA,TELA JUTA, TECIDO RUSTICO,JUTA NATURAL DE FIBRA 100% NATURAL, DE ORIGEM CELULÓSICA, BIODEGRADÁVEL, INOFENSIVA AO MEIO-AMBIENTE E À SAÚDE HUMANA.; 10-TECIDO MORIM, COMPOSIÇÃO: 75% POLIÉSTER, 25% ALGODÃO.DESCRIÇÃO: TECIDO DE ALGODÃO CARDADO, DE CONSTRUÇÃO LEVE, MUITO USADO PARA FORRO. LARGURA 0,80 CM; 10-TECIDO OXFORD, 100 % POLIESTER 1,50 DE LARGURA - DIVERSAS CORES; 10-TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE 100% ALGODÃO NACIONAL LARGURA DE 1,50 M CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT POR 1,50 MT; 40-TERMOCOLANTE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER LARGURA: 45 CM, GRAMATURA: 54 G/M² - 24 G/M LINEAR; 50-TNT CORES VARIADAS, GRAMATURA 40 GRAMAS POR METRO LINEAR, LARGURA 1.40 METROS; 10-VISCOLYCRA, COMPOSIÇÃO: 96% VISCOSE, 4%DE ELASTANO. DESCRIÇÃO: TECIDO LISO, LEVE E COM GRANDE ELASTICIDADE. TEM ÓTIMO CAIMENTO E DEPENDENDO DA COR, PODE SER TRANSPARENTE, LARGURA:180CM; 30-AGULHAS PARA BORDAR TAMANHOS VARIADOS; 10-BARBANTE 4/6 COLORIDO, 100% ALGIDÃO, ROLO 700G NAS CORES AMARELO, CRU, LARANJA, VERDE E VERMELHO; 25- FITA MÉTRICA 1.50 M; 10- FITA DE CETIM NL 0.7MM ROLO COM 100 METROS, CORES VARIADAS; 10- FITA DE CETIM Nº3 15MM PEÇA COM 10 METROS, CORES VARIADAS; 10-FITA DE CETIM Nº5 22MM PEÇA COM 10 METROS, CORES VARIADAS; 20-LINHA PARA BORDAR, 100 % ALGODÃO, COM 6 FIOS SEPARAVEIS MEADAS COM 8 METROS; 30- LINHA PARA COSTURA, BLISTER CORES SORTIDAS COM 10 TUBOS DE 91,4M COMPOSIÇÃO 63% POLIESTER E 37% ALGODÃO.; 50-TECIDO FRALDA BRANCA PARA BEBE EM TELA DUPLA E ENCORPADA. POR TER ACABAMENTOS NAS LATERAIS NÃO DESFIA. TAMANHO: 70CM X 70CM COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO;				
2220	09/09/2022	256	14.734.097/0001-70 - REI DO PANO DE TECIDOS RONDONÓPOLIS LTDA-ME	5- MALHA LIGANETE ESTAMPADO, COMPOSIÇÃO: 96%POLIÉSTER/ 4%ELASTANO RENDIMENTO: 3,30/3,70 M/KG REF: LIGANETE ESTAMPADA, LARGURA: 1,55; 5-MALHA LIGANETE LISO, COMPOSIÇÃO: 96%POLIÉSTER/ 4%ELASTANO RENDIMENTO: 3,30/3,70 M/KG REF: LIGANETE LISO, LARGURA: 1,55; 20-TECIDO ETAMINE, TECIDO ETAMINE 100% ALGODÃO - 1,40M DE LARGURA; 10-TECIDO CETIM, CORES VARIADAS COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER.DESCRIÇÃO: TECIDO DE ASPECTO BRILHANTE E LISO, COM TOQUE MACIO. O EFEITO É CONSEGUIDO A PARTIR DO DESLIGAMENTO DOS FIOS DE TRAMA NO DIREITO DO TECIDO.USO: VESTIDOS DE NOITE, LINGERIES, DECORAÇÃO. LARGURA DE 1.50 CM; 10-TECIDO HELANCA, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER ,LARGURA: 1,80M; 50-TECIDO PARA PANO DE COPA, PANO DE COPA,TECIDO: 90% ALGODÃO NO MINIMO ,TAMANHO MINIMO: 66 CM X 38 CM; 10-TECIDO PARA VAGONITE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO LARGURA: 1,40 M GRAMATURA: 184 G/M2 – 257 G/M LINEAR; 10-TECIDO TRICOLINE LISO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE 100% ALGODÃO, NACIONAL, LARGURA DE 1,50 M CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT POR 1,50 MT; 10-TECIDO TRICOLINE LISTRADO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE, 100% ALGODÃO, NACIONAL LARGURA DE 1,50 M, CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT POR 1,50 MT; 50-TECIDO COM ESTAMPA DE NATAL PATCHWORK; 30-AGULHAS DE CROCHÊ TAMANHOS VARIADOS.; 30- AGULHAS DE TRICÔ TAMANHO VARIADOS.; 30-AGULHAS PARA COSTURA TAMANHO VARIADOS; 50-BARBANTE CRU N º	440	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 6.544,50	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.30.00.00.

				6, COM 2 KG, BARBANTE 2KG 100% ALGODÃO, IDEAL PARA ARTESANATOS EM GERAL, TAPETES, CAMINHOS ETC.; 20-ELASTICO CHATO BRANCO NS10 CONTENRL UNIDADE COMPRIMENTO: 10 MT LARGURA:6 MM COMPOSIÇÃO 69% ALGODÃO + 31% LATEX; 10-ELASTICO BRANCO CONTÉM: 1 UNIDADE LARGURA: 20MM COMPRIMENTO: 10 MT COMPOSIÇÃO: 69% ALGODÃO 31% ELASTODIÉNO.; 50- TINTA PARA TECIDO FOSCA 37 ML EM DIVERSAS CORES; 10- LANTEJOULA COLORIDA PACOTE CONTENDO 1000 UNIDADES TAMANHO: 06 MM PRODUZIDA EM PVC DE ALTA QUALIDADE COLORIDA NOS DOIS LADOS. POSSUI FURO CENTRAL.; 30- ADESIVO INSTANTÂNEO 100G, ALTA VISCOSIDADE.				
2213	09/09/2022	385	03.507.415/0005-78 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	1-EMISSÃO DE CRV, LAUDO DE VISTORIA DE DECALQUE DO VEICULO	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 250,81	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.39.00.00.
2223	12/09/2022	45	43.734.527/0001-52 - VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	4-INSCRIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDOR	4	Secretaria Geral e Coordenação Administrativa	R$ 3.800,00	03.001.04.122.0001.2.011.3.3.90.39.00.00.
2224	12/09/2022	405	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	1-SERVIÇO DE REVISÃO; 1-SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	2	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 888,00	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2225	12/09/2022	402	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	1-KIT DE FILTROS DE REPOSIÇÃO; 12-OLEO SINTETICO PARA MOTOR 5W30; 1-GRAXA DBL; 3-PANO P. LIMPEZA; 1- KIT REVISÃO TUNAP; 1-MICROFLEX 984 SUBSTANCIA; 1- MICROLOGIC PREMIUM 989; 1-MICROFLEX PREMIUM 957; 1-AIRCON 599 INTERIOR FRESH	22	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 3.591,68	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.
2229	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	6-TOPIRAMATO 100 MG , EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO; 3-UNINALTREX 50MG CAIXAS COM 30 COMP; 2-CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG- CAIXA COM 60 COMP; 3-QUET XR 50MG COM 30 COMP; 3-ALPRAZOLAM 2 MG COM 30 COMPRIMIDOS	18	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.302,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2230	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-ELIQUIS APIXABANA 5 MG CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 843,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2231	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	1-LIPLESS COM 90 COMPRIMIDOS	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 144,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2232	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-SERETIDE 50/250 MCP	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 411,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2233	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	6-SELOZOK 50 MG COM 30 COMP	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 342,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2234	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	6- CLORIDRATO DULOXETINA 60 MG 30 COMPRIMIDOS; 2-TOPIRAMATO 100 MG , EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO	8	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 800,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2236	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-RIVAROXABANA 10 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDO.	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 234,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2239	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	8- MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG C/30 COMP; 12-CARDIZEN 90MG C/ 20 COMP.	20	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 578,80	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2243	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-PANTOPRAZOL 40MG 28 COMP; 2-SOMALGIN CARDIO 100MG C/ 60 COMP; 3-PURAN T4 75 MCG 30 COMP; 2-COMPLEXO 46 COM 60 COMP	10	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 225,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2246	13/09/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	9- TRAYENTA 5 MG COM 30 COMPRIMIDOS	9	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.709,91	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2247	13/09/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	30-LIPKAR BAUME 400G	30	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 4.755,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2248	13/09/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	3-SPIRIVAS 2.5 MCG RESPIMAT 4ML	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 597,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.

2249	13/09/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	3-MAREVAN 5 MG C/ 30 CPR	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 72,90	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2252	13/09/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-PINTAVASTATINA 2MG COM 30 COMPRIMIDOS; 3-SYNTROID 100MG COM 30 COMPRIMIDOS; 6- ARADOIS 50 MG COM 30 COMPRIMIDOS	12	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 369,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2280	15/09/2022	288	25.117.548/0001-47 - LOPES E DISSEGNA LTDA - ME	1-URNA FUNERÁRIA	1	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 1.500,00	08.001.08.244.0010.2.114.3.3.90.30.00.00.
2301	16/09/2022	257	900.080.574-00 - JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA	3-SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - INSTRUTOR DE DANÇA	3	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 5.400,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.36.00.00.
2331	21/09/2022	117	19.293.041/0002-22 - EXTRA MAQUINAS S/A	1-OLEO PARA ENGRENAGEM 85W140; 1-OLEO MOTOR; 1-ELEMENTO DE FILTRO; 1-FILTRO REFIL DE COMBUSTIVEL; 1-FILTRO BLINDADO DE DIESEL XE215; 1- FILTRO DE COMBUSTIVEL - XE215; 1-FILTRO DE AR PRIMARIO; 1-FILTRO DE AR SECUNDARIO; 1-FILTRO DO AC; 1-FILTRO CABINE	10	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 5.228,45	05.001.26.782.0004.2.043.3.3.90.30.00.00.
2332	21/09/2022	117	19.293.041/0002-22 - EXTRA MAQUINAS S/A	1- OLEO MOTOR; 1-FILTRO SEPARADOR DE AGUA; 1-FILTRO SEPARADOR; 1-ELEMENTO DE FILTRO; 1-KIT DE FILTROS DE AR; 1-FILTRO DE COMBUSTIVEL	6	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 2.533,99	05.001.26.782.0004.2.043.3.3.90.30.00.00.
2334	21/09/2022	117	19.293.041/0002-22 - EXTRA MAQUINAS S/A	1-OLEO MOTOR; 1-CONJUNTO FILTRO DE AR MOTOR; 1-FILTRO SEPARADOR DE COMBUSTIVEL; 1-FILTRO DE OLEO DO MOTOR; 1-FILTRO DE COMBUSTIVEL; 1-FILTRO CABINE SECUNDARIA; 1-FILTRO CABINE PRIMARIA	7	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 2.245,34	05.001.26.782.0004.2.043.3.3.90.30.00.00.
2336	21/09/2022	119	19.293.041/0002-22 - EXTRA MAQUINAS S/A	1-SERVIÇO DESLOCAMENTO; 3-SERVIÇOS MECANICOS ESPECIALIZADOS	4	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 7.500,00	05.001.26.782.0004.2.043.3.3.90.39.00.00.
2315	21/09/2022	405	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	1-SERVIÇO DE REVISÃO; 1-SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	2	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 888,00	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2346	21/09/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	6- INSULINA LISPRO 100UI/ML 3 ML; 6-INSULINA APIDRA 100 UI/ML, REFIL 3ML	12	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 754,20	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2351	22/09/2022	85	07.508.603/0001-48 - ROBERTO VIEIRA RODRIGUES - ME	1-SERVIÇO RECONDICIONAMENTO DO MOTOR DA BOMBA SUBMERSA; 1-SERVIÇO DE REVISÃO DO BOMBEADOR; 1-SERVIÇO DE RETIRAR E INSTALAR BOMBA; 2- SERVIÇO DESLOCAMENTO	5	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 10.880,00	05.001.04.122.0001.2.025.3.3.90.39.00.00.
2350	22/09/2022	385	14.580.562/0001-66 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE	6-INTERNAÇÃO COMPULSORIA	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 15.300,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.39.00.00.
2409	30/09/2022	38	17.552.387/0001-91 - SILVA E SILVA PEREIRA LTDA	1 SISTEMA PONTO + MOBILE+WEB+-MULTIPONTOS, ATRAVÉS DO SISTEMA IPONTO FULL, COM LICENÇA ANUAL, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO VIA REMOTO, SENDO ESTA PARA 1000 USUARIOS 250+PCT 750US.	1	Secretaria Geral e Coordenação Administrativa	R$ 6.880,00	03.001.04.122.0001.2.009.3.3.90.39.00.00.
2401	30/09/2022	404	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	3-4A. REV. FLEX/2A.RE; 1 LIMPEZA DE BICO; 1-HIGIENIZADOR DE AR; 1- ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.010,00	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2402	30/09/2022	402	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	1- LIMPA BICO lamec; 1- KIT SAUDE AR CONDICIONADO; 1-ELEMENTO FILTRO; 1-FILTRO COMBUSTIVEL; 1- FILTRO DE OLEO; 4-OLEO MOTOR1-PESOS PARA BALANCEAMENTO; 1- KIT REVISAO; 4-VELA IGNICAO; 2- MOPAR BRAKE FLU; 1- DESCARBONIZANTE PARA VEÍCULO	18	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.665,98	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.
2408	30/09/2022	402	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	1- KIT DE FILTROS DE REPOSIÇÃO; 12-LITRO DE OLEO SINTÉTICO PARA MOTOR 5W30; 1-GRAXA DBL; 3-PANO; 1-KIT REVISAO; 1-MICROFLEX 984 SUBSTANCIA; 1-MICROLOGIC PREMIUM 989; 1-MICROFLEX PREMIUM 957; 1-AIRCON 599 INTERIOR FRESH	22	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 3.591,68	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.
2403	30/09/2022	471	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	0,85- 1A. REVISAO FLEX; 1-HIGIENIZAÇÃO DO AR CONDICIONADO; 1-ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	2,85	Secretaria Municipal de Planejamento e Governo	R$ 392,50	12.001.15.122.0001.2.024.3.3.90.39.00.00.

2404	30/09/2022	470	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	1-KIT REVISAO; 4- OLEO MOTOR; 1-KIT SAUDE; 1- FILTRO DE OLEO; 1-FILTRO DE COMBUSTIVEL; 1-ELEMENTO FILTRO; 1- CONTRA PESO PARA BALANCEAMENTO	10	Secretaria Municipal de Planejamento e Governo	R$ 775,71	12.001.15.122.0001.2.024.3.3.90.39.00.00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.914, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 1.914, de 12 De SETEMBRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art.1º- **Exonerar**, o Senhor **SAULO GOMES INTERAMINENSE,** matricula funcional nº 8450, do cargo em comissão de **Assessor Técnico em Gestão Pública**, do Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de setembro de 2022.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 071/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 12 de Setembro de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

LEI Nº 611,DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, DA COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber, que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d`água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

II - Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

III - Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição;

IV - Lixo Seco: qualificado como a parcela de materiais recicláveis presentes nos resíduos sólidos, sendo qualquer espécie de material que possa ser reutilizado ou reciclado: como papel, papelão, plástico, lata, metal, vidro, entre outros;

V - Lixo Úmido: composto pela parcela de rejeitos presente nos resíduos sólidos, acrescidos de uma segunda parcela de resíduos dos quais o município não dispõe de tecnologia e infraestrutura suficiente para promover sua reciclagem ou reutilização;

VI - Lixo Orgânico: qualquer material de composição orgânica, que possa ser submetido ao processo de compostagem, biodigestão e ou qualquer outra tecnologia simples de reciclagem da matéria orgânica;

VII - Resíduos Sólidos Domiciliares: Resíduos resultantes das atividades cotidianas de uma comunidade, gerado dentro das residências e/ou domicílios das pessoas.

VIII - Resíduos de Construção Civil (RCC): resíduos provenientes de obras civis de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição ou derrocada de edificações, assim como o solo e lama de escavações;

IX - Geradores de Resíduos Sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - Grande Gerador de Resíduos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que gerem resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluindo o consumo em quantidade, volume e/ou características discrepantes dos resíduos sólidos domiciliares de forma rotineira ou frequente;

XI - Médio Gerador de Resíduos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que gerem resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluindo o consumo em quantidade, volume e/ou características **razoavelmente** discrepantes dos resíduos sólidos domiciliares de forma rotineira ou frequente;

XII - Pequenos Geradores de Resíduos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que gerem resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluindo o consumo em quantidade, volume e/ou características **condizentes** com a geração de uma residência em condições normais ou cotidianas;

Art. 2º Fica instituída a obrigatoriedade da separação dos resíduos sólidos na sua origem, no município de Planalto da Serra-MT, em duas frações:

I - lixo Seco;

II - lixo úmido.

Art. 3º Fica instituída a possibilidade de fomento em termos de fornecimento de equipamento ou infraestrutura do poder público aos munícipes que promoverem a segregação na fonte dos seus resíduos possibilitando a reciclagem.

Parágrafo único. Poderá o Executivo Municipal regulamentar o presente artigo por intermédio de decreto específico.

Art. 4º Conforme estabelecido na legislação federal cabe ao Poder Público Municipal, em regime de exclusividade, a prestação dos serviços de saneamento, e assim promover o adequado manejo dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos de origem domiciliar, iniciando o processo através da coleta seletiva dos resíduos recicláveis, prioritariamente mediante contratação de associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis, conforme autoriza a Lei Federal nº 12.305/2010, no art. 36, parágrafos 1º e 2º, com a realização de campanhas permanentes de Educação Ambiental.

Parágrafo único. O Município deverá fomentar a prática da compostagem domiciliar aos cidadãos, quando houver essa possibilidade, por intermédio de campanhas de Educação Ambiental continuada e projetos de cunho socioambiental, podendo inclusive para tal estabelecer parcerias com entes privados através de convênios.

Art. 5º É de responsabilidade dos proprietários de imóveis urbanos a aquisição, confecção ou adaptação das lixeiras para armazenamento tempo-

rário dos resíduos sólidos, podendo reaproveitar as lixeiras já existentes desde que devidamente identificado como: lixo seco e lixo úmido.

Art. 6º Fica vedado manter, armazenar ou descartar resíduos recicláveis, nos termos desta lei, em locais não autorizados e aprovados pelo Poder Público Municipal e pelos órgãos de controle ambiental, sob pena de aplicações de sanções previstas na presente norma.

Art. 7º Os resíduos da zona rural do município poderão ser coletados conforme a demanda, sendo obrigatória a segregação na fonte em dois grupos, lixo seco e lixo úmido.

§ 1º O morador da zona rural, deverá promover a segregação e acondicionamento adequado dos resíduos de sua residência em lixo seco e lixo úmido, para posterior coleta pública;

§ 2º Para fazer a coleta regular na zona rural o município poderá instituir uma taxa a ser cobrada dos contribuintes para o custeio da prestação de serviços;

Art. 8º A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que infringir qualquer dispositivo desta Lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, ficam sujeitas às seguintes penalidades, independente da reparação dos danos ou de outras sanções civis ou penais:

I - Notificação;

II - Multa:

a) Quando a infração for leve, aplica-se a multa entre 2,5 à 5 UPF/MT;

b) Quando a infração for média, aplica-se a multa entre 5 à 8 UPF/MT;

c) Quando a infração for alta, aplica-se a multa entre 8 à 13 UPF/MT;

III - Em caso de reincidência, a sanção de multa pecuniária será aplicada em dobro em relação a sanção de multa anteriormente aplicada;

IV - Os responsáveis pela destinação inadequada dos resíduos, com a disposição em terrenos baldios, margens de rodovias, ruas ou avenidas, fundos de vale, áreas públicas e nas margens de rios, serão punidos com multa quantificada em função dos agravos constatados, em leve, média ou alta.

§1º Os valores recolhidos deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), devendo tais recursos serem vinculados ao financiamento de projetos na área de coleta e tratamento resíduos sólidos do município.

§2º Os proprietários de imóveis na área urbana terão um prazo de 30 (trinta) dias para pagamento da multa, garantido o direito de ampla defesa. O não pagamento da multa resultará no encaminhamento as medidas cabíveis da fazenda ou contabilidade.

§3º Os domicílios que não selecionarem o lixo e/ou disporem de forma incorreta, serão notificados e na reincidência serão multados.

Art. 9. O Executivo Municipal poderá fazer doação de sacolas do tipo retornável para as famílias de baixa renda contempladas com o Programa Bolsa Família e cadastradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 10. O comércio em geral deve eliminar o uso de sacolas plásticas de qualquer tipo em seus guichês de caixa, em até 3 (três) anos, contados da vigência desta norma.

§ 1º Os estabelecimentos em geral poderão disponibilizar em seus guichês, caixas de papelão, sacolas retornáveis ou embalagens de papel, conforme o segmento e atividade comercial desenvolvida;

§ 2º Os estabelecimentos em geral poderão comercializar sacolas do tipo retornáveis aos seus consumidores;

§ 3º Os supermercados e congêneres poderão disponibilizar caixas de papelão para os consumidores utilizarem como embalagem de transporte dos produtos;

§ 4º Os supermercados e congêneres poderão manter o uso de sacos plásticos para acondicionamento de produtos nas seguintes seções internas: Açougue, Hortifrúti, Congelados e Cestas Básicas; Os guichês de caixas devem operar conforme o caput e seus parágrafos.

Art. 11. As novas construções terão a obrigatoriedade de instalar lixeiras com dois compartimentos identificados para lixo seco e úmido para a coleta, e só receberão o habite-se do departamento de engenharia quando cumprida as prerrogativas desta lei.

Art. 12. Os casos omissos na presente norma serão resolvidos pelo Conselho Municipal Saneamento Básico, por intermédio de Resolução, com a devida deliberação e aprovação em plenário.

Art. 13. Compete ao Município a fiscalização, orientação e aplicação das penalidades, bem como a realização continuada de ações publicitárias, ações de educação ambiental e campanhas de conscientização relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

Art. 14. Esta lei deverá ser revisada em até 02 (dois) anos após o início de sua vigência.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, Estado de Mato Grosso, em 03 de Outubro 2022.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

PREFEITO DE PLANALTO DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 205/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 205/GP/2022 De 30 de Setembro de 2022.

“Dispõe sobre Revogação de Pessoal para Cargo Comissionado e dá outras providências”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2022

PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 054/2022

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua Finlândia, s/n°, Bairro Maria Joaquina I, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, através de seu Pregoeiro, torna público a todos os interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2022**, com abertura marcada para o dia 05/10/2022 às 08:00 horas, fica **PRORROGADA** para o dia 18 de outubro de 2022 às 08:00 horas.

MOTIVO: Adequações necessárias no edital, alteração das descrições do anexo I.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/10/2022, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 03 de outubro de 2022.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 208/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 208/GP/2022 De 03 de Outubro de 2022

Instituir e nomeia Comissão que irá acompanhar todo o Processo de elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância-PMPI no município de Pontal do Araguaia-MT.

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 206/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 206/GP/2022 Em 03 de Outubro de 2022.

"Dispõe sobre designação de servidor para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Compras e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 001/2022/GS/SEMEC

EDITAL nº 001/2022/GS/SEMEC

Dispõe sobre o Processo Seletivo de Diretor de unidade escolar no âmbito da Secretaria de Municipal de Educação de Pontal do Araguaia de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho.

O Município de Pontal do Araguaia, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 33.000.670/0001-67, com sede na cidade de Pontal do Araguaia, no estado de Mato Grosso, à rua Finlândia, S/N, bairro Maria Joaquina, com base na legislação vigente e no Decreto Municipal nº 2.450, de 05 de Setembro de 2022, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à realização de SELEÇÃO DE GESTORES ESCOLARES PARA LOTAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT.

1. DIPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo, será regido por este edital, será conduzido por comissão instituída em portaria, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1.2 A nomeação dar-se-á mediante ato de nomeação de cargo em comissão, podendo o servidor ser exonerado a qualquer tempo pelo chefe do Executivo.

1.3 Para ser nomeado o candidato deverá satisfazer, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) Ter sido aprovado em todas as etapas da presente Seleção Pública;

b) Ter idade mínima de vinte e quatro anos completos, na data da nomeação;

c) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferida igualdade, nas condições previstas no art.12, inciso II, parágrafo 1º da Constituição Federal/88;

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

e) Estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;

f**) Possuir a qualificação mínima necessária para o desempenho da função, conforme item 2.1 do presente edital.**

g) Possuir reconhecida idoneidade moral, composta por meio de folha de antecedentes criminais;

h) Não ter sofrido, no exercício da função pública, qualquer penalidade incompatível com nova nomeação;

i) Declarar que conhece as exigências contidas neste Edital e que está de acordo com elas;

j) Ter disponibilidade para cumprir carga horária especificada.

1.4 O candidato, aprovado pelo processo seletivo de que trata o presente edital, será avaliado periodicamente pela Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo que em caso de não atendimento das atribuições inerentes a cada cargo/função e/ou falta de desempenho profissional adequado, prática de atos indisciplinares, constatados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pontal do Araguaia-MT, poderá ser destituído do cargo nos termos da legislação vigente a qualquer tempo, devendo ser substituído pelo candidato classificado constante no resultado da seleção, formado pela presente seleção pública.

1.5 O candidato deverá ter ciência que não poderá ter nenhum outro cargo público comissionado, bem como não poderá cumular cargos públicos, conforme disposto na Constituição Federal, podendo, para tanto, responder judicialmente por informações falsas ou omissas.

1.6 A fonte de recursos para o pagamento dos profissionais selecionados para as funções constantes no item 2 deste edital serão oriundas do seguinte recurso**: FUNDEB 540 desta secretaria.**

1.7 A seleção destina-se a suprir possíveis carências nas Unidades Escolares de Ensino de Pontal do Araguaia-MT.

1.8 No ato da inscrição o candidato deverá informar para qual escola da rede municipal de ensino pretende candidatar-se.

2. DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

2.1 Profissional da educação efetivo- salário mais gratificação de 30%:

CARGO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA
Diretor da Escola Municipal "São Jorge"	CADASTRO RESERVA	40h	Licenciatura Plena em Pedagogia e/ou áreas afins
Diretor da EMEI	CADASTRO RESERVA	40h	Licenciatura Plena em

“Isaías Pereira dos Santos”			Pedagogia e/ou áreas afins

3. DAS INSCRIÇOES

3.1 O candidato deverá se inscrever para o cargo de gestor escolar, conforme o Cronograma Geral, disposto no ANEXO I deste edital, no dia 17 e 18 de outubro de 2022, de 8h às13h, sala da administração, na Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia.

3.2 As inscrições serão feitas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio do formulário do ANEXO II.

3.3 Entregar o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) no ato da inscrição, priorizando os indicadores de eficiência da escola, resultados de aprendizagem dos alunos, a lisura na gestão financeira, o relacionamento com a comunidade escolar e enfatizando a nova metodologia da Base Nacional Comum Curricular;

3.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.5 No preenchimento da Ficha de inscrição, o candidato, obrigatoriamente, deverá indicar o número do CPF, telefone e um e-mail válido, sendo absolutamente inaceitável o uso do CPF de qualquer outra pessoa.

3.6 O candidato no ato da inscrição deverá informar a rede de ensino que deseja concorrer.

3.7 Ainda deverá anexar juntamente com a inscrição os seguintes documentos:

a) Documento oficial de identificação (RG ou outro documento oficial com foto);

b) Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/c... c) Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato se encontra quite com a Justiça Eleitoral ou emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-... d) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; e) Declaração pessoal de que não sofreu condenação definitiva por crime ou contravenção nem penalidade por força de procedimento administrativo disciplinar; **f)** Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado)

1ª Grau - Site**: https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-primeir...**

2ª Grau – Site**: https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-segundo...**

g) Diploma de graduação frente e verso; h) Declaração da instituição em papel timbrado e devidamente assinado onde o candidato desenvolveu ou desenvolve suas atividades profissionais enquanto docente (mínimo 2 anos). i) Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

3.8 Após todas as fases do processo seletivo, irão compor um banco de recursos humano, sendo estes convidados a exercerem as funções de diretor escolar de acordo com a classificação final e convocação.

4. SÃO ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR ESCOLAR E DO DIRETOR DA ESCOLAR:

a) Cumprir com maestria a Lei Nº 8.027, de 12 de abril de 1990**[1]**, que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências;

b) Administrar a escola e seus recursos humanos, materiais e recursos financeiros;

c) Coordenar os trabalhos administrativos e pedagógicos da escola, supervisionando a admissão de alunos, a previsão de materiais e equipamentos, providenciando, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura, alimentos e transporte para os alunos a fim de assegurar a regularidade no funcionamento da entidade que dirige;

d) Estabelecer o regulamento da escola, traçando normas de disciplina e comportamento para propiciar ambiente adequado à formação física, mental e intelectual dos alunos;

e) Apoiar, avaliar e possibilitar o desenvolvimento do trabalho docente (avaliação e monitoramento dos professores, investimento no desenvolvimento profissional de professores, manutenção de culturas colaborativas de trabalho)**[2]**;

f) Cumprir o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

g) Cumprir as metas do Plano Municipal de Educação (2015/2025), priorizando a alfabetização de todos os estudantes até o final do 3º ano do ensino fundamental e fomentar a qualidade da educação básica em todas as modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as medias nacional do IDEB;

h) O Diretor designado deverá apresentar lista de nomes de professores para apreciação da SEMEC para exercer a função de Coordenador(a) Pedagógico(a) na Unidade Escolar;

i) Exercer atividades correlatas.

5. DAS ETAPAS:

5.1 A seleção pública será composta de 6(seis) fases, conforme disposto abaixo:

I – Inscrição e entrega do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

II - Prova escrita de conhecimentos específicos para avaliação de conhecimentos necessários à gestão da escola a qual terá caráter eliminatório e classificatório;

III - Análise de títulos que terá caráter classificatório;

IV - Curso Gestão Escolar, ofertado por SEB disponível no AVAMEC, envolvendo o grupo aprovado nas etapas anteriores, com duração de mínima de 20 (vinte) horas e no máximo 80 (oitenta) horas;

V - Avaliação comportamental (situacional) dos candidatos e destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando pelo menos, os seguintes componentes:

a) Visão sistêmica; b) Senso ético; c) Liderança; d) Flexibilidade; e) Comunicação; f) Comprometimento.

VI - Entrevista individual com caráter classificatório entre os candidatos, em que serão checados os componentes do perfil supramencionados.

6. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO 6.1 Primeira Fase: inscrição 6.1.1 Realizar a inscrição conforme o item 3 deste edital. **6.2 Segunda Fase: da prova escrita**

6.2.1 A primeira fase constará de uma prova escrita com 20 questões objetivas de conhecimentos específicos, conforme o Anexo III.

6.2.2 A aplicação da prova escrita será de acordo com o Anexo I - Cronograma Geral.

6.2.3 Somente será permitido o ingresso na sala de realização da prova o candidato que estiver devidamente inscrito e apresentar documento legal de identidade com foto.

6.2.4 A ausência de apresentação de documento ou, até mesmo, de um dos documentos mencionados no item 3, disponível também no ANEXO II acarretará o impedimento de o candidato realizar a prova.

6.2.5 O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova 30 (trinta) minutos antes do seu início.

6.2.6 Não será admitida a entrada do candidato na sala de realização da prova após o início dela.

6.2.7 Não haverá segunda chamada ou repetição de provas, seja qual for o motivo alegado.

6.2.8 Não serão feitas provas fora do local estabelecido.

6.2.9 Não será permitido ao candidato, em hipótese alguma, o uso e portabilidade de quaisquer aparelhos de comunicação durante a realização das provas.

6.2.10 A coordenação da seleção e equipe de aplicadores da prova ficarão isentas de quaisquer responsabilidades, caso seja necessário recolher tais aparelhos antes do início ou durante a realização das provas.

6.2.11 O candidato deverá registrar a resposta final da prova escrita de e caneta esferográfica de cor preta ou azul.

6.2.12 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e os documentos constantes no item 6.2.3.

6.2.13 A resposta final que estiver rasurada, de qualquer questão da prova escrita, será desconsiderada para efeito de pontuação do candidato;

6.2.14 A nota da prova obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos;

6.2.15 Serão considerados aptos para a 3ª fase da Seleção os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 6 (seis), na 1ª fase;

6.2.16 A nota máxima, 10 (dez), terá como referência o número de escores obtidos pelos candidatos que realizar o maior número de acertos. Está assim definido: o máximo de 0,50 para cada resposta correta de questão objetiva;

6.2.17 Os conteúdos específicos a serem avaliados nesta fase estão relacionados no Anexo III deste Edital.

6.3 Terceira Fase: análise de títulos

6.3.1 Análise de títulos, que terá caráter classificatório;

6.3.2 Serão considerados os títulos relacionados com a formação inicial, continuada e experiência profissional.

6.3.3 A comprovação dos títulos referentes ao tempo de serviço ou experiência profissional deverá ser feita mediante:

a) declaração da instituição em papel timbrado e devidamente assinado onde o candidato desenvolveu ou desenvolve suas atividades profissionais enquanto docente (mínimo 2 anos).

6.3.4 Não será computado, para efeito de contagem de título, diploma de habilitação do curso exigido para o provimento do cargo em comissão ao qual está candidato.

6.3.5 A nota final de títulos obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e será calculada somando-se o valor obtido em cada título, de acordo com os critérios para julgamento constante do Anexo IV do presente Edital.

6.4 Quarta etapa: curso gestão escolar

6.4.1 O curso para gestores será ofertado em regime virtual pela plataforma AVAMEC. Apresentar o Certificado do Curso: Gestão Escolar, ofertado por SEB, envolvendo o grupo aprovado na etapa II, duração mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas.

6.4.2 A nota final do curso obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos

6.4.3 Curso Gestão Escolar, ofertado por SEB disponível no AVAMEC, para mais informações ANEXO V. Seguirá a seguinte pontuação:

a) 20h – 39h: 06 pontos; b) 40h – 59h: 07 pontos; c) 60h – 79h: 09 pontos; d) e 80h:10 pontos.

6.4.4 A nota final do curso obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.4.5 O curso será realizado de acordo com o ANEXO I – CRONOGRAMA GERAL.

6.4.6 Serão considerados aptos para a 5ª Fase da Seleção os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 6 (seis), nesta Fase.

6.5 Quinta etapa: das provas situacionais.

6.5.1 As provas situacionais constam de observações das atitudes e comportamentos dos candidatos de dinâmicas de grupo e estudos de casos.

6.5.2 As Provas Situacionais serão realizadas de forma presencial de acordo com o ANEXO I – CRONOGRAMA GERAL.

5.4.3 O não comparecimento acarretará eliminação do candidato.

6.5.4. Não haverá tolerância no caso de atraso do candidato para o início das atividades, bem como na necessidade de saídas antecipadas, sem o término da avaliação. A definição de horário ficará a critério da comissão organizadora da seleção.

6.5.5. A nota final obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.6 Sexta etapa: Entrevista

6.6.1. A 6ª fase será de caráter classificatório e eliminatório, subsidiando assim a composição de um banco de gestores.

6.6.2 A entrevista acontecerá de forma presencial ANEXO I – CRONOGRAMA GERAL.

6.6.3 A entrevista tem como objetivo ampliar a abrangência das informações sobre os candidatos, aprofundar e refinar mais as observações dos avaliadores sobre o comportamento, atitudes, expressão individual, motivação, comprometimento e visão de educação do candidato.

6.6.4 Somente participará da entrevista o candidato que tiver sido aprovado na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª etapa da Seleção.

6.6.5 Cada candidato será entrevistado por um profissional da psicologia que deverá ser estipulada pela comissão de organização da seleção que realizará entrevista de forma individual e isolada e atribuirá uma nota ao candidato.

6.6.6 A nota final da entrevista obedecerá a um intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, eliminando-se os que obtiverem nota inferior a 6 (seis).

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final será resultado da média entre os pontos obtidos na Prova Escrita, Análise de Títulos, Curso Gestão Escolar[3] Ofertado por SEB disponível no AVAMEC, Provas Situacionais e Entrevista, obedecendo a seguinte ponderação:

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso junto à comissão organizadora da seleção, contra o resultado das etapas previstas no ANEXO I – CRONOGRAMA GERAL deste edital.

8.2. O recurso deverá ser interposto em forma de requerimento à comissão organizadora da seleção devidamente fundamentado, modelo disponível no Anexo VI.

8.3. Não serão aceitos, para fins de julgamento, recursos apresentados fora do prazo, sem identificação e/ou sem fundamentação.

8.4. Havendo alteração no resultado oficial do Processo de Seleção Pública, em razão do julgamento de recursos apresentados à comissão organizadora da seleção, este deverá ser republicado com as alterações que se fizerem necessárias.

9- DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO

9.1. Será excluído da Seleção Pública o candidato que:

a) Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata; b) Desrespeitar os membros da Comissão Organizadora; c) Descumprir quaisquer das instruções contidas no Edital; d) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1: O Diretor ao final do mandato, entregará ao novo Diretor os seguintes documentos:

I- Balanço do acervo documental;

II- Informações referentes ao Processo de Renovação de Autorização e Recredenciamento da Unidade Escolar;

IV- Inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar;

V- Ata da apresentação de prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do CDCE.

10.2 A aprovação e a classificação final na seleção a que se refere este Edital não asseguram aos candidatos à nomeação, mas tão somente a expectativa de ser nomeado, mediante o interesse e a conveniência administrativa, uma vez que se trata de seleção para atender excepcional interesse público.

10.3 O Município de Pontal do Araguaia-MT reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, no período de validade do processo seletivo.

10.4 A inexatidão da declaração e a irregularidade da documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do processo, em qualquer etapa, anulando todos os atos dele decorrentes.

10.5 A presente Seleção terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

10.6 Incorporar-se-ão a este EDITAL, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, aditivos, avisos e convocações, relativos ao processo seletivo.

11.7 A Comissão Organizadora do processo seletivo será composta por membros do Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e Assessoria Pedagógica.

11.8 Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos elencados anteriormente a Secretaria Municipal de Educação poderá nomear um diretor em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 1 (um) ano.

11.9 Após a nomeação o candidato (aprovado ou indicado) implica na aceitação das normas previstas para esta Seleção contidas neste edital, nos comunicados e em outros instrumentos a serem publicados, aos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

11.10 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora desta Seleção, observados os princípios e as normas que regem a Administração Pública.

11.11 O prazo para impugnação deste edital será de 02 (dois) dias a contar da sua publicação e deverá ser interposta através de requerimento dirigida à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no horário das 8h às 13h, sob pena de preclusão.

11.12 Faz parte do presente Edital todos os anexos:

ANEXO I – CRONOGRAMA GERAL

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

ANEOX III - CONTEÚDOS A SEREM AVALIADOS

ANEXO IV – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROVA DE TÍTULOS

ANEXO V – GESTÃO ESCOLAR

ANEXO VI - MODELO DE IMPETRAÇÃO DE RECURSO

Pontal do Araguaia, 03 de Outubro de 2022.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA GERAL

ELEIÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR BIÊNIO 2023/2024

DATA	AÇÕES	LOCAL	HORÁRIO
03/10/22	Publicação do Edital e Portaria para a abertura do processo eleitoral de Diretores Escolares.	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	9h
04 e 05/ 10/22	Recurso do Edital	Assessoria pedagógica	8h às 13h
17 e 18/ 10/22	**1° fase:** Inscrição dos candidatos à direção das Escolas e apresentação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ITEM 3 DO EDITAL	Assessoria pedagógica	8h às 13h
18/10/22	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos inscritos	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	9h
19 e 20/ 10/22	Recurso: 1° fase	Assessoria pedagógica	8h às 13h
21/10/22	Divulgação do recurso: 1° fase	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	16h
26/10 /22	**2° fase:** Prova escrita	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	8h às 11h
28/10/22	Divulgação do resultado: 2° fase	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	8h
31/10/ e 01/11/22	Recurso da 2° fase	Assessoria pedagógica	8h às 13h
01/11/22	Divulgação do recurso 2° fase	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	16h
03/11/22	3° fase: Entrega de títulos	Assessoria pedagógica	8h às 13h
04/11/22	Divulgação dos resultados da 3° fase	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	8h
07 e 08/ 11/22	Recurso 3° fase	Assessoria pedagógica	8h às 13h
08/11/22	Divulgação do recurso 3° fase	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	16h
09/11/22	4° fase: Apresentar o certificado do curso: Gestão Escolar: Ofertado por SEB disponível no AVAMEC	MAIS INFORMAÇÕES ANEXO V	Conforme o artigo 6.4.3
09/11/22	Divulgação dos resultados da **4° fase**	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	17h
10 e 11/ 11/22	Recurso da 4° fase	Assessoria pedagógica	8h às 13h
14/11/22	Divulgação do recurso 4° fase	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	16h
16/11/22	5° fase: Avaliação situacional	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Sala de reuniões	8h às 11h
16/11/22	Divulgação dos resultados: **5° fase**	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	17h
17 e 18/ 10/22	Divulgação do recurso: 5° fase	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	
21/11/22	6° fase: Entrevista	Escola	8
22/11/22	Divulgação dos resultados da 6° fase	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	15h
23 e 24 /11/22	Período de recurso da 6° fase	Assessoria pedagógica	8:00 às 13h
25/11/22	Publicação do recurso 6° fase	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	16h
30/11/22	Divulgação do resultado final da seleção de diretores	Mural da escola e Site da Prefeitura de Pontal do Araguaia	10h
02/01/ 2023	Posse dos diretores	Escolas conforme o Resultado Final	7h

ANEXO II

1ª FASE FICHA DE INSCRIÇÃO – n°_____/2022

SELEÇÃO DE DIRETORES

1. DADOS PESSOAIS			
Nome completo:_____			Data de nascimento ____/____/_____
CPF	RG	Órgão Emissor/UF	
Endereço:			Nº
Bairro:	Cidade/UF:		
E-mail:	WhatsApp: ( )		
2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE DESEJA CANDIDATAR-SE			
( ) Escola Municipal “São Jorge” ( ) Escola Municipal de Educação Infantil “Isaías Pereira dos Santos”			

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE GESTORES ESCOLARES	
3. DOCUMENTOS PARA ANEXAR CONFORME O ITEM 3 DO EDITAL 001/2022	
Documento oficial de identificação (com foto)	( )
Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física	( )
Comprovante de quitação das obrigações eleitorais	( )
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (sexo masculino)	( )
Diploma de graduação frente e verso;	( )
Declaração da instituição em papel timbrado e devidamente assinado onde o candidato desenvolveu ou desenvolve suas atividades profissionais enquanto docente (mínimo 2 anos)	( )
Declaração Pessoal de que não sofreu condenação definitiva por crime ou contravenção nem penalidade por força de procedimento administrativo disciplinar, civil ou criminal	( )
Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais	( )
Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)	( )

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE GESTORES ESCOLARES	
3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	
CRITÉRIOS	**NOTA FINAL**
TÍTULOS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	
TÍTULOS: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE GESTORES ESCOLARES		
PRÓXIMAS ETAPAS	NOTA MÁXIMA	PONTUAÇÃO DO CANDIDATO
2ª FASE - PROVA	10	
3ª FASE – TÍTULOS*	10	
4ª FASE - CURSO	10	
5ª FASE – P. SITUACIONAL	10	
6ª FASE - ENTREVISTA	10	
*ITEM 6.3 DO EDITAL 001/2022 E ANEXO IV		

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE GESTORES ESCOLARES
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:

ANEXO III

CONTEÚDOS A SEREM AVALIADOS - PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS
Conteúdos: interpretação de texto com auxílio de material gráfico diverso, leitura e compreensão, localização e comparação de informações em textos, identificação do tema e da finalidade de textos de diferentes gêneros, distinção entre fato e opinião no texto, elementos concorrentes para a progressão temática de textos de diferentes gêneros e tipos: coesão e coerência.
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS
Conteúdos: Leitura e interpretação de dados e indicadores educacionais envolvendo dados e informações referentes à matrícula, à taxa de atendimento escolar, à taxa de distorção idade-série, às taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), aos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA;
LIDERANÇA ORGANIZACIONAL
Liderança educacional e gestão escolar; Liderança e gestão para a diversidade; Gestão de pessoas no contexto educacional; A gestão escolar e as novas tecnologias; Instrumentos norteadores da gestão (Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar); Escola, família e comunidade; Desenvolvimento e avaliação da aprendizagem; Escola como espaço de formação em serviço; Planejamento pedagógico; Coordenação do trabalho pedagógico; Competências Socioemocionais.
LEGISLAÇÕES
Lei Municipal nº 534 de 03 de novembro de 2009 https://www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br/site/wp-con... Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Disponível em**:** http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf Plano Nacional de Educação: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20...
Plano Municipal de Educação- Disponível em**:**
Lei: https://www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br/site/wp-con...
Plano: https://www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br/site/wp-con...
Documento de Referência Curricular para Mato Grosso:
https://sites.google.com/view/bnccmt/educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-e-ensino-fundamental/documento-de-refer%C3%AAncia-curricular-para-mato-grosso
Lei do Novo Fundeb nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL

Apresentação do Secretário de Educação do Município de Sobral. ***Seminário sobre a Educação de Sobral:*** *a trajetória da melhor Rede Pública de Ensino do País* disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B4IBT4Hc-vOiOW95S... INEP. ***Vencendo o desafio da aprendizagem em séries iniciais*****:** a experiência de Sobral/CE. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. (Série Projeto Boas Práticas na

Educação; n.1). UNDIME/UNICEF/MEC/INEP. ***Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.*** Brasília, 2007. Disponível em:

https://undime-sc.org.br/download/redes-de-aprendizagem-boas-praticas-de-municipios-que-garantem-o-direito-de-aprender/#:~:text=direito%20de%20aprender-,Redes%20de%20Aprendizagem%20%E2%80%93%20Boas%20pr%C3%A1ticas%20de%20munic%C3%ADpios,garantem%20o%20direito%20de%20aprender&text=Apresenta%20resultados%20de%20estudo%20feito,socioecon%C3%B4mico%20de%20alunos%20e%20fam%C3%ADlias

PUBLICAÇÕES SOBRE GESTÃO ESCOLAR:

1. LUCK, Heloísa. ***Dimensões da Gestão Escolar e suas competências***. Editora Positivo:Curitiba,2009.

2. FREIRE, P. ***Pedagogia da Autonomia:*** *saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

3. Escola de gestores: Democracia, formação e gestão escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2915-democracia-formacao-gestao-escolar&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192

PUBLICAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS:

OCDE. **Competências para o progresso social:** o poder das competências socioemocionais. 2015. Disponível em: http://pt.calameo.com/read/002899327e71398e4d015

ANEXO IV

2ª FASE: CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROVA DE TÍTULOS

1. TÍTULOS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA		**MÁXIMO DE PONTOS**
1.1	Cursos na área de educação com duração mínima de 40h (0,5 ponto por curso – máximo de 3 cursos)	1,5
1.2	Curso de pós-graduação na área de educação ou ensino – especialização (máximo 1 curso)	1,5
1.3	Curso de pós-graduação na área de educação – mestrado (máximo de 1 curso)	2,5
2. TÍTULOS: EXPERIENCIA PROFISSIONAL		**MÁXIMO DE PONTOS**
2.1	Experiencia enquanto docente em sala de aula (0,5 ponto por ano – mínimo 02 ano e máximo de 04 anos)	2,0
2.2	Experiencia em Gestão Escolar no munício de Pontal do Araguaia (0,5 ponto por ano – máximo de 05 anos)	2,5
PONTUAÇÃO TOTAL		**10**

ANEXO V

ACESSAR O CURSO DO CURSO DE GESTÃO ESCOLAR

Passo 3 Aponte a câmera para o código ao lado

Ou pelo link:

https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/14703/informacoes

ANEXO VI

MODELO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA _____ (etapa)

DO PROCESSO SELETIVO DE DIRETOR Nº001/2022

Recurso contra _____(etapa), relativo ao Processo Seletivo de Diretor.

Eu _____ portador do documento de CPF n°_____, candidato a vaga de diretor escolar na instituição de ensino _____ nº de inscrição _____/2022, apresento recurso junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, contra a (explicar o que está contestando) _____
_____
_____
_____

PONTAL DO ARAGUAIA, _____ DE _____ DE 2022

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

Recebido em_____/_____/2022

Por.....

[1] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8027.htm

[2] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170531-texto-referencia-matriz-nacional-comum-de-competencias-do-diretor-escolar&category_slug=fevereiro-2021-pdf&Itemid=30192#:~:text=Cabe%20a%20ele%20liderar%2C%20coordenar,os%20aspectos%20de%20seu%20desenvolvimento.&text=Conhecer%20as%20caracter%C3%ADsticas%20pedag%C3%B3gicas%20pr%C3%B3prias,ensino%20que%20a%20escola%20oferece.

[3] https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/14703/informacoeslayout

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
6º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA 07/2022

6º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA 07/2022

Pelo presente instrumento de **TERMO DE APOSTILAMENTO**, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8.666/93 em seu Art. 65 Inciso II.

Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa 78.240-000**,** doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa**: COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS REAL LTDA, CNPJ: 24.675.878/0001-95,** Endereço: Av São Paulo, nº 854, Bairro: Centro, Cep: 78.285-000, doravante denominada **CONTRATADA** oriundo do Processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 11/2022**,**doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO DE SUPRESSÃO** a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 07/2022**, que reger-se-á pela Lei 10.520/02 e lei Federal 8.666/93 Art. 65 Parágrafos **Art. 65 Inciso II** e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REJUSTE DO PREÇO

O presente termo terá por finalidade **A SUPRESSÃO DO VALOR** no percentual de **1,23% (um vírgula vinte e três por cento)** no preço firmado inicialmente, com as devidas justificativas apresentadas através de notas fiscais indicando a supressão de valor do item abaixo relacionado:

item	preço unitário anterior	(%) percentual	valor unitário reduzido	valor total descontado
OLEO DIESEL BS-10	R$ 7,23	4,6%	R$ 6,89	R$ 40.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do contrato original, permanecerão inalteradas e mantidas integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOTAÇÃO

SECRETARIA	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	**21** - 33.90.30.00.00 – **Fonte: 1.1.500**
Secretaria de Educação	**62** - 33.90.30.00.00 – **Fonte: 2.1.500** **74** - 33.90.30.00.00 - **Fonte: 2.1.500** **102** - 33.90.30.00.00 - **Fonte: 2.1.540 (40% fundeb)**
Secretaria de Obras	**145**- 33.90.30.00.00 - **Fonte: 1.1.500** **176** - 33.90.30.00.00 - **Fonte: 9.1.799**
Secretaria de Obras - FETHAB	
Secretaria de Saúde	**245** - 33.90.30.00.00 - **Fonte: 3.1.500**

CLÁUSULA QUARTA- DA PUBLICIDADE

O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste em diário oficial para que surta seus efeitos legais, conforme previsto em lei**.**

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 03 de outubro de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS REAL LTDA

CNPJ: 24.675.878/0001-95

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169/2022 (DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO SENHORA DILVA CIRILO DE FRANÇA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO cumprimento de sentença judicial exarada nos autos 4839-76.2014.811.0008, em trâmite na 2ª Vara da Comarca de Barra do Bugres/MT;

CONSIDERANDO o ofício nº.010/PGM/PMPE/2022 “Cumprimento de Decisão Judicial”.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar, a senhora **DILVA CIRILO DE FRANÇA**, portadora da cédula de identidade n.º 790503 SSP/MT**,** inscrita no CPF sob o nº. 503.713.711-04, ocupante do cargo de **MONITOR DE I A IV**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 03 de outubro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº 093/2022

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 717/2021, de 13 de dezembro de 2021;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 1.000,00 (uns mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0007 – PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 – PREV – PORTO

0004 – ADMINISTRAÇÃO

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0020 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FICALIZADO

1.802.000000 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

2056 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS

3.3.90.14.00.00.00 – DIÁRIAS.....R$ 1.000,00

TOTAL ..... R$ 1.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0007 – PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 – PREV - PORTO

0004 – ADMINISTRAÇÃO

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0020 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FICALIZADO

1.802.000000 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

2056 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS

3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 1.000,00

TOTAL ..... R$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

QUARTO TERMO ADITIVO MPX REF. CONTRATO 034 2020

TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **034/2020**, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMAS WEB EM GESTÃO DE **PORTAL MUNICIPAL** COM PLATAFORMA DE PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS, GESTÃO DE **OUVIDORIA** E **CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO. COM MENOR PREÇO POR LOTE, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E A EMPRESA MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI.**

Por este instrumento, O Município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no **CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU** portador do **RG nº. 1173531-7** e **CPF nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/nº, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI,** portadora do **CNPJ: 14.728.004/0001-03**, com sede administrativa na Rua das Azaleias, nº. 257, Jardim Botânico, Município de Sinop – MT, **CEP n.º 78.556-088**, neste ato representado pelo senhor **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA**, **RG n.º 35405864-2 SSP/SP** e **CPF n.º 021.222.971-07**, doravante denominado de **CONTRATADO.** Resolvem celebrar o presente Termo aditivo de Valor sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo o reajuste de 14,77 % no valor global do mesmo, conforme IGP - M, com base no acúmulo dos últimos 12 (doze) meses. Segue solicitação do reequilíbrio e Tabela em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 – Fundamenta-se a alteração de valor global do Contrato nº. 034/2020 com base na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E PREÇO

3.1 – A alteração da CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO, passa ter a seguinte redação:

Item	Qtd.	Und.	Descrição	Valor Unt.	Valor Total
01	09	Mês	Gestão de **Portal Online** municipal (website) com plataforma de publicações de	R$ 1.199,3465	R$ 10.794,1185

			matérias e serviços do município		
02	09	Mês	Gestão de **Ouvidoria** reclamações, denúncias, sugestões e elogios e **Carta de Serviços ao Cidadão**	R$ 1.123,5983	R$ 10.112,3847
TOTAL ->				R$ 2.322,9448	**R$ 20.906,5032**
(Vinte Mil E Novecentos E Seis Reais E Cinquenta Centavos).					

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - O valor dos serviços contratados anual passa de **R$ 18.216,00 (Dezoito Mil E Duzentos E Dezesseis Reais)** para **R$ 20.906,5032 (Vinte Mil E Novecentos E Seis Reais E Cinquenta Centavos)**, pagos mensalmente divididos em 09 (Nove) parcelas.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos das dotações orçamentárias Vigente no Exercício, as quais foram autorizadas pela Lei Municipal nº. 940/2021 de 14/12/2021 – LOA/2022.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 - A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

7.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº. 034/2020 firmado entre as partes, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos - MT, 03 de outubro de 2022.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
Vanderlei Antonio de Abreu
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI
CNPJ Sob o n° 14.728.004/0001-03
Marcos Paulo de Oliveira Silva
CONTRATADO

Matheus Ricardo Maccari
CPF 028.440.291-59
TESTEMUNHA

Cibele Winck
CPF 001.037.971-14
TESTEMUNHA

EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 137/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

Preâmbulo

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, – MT, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 484/202 de 12/09/2022**,** faz saber que em atendimento à solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social, realizará Processo de Licitação N° 137/2022, fundamentado no artigo 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14 **CONTRATAÇÃO DE EMEPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS (MATERIAIS) DE REDE DE ENERGIA LOCALIZADA NA RUA DONA ALVINA S/N, PROXIMO A UDR – UNIDADE DE REABILITAÇÃO E LABORATORIO MUNICIPAL (EM CONSTRUÇÃO), PORTO DOS GAÚCHOS – MT.** conforme descrição abaixo.

1. DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, inscrito no CNPJ sob o nº **03.204.187/0001-33**, com sede na **Praça Leopoldina Wilke**, n. **19** – **centro**, CEP – **78.560-000**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador do **RG nº. 1173531-7 SSP/MT** e **CPF n.º 893.514.361-87**, residente e domiciliado na **Rua Minervino C. Dos Santos**, **Bairro da Creche**, município de **Porto dos Gaúchos – MT**, CEP – **78.560-000**.

1.2. CONTRATADO: ELIZETE REIS DO NASCIMENTO, inscrito no CNPJ sob n° **16.643.993/0001-50** com sede administrativa **RUA ADOLFO WILKE,** n° **1089**, Bairro**: CENTRO**, Município de **PORTO DOS GAUCHOS - MT**, CEP**: 78.560-000**, de ora diante chamado simplesmente de CONTRATADO.

2. DO OBJETO:

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMEPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS (MATERIAIS) DE REDE DE ENERGIA LOCALIZADA NA RUA DONA ALVINA S/N, PROXIMO A UDR – UNIDADE DE REABILITAÇÃO E LABORATORIO MUNICIPAL (EM CONSTRUÇÃO), PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ALÇA PRE FORMADA 35MM	UN	12	R$ 12,00	R$ 144,00
02	ARMAÇÃO PESADA 1X1	UN	2	R$ 35,00	R$ 70,00
03	CABO DE COBRE NU 50,00MM	MT	15	R$ 78,00	R$ 1.170,00
04	CABO MULTIPLEXADO 4X35MM	UN	150	R$ 38,00	R$ 5.700,00
05	CONECTOR HASTE 5/8	UN	1	R$ 15,18	R$ 15,18
06	CONECTOR PERFURANTE CDP 150-35	UN	12	R$ 31,80	R$ 381,60
07	CUSTAS ART	UN	2	R$ 256,81	R$ 513,62
08	ELABORAÇÃO PROJETO ELETRICO	UN	1	R$ 5.500,00	R$ 5.500,00
09	EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
10	HASTE COBR 5/8 X 2,4	UN	1	R$ 82,00	R$ 82,00
11	POSTE CONCRETO DUPLO T 10/150	UN	2	R$ 2.300,00	R$ 4.600,00
12	ROLDANA PORCELANA 76X79	UN	2	R$ 11,80	R$ 23,60
VALOR GERAL:					R$ 26.200,00
VINTE E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS					

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Solicitamos a V.Sa. o referido pedido devido a necessidade de implantas nos prédios da UDR e Laboratório, a energia para sua funcionalidade. A UDR encontra-se pronta para sua funcionalidade e o LABORATÓRIO MUNICIPAL em fase de conclusão, assim podemos integrar essas unidades na sua funcionalidade do atendimento necessário para nossa população.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

4.1. O valor dos serviços contratados é de **R$ 26.200,00 (VINTE E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS)** pago em até 30 dias após emissão da nota fiscal.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão empenhadas oportunamente em dotações próprias, as quais foram autorizadas através da Lei Municipal nº. 940/2021 de 14/12/2021 – LOA/2022, conforme segue:

Órgão:---------- **05 – Secretaria Municipal de Saúde.**

Unidade Orçamentária:-------- 004 – Fundo Municipal de Saúde.

Função:---------- 10 – Saúde.

Sub-Função:---------- 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa:---------- 0056 – Média e Alta Complexidade - MAC

Projeto Atividade:---------- 2804 – Manutenção da Unidade de Reabilitação.

Elemento de Despesas:------ 3390.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

RED./Código:---------- 0247.

Fonte ---------- 1.500.100200

Valor---------- R$ 27.451,05

6. DO CONTRATO:

6.1 Será formalizado Contrato com fim vinculativo obrigacional e características de compromisso entre as partes, obedecendo ao que preceitua a Lei de Licitações n°. 8.666/93 e suas alterações, bem como estabelecer e documentar as responsabilidades e os direitos das partes.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O valor total do contrato corresponde a **R$ 26.200,00 (VINTE E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS)** e será pago da seguinte forma:

7.2. O pagamento será efetuado através de TRANSFERENCIA na conta bancaria da Empresa contratada **ELIZETE REIS DO NASCIMENTO,** inscrito no CNPJ sob n° **16.643.993/0001-50.** Após a Emissão de Nota fiscal.

8. DO FUNDAMENTO LEGAL

8.1. O presente certame está **em conformidade com as recomendações prescritas no artigo 24, inciso I DA Lei Federal nº 8.666/93, e em conformidade com as recomendações prescritas no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**, com suas alterações e demais Legislações pertinentes.

9. DO FORO

9.1. Fica eleito e convencionado, para fins legais e para questões derivadas deste CERTAME o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto dos Gaúchos - MT, 03 de outubro de 2022.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 054 2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 054/2022

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO**, DO TIPO MENOR PREÇO **POR ITEM,** OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO MODELO SMART TV, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT.**

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de execução:..... INDIRETA

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXI, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Vanderlei Antonio de Abreu, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

VANGUARDA INFORMATICA LTDA – EPP.

CNPJ sob o nº **27.975.551/0001-27**

Valor Total

R$ 45.228,40 (QUARENTA E CINCO MIL E DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Outubro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 054 2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 054/2022

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO**, DO TIPO MENOR PREÇO **POR ITEM,** OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO MODELO SMART TV, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT.**

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de execução:..... INDIRETA

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Vanderlei Anotnio de Abreu, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 485/2022 de 12 de Setembro de 2022.

Empresas Vencedoras:

VANGUARDA INFORMATICA LTDA – EPP.

CNPJ sob o nº **27.975.551/0001-27**

Valor Total

R$ 45.228,40 (QUARENTA E CINCO MIL E DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Outubro de 2022.

Vanderlei Antonio de Abreu

Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 034/2020 PRAZO

TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **034/2020**, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMAS WEB EM GESTÃO DE **PORTAL MUNICIPAL** COM PLATAFORMA DE PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS, GESTÃO DE **OUVIDORIA** E **CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO. COM MENOR PREÇO POR LOTE, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E A EMPRESA MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI.**

Por este instrumento, O Município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no **CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU** portador do **RG nº. 1173531-7** e **CPF nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/nº, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI,** portadora do **CNPJ: 14.728.004/0001-03**, com sede administrativa na Rua das Azaleias, nº. 257, Jardim Botânico, Município de Sinop – MT, **CEP n.º 78.556-088**, neste ato representado pelo senhor **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA**, **RG n.º 35405864-2 SSP/SP** e **CPF n.º 021.222.971-07**, doravante denominado de **CONTRATADO.** Resolvem celebrar o presente Termo aditivo de Prazo sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo a prorrogação da vigência do contrato nº. 034/2020 por mais 09 (Nove) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 – Fundamenta-se a alteração de prorrogação da vigência do Contrato nº. 034/2020 conforme artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E PREÇO

3.1 – O contrato fica prorrogado por mais 09 (Nove) meses, e vigorará da data de 30/09/2022 a 30/06/2023.

5. DO PREÇO

5.1. O valor dos serviços contratados é de **R$ 18.216,00 (Dezoito Mil, Duzentos E Dezesseis Reais)**, pago mensalmente em 09 (Nove) parcelas.

Item	Qtd.	Und.	Descrição	Valor Unt.	Valor Total
01	09	Mês	Gestão de **Portal Online** municipal (website) com plataforma de publicações de matérias e serviços do município	R$ 1.045,00	R$ 9.405,00
02	09	Mês	Gestão de **Ouvidoria** reclamações, denúncias, sugestões e elogios e **Carta de Serviços ao Cidadão**	R$ 979,00	R$ 8.811,00
			TOTAL ->	R$ 2.024,00	**R$ 18.216,00**
(Dezoito Mil, Duzentos E Dezesseis Reais).					

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos das dotações orçamentárias Vigente no Exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 - A Contratante providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

6.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº. 034/2020 firmado entre as partes, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (Três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos - MT, 30 de setembro de 2022.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
Vanderlei Antonio de Abreu
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI
CNPJ Sob o n° 14.728.004/0001-03
Marcos Paulo de Oliveira Silva
CONTRATADO

Matheus Ricardo Maccari
CPF 028.440.291-59
TESTEMUNHA

Cibele Winck
CPF 001.037.971-14
TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 054/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 054/2022

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 054/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **03.204.187/0001-33**, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n° 19, Centro, na cidade de Porto dos Gaúchos-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador do RG nº. **1173531-7 SSP/MT** e CPF n.º **893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino C. Dos Santos, Bairro da Creche, município de Porto dos Gaúchos – MT, CEP – 78.560-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **VANGUARDA INFORMATICA LTDA - EPP,** inscrita no **CNPJ** sob o nº **27.975.551/0001-27**, com sede ao Setor SCN – Setor Comercial Norte, quadra 04, Bloco B, nº 100, sala 1201, Parte B, Edificio Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasilia, Distrito Federal, CEP 70.714-900, neste ato, representada pela **Sr.(a) Felipe Gonçalves Nova da Costa**, inscrito no CPF/MF sob o nº **029.555.641-25**, e RG sob o n° **2.673.7142, SSP-DF** denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Porto dos Gaúchos, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO MODELO SMART TV, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT.** CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 054/2022** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.portodosgauchos.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Porto dos Gaúchos/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

LOTE 001 – AQUISIÇÃO DE TELEVISÃO						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
01	**SMART TV 50 POLEGADAS CRYSTAL UHD 50BU8000 2022, PAINEL DYNAMIC COLOR, DESIGN SLIM, TELA SEM LIMITES, ALEXA BUILT IN, CONTROLE REMOTO ÚNICO. RECURSOS DE CONHECIMENTO DE VOZ E QUE PERMITA CONEXÃO SEM FIO COM DISPOSITIVOS ANDROID E IOS PARA ESPELHAMENTO DE TELA COM SMARTPHONE, COMPUTADORES E TABLETS**	**UN**	**20**	**LG 50UQ801C**	**R$ 2. 261,42**	**R$ 45. 228,40**
VALOR TOTAL						**R$ 45. 228,40**
QUARENTA E CINCO MIL E DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS						

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.portodosgauchos.mt.gov.br.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail ou fax Pelo departamento de compras do no Município de Porto dos Gaúchos/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Porto dos Gaúchos /MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até **30 (Trinta)** dias após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Porto dos Gaúchos /MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feita Na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos -MT e seus departamentos, a partir do recebimento da Ordem de Compra, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a emissão e recebimento da mesma, e deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação da Ordem de Compra (OC), emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compra, no local indicado na mesma, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Praça Leopoldina, n° 19, Centro, ou outro local determinado pela mesma, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Compras, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e proposta de preços e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos art. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício corrente.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Porto dos Gaúchos-MT, 03 de Outubro de 2022.

Município de Porto dos Gaúchos/MT VANDERLEI ANTONIO DE ABREU *Prefeito Municipal* CONTRATANTE	**VANGUARDA INFORMATICA LTDA – EPP.** **CNPJ** sob o nº **27.975.551/0001-27** **Felipe Gonçalves Nova da Costa** Detentora da Ata
Jefferson Sabino Silva Alvarenga CPF 042.165.031-10 Testemunha	**Rodrigo Marques Domingos** CPF 034.976.041-19 Testemunha

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 173/2022 SPORTS MEDALHAS

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 173/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO: SPORTS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME.

CNPJ/CPF: Sob o n°. 10.584.558/0001-15.

OBJETO DO CONTRATO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 018/2022, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N°. 021/2022 "CARONA" - REALIZADA PELO (MUNICIPIO DE JUARA-MT), PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

DATA DO CONTRATO: 03 de outubro de 2022.

PUBLICAÇÃO: Outubro de 2022.

PRAZO DO CONTRATO: 03 de outubro de 2023.

PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 136/2022 E PREGÃO PRESENCIAL Nº. 072/2022.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 03/10/2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 017

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT CONVOCA os candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, no Paço Municipal da Prefeitura de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, e realizar exame médico admissional conforme Anexos II deste edital, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:

Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL "B" - MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL PAULO DE ALMEIDA COSTA

INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	POR.	MAT.	ESP.	TOTAL
1275	**TATIANE PEREIRA DE LIMA**	**APROVADO – C.R.**	**12,0**	**4,0**	**42,0**	**58,0**
1208	**ANA PAULA VIEIRA DA SILVA**	**CLASSIFICADO**	**4,0**	**4,0**	**42,0**	**50,0**

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Outubro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

v **(FOTOCÓPIAS)**

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

Ø TÍTULO DE ELEITOR

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Ø CARTEIRA DE TRABALHO

Ø PIS OU PASEP

Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO/ATESTADO E OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO)

Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DOS DEPENDENTES

v **OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO**

Ø RESERVISTA -

v **OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.**

Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

v **OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.

v **(ORIGINAIS)**

Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

Ø CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Ø COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

Ø DECLARAÇÃO DE BENS.

Ø DECLARAÇÃO QUE NÂO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Ø CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS DE PORTO DOS GAUCHOS

v **(INFORMAR)** Ø **CONTA BANCARIA E AGENCIA (PAGAMENTO DO SALARIO)** Ø **EMAIL** Ø **NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO**

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do servidor:_____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer:_____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

Observações: _____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ PORTO, _____/_____/_____.

A segunda via deste atestado.

Nome : _____ _____ _____

_____

Assinatura Servidor Carimbo e Assinatura Médico/CRM

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do Servidor:_____

Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa:_____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno:_____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso:_____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face_____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____Ap. Circ. Ausculta:_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário:_____

Coluna Vertebral_____

Membros_____

Sistema Nervoso_____

Exames Complementares

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 137/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESCPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS (MATERIAS) DA REDE DE ENERGIA LOCALIZADA NA RUA DONA ALVINA S/N, PRÓXIMO A UDR – UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO E LABORATÓRIO MUNICIPAL (EM CONSTRUÇÃO), PORTO DOS GAUCHOS – MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conformidade:---------- artigo 24**, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

Em conformidade com o artigo 24**, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor **Vanderlei Antônio de Abreu**, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

ELIZETE REIS DO NASCIMENTO.

inscrito no CNPJ sob n° **16.643.993/0001-50**

Valor total: **R$ 26.200,00 (VINTE E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos - MT, 03 de outubro de 2022.

.

Vanderlei Antônio de Abreu

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 137/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2022

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESCPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS (MATERIAS) DA REDE DE ENERGIA LOCALIZADA NA RUA DONA ALVINA S/N, PRÓXIMO A UDR – UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO E LABORATÓRIO MUNICIPAL (EM CONSTRUÇÃO), PORTO DOS GAUCHOS – MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conformidade:---------- artigo 24**, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Vanderlei Antônio de Abreu, em atendimento ao disposto no artigo 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14 **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 484/2022 de 12 de setembro de 2022

ELIZETE REIS DO NASCIMENTO

inscrito no CNPJ sob n° **16.643.993/0001-50**

Valor total: **R$ 26.200,00 (VINTE E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos - MT, 03 de outubro de 2022.

Vanderlei Antonio de Abreu

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Ad-

ministração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

OPERADOR DE MÁQUINAS (ECAVADEIRA HIDRAULICA)

Classificação	Nome	
01°	FRANCISNEI OLIVEIRA DE JESUS	SECRETARIA DE OBRAS
02º	JAMIL PIMENTEL BASTOS	SECRETARIA DE OBRAS

MOTORISTA DE CAMINHÃO

Classificação	Nome	
01°	JOÃO PAULO SILVA DE MORAES	SECRETARIA DE OBRAS

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos com CPF e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

MONITOR DE CRECHE			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	COLOCAÇÃO
SAULO RODRIGUES BASTOS	386057	64	45º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 072/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 072/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MONITOR DE CRECHE

Classificação	Nome	CPF
20º	Simone Almeida Lopes Santos	034.XXX.XXX-26

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 071/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 071/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR SEDE

Classificação	Nome	CPF
48º	MARRIZYS NADJA AZEVEDO VILELA	716. XXX.XXX-15

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Fi-

nal Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MOTORISTA (SEDE) – CNH CATEGORIA – D

Classificação	Nome	
04°	LEANDRO OLIMPIO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05º	VALDEMIR BARBOZA PEREIRA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

JURIDICO
DECRETO N.º 069/2022 HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

DECRETO N.º 0692022 Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

Homologa o resultado final da Avaliação de que trata a Lei Municipal n.º 1. 776/2015, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*;

CONSIDERANDO a redação do *caput* do artigo 5.º da Lei Municipal n.º 1. 776/2015, que determina a homologação do resultado final de desempenho do servidor em Estágio Probatório para aquisição de estabilidade;

DECRETA:

Art. 1.º Fica, neste ato, reconhecido pela Administração Pública Municipal de Poxoréu o cumprimento do interstício de 3 (três) anos exigidos na Lei Municipal n.º 1.776, de 09 de setembro de 2015, no efetivo exercício do cargo para os quais realizaram concurso público, **HOMOLOGANDO** o resultado da Comissão Especial de Estágio Probatório, consoante lista em anexo, que é parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Os servidores elencados no Anexo Único deste Decreto detêm, por intermédio deste ato, estabilidade, a partir da data em que completaram exatos 36 (trinta e seis) meses de exercício.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos individuais retroativos ao dia de homologação apresentado pela Comissão Especial.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 03/10/2022 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

DECRETO N.º 069, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

NOME	CARGO	SECRETARIA	DATA DE ADMISSÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO
Ana Kelly Rodrigues de Oliveira	Psicóloga	**Secretaria de Saúde**	20/09/2019	20/09/2022
Antônio Zeferino da Silva Neto	Motorista	**Secretaria de Obras**	23/09/2019	23/09/2022
Arlindinei Dutra Galvão	Motorista	**Secretaria de Saúde**	23/09/2019	23/09/2022
Maria Paula de Oliveira Silva Alves	Agente de Combates a Endemias	**Secretaria de Saúde**	30/09/2019	30/09/2022
Marcos Paulo Nunes Silva	Fiscal de Serviço Urbano	**Secretaria de Planejamento**	13/09/2019	13/09/2022

Sandro da Silva Santos	Motorista	**Secretaria de Saúde**	23/09/2019	23/09/2022
Warley Furtado Gomes	Motorista	**Secretaria de Obras**	30/09/2019	30/09/2022

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 073/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 073/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MONITOR DE CRECHE

Classificação	Nome	CPF
21º	**Jéssika Lorrane Santos Lemes**	**042.XXX.XXX-10**

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MOTORISTA (SEDE) – CNH CATEGORIA – D

Classificação	Nome	
02°	JOÃO JOCINEI FLORINDO DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03º	JULIO CESAR SANTOS DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MOTORISTA (DISTRITO DE PARAISO DO LESTE) – CNH CATEGORIA D

Classificação	Nome	
01°	EDIVALDO JOAQUIM DE SOUZA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de outubro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

RESERVA DO CABACAL, 03 de Outubro de 2022.

Licitação: **040/2022**

Aberta em 03/10/2022

RESUMO DO OBJETO: REFERENTE ACONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PLANTÃO MÉDICO AOS FINAIS DE SEMANAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve adjudicar ao proponente **LUCAS ITALO FERRARI SANTOS** parte do objeto da licitação, no valor de R$ **53.330,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS).**

COMISSÃO.

JULIA MELO FARIA CPF.: 061.111.211- 62 Cargo: Presidente da CPL PORTARIA: 021/2022 DE 02/02/2022	**JUCILENE GOMES TIZZO** CPF.: 041.564.271- 02 Cargo: Membro PORTARIA: 021/2022 DE 02/02/2022
THAIS APARECIDA SOUZA VALADÃO CPF.: 038.815.371-71 Cargo: Membro PORTARIA: 021/2022 DE 02/02/2022	**RAFAEL DOS REIS FARIAS** CPF.: 041.665.251-40 Cargo: Pregoeiro PORTARIA: 021/2022 DE 02/02/2022

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2022

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 03 de Outubro de 2022, às 08:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial Registro de Preço, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PLANTÃO MÉDICO AOS FINAIS DE SEMANAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

Tendo Como vencedora a empresa: **LUCAS ITALO FERRARI SANTOS.**

Reserva do Cabaçal-MT, 03 de Outubro de 2022.

RAFAEL DOS REIS FARIAS

CPF.: 041.665.251-40

Cargo: Pregoeiro

PORTARIA: 021/2022 DE 02/02/2022

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: EMPRESA L.C DE SOUZA FREITAS-ME

CNPJ Nº: 11.630.847/0001-76.

OBJETO: Contratação de Empresa para Confecção de Material Gráfico, como Carimbos, Envelopes, blocos e Etc.…, para. Atender todas as Secretarias Municipais de Reserva Do Cabaçal-MT.

VIGÊNCIA: 05 de Outubro de 2022 a 04 de Outubro de 2023.

VALOR GLOBAL: R$ 331.272,56 (Trezentos e Trinta e Um Mil, Duzentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LEI N°991/2022 DATA: 03 DE OUTUBRO DE 2022 "DECLARA E TRANSFORMA ÁREAS RURAIS EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N°991/2022

DATA: 03 DE OUTUBRO DE 2022

"DECLARA E TRANSFORMA ÁREAS RURAIS EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 4.055**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a **área de 58,1544 ha** (cinquenta e oito hectares, quinze ares e quarenta e quatro centiares), situada no **Lote nº 182** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município e com código do imóvel no SNCR nº 901.024.789.135-6, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 2º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 4.059**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a **área de 100,9698 ha** (cem hectares, noventa e seis ares e noventa e oito centiares), situada no **Lote nº 186** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 3º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 3.141**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a **área de 265,9258** (duzentos e sessenta e cinco hectares, noventa e dois ares e cinquenta e oito centiares) situada no **Lote nº 91** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município e com código do imóvel no SNCR nº 9511021063646, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 4º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 3.141**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a área de **98,7594 ha** (noventa e oito hectares, setenta e cinco ares e noventa e quatro centiares), situada no **Lote nº 90** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município e com código do imóvel no SNCR nº 9511537840959, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 5º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 3.141**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a área de **98,8509 ha** (noventa e oito hectares, oitenta e cinco ares e nove centiares), situada no **Lote nº 183** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município e com código do imóvel no SNCR nº 9510802128739, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 6º. Fica a área rural compreendida pela **matrícula nº 3.141**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ribeirão Cascalheira, com a área de **100,3866** (cem hectares, trinta e oito ares e sessenta e seis centiares), situada no **Lote nº 073** do Projeto de Assentamento Maria Tereza, neste município e com código do imóvel no SNCR nº 9999702207100, convertida em **ZONA DE EXPANSÃO URBANA** para todos os seus efeitos.

Art. 7º. A conversão de zoneamento a que se refere os artigos 1º a 6º desta lei se dará exclusivamente com o objetivo de possibilitar a implantação de LOTEAMENTO DE CHÁCARAS na área compreendida nas matrículas, em conformidade plena com a Lei nº 912/2021.

§1º. O loteamento de chácaras a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá imóveis com área igual ou superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados).

§2º. O loteamento de chácaras a que se refere o *caput* deste artigo independe da construção e fornecimento pelo Município de infraestrutura e serviços do saneamento básico.

§3º. Caberá ao loteamento, além do parcelamento do solo, a construção de áreas de lazer que abrangerá ao menos:

I. Portaria; **II.** Pergolados; **III.** Áreas de churrasco/quiosques; **IV.** Piscinas (02 adultas e 02 oásis); **V.** Pergolado molhado; **VI.** Quadras de esportes (02 quadras de futebol *society*, 01 quadra de vôlei e 01 quadra de tênis); **VII.** Praças; **VIII.** Lago de 08 (oito) hectares; **IX.** Trilhas; **X.** Vestiários e Banheiros; **XI.** Haras; e **XII.** Pista de motocross.

Art. 8º. É de responsabilidade do empreendimento a reserva de áreas para construção de logradouros e áreas públicas, a ser posteriormente definida por lei municipal específica.

Parágrafo único. A reserva de área a que se refere o *caput* deste artigo não exige do Município o asfaltamento das vias públicas que, eventualmente, vierem a ocupar o local, haja vista a natureza e característica do empreendimento.

Art. 9º. As áreas rurais convertidas em zonas de expansão urbana não se localizam em áreas onde não é permitido o parcelamento do solo, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei n. 6.766/1979.

Art. 10º. A declaração de zona de expansão urbana compreende unicamente o perímetro delimitado pelos imóveis descritos nos artigos 1º a 6º desta lei.

Art. 11º. As áreas destinadas nesta Lei para implantação de um Loteamento de Chácaras deverão respeitar as legislações específicas aplicáveis, bem como apresentar todos os projetos necessários para sua regularização perante o município.

Art. 12º. O Loteamento de Chácaras respeitará os trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, a serem eventualmente constatados em estudos realizados durante a fase de elaboração de projetos da área.

Art. 13º. Os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação de solo serão aqueles previstos na Lei 912/2021 e de acordo com projeto aprovado.

Art. 14º. Tendo em vista que a área de expansão urbana aqui delimitada será destinada a um loteamento de chácaras com metragem mínima de 500m², fica desde já assegurado o interesse social de habitação e turismo.

Art. 15º. O loteamento deverá assegurar a proteção ambiental e do patrimônio cultural da área que venha a ser constatado pelo Município ou pelo órgão competente.

Art. 16°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2022

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 07:30 horas do dia 18 de Outubro de 2022, estará abrindo o pregão presencial, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT.** O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site www.**prefeiturarc.com.br ou no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com ou com** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo no endereço Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro - Ribeirão Cascalheira-MT ou através do telefone (66) 3489- 1838 durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira.

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 **de Outubro de 2022**

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

LEI N°992/2022 DATA: 03 DE OUTUBRO DE 2022. "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R$ 1.300.000,00 (UM MILHAO E TREZENTOS MIL

LEI N°992/2022

DATA: 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R$ 1.300.000,00 (UM MILHAO E TREZENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de até R$ 1.300.000,00 (Um Milhao e Trezentos mil reais), nos termos do Artigo 41, Inciso I da Lei Federal n.º 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no Orçamento vigente para o presente exercício de 2022, a serem detalhadas mediante decreto de acordo com sua utilização.

Art. 2º. Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2021 do Fundo Municipal de Previdência Social Servidores Públicos de Ribeirão Cascalheira, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei n.º 4.320/64.

Parágrafo único. Fará parte da presente Lei o Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício de 2021 do Fundo Municipal de Previdência Social Servidores Públicos de Ribeirão Cascalheira.

Art.3º. As suplementações decorrentes desta Lei serão efetivadas através de Decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 08:00 horas do dia 04 de Outubro de 2022, estará abrindo o pregão eletrônico com início de recebimento de propostas de preços, o qual possui a finalidade de registrar preços para futura e eventual aquisições de materiais permanentes, para tender a secretária municipal de saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. Sendo o início da sessão de disputa de preços no dia 17 de Outubro de 2022 as 08:20 horas.

O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br, no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com **com** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo no endereço Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro - Ribeirão Cascalheira-MT ou através do telefone (66) 3489- 1838 durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira.

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 de Outubro de 2022.

GUSTAVO TIAGO DE QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

Sistema de Registro de Preços

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe que tem por objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de micro-ônibus com capacidade para 34 passageiros, atendendo as necessidades da secretaria municipal de assistência social. Sagrou-se vencedora do certame a empresa: MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI, CNPJ: 07.838.209/0001-78, R$ 572. 000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais).

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 de Outubro de 2022.

GUSTAVO TIAGO DE QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro nomeado pela Portaria n. 020/2021, vem a público informar o resultado do Pregão Presencial n. 29/2022, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CASCALHO DE JAZIDA LEGALIZADA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, realizada no dia 16 de Setembro e 03 de Outubro de 2022 às 07h:30min, foi considerada deserta, face a ausência de interessados.

PUBLIQUE-SE

Ribeirão Cascalheira/MT, 03 de Outubro de 2022.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°83-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA ``BRENO REIS & MARCO VIOLA´´ EM COMEMORAÇÃO 35º FESTIVAL DE PRAIA DAS EMBAÚBAS MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE-MT,

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 11/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **DINIZ ENTRETENIMENTO LTDA**, inscrita no CPF n° 14.241.577/0001-08 ;

DATA DA ASSINATURA: 20 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°84-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS CEL. ORLANDO DE SOUZA LOPES (COHAB JOÃO DE BARRO) E HIGINO RAMOS DA CRUZ (COHAB BENEDITO BARRETO VILA STA. IZABEL) NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **DIVALDO BISPO DA CRUZ** , inscrita no CPF n° 26.971.596/0001-60;

DATA DA ASSINATURA: 28 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00
Pessoal Ativo	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	96.691,13	99.608,25	95.341,83	90.948,92	121.871,83	108.002,75	111.196,26	115.783,09	111.196,26	109.785,80	111.522,54	111.394,60	1.283.343,26	
Obrigações Patronais	17.533,22	20.046,16	18.104,09	18.050,30	25.229,09	23.422,21	22.873,42	26.286,95	26.791,75	26.594,29	25.834,11	28.717,20	279.482,79	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	75.440.638,73	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	75.440.638,73	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.562.826,05	2,07
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.526.438,32	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.300.116,40	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.073.794,49	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022

Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO:00828626138 Date: 2022.10.03 11:29:16 AMT Perfil: Titular do Poder Legislativo Instituição: Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 89/2022/LICITAÇÃO

De 08 de Setembro de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **ANA CLAUDIA PRADO GOSME**servidora lotada na Secretaria de Municipal de. Governo para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 82/2022	RADUAN DO AMARAL GUBERT 05866358158	24.091.471.0001-10	AQUISIÇÃO DE TABUAS ARTESANAIS PERSONALIZADAS ATENDENDO ASSIM A SOLICITAÇÃO	08/09/2022 A 31/12/2022
			DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT.	

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 08 de setembro de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00

Pessoal Ativo	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	96.691,13	99.608,25	95.341,83	90.948,92	121.871,83	108.002,75	111.196,26	115.783,09	111.196,26	109.785,80	111.522,54	111.394,60	1.283.343,26	
Obrigações Patronais	17.533,22	20.046,16	18.104,09	18.050,30	25.229,09	23.422,21	22.873,42	26.286,95	26.791,75	26.594,29	25.834,11	28.717,20	279.482,79	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.224,35	119.654,41	113.445,92	108.999,22	147.100,92	131.424,96	134.069,68	142.070,04	137.988,01	136.380,09	137.356,65	140.111,80	1.562.826,05	0,00

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	75.440.638,73	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	75.440.638,73	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.562.826,05	2,07
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.526.438,32	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.300.116,40	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.073.794,49	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	**Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)**											
	2021	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO:00828626138 Date: 2022.10.03 11:29:16 AMT Perfil: Titular do Poder Legislativo Instituição: Câmara de Vereadores de Rosário Oeste - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 83/2022/LICITAÇÃO

De 26 de Agosto de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **KARLA DO NASCIMENTO STRACK**servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Saúde para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	**Contratada**	**CNPJ**	**Objeto**	**Data de vigência**
CONTRATO N° 74/2022	WN DIAGNOSTICA	09.100.467/0001-88	SOLICITAÇÃO REFERENTE A MATERIAIS PARA LABORATORIO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.	26/08/2022 Á 26/11/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 26 de agosto de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 84/2022/LICITAÇÃO

De 29 de Agosto de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **FLAVIA PEREIRA DE SOUZA**servidora lotada na Secretaria de Municipal de. Governo para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	**Contratada**	**CNPJ**	**Objeto**	**Data de vigência**
CONTRATO N° 75/2022	YOUNES A.M. YOUNES	37.486.628/0001-59	AQUISIÇÃO DE RÉGUAS PERSONALIZADAS ATENDENDO ASSIM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNI-	29/08/2022 Á 31/12/2022

	E CIA LTDA		CIPAL DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT.	

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 29 de agosto de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 81/2022/LICITAÇÃO

De 08 de Agosto de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **EUDESIO DA SILVA**servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Agricultura para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 65/2022	JDS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	29.570.530/0001-57	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTA PARA ATENDER A PREFEITURA DE ROSÁRIO OESTE/MT.	08/08/2022 À 08/08/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 08 de agosto de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 82/2022/LICITAÇÃO

De 29 de Agosto de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **GIAN MARCELO TALARICO**servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Infraestrutura para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 73/2022	JM CONSTRUTORA	46.413.630/0001-99	SOLICITAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE ASSENTAMENTO DE 30 METROS DE MANILHA. PARA GRANDES ÁREAS COM GRANDES VOLUMES DE ÁGUA. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	29/08/2022 À 31/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 29 de agosto de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°85-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO DICLORO (CLORO HCL 60 GRANULADO FINO) DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO TENDO FINALIDADE DE ATENDER AOS PARÂMETRO FÍSICO E QUÍMICO DA AGUA DESEJÁVEL PARA O CONSUMO HUMANO.,

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **SAMEN COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** , inscrita no CPF n° 28.977.441/0001-67;

DATA DA ASSINATURA: 29 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 85/2022/LICITAÇÃO

De 30 de Agosto de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **SIDNEY BENEDITO MALHEIROS**servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Educação para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 76/2022	ALLEGRATUR AGENCIA DE VIAGENSE TURISMO LTDA	19.627.377/0001-01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT E SUAS SECRETARIAS.	30/008/2022 À 30/11/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 30 de agosto de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 86/2022/LICITAÇÃO

De 06 de Setembro de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **JOSÉ AUGUSTO MARQUES** servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Educação para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 81/2022	**CYAN PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMATICA EIRELI-EPP**	20.357366/0001-20	ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO– MT PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, E BRINQUEDOS PEDAGOGICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDAES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE-MT	06/09/2022 Á 31/12/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 06 de setembro de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 87/2022/LICITAÇÃO

De 02 de Setembro de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **ODNEY MARTINS**servidor lotado na Secretaria de Municipal de. Infraestrutura para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 77/2022	ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME	14.050.302/0001-89	ADESÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT-CARONA 04/2022	02/09/2022 Á 31/12/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 02 de setembro de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA N° 88/2022/LICITAÇÃO

De 06 de Setembro de 2022

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR: **GREICIANE ADRIANA ARRUDA SANTOS**servidora lotada na Secretaria de Municipal de. Saúde para atuar como Fiscal de Contrato no (s) seguinte (s) instrumento (s):

Contrato nº / Ata nº	Contratada	CNPJ	Objeto	Data de vigência
CONTRATO N° 80/2022	MEDSERV-MT SERVICOS E MANUTENÇÕES	42.383.212/0001-45	AQUISIÇAO DE UM MICROSCÓPIO BINOCULAR NIKON E200, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAUDE DE ROSARIO OESTE - MT	06/09/2022 Á 31/12/2022

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando efeitos contrários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se

Rosário Oeste/MT 06 de setembro de 2022

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, de 15 de Setembro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
AGUINALDO GREGORIO MASCHIETTO	024.901.068-21	1096 /00006/2022
LEANDRO REUTER DE MIRANDA	545.362.271-72	1096 /00012/2022
LEANDRO REUTER DE MIRANDA	545.362.271-72	1096 /00013/2022

Data de afixação: Data de desafixação:

15/09/2022

30/09/2022

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**A Prefeitura Municipal de Santa Rita do

Trivelato/MT torna público que no **dia 17 de outubro de 2022 às 09h00-min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT),** estará recebendo propostas, para abertura às**,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 04 de outubro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0417/2022

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOAO FRANCISCO BATISTELA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor JOAO FRANCISCO BATISTELA, inscrito na matrícula sob o nº 2579, no período de 05/10/2022 a 19/10/2022, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 01/01/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE OUTUBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO Nº 02

RETIFICAÇÃO nº 02

Retifica-se a publicação da retificação do Edital nº 001/2021 Contribuição de Melhoria publicada em 30 de julho de 2021, por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, 2.201, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78453-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EGON HOEPERS, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto na Constituição Federal, art. 145, inciso III, no art. 82 do Código Tributário Nacional, no Decreto-Lei Federal 195/67, no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 62/2014), faz saber a quem possa interessar, tornando público a pavimentação asfáltica dos logradouros a seguir citados e o **EDITAL DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**, para fazer face ao custo dos valores totais para as obras de pavimentação asfáltica, conforme descrito abaixo nas seguintes vias públicas desta cidade:

1 – DA ZONA BENEFICIADA – Serão beneficiadas pelas obras de pavimentação asfáltica, os imóveis urbanos localizados nas seguintes ruas e avenidas:

1. Rua Luiz Pedroso (Entre A Rua Marta Krindges. e a Avenida Magester) 2. Rua Marta Krindges. (Entre A Rua Luiz Pedroso E A Avenida Matrinxa) 3. Avenida Flavio Luiz (Entre A Rua Adenir Antonio Scarton E A Rua Anilo Weschenfelder). Lado Direito 4. Avenida Flavio Luiz (Entre A Rua Adenir Antonio Scarton E A Rua Anilo Weschenfelder). Lado Esquerdo 5. Rua Projetada 2 (Entre A Rua Peque E A Avenida Flavio Luiz) 6. Rua Projetada 1 (Entre A Rua Adenir Antônio Scarton E A Rua Projetada 2) 7. Rua Adenir A. Scarton (Entre a Avenida Flavio Luiz e Rua da Concha). 8. Rua Projetada 01 (entre a Rua anilo weschenfelder e a Rua Adenir Antonio Scarton 9. Rua Projetada 02 (entre a Rua Anilo Weschenfelder e a Rua Adenir Antonio Scarton

2 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO/OBRA

2.1. Os memoriais que compõem os projetos técnicos das obras descrevem normas para a execução dos serviços de drenagem, meio-fio, pavimentação e sarjetas, em vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra.

2.2. A descrição individual dos serviços encontra-se nos respectivos memoriais descritivos do projeto executivo de pavimentação.

3 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis localizados nas zonas beneficiadas descritas nos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 e 1.9. deste edital.

4 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO TOTAL DA OBRA – O custo total para a realização das obras de pavimentação asfáltica nas ruas indicadas nos itens 1., 2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 e 1.9. deste edital, será de **R$ 754.880,87** (**setecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos**.), com **21.603,56 m2** (**vinte e um mil seiscentos e três metros quadrados e cinquenta e seis centímetros.**) de área pavimentada.

conforme quadro a seguir:

5 – DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização imobiliária.

5.1. A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra, computadas as despesas de custo de base e sub-base, materiais, mão de obra e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência devidamente atualizadas na data do lançamento.

5.2. Em atenção à alínea "c" do art. 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, os contribuintes beneficiados com as obras de pavimentação asfáltica arcarão com o equivalente a até 100,00% (cem por cento) do custo total da obra.

6 – DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO - O fator de absorção do benefício, para as zonas diretamente atingidas será proporcional a valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra e o **valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel.**

7 - DO SISTEMA DE RATEIO – A Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio do percentual de até 100,00% (cem por cento) do custo total da obra definido no item 4, pelos imóveis situados diretamente na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de absorção.

8 - DO LANÇAMENTO EM FACE DA PARCELA DE OBRA CONCLUIDA – A contribuição de melhoria poderá ser lançada em razão de parcelas de obras concluídas e que já tenham produzido a valorização do imóvel.

9 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O contribuinte poderá recolher o valor da contribuição de melhoria nas condições previstas na Lei Complementar Municipal nº 062/2014.

10 – DA OPÇÃO DE PAGAMENTO - O contribuinte poderá optar por efetuar o pagamento da contribuição de melhoria de acordo com os prazos e condições previstos na Lei Complementar Municipal nº 062/2014.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes neste edital.

11.1. A impugnação deverá ser dirigida ao Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, através de petição escrita e documentação comprobatório do alegado, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra, inexistência de valorização imobiliária, valor da contribuição de melhoria e número de prestações.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Finanças no endereço supra.

12.1 - São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

- Anexo I - Memoriais Descritivos da Obra;

- Anexo II – Relação dos imóveis beneficiados;

- Anexo III - Croqui da delimitação da Zona Beneficiada;

- Anexo IV - Planilha de Custo Total da Obra;

O presente Edital e seus anexos, após sua publicação, estarão afixados no mural do Paço Municipal e à disposição dos interessados na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, no horário de 09h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de julho de 2021

Registre-se, Publique-se.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

ROGÉRIO APARECIDO ARAUJO

Secretário Municipal de Finanças e Tributação

Certifico que este Edital foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de
MARLENE CORREIA CARNELOCCI
Secretário Municipal de Administração

001/2021 correta			EDITAL CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS		
BAIRRO	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO		RUA / AVENIDA
JARDIM MOROCÓ	A.M.	14	METODO DES. URBANO E EMP. IMOBILIARIOS	560	LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	15	METODO DES. URBANO E EMP. IMOBILIARIOS	600	LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	16	MIGUEL DOMINGOS DA SILVA	600	LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	17	BERNARDINO GARCIA DA ROSA	600	LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	1	**MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**		LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	1	**IGREJA BATISTA NACIONAL BETEL**	1.440	LUIZ PEDROSO
JARDIM MOROCÓ	A.M.	1	**MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**	1.440	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	A.M.	1	**IGREJA BATISTA NACIONAL BETEL**	1.440	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	A.M.	2	DOMINGOS FERRON	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	A.M.	3	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	B M	1	IVANDRO ALTHAUS	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	B M	2	EDEMAR HOFFMANN	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	B M	3	JENNYFFER MYKAELLI SANTOS DE OLIVEIRA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	B M	4	NORA AMAURI MANICA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	B M	5	NORA AMAURI MANICA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	C M	1	NELI TEREZINHA DE OLIVEIRA BITENCOURT	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	C M	2	IRISMAR MARIA DA SILVA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	C M	3	JUSCEMAR ANTONIO DEVENZ	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	C M	4	JOSE CEDENIR DE OLIVEIRA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	C M	5	ARIANA BARBARA PAIO ANTUNES	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	D M	1	EDSON WACHHOLZ	480	MARTA KRINDGES

JARDIM MOROCÓ	D M	2	ADRIANO LUIZ CECCHIN	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	D M	3	ELIZABETH ELZA DOS SANTOS	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	D M	4	SUZANA DA SILVA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	D M	5	MIGUEL BATISTELLA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	E M	13	DILAIR MENDES DE ALMEIDA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	E M	14	TATIANE CRISTINA BATISTELLA	480	MARTA KRINDGES
JARDIM MOROCÓ	E M		MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		MARTA KRINDGES
CHACARA	000	42	**ROGERIO DAL SANTO**	9.000	AVENIDA FLAVIO LUIZ
CHACARA	000	42	**ROGERIO DAL SANTO**	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	41	FERNANDO DAL SANTO	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	40	JUCELITO DAL SANTO	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	39	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	38	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	37	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	36	DIETER MATSCHINSKE	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	35	ADILSON MATSCHINSKE	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	34	DIETER MATSCHINSKE	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	33	HUGO HENRIQUE GARCIA	10.800	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	38	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA PROJETADA 01
CHACARA	000	38	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA PROJETADA 02
LOTE RURAL Nº 33			MIGUEL BATISTELLA		AVENIDA MAGESTER
CHACARA	000	17	**CLOVIS HEUSNER**	10.800	RUA DAS CONCHAS
CHACARA	000	17	**CLOVIS HEUSNER**	10.800	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	001	18	ILARIO DALCIR SEIBEL	11.430,69	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	002	19	ILARIO DALCIR SEIBEL	11.430,69	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	003	20	ILARIO DALCIR SEIBEL	11.843,86	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	004	21	FRANCISCO BASSANI	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	005	22	PAULO ROBERTO ROWEDER	8.460	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	006	23	PAULO ROBERTO ROWEDER	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	007	24	PAULO ROBERTO ROWEDER	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	008	25	DIEGO ALMIR ROWEDER	9.000	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	**009**	**26**	PAULO ROBERTO ROWEDER	8.460,00	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
CHACARA	000	01-A	ROSARINO GREGORIO DE ALMEIDA	1.550	RUA DAS CONCHAS
CHACARA	000	001A	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA DAS CONCHAS
CHACARA	000	01	ROSARINO GREGORIO DE ALMEIDA	660	RUA DAS CONCHAS
CIDADE ALTA	22		MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		RUA DAS CONCHAS
LOTE RURAL Nº 31			MIGUEL BATISTELLA	area em ha.	RUA DAS CONCHAS
CONJ.HAB.TELES PIRES	C		MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 02
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	8	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 02
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	16	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 02
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	8	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 02
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	16	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 02
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	8	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	7	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	6	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	5	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	4	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	3	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	2	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	B	1	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	16	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	15	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	14	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	13	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	12	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	11	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	10	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	9	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		PROJETADA 01
CONJ.HAB.TELES PIRES	C		MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	8	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	7	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	6	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	5	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	4	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	3	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	2	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ
CONJ.HAB.TELES PIRES	A	1	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO		AV FLAVIO LUIZ

			1	PROJETADA 02
			2	PROJETADA 01
			3	AV FLAVIO LUIZ
			4	LUIZ PEDROSO
			5	MARTA KRINDGES
			6	RUA DAS CONCHAS

			7	RUA ADENIR ANTONIO SCARTON
			8	RUA PROJETADA 01/CHACARA
			9	RUA PROJETADA 02/CHACARA

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2022, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2022 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, AQUISIÇÃO DE MALA ESCOLAR COM CARRINHO: MALA DE DUAS PARTES, FRENTE E COSTA. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

empresa **AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES LTDA CNPJ: 21.136.749/0001-30**, estabelecida na **RUA FREI LÍVIO PANIZZA**, N° 155, bairro **CIDADE INDUSTRIAL,** na cidade de CURITIBA/PR, **e-mail: comercial@aquarelaconfeccoes.com.br**

ITENS E VALORES ADQUIRIDOS:

	A PREFEITURA				
Item	**Descrição**	**Uni.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
02	**MALA ESCOLAR COM CARRINHO: MALA EM DUAS PARTES, FRENTE E COSTA, FRENTE CONFORMADA EM COR PREDOMINANTE PANTONE 19-4010 TPX E CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP LOSANGO TRIPLO NA COR PANTONE 19-4010 TPX, PARTE INTERNA EM HELENCIA LIGHT NACOR PATONE 17-4427, NA PARTE FRONTAL DEVERÁ SER APLICADO EM PROCESSO DE SILKSGREEN SUAS PARTES FORNECIDAS PELA SECRETARIA. A MOCHILA SERÁ ACOPLADA AO CARRIRO ATRAVES DE 05 REBITES, QUE SERA FIXADA NA BASE DO CARRINHO ATRAVES DE ENCAIXE DE TRÊS REBITES.**	Uni	55	R$ 152,00	R$ 8.360,00
TOTAL					**R$ 8.360,00**

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de outubro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 15 de Setembro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
RODOMAQ CONSTRUTORA LTDA	03.114.543/0001-28	1096/00030/2022
ROGERIO DAL SANTO	496.792.100-06	1096/00026/2022
ROGERIO DAL SANTO	496.792.100-06	1096/00027/2022

Data de afixação: Data de desafixação:

15/09/2022

30/09/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº1610, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº1610, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Decreta luto oficial no Município de Santa Terezinha em virtude do falecimento da senhora **MARIA FERREIRA DE ALMEIDA**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial, por três dias, contados a partir desta data, no Município de Santa Terezinha, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da senhora **MARIA FERREIRA DE ALMEIDA.**

Art. 2º Sendo ponto facultativo dia 04/10/2022 até 12:00 (meio dia), para os servidores lotados no prédio principal da Prefeitura, retornando as atividades normais às 14:00 horas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 03 de outubro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
4º BIMESTRE RREO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.587.396,00	29.598.108,25	6.095.478,20	20,59	23.887.690,88	80,71	5.710.417,37
RECEITAS CORRENTES	23.057.396,00	25.705.600,04	6.095.478,20	23,71	20.597.905,85	80,13	5.107.694,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.743.914,00	2.111.225,04	885.562,09	41,95	1.467.904,03	69,53	643.321,01
Impostos	1.710.714,00	1.947.650,76	796.203,80	40,88	1.365.098,09	70,09	582.552,67
Taxas	33.200,00	163.574,28	89.358,29	54,63	102.805,94	62,85	60.768,34
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.221.300,00	2.221.300,00	193.674,21	8,72	735.471,86	33,11	1.485.828,14
Contribuições Sociais	1.984.200,00	1.984.200,00	161.883,82	8,16	617.027,74	31,10	1.367.172,26
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.100,00	237.100,00	31.790,39	13,41	118.444,12	49,96	118.655,88
RECEITA PATRIMONIAL	189.000,00	189.000,00	499.927,81	264,51	750.983,89	397,35	-561.983,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	189.000,00	189.000,00	499.927,81	264,51	750.983,89	397,35	-561.983,89
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	11.612,66	14,52	46.968,32	58,71	33.031,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.500,00	1.500,00		0,00		0,00	1.500,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	78.500,00	78.500,00	11.612,66	14,79	46.968,32	59,83	31.531,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.809.482,00	21.090.375,00	4.502.103,94	21,35	17.589.469,97	83,40	3.500.905,03
Transferências da União e de suas Entidades	9.901.443,28	10.452.912,68	2.125.748,56	20,34	8.888.870,27	85,04	1.564.042,41
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.010.838,72	8.740.262,32	2.059.607,85	23,56	7.420.664,61	84,90	1.319.597,71
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.896.200,00	1.896.200,00	316.747,53	16,70	1.279.935,09	67,50	616.264,91
Transferências do Exterior							
Outras Transferências	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.700,00	13.700,00	2.597,49	18,96	7.107,78	51,88	6.592,22
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.600,00	7.600,00		0,00		0,00	7.600,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.100,00	4.100,00	2.597,49	63,35	7.107,78	173,36	-3.007,78
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		0,00		0,00	2.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.530.000,00	3.892.508,21	0,00	0,00	3.289.785,03	84,52	602.723,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00		0,00		0,00	30.000,00
Alienação de Bens Móveis	30.000,00	30.000,00		0,00		0,00	30.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	3.862.508,21	0,00	0,00	3.289.785,03	85,17	572.723,18
Transferências da União e de suas Entidades	1.105.994,64	1.406.685,80	0,00	0,00	671.136,90	47,71	735.548,90
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	394.005,36	2.455.822,41	0,00	0,00	2.618.648,13	106,63	-162.825,72
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.879.800,00	1.879.800,00	217.717,95	11,58	810.498,87	43,12	1.069.301,13
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.467.196,00	31.477.908,25	6.313.196,15	20,06	24.698.189,75	78,46	6.779.718,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	26.467.196,00	31.477.908,25	6.313.196,15	20,06	24.698.189,75	78,46	6.779.718,50
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	26.467.196,00	31.477.908,25	6.313.196,15	20,06	24.698.189,75	78,46	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.808.544,23			1.808.544,23		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.808.544,23			1.808.544,23		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.463.569,43	29.115.547,19	4.949.975,01	24.422.124,83	4.693.422,36	6.667.419,55	21.536.386,63	7.579.160,56	20.421.013,68	
DESPESAS CORRENTES	19.503.697,43	22.125.802,25	4.646.536,31	18.768.620,25	3.357.182,00	4.955.456,98	17.832.622,03	4.293.180,22	17.281.970,64	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.648.480,27	10.932.669,76	2.453.456,62	9.144.357,46	1.788.312,30	2.453.521,60	9.144.227,50	1.788.442,26	9.071.727,81	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	0,00			0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.831.217,16	11.193.132,49	2.193.079,69	9.624.262,79	1.568.869,70	2.501.935,38	8.688.394,53	2.504.737,96	8.210.242,83	
DESPESAS DE CAPITAL	3.030.172,00	6.065.044,94	303.438,70	5.653.504,58	411.540,36	1.711.962,57	3.703.764,60	2.361.280,34	3.139.043,04	
INVESTIMENTOS	2.871.172,00	5.966.044,94	303.438,70	5.569.504,58	396.540,36	1.697.390,31	3.646.977,66	2.319.067,28	3.082.256,10	
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00			0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	154.000,00	99.000,00	0,00	84.000,00	15.000,00	14.572,26	56.786,94	42.213,06	56.786,94	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	929.700,00	924.700,00			924.700,00			924.700,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.051.626,57	1.091.793,72	217.527,85	844.263,98	247.529,74	217.527,86	844.263,98	247.529,74	740.091,13	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.515.196,00	30.207.340,91	5.167.502,86	25.266.388,81	4.940.952,10	6.884.947,41	22.380.650,61	7.826.690,30	21.161.104,81	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	24.515.196,00	30.207.340,91	5.167.502,86	25.266.388,81	4.940.952,10	6.884.947,41	22.380.650,61	7.826.690,30	21.161.104,81	
SUPERÁVIT (XIII)							2.317.539,14		3.537.084,94	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	24.515.196,00	30.207.340,91	5.167.502,86	25.266.388,81		6.884.947,41	24.698.189,75		24.698.189,75	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.879.800,00	1.879.800,00	217.717,95	11,58	810.498,87	43,12	1.069.301,13
RECEITAS CORRENTES	1.879.800,00	1.879.800,00	217.717,95	11,58	810.498,87	43,12	1.069.301,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.879.800,00	1.879.800,00	161.964,43	8,62	614.525,25	32,69	1.265.274,75
Contribuições Sociais	1.879.800,00	1.879.800,00	161.964,43	8,62	614.525,25	32,69	1.265.274,75
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			55.753,52		195.973,62		-195.973,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes			55.753,52		195.973,62		-195.973,62
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.051.626,57	1.091.793,72	217.527,85	844.263,98	247.529,74	217.527,86	844.263,98	247.529,74	740.091,13	
DESPESAS CORRENTES	1.051.626,57	1.091.793,72	217.527,85	844.263,98	247.529,74	217.527,86	844.263,98	247.529,74	740.091,13	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.029.026,57	1.064.753,26	217.527,85	817.223,52	247.529,74	217.527,86	817.223,52	247.529,74	713.050,67	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.600,00	27.040,46	0,00	27.040,46	0,00	0,00	27.040,46	0,00	27.040,46	
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.463.569,43	29.115.547,19	4.949.975,01	24.422.124,83	96,66	4.693.422,36	6.667.419,55	21.536.386,63	96,23	7.579.160,56	
Legislativa	1.065.396,00	1.054.896,00	160.405,60	704.108,14	2,79	350.787,86	171.097,68	683.332,75	3,05	371.563,25	
Ação Legislativa	1.065.396,00	1.054.896,00	160.405,60	704.108,14	2,79	350.787,86	171.097,68	683.332,75	3,05	371.563,25	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	3.491.227,00	3.782.033,59	772.196,74	3.406.423,83	13,48	375.609,76	844.753,12	3.118.478,16	13,93	663.555,43	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	2.135.092,00	2.133.327,24	461.414,80	1.960.636,45	7,76	172.690,79	496.492,84	1.839.361,13	8,22	293.966,11	
Administração Financeira	1.200.135,00	1.405.755,84	268.497,76	1.208.612,22	4,78	197.143,62	285.376,10	1.110.172,87	4,96	295.582,97	
Controle Interno	131.000,00	112.924,51	42.284,18	107.149,16	0,42	5.775,35	42.284,18	107.149,16	0,48	5.775,35	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	25.000,00	130.026,00	0,00	130.026,00	0,51	0,00	20.600,00	61.795,00	0,28	68.231,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.305.500,00	1.443.170,38	262.541,38	1.236.573,01	4,89	206.597,37	295.365,86	1.163.731,17	5,20	279.439,21	
Assistência ao Idoso	55.565,00	11.406,47	5.257,81	6.906,47	0,03	4.500,00	4.858,48	6.507,14	0,03	4.899,33	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.267,00	151.834,22	23.516,34	114.158,81	0,45	37.675,41	25.253,15	106.509,39	0,48	45.324,83	
Assistência Comunitária	106.147,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
FU08 - Administração Geral	983.521,00	1.277.929,69	233.767,23	1.115.507,73	4,41	162.421,96	265.254,23	1.050.714,64	4,69	227.215,05	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	1.121.300,00	1.126.300,00	179.206,50	631.659,98	2,50	494.640,02	143.298,34	595.229,82	2,66	531.070,18	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	891.000,00	896.000,00	125.641,26	524.681,50	2,08	371.318,50	125.641,26	524.681,50	2,34	371.318,50	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	230.300,00	230.300,00	53.565,24	106.978,48	0,42	123.321,52	17.657,08	70.548,32	0,32	159.751,68	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	5.273.188,43	7.016.942,09	1.135.062,37	6.213.917,62	24,59	803.024,47	1.432.319,42	5.760.178,48	25,74	1.256.763,61	
Atenção Básica	2.583.701,00	4.661.691,47	989.590,40	4.251.554,44	16,83	410.137,03	1.153.780,02	4.180.430,71	18,68	481.260,76	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	775.089,00	480.013,06	42.625,31	390.746,40	1,55	89.266,66	74.449,74	368.540,10	1,65	111.472,96	
Suporte Profilático e Terapêutico	253.230,94	261.384,88	12.344,83	205.692,22	0,81	55.692,66	12.344,83	205.692,22	0,92	55.692,66	
Vigilância Sanitária	50.566,00	49.566,00	752,00	752,00	0,00	48.814,00	752,00	752,00	0,00	48.814,00	
Vigilância Epidemiológica	127.230,00	75.098,66	0,00	59.679,63	0,24	15.419,03	0,00	59.679,63	0,27	15.419,03	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.483.371,49	1.489.188,02	89.749,83	1.305.492,93	5,17	183.695,09	190.992,83	945.083,82	4,22	544.104,20	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.593.620,00	5.091.556,67	1.144.575,85	4.243.249,70	16,79	848.306,97	1.187.933,70	4.153.063,09	18,56	938.493,58	
Ensino Fundamental	2.977.020,00	2.424.970,48	507.977,56	2.149.448,97	8,51	275.521,51	537.675,88	2.106.798,91	9,41	318.171,57	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.233.800,00	2.346.181,03	575.433,00	1.807.524,55	7,15	538.656,48	577.756,07	1.805.087,62	8,07	541.093,41	
Educação de Jovens e Adultos	45.900,00	6.747,50	6.747,50	6.747,50	0,03	0,00	6.747,50	6.747,50	0,03	0,00	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	336.900,00	313.657,66	54.417,79	279.528,68	1,11	34.128,98	65.754,25	234.429,06	1,05	79.228,60	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	110.000,00	329.040,39	95.987,87	320.040,39	1,27	9.000,00	145.350,39	320.040,39	1,43	9.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	70.000,00	3.390,00	0,00	3.390,00	0,01	0,00	0,00	3.390,00	0,02	0,00	
Difusão Cultural	10.000,00	307.725,87	88.518,87	303.225,87	1,20	4.500,00	137.525,87	303.225,87	1,35	4.500,00	
FU13 - Administração Geral	30.000,00	17.924,52	7.469,00	13.424,52	0,05	4.500,00	7.824,52	13.424,52	0,06	4.500,00	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.756.691,00	4.036.327,04	398.514,51	3.543.512,24	14,02	492.814,80	1.381.396,35	2.553.169,84	11,41	1.483.157,20	
Infra-Estrutura Urbana	202.043,00	2.070.169,92	0,00	1.880.334,96	7,44	189.834,96	939.383,24	939.383,24	4,20	1.130.786,68	
Serviços Urbanos	566.745,00	599.065,87	136.881,28	446.867,62	1,77	152.198,25	142.839,28	437.867,62	1,96	161.198,25	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	987.903,00	1.367.091,25	261.633,23	1.216.309,66	4,81	150.781,59	299.173,83	1.175.918,98	5,25	191.172,27	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	418.000,00	299.166,70	78.409,12	293.263,16	1,16	5.903,54	88.745,14	292.238,96	1,31	6.927,74	
Saneamento Básico Rural	110.000,00	17.400,00	0,00	17.000,00	0,07	400,00	0,00	17.000,00	0,08	400,00	
Saneamento Básico Urbano	244.000,00	192.935,54	56.698,54	191.661,54	0,76	1.274,00	64.986,16	191.661,54	0,86	1.274,00	
FU17 - Administração Geral	64.000,00	88.831,16	21.710,58	84.601,62	0,33	4.229,54	23.758,98	83.577,42	0,37	5.253,74	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	15.000,00	504,00	504,00	504,00	0,00	0,00	504,00	504,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	0,00				0,00				0,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	504,00	504,00	504,00	0,00	0,00	504,00	504,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	641.000,00	2.050.707,07	332.759,93	2.030.780,77	8,04	19.926,30	344.002,03	1.439.130,02	6,43	611.577,05	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	343.500,00	1.717.971,10	256.000,00	1.716.973,76	6,80	997,34	264.757,71	1.125.323,01	5,03	592.648,09	
Defesa Agropecuária	15.000,00	0,00				0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral	282.500,00	332.735,97	76.759,93	313.807,01	1,24	18.928,96	79.244,32	313.807,01	1,40	18.928,96	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	40.000,00	0,00				0,00				0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	40.000,00	0,00				0,00				0,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	160.000,00	506.117,90	56.575,19	496.305,00	1,96	9.812,90	56.575,19	177.913,84	0,79	328.204,06	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	160.000,00	506.117,90	56.575,19	496.305,00	1,96	9.812,90	56.575,19	177.913,84	0,79	328.204,06	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	717.212,00	910.172,93	219.140,59	805.951,98	3,19	104.220,95	219.140,59	802.643,98	3,59	107.528,95	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	710.267,00	910.172,93	219.140,59	805.951,98	3,19	104.220,95	219.140,59	802.643,98	3,59	107.528,95	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral	6.945,00	0,00				0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	825.735,00	543.912,43	114.095,36	495.835,01	1,96	48.077,42	356.937,74	476.732,13	2,13	67.180,30	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	659.364,00	300.837,00	5.600,00	258.960,06	1,02	41.876,94	235.097,18	239.857,18	1,07	60.979,82	
Lazer	10.000,00	0,00				0,00				0,00	
FU27 - Administração Geral	156.371,00	243.075,43	108.495,36	236.874,95	0,94	6.200,48	121.840,56	236.874,95	1,06	6.200,48	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	929.700,00	924.700,00				924.700,00				924.700,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.051.626,57	1.091.793,72	217.527,85	844.263,98	3,34	247.529,74	217.527,86	844.263,98	3,77	247.529,74	
TOTAL (III) = (I + II)	24.515.196,00	30.207.340,91	5.167.502,86	25.266.388,81	100,00	4.940.952,10	6.884.947,41	22.380.650,61	100,00	7.826.690,30	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.051.626,57	1.091.793,72	217.527,85	844.263,98	3,34	247.529,74	217.527,86	844.263,98	3,77	247.529,74	
Legislativa	15.500,00	26.000,00	3.856,96	15.209,28	0,06	10.790,72	3.856,96	15.209,28	0,07	10.790,72	
Ação Legislativa	15.500,00	26.000,00	3.856,96	15.209,28	0,06	10.790,72	3.856,96	15.209,28	0,07	10.790,72	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	249.397,00	305.426,05	82.905,26	267.044,12	1,06	38.381,93	82.905,27	267.044,12	1,19	38.381,93	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	118.600,00	198.201,28	68.768,65	198.201,28	0,78	0,00	68.768,65	198.201,28	0,89	0,00	
Administração Financeira	106.797,00	93.843,94	10.006,69	55.462,01	0,22	38.381,93	10.006,70	55.462,01	0,25	38.381,93	
Controle Interno	24.000,00	13.380,83	4.129,92	13.380,83	0,05	0,00	4.129,92	13.380,83	0,06	0,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	48.855,00	56.575,71	10.575,71	43.470,81	0,17	13.104,90	10.575,71	43.470,81	0,19	13.104,90	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	500,00	0,00				0,00				0,00	
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral	48.355,00	56.575,71	10.575,71	43.470,81	0,17	13.104,90	10.575,71	43.470,81	0,19	13.104,90	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	285.924,57	276.502,57	43.745,79	193.036,78	0,76	83.465,79	43.745,79	193.036,78	0,86	83.465,79	
Atenção Básica	138.200,00	138.914,29	22.785,22	105.236,14	0,42	33.678,15	22.785,22	105.236,14	0,47	33.678,15	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.000,00	0,00				0,00				0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	11.151,06	11.319,08	0,00	5.168,02	0,02	6.151,06	0,00	5.168,02	0,02	6.151,06	
Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	0,00	2.365,35	0,01	2.634,65	0,00	2.365,35	0,01	2.634,65	
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	887,02	0,00	887,02	0,00	0,00	0,00	887,02	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	103.573,51	120.382,18	20.960,57	79.380,25	0,31	41.001,93	20.960,57	79.380,25	0,35	41.001,93	
FU10 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	363.450,00	337.490,67	61.194,71	262.045,48	1,04	75.445,19	61.194,71	262.045,48	1,17	75.445,19	
Ensino Fundamental	170.350,00	173.590,17	17.654,67	127.565,70	0,50	46.024,47	17.654,67	127.565,70	0,57	46.024,47	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	177.100,00	143.277,64	28.776,40	113.856,92	0,45	29.420,72	28.776,40	113.856,92	0,51	29.420,72	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	16.000,00	20.622,86	14.763,64	20.622,86	0,08	0,00	14.763,64	20.622,86	0,09	0,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	79.000,00	86.249,42	15.249,42	60.908,21	0,24	25.341,21	15.249,42	60.908,21	0,27	25.341,21	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	25.000,00	17.000,00	0,00	10.350,10	0,04	6.649,90	0,00	10.350,10	0,05	6.649,90	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	54.000,00	69.249,42	15.249,42	50.558,11	0,20	18.691,31	15.249,42	50.558,11	0,23	18.691,31	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	8.000,00	2.549,30	0,00	2.549,30	0,01	0,00	0,00	2.549,30	0,01	0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral	8.000,00	2.549,30	0,00	2.549,30	0,01	0,00	0,00	2.549,30	0,01	0,00	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	500,00	0,00				0,00				0,00	
Desporto de Rendimento											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 – Administração Geral	500,00	0,00				0,00				0,00	
FU27 – Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 – Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2022
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2,574,366.14	2,820,890.95	1,708,441.90	3,938,734.23	2,374,317.20	2,466,585.57	2,496,824.14	2,377,639.99	3,106,410.70	3,824,878.85	3,598,323.25	3,164,204.64	34,451,617.56	28,815,040.04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	199,692.40	64,562.29	71,178.78	177,984.49	71,837.81	40,424.79	208,183.54	94,121.16	71,221.85	96,552.79	588,313.69	297,248.46	1,981,321.99	2,111,225.04
IPTU	2,786.37	1,951.69		1,180.34	895.03	3,548.37	6,304.96	5,655.82	43,860.14	31,622.66	14,778.97	18,593.71	131,178.06	157,300.00
ISS	25,077.43	7,136.46	17,158.09	11,117.46	20,310.73	15,604.06	19,440.87	15,967.24	8,081.64	20,377.38	55,402.40	117,969.67	333,643.43	396,436.76
ITBI	113,432.95			101,494.98	41,873.27	10,200.00	173,310.83	64,018.39	10,129.27	40,479.86	147,419.26	59,148.63	761,507.44	555,000.00
IRRF	56,369.68	50,547.83	54,020.69	59,332.07	6,148.00	6,258.53	7,151.61	7,132.92	7,542.27	2,570.00	365,138.61	17,210.16	639,422.37	835,214.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,025.97	4,926.31		4,859.64	2,610.78	4,813.83	1,975.27	1,346.79	1,608.53	1,502.89	5,574.45	84,326.23	115,570.69	167,274.28
Contribuições	85,994.10	84,983.90	70,483.77	79,298.10	88,096.39	84,412.45	83,099.24	96,251.70	93,990.88	95,946.99	93,719.65	99,954.56	1,056,231.73	2,221,300.00
Receita Patrimonial	4,359.05	7,632.30	12,568.22	15,447.94	18,937.93	25,690.50	57,283.80	31,144.26	42,894.84	75,104.75	52,737.35	447,190.46	790,991.40	189,000.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	4,359.05	7,632.30	12,568.22	15,447.94	18,937.93	25,690.50	57,283.80	31,144.26	42,894.84	75,104.75	52,737.35	447,190.46	790,991.40	189,000.00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	5,819.39	4,348.47	5,269.43	7,380.26	5,800.73	4,390.30	3,523.98	3,772.86	7,786.27	10,081.52	5,643.23	5,969.43	69,785.87	80,000.00
Transferências Correntes	2,278,501.20	2,659,363.99	1,548,941.70	3,658,623.44	2,189,644.34	2,311,667.53	2,144,733.58	2,152,350.01	2,887,520.76	3,545,678.61	2,856,395.14	2,312,758.49	30,546,178.79	24,199,815.00
Cota-Parte do FPM	597,199.55	665,479.61		1,286,643.73	893,858.29	1,247,750.80	756,437.16	896,645.89	997,429.07	933,285.24	1,256,143.22	912,656.02	10,443,528.58	9,841,748.00
Cota-Parte do ICMS	611,026.90	762,828.07	670,990.71	622,307.07	695,313.41	654,289.03	815,096.31	627,480.40	871,511.71	767,751.30	759,761.07	784,020.83	8,642,376.81	6,845,802.00
Cota-Parte do IPVA	24,551.19	22,489.77	14,029.64	23,316.13	10,305.91	10,228.76	19,143.29	51,026.16	25,002.24	45,927.72	29,729.85	25,115.54	300,866.20	229,258.94
Cota-Parte do ITR	30,572.75	512,089.25	433,597.87	361,227.32	240,856.51	46,096.71	6,959.98	81,156.50	9,252.89	18,342.48	10,881.72	12,872.63	1,763,706.61	454,000.00
Transferências da LC nº 87/1996														
Transferências da LC nº 61/1989	3,640.68	3,785.57	3,544.22	3,537.29	4,316.47	3,146.45	1,130.81	6,127.95	2,378.02	2,727.25	2,986.64	2,082.03	39,403.38	37,800.00
Transferências do FUNDEB	189,388.41	241,957.54	215,356.22	205,627.41	152,956.06	153,554.21	163,806.91	142,356.59	186,118.11	164,395.68	154,553.45	162,194.08	2,132,264.67	1,896,200.00
Outras Transferências Correntes	822,121.72	450,734.18	211,423.04	1,155,964.49	192,037.69	196,601.57	382,159.12	347,556.52	795,828.72	1,613,248.94	642,539.19	413,817.36	7,224,032.54	4,895,006.06
Outras Receitas Correntes									2,996.10	1,514.19	1,514.19	1,083.30	7,107.78	13,700.00
DEDUÇÕES (II)	321,031.52	465,025.78	102,571.16	443,255.47	442,543.08	468,373.11	414,371.00	411,110.84	461,905.04	460,833.63	398,395.82	834,546.08	5,223,962.53	5,131,640.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	68,361.59	72,448.56	70,483.77	62,466.39	74,476.34	69,632.46	71,834.70	79,849.16	81,265.98	78,085.28	78,278.98	83,604.84	890,788.05	1,984,200.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														2,000.00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários						7,067.73	23,009.09			29,687.16	0.00	404,008.39	463,772.37	36,000.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	252,669.93	392,577.22	32,087.39	380,789.08	368,066.74	391,672.92	319,527.21	331,261.68	380,639.06	353,061.19	320,116.84	346,932.85	3,869,402.11	3,109,440.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2,253,334.62	2,355,865.17	1,605,870.74	3,495,478.76	1,931,774.12	1,998,212.46	2,082,453.14	1,966,529.15	2,644,505.66	3,364,045.22	3,199,927.43	2,329,658.56	29,227,655.03	23,683,400.04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)											670,552.00	0.00	670,552.00	136,463.02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2,253,334.62	2,355,865.17	1,605,870.74	3,495,478.76	1,931,774.12	1,998,212.46	2,082,453.14	1,966,529.15	2,644,505.66	3,364,045.22	2,529,375.43	2,329,658.56	28,557,103.03	23,546,937.02
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													0.00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2,253,334.62	2,355,865.17	1,605,870.74	3,495,478.76	1,931,774.12	1,998,212.46	2,082,453.14	1,966,529.15	2,644,505.66	3,364,045.22	2,529,375.43	2,329,658.56	28,557,103.03	23,546,937.02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3.460.400,00	1.753.215,47
Receita de Contribuições dos Segurados	1.984.200,00	617.027,74
Ativo	1.984.200,00	617.027,74
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	1.455.200,00	476.441,74
Ativo	1.455.200,00	476.441,74
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	18.000,00	463.772,37
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	18.000,00	463.772,37
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	3.000,00	195.973,62
Compensação Financeira entre os Regimes	2.000,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		195.973,62
Demais Receitas Correntes	1.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	3.460.400,00	1.557.241,85

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	881.000,00	524.681,50	524.681,50	524.681,50	
Aposentadorias	688.000,00	411.171,73	411.171,73	411.171,73	
Pensões por Morte	193.000,00	113.509,77	113.509,77	113.509,77	
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	881.000,00	524.681,50	524.681,50	524.681,50	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	2.579.400,00	1.032.560,35	1.032.560,35	1.032.560,35	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	223.014,08
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-42.058,62
Investimentos e Aplicações	14.942.609,98
Outros Bens e Direitos	181.304,67

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	442.600,00	138.083,51
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	442.600,00	138.083,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	216.300,00	106.909,00	70.502,00	70.420,79	
Pessoal e Encargos Sociais	10.100,00	389,88	259,92	227,43	
Demais Despesas Correntes	206.200,00	106.519,12	70.242,08	70.193,36	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	15.000,00	69,48	46,32	40,53	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	231.300,00	106.978,48	70.548,32	70.461,32	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	211.300,00	31.105,03	67.535,19	67.622,19	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.279,46
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2022
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	25.705.600,04	20.597.905,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.111.225,04	1.467.904,03
IPTU	157.300,00	125.259,66
ISS	396.436,76	273.153,99
ITBI	555.000,00	546.579,51
IRRF	835.214,00	419.152,10
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.274,28	103.758,77
Contribuições	2.221.300,00	735.471,86
Receita Patrimonial	189.000,00	750.983,89
Aplicações Financeiras (II)	189.000,00	750.983,89
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	21.090.375,00	17.589.469,97
Cota-Parte do FPM	8.063.748,00	6.406.510,99
Cota-Parte do ICMS	5.645.802,00	4.780.179,38
Cota-Parte do IPVA	188.518,94	173.184,19
Cota-Parte do ITR	363.300,00	340.975,59
Transferências da LC 87/1996		
Transferências da LC nº 61/1989	37.800,00	24.895,62
Transferências do FUNDEB	1.896.200,00	1.279.935,09
Outras Transferências Correntes	4.895.006,06	4.583.789,11
Demais Receitas Correntes	93.700,00	54.076,10
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	93.700,00	54.076,10
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	25.516.600,04	19.846.921,96
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.892.508,21	3.289.785,03
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	30.000,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	30.000,00	
Transferências de Capital	3.862.508,21	3.289.785,03
Convênios	3.822.508,21	2.979.785,03
Outras Transferências de Capital	40.000,00	310.000,00
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	3.892.508,21	3.289.785,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	29.409.108,25	23.136.706,99

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2022					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	22.125.802,25	18.768.620,25	17.832.622,03	17.281.970,64	379.633,68	22.882,06	22.882,06
Pessoal e Encargos Sociais	10.932.669,76	9.144.357,46	9.144.227,50	9.071.727,81	49.451,13	0,06	0,06
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00						
Outras Despesas Correntes	11.193.132,49	9.624.262,79	8.688.394,53	8.210.242,83	330.182,55	22.882,00	22.882,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	22.125.802,25	18.768.620,25	17.832.622,03	17.281.970,64	379.633,68	22.882,06	22.882,06
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	6.065.044,94	5.653.504,58	3.703.764,60	3.139.043,04	231.311,13		
Investimentos	5.966.044,94	5.569.504,58	3.646.977,66	3.082.256,10	231.311,13		
Inversões Financeiras	0,00						
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras	0,00						
Amortização da Dívida (XX)	99.000,00	84.000,00	56.786,94	56.786,94			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	5.966.044,94	5.569.504,58	3.646.977,66	3.082.256,10	231.311,13		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	924.700,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	29.016.547,19	24.338.124,83	21.479.599,69	20.364.226,74	610.944,81	22.882,06	22.882,06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	2.138.653,38

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2022
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	274.521,16
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	2.413.174,54

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2021 (a)	Até o Bimestre 2022 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		4.600.193,19
Disponibilidade de Caixa		4.600.193,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	5.176.254,57
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	76.463,96
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	499.597,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-4.600.193,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	4.600.193,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2022
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-76.463,96
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.676.657,15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	4.402.135,99

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.808.544,23
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.808.544,23
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	68.643,14	619.429,18	610.944,81		77.127,51	9.124,28	86.631,51	22.882,06	22.882,06	12.466,67	60.407,06	137.534,57
PODER EXECUTIVO	68.643,14	619.429,18	610.944,81		77.127,51	9.124,28	86.631,51	22.882,06	22.882,06	12.466,67	60.407,06	137.534,57
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		70.324,04	70.324,04		0,00							0,00
TOTAL (III) = (I + II)	68.643,14	689.753,22	681.268,85		77.127,51	9.124,28	86.631,51	22.882,06	22.882,06	12.466,67	60.407,06	137.534,57

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		70.324,04	70.324,04		0,00							0,00
PODER EXECUTIVO		70.324,04	70.324,04		0,00							0,00
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	26.467.196,00
Previsão Atualizada	31.477.908,25
Receitas Realizadas	24.698.189,75
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.808.544,23
DESPESAS	
Dotação Inicial	24.515.196,00
Dotação Atualizada	30.207.340,91
Despesas Empenhadas	25.266.388,81
Despesas Liquidadas	22.380.650,61
Despesas Pagas	21.161.104,81
Superávit Orçamentário	2.317.539,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	25.266.388,81
Despesas Liquidadas	22.380.650,61

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	29.227.655,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.557.103,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	28.557.103,03

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	1.557.241,85
Despesas Previdenciárias Empenhadas	524.681,50
Despesas Previdenciárias Liquidadas	524.681,50
Despesas Previdenciárias Pagas	524.681,50
Resultado Previdenciário	1.032.560,35
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha		2.138.653,38	
Resultado Nominal - Acima da Linha		2.413.174,54	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	758.396,36	0,00	681.268,85	77.127,51
Poder Executivo	758.396,36	0,00	681.268,85	77.127,51
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	95.755,79	12.466,67	22.882,06	60.407,06
Poder Executivo	95.755,79	12.466,67	22.882,06	60.407,06
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	854.152,15	12.466,67	704.150,91	137.534,57

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

ADMINISTRAÇÃO
2º QUADRIMESTRE RGF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	934.063,34	915.702,95	765.533,44	1.026.820,40	1.077.788,72	1.093.501,64	1.226.388,54	1.227.803,78	1.179.549,67	1.166.277,89	1.265.301,07	1.301.974,81	13.180.706,25	0,06
Pessoal Ativo	934.063,34	915.702,95	765.533,44	1.026.820,40	1.018.623,05	1.021.433,26	1.165.032,17	1.166.234,29	1.105.992,96	1.086.129,84	1.202.020,14	1.239.614,48	12.647.200,32	0,06
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	830.973,41	810.675,92	728.745,05	909.607,81	888.621,71	886.499,32	1.012.309,87	1.012.167,99	956.441,20	963.388,54	1.048.176,74	1.092.199,28	11.139.806,84	0,00
Obrigações Patronais	103.089,93	105.027,03	36.788,39	117.212,59	130.001,34	134.933,94	152.722,30	154.066,30	149.551,76	122.741,30	153.843,40	147.415,20	1.507.393,48	0,06
Pessoal Inativo e Pensionistas					59.165,67	72.068,38	61.356,37	61.569,49	73.556,71	80.148,05	63.280,93	62.360,33	533.505,93	
Aposentadorias, Reserva e Reformas					46.117,17	55.865,89	48.307,87	48.520,99	57.255,83	67.098,55	49.020,43	47.808,43	419.996,16	
Pensões					13.048,50	16.202,49	13.048,50	13.048,50	16.300,88	13.048,50	14.260,50	14.551,90	113.509,77	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					59.165,67	63.243,95	61.356,37	61.569,49	73.556,71	80.148,05	63.280,93	62.360,33	524.681,50	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados					59.165,67	63.243,95	61.356,37	61.569,49	73.556,71	80.148,05	63.280,93	62.360,33	524.681,50	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	934.063,34	915.702,95	765.533,44	1.026.820,40	1.018.623,05	1.030.257,69	1.165.032,17	1.166.234,29	1.105.992,96	1.086.129,84	1.202.020,14	1.239.614,48	12.656.024,75	0,06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	29.227.655,03	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	670.552,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	28.557.103,03	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	12.656.024,81	44,32
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.420.835,64	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.649.793,86	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.878.752,08	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (**I**X) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X**II**) (%)	
Excedente em 2021 (X**III**) = (X**II** - I**X**) (%)	
Redutor anual (X**IV**) = (0,10 x X**III**) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	36.294,95	8.381,47	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	36.294,95	8.381,47	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	36.294,95	8.381,47	0,00	
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais	36.294,95	8.381,47	0,00	
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	3.326.395,80	4.415.141,11	4.600.193,19	
Disponibilidade de Caixa	3.326.395,80	4.415.141,11	4.600.193,19	
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.394.375,39	5.045.139,21	5.176.254,57	
(-) Restos a Pagar Processados	67.979,59	76.463,96	76.463,96	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	553.534,14	499.597,42	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.290.100,85	-4.406.759,64	-4.600.193,19	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.035.108,71	24.803.995,19	29.227.655,03	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	670.552,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	23.035.108,71	24.803.995,19	28.557.103,03	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,16	0,03	0,00	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-14,28	-17,77	-16,11	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	27.642.130,45	29.764.794,23	34.268.523,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	24.877.917,41	26.788.314,81	30.841.671,27	
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	
Passivo Atuarial	15.395.740,82	15.395.740,82	25.535.942,45	
RP Não-Processados	95.084,75	64.455,02	59.735,02	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 37464161000146
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	23.035.108,71	24.803.995,19	29.227.655,03	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)			670.552,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	23.035.108,71	24.803.995,19	28.557.103,03	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.227.655,03	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	670.552,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.557.103,03	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.569.136,48	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.112.222,84	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.998.997,21	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	29.227.655,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.557.103,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	28.557.103,03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 37464161000146
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.656.024,81	44,32
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	15.420.835,64	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	14.649.793,86	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	13.878.752,08	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-4.600.193,19	-16,11
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.282.562,67	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 208/2022

EMENTA: NOMEIA A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

CONSIDERANDO o disposto na LEI MUNICIPAL Nº 501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social:

R E S O L V E N D O

Art. 1° - Nomear a Senhora Kennia Regina Fabrício dos Santos, portadora do RG nº 2008084-0 SSP/MT e CPF: 026.438.671-06 como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT – CMAS.

Art. 2° - A Secretaria Executiva de que trata esta Portaria, é a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Municipal de Assistência Social e tem como atribuições: dar suporte técnico-operacional para o Conselho, Grupos de Trabalho e Comissões temáticas, com vistas a subsidiar a realização das reuniões, garantir a publicização das deliberações do Plenário, elaboração de atas e memória de reuniões, auxiliar o presidente e comissões no desempenho de suas funções entre outras ações. Além da organização das rotinas administrativas esta secretaria tem a tarefa de subsidiar, assessorar, levantar e sistematizar informações que permitam à presidência, ao Colegiado, às Comissões e grupos de trabalho a tomarem decisões.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 28 DE SETEMBRO DE 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 01/2022/SMEC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Avenida Deputado Murilo Domingos, s/nº, Centro, Santo Afonso-MT, aderiu ao Programa Tempo de Aprender, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, consolidado pela resolução nº 06, de 20 de abril de 2021. O Programa segue as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n°9. 364, de 20 de dezembro de 1996, bem como da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Resolução CBE/CP n° 2, de 22 de dezembro de 2017, direcionado a aprendizagem, tendo o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo como suas principais metas. Assim, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, vem tornar público o processo de seleção de Assistentes de Alfabetização para atuarem, de forma voluntária, no Programa Tempo de Aprender, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Afonso-MT.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado de Assistentes de Alfabetização a que se destina o presente edital, tem como meta o preenchimento de vagas para atuação no Programa Tempo de Aprender nas Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental e Educação Infantil de Santo Afonso - MT selecionadas de acordo com critérios estipulados pelo Ministério da Educação (MEC).

1.2. Os candidatos selecionados, convocados e designados atuarão pelo período de até 8 meses, com início após a liberação do recurso PDDE Alfabetização a ser repassado pelo FNDE às unidades escolares aptas participantes do Programa.

1.3- Os Assistentes de Alfabetização classificados e selecionados deverão realizar o Curso Online de Práticas de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender, a fim de garantir apoio e suporte pedagógico orientador e formativo para as escolas desenvolverem, com êxito, o processo de alfabetização.

1.4- A atuação do Assistente de Alfabetização, no Programa Tempo de Aprender, é atividade de natureza voluntária, na forma definida na Lei nº 9. 608, de 18 de fevereiro de 1998, sendo obrigatória a celebração do Termo de Adesão e Compromisso Voluntário.

1.5- Para o exercício de suas atividades, o Assistente de Alfabetização selecionado receberá a título de ressarcimento de despesas com transporte e alimentação, ajuda de custo de acordo com os critérios estabelecidos pela portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, consolidado pela resolução nº 06, de 20 de abril de 2021, e em nenhuma hipótese, configura-se como remuneração por serviços prestados.

1.6- O Processo Seletivo terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, por uma única vez. Os candidatos selecionados e classificados poderão ser contratados para as funções existentes, relacionadas neste Processo Seletivo.

1.7- A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santo Afonso-MT, não tem a obrigatoriedade de convocar todos os candidatos selecionados e classificados. Essa convocação será regida, exclusivamente, pelos critérios vigentes e de acordo com a demanda das unidades escolares objeto do Programa Tempo de Aprender.

2. DOS OBJETIVOS

O objetivo do Programa Tempo de Aprender é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil. Seu interesse é fortalecer e apoiar as Unidades Executoras do Ensino da Rede Pública Municipal no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Sua proposta é elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem, assegurar o direito à alfabetização dos alunos, acompanhando de modo efetivo o desenvolvimento de toda trajetória educacional em seus diferentes níveis e etapas. Sendo assim, o presente edital vem a público convidar estudantes universitários dos cursos de pedagogia, Letras, ou demais licenciaturas que estejam preferencialmente nos anos finais do curso, os licenciados em Pedagogia, Letras e demais licenciaturas, ou os que possuem o Ensino Médio concluído, com idade superior a 18 anos e disponibilidade de tempo, para atuarem sob a orientação da Coordenação Municipal do Programa e dos Professores Alfabetizadores das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental e Professores da Pré-escola da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

3- DA JUSTIFICATIVA

Para que as ações previstas na portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, consolidado pela resolução nº 06, de 20 de abril de 2021, possam ser desenvolvidas, dentre as etapas, faz-se necessário selecionar candidatos interessados em atuar como Assistentes de Alfabetização voluntários, para o preenchimento de vagas disponíveis nas Unidades Escolares Municipais de Santo Afonso – MT.

4- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

I- Participar integralmente e com aproveitamento no Curso oferecido pelo Programa Tempo de Aprender;

II- Ter disponibilidade de tempo;

III- Ter comprovação de Formação Acadêmica;

IV- Estar plenamente comprometido com o objetivo do Programa Tempo de Aprender que é o sucesso no processo da alfabetização;

V- Atuar em consonância com o Professor Alfabetizador da (s) turma (s) para as quais for designado, para o cumprimento de suas tarefas, podendo/devendo participar na construção dos planejamentos, estratégias e intervenções pedagógicas necessárias para o sucesso da aprendizagem e alfabetização dos discentes.

VI- Realizar as atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e supervisão do professor alfabetizador, conforme orientações e apoio da gestão escolar, com vistas a garantir o processo de alfabetização de todos os estudantes.

VII- Elaborar e apresentar à Coordenação, relatório dos conteúdos e atividades realizadas mensalmente;

VIII- Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa;

5- DA AJUDA DE CUSTO

5.1- Cabe ao FNDE/MEC, de acordo com a Resolução nº6, de 20 de abril de 2021-MEC, a transferência de recursos referentes à ajuda de custo a ser repassada aos Assistentes de Alfabetização, sem a qual o programa não ocorrerá;

§ 1º Os recursos de que trata o item 5.1 serão transferidos para as Unidades Executoras de cada unidade de ensino participante;

5.2- A atuação como Assistente de Alfabetização é considerada atividade de natureza voluntária (na forma da Lei nº 9.608/1998), sendo que os selecionados receberão uma ajuda de custo mensal, para cada turma na qual atuarem, para fins de ressarcimento de despesas pessoais (alimentação e transporte);

5.3- Os Assistentes de Alfabetização receberão ajuda de custo mensal cujo valor estará de acordo com a quantidade de turmas em que atuarão, bem como, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo MEC para a classificação das unidades escolares em vulneráveis ou não vulneráveis, com valores abaixo atribuídos:

I – Cento e cinquenta reais por mês, por turma, para as unidades escolares consideradas não vulneráveis;

II – trezentos Reais por mês, por turma, para as unidades escolares consideradas vulneráveis.

5.4- Aos assistentes de alfabetização devem ser atribuídas no máximo quatro turmas em escolas consideradas vulneráveis, oito turmas em escolas não vulneráveis ou outra combinação equivalente, em termos de quantidades de horas semanais.

5.5- É facultado ao Assistente de Alfabetização a atuação em, no mínimo, 2 turmas até o máximo de 8 turmas de alfabetização, de acordo com critérios de disponibilidade do candidato e de necessidade da unidade escolar.

5.6- A atividade do assistente de alfabetização junto ao professor alfabetizador dar-se-á por um período de cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis, ou dez horas semanais para as unidades escolares vulneráveis.

6- DAS VAGAS

6.1- As vagas serão apresentadas oportunamente de acordo com a quantidade de turmas ofertadas no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental e Pré-escola da Educação Infantil das Unidades de Ensino, inserida e confirmada no programa Tempo de Aprender.

6.2- As vagas serão preenchidas de modo a atender as unidades escolares e de acordo com a quantidade de turmas liberadas pelo FNDE, ficando para cadastro reserva os Assistentes de Alfabetização classificados. Esses serão convocados, segundo a ordem de classificação, em casos de desistência e/ou necessidade de substituição do assistente.

7- DA INSCRIÇÃO

7. 1 A inscrição é gratuita e realizada por meio do preenchimento de um formulário.

7.2 Depois de efetivada a inscrição, os dados constantes no formulário de inscrição não poderão sofrer alterações.

8- DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

8.1 A classificação dos candidatos seguirá os critérios de pontuação da tabela abaixo considerando o maior valor de pontuação 10 (dez) e o menor 3 (três).

I- Formação

Licenciado em Pedagogia ou Letras 60% a 99% de CH do curso concluída (05 pontos)

Licenciado em outras áreas do conhecimento (04 pontos)

Habilitado em Ensino Médio (03 pontos)

II- Experiência em docência na educação básica

Licenciado em Pedagogia ou Letras (05 pontos)

Superior a 4 anos (03 pontos)

Inferior a 4 anos (02 pontos)

Sem experiência (01 ponto)

8.2- Em caso de empate na pontuação, o critério de desempate se dará pela:

a) Maior tempo de experiência em docência na Educação básica;

b) Maior titulação – (Formação Inicial);

c) Idade.

09- CRONOGRAMA

09.1- São etapas previstas no Processo Seletivo Simplificado.

05/10/2022 - Publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município de Santo Afonso-MT.

17 a 21/10/2022 - Inscrição via Formulário – Sendo realizadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

24/10/2022 - Análise e pontuação da Formação Acadêmica e Currículo profissional, por parte da Comissão.

25/10/2022 - Publicação da classificação final dos candidatos.

09.2 A Convocação dos Candidatos será realizada a partir da liberação do recurso pelo FNDE.

10- DA COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURRÍCULO PROFISSIONAL

10.1- Todas as informações prestadas referentes à Formação Acadêmica e Currículo Profissional deverão ser comprovadas, em momento oportuno, através de documentos comprobatórios originais, bem como, Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência.

10.2- O Processo Seletivo Simplificado para Assistentes de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender, será executado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a participação de uma Comissão de Inscrição e Avaliação formada pela Equipe Gestora das Unidades de Ensino Municipal.

11- DO RESULTADO

O resultado será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santo Afonso-MT, por meio de edital.

12- OS CASOS OMISSOS SERÃO ANALISADOS PELA SMEC E COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO.

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Santo Afonso, 03 de outubro 2022

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DE VOLUNTÁRIO

(Nome) , (nacionalidade) , (estado civil) , residente e domiciliado no endereço , (complemento) , (bairro) , (cidade/UF) , portador do CPF nº , carteira de identidade nº , órgão expedidor/UF / , pelo presente instrumento, formaliza adesão e compromisso em prestar, a contento, serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, 18 de fevereiro de 1988, em escolas públicas definidas em resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – CD/FNDE, que dispõe sobre os procedimentos e as formas de execução e prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, cônscio de que fará jus ao ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do referenciado serviço e que tal serviço não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Assinatura do Voluntário

Santo Afonso, MT____de outubro de 2022

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Avenida Deputado Murilo Domingos, s/nº, Centro, Santo Afonso-MT, aderiu ao Programa Tempo de Aprender, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, consolidado pela resolução nº 06, de 20 de abril de 2021. O Programa segue as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n°9. 364, de 20 de dezembro de 1996, bem como da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Resolução CBE/CP n° 2, de 22 de dezembro de 2017,

direcionado a aprendizagem, tendo o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo como suas principais metas. Assim, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, vem tornar público o processo de seleção de Assistentes de Alfabetização para atuarem, de forma voluntária, no Programa Tempo de Aprender, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Afonso-MT.

1. E-mail

_____

DADOS PESSOAIS:

2. Nome completo:

_____

3.Data de nascimento

_____/____/____

4. CPF

_____/____/____-_____

5. RG:

_____-_____

6.Endereço:

_____

7. Telefone:

( )_____-_____

8. Escolaridade:

a) Licenciado em Pedagogia ou Letras 60% a 99% de CH do curso concluída; ( )

b) Licenciado em outras áreas do conhecimento; ( )

c) Habilitado em Ensino Médio; ( )

9. Possui outros cursos, de extensão ou aperfeiçoamento profissional, quais?

Nome do Curso	Carga horária	Instituição	Ano de conclusão

10.Possui experiência em docência na educação básica:

a) Licenciado em Pedagogia ou Letras ( )

b) Superior a 4 anos ( )

c) Inferior a 4 anos ( )

d) Sem experiência ( )

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 022/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 089/2022 **PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2022 – SRP**

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial 022/2022-SRP, objetivando o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada nos fornecimentos combustíveis e óleos lubrificantes para atender a frota dos veículos da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger, conforme as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.

A sessão será realizada às 09h00min do dia 21 de Outubro de 2022, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antonio do Leverger – MT, 03 de Outubro de 2022.

_____ Lidiane Batista de Rezende Pregoeira

Portaria 039/GP/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 090/2022

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado a empresa **SUPREMA TERRAPLANAGEM EIRELI-ME, CNPJ: 05.287.447/0001-52,** estando de acordo com as exigências do edital ficando vencedora com o valor total de **R$ 1.582.885,58** (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), e **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 007/2022, tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem profunda e sinalização viária na Avenida Fortaleza (trechos 01 e 02), coordenada inicial: 14º48'10.09"S; 53º36'54.01"O coordenada final: 14º48'25.91"S; 53º36'44.94"O, totalizando uma extensão de 8.612,66 m², no Município de Santo Antônio do Leste – MT. Conforme termo de convenio nº 1506-2022/Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA)**, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO DO DISTRATO Nº 022/2022

EXTRATO DO DISTRATO Nº 022/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO DE

TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 061/2021.

CONTRATANTE – MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT

CONTRATADO (A) – KAUANNI DIAS ARAUJO

VALOR DA RESCISÃO– R$ **3.480,13 (Três mil e quatrocentos e oitenta reais e treze centavos). –** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ASSINAM – JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES - PREFEITO MUNICIPAL (CONTRATANTE) E **KAUANNI DIAS ARAUJO** (CONTRATADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ITR

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - SANTO ANTONIO DO LESTE - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
EMANUEL AGROPECUARIA E PARTICIPACOES S A	08.340.702/0001-26	1098/00045/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR			
Nome: CESAR BALBINO DE SOUSA Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 2922022	CESAR BALBINO DE SOUSA:48782254168	Assinado de forma digital por CESAR BALBINO DE SOUSA:48782254168 Dados: 2022.10.03 09:25:31 -04'00'	Matrícula: 00000217 Assinatura:

Data de afixação: Data de desafixação:

03/10/2022

18/10/2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - SANTO ANTONIO DO LESTE - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002, de 03 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
MARCOS LOURENCO DA SILVA	514.257.261-00	1098 /00005/2022
MARCOS LOURENCO DA SILVA	514.257.261-00	1098 /00006/2022

Data de afixação: Data de desafixação:

03/10/2022

18/10/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 372/2022

PORTARIA Nº. 372/2022.

DE: 30 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA **EDIRSE VILELA DE OLIVEIRA COSTA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 28/09/2022 em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho docargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva **EDIRSE VILELA DE OLIVEIRA COSTA** nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 28/09/2022, por prazo de 365 (trezentos sessenta e cinco dias) dias sendo o vencimento 28/09/2023.

Art. 2º - Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de Guarda Municipal, devendo exercer sua função na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento deSaúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução destaportaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30/09/2022, revogando as disposições emcontrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE SETEMBRO DE 2023.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITOMUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 289/2022

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 289/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: CRISTINA LUÍZA DE LIMA NASCIMENTO, Brasileira, Casada, Graduanda em Pedagogia, inscrita no CPF sob o nº 932.791. 591-72 e Identidade RG nº 3.746.035 - SSP-GO, 2ª Via expedida em 18/ 09/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Quatorze, nº 110 - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 289/2022

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 03/10/2022

VIGÊNCIA: De 03/10/2022 a 16/12/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 13 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.884,28 (dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos)

FUNÇÃO: PROFESSOA - INSTRUTORA DE BIBLIOTECA VIRTUAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação - Biblioteca Virtual

DOTAÇÃO: 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura / 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB / 2.046 - Educação Fundamental - FUNDEB 30% / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 622/2022

PORTARIA N.º 622/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **ROSELI PAULA** para o cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR** a partir de 26 de setembro de 2022.

Art. 2º A investidura do cargo/função fica consignada referente a vacância conforme Portaria nº 582/2022. Assim, assumindo o cargo de Conselheira Tutelar Titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 642/2022

PORTARIA N.º 642/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **JESSICA NUNES BRITO** para o cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR** a partir de 26 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 636/2022

PORTARIA N.º 636/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **julho/ 2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
ADELVINA LUIS VINHAL	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
ADENICIO TEODORO FERREIRA	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
ADILA GENY INACIO DOS SANTOS	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
ADRIANA PEREIRA	VIGIA (EDUC)	A3	A4	ago/22
ANA LILIAN DA CONCEIÇÃO RAMOS	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
ARILDO ROBERTO DA CRUZ	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
BEATRIZ SONIA GAVA DOCKHORN	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
CLEIDE CABOCLO DIAS	AUX. SERVIÇOS GERAIS	A4	A5	ago/22
CRISTIANE MACEDO DA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR	B1	B2	set/22
CRISTINA OLEGARIO MACHADO	PROFESSOR	C3	C4	ago/22
DAMIANA FURTADO LEITE GOBATO	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
EDNA CALVARIO	PROFESSOR	C4	C5	set/22
ELIANE BOZETTI	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
IRENE APARECIA MARTINS CAMPOS	AUX. SERVIÇOS GERAIS	C4	C5	ago/22
IVANETE SILVA DOS PRAZERES	PROFESSORA	C5	C6	ago/22
JAQUELINE CORREA BERTO	PROFESSOR	B1	B2	set/22
JOSINEIA MEDEIROS	PROFESSOR	C3	C4	ago/22
LEIDA JACOB MARINO	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
LINDOLFO ROBERTO MOREIRA	VIGIA	B5	B6	ago/22
LIZETE TERESINHA KAIPPERS	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA	PROFESSOR	C2	C3	jul/2022
MARIA APARECIDA MUNIZ	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
MARIA BEATRIZ MAGALHAES MORAES	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
MARIA BENICE DOS SANTOS RIBAS	MONITOR I	C1	C2	abr/22

MARIA JOSÉ DA CRUZ NOBRE	PROFESSOR	B1	B2	set/22
MARIA JOSÉ FARIAS DE SOUZA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	C2	C3	ago/22
MARINALVA SOARES TAVARES JACOB	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	C1	C2	jul/20
MARLI FATIMA FELINI	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
MARLI MARIA BOTH	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
MARLI MENDONÇA GARCEZ LEITE	PROFESSOR	C2	C3	jun/22
REGINA CÉLIA RAVELLI SCALIANTE	PROFESSOR	C4	C5	ago/22
ROZE PATUSSE	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	C2	C3	mai/22
ROZINILDA FERREIRA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	C2	C3	ago/22
SHEILA APARECIDA ALVES SANTOS	PROFESSOR	C5	C6	ago/22
SILVANA SAMPAIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A4	A5	ago/22
SIMONE APARECIDA SANTOS OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	B1	B2	jul/22
SIMONE ERCIAN DE SOUZA	PROFESSOR	B4	B5	ago/22
ZILDA GARCEZ CASAVECCHIA	PROFESSOR	C4	C5	ago/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 633/2022

PORTARIA N.º 633/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal Infra Estrutura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
ADRIANO BATISTA	ELETRICISTA	B2	B3	ago/22
MIQUEIAS GOMES DOS SANTOS	OPERADOR DE MAQUINAS	B2	B3	jun/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 637/2022

PORTARIA N.º 637/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROMOÇÃO HORIZONTAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
CLAUDINEIA BARRETO VIEIRA	TECNICO DE DESES. INFANTIL	A2	B1	ago/22
VANDERLEIA GOMES SILVA	COZINHEIRA	A3	B1	ago/22
EDILSON FERREIRA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	A5	B1	jun/22
SIRLEY ALVES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	A6	B1	ago/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 632/2022

PORTARIA N.º 632/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Finanças de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
ANTONIO FERREIRA DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	B3	B4	set/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 635/2022

PORTARIA N.º 635/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **dezembro/2021**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROMOÇÃO HORIZONTAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
MARIA VALMIRA DE SOUZA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	A2	B1	fev/21

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 626/2022

PORTARIA N.º 626/2022

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a readaptação e prorrogação da Readaptação de Função aos servidores abaixo relacionados, conforme determinação na Perícia Médica n° 07/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA:	PERÍODO LICENÇA
2372	DANIELA APARECIDA SIEBER	Continuar a readaptação de função.	Até 29/09/2023
623	ROBERTA BAYER	Continuar a readaptação de função	Até 29/09/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 638/2022

PORTARIA N.º 638/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BASICO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
SIRLEI APARECIDA MARINO MORETTI	ENFERMEIRA	C5	C6	set/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 629/2022

PORTARIA N.º 629/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO HORIZONTAL E PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal e Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **março/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
ELIOANE CRISTINA DA ROCHA	TECNICO DE DESES. INFANTIL	A2	A3	Fev 22
PROMOÇÃO HORIZONTAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
DINEIA LOPES SANTOS	TECNICO DE DESES. INFANTIL	A2	B1	Mar/22
EZAURA AMARAL MACHADO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	A6	B1	Set/21
ELIANE PEREIRA DOS SANTOS	VIGIA (EDUC)	B5	C1	Fev/22
IZABEL APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE DESES. INFANTIL	A2	B1	Mar/22
JOSIA ADÃO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	B2	C1	fev/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 199/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2022. ASS: 29/09/2022; VCT: 29/09/2023; Fornecedor: COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES DO TIPO MARMITEX PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT. Valor: R$ 212.610,00 (Duzentos e doze mil seiscentos e dez reais).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 631/2022

PORTARIA N.º 631/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Administração de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
TATIANE ILMA GROLLI BAGGIO	RECEPCIONISTA	C3	C4	ago/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 643/2022

PORTARIA N.º 643/2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o senhor **JOSIA ADÃO DE OLIVEIRA,** matrícula nº 62, do cargo efetivo de **MOTORISTA (EDUC)**, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura a partir de 3 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 608/2022

PORTARIA N.º 608/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE PARA SERVIDOR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Saúde aos servidores abaixo, conforme discriminado, de acordo com a Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014 e determinação na Perícia Medica n° 06/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA	PERIODO
1651	Lizete Terezinha Kaippers	Licença para tratamento de saúde	18/07/2022 à 15/10/2022 Pericia Medica
2030	Edna Lopes do Amaral	Licença para tratamento de saúde	26/07/2022 à 23/10/2022 Pericia Medica
1214	Salete Minho Ribeiro	Licença para tratamento de saúde	08/08/2022 à 31/12/2022 Pericia Medica
2032	Raimunda Cândida de Oliveira	Licença para tratamento de saúde	Até 31/12/2022 Pericia Medica
1166	José da Soledade	Licença para tratamento de saúde	Até 31/12/2022 Pericia Medica
1266	Claudinei Castão de Oliveira	Licença para tratamento de saúde	27/07/2022 à 31/12/2022 Pericia Médica
2080	Elizangela Aparecida Pascoato	Licença para tratamento de saúde	30/06/2022 à 31/12/2022 Perícia Médica
17	Cicero Juvenal da Silva	Licença para tratamento de saúde	26/07/2022 à 31/10/2022 Perícia Médica
675	Maria de Lourdes B. Nunes	Licença para tratamento de saúde	11/08/2022 à 10/12/2022 Perícia Médica
659	Vilma Lopes da Rocha Silva	Licença para tratamento de saúde	06/05/2022 à 03/09/2022 Perícia Médica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 625/2022

PORTARIA N.º 625/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDNA CALVARIO.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a inteligência do § 19 do art. 40 da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO a previsão na Lei Municipal nº 963/2013 essencialmente em seu art. Nº100;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Abono de Permanência nº 006/2022

RESOLVE:

Art. 1º conceder Abono de Permanência a Servidora **– EDNA CALVARIO**, brasileira, inscrita no CPF nº 326.647.611-53 servidora pública Municipal, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** matrícula funcional nº 1578, por ter completado as exigências prevista no art. 12, III, “a”, C/C art. 100 ambos da Lei nº 963/2013, para aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, tendo optado por permanecer em atividade até que complete as exigências para aposentadoria compulsória.

Art. 2º Ficará estipulado como valor do abono de permanência correspondente da contribuição previdenciária a aplicação da alíquota de 14% (quatorze por cento) sobre o vencimento da base atual da tabela salarial, Classe C referência V.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 626/2022

PORTARIA N.º 626/2022

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a readaptação e prorrogação da Readaptação de Função aos servidores abaixo relacionados, conforme determinação na Perícia Médica n° 07/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA:	PERÍODO LICENÇA
2372	DANIELA APARECIDA SIEBER	Continuar a readaptação de função.	Até 29/09/2023
623	ROBERTA BAYER	Continuar a readaptação de função	Até 29/09/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 624/2022

PORTARIA N.º 624/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIZETE TERESINHA KAIPPERS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a inteligência do § 19 do art. 40 da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO a previsão na Lei Municipal nº 963/2013 essencialmente em seu art. Nº100;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Abono de Permanência nº 005/2022

RESOLVE:

Art. 1º conceder Abono de Permanência a Servidora **– LIZETE TERESINHA KAIPPERS**, brasileira, inscrita no CPF nº 503.084.321-34 servidora pública Municipal, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** matrícula funcional nº 1651, por ter completado as exigências prevista no art. 12, III, “a”, C/C art. 100 ambos da Lei nº 963/2013, para aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, tendo optado por permanecer em atividade até que complete as exigências para aposentadoria compulsória.

Art. 2º Ficará estipulado como valor do abono de permanência correspondente da contribuição previdenciária a aplicação da alíquota de 14% (quatorze por cento) sobre o vencimento da base atual da tabela salarial, Classe C referência V.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 513 de 17 de agosto de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **A PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2022**, conforme abaixo:

RESSALTA APRESENTAR A DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA PRIMEIRA RETIFICAÇÃO, QUE CONTÉM:

Exclusão do Cargo de Bibliotecário, conforme parecer Nº 183 de 03 de outubro de 2022, da Procuradoria Jurídica Municipal; Alteração da data de realização da prova objetiva, considerando que nos dias 13 e 20 de novembro, haverá aplicação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), aplicado em todo território Nacional.

ONDE SE LIA:

1. CARGOS, VAGAS E SALÁRIOS

ITEM	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO	REMUNERAÇÃO
001	Agente Administrativo	4	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.769,29**
002	Agente Administrativo (Educação)	1	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.769,54**
003	Assistente Social	2	30 h	Graduação em Curso Superior + Inscrição no Conselho Regional da classe.	**R$ 4.057,60**
004	Auditor de Controle Interno	1	40 h	Curso Superior em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia.	**R$ 10.726,03**
005	Bibliotecário	1	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.270,32**
006	Engenheiro Civil	1	40 h	Graduação em Engenharia Civil + Inscrição no Conselho Regional da classe CREA	**R$ 7.890,00**
007	Fiscal de Postura	1	40 h	Ensino Médio Completo + CNH AB	**R$ 2.850,00**
008	Monitor I	4	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.270,32**
009	Motorista do Transporte Escolar	5	40 h	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “D” + Avaliação Prática	**R$ 1.769,56**
010	Motorista	5	40 h	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “B” + Avaliação Prática	**R$ 1.769,29**
011	Procurador Municipal	1	40 h	Graduação no Curso de Direito + Inscrição no Conselho Regional da classe – OAB	**R$ 8.938,59**
012	Professor (Área de atuação Zona Rural)	1	30 h	Ensino Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 4.801,49**
013	Professor (Área de Atuação Zona Urbana)	4	30 h	Ensino Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 4.801,49**
014	Psicólogo	3	40 h	Graduação no Curso superior de Psicologia + Inscrição no Conselho Regional da classe.	**R$ 4.057,60**
015	Técnico de Desenvolvimento Infantil	6	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.270,32**
CARGOS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO					
016	Procurador Jurídico	1	20 h	Graduação em Curso de Direito + Inscrição no Conselho Regional da classe – OAB.	**R$ 4.465,00**
017	Controlador Interno	1	20 h	Ensino Superior. Habilitação: Curso Superior em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia. Idoneidade moral e reputação ilibada. O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados, atendimento ao público e ao uso de uniforme.	**R$ 5.360,00**
018	Coordenador de Tecnologia da Informação	1	20 h	Ensino Superior na área de tecnologia da informação; Demais requisitos exigidos em edital	**R$ 4.000,00**

2.1. As atribuições de cada cargo encontram-se descritas no **Anexo I** deste Edital

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições ficarão abertas entre às 00 horas e 01 minutos do **dia 04 de outubro de 2022** até às 23 horas e 59 minutos (horário oficial de Mato Grosso) do **dia 27 de outubro de 2022**, através do endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br.

3.2. As inscrições serão realizadas somente via internet no endereço eletrônicowww.metodoesolucoes.com.br , durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Concurso Público, conforme o procedimento estabelecido abaixo:

a) Ler atentamente este Edital e seus anexos, certificando-se que possui todos os requisitos exigidos para investidura no cargo;

b) Preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet;

c) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária até o vencimento.

3.3. O vencimento do pagamento das inscrições para ter sua validade, será até o **dia 28 de outubro de 2022.**

3.4. O valor da taxa de inscrição será a seguinte:

Cargos de Nível Superior	**R$120,00**
Cargos de Nível Médio Completo e Técnico	**R$ 100,00**
Cargos de Nível Fundamental	**R$ 70,00**

3.2.3. O boleto bancário com vencimento até o dia **28 de outubro de 2022**, disponível no endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br somente poderá ser impresso após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.2.4. As inscrições realizadas via internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

3.2.5. A empresa Método e Soluções Educacionais LTDA não se responsabiliza por solicitações e inscrições via internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitam a transferência de dados.

3.2.6. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

3.2.7. O descumprimento das instruções via internet implicará a não efetivação da inscrição.

3.2.8. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

3.2.9. Ao inscrever-se no Concurso Público é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

3.2.10. As informações prestadas no formulário de inscrição via internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.2.11. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

3.2.11.1. O candidato poderá realizar somente uma inscrição para Prefeitura Municipal e uma Inscrição para Câmara Municipal;

3.2.12. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: não realização ou anulação do Concurso Público.

3.2.13. Não serão aceitas inscrições por via postal, transferência de conta corrente, pix, DOC, TED, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital.

10. DAS DATAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1. A prova objetiva será realizada no dia **13/11/2022**, com previsão de início às 08h (oito horas) e término às 12h (doze), para os cargos da Prefeitura Municipal e início as 14h (quatorze horas) e término as 18h (Dezoito horas), para os cargos da Câmara Municipal, considerando o horário de Cuiabá/MT. Esses horários estão sujeitos à alteração, considerando-se o número de inscritos no Concurso Público e a quantidade de carteiras e salas, disponíveis no Município. 10.2. Previsão para divulgação do local de prova objetiva dia **09/11/2022**. A ser publicado em Edital complementar.

10.3. Em caso de atraso para o início das provas, será acrescido ao horário previsto para o término.

10.4. **EXCEPCIONALMENTE**, a contar pelo número de candidatos inscritos, as datas e horários previstos no item 10, podem ser alterados.

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

DATA	EVENTOS
19/09/2022	Publicação Edital do Concurso
20/09 e 21/09/2022	Prazo para impugnação ao Edital
26/09/2022	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
04/10 a 27/10/2022	**Período das inscrições**
04 a 05/10/2022	Data de pedido de isenção de taxas
11/10/2022	Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas
13 e 14/10/2022	Prazo para recurso contra a divulgação ao pedido de isenções de taxas indeferidas.
20/10/2022	Divulgação do resultado dos recursos contra a isenção de taxas indeferidas.
28/10/2022	**Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.**
01/10/2022	Publicação da Relação dos inscritos
03 e 04/11/2022	Prazo para recurso em relação a relação dos inscritos
07 a 11/11/2022	Período para envio da prova de Títulos para os cargos de nível superior;
09/11/2022	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
09/11/2022	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
09/11/2022	Publicação do Edital Complementar – Local de provas, objetiva, e títulos
13/11/2022	**Aplicação da Prova objetiva.** **08h – CARGOS REFERENTES A PREFEITURA MUNICIPAL** **14h – CARGOS REFERENTES A CÂMARA MUNICIPAL**
14/11/2022	Publicação gabarito preliminar da prova objetiva.
15 e 16/11/2022	Período de recursos contra o gabarito preliminar.
28/11/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva; Publicação do gabarito oficial da prova objetiva; Divulgação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva; Divulgação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos.
29 e 30/11/2022	Período de Recurso contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva; Período de Recurso contra o Resultado da Prova de Títulos.
07/12/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova Objetiva; Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova de Títulos; Divulgação do resultado definitivo da Prova Objetiva; Divulgação do resultado definitivo da Prova de Títulos;
18/12/2022	Realização da prova prática para os cargos de Motorista
09/01/2023	Divulgação da Nota da prova prática para os cargos de motorista;
10 e 11/01/2022	Período de recursos contra o resultado preliminar da prova prática.
16/01/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova Prática; Divulgação do resultado final da prova prática; Divulgação do resultado preliminar dos classificados e aprovados no Concurso Público de São José do Rio Claro.
17 e 18/01/2023	Prazo de recurso contra o resultado preliminar dos classificados e aprovados no Concurso Público de São José do Rio Claro.
24/01/2023	Divulgação da decisão dos recursos contra a relação ao resultado preliminar dos classificados e aprovados no concurso; **Divulgação do Resultado Final do Concurso 001/2022, do Município de São José do Rio Claro - MT.**
24/01/2023	Previsão de Homologação do Concurso Público de São José do Rio Claro, pela Gestão Municipal.

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT e Método Soluções Educacionais.

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do Concurso Público serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT, publicado na internet, no diário oficial da AMM e no site www.metodoesolucoes.com.br.

PASSA SE A LER:

2. CARGOS, VAGAS E SALÁRIOS

ITEM	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO	REMUNERAÇÃO
001	Agente Administrativo	1 + CR	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.769,29**
002	Agente Administrativo (Educação)	1	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.769,54**
003	Assistente Social	1 + CR	30 h	Graduação em Curso Superior + Inscrição no Conselho Regional da classe.	**R$ 4.057,60**
004	Auditor de Controle Interno	1	40 h	Curso Superior em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia.	**R$ 10.726,03**
006	Engenheiro Civil	1	40 h	Graduação em Engenharia Civil + Inscrição no Conselho Regional da classe CREA	**R$ 7.890,00**
007	Fiscal de Postura	1	40 h	Ensino Médio Completo + CNH AB	**R$ 2.850,00**
008	Monitor I	1 + CR	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.270,32**
009	Motorista do Transporte Escolar	1 + CR	40 h	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “D” + Avaliação Prática	**R$ 1.769,56**
010	Motorista	1 + CR	40 h	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria “B” + Avaliação Prática	**R$ 1.769,29**
011	Procurador Municipal	1	40 h	Graduação no Curso de Direito + Inscrição no Conselho Regional da classe – OAB	**R$ 8.938,59**
012	Professor (Área de atuação Zona Rural)	1	30 h	Ensino Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 4.801,49**
013	Professor (Área de Atuação Zona Urbana)	1 + CR	30 h	Ensino Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 4.801,49**
014	Psicólogo	1 + CR	40 h	Graduação no Curso superior de Psicologia + Inscrição no Conselho Regional da classe.	**R$ 4.057,60**
015	Técnico de Desenvolvimento Infantil	1 + CR	40 h	Ensino Médio Completo	**R$ 1.270,32**
CARGOS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO					
016	Procurador Jurídico	1	20 h	Graduação em Curso de Direito + Inscrição no Conselho Regional da classe – OAB.	**R$ 4.465,00**
017	Controlador Interno	1	20 h	Ensino Superior. Habilitação: Curso Superior em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia. Idoneidade moral e reputação ilibada. O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados, atendimento ao público e ao uso de uniforme.	**R$ 5.360,00**
018	Coordenador de Tecnologia da Informação	1	20 h	Ensino Superior na área de tecnologia da informação; Demais requisitos exigidos em edital	**R$ 4.000,00**

2.1. As atribuições de cada cargo encontram-se descritas no **Anexo I** deste Edital

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições ficarão abertas entre às 00 horas e 01 minutos do **dia 04 de outubro de 2022** até às 23 horas e 59 minutos (horário oficial de Mato Grosso) do **dia 20 de outubro de 2022**, através do endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br.

3.2. As inscrições serão realizadas somente via internet no endereço eletrônicowww.metodoesolucoes.com.br , durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Concurso Público, conforme o procedimento estabelecido abaixo:

a) Ler atentamente este Edital e seus anexos, certificando-se que possui todos os requisitos exigidos para investidura no cargo;

b) Preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet;

c) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária até o vencimento.

3.3. O vencimento do pagamento das inscrições para ter sua validade, será até o **dia 21 de outubro de 2022.**

3.4. O valor da taxa de inscrição será a seguinte:

Cargos de Nível Superior	**R$120,00**
Cargos de Nível Médio Completo e Técnico	**R$ 100,00**
Cargos de Nível Fundamental	**R$ 70,00**

3.2.3. O boleto bancário com vencimento até o dia **21 de outubro de 2022**, disponível no endereço eletrônico www.metodoesolucoes.com.br somente poderá ser impresso após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.2.4. As inscrições realizadas via internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

3.2.5. A empresa Método e Soluções Educacionais LTDA não se responsabiliza por solicitações e inscrições via internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitam a transferência de dados.

3.2.6. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

3.2.7. O descumprimento das instruções via internet implicará a não efetivação da inscrição.

3.2.8. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

3.2.9. Ao inscrever-se no Concurso Público é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

3.2.10. As informações prestadas no formulário de inscrição via internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.2.11. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

3.2.11.1. O candidato poderá realizar somente uma inscrição para Prefeitura Municipal e uma Inscrição para Câmara Municipal;

3.2.12. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: não realização ou anulação do Concurso Público.

3.2.13. Não serão aceitas inscrições por via postal, transferência de conta corrente, pix, DOC, TED, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital.

10. DAS DATAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.5. A prova objetiva será realizada no dia **06/11/2022**, com previsão de início às 08h (oito horas) e término às 12h (doze), para os cargos da Prefeitura Municipal e início as 14h (quatorze horas) e término as 18h (Dezoito horas), para os cargos da Câmara Municipal, considerando o horário de Cuiabá/MT. Esses horários estão sujeitos à alteração, considerando-se o número de inscritos no Concurso Público e a quantidade de carteiras e salas, disponíveis no Município. 10.6. Previsão para divulgação do local de prova objetiva dia **03/11/2022**. A ser publicado em Edital complementar.

10.7. Em caso de atraso para o início das provas, será acrescido ao horário previsto para o término.

10.8. **EXCEPCIONALMENTE**, a contar pelo número de candidatos inscritos, as datas e horários previstos no item 10, podem ser alterados.

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

DATA	EVENTOS
19/09/2022	Publicação Edital do Concurso
20/09 e 21/09/2022	Prazo para impugnação ao Edital
26/09/2022	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
04/10 a 20/10/2022	**Período das inscrições**
04 a 05/10/2022	Data de pedido de isenção de taxas
11/10/2022	Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas
13 e 14/10/2022	Prazo para recurso contra a divulgação ao pedido de isenções de taxas indeferidas.
20/10/2022	Divulgação do resultado dos recursos contra a isenção de taxas indeferidas.
21/10/2022	**Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.**
31/10/2022	Publicação da Relação dos inscritos
01 e 03/11/2022	Prazo para recurso em relação a relação dos inscritos
07 a 11/11/2022	Período para envio da prova de Títulos para os cargos de nível superior;
04/11/2022	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
04/11/2022	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
04/11/2022	Publicação do Edital Complementar – Local de provas, objetiva, e títulos
06/11/2022	**Aplicação da Prova objetiva.** **08h – CARGOS REFERENTES A PREFEITURA MUNICIPAL** **14h – CARGOS REFERENTES A CÂMARA MUNICIPAL**
07/11/2022	Publicação gabarito preliminar da prova objetiva.
08 e 09/11/2022	Período de recursos contra o gabarito preliminar.
28/11/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva; Publicação do gabarito oficial da prova objetiva; Divulgação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva; Divulgação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos.
29 e 30/11/2022	Período de Recurso contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva; Período de Recurso contra o Resultado da Prova de Títulos.
07/12/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova Objetiva; Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova de Títulos; Divulgação do resultado definitivo da Prova Objetiva; Divulgação do resultado definitivo da Prova de Títulos;
18/12/2022	Realização da prova prática para os cargos de Motorista
09/01/2023	Divulgação da Nota da prova prática para os cargos de motorista;
10 e 11/01/2022	Período de recursos contra o resultado preliminar da prova prática.
16/01/2022	Divulgação da decisão dos recursos contra o Resultado preliminar da prova Prática; Divulgação do resultado final da prova prática; Divulgação do resultado preliminar dos classificados e aprovados no Concurso Público de São José do Rio Claro.
17 e 18/01/2023	Prazo de recurso contra o resultado preliminar dos classificados e aprovados no Concurso Público de São José do Rio Claro.
24/01/2023	Divulgação da decisão dos recursos contra a relação ao resultado preliminar dos classificados e aprovados no concurso; **Divulgação do Resultado Final do Concurso 001/2022, do Município de São José do Rio Claro - MT.**
24/01/2023	Previsão de Homologação do Concurso Público de São José do Rio Claro, pela Gestão Municipal.

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT e Método Soluções Educacionais.

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do Concurso Público serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT, publicado na internet, no diário oficial da AMM e no site www.metodoesolucoes.com.br.

São José do Rio Claro - MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 056/2022

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico **PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS GLP EM BOTIJÕES DE 13KG, ÁGUA MINRAL, VASILHAMES PARA ÁGUA, BARRA DE GELO, ALUGUEL DE MESAS, CADEIRAS E CAIXAS TÉRMICAS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FESTIVIDADES.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 19 de outubro de 2022, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h às 13h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**. São José do Rio Claro – MT, 03 de outubro de 2022. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 615/2022

PORTARIA N.º 615/2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES À SERVIDORES.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias Regulares aos servidores no mês de setembro/2022, de acordo com as leis nº 991/2014 e nº 1.193/2018, conforme descrito abaixo:

SERVIDOR	NOME	CARGO
1188	Alberto Cardoso de Castro	Bioquímico/Farmacêutico
2011	Alberto Rafael da Silva	Motorista
2049	Aline dos Santos Souza	Psicólogo
20	Eduardo Aparecido Alcanforado	Motorista
50	Edvaldo Tavares da Silva	Agente Administrativo
2560	Elenice Souza Rocha Xavier	Conselheiro Tutelar
818	Erenita Pereira da Silva	Servidor Braçal
1182	Guerino João Opencoski	Motorista
2067	João Carlos Opencoski	Operador de Maquinas
1965	Joelma Paranhos da Silva	Servidor Braçal
7	José Reinaldo Rodrigues Gouveia	Ajudante de Caminhão
2325	Katrina de Paula	Técnico em Enfermagem
778	Luciana Cristina de Oliveira	Coordenador de Dpto de Contabilidade
2314	Luiza Maria de Souza Guimarães	Cuidador Social
772	Luzia Pereira de Jesus	Técnico em Enfermagem
1540	Marciele Aparecida Morales	Auxiliar de Serviços Gerais
2419	Miqueias Gomes dos Santos	Operador de Maquinas
2414	Ricardo Fernando de Souza	Auxiliar Administrativo
2584	Roberto Carlos Venâncio	Secretário Municipal
1983	Rosilene Batista Meire Santos	Fiscal de Tributos
2508	Sunely Moreira dos Santos	Fiscal de Tributos
2480	Valdinei Eustaque Rosa	Vigia

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.391 DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até **R$ 2.100.000,00 (Dois Milhões e Cem Mil reais)** nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para Inclusão de dotações e fontes de recursos não consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 001 Gabinete da Sec. Mun. de Agric. e Meio Ambiente

Função: 18 Gestão Ambiental

Subfunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0014 São Jose Mais Meio Ambiente Sustentável

Ação: 1064 Aquisição de Imóveis

Elemento de Despesa

4490.61.00.00 Aquisição de Imóveis.....R$ 2. 100.000,00

Fonte De Recursos:

1.500.000000 Recursos Não Vinculados de Impostos ..... R$ 2. 100.000,00

Total de Crédito.....R$ 2. 100.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial do artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação em conformidade com o §1º inciso II do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o poder executivo a promover as alterações descritas no artigo 1º no PPA – Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1.326/2021 de 20 de agosto de 2021, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei municipal nº 1.329/2021 de 21 de setembro de 2021 e na LOA – Lei Orçamentária Anual, Lei Municipal nº 1.346/2021 de 16 de dezembro de 2021.

Art. 4º Ficaautorizado o poder executivo a proceder o reforço do crédito aberto no art. 1º até o limite estabelecido no art. 1º da Lei Municipal nº 1. 347/2021 de 16 de dezembro de 2021.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 03 de outubro de 2022

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
APAE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - RESOLUÇÃO 01/2022

RESOLUÇÃO 01/2022

O presidente da Apae de **São José do Rio Claro-MT**, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando a proximidade do período eleitoral na Apae, resolve: 1. Instituir Comissão Eleitoral, nos termos dos artigos 58, inciso I, e 59 do Estatuto padrão das Apaes, com a finalidade de operacionalizar o processo de eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Apae de **São José do Rio Claro**, que se dará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **21 de novembro de 2022**;

2. Designar como membros efetivos da comissão Eleitoral os abaixo identificados: a) **Andréia Ferreira Batista, CPF: 968.815.181-53, Ciências Contábeis, Secretária Escolar** b) **Maria Elizabeth da Silva, CPF: 461.938.209-49, História, Professora** c) **Marli Rodrigues Bassetto, CPF: 005.008.818-12, Pedagoga, Coordenadora Pedagógica** d) **Ivone Antônia da Rosa Almeida, CPF: 206.712.531-15, Pedagoga, Diretora** e) **Silvia Aparecida Zagonel Silva, CPF: 538.063.361-72, Portugues, Professora.**

3. A comissão Eleitoral ora instituída será responsável pela homologação das inscrições das chapas concorrentes que se apresentarem na secretaria da Apae de **São José do Rio Claro**, **até 20 (vinte) dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral**. Caso o último dia para inscrição das chapas recaia em dia não útil, em que a secretaria da Apae não esteja funcionando, o mesmo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

4. Para a homologação das inscrições das chapas concorrentes, a Comissão Eleitoral deverá observar, obrigatoriamente, os preceitos do Estatuto padrão da **Apae de São José do Rio Claro** e o seu Regimento Interno, se houver.

São José do Rio Claro-MT, 29 de Setembro de 2022.

_____

Claudinei Comerlato

CPF: 628.219.979-49

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Claro-MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 627/2022

PORTARIA N.º 627/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE PARA SERVIDOR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Saúde aos servidores abaixo, conforme discriminado, de acordo com a Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014 e determinação na Perícia Medica n° 07/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA	PERIODO
659	VILMA LOPES DA ROCHA SILVA	Licença para tratamento de saúde	30/08/2022 à 31/12/2022 Perícia Médica
2483	VALQUIRIA APARECIDA BEZERRA	Licença para tratamento de saúde	29/08/2022 à 27/10/2022 Perícia Médica
2271	SIRLEI DE SOUZA S. VENÂNCIO	Licença para tratamento de saúde	23/09/2022 à 22/10/2022 Perícia Médica
2601	CLEIDE MARIA ANZIL	Licença para tratamento de saúde	06/09/2022 à 05/11/2022 Perícia Médica
2608	LIONORA VANIA PEREIRA	Licença para tratamento de saúde	27/09/2022 à 26/10/2022 Perícia Médica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 606/2022

PORTARIA N.º 606/2022

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a readaptação e prorrogação da Readaptação de Função aos servidores abaixo relacionados, conforme determinação na Perícia Médica n° 06/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA:	PERÍODO LICENÇA
2395	Rita Aparecida dos Santos	Continuar a readaptação de função.	24/07/2022 à 29/08/2023
2356	Silvia A. Zagonel da Silva	Continuar a readaptação de função	18/08/2022 à 24/02/2023
2031	Maria Vera Lucia Lopes	Readaptação de função.	30/08/2022 à 27/11/2022
2370	Adriano Batista	Readaptação de função	01/08/2022 à 25/02/2023
1987	Damiana Fernades Costa	Readaptação de função	30/05/2022 à 31/10/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 640/2022

PORTARIA N.º 640/2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por iniciativa do Empregado a Srª **JANAINE CLEMENTE DE OLIVEIRA,** Conselheira Tutelar, matrícula nº 2561, lotada no Conselho Tutelar do Município de São José do Rio Claro- MT a partir do dia 03/10/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Portaria nº 16/2020 de 10 de janeiro de 2020 e disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 634/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 199/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **KELJA SILVA DE ASSIS** como Fiscal Titular,e **ELIANE ALVES PEREIRA** como Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionado ao Pregão Eletrônico N.º 49/2022:

ATA N.º	EMPRESA	CNPJ
199/2022	COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA	37.479.359/0005-27

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 610/2022

PORTARIA N.º 610/2022

DISPÕE SOBRE RETORNO DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza, o retorno de Licença Saúde a servidora **LIVRADA DA SILVA SATEL,** matrícula funcional nº 2013, efetiva no cargo de Servidor Braçal a partir de 30/08/2022 conforme determinação da Perícia Médica n° 06/2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 623/2022

PORTARIA N.º 623/2022

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA LEIDA JACOB MARIANO DE SOUZA.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO o artigo nº 154 da Lei nº 991 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; e

CONSIDERANDO os artigo nº 41 e 102 da Lei Complementar 963/2013 de 27 de Junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Averbação de Tempo de Serviço nº 011/2022.

RESOLVE:

Art. 1º AVERBAR o tempo de serviço/contribuição, conforme a Certidão de Tempo de contribuição do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS emitido a servidora **LEIDA MARIAO JACOB.**

Art. 2° O período averbado totaliza 05 (cinco) anos, 01 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
APAE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA,CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL APAE DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO –MATO GROSSO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da APAE de São José do Rio Claro, com sede na rua Nobres, nº 92, bairro Planalto, por meio de sua Diretoria Executiva,devidamente representada por seu Presidente Senhor Claudinei Comerlato, **CONVOCA** pelo presente edital, todos os associados especiais e contribuintes da APAE, para a **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA,** que será realizada na sede da APAE, às 18:00 horas, no dia 21/11/2022, com a seguinte ordem do dia:

1-Apreciação do relatório de atividades da gestão 2020/2022.

2-Apreciação e aprovação das contas dos exercícios 2020/2022,mediante parecer do Conselho Fiscal.

3-Eleição da Diretoria Executiva,Conselho de Administração e Conselho Fiscal da APAE de São José do Rio Claro, em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso III e 26 do Estatuto padrão da APAE de São José do Rio Claro-MT.

A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na secretaria da APAE até 20 (vinte) dias antes da eleição,que se realizará dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral. (Art. 58, inciso I,do Estatuto padrão da APAE.)

Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matricula e a frequência regular há pelo menos 01 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da APAE há, no mínimo, 01(um) ano,estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no movimento APAEANO. (art. 58, inciso II, do novo estatuto padrão das APAES).

É vedada a participação de funcionários da APAE na diretoria executiva, no conselho de administração e no conselho fiscal, com vinculo empregatício direto ou indireto (art. 58, inciso VI, do novo estatuto padrão das APAES).

A assembleia geral instalar – se à em primeira convocação as 17:30 horas, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, não exigindo a lei quorum especial (art.24, §2°, do novo estatuto padrão das APAES).

São José do Rio Claro-MT, 29 de Setembro de 2022.

_____

Claudinei Comerlato

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Claro-MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 609/2022

PORTARIA N.º 609/2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, artigo 144 da Lei Municipal Nº 991/2014 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, a Licença por motivo de doença em pessoa da família, à servidora efetiva **ANTONIA DE CARVALHO ADÃO**,matrículanº 2371, pelo período de **30 (trinta) dias** 19/08/2022 á 17/09/2022, conforme a disposição no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
APAE SJRC/MT - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

PARA ELEIÇÃO DOS AUTODEFENSORES

APAE DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO –MATO GROSSO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da APAE de São José do Rio Claro, com sede na rua Nobres, nº 92, bairro Planalto, por meio de sua Diretoria Executiva,devidamente representada por seu Presidente Senhor Claudinei Comerlato, **CONVOCA** pelo presente edital, todas as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE, (art. 44,§ 2º, do Estatuto) para a **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA,** que será realizada na sede da APAE, às 16:30 horas, no dia 21/11/2022, com a seguinte ordem do dia:

1-Eleição dos autodefensores da Apae de São José do Rio Claro, em cumprimento ao disposto no art. 10, inciso XXIV e art. 44 do Estatuto da APAE de São José do Rio Claro.

2- A autodefensoria será composta de 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) efetivos, 01 (um) do sexo masculino e outro do sexo feminino, e 02 (dois) suplentes, 01 (um) do sexo masculino e outro do sexo feminino (art. 44, § 1º, do Estatuto).

3- Somente poderão integrar as chapas para a eleição dos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estajam matriculadas e sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE (art. 44, § 2º, do Estatuto).

4- A Assembleia Geral instalar-se-à em primeira convocação às 16:00 horas, com a presença da maioria dos seus integrantes e, em segunda convocação com qualquer número meia hora depois, não exigindo a lei quórum especial (art. 24, § 2º, do Estatuto).

São José do Rio Claro-MT, 29 de Setembro de 2022.

_____

Claudinei Comerlato

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Claro-MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 630 /2022

PORTARIA N.º 630 /2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO HORIZONTAL E PROGRESSÃO VERTICAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal e Progressão Vertical dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro-MT, no mês de **abril/2022**, conforme discriminado na tabela a seguir:

PROGRESSÃO VERTICAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
ANGELA DOMINGAS DA SILVA	COZINHEIRA	C2	C3	ago/20
BENEDITO MARCELO LEMES	MOTORISTA	C2	C3	fev/21
VANDERLEIA GOMES SILVA	COZINHEIRO	A2	A3	fev/22
EDINA MARTELLO DE OLIVEIRA CANDIDO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A2	A3	fev/22
MARIA APARECIDA RODRIGUES DE NOVAES	SERVIDOR BRAÇAL	B1	B2	dez/20
SEBASTIÃO LUIZ OPENCOSKI	MOTORISTA	C2	C3	Out/20
PROMOÇÃO HORIZONTAL				
SERVIDOR	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**CLASSE/ NÍVEL PROGREDIDO**	**EFEITOS DESDE**
MARIA APARECIDA RODRIGUES DE NOVAES	SERVIDOR BRAÇAL	B2	C1	mar/22
SANDRA MARIA NASCIMENTO TOMAZ	AGENTE ADMINISTRATIVO (EDUC)	A3	B1	abr/22

Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo da respectiva Promoção Horizontal e Progressão Vertical aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria.

Art. 3º A veracidade das informações e documentos apresentados ao Departamento de Recursos Humanos, são de inteira responsabilidade dos Servidores interessados, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e demais sansões administrativas cabíveis previstas na Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a abril de 2022, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro – MT, 30 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 628/2022

PORTARIA N.º 628/2022

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE PARA SERVIDOR.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Saúde aos servidores abaixo, conforme discriminado, de acordo com a Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014 e determinação na Perícia Medica n° 07/2022.

MATRICULA	NOME	LICENÇA	PERIODO
1426	JOAQUIM DE OLIVEIRA	Licença para tratamento de saúde	Até 31/12/2022 Perícia Médica
91	FRANCISCO A. XAVIER ALVES	Licença para tratamento de saúde	Até 31/12/2022 Perícia Médica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 03 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2022

A prefeitura municipal de São José do Rio Claro-MT, através da sua pregoeira oficial, torna público aos interessados, que o pregão eletrônico 050/2022**registro de preços para futura e eventual aquisição de veículo novo 0 km, tipo ônibus, destinado a secretaria de promoção e assistência social, do município São José do Rio Claro/MT,** sofreu retificações: **1) ONDE SE – LÊ:**Micro-Ônibus / DV9L Rodoviário 33 lugares. Ar condicionado de teto central 85.000 BTU's. Motor Mercedes Benz 156 cv, PBT de 9.400 kg, garantia de 1 ano, freio pneumático com ABS, suspensão dianteira interligado por mola parabólica e amortecedores telescópicos, e suspensão traseira interligado por mola semielíptica e amortecedores telescópicos, freio pneumático com ABS, porta dobradiça com sistema door brake, bagageiro traseiro ampliado, poltrona do motorista com amortecimento hidráulico, cortinas, poltrona dos passageiros executiva 940 mm (reclinável), cinto de segurança 2 pontos retrátil, descansa braços laterais e central, porta copos, tomada 12v no painel, sirene de marcha ré, itinerário eletrônico, revestimento das poltronas em tecido, porta pacotes com iluminação, preparação para DVD/monitor com chave seletora, rádio com USB, sanefa. Equipamentos/Acessórios Exigidos Pelo Contran. Com Sistema de acessibilidade.

2) LEIA-SE: Micro-Ônibus -Rodoviário 33 lugares. Ar condicionado de teto central 85.000 BTU's. Motor movido a diesel, PBT de 9.400 kg, garantia de 1 ano, freio pneumático com ABS, suspensão dianteira interligado por mola parabólica e amortecedores telescópicos, e suspensão traseira interligado por mola semielíptica e amortecedores telescópicos, freio pneumático com ABS, porta dobradiça com sistema door brake, bagageiro traseiro ampliado, poltrona do motorista com amortecimento hidráulico, cortinas, poltrona dos passageiros executiva 940 mm (reclinável), cinto de segurança 2 pontos retrátil, descansa braços laterais e central, porta copos, tomada 12v no painel, sirene de marcha ré, itinerário eletrônico, revestimento das poltronas em tecido, porta pacotes com iluminação, preparação para DVD/monitor com chave seletora, rádio com USB, sanefa. Equipamentos/Acessórios Exigidos Pelo Contran. Com Sistema de acessibilidade.

Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública às **15h00min (Horário de Brasilia), do dia 18 de outubro de 2022**, pela plataforma da BLL.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.saojosedorioclaro.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3386-1482. Tatiane Ilma Grolli Baggio-Pregoeira Oficial.03 de outubro de 2022.São José do Rio Claro-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: JOOST BLANKENDAAL - ME

CNPJ: 20.421.724/0001-16

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/09/2022 até 23/09/2022

O valor global do referido Contrato é de R$ 24.200,00 (Vinte quatro mil e duzentos reais).

OBJETO: **1.** Contratação de PRESTAÇÃO de serviços, LOCAÇÃO por temporada dos 4 apartamentos do Chalé Marambaia que compreende a 2 quartos Vista do Jardim, 2 quartos vista do Mar, 3 unidades de Bangalô, Chalé do Mangue, Quarto do Pescador, Quarto Casal e Quarto do Rio Camurupim na Pousada Theodora, para viagem do grupo de idosa amabilidade para conhecer o mar na cidade de Luís Correia – PI.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/1993 COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 03/10/2022

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /
_____
AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERCEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 030/2021

TERCEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI - ME

VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL COM ADITIVOS: R$ 401.598,14 (Quatrocentos e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e quatorze centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 21/10/2021 ATÉ 22/11/2022.

OBJETO 1.1. Altera a CLÁUSULA QUARTA do **TERMO DE CONTRATO Nº 030/2021**, ficando ADITIVADO os valores unitários conforme os itens da tabela anexa.

1.1. Conforme dispõe o artigo 65 parágrafos 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, onde o valor do aditivo é de **R$ 52.787,18** (Cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezoito centavos). Passando o valor do Contrato de **R$ 348.810,96** (Trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e dez reais e noventa e seis centavos), para **R$ 401.598,14** (Quatrocentos e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e quatorze centavos).

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021

DATA: 03/10/2022

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/1993 COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
QUARTO EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 024/2018

QUARTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: OMEGA TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL COM ADITIVOS: R$ 68. 935,08 (Sessenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e oito centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 18/09/2022 ATÉ 18/09/2023.

OBJETO: **2.1.** O presente aditivo tem por objetivo de prorrogar o prazo de vigência do contrato para mais 12 (doze) meses que serão contados a partir de **18/09/2022 a 18/09/2023.**

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. Altera o item 3.2.1 do contrato original. O valor do contrato original que era de **R$** 62.628,48 (sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos) haverá **REQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DE VALOR** de acordo com índice de inflação oficial do governo federal (IPCA) com o percentual de 10,07% sobre o valor do contrato perfazendo o novo valor global **R$ 68.935,08** (Sessenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e oito centavos) que serão pagos em **12 (doze)** parcelas mensais e consecutivas no valor de **R$ 5.744,59** (cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) cada. As demais clausulas continuará vigorandonas mesmas condições anteriores.

PROVENIENTE DO PREGÃO PARA ADESÃO 017/2018.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/1993 COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 03/10/2022

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 867/2022

LEI MUNICIPAL Nº 867/2022 São José Xingu – MT 16 de setembro de 2022

Institui o Dia Municipal do ciclista, no âmbito do Município de São José do Xingu-MT, a ser comemorado no dia 08 de fevereiro, e dá outras providências.

A Vereadora Rosa Pereira do Lago, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o disposto no art. 49, da Lei Orgânica Municipal, apresenta para apreciação e deliberação do Soberano Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Ciclista no Município de São José do Xingu-MT, a ser celebrado no dia 08 de fevereiro de cada ano.

Art. 2º - São os objetivos deste Dia:

I – Difundir o uso da bicicleta, tanto na forma de exercício físico, quanto como meio de transporte;

II – Promover a conscientização da importância do ciclismo e da prática de esportes como instrumentos de qualidade de vida;

III – Desenvolver o mútuo respeito entre ciclistas, motoristas e pedestres.

Art. 3º- O Poder Executivo poderá promover a divulgação do "Dia Municipal do Ciclista", realizando torneios e provas, palestras, seminários, painéis e quaisquer outros eventos que tenham por objetivo ressaltar a figura do homenageado e mobilizar e sensibilizar a sociedade cível acerca dos benefícios do uso da bicicleta para a saúde, meio ambiente e para o trânsito.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 16 de setembro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI - ME CNPJ: 22. 446.279/0001-74

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/09/2022 até 01/09/2023

O valor global do referido Contrato é de R$ 439.200,00 (Quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos reais).

OBJETO: 1.1. 0 objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa do tipo "Casa de Apoio", situada exclusivamente na capital do estado, Cuiabá, para atendimento de pacientes em tratamento de saúde encaminhados pelos município.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/1993 COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 03/10/2022

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: POLIANA GONÇALVES DIAS CNPJ: 06.914.110/ 0002-26

PRAZO DE EXECUÇÃO: 09/09/2022 até 09/09/2023

O valor global do referido Contrato é de R$ 100.800,00 (Cem mil e oitocentos reais).

OBJETO: **1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de fisioterapia para atender a demanda do Distrito de Santo Antônio do Fontoura, na área de ortopedia e traumatologia, neurologia, cardiorrespiratória, desportivas, ginecologia e obstétrica e atendimento jun-**

to a Equipe de Saude da Família II Rural SJX, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/1993 COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 03/10/2022

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
PORTARIA Nº 026/2022

PORTARIA N.º 026/2022 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Doralice Marques Caldeira".

*O Diretor Executivo do **PREVIQUAM -** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II", "III" da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de julho de 2005.*

Resolve

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da servidora **Sra. Doralice Marques Caldeira**, portadora do RG n. º 0913052-7 SSP/MT, inscrita no CPF n. º 488.686.981-53 *e da* Cédula Eleitoral de n. º 000755121856, Zona "052", Seção "0197", efetiva no cargo deAuxiliar de Serviços Internos**, Nível "A", Referência "25",** matrícula n.º 14175-1, contando com um total de 11.065 dias trabalhados, ou seja, 30 (trinta) anos, 03 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com **proventos integrais e com direito a paridade** conforme o processo do PREVIQUAM n.º 011/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se neste ato disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 03 de outubro de 2022.

Miguel Souza de Andrade Junior

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Jamis Silva Bolandin

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata de Registro de Preço nº 36/2022

Processo: nº 162/2022 – Pregão Eletrônico nº 36/2022

Assinada em 03/10/2022

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM TANQUE DE 15.000L PARA PIPA (CONJUNTO DE EQUIPAMENTO PARA USO AGRÍCOLA NOVO) - CONFORME CONVÊ NIO 910107/2021".

Fornecedor: A. A. VERONA & CIA. LTDA.

CNPJ: 07.077.077/0001-09

Valor Total: R$129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de outubro de 2022.

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 374 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de SECRETARIO DE FAZENDA o Senhor JEOVANE ALVES DE SOUZA, portador do RG 2165098-5 SSP/MT e do CPF. 044.067.651-74, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREVIQUAM
PORTARIA Nº 028/2022

PORTARIA N.º 028/2022 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Geraldo Paiva".

*O Diretor Executivo do **PREVIQUAM -** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II", "III" da Emenda Constitucional n.º 47/05, de 05 de julho de 2005.*

Resolve

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do servidor **Sr. Geraldo Paiva**, portador do RG n.º 298978 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 396.376.111-34, efetivo no cargo de **Auxiliar de Serviços Externos, *Nível "A", Referência "25",*** matrícula n.º 10642, contando com um total de 12.818 dias trabalhados, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 13 (treze) dias de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com **proventos integrais e com direito a paridade** conforme o processo do PREVIQUAM n.º 013/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se neste ato disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 03 de outubro de 2022.

Miguel Souza de Andrade Junior

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Jamis Silva Bolandin

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 377 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor LUCAS PAES FERREIRA, no período de 03/10 a 01/11/2022, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 159/2022 na Modalidade **Pregão Eletrônico 35/2022,** OBJETO: **"*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA*"**

Sendo as empresas vencedoras:

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 03.652.030/0001-70; perfazendo um valor de **R$ 40.132,00 (quarenta mil e cento e trinta e dois reais);**

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 40.274.237/0001-85; perfazendo um valor de **R$ 48.273,00 (quarenta e oito mil e duzentos e setenta e três reais);**

CM HOSPITALAR S.A. – CNPJ: 12.420.164/0009-04; perfazendo um valor de **R$ 80.250,00 (oitenta mil e duzentos e cinquenta reais);**

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA – CNPJ: 67.729.178/0004-91; perfazendo um valor de **R$ 71.508,00 (setenta e um mil e quinhentos e oito reais);**

CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 12.418.191/0001-95; perfazendo um valor de **R$ 10.840,00 (dez mil e oitocentos e quarenta reais);**

DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 41.511.821/0001-70; perfazendo um valor de **R$ 17.090,00 (dezessete mil e noventa reais);**

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 02.520.829/0001-40; perfazendo um valor de **R$ 31.650,00 (trinta e um mil e seiscentos e cinquenta reais);**

DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 07.640.617/0002-00; perfazendo um valor de **R$ 31.750,00 (trinta e um mil e setecentos e cinquenta reais);**

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI – CNPJ: 25.279.552/0001-01; perfazendo um valor de **R$ 15.029,00 (quinze mil e vinte e nove reais);**

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 01.417.694/0004-72; perfazendo um valor de **R$ 24.243,50 (vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos);**

DMB - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BELTRAO EIRELI – CNPJ: 34.093.466/0001-09; perfazendo um valor de **R$ 20.375,00 (vinte mil e trezentos e setenta e cinco reais);**

DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO D MEDICAMENTOS EIRELI – CNPJ: 16.970.999/0001-31; perfazendo um valor de **R$ 73.740,00 (setenta e três mil e setecentos e quarenta reais);**

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 28.093.678/0001-85; perfazendo um valor de **R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais);**

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – CNPJ: 03.250.803/0001-92; perfazendo um valor de **R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);**

FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 40.724.582/0001-73; perfazendo um valor de **R$ 75.090,00 (setenta e cinco mil e noventa reais);**

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 25.034.906/0001-58; perfazendo um valor de **R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais);**

HM CIRURGICA LTDA – CNPJ: 30.981.531/0001-73; perfazendo um valor de **R$ 8.002,00 (oito mil e dois reais);**

INOVAMED HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 12.889.035/0001-02; perfazendo um valor de **R$ 81.862,50 (oitenta e um mil e oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);**

LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 19.391.064/0001-99; perfazendo um valor de **R$ 18.580,00 (dezoito mil e quinhentos e oitenta reais);**

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 28.418.133/0001-00; perfazendo um valor de **R$ 85.616,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos e dezesseis reais);**

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – CNPJ: 20.918.668/0001-20; perfazendo um valor de **R$ 7.395,00 (sete mil e trezentos e noventa e cinco reais);**

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 14.595.725/0001-84; perfazendo um valor de **R$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais);**

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 81.706.251/0001-98; perfazendo um valor de **R$ 15.570,00 (quinze mil e quinhentos e setenta reais);**

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI – CNPJ: 06.065.614/0001-38; perfazendo um valor de **R$ 14.764,00 (quatorze mil e setecentos e sessenta e quatro reais);**

TOTAL GERAL DO PROCESSO R$ 819.340,00 (oitocentos e dezenove mil e trezentos e quarenta reais)

Homologado em 30/09/2022. JAMIS SILVA BOLANDIN – Prefeito.

Vanessa da Rocha Avelino (Portaria 304/2021) – Pregoeira. PMSJQM, 03/10/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 373 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONTÍNUO / AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS por motivo de APOSENTADORIA POR TEM-

PO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora DORALICE MARQUES CALDEIRA, nomeada através da PORTARIA – GP Nº 126 DE 17 DE JUNHO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 372 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONTÍNUO / AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS por motivo de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora CREUZA DOS SANTOS, nomeada através da PORTARIA – GP Nº 048 DE 14 DE MARÇO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 007/2021, **DISTRATANTE**: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADO**: **MARLON LINCON PUGER DE OLIVEIRA**. CPF: 060.481.591-37. **Objeto:** Estágio nas Dependências da Secretaria de Assistência Social**. Data**: 30/09/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 371 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS por motivo de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, o servidor GERALDO PAIVA, nomeado através da PORTARIA – DRH Nº 138 DE 02 DE ABRIL DE 1997.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor ALESSANDRO CASADO DA SILVA, no período de 03/10 a 01/11/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREVIQUAM
PORTARIA Nº 027/2022

PORTARIA N.º 027/2022 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Creuza dos Santos".

*O Diretor Executivo do **PREVIQUAM -** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II", "III" da Emenda Constitucional n.º 47/05, de 05 de julho de 2005.*

Resolve

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da servidora **Sra. Creuza dos Santos**, portadora do RG n. º 0793189-1 SESP/MT, inscrita no CPF n. º 483.391.211-20 *e da* Cédula Eleitoral de n. º 000754361864, Zona "052", Seção "0172", efetiva no cargo deAuxiliar de Serviços Internos**, Nível "A", Referência "25",** matrícula n.º 1526-1, contando com um total de 11.211 dias trabalhados, ou seja, 30 (trinta) anos, 08 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com **proventos integrais e com direito a paridade** conforme o processo do PREVIQUAM n.º 012/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se neste ato disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 03 de outubro de 2022.

Miguel Souza de Andrade Junior

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Jamis Silva Bolandin

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 375 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE GABINETE o Senhor MARLON LINCON PUGER DE OLIVEIRA, portador do RG 3163220-3 SESP/MT e do CPF. 060.481.591-37, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 378 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora LISANDRA EVANGELISTA, no período de 03/10 a 01/11/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 162/2022 na Modalidade **Pregão Eletrônico 36/2022,** OBJETO: ***"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM TANQUE DE 15.000L PARA PIPA (CONJUNTO DE EQUIPAMENTO PARA USO AGRÍCOLA NOVO) - CONFORME CONVÊNIO 910107/2021"***

Sendo a empresa vencedora:

A. A. VERONA & CIA. LTDA. – CNPJ: 07.077.077/0001-09; perfazendo um valor de **R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais);**

Homologado em 03/10/2022. JAMIS SILVA BOLANDIN – Prefeito.

Vanessa da Rocha Avelino (Portaria 304/2021) – Pregoeira. PMSJQM, 03/10/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 379 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial por assiduidade ao servidor SEVERINO BIANCHINI, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2011/2016**, será de 90 (noventa) dias, de 03 de outubro a 31 de dezembro de 2022.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CONTABILIDADE
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022 E ELABORAÇÃO DA LDO 2023

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E LDO 2023

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16 (dezesseis) horas, na Câmara Municipal e no Facebook da Prefeitura de São Pedro da Cipa, deu-se início a Audiência Pública sobre o as metas fiscais para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao segundo quadrimestre do ano de 2022, em cumprimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A abertura foi realizada pelo secretário de governo, Luiz Carlos da Silva, que agradeceu a presença dos participantes e destacou a importância do tema em epígrafe.

Após as formalidades iniciais foi declarada aberta a audiência pública para apresentação dos dados referentes à gestão fiscal.

O contador, Thales Schmitz, recebeu a oportunidade da palavra e, agradecendo aos presentes, iniciou a apresentação ressaltando que os dados utilizados são provenientes de relatórios contábeis extraídos do sistema de contabilidade pública da Fiorilli.

Foi informada a receita arrecada (R$ 22.559.387,11), a despesa empenhada (R$ 21.814.640,80) e paga (R$ 20.100.391,67) e os principais índices que aferem o equilíbrio das contas públicas bem como o atingimento das metas fiscais. Destacam-se os principais: 32,65% em Educação; 16,68% em Saúde; 39,30% em Despesa com Pessoal. Os restos a pagar no início do exercício eram de R$ 49.452,24 (quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), dos quais já foram pagos R$ 41.766,12 (quarenta e um mil, setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos). E, por último, não menos importante, foi informada a regularidade dos pagamentos do parcelamento junto ao INSS – dívida conso-

lidada líquida em 31 (trinta) de agosto de 2022 no valor de R$ 281.429,97 (duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos).

Na sequência, a palavra foi passada a enfermeira (representeando a secretaria de saúde, Srta. Kártia), a qual abordou as principais atividades desenvolvidas pela pasta no respectivo período, dando ênfase no número de atendimentos, vacinas, cirurgias, exames e ações específicas para promover melhor qualidade de vida aos cidadãos, bem como esclareceu a importância de convênios celebrados pelo órgão público para melhor atender os munícipes.

Por sua vez, o Secretário de Agricultura, Cláudio Francisco dos Santos, fez sua apresentação tecendo comentários importantes sobre o incentivo ao produtor, parcerias com outros órgãos e reuniões com empresários e demais interessados para o fomento da agricultura na região (sobretudo a produção de leite) que permitirá o aumento da oferta de trabalho e renda e economia de forma geral.

Adiante, o representante da secretaria de obras, Sr. Romilton, explanou sobre as principais atividades do período e colocou-se à disposição da população são-pedrense para demais esclarecimentos, sugestões ou reclamações.

Terminados as apresentações, o Secretário Luiz agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência.

Eu, Luiz Carlos da Silva – Secretário de Governo – lavrei a presente ata. Sendo que os presentes (exceto os que acompanharam virtualmente) assinam abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022

EDITAL Nº. 003/2022

3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada - MT, Sr. **ELSON FARAS DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2022, para comparecer no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, situada a Rua 03 S/N, Centro, Serra Nova Dourada-MT, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para admissão e posse no Serviço Público, o candidato deverá apresentar documentação original ou fotocópia autenticada dos seguintes documentos e a declarações contidas no edital:

ü Cédula de Identidade **(RG);**

ü Certidão de Casamento ou Nascimento; CPF do Cônjuge, Companheiro (a).

ü Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

ü Cartão de Identificação do Contribuinte **(CPF);**

ü Cartão do PIS/PASEP;

ü Título de Eleitor e comprovante de regularidade junto a justiça eleitoral;

ü Comprovante de Escolaridade;

ü Comprovante de residência;

ü Nº conta corrente Banco Bradesco, para os cargos referentes a **Prefeitura Municipal**;

ü Certidão de Negativa Criminal Fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Serra Nova Dourada-MT ou do domicílio do candidato nos últimos cinco anos, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

ü Atestado de Sanidade Física e Mental;

ü Declaração de disponibilidade do tempo para o cumprimento da carga horária;

ü Declaração de Bens;

ü Certidões de quitação com a Fazenda Pública Municipal;

ü Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

ü Certidão Conjunta da Receita Federal; 01 (uma) foto 3x4 recente;

ü Cópia de Carteira de Trabalho (página do último contrato de trabalho e página em branco, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada);

Os candidatos convocados são os seguintes, de acordo com a classificação:

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

ERINALDO BONFIM	1º

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

DANIELE DE ARAÚJO OLIVEIRA	4º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS FÍSICA E BIOLÓGICA

KEROLAY VALADÃO CARVALHO	1º

MERENDEIRA

FLÁVIA SILVÉRIO DA SILVA	1º
LUCIMAR GOMES DA COSTA	2º

ZELADOR

FABRICIO CAMPOS OLIVEIRA	1º
ANA KAROLINE PEREIRA DOS SANTOS	2º

Serra Nova Dourada-MT, 03 de outubro de 2022

_____

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO AO SERVIDOR EFETIVO DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder afastamento nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 008/2008 Art. 100, ao servidor **Caique Matheus da Silva, zelador efetivo,** pelo período de 01 (um) ano. A partir do dia 03 de outubro de 2022.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 03 de outubro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.551, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença prêmio em pecúnia aos Servidores que menciona:

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO
6506	HOSANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	04.04.2016 A 04.04. 2021
7218	MOACIR JOSE DE MACEDO	22.05.2017 A 22.05. 2022
6534	LUCIMAR NUNES PEREIRA	02.05.2016 A 02.05. 2021
4107	LAUDAIR RODRIGUES	16.07.2017 A 16.07. 2022
1675	ROZENILDA BARBOSA FRANCO	08.03.2016 A 08.03. 2021
3959	ROZENILDA BARBOSA FRANCO	03.05.2017 A 03.05. 2022
4013	EDER CRUZ DE SOUSA	15.05.2017 A 15.05. 2022
4099	VANIA MONTRAZIO MARCON	12.07.2017 A 12.07. 2022
4002	RONALDO LUIZ STALLBAUM	10.05.2017 A 10.05. 2022
1661	JOAO RICARDO GABRIEL DE OLIVEIRA	01.03.2016 A 01.03. 2021
3923	JOAO RICARDO GABRIEL DE OLIVEIRA	03.05.2017 A 03.05. 2022
4014	CLAUDINEIA NOGUEIRA DA SILVA	14.05.2017 A 14.05. 2022
4094	ARILSON EFREN PEREIRA	10.07.2017 A 10.07. 2022
88	JOSE DOS SANTOS MONTEIRO	02.05.2017 A 02.05. 2022
1873	LENILDE ALVES PEREIRA	08.05.2016 A 08.05. 2021
4098	ANTONIO MARCOS FERREIRA	12.07.2017 A 12.07. 2022
92	JOVANO LUSTOSA	01.04.2017 A 01.04. 2022
3875	JOSMAR DE OLIVEIRA MARTINS	12.04.2017 A 12.04. 2022
257	MARCELO ANTONIO DE OLIVEIRA	02.02.2014 A 02.02. 2019
7228	VALDECI GODOI	22.05.2017 A 22.05. 2022
3904	REINALDO FERREIRA NUNES	20.04.2017 A 20.04. 2022
4102	JAILTON BARROS SOBRAL	13.07.2017 A 13.07. 2022
5862	MARILDA PEREIRA DE ALMEIDA SCAQUETTI	09.02.2015 A 09.02. 2020
7160	DIEGO BARCELA DE SOUZA	03.04.2017 A 03.04. 2022
1569	MARTA LOFFI	06.03.2016 A 06.03. 2021
7171	JOCIMARA ELEODORO ALVES LEMUNY	03.04.2017 A 03.04. 2022
3902	ALBERTO CORREA DE REZENDE	19.04.2017 A 19.04. 2022
4203	KLAITON DE ARAUJO MONTEIRO	02.08.2017 A 02.08. 2022
4110	MARCIA DE LURDES CESCO VALEMDOLF	18.07.2017 A 18.07. 2022
3887	MARCIO RODRIGO PIRES	18.04.2017 A 18.04. 2022
4027	CLEISON JUNIOR FACHIN	15.05.2017 A 15.05. 2022
4034	VERONICA LEMES PINTO BERZUINI	16.05.2017 A 16.05. 2022
2476	SERGIO DE OLIVEIRA CARMONA	05.01.2014 A 05.01. 2019
6035	NEUSA FUENTES GOMES BESSA	01.04.2015 A 01.04. 2020
433	GUIOMAR PREIMA OLIVEIRA	02.02.2014 A 02.02. 2019
4096	MEC UZAID BEZERRA DE SIQUEIRA	11.07.2017 A 11.07. 2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2022.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 766, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a suspensão da contagem dos prazos de validade do concurso público nº 001/2018, realizado pela administração pública do município de Sorriso MT, homologado em data anterior à publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, c.c. a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e com a Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022, prorroga o prazo de validade do concurso público nº 001/2018, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e,

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº. 13.898, de 11 de novembro de 2019 com redação dada pela Lei 13.983, de 03 de abril de 2020, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, em seu artigo 10, previu a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União, com previsão de que os prazos suspensos voltarão a correr a partir do término do período de calamidade pública;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022, alterou o artigo 10 da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, ajustando o período da suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos ao término do período de vedação do aumento de despesa com pessoal, cuja data final foi em 31 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO, por fim, que há necessidade de dispor sobre a situação dos prazos dos concursos públicos, para fins de contratação de pessoal realizados pelo Município de Sorriso MT, homologados até aquela data;

DECRETA:

Art. 1º São considerados como suspensos os prazos de validade do concurso público 001/2018, para fins de contratação de pessoal realizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Sorriso MT, já homologado, no período compreendido de 06 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e art. 8º da Lei Complementar 173 de 20 de maio de 2020, com as alterações impostas pela Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022.

Parágrafo único. Os prazos suspensos voltaram a correr a partir do término do período de calamidade pública, ou seja, a partir do dia 01 de janeiro de 2022, observando-se o disposto no artigo 37, inciso III da Constituição Federal.

Art. 2º O prazo de validade do concurso público objeto do edital nº 01/2018 passará a ser conforme as etapas abaixo descritas:

Edital 01/2018 - Homologação: 15/01/2019

Validade: 15/01/2021

Período Suspenso: 20/03/2020 à 31/12/2021

Período decorrido anterior a suspensão de prazo: 1 ano, 2 meses e 4 dias

Período restante: 9 meses e 26 dias.

Início da recontagem de prazo restante: 01/01/2022

Validade: 27/10/2022

Início da Prorrogação do Concurso nº 001/2018: 28/10/2022

Término da Prorrogação do Concurso nº 001/2018: 28/10/2024

Art. 3º Fica prorrogado por 02 (dois anos) a contar de 28.10.2022, o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2018, homologado através do Decreto nº 010/2019.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 428, de 18 de dezembro de 2020, com efeitos retroativos a 18 de dezembro de 2020, declarando-se nulo qualquer efeito por ele produzido.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Publique-se. ***Assinado Digitalmente***

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.305, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre adoção de um ponto público (jardins, ornamentos para canteiros centrais e rotatórias).

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a adoção de equipamentos públicos municipais por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se equipamentos públicos, entre outros, de lazer, cultura, recreação e esportes:

I - Praças;

II - Parques urbanos;

III - Parques infantis;

IV - Canteiros centrais;

V - Rotatórias;

VI - Lagos;

VII - Viadutos e passarelas;

VIII - Academias populares;

IX - Praças esportivas;

X - Prédios Públicos.

§ 2º O Executivo Municipal, por meio de decreto, poderá regulamentar outros equipamentos públicos passíveis da adoção de que trata esta Lei.

§ 3º O instituto jurídico de que trata esta Lei será regido pelos princípios da supremacia do interesse público, da participação da sociedade na gestão ambiental e da publicidade.

§ 4º A adoção que trata o caput deste artigo, está unicamente ligada à utilização do espaço para fins de execução de decoração, paisagismo, arborização e divulgação da marca do adotante.

§ 5º O adotante poderá instalar no equipamento público tótens/relógios, painéis eletrônicos, dentre outros, que deverão ser aprovados pela Comissão de que trata o art. 4º desta Lei.

§ 6º A adoção de equipamentos públicos será:

I - de forma integral, quando a adoção ocorrer na totalidade do equipamento público; ou

II – de forma parcial, quando a adoção ocorrer em partes ou recantos do equipamento público.

Art. 2º A oferta dos equipamentos públicos que integram o artigo anterior dar-se-á por Edital de Chamamento Público que será elaborado pela Comissão de que trata o art. 4º desta lei.

Art. 3º Os interessados na adoção dos equipamentos públicos deverão atender ao Edital de Chamamento Público expedido pelo Município de Sorriso instruindo sua habilitação com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado e no caso de sociedades por ações ou associações, acompanhado de prova da diretoria em exercício, caso pessoa jurídica;

II – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, caso pessoa jurídica;

III - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

IV - indicação do equipamento público comunitário de seu interesse;

V - projeto a ser desenvolvido naquele equipamento público comunitário.

§ 1º Uma vez aprovado o projeto a ser desenvolvido, será lavrado Termo de Cooperação, e publicado seu extrato no Diário Oficial do Município.

§ 2º O Município rejeitará a solicitação de cooperação que não cumprir as exigências estabelecidas neste artigo, que indicar equipamento público comunitário não passível de integração ao programa, à discricionariedade do Município, ou cujo projeto não seja aprovado.

Art. 4º Os requerimentos do procedimento para a adoção de equipamentos públicos serão analisados e aprovados por uma Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental (CPRA), composta pelos seguintes membros:

I - 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - 1 (um) membro da Secretaria Municipal da Cidade;

III - 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

IV - 2 (dois) membros da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil;

V – 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Administração;

VI - 2 (dois) membros das Organizações da Sociedade Civil.

§ 1º Existindo mais de uma pessoa física ou jurídica interessada na adoção do mesmo espaço público, a Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental - CPRA, analisará e fundamentará qual o projeto que melhor atende ao interesse público, apontando questões objetivas presentes do projeto apresentado, bem como fundamentando sua decisão.

§ 2º Da decisão prevista no § 1º, será cabível recurso administrativo ao Secretário (a) Municipal de Administração.

§ 3º A decisão a ser proferida pela autoridade competente em sede de recurso levará em conta critérios objetivos, podendo referida autoridade se valer de parecer prévio das Secretarias Municipais de Sorriso, caso assim entenda necessário.

§ 4º A decisão a que se refere o § 3º será publicada, dando-se ciência aos interessados por e-mail ou por carta com AR no endereço fornecido pelo requerente na proposta do projeto.

Art. 5º A Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental - CPRA será responsável pelo cumprimento das normas de publicidade e estabelecerá regimento interno que norteará os procedimentos a serem adotados.

§ 1º À CPRA cabem as seguintes especificações referentes à divulgação da marca do adotante:

I - o material utilizado;

II - as dimensões das placas de divulgação;

III - grafia;

IV - o conteúdo da mensagem de divulgação referente à adoção.

V - a abrangência e os limites da responsabilidade do adotante acerca da conservação e da manutenção dos bens públicos adotados;

VI - o prazo de vigência da adoção;

VII - as atribuições da pessoa física ou jurídica responsável pela adoção.

§ 2º As especificações descritas no § 1º deste artigo serão padronizadas.

§ 3º Fica expressamente vedado a utilização do espaço público para comercialização de publicidade à terceiros.

Art. 6º A adoção dos equipamentos públicos será através de Edital de Chamamento Público, no qual firmará Termo de Cooperação com o Executivo Municipal.

Parágrafo único. Os interessados em adotar os referidos espaços deverão reportar-se diretamente à Secretaria Municipal de Administração, por meio de requerimento, bem como, apresentar os documentos solicitados no Edital de Chamamento Público, inclusive os descritos no artigo 3º desta lei.

Art. 7º A adotante de equipamentos públicos terá divulgação da sua empresa/nome como contrapartida pela adoção, por meio de placa que será instalada no local adotado, a ser definido pela Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental – CPRA.

Parágrafo único. As placas de divulgação deverão conter o número da autorização emitido pela Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental.

Art. 8º Tendo adotado o espaço, cada responsável deverá realizar a manutenção das plantas da melhor maneira possível, garantindo que o espaço de forma alguma tenha aspecto de abandono ou possa causar problemas no trânsito.

Parágrafo único. A manutenção paisagística da área adotada é de inteira responsabilidade do adotante, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, por quantas vezes forem de interesse do adotante e do Poder Público Municipal.

Art. 9º Para ornamentação dos referidos espaços, preferencialmente deverão ser utilizadas espécies que sejam adequadas as condições climáticas local.

Art. 10. O adotante que após a adoção deixar de zelar, cuidar, limpar e manter o referido equipamento público, ou descumprir o projeto apresentado, será notificado pela Prefeitura, que lhe concederá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação para regularização das pendências relacionadas na notificação.

Parágrafo único. Não atendida à notificação a que alude o *caput* do presente artigo, a Administração Pública rescindirá o Termo de Cooperação.

Art. 11. A cooperação não altera a natureza jurídica do bem de uso comum da população, nem autoriza qualquer exploração comercial ou uso particular do equipamento público objeto do Termo de Cooperação, ressalvado o disposto nesta Lei.

Art. 12. No término ou na rescisão do Termo de Cooperação os móveis adquiridos e as benfeitorias porventura erigidas no equipamento público, serão incorporados ao Patrimônio do Município, não havendo por parte do cooperante, direito a qualquer indenização ou retenção de móveis ou por benfeitorias que nele realizar.

Art. 13. As despesas decorrentes da manutenção, conservação, embelezamento, recuperação, implantação ou quaisquer eventos decorridos das intervenções de equipamentos públicos que trata o art. 1º são de inteira responsabilidade do Cooperante.

Art. 14. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 15. Revoga-se a Lei nº 2.779, de 11 de outubro de 2017.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2022.

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Publique-se.

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 055/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº. 043/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, 0KM, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0CV ANO MODELO NO MÍNIMO 2022/2022 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR CONFORME O TERMO DE PROPOSTA N° 013/2018 – FIRMADO ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - SES, COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações no Termo de Referencia – ANEXO I do Edital.

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de licitação:.....PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

Tipo de licitação:.....MENOR PREÇO

Regime de execução:.....POR ITEM

Forma de execução:.....INDIRETA

Conformidade:.....EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, HOMOLOGA o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 476/2022 de 04 de Agosto de 2022, conforme segue:

ALL CAR PROJETOS EIRELI – ME

CNPJ Sob nº. 42.308.623/0001-76

Venceu o item 01 - Veiculo De Passeio - Transporte De Equipe (5 Pessoas, 0 Km) Motorização Mínima 1.0cv, 04 Portas Tipo De Direção Hidráulica / Elétrica Distancia Entre Eixos Mínima De 2.370 Mm Ar Condicionado Possui Trio Elétrico (Trava,Vidro,Alarme) Possui Tipo De Combustível Bicombustível, Freios Abs E Airbag Dup Possui Cambio Manual 05 Marchas À Frente E Uma À Ré, Com Todos Equipamentos Exigidos Pelo CONTRAN, Devidamente Licenciado E Emplacado, Com Frete Incluso, Com Garantia Mínima De 12 Meses Sem Limite De Quilometragem.

Valor Total de: R$ 79.990,00 (Setenta e nove mil, novecentos e noventa reais)

>>> Valor Total Homologado: R$ 79.990,00 (Setenta e nove mil, novecentos e noventa reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2022SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)Ao Terceiro dia do Mês de Outubro do Ano de 2022 (03/10/2022), compareceu, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, Município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Sirineu Moleta, Portador do RG nº. 3.417.708-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORA DA ATA, que firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 045/2022 Processo Licitatório nº. 057/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, em conformidade com as especificações constantes no Edital.A Empresa ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO – ME, devidamente inscrito no CNPJ Sob n°. 06.963.674/0001-78, representada pelo seu sócio/proprietário, Senhora Rosely de Fatima Vieira do Nascimento, DETENTORA DA ATA, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e Licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.492, de 13 de Abril de 2007, bem como pela Lei Municipal nº. 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Ata do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela Legislação relativa à licitação, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:Fornecedor: ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 06.963.674/0001-78 com sede na Rua Vilas Boas, nº. 263 E, Bairro: Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pela sua proprietária a Senhora Rosely de Fatima Vieira do Nascimento, brasileira, maior, casada, Portadora do RG nº. 942.963 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 580.997.781-20, residente e domiciliada na Rua: Julio Benedito da Silva, s/nº., Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã/MT.Venceu os Itens: LOTE 01 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO – ME, CNPJ Sob n°. 06.963.674/0001-78 Item Codigo Interno Codigo TCE - MT Qtde. Un. Descrição OBS R$ Unit. R$ Total Classif. Empate6 102011 131462-9 2.260 PC BISCOITO COM SAL - TIPO AGUA E SAL, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AGUA,SAL E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP (PCT 500 GR) todeschini 4,75 10.735,00 1 8 102016 131444-0 1.810 PC BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL,SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP (PCT 500 GR) Adorale 5,75 10.407,50 1 11 102017 234930-2 3.620 PC CAFE - DEVENDO CONTER ATE TORRADO E MOIDO A ALTO VACUO TIPO SIMILAR, ISENTO DE GRAOS PRETOS-VERDES OU FERMENTADOS 100% PURO E NATURAL, GRAOS TIPO ARABICA, NA COR CASTANHO CLARO A MODERADO ESCURO,S/AMARGOR EM PO HOMOGENIO, TORRADO E MOIDO, EXTRA FORTE, NAO EXPRESSO, AROMA E SABOR CARACTERISTICOS DE REGULAR A INTENSO LIVRE DE QUALQUER GOSTO ESTRANHO AO PRODUTO, QUALIDADE GLOBAL MINIMO ACEITAVEL MAIOR QUE DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO EXPORTACAO,, CONTENDO IMPUREZAS MAXIMO DE 1%,OUTROS PRODUTOS 0% UMIDADE ATE 5%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA A VACUO, COM DUPLA EMBALAGEM INDIVIDUAL (TIPO TIJOLINHO) DE 250 GRAMAS, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NOME E ENDEREÇO DO PRODUTOR, DATA DE FABRICACAO E PRAZO MINIMO DE 12 MESES. CONTER TAMBEM A TABELA DE NUTRIENTES COM QUANTIDADE MINIMA DE PROTEINA POR PORCAO DE 5ML, IGUAL OU SUPERIOR A 0,70 GRAMAS,, CONTENDO CARACTERISTICAS DE ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PROPRIOS, CONFORME O QUE ESTABELECE A PORTARIA MS / SVS / Nº 377 / Solo 6,60 23.892,00 1 12 102029 157658-5 1.300 UN CHA - MATE, CONSTITUIDO DE FOLHAS SECAS E NOVAS, DE COR VERDE PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,ATOXICO,FECHADO,PACOTE DE 200GRS., EMBALADO EM CAIXA COM 30 PACOTES, NTA-41(DECRETO 12486 DE 20/10/78) (PCT 250 GR) Mate Leão 6,60 8.580,00 1 16 102049 3749-4 150 UN LEITE CONDENSADO - COMPOSTO DE LEITE DESNATADO,ACUCAR E LACTOSE(TRADICIONAL), DE CONSISTENCIA CREMOSA E TEXTURA HOMOGENEA, Piracanjuba 5,99 898,50 1 17 102051 122516-2 8.620 UN LEITE LONGA VIDA - INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA MINIMO DE 3%, RECIPIENTE HERMETICO EM CAIXA ALUMINIZADA 1 LT Aurora 5,30 45.686,00 1 18 102057 54078 542 FR MAIONESE - EMUL-

SAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEO VEGETAL, SEM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, Helmans 6,30 3.414,60 1 19 102058 242364-2 790 UN MARGARINA VEGETAL - COM SAL, COMPOSTO DE 60% DE GORDURA E LEITE, PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, PODENDO CONTER VITAMINA E , COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS (POTE 1 KG) Delicia 14,90 11.771,00 1 22 102064 125856-7 742 KG QUEIJO - TIPO MUSSARELA,FATIADA, EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL Multibom 35,00 25.970,00 1 23 102065 153414-9 1.726 UN OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, OBTIDO DA SOJA, SEM COLESTEROL E SEM ADITIVO, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS (FRASCO 900 MILILITRO) Liza 6,79 11.719,54 1 24 102067 331318-2 2.260 DZ OVO - DE GALINHA,BRANCO,GRANDE,ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTANCIAS TOXICAS 8,79 19.865,40 1 26 102069 168348-9 5.420 KG PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, AGUA, FERMENTO BILOGICO, ACUCAR E SAL Arte e Pão 11,75 63.685,00 1 28 102076 161109-7 822 UN REFRIGERANTE - COMPOSTO DE AGUA GASEIFICADA SEM ALCOOL, TIPO SODA, DIVERSOS SABORES Funada 6,40 5.260,80 1 29 102078 133838-2 602 PC SAL - REFINADO, IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM CAIXA COM(2000 SACHES),CONTENDO 1 GRAMA CADA (PCT 1 KG) Marlim 1,99 1.197,98 1 31 102081 134845-0 375 FR VINAGRE - DE MACA, RESULTANTE DA FERMENTACAO DA MACA, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM TAMPA INVIOLAVEL,HERMTICAMENTE FECHADO Castelo 4,39 1.646,25 1 32 102100 272670-0 3.376 UN AGUA SANITÁRIA - CLORO ATIVO (HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA) - TEOR DE CLORO ATIVO (2,0% A 2,5% P/P) - 01 LITRO Ypê 3,50 11.816,00 1 33 102101 49111-0 6.190 FR AGUA SANITÁRIA - CLORO ATIVO (HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA) - TEOR DE CLORO ATIVO (2,0% A 2,5% P/P) - 02 LITROS Ypê 6,40 39.616,00 1 34 100615 401399-9 6.222 UN ALCOOL ETILICO A 70% - EM GEL, COM ELIMINACAO 99,9% DOS GERMES, PARA HIGIENIZAR AS MAOS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,COM VALVULA REGULADORA,PARA USO EM DISPENSADOR DOSADOR Safra 4,99 31.047,78 1 35 102103 11179-1 6.290 UN ALCOOL ETILICO A 70% - CONCENTRACAO/DOSAGEM A 70%, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, INDICACAO DE USO: ANTISSEPTICO, DESINFETANTE Patriota 5,25 33.022,50 1 36 102104 9607 870 UN AMACIANTE - PARA USO EM ROUPAS, COMPOSTO POR CLORETO DE DIAQUIL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, FRAGRANCIAS, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA E AGUA,ACONDICIONAMENTO EM FRASCO COM 2 LITROS, E AS SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (RESOLUCAO MS 1/78),(PORT.874/98) Urca 7,99 6.951,30 1 38 102114 38196-9 16 UN CANECAS - DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 4 L, COM ALCA REFORCADA. Marlux 39,90 638,40 1 39 102116 181372-2 12.330 PC COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 180ML Coposul 3,85 47.470,50 1 40 1211 181373-0 5.822 PC COPO DESCARTAVEL P/ CAFE 50ML Coposul 2,60 15.137,20 1 41 26423 64620-2 210 UN DESINFETANTE 01 LT Pinho Trock 5,99 1.257,90 1 43 102121 345682-0 7.582 UN DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO,DODECILBENZENO SULFONATO DE SODIO,ESPESSANTE, TAMPONANTE,PRESERVANTE,SOLUBILIZANTE E AGUA,PARA LAVAGEM MANUAL DE LOUCA E LIMPEZA EM GERAL,COM AROMA NEUTRO,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, EM BOMBONA DE 5 LITROS,COM REGISTRO NA ANVISA/MS (FRASCO 500 ML) Ypê 1,87 14.178,34 1 47 102129 126996-8 450 UN FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO 56X38CM, NA COR BRANCA Itatex 3,49 1.570,50 1 48 102130 223502-1 848 UN FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO 40CM X 60CM, NA COR VERMELHA Itatex 2,90 2.459,20 1 50 102136 131931-0 869 UN LA DE ACO - COMPOSTO DE ACO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, EMBALADO EM 08 UNIDADES Assolan 1,99 1.729,31 1 51 102137 1723 265 FR LIMPA ALUMINIO - LIMPADOR ESPECÍFICO PARA SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS E MANCHAS INCRUSTADAS, DEVE ALÉM DE REMOVER SUJEIRAS E MANCHAS DAR BRILHO AO ALUMÍNIO. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO. (FRASCO 500 ML) Praticlar 2,99 792,35 1 54 102158 1566 816 UN PANO DE LIMPEZA DO TIPO PANO PARA CHAO DE USO DIARIO, ATOXICO, 70% ALGODAO, 20% POLIESTER, 10% VISCOSE, MEDINDO 80 X 90. Algo Bom 9,90 8.078,40 1 55 102159 6710 520 UN PANO DE LIMPEZA - TIPO PANO DE PRATO EM ALGODÃO MEDINDO 65 X 45CM Itatex 5,99 3.114,80 1 56 102160 237732-2 622 FD PAPEL HIGIENICO - COMPOSTO DE EM FIBRAS 100% DE CELULOSE NATURAL, ABSORVENTE, HIDROSSOLUVEL, NA COR BRANCA, COM FOLHA DUPLA, MEDINDO 10CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO, FARDO 64 ROLO Mili 82,00 51.004,00 1 61 102171 279464-0 1.108 UN SABAO EM BARRA - TIPO GLICERINADO NEUTRO MULTIUSO, EM BARRA DE 200 GRAMAS, DE 1º QUALIDADE. COMPOSICAO: SEBO BOVINO, HIDROXIO DE SODIO, GLICERINA, BRANQUEADOR OPTICO, AGUA, CARGAS, SEQUESTRANTES E CORANTES. EMBALAGEM DE PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.(PCT 5 UND) Ypê 11,49 12.730,92 1 62 102173 35891-6 2.204 UN SABONETE - LIQUIDO CREMOSO, NEUTRO, ANTISSEPTICO, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO Nivea 9,90 21.819,60 1 66 102178 163383-0 1.022 PC SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 59CM ALT X 62CM COMPRIMENTO, NA COR AZUL, PESANDO 10KGS, NBR 9190, NBR 9191 (50 UN) Giopack 15,60 15.943,20 1 68 102182 163388-0 428 UN VASSOURA - DE NYLON, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 60 CM, COM BASE DE EM MADEIRA S/ REVESTIMENTO São Matheus 8,90 3.809,20 1 69 103811 10965 722 UN ESFREGAO - PARA LIMPEZA, DE ESPONJA,PLANO, COMPATIVEL PARA AGUA, MEDINDO 25X08 CM, COM CABO DE PLASTICO. São Matheus 11,40 8.230,80 1 70 102189 141105-5 40 UN ASSADEIRA - DE ALUMINIO, REVESTIDO DE TEFLON, MEDINDO (37,0COMP.X25,7LARG.)CM, CAPACIDADE (2,8L), ALTURA DE (3,8CM), COM ESPESSURA DE (1MM), SEM ALCA, SEM TAMPA Marlux 28,90 1.156,00 1 73 102203 11881-8 919 UN GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - PARA COZINHA, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE COM CAPACIDADE PARA 13 KG, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO Estrelão 96,49 88.674,31 1 76 102211 27287-6 592 UN PILHA - TIPO ALCALINA, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PALITO (AAA), EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES Rayovac 6,20 3.670,40 1 77 102212 230292-6 586 UN PILHA - TIPO AA, NA VOLTAGEM DE 1,5V, ..., NO TAMANHO PARA APARELHO DE GPS Rayovac 6,19 3.627,34 1 79 103856 407881-0 100 UN LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO, CONCENTRADO,COMPOSICAO: ACIDO DODECILBENZENO SULFONICO LINEAR,COADJUVANTE, SOLVENTE,NEUTRALIZANTE, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE,CONSERVANTE, FRAGANCIA E CORANTE,EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 500 ML, LEGISLACAO VIGENTE DE ACORDO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA Uau 3,99 399,00 1 84 101990 3740-0 590 KG ALHO - BULBO, NACIONAL, DE OTIMA QUALIDADE, FRESCO, SEM LESOES DE ORIGEM LIVRE DE RESIDUOS, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESANDO APROXIMADAMENTE PESANDO 1 KG 17,90 10.561,00 1 86 102005 151885-2 4.950 PC AR-

ROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA (PCT 5KG) Boca Cheia 14,40 71.280,00 1 87 102006 5001-6 470 PC AVEIA - INTEGRAL 100% NATURAL, EM FLOCOS FINOS, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO (PCT 500 G) Quaquer 6,29 2.956,30 1 88 102007 201682-6 240 LT OLEO COMESTIVEL - AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, OBTIDO DE AZEITONAS SAS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACIDEZ IGUAL OU INFERIOR A 1% APTO PARA CONSUMO MA MESA, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO REFOCADO (900 ML) Andorinha 26,90 6.456,00 1 89 102008 142244-8 165 FR AZEITONA EM CONSERVA - VERDE, INTEIRA COM CAROCO, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO (300 GR) Fertil 6,86 1.131,90 1 91 102012 299026-1 560 PC BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO SEQUILHO,COMPOSICAO BASICA COM LEITE DE COCO, MANTEIGA, FECULA DE MANDIOCA,SAL REFINADO, ACUCAR,,EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE,ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA (PCT 400 GR) Bebela 7,19 4.026,40 1 92 102014 336469-0 700 UN PAO DOCE - TIPO COM COBERTURA,COMPOSTO DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO,FERMENTO BIOLOGICO, AGUA E SAL,DE SABOR DOCE COM ADICAO DE ACUCAR E/OU MEL, MANTEIGA OU GORDURA, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS APROVADAS,COM CARACTERISTICAS FISICOQUIMICAS, MICROBIOLOGICAS E MICROSCOPICAS, DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE,DEVENDO PESAR 50 GRAMAS A UNIDADE,EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE RESISTENTE COM FECHAMENTO TERMOSSOLDAVEL NA VERTICAL E NA HORIZONTAL, QUE VEDA HERMETICAMENTE DE MANEIRA A GARANTIR A QUALIDADE DO PRODUTO,DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, ESPECIALMENTE A RESOLUCAO RDC NUM. 263 DE 22/09/2005, RESOLUCAO RDC NUM. 344 DE 13/12/2002, RESOLUCAO RDC NUM. 12 DE 02/01/2001 DA ANVISA/MS 12,00 8.400,00 1 93 102018 148895-3 212 PC CANELA - EM PO FINA HOMOGENEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS E LIMPOS, PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTOS CHEIROS AROMATICOS E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE (PCT 10 GR) Mika 2,69 570,28 1 106 102030 26372-9 570 PC COCO RALADO - AMENDOAS DE COCO PURO,EM FLOCOS PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS,SUJIDADES E RANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, EMBALADO EM CAIXA PAPELAO REFORCADO (PCT 100 GR) Inga 4,59 2.616,30 1 116 2596 45920-8 140 PC FARINHA DE ROSCA Mika 8,39 1.174,60 1 117 102038 5009-1 1.070 PC TRIGO - FARINHA INTEGRAL, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, LIVRE DE MOFO E MATERIAIS TERROSOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO (PCT1 KG) Lunar 5,89 6.302,30 1 118 102040 153852-7 2.540 PC FEIJAO - CARIOQUINHA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS D E OUTRAS ESPECIES, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA (PCT 1 KG) Boca Cheia 5,59 14.198,60 1 122 102044 150346-4 1.070 KG FRANGO SEMIPROCESSADO - INTEIRO, RESFRIADO, SEM PES, PESCOCO E VISCERAS, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS Marombi 10,99 11.759,30 1 145 33461 2011 170 KG PAP FRANCES - TORRADA Arte e Pão 14,99 2.548,30 1 153 102075 125867-2 200 KG QUEIJO - TIPO PARMESAO,RALADO, EMBALADO EM PLASTICO APROPRIADO, INVIOLAVEL Real 4,99 998,00 1 159 5213 190628-3 170 PC TEMPERO EM PO PRONTO SACHE Mika 2,69 457,30 1 185 102107 251441-9 50 UN BACIA - DE PLASTICO, PARA USO DOMESTICO, COM DIAMETRO DE ...., NA ALTURA DE ...., COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, CORES VARIADAS Arquiplast 23,70 1. 185,00 1 186 33510 234078-0 172 UN BALDE DE PLASTICO REFORCADO COM ALCA DE FERRO - 18 LT Arquiplast 15,99 2.750,28 1 187 102110 262641-1 72 UN BALDES - DE PLASTICO,CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COM ALCA DE METAL. Arquiplast 14,90 1.072,80 1 195 102113 160226-8 180 UN CERA LIQUIDA PARA PISO - PRINCIPIO ATIVO LIQUIDA COM EMULSAO DE CERAS, COMPOSICAO BASICA COM EMULSIFICANTE## FORMOL##, COADJUVANTE, HIDRIXIDO DE AMONIA, PLASTIFICANTE## PERFUME E AGUA,, TEOR NAO VOLATEIS MINIMO 3,5% NA CONCENTRADA, NA COR INCOLOR, ACONDICIONADO EM COM 900ML, PRODUTO COM REGISTRO NO ,, Polylar 3,99 718,20 1 210 102142 387590-3 138 UN LIXEIRO C/ TAMPA - CAPACIDADE 20 LITROS - C/ ACIONAMENTO NO PÉ Jaguar 39,90 5.506,20 1 211 102143 166361-5 130 UN LIXEIRO C/ TAMPA - CAPACIDADE 50 LITROS - C/ ACIONAMENTO NO PÉ Jaguar 79,00 10.270,00 1 226 102172 413309-9 476 UN SABONETE - EM TABLETE,COMPOSICAO MANTEIGA DE KARITE, ACIDOS GRAXOS, VITAMINAS, FITOSTEROIS, MANTEIGA DE ILIDE, CERAMIDAS VEGETAIS E MANTEIGA DE MANGA,HIDRATANTE, EMOLIENTE E ANTIOXIDANTE,150 GRAMAS Palmolive 2,49 1.185,24 1 236 102186 54576 132 RL SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EMBALAGEM PLASTICA, TIPO SACO CAPACIDADE PARA AMARZENAMENTO DE ALIMENTOS, 15CM X 25CM Estrela 29,00 3.828,00 1 306 33560 124515-5 20 UN ABSORVENTE FUXO INTENSO COM ABAS Intimus 4,30 86,00 1 307 33561 178731-4 20 UN ABSORVENTE FUXO INTENSO SEM ABAS Intimus 4,30 86,00 1 313 33499 183656-0 70 UN LIXEIRO COM TAMPA 18 LT C/ ACIONAMENTO DE PE Tritec 39,99 2.799,30 1 317 33568 369879-3 5 UN BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO 7 LITROS Marlux 6,40 32,00 1 319 3220 162547-0 10 UN ESPUMADEIRA DE ALUMINIO BATIDO GRANDE Marlux 15,99 159,90 1 321 33599 238821-9 9 UN PANELA DE ALUMINEO Nº 22 Marlux 59,90 539,10 1 322 33600 238823-5 9 UN PANELA DE ALUMINEO Nº 24 Marlux 66,90 602,10 1 TOTAL DO CREDOR R$: 850.931,52 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2. 3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado

no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do Art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela Administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da Ata de Registro de Preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa Oficial do Município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da Ata descumprir as

condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no termos da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a Ata de Registro de Preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da Ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à Administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n°. 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o Artigo 62, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções Administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa

de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 1993.11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n°. 10.520, de 2002.11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa Oficial do Município.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.Município de Tabaporã/MTSIRINEU MOLETAPrefeito Municipal ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTOCNPJ Sob n°. 07.706.059/0001-49Rosely de Fatima Vieira do NascimentoDetentor da Ata Representante FRANCIELLY APª. BISPO DE OLIVEIRACPF Sob n°. 041.491.611-51Testemunha CAMILA DE MELLOCPF Sob n°. 071.670.861-26Testemunha

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2022SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)Ao Terceiro dia do Mês de Outubro do Ano de 2022 (03/10/2022), compareceu, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, Município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Sirineu Moleta, Portador do RG nº. 3.417.708-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORA DA ATA, que firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 045/2022 Processo Licitatório nº. 057/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, em conformidade com as especificações constantes no Edital.A Empresa E. B. DOS SANTOS COMÉRCIO - ME, devidamente inscrito no CNPJ Sob n°. 28.929.490/0001-24, representada pelo seu Procurador Senhor Eder Rodrigues dos Santos, DETENTORA DA ATA, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e Licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.492, de 13 de Abril de 2007, bem como pela Lei Municipal nº. 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Ata do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela Legislação relativa à licitação, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:Fornecedor: E. B. DOS SANTOS COMÉRCIO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº. 28.929.490/0001-24 com sede na Av. Dr. Carlos Vidotto, nº. 274 E, Bairro: Centro – CEP: 78.563-000, no Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Procurador o Senhor Eder Rodrigues dos Santos, brasileiro, maior, casado, empresário, Portador do RG nº. 1.601.002-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 007.892.501-01, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, nº.530 E, Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã/MT.Venceu os Itens: LOTE 01 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL E.B DOS SANTOS COMERCIO – ME,CNPJ Sob n°. 28.929.490/0001-24 Item Codigo Interno Codigo TCE - MT Qtde. Un. Descrição OBS R$ Unit. R$ Total Classif. Empate1 101951 153346-0 1.190 PC ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL,LEITE EM PO, VITAMINADO, COM EXTRATO DE MALTE, ACUCAR, SAL, CACAU, CONSTITUIDO DE EM PO FINO E HOMOGENEO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 3% EM PESO (PCT 800 G) 3 Corações 15,00 17.850,00 1 2 101953 417890-4 4.170 KG ACUCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR,TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR,CHEIRO PROPRIOS,SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO,CONTENDO 2KG DO PRODUTO Barralcool 6,90 28.773,00 1 7 102013 190839-1 2.140 PC BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MARIA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VE-

GETAL,SAL,ACUCAR, OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EM EMBALAGEM FILME BOPP, 400 GR Belma 4,35 9. 309,00 1 13 28222 130974-9 340 UN CREME DE LEITE 200GR Piracanjuba 3,70 1.258,00 1 14 102039 179850-2 1.590 PC FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 1 KG Lunar 4,89 7.775,10 1 15 102043 178400-5 405 UN FERMENTO QUIMICO - TIPO EM PO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO, FOSFATO MONOCALCICO (POTE 100 GR) Royal 2,90 1.174,50 1 20 102061 689 11.640 UN SALGADINHOS PARA FESTA - REFEICAO PREPARADA DO TIPO MINI SALGADOS VARIADOS CONTENDO: COXINHA, RISOLES, BOLINHA DE QUEIJO, PASTEL, KIBE, ESFIHA E EMPADA. Silbas 1,15 13. 386,00 1 21 102062 3980-2 562 PC MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE,BENEFICIADO,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO FILME BOPP (PCT 500 GR) Mika 4,10 2.304,20 1 27 102073 148357-9 700 KG PRESUNTO - MAGRO, PRE-COZIDO, DE FRANGO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SEM SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PLASTICA, ATOXICA, NAO NECESSARIO Forteza 22,50 15.750,00 1 30 22791 692 556 KG TORTA SALGADA Santo Antonio 29,94 16.646,64 1 37 33509 148674-8 230 UN BALDE DE PLASTICO REFORCADO COM ALCA DE FERRO - 14,5 LT Tritec 26,50 6.095,00 1 42 102119 375412-0 689 UN DESODORIZADOR AMBIENTAL, AEROSOL, SEM CFC. ESSÊNCIAS SUAVES. APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL. FRASCO DE 400ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE Arwick 13,00 8.957,00 1 44 102123 168558-9 137 UN ESCOVAS - NYLON, PARA ROUPA, FORMATO OVAL, BASE EM MADEIRA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13CM DE COMPRIMENTO, 6,5CMDE LARGURA, CERDAS EM NYLON Condor 3,00 411,00 1 45 102124 241496-1 140 UN ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA DE BANHEIROS, ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA Incavas 13,50 1.890,00 1 49 102134 427007-0 492 UN INSETICIDA DOMESTICO - DO TIPO MULTI INSETICIDA, EM SPRAY, AUTOMATICO,TOXIDADE EM 0,120%,COMPOSTO POR IMIPOTRINA 0,020%, PERMETRINA 0,050%, ESBIOTRINA 0,100% Raid 12,45 6.125,40 1 52 102139 150537-8 586 UN LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGREDIENTE ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER-TRIPOLIFOSFATO, COM VALIDADE ATE 12 MESES, COR AZUL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500ML, COM GATILHO Gioca 13,50 7.911,00 1 53 33552 129862-3 2.580 UN LIMPADOR MULTI USO P/ LIMPEZA PESADA C/ CLORO ATIVO - 500 ML Uau 5,45 14.061,00 1 57 102162 181342-0 1.228 UN PAPEL TOALHA - FORMATO CREPADO,FOLHA SIMPLES, INTERFOLHA COM 2 DOBRAS, MEDINDO(22CMX20M), IMPUREZA MAXIMA 15MM2/M2,CONFORME NORMA TAPPI T437OM-90, ALVURA SUPERIOR 70% CONFORME NORMA ISO, ABSORCAO MAXIMA 70S, COR BEGE (PACOTE 4 UNIDADE) Obs 2 Unidades Mili 4,40 5.403,20 1 58 102164 148698-5 1.130 UN PEDRA SANITARIA - TIPO REFIL SEM SUPORTE, FRAGANCIA DIVERSAS, EM PEDRA, COMPOSTO DE BENZALCONIO Leve Brisa 1,69 1.909,70 1 59 102168 34530 100 UN RODO(PUXA E SECA) - DE ALUMINIO E CABO DE MADEIRA RODO DUPLO TAMANHO DO RODO: 40CM TAMANHO DO CABO: 1.20M Paraná 18,00 1.800,00 1 60 102169 129907-7 220 UN RODO(PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 60CM, BASE DE MADEIRA, COM 2 LAMINAS DE BORRACHA São Matheus 30,00 6.600,00 1 63 102175 426714-1 1.100 PC SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE PLASTICO REFORCADO EM POLIETILENO,,COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 100 LITROS,,MEDINDO 75X105X0,07 DE 04 MICRAS,,NA COR PRETA,SUPORTANDO SUSPENDER 20 KG.,,OBEDECER AS NORMAS NBR 9190 E NBR 9191. (PCT 50 UND) Giopack 42,90 47.190,00 1 64 102176 130548-4 720 PC SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, MEDINDO (LARG.39CMXALT.58CMXESP.0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 850GRAMAS, NBR 9190, NBR 9191 (´PCT 50 UN) Giopack 16,89 12.160,80 1 65 102177 163382-1 1.004 PC SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 59CM ALTURA X 62CM COMPRIMENTO, NA COR AZUL, PESANDO 6KGS, NBR 9190, NBR 9191 (PCT 50 UN) Giopack 16,89 16.957,56 1 67 102181 129170-0 252 UN TOALHA DE ROSTO - MEDINDO (044X071)CM, NA COR BRANCA, 100%ALGODAO Olinda 13,90 3.502,80 1 71 102193 182323-0 262 UN COADOR - DE NYLON, NO FORMATO CONICO, NA COR BRANCA, N-. 103, PARA CAFÉ Do Carmo 4,75 1.244,50 1 72 102200 149954-8 45 UN GARRAFA - TERMICA, COM TAMPA DE PRESSAO, 1,8 LITROS Termolar 75,00 3.375,00 1 74 102204 56624-1 195 UN ACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO, DE PLASTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO Bic 4,00 780,00 1 80 102120 247308-9 6.444 UN DETERGENTE EM PO - PRINCIPIO ATIVO TENSOATIVO_ANIONICO, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR OPTICO, ENZIMA, TAMPONANTES, CORANTES, ESSENCIAS, CARGA E AGUA, TEOR DE ATIVOS COM CAPSULAS DE PODER AZUL, PPIGMENTOS COM PIGMENTOS, ACONDICONADO EM ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A NORMAS E CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO MS 1/78. (CX 1 KG) Ypê 10,00 64.440,00 1 81 101950 TCEMT0000112 370 PC ACAFRAO - CURCUMA EM PO - 30 GRAMAS Mika 2,50 925,00 1 85 101989 275020-1 290 PC AMIDO DE MILHO - PRODUTO A BASE DE AMIDO DE MILHO, FARINHA DE ARROZ E VITAMINAS,COM ASPECTO DE COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,.,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS (PCT 1KG) Mika 11,50 3.335,00 1 90 102010 88143-0 410 MG BALA - DE GOMA, CONSISTENCIA MOLE, OBTIDO DA PASTA DE ACUCAR FUNDIDO, ATRAVES DE PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, A PARTIR DE MATERIA PRIMA SA E LIMPA, ISENTO DE SUJIDADES, PRASITOS E LARVAS, COM COR, ODOR E SABOR PROPRIOS, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADA (PCT 600 GR) Lobinho 10,00 4.100,00 1 94 102019 32857 282 PC CANJIQUINHA - DE MILHO AMARELO FINA, FABRICADA A PARTIR DE MATERIAS-PRIMAS LIMPAS E ISENTAS DE MATERIA TERROSA E PARASITAS. NAO DEVEM ESTAR UMIDAS, FERMENTADAS OU RANCOSAS. (PCT 500 GR) Mika 3,60 1.015,20 1 95 6231 63987 350 KG CARNE SUINA - BACON Forteza 32,00 11.200,00 1 103 102026 151243-9 350 KG CARNE BOVINA SALGADA - PRODUTO PREPARADO COM CARNE BOVINA COLCHAO MOLE INJETADA C/ SALMOURA(SAL E NITRIDO)DE 1 QULIDADE, DESSECADA,DE CONSISTENCIA FIRME DE CONSISTENCIA FIRME C/COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,ATOXICO,VEDADO,PESANDO Blau 2R 69,90 24.465,00 1 105 102028 111860-9 350 KG CARNE SUINA SALGADA - TIPO COSTELA, EM PECA, CONSERVADA EM SAL, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO DE 1 A 5KGS Forteza 35,00 12.250,00 1 107 102031 100517-0 450 PC COLORIFICO - EM PO FINO,HOMOGENEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE ESPECIMES GENUINOS, GRAOS SAOS,LIMPOS,DESSECADOS E MOIDOS, DE COLORACAO VERMELHO INTENSO, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE (PCT 500 GR) Mika 8,40 3.780,00 1 109 33339 131269-3 322 UN DOCE EM PASTA 500 GR Junco 8,90 2.865,80 1 111 102034 403958-0 194 UN ERVILHA EM CONSERVA - 200 GRAMAS Quero 4,30 834,20 1 113 11566 TCEMT0000222 145 UN FARINHA DE QUIBE Mika 5,80 841,00 1 114 102036 427141-6 652 PC FARINHA DE MANDIOCA - TIPO GOMA DE TAPIOCA, FECULA

EXTRAIDA DA MANDIOCA, SUBSTANCIA FARINACEA,NA COR BRANCA,ISENTA DE SUJIDADES,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE (PCT 500 GR) Zaeli 8,20 5.346,40 1 115 102037 425132-6 235 PC FARINHA DE MILHO - TIPO FLOCAO, PRE-COZIDA, OBTIDA DO GRAO DO MILHO TORRADO E PENEIRADO,NA COR AMARELA,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, ATOXICO (PCT 500 GR) Zaeli 5,40 1.269,00 1 119 102041 12035-9 930 PC FEIJAO - PRETO, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO (PCT 1 KG) Pilão 8,50 7.905,00 1 121 33346 6446-7 190 UN FOLHAS DE LOURO Mika 2,00 380,00 1 123 102045 151544-6 3.770 KG FRANGO SEMI-PROCESSADO - PECAS, RESFRIADO, COXA C/SOBRE COXA, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO EM MEDIA 2KG Jaguar 13,00 49.010,00 1 124 102046 151545-4 680 KG FRANGO SEMI-PROCESSADO - EM PECAS, RESFRIADO, PEITO, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO KG Jaguar 16,50 11.220,00 1 125 102047 172755-9 735 PC FUBA DE MILHO - SIMPLES, DO GRAO DO MILHO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO, ISENTO DE SUJICIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 1 KG Sinha 4,15 3.050,25 1 127 33430 5003-2 180 UN GOIABADA - 600GR Sofruta 7,00 1.260,00 1 128 102048 26048 510 LT IOGURTES - SABOR NATURAL, DE CONSISTENCIA CREMOSA, INTEGRAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA 900 GR Imagem 5,60 2.856,00 1 129 24907 122708-4 920 UN LEITE DESNATADO 1LT Italac 6,15 5.658,00 1 130 100623 19724 1.070 LT LEITE INTEGRAL ZERO LACTOSE - 01 LITRO Italac 7,30 7.811,00 1 131 102052 26048 250 UN LEITE EM PO - TIPO DESNATADO PARA DE 6 MESES AO 12 MESES, INGREDIENTES: LACTOSE, LEITE DESNATADO, CONCENTRADO PROTEICO DO SORO LEITE, OLEINA DE MILHO, SAIS MINERAIS (CITRATO DE CALCIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTASSIO), LECITINA DE SOJA, VITAMINAS (VITAMINAC, NIACINA, VITAMINA E, PANTOTENATO DE CALCIO, VITAMINA A, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D, VITAMINA B2, ACIDO FOLICO, VITAMINA K, BIOTINA, VITAMINA B12) OLEO DE PEIXE, CUTURA DE LACTOBACILLUS E BIFUDUS, NAO CONTEM GLUTEM , INDICADO PARA CRIANÇAS PARA DE 6 MESES AO 12 MESES. Italac 18,10 4.525,00 1 132 102053 5792-4 270 PC LENTILHA - DE PRIMEIRA, NOVA, CONSTITUIDA DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO (PCT 500 GR) Mika 11,00 2.970,00 1 134 33443 8618 380 UN MACARRAO TIPO ARGOLA - 500 GR Orsi 3,60 1.368,00 1 135 33444 2009 340 PC MACARRAO TIPO CONCHA - 1 KG Orsi 11,00 3.740,00 1 137 102056 26237 2.340 PC MASSA ALIMENTICIA - MACARRAO TIPO PARAFUSO CONTEM SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CURCUMA CONTEM GLUTEN. (PCT 500 GR Orsi 3,49 8.166,60 1 139 102063 159799-0 374 UN MILHO VERDE PROCESSADO - TIPO MINI MILHO, EM CONSERVA, BOA QUALIDADE, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE FERTILIZANTES, SEM SUJIDADE, SEM FUNGOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA Stela Doro 4,00 1.496,00 1 142 27119 725 380 KG PAO CASEIRO Santo Antonio 21,00 7.980,00 1 143 102068 2100 700 KG PAO - DO TIPO DE LEITE, CONTENDO 70G, PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DA MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA, SAL E GORDURA HIDROGENADA, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTICIAS IDENTIFICADAS E COM ADIÇÃO DE LEITO EM PÓ INTEGRAL. ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR, ENDEREÇO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO Santo Antonio 19,00 13.300,00 1 144 19979 181825-2 400 KG PAO DOCE Santo Antonio 19,00 7.600,00 1 146 102070 695 610 KG PAO - DO TIPO HOT-DOG / CACHORRO QUENTE, PAO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO. Santo Antonio 19,00 11.590,00 1 148 33465 238466-3 600 PC PIRULITO - 200 GR Florestal 7,80 4.680,00 1 152 102074 148193-2 110 KG QUEIJO - TIPO COALHO TIPO A, EMBALADO EM PLASTICO Artesanal 59,90 6.589,00 1 154 24563 160499-6 500 UN REFRIGERANTE 2 LT LARANJA Sukita 5,75 2.875,00 1 158 33313 159795-7 170 UN TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA - 1 KILO Mika 8,50 1.445,00 1 160 102080 3555-6 272 FR VINAGRE - DE VINHO, RESULTANTE DA FERMENTACAO ACETICA DO VINHO Castelo 4,25 1.156,00 1 170 8965 2006 120 KG CHEIRO VERDE Hortifruti 55,00 6.600,00 1 184 102106 2543 40 UN BACIA - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 40 LITROS, CORES DIVERSAS Tritec 38,90 1.556,00 1 188 102111 114615-7 112 PR BOTA - BORRACHA (TIPO GALOCHA), 34 AO 46 Innovare 64,00 7.168,00 1 189 15326 329277-0 62 PR BOTA DE BORRACHA N. 37 Innovare 61,40 3.806,80 1 190 19091 299347-3 70 PR BOTA DE BORRACHA N 38 Innovare 61,40 4.298,00 1 191 15328 340341-6 62 PR BOTA DE BORRACHA N. 39 Innovare 61,40 3.806,80 1 192 32466 128595-5 100 PR BOTA DE BORRACHA BRANCA N 41 Innovare 61,40 6.140,00 1 193 32467 89487-7 64 PR BOTA DE BORRACHA BRANCA N 42 Innovare 61,40 3.929,60 1 194 102112 335265-0 35 PR BOTINA - BOTINA EM COURO,COR PRETA, COM ELASTICO,SOLADO EM POLIURETANO BI-DENCIDADE COM BIQUEIRA DE ACO.,TAMANHOS VARIANDO DE 34 A 46 Inbiseg 74,50 2.607,50 1 199 102125 329493-5 140 UN ESPONJA PARA BANHO - EM POLIESTER,NO FORMATO RETANGULAR,PADRAO Corpus 6,40 896,00 1 201 102127 66364-6 60 UN ESPANADOR - DE NYLON, CABO DE PLASTICO, MEDINDO 60CM Elite 16,94 1.016,40 1 203 102132 31637-7 42 UN FACA - DE INOX, TAMANHO GRANDE, COM CABO BRANCO EM POLIPROPILENO SQ 27,50 1.155,00 1 212 102144 32267 170 UN RECIPIENTES PARA LIXO - CESTO PARA LIXO COM TAMPA PARA 100 LITROS, EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA FUNDO PLANO COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. Tritec 85,40 14.518,00 1 213 32471 148678-0 110 UN CESTO DE LIXO 15 LITROS Tritec 18,90 2.079,00 1 215 102152 304304-5 832 UN LUVA PLASTICA - TIPO MULTIUSO, ESTERIL, DESCARTAVEL,TAMANHO 8 Luplast 40,50 33.696,00 1 216 102153 162600-0 830 PR LUVA DE PROTECAO - DE BORRACHA, CANO CURTO, TAMANHOS DIVERSOS Volks 11,00 9.130,00 1 217 102154 63531-6 620 PR LUVA PARA LIMPEZA - BORRACHA DE LATEX NATURAL,NORMA NBR-13393, TAMANHO PEQUENO, COM REVESTIMENTO INTERNO,REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE Volks 11,50 7.130,00 1 219 102156 136649-1 70 UN PA DE LIXO PLASTICA - DE POLIPROPILENO, DIMENSAO (275-COMPX223LARGX70ALT)MM, NA COR AZUL Tritec 6,75 472,50 1 221 102161 294752-8 160 UN FILME TRANSPARENTE - FILME TRANSPARENTE EM PVC, COM 40CM, COM 1.000 METROS,APRESENTACAO EM ROLO OU BOBINA Ultra 250,00 40.000,00 1 229 102180 129074-6 110 UN TOALHA DE BANHO - MEDINDO (070X135)CM, NA COR BRANCA, 100%ALGODAO Olinda 36,00 3.960,00 1 230 102183 132778-0 410 PC TOUCA - 100% POLIPROPILENO, P,M,G E GG,EG,PADRAO, MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS(DESCARTAVEL PACT COM 100 UND) Derma 34,99 14.345,90 1 231 100617 316369-5 710 UN LUVA - VINIL COM AMIDO, LUVA CIRURGICA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO,TAMANHOS DIVERSOS,LUVA CIRURGICA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO (CX C/ 100 UND) Volks 72,00 51.120,00 1 232 100618 304304-5 958 PC LUVA PLASTICA - TIPO MULTIUSO, ESTERIL, DESCARTAVEL (PCT 100 UND) Luplast 40,50 38.799,00 1 233 100619 382042-4 1.110 CX LUVA - LUVA DESCARTAVEL EM LATEX,TAMANHO P, M E G (CX 100 UND) Volks 74,99 83.238,90 1 237 103812 148399-4 170 UN PA DE LIXO - DE PA DE LIXO EM PLASTICO, MEDINDO CABO CURTO, CABO DE PLASTICO, CCOM 20CM Tritec 10,00 1.700,00 1 239

102190 253424-0 220 PC BALAO PLASTICO - EM PLASTICO,TAMANHO MEDIO, MODELO BALAO JUNINO,EM CORES VARIADAS (PCT 100) Imperial 8,50 1.870,00 1 240 102191 163721-5 60 UN BARBANTE - NATURAL DE SISAL, COM 50 FIOS, ROLO COM 400M São Roque 20,00 1.200,00 1 243 33591 154279-6 128 UN COLHER GRANDE PARA SERVIR - CABO DE PLASTICO Martinazzo 15,00 1.920,00 1 247 102195 254162-9 244 UN COPO - EM VIDRO TRANSPARENTE, TIPO CALICE DE VIDRO PARA SEDIMENTAÇÃO, COM CAPACIDADE CAPACIDADE 250ML J Pro Lab 39,99 9.757,56 1 249 1300 162669-8 25 UN FACA P/ COZINHA SQ 26,50 662,50 1 250 33579 266442-9 19 UN FACA DE CORTAR PAO EM INOX COM CABO DE PVC SQ 23,00 437,00 1 253 33580 23890-2 52 UN GARFO DE COZINHA EM INOX COM CABO DE PVC PCT COM 12 UNIDAES Martinazzo 18,75 975,00 1 254 102199 151876-3 45 UN GARRAFA - GARRAFA TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, AMPIDRO TEMPERADO, COM TAMPA TIPO PRESSAO., CAPACIDADE DE 1 LITRO. Termolar 34,00 1.530,00 1 255 102201 155896-0 45 UN GARRAFA - TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO, INTERNA E EXTERNAMENTE, COM TAMPA, ALCA E ROSCA, 5 LITROS Termolar 40,49 1.822,05 1 257 102207 167816-7 42 UN JARRA - DE EM ALUMINIO COM ALCA, CAPACIDADE 4 LITROS, COM DIAMETRO DE 120 MM, ALTURA DE 210 MM, CINZA, COM TAMPA Paraná 89,90 3.775,80 1 258 1779 160039-7 16 UN PANELA DE PRESSAO DE 07 LITROS Panelux 123,00 1.968,00 1 260 102209 92830-5 225 UN PAPEL ALUMINIO - MEDINDO (0,30 X 100) M, APRESENTADO EM ROLO 50 M Giopack 68,00 15.300,00 1 262 102213 250051-5 54 UN PORTA MANTIMENTOS - DE PLASTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 04 LITROS, SEM DECORACAO Tritec 19,15 1.034,10 1 263 102214 256253-7 50 UN POTE - DE VIDRO LISO COM TAMPA DE PLÁSTICO NA COR BRANCO,TRANSPARENTE, TAMANHO PEQUENO. Decorvidro 29,69 1.484,50 1 266 22272 160417-1 15 UN RALO DE INOX SQ 15,80 237,00 1 267 102216 236232-5 31 UN TABUA DE FRIOS CIPO - DE TÁBUA DE PLÁSTICO PARA CARNE, COR BRANCA Plasultil 22,99 712,69 1 269 103814 135242-3 710 UN CANECA DE VIDRO - DIAMETRO (80MM), ALTURA (89MM), COM (293ML), NA COR INCOLOR Nadir 19,00 13.490,00 1 271 101998 150292-1 80 PC AMENDOIM - CRU, SEM CASCA, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE LINHA ATOXICO. (PCT 500 G) Mika 9,50 760,00 1 282 102060 131296-0 130 UN MANTEIGA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM LATA, CAIXA DE PAPELAO REFORCADO Aviação 18,00 2.340,00 1 283 33448 262351-0 50 UN MARMELADA PCT - 350GR Sofruta 12,88 644,00 1 289 33468 119022-9 150 UN PREPARO PARA REFRESCO - 20 GR Mika 0,85 127,50 1 293 102079 380967-6 20 UN SELETA DE LEGUMES - 200 GR Quero 4,85 97,00 1 295 11557 167709-8 20 UN UVA PASSAS Mika 7,50 150,00 1 301 2611 24793 20 KG LIMAO Hortifruti 6,90 138,00 1 309 102115 329986-4 13 UN CHAIRA - EM CERAMICA,COM LAMINA EM CERAMICA 28CM,CABO EM POLIPROPILENO COM 11CM,PARA USO EM COZINHA INDUSTRIAL,COMO AFIADOR DE FACA SQ 79,00 1.027,00 1 314 33504 155048-9 38 UN LIXEIRO TELADO 10 LT Arquiplasti 9,80 372,40 1 315 3222 95650-3 20 UN PRESTOBARBA Bic 2,69 53,80 1 323 6880 306948-6 30 PR BOTA BORRACHA BRANCA N.40 Innovare 61,49 1.844,70 1 324 1301 381973-6 50 UN COADOR DE PANO P/CAFE Caipira 4,30 215,00 1 326 103799 165004-1 50 UN NOZ MOSCADA - EM PO, CONSTITUIDA DE AMENDOAS SECAS E MOIDAS, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE FERMETACAO, MOFO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM EM PACOTES DE 50GR Mika 74,90 3.745,00 1 TOTAL DO CREDOR R$: 978.757,85 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do Art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela Administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente,

na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da Ata de Registro de Preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa Oficial do Município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da Ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no termos da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a Ata de Registro de Preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro,

mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da Ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à Administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n°. 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o Artigo 62, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções Administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11. 1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 1993.11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n°. 10. 520, de 2002.11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.11. 2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa Oficial do Município.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022. Município de Tabaporã/MTSIRINEU MOLETAPrefeito Municipal E. B. DOS SANTOS COMÉRCIO - ME CNPJ Sob n°. 28.929.490/0001-24Eder Rodrigues dos Santos Detentor da AtaRepresentanteFRANCIELLY APª. BISPO

DE OLIVEIRACPF Sob n°. 041.491.611-51Testemunha CAMILA DE MELLOCPF Sob n°. 071.670.861-26Testemunha

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 055/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº. 043/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, 0KM, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0CV ANO MODELO NO MÍNIMO 2022/2022 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR CONFORME O TERMO DE PROPOSTA N° 013/2018 – FIRMADO ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - SES, COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações no Termo de Referencia – ANEXO I do Edital.

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de licitação:.....PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

Tipo de licitação:.....MENOR PREÇO

Regime de execução:.....POR ITEM

Forma de execução:.....INDIRETA

Conformidade:.....EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV, o município de Tabaporã/MT, através de seu Pregoeiro, senhor Helielson Teodoro Alves nomeado pela portaria nº 476/2022, ADJUDICA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

ALL CAR PROJETOS EIRELI – ME

CNPJ Sob nº. 42.308.623/0001-76

Venceu o item 01 - Veiculo De Passeio - Transporte De Equipe (5 Pessoas, 0 Km) Motorização Mínima 1.0cv, 04 Portas Tipo De Direção Hidráulica / Elétrica Distancia Entre Eixos Mínima De 2.370 Mm Ar Condicionado Possui Trio Elétrico (Trava,Vidro,Alarme) Possui Tipo De Combustível Bicombustível, Freios Abs E Airbag Dup Possui Cambio Manual 05 Marchas À Frente E Uma À Ré, Com Todos Equipamentos Exigidos Pelo CONTRAN, Devidamente Licenciado E Emplacado, Com Frete Incluso, Com Garantia Mínima De 12 Meses Sem Limite De Quilometragem.

Valor Total de: R$ 79.990,00 (Setenta e nove mil, novecentos e noventa reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2022SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Ao Terceiro dia do Mês de Outubro do Ano de 2022 (03/10/2022), compareceu, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, Município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Sirineu Moleta, Portador do RG nº. 3.417.708-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORA DA ATA, que firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 045/2022 Processo Licitatório nº. 057/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, em conformidade com as especificações constantes no Edital.A Empresa BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA, devidamente inscrito no CNPJ Sob n°. 09.677.050/0001-82, representada pelo seu sócio/proprietário Senhor Silvio Pedroso do Amaral, DETENTORA DA ATA, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e Licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.492, de 13 de Abril de 2007, bem como pela Lei Municipal nº. 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Ata do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela Legislação relativa à licitação, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:Fornecedor: BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº. 09.677.050/0001-82 com sede na Rua Dorival de Souza, nº. 74 E, Bairro: Centro – CEP: 78.563-000, no Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu proprietário o Senhor Silvio Pedrozo do Amaral, brasileiro, maior, casado, empresário, Portador do RG nº. 1.259.989-1 SESP/MT e inscrito no CPF nº. 843.732.101-87, residente e domiciliado na Rua Vilas Boas, nº. 720 E, Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã/MT.Venceu os Itens: LOTE 01 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA, CNPJ Sob n°. 09.677.050/0001-82 Item Codigo Interno Codigo TCE - MT Qtde. Un. Descrição OBS R$ Unit. R$ Total Classif. Empate3 101954 254486-5 292 FR ADOCANTE DIETETICO - COMPOSTO DE SUCRALOSE, LIQUIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 ML Adocil 3,80 1.109,60 1 9 24744 686 500 KG BOLO RECHEIO FRUTAS N Receita 45,00 22.500,00 1 10 26501 239496-0 390 KG BOLO RECHEIO DE CHOCOLATE N Receita 54,00 21.060,00 1 25 12469 289615-0 570 KG PAO DE FORMA N Receita 22,90 13.053,00 1 75 102206 44913-0 50 UN JARRAS - DE PLASTICO, COM CAPACIDADE PARA 2 L, COM TAMPA E TRAVA Plasmont 15,50 775,00 1 96 7494 305791-7 320 KG CHARQUE 7 Setembro

55,00 17.600,00 1 97 102021 369888-2 1.690 KG CARNE BOVINA - TIPO ACEM COM OSSO,HOMOGENEIZADA,RESFRIADA,NO MAXIMO 10 POR CENTO DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADA ADEQUADAMENTE,EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO,INSPECIONADA PELO SIF OU SIE Bovina 25,90 43.771,00 1 98 7592 13912-2 1.090 KG CARNE BISTECA Bovina 29,00 31.610,00 1 99 102023 92187-4 1.880 KG CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SISTEMA CRAY-O-VAC, PESANDO 5KGS Bovina 29,90 56.212,00 1 100 102024 571 1.180 KG CARNE BOVINA - TIPO FRALDINHA - PRODUTO CRU COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS; LIMPO ISENTO DE TECIDOS INFERIORES COMO: OSSOS, CARTILAGENS, GORDURAS, TENDOES E ETC; RESFRIADO. EMBALADO A VACUO, OU EM FILME PVC OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA E DEMAIS LEGISLACOES PERTINENTES VIGENTES. Bovina 39,00 46.020,00 1 101 102025 112556-7 4.170 KG CARNE BOVINA - TIPO MUSCULO, PECA INTEIRA, CONGELADA,(ENTRE -10-C E -25-C), E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM CAIXA DE PAPELAO ROTULADA, PESANDO ENTRE 5 A 20KGS POR CAIXA Bovina 24,00 100.080,00 1 102 18360 3825-3 530 KG CARNE PALETA Bovina 27,90 14.787,00 1 104 102027 421721-7 3.660 KG CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, DIANTEIRA SEM OSSO, TIPO PALETA OU ACEM,SEM PELANCA, SEM GORDURA,CONGELADA,ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS,EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA,SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS,INSPECIONADA PELO SIF Bovina 22,90 83.814,00 1 112 102035 3562-9 352 UN EXTRATO DE TOMATE - 340 GRAMAS Fuginni 3,50 1.232,00 1 120 102042 132404-7 1.275 PC FERMENTO BIOLOGICO - TIPO GRANULADO SECO INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL,AGENTE DE REIDRATACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA (PCT 125 GR) Fleischeman 7,90 10.072,50 1 141 33459 315992-2 380 KG PAO BISNAGUINHA N Receita 22,90 8.702,00 1 149 33466 152578-6 600 PC PIRULITO RECHEADO - 700 GR Big 11,00 6.600,00 1 150 102071 61932-9 175 PC POLVILHO - AZEDO, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS (PCT 1 KG) Mika 6,90 1.207,50 1 151 102072 61931-0 175 PC POLVILHO - DOCE, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS (PCT 1 KG) Mika 6,90 1.207,50 1 157 3126 16460-7 490 KG SALSICHA Perdigão 15,60 7.644,00 1 198 102122 168991-6 40 UN ESCOVAS - NYLON, LONGAS PROPRIAS P/LIMPEZA DE MAMADEIRAS C/CABO PLASTICO RESISTENTE A ESTERILIZACAO, CERDAS PRETAS, 20CM Lilo 15,90 636,00 1 235 102185 57842 120 UN SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - SACO PLASTICO TRANSPARENTE PICOTADO PARA ALIMENTOS, MEDINDO 35CM X 47CM, CAPACIDADE PARA 5,0 KG, APROXIMADAMENTE 3,0 KG CADA BOBINA Vabene 29,90 3.588,00 1 241 102192 194227-1 17 UN CHALEIRA - EM ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 2,5 LITROS Marlux 42,00 714,00 1 244 33572 284152-5 212 UN COLHER DE INOX COM CABO PVC CARTELA COM 12 UNID Aruana 27,00 5.724,00 1 245 33573 162564-0 11 UN CONCHA GRANDE EM ALUMINIO Aruana 7,99 87,89 1 248 102196 242708-7 87 UN FACA - EM INOX, FACA DE MESA, COM SERRA, CABO EM POLIPROPILENO, ACONDICIONADA DE FORMA APROPRIADA Tramontina 22,00 1.914,00 1 268 102217 181835-0 25 UN TABUA DE FRIOS CIPO - DE POLIPROPILENO, DIVERSAS Plasti Brasil 33,40 835,00 1 272 102009 56420 90 PC BICARBONATO DE SODIO - COMPOSTO POR BICARBONATO DE SODIO PARA FINS CULINARIOS (PCT 500 GR) Mika 7,90 711,00 1 TOTAL DO CREDOR R$: 503.266,99 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2. 3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do Art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela Administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos,

obedecida o disposto no Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da Ata de Registro de Preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa Oficial do Município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da Ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no termos da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a Ata de Registro de Preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços

e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da Ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à Administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n°. 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o Artigo 62, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções Administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11. 1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 1993.11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n°. 10. 520, de 2002.11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.Município de Tabaporã/MTSIRINEU MOLETAPrefeito Municipal BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA CNPJ Sob n°. 09.677.050/0001-82Silvio Pedrozo do Amaral Detentor da AtaRepresentanteFRANCIELLY APª. BISPO DE OLIVEIRACPF Sob n°. 041.491.611-51Testemunha CAMILA DE MELLOCPF Sob n°. 071.670.861-26Testemunha

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº. 044/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL DO TIPO SUV, 0KM, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.5CV ANO MODELO NO MÍNIMO 2022/2022 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR CONFORME O TERMO DE PROPOSTA N° 14416.015000/1200-05 – FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações no Termo de Referencia – ANEXO I do Edital.

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de licitação:.....PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

Tipo de licitação:.....MENOR PREÇO

Regime de execução:.....POR ITEM

Forma de execução:.....INDIRETA

Conformidade:.....EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV, o município de Tabaporã/MT, através de seu Pregoeiro, senhor Helielson Teodoro Alves nomeado pela portaria nº 476/2022, ADJUDICA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

>>>P. G AGUIAR VIEIRA E CIA LTDA – EPP

CNPJ Sob n° 27.967.465/0001-72

Venceu o item 01 - Veículo Zero Km, Fabricação Nacional, Com Carroceria Suv, Motorização Mínima 1.5, Ano Correspondente Ao Da Emissão Da Nota Fiscal Ou Ano E Da Linha De Produção Correspondente, Quatro Portas , Bicombustível (Gasolina E Etanol), Potência Mínima De 120 Cv, Roda Medida Mínima 205/65 R15, Ar Condicionado, Cor Branca, Direção Elétrica/Hidráulica, Limpador, Lavador E Desembaçador Do Vidro Traseiro, Retrovisores Externos Com Interno Mecânico, Protetor De Cárter, Jogo De Tapetes De Borracha, Encosto De Cabeça, Capacidade De Transporte Para 05 Passageiros, Automático 05 Marchas À Frente E Uma À Ré, Com Todos Equipamentos Exigidos Pelo Contran, Devidamente Licenciado E Emplacado, Com Frete Incluso, Com Garantia Mínima De 12 Meses Sem Limite De Quilometragem.

No Valor Total de: R$: 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais).

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2022SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)Ao Terceiro dia do Mês de Outubro do Ano de 2022 (03/10/2022), compareceu, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, Município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Sirineu Moleta, Portador do RG nº. 3.417.708-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORA DA ATA, que firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 045/2022 Processo Licitatório nº. 057/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, em conformidade com as especificações constantes no Edital.A Empresa SUPERMERCADO LAURA – LTDA, devidamente inscrito no CNPJ Sob n°. 45.083.675/0001-80, representada pelo seu Procurador Senhor Delonei Tonoli, DETENTORA DA ATA, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e Licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.492, de 13 de Abril de 2007, bem como pela Lei Municipal nº. 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Ata do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela Legislação relativa à licitação, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:Fornecedor: SUPERMERCADO LAURA – LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº. 45.083.675/0001-80 com sede na Av. Comendador José Pedro Dias, nº. 499, Lote 03, Quadra 158, Bairro: Centro – CEP: 78.563-000, no Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Procurador Senhor Delonei Tonoli, brasileiro, maior, casado, empresário, Portador do RG nº. 3.373.349-0 SESP/MT e inscrito no CPF nº. 842.861.809-72, residente e domiciliado na Av. Comendador José Pedro Di-

as, nº. 499 (Fundos), Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã/MT.Venceu os Itens:LOTE 01 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL SUPERMERCADO LAURA LTDA – EPP, CNPJ Sob n°. 45.083. 675/0001-80 Item Codigo Interno Codigo TCE - MT Qtde. Un. Descrição OBS R$ Unit. R$ Total Classif. Empate126 24906 936 720 UN GELATINA 30GR APT 1,50 1.080,00 1 136 102055 26241 560 PC MASSA ALIMENTICIA - MACARRAO INTEGRAL TIPO PARAFUSO CONTEM SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FARELO DE TRIGO E FIBRA DE TRIGO. (PCT 500 GR) Gallo 5,33 2.984,80 1 138 102059 242364-2 430 UN MARGARINA VEGETAL - COM SAL, COMPOSTO DE 60% DE GORDURA E LEITE, PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, PODENDO CONTER VITAMINA E , COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS (POTE 500 GR) Delicia 7,60 3.268,00 1 140 102066 6444-0 320 PC OREGANO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO (PCT 100 GR) Mika 7,80 2.496,00 1 147 33464 6447-5 220 PC PIMENTA DO REINO - 30 GR Mika 3,95 869,00 1 155 102077 230869-0 500 UN REFRIGERANTE - COMPOSTO DE COMPOSTO TIPO COLA - ZERO DE ACUÇAR, AGUA GASEIFICADA, AROMA NATURAL, CORANTES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM GARRAFA DE 2 LITROS Diversos 8,50 4.250,00 1 156 14784 177134-5 500 UN REFRIGERANTE CCUJA ESPECIFICAO EM AGUA DASEIFICADA NOS NOSCADA DE COLA E CAFEINA COM AROMA NATURAL - 02 LITROS Diversos 8,49 4.245,00 1 161 102082 3686-2 580 KG ABACAXI - PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA Diversos 6,96 4.036,80 1 162 25205 TCEMT0000219 230 KG ABOBORA CABOTIA Diversos 5,00 1.150,00 1 163 102083 3697-8 830 KG BANANA - NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE Diversos 4,50 3.735,00 1 164 102084 3688-9 420 KG BATATA DOCE - AMARELA, BOA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS OU MECANICAS,(RACHADURAS,CORTES), TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER GRAUDA Diversos 3,80 1.596,00 1 165 102085 153468-8 2.250 KG BATATA - LISA, DE PRIMEIRA, FIRME E INTACTA, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,(RACHADURAS,CORTES), TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER GRAUDA, ACONDICIONADA EM SACOS DE JUTA DE (830X500)MM, PESANDO APROXIMADAMENTE 50KGS Diversos 4,00 9.000,00 1 166 102086 3691-9 80 KG BERINJELA - TIPO COMUM, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, FIRME E INTACTA, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA(RACHADURAS,PERFURACOES,CORTES) Diversos 6,99 559,20 1 167 102087 3736-2 920 KG BETERRABA - DE PRIMEIRA, FRESCA,COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, TAMANHO,COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA(495X355X220)MM, PESANDO APROXIMADAMENTE 21KGS Diversos 3,99 3.670,80 1 168 102088 163650-2 1.486 KG CEBOLA - BOA QUALIDADE, OPACA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, TAMANHO MEDIO, DEVENDO SER MEDIA, ISENTA DE SUJIDADE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE Diversos 4,99 7.415,14 1 169 102089 260231-8 926 KG CENOURA - VERMELHA,DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA EM SACO PLASTICO ATOXICO,PESO POR QUILO Diversos 5,80 5.370,80 1 171 102090 260232-6 720 KG CHUCHU - DE BOA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAOO UNIFORME,LIVRE DE ENFERMIDADES,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS Diversos 3,88 2.793,60 1 172 102091 154035-1 180 PC COUVE - TIPO FOLHA, FRESCA, COM FOLHAS INTACTAS, DE PRIMEIRA, OTIMA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, SEMPARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOE TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EM CAIXA DE MADEIRA, EM MACOS, FORNECIMENTO POR UNIDADE DE PES Diversos 7,80 1.404,00 1 173 102092 415260-3 650 KG LARANJA - PERA,FRESCA,DE PRIMEIRA,LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA,COM POLPA FIRME E INTACTA,ACONDICIONADA EM CAIXA PLASTICA ATOXICA Diversos 3,75 2.437,50 1 174 102093 3745-1 1.250 KG MACA - GALA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO,COR E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM ONDULADO(480X310X260)MM,COM 163 A 175 UNIDADES, 18KGS Diversos 7,75 9.687,50 1 175 5825 121188-9 130 KG MANDIOCA Diversos 3,99 518,70 1 176 102094 3721-4 1.380 KG MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL Diversos 3,50 4.830,00 1 177 102095 3724-9 210 KG PEPINO - COMUM, PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE Diversos 4,99 1.047,90 1 178 102096 15286-2 220 KG REPOLHO - ROXO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,PERFURACOES E CORTES Diversos 4,75 1.045,00 1 179 102097 150208-5 1.356 KG REPOLHO - BRANCO, LISO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM RACHADURAS OU CORTES, ACONDICIONADO EM ENGRADADOS DE MADEIRA, PESANDO APROXIMADAMENTE POR QUILO Diversos 3,75 5.085,00 1 180 102098 3713-3 1.512 KG TOMATE - MADURO, BOA QUALIDADE, COM POLPA FIRME E INTACTA Diversos 5,99 9.056,88 1 181 102099 346987-5 110 KG VAGEM - MACARRAO,OTIMA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,LIVRE DE ENFERMIDADES E SUJIDADES,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS,ADEQUADOS AO PRODUTO Diversos 7,99 878,90 1 182 102102 27640 1.362 UN ALCOOL ETILICO - HIDRATADO 46,2°INPM/54°GL Anhanguera 4,49 6.115,38 1 183 102105 174394-5 222 UN AVENTAL - EM NAPA, DIVERSOS TAMANHOS, SEM MANGA Diversos 7,00 1.554,00 1 196 102117 305321-0 6.330 UN DESINFETANTE - AGENTE DESINFETANTE QUE ELIMINA GERMES E BACTERIAS,ALQUIL BENZENO, SULFONATO DE SODIO,COADJUVANTES,SEQUESTRANTE,COMPOSICAO AROMATICA FRAGANCIA E AGUA,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA - 2 Litros Pinho Bril 3,99 25.256,70 1 197 102118 36553-0 4.092 UN DESINFETANTE BACTERICIDA - LIQUIDO, PRINCIPIO ATIVO CONTRA BACTERIAS, DESINFECCAO DOMESTICA GERAL, LIMPA E DESINFETA, ACONDICIONADO EM BOMBONA DE 05 LITROS Ypê 10,88 44.520,96 1 200 102126 363225-3 6.258 UN ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, BACTERICIDA,MEDINDO 102,00 X 69,00 X 28,00MM,COM

FORMATO RETANGULAR,EM POLIURETANO,NA COR VERMELHO/ AMARELA Betanin 0,70 4.380,60 1 202 102128 2017 858 UN ESSENCIA - AROMATIZANTE DE AMBIENTES, CONCENTRADA, POSSUI FRAGRANCIA ESPECIAL DE LONGA DURACAO Coala 7,40 6.349,20 1 204 102133 225351-8 998 UN GUARDANAPO DE PAPEL - (24X22)CM, FOLHA SIMPLES, GROFADO COM TEXTURA, NA COR BRANCA, MAXIMA 15MM2 Mili 1,98 1.976,04 1 205 5557 340276-2 2.010 CX HASTEL FLEXIVEL C/ PONTA DE ALGODÃO CX/ C 75UN Diversos 1,80 3.618,00 1 206 33548 16654-5 2.010 UN LAMINA PARA BARBEAR - ACO INOXIDAVEL - CX 3 UNID Bic 1,00 2.010,00 1 207 102138 1722 190 FR LIMPA FORNO - EM PASTA, A BASE DE SODA CÁUSTICA, QUE DISSOLVA GORDURAS INCRUSTADAS EM FORNOS, CHAPAS E GRELHAS DE FERRO. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO. (FRASCO 200 ML) Diversos 11,80 2.242,00 1 208 102140 407881-0 1.552 UN LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO, CONCENTRADO,COMPOSICAO: ACIDO DODECILBENZENO SULFONICO LINEAR,COADJUVANTE, SOLVENTE,NEUTRALIZANTE, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE,CONSERVANTE, FRAGANCIA E CORANTE,EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 5 LITROS,LEGISLACAO VIGENTE DE ACORDO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU Ypê 3,75 5.820,00 1 209 102141 221995-6 1.430 UN DETERGENTE COMPLEXO PARA HIGIENIZACAO E LIMPEZA - A BASE DE CONCENTRADO PARA LIMPEZA PESADA - PRODUTO Á BASE DE ÁGUA DEIONIZADA, 2-BUTOXIETANOL, LAURILETER SULFATO DE SODIO, ALCOOL ETILICO, ALCOOL ISOPROPILICO, SEQUESTRANTE, LIQUIDA AZUL, COM 10,00 A 11,0 COM SOLUBILIDADE EM AGUA COMPLETA, 25°C: 2,0 A 8,0 CST Polylar 1,58 2.259,40 1 214 102224 252508-9 310 UN LIMPA MOVEIS - TIPO: EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PARA LIMPEZA E CONSERVACAO DE MOVEIS, CCOMPOSTO A BASE DE CERA NATURAL E SINTETICA, SILICONE, SOLVENTE MINERAL E VEGETAL, CONSERVANTE E AROMATIZANTE, EMBALADO EM ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA DE 500ML, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A CONTENDO DADOS DO FABRICANTE, RESPONSAVEL TECNICO, MODO DE USO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA. Ypê 6,99 2.166,90 1 218 102155 164904-3 110 UN INSETICIDA DOMESTICO - EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 50G, APRESENTACAO EMBOLAS, COM DATA DE VALIDADE, LOTE DE FABRICACAO, MEDIA, NAFTALINA 100% Diversos 1,99 218,90 1 220 102157 148681-0 80 UN PALITO DE DENTE - EM MADEIRA, PARA USO BUCAL, TAMANHO 5 CM Paraná 0,95 76,00 1 223 102165 89385-4 1.626 UN REMOVEDOR - ALCALINIZANTES,SOLVENTES ESPECIAIS,TENSOATIVOS NAO IONICO,SOLUBILIZANTE E SEQUESTRANTE, TIPO LIQUIDO LIMPIDO E INCOLOR, PARA REMOCAO DE CERA, ACONDICIONADO EM FRASCO Removex 12,50 20.325,00 1 224 102166 171056-7 90 UN RODO(PUXA E SECA) - CABO DE ALUMINIO, BASE MEDINDO 40CM, BASE DE ALUMINIO, COM DUAS LAMINAS DE BORRACHA São Matheus 35,00 3.150,00 1 225 102167 132634-1 306 UN RODO(PUXA E SECA) - CABO DE ALUMINIO, BASE MEDINDO 60CM, BASE DE ALUMINIO, COM 2 LAMINAS DE BORRACHA São Matheus 37,40 11.444,40 1 227 102174 126452-4 909 UN PANO DE LIMPEZA - MEDINDO 74X45CM, SACO ALVEJADO, ALGODAO Diversos 6,50 5.908,50 1 228 102179 264957-8 434 UN SODA CAUSTICA - LIQUIDA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA,COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO DE SODA CAUSTICA (NAOH) A 50%, PARA REGENERACAO DE RESINA ANIONICA DE FILTRO DESMINERALIZADOR. Sodabel 15,98 6.935,32 1 234 102184 133206-6 347 UN VASSOURA - DE CERDA DE PALHA(TIPO CAIPIRA), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 30CM, COM BASE DE ARAME São Matheus 24,90 8.640,30 1 238 102188 110277-0 22 UN ABRIDOR DE RECIPIENTES - TIPO ABRIDOR DE LATAS, EM ACO INOX, PEQUENO, COM 01 FACE, 02 FUNCOES Diversos 4,99 109,78 1 242 16195 46330-2 220 PC COLHER DESCARTAVEL PACT COM 50 UNID Junco 3,20 704,00 1 246 102194 1573 110 UN VARAL - CORDA DO TIPO TRANCADA PARA VARAL COM FIO DE ACO REVESTIDA DE PLASTICO PVC, MULTIFILAMENTO, COM 20M DE COMPRIMENTO, 1,75MM ESPESSURA E COM 1,75MM DE DIAMENTRO São Matheus 4,80 528,00 1 252 102198 261518-5 120 PC ACENDEDOR - PALITO DE FOSFORO EXTRA LONGO,EM MADEIRA Paraná 3,49 418,80 1 256 102202 305733-0 154 UN GARRAFAO VAZIO - DE POLIPROPILENO,COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS,NO MODELO USUAL EM FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL,NO FORMATO REDONDO,PARA AGUA Lebrinha 25,44 3.917,76 1 259 102208 92830-5 170 UN PAPEL ALUMINIO - ROLO C/ 7,50M X 30CM Gio Pac 6,30 1.071,00 1 261 33605 18676-7 420 UN PILHA D ALCALINA CARTELA COM 02 UNIDADES Rayovac 19,99 8.395,80 1 264 33586 411175-3 1.264 UN PRATO DE VIDRO TRANSPARENTE Duex 5,49 6.939,36 1 265 102215 242594-7 120 DZ PRENDEDOR DE ROUPA - DE MADEIRA, NO FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 8CM Paraná 1,99 238,80 1 270 101952 272480-4 100 PC AÇUCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, MASCAVO,COM ASPECTO, COR , CHEIRO PROPRIOS E SABOR DOCE,COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99.3% P/P,SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, SEM FERMENTACAO, ISENTOS DE LARVAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, ATOXICO (PCT 1 KG) Barralcool 8,88 888,00 1 273 102015 224475-6 330 PC BISCOITO COM SAL - TIPO INTEGRAL COM GERGELIM., COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, COM GLÚTEN., EXTRATO DE MALTE, FERMENTO BIOLOGICO E GERGELIM., ACONDICIONADO EM EM PACOTES., COM 600 GRAMAS Marilan 8,30 2.739,00 1 274 11579 109096-8 30 UN CALDO DE CARNE Knor 3,70 111,00 1 275 1351 175727-0 20 UN CALDO DE GALINHA - 125 G C/ 12 TABLETES Knor 3,99 79,80 1 276 102020 3984-5 462 MG MILHO DE CANJICA - BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,BENEFICIADO,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO (PCT 500 GR) Mika 3,69 1.704,78 1 277 33338 265901-8 20 UN CHOCOLATE GRANULADO 100GR Mika 5,00 100,00 1 278 33345 356264-6 30 UN FARINHA LACTEA Piracanjuba 13,40 402,00 1 279 102050 357700-7 70 UN LEITE DE COCO - NATURAL, CONCENTRADO, ACUCARADO,OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO,PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,COM ASPECTOS DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA Menina 3,20 224,00 1 280 11563 15250-1 38 KG LINGUICA CALABRESA Frigoweber 18,98 721,24 1 281 33442 3809-1 30 KG LINGUICA TOSCANA Frigoweber 11,99 359,70 1 284 33453 148359-5 20 UN MOLHO DE PIMENTA - 150 ML Mika 3,60 72,00 1 285 33454 160680-8 20 UN MOLHO DE MOSTARDA 170 G Quero 6,89 137,80 1 286 33456 156915-5 30 UN MUCILOM DE MILHO - 400 GR Nest 9,00 270,00 1 287 33463 159807-4 20 UN PEPINO EM CONSERVAS - 300 GR Castelo 8,20 164,00 1 288 17389 159717-5 20 UN PIMENTA DO REINO PCT DE 250 GR Mika 25,00 500,00 1 290 33562 336005-9 150 UN PREPARO PARA REFRESCO COM POLPA DE FRUTAS RENDIMENTO 10 LT Mika 4,85 727,50 1 291 9177 84786-0 20 KG SAL GROSSO Sabor Ami 2,50 50,00 1 292 33475 132136-6 30 UN SARDINHA EM CONSERVA - 250 GR Gomes 8,49 254,70 1 294 14386 344182-2 20 UN SUSTAGEM Nest 19,66 393,20 1 296 33311 107938-7 20 KG ACELGA Diversos 4,99 99,80 1 297 15367 107955-7 40 KG ALFACE SACOLA Diversos 6,98 279,20 1 298 17380 3695-1 80 KG BANANA MACA Diversos 5,40 432,00 1 299 23693 152035-0 20 KG CEBOLINHA VERDE Diversos 6,98 139,60 1 300 33310 90347-7 20 KG JILO Diversos 7,50 150,00 1 302 12449 15369-9 50 KG MAMAO Diversos 8,97 448,50 1 303 27926 225639-8 20 KG MILHO VERDE Diversos 9,48 189,60 1 304 9347 343378-1 10 KG QUIABO Diversos 9,48 94,80 1 305 24021 3692-7 30 UN RUCULA Diversos 6,98 209,40 1 308 30539 168963-0 10 UN ANTISSEPTICO BUCAL Sorriso 13,59 135,90 1 310 7854 128344-8 272 PC COPO DESCARTAVEL 300 ML Coposul

6,98 1.898,56 1 311 2420 172303-0 10 UN ESCOVA P/ UNHAS Condor 4,80 48,00 1 312 26420 23269-6 64 UN INSETICIDA 300ML SBP 9,90 633,60 1 316 19827 267891-8 30 UN BATERIA 9 V Rayovac 17,92 537,60 1 318 33569 369880-7 5 UN BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO 4,5 LITROS Diversos 4,80 24,00 1 320 33576 90931-9 5 UN ESPREMEDOR DE ALHO EM FERRO Diversos 11,00 55,00 1 325 103800 159657-8 140 UN ARROZ - INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 01KG Engenho 4,98 697,20 1 327 103796 151737-6 100 UN ERVA DOCE - EM GRAO, OBTIDA DE DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DE ESPECIME DE VEGETAIS GENUINOS, ISENTO DE FERMENTACAO E MOFO, HOMOGENEA, COM ASPECTO, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE AUSENCIA DE SUJIDADES,PARAZITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM ACONDICIONADO EM SACO POLIETILENO, ESTERILIZADO EM ATMOSFERA MODIFICADA, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONFORME NTA-57(DEC.12486,DE 20/10/78) Mika 2,08 208,00 1 328 103798 538 200 UN CARNE SUINA - TIPO PALETA, PICADA, RESFRIADA, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO Diveros 11,50 2.300,00 1 329 103797 18199 100 UN MASSA ALIMENTICIA - MACARRAO DE ARROZ, TIPO PARAFUSO, SEM OVOS, SEM MILHO, SEM GLUTEN, COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERISTICA Liane 4,40 440,00 1 330 8239 299026-1 30 PC BISCOITO DE MANTEIGA 500GR Adoralle 5,80 174,00 1 331 2555 190839-1 30 PC BISCOITO DOCE - 400G Adoralle 4,99 149,70 1 332 33493 407881-0 48 UN LIMPADOR MULTI USO - LIMPEZA PESADA - 1 LT Ypê 5,44 261,12 1 TOTAL DO CREDOR R$ 301.306,72 Venceu os Itens:2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do Art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela Administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da Ata de Registro de Preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade

de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa Oficial do Município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5. 3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:6. 1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da Ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no termos da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a Ata de Registro de Preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da Ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à Administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo

o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n°. 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o Artigo 62, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções Administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 1993.11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n°. 10.520, de 2002.11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa Oficial do Município.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022. Município de Tabaporã/MTSIRINEU MOLETAPrefeito Municipal SUPERMERCADO LAURA – LTDA CNPJ Sob n°. 45.083.675/0001-80Delonei Tonoli Detentor da AtaRepresentanteFRANCIELLY APª. BISPO DE OLIVEIRACPF Sob n°. 041.491.611-51Testemunha CAMILA DE MELLOCPF Sob n°. 071.670.861-26Testemunha

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2022SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)Ao Terceiro dia do Mês de Outubro do Ano de 2022 (03/10/2022), compareceu, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, Município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Sirineu Moleta, Portador do RG nº. 3.417.708-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORA DA ATA, que firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 045/2022 Processo Licitatório nº. 057/2022, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, em conformidade com as especificações constantes no Edital.A Empresa SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – ME, devidamente inscrito no CNPJ Sob n°. 01.706.978/0001-36, representada pelo seu Procurador Senhor Everaldo Alves de Andrade, DETENTORA DA ATA, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decor-

rente do Processo e Licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.492, de 13 de Abril de 2007, bem como pela Lei Municipal nº. 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Ata do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela Legislação relativa à licitação, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:Fornecedor: SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº. 01.706.978/0001-36 com sede na Av. Dr. Carlos Vidotto, nº. 824 E, Bairro: Centro – CEP: 78.563-000, no Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Procurador o Senhor Everaldo Alves de Andrade, brasileiro, maior, casado, empresário, Portador do RG nº. 2.134.604-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 033.277.241-13, residente e domiciliado na Rua Rejane, nº. 74, Centro – CEP: 78.563-000, Município de Tabaporã/MT.Venceu os Itens: LOTE 01 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – ME, CNPJ Sob n°. 01.706.978/0001-36 Item Codigo Interno Codigo TCE - MT Qtde. Un. Descrição OBS R$ Unit. R$ Total Classif. Empate4 101955 124611-9 1.746 UN AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, FLUORETADA, HIPOTERMAL NA FONTE, ACONDICIONADA EM EM GARRAFÃO CONFECCIONADO DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL N 12833, CONTENDO 20L, PLASTICO RECICLAVEL, DE ACORDO COM AS NORMAS DO M/S Lebrinha 11,80 20.602,80 1 5 101995 152119-5 800 ML AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE, CONTENDO 500ML, VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL Lebrinha 1,35 1.080,00 1 78 103854 121605-8 400 UN AGUA MINERAL - NATURAL COM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET,TAMPA C/ROSCA E LACRE, CONTENDO 500 ML Lebrinha 2,05 820,00 1 82 101996 229166-5 280 ML AGUA MINERAL - NATURAL COM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET, CONTENDO 350ML, TAMPA COM ROSCA E LACRE, . Lebrinha 2,15 602,00 1 83 101962 174483-6 550 ML AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PLASTICA COM TAMPA, CONTENDO 350ML, PLASTICO RECICLAVEL, DE ACORDO COM AS NORMAS DO M/S Lebrinha 1,60 880,00 1 TOTAL DO CREDOR R$ 23.984,80 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do Art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela Administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e procede-

rá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da Ata de Registro de Preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa Oficial do Município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da Ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no termos da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a Ata de Registro de Preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu ven-

cimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da Ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à Administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n°. 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o Artigo 62, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções Administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n°. 10.520, de 2002.11.1. 3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa Oficial do Município.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.Município de Tabaporã/MTSIRINEU MOLETAPrefeito Municipal SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – MECNPJ Sob n°. 01.706.978/0001-36Everaldo Alves de AndradeDetentor da AtaRepresentante FRANCIELLY APª. BISPO

DE OLIVEIRACPF Sob n°. 041.491.611-51Testemunha CAMILA DE MELLOCPF Sob n°. 071.670.861-26Testemunha

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 043/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2022

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 476/2022 de 04/08/2022, no uso de suas atribuições, torna público que no Dia 05/08/2022 as 09hr00min aconteceu o Julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO n° 033/2022 - do tipo Menor Preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, visando a AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL DO TIPO SUV, 0KM, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.5CV ANO MODELO NO MÍNIMO 2022/2022 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR CONFORME O TERMO DE PROPOSTA N° 14416.015000/1200-05 – FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, de acordo com o ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA do Edital, como FRACASSADA. Por motivo do preço praticado pelo vencedor estar acima do Estimado em Edital.

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248, sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 476/2022

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº. 044/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL DO TIPO SUV, 0KM, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.5CV ANO MODELO NO MÍNIMO 2022/2022 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR CONFORME O TERMO DE PROPOSTA N° 14416.015000/1200-05 – FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações no Termo de Referencia – ANEXO I do Edital.

Repartição interessada:.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de licitação:.....PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

Tipo de licitação:.....MENOR PREÇO

Regime de execução:.....POR ITEM

Forma de execução:.....INDIRETA

Conformidade:.....EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, HOMOLOGA o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 476/2022 de 04 de Agosto de 2022, conforme segue:

>>>P. G AGUIAR VIEIRA E CIA LTDA – EPP

CNPJ Sob n° 27.967.465/0001-72

Venceu o item 01 - Veículo Zero Km, Fabricação Nacional, Com Carroceria Suv, Motorização Mínima 1.5, Ano Correspondente Ao Da Emissão Da Nota Fiscal Ou Ano E Da Linha De Produção Correspondente, Quatro Portas , Bicombustível (Gasolina E Etanol), Potência Mínima De 120 Cv, Roda Medida Mínima 205/65 R15, Ar Condicionado, Cor Branca, Direção Elétrica/Hidráulica, Limpador, Lavador E Desembaçador Do Vidro Traseiro, Retrovisores Externos Com Interno Mecânico, Protetor De Cárter, Jogo De Tapetes De Borracha, Encosto De Cabeça, Capacidade De Transporte Para 05 Passageiros, Automático 05 Marchas À Frente E Uma À Ré, Com Todos Equipamentos Exigidos Pelo Contran, Devidamente Licenciado E Emplacado, Com Frete Incluso, Com Garantia Mínima De 12 Meses Sem Limite De Quilometragem.

No Valor Total de: R$: 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais).

>>> Valor Total Homologado: R$: 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 03 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 078/2022.

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 078/2022.

Ao dia 04 do mês de outubro do ano de 2.022, eu **SIRINEU MOLETA,** Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições que me conferem o cargo, dou posse a **Sr.ª Mariluz Garcete Pereira Costa,** Brasileira, Casada, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 968.608.201-87 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 3111819-4 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Tancredo Neves, s/nº Bairro: Centro, Município de Tabaporã-Mt, aprovada no Concurso Público Municipal Nº 001/2018, com inscrição nº 005, para o cargo de **Especialista da Saúde II – Bioquímico/Farmacêutico,** em conformidade com o Edital Nº 001/2018, nomeada através do Decreto Nº 4.763/2022, assumindo a mesma o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes na legislação pertinente. A nomeada comprovou neste ato, através de inspeção médica, estar apta física e mentalmente para o exercício do cargo, bem como declara que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada da Administração Direta ou em Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou ainda em Fundação Pública.

A servidora apresenta neste ato declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Tabaporã-MT. 03 de outubro de 2.022

SIRINEU MOLETA MARILUZ GARCETE PEREIRA COSTA Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT

DECRETO Nº. 4.763/2022.

DECRETO Nº. 4.763/2022.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - Tendo em vista a aprovação em Concurso Público Municipal nº 001/2018, homologado em 14 de Março de 2018, através do Decreto nº. 3.605/2018, **NOMEIO, na data de 03/10/2022,** a Senhora **MARILUZ GARCETE PEREIRA COSTA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3111819-4 SSP/MT, no cargo de **ESPECIALISTA DA SAÚDE II – BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 842/2011, e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO N.º 330 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 330 DE **27**DE **SETEMBRO** DE **2022.**

Aprova o projeto de unificação dE ÁREAS URBANAS, NESTE MUNICÍPIO DE TANGARÁ da Serra, estado de mato grosso.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 210, de 11 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO o objeto da Análise de Projeto nº 414/2022**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Unificação dos Imóveis Área 01 de Terras Urbanas com a superfície de **3.600m2,** Área 02-B de Terras Urbanascom a superfície de **236.434,08m2 e** Área 03 de Terras Urbanascom a superfície de **17.431,80m2,** localizados no perímetro urbano desta cidade**,** devidamente matriculados sob n.ºs **29.603, 29.605 e 41.147,** respectivamente, no RGI desta Comarca, de propriedade de ROBERTO BRUNIERA OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 015.099.858-91, RICARDO BRUNIERA OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 542.073.718-34, VERGÍLIO POSSAMAI, inscrito no CPF sob nº 046.623.779-00, ANA VIRGINIA POSSAMAI PEREIRA, inscrita no CPF sob nº 616.345.731-53, EVA VANESSA POSSAMAI, inscrita no CPF sob nº 908.642.121-00, ADÃO VERGÍLIO POSSAMAI JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 921.852.661-87 e MARA LIDIA POSSAMAI MULLER, inscrita no CPF sob nº 551.742.211-04, tendo como resultante o **Projeto Loteamento TGS 04**, perfazendo uma superfície total de **257.465,88M2**, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

Parágrafo único. A área unificada no caput, tem o valor venal de R$ 3.295. 563,26 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), **conforme Certidão nº 054/2022.**

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e sete** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Adão Leite Filho

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICACÃO

CONTRATO N. 011/2022/SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICACÃO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Assessoria Jurídica, torna público para conhecimento dos interessados, considerando o Aviso de Publicação do **Contrato n. 011/2022/SAMAE**, cujo objeto é**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAR PROJETO EXECUTIVO DAS INSTALAÇÕES PARA PROMOVER O TRANSPORTE DE ÁGUA BRUTA ENTRE O MANANCIAL RIO SEPOTUBA E A ETA/REPRESA TANGARÁ DA SERRA-M,** publicado no Jornal Diário Oficial da AMM, na Edição do dia 17/03/2022, página n.º 479. RESOLVE **RETIFICAR**: **ONDE SE LÊ: 15 de setembro de 2022; LEIA-SE: 15 de março de 2023.**

Tangará da Serra – MT, 03 de outubro de 2022.

LUCILO DOS SANTOS JÚNIOR

ASSESSOR JURÍDICO DO SAMAE

DECRETO N.º 335, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 335, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

Prorroga o Decreto N.º 424, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO protocolo nº 22.900/2022, bem como teor do Ofício nº 018/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por até 60 (sessenta) dias o Decreto nº 424 de 25 de setembro de 2020, para realização e conclusão do processo de nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CMPDDPI.

Art. 2ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **trinta** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site:www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 329, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 329, DE**27**DE**SETEMBRO**DE **2022.**

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DEMEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o Memorando de n.º 15.382/2022.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 em combinação com o Parágrafo Único do art. 92 da Lei Federal n.º 4320 de 17/03/1964, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

CONSIDERANDO o interesse público, tendo por base o Poder Discricionário da Administração Pública, segundo os critérios de Conveniência, Oportunidade e Justiça em razão de falta de interesse na continuidade do serviço ou na aquisição do produto, por motivos de novo certame licitatório em razão do vencimento do certame anterior, por não ter sido o produto entregue pelo fornecedor no tempo e modo devido ou o serviço não ter sido executado pelo prestador ou ainda pelo fato de que no momento da aquisição do produto ou serviço a empresa estava sem regularidade fiscal.

D E C R E T A:

Art. 1ºFicam cancelados os seguintes empenhos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

DATA	NÚMERO DO EMPENHO	EMPRESA	VALOR DO EMPENHO	VALOR A CANCELAR
09/02/2022	1857	EVOLUTION NEGÓCIOS EMPRESARIAIS LTDA	487.194,13	**481.711,62**
TOTAL				**481.711,62**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e sete**dias do mês de**setembro**do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EDITAL N.º 010/2022 - DEFERIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, em consonância com o artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT e artigo 10 da Lei nº 6.938/1981, torna públicas as seguintes licenças ambientais deferidas/emitidas:

Processo	N.º da Licença	Validade da Licença	Nome/Razão Social	Atividade Licenciada
277/2022-1DOC	LP 048/SEMMEA/2022	27/09/24	A. F. DE AMORIM & W. S. BARROS & R. H. PENA LTDA – HIDRÁULICA UNIÃO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS (TRATORES AGRÍCOLAS) / SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
277/2022-1DOC	LI 051/SEMMEA/2022	27/09/25	A. F. DE AMORIM & W. S. BARROS & R. H. PENA LTDA – HIDRÁULICA UNIÃO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS (TRATORES AGRÍCOLAS) / SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
277/2022-1DOC	LO 094/SEMMEA/2022	27/09/27	A. F. DE AMORIM & W. S. BARROS & R. H. PENA LTDA – HIDRÁULICA UNIÃO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS (TRATORES AGRÍCOLAS) / SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
14566/2020 e 979/2022-1DOC	LO 082/SEMMEA/2022	06/09/25	FERREIRA MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA
102/2022-1DOC	LO 083/SEMMEA/2022	06/09/25	GUAXE CONSTRUTORA LTDA	USINA DE ASFALTO
111/2022-1DOC	LO 084/SEMMEA/2022	06/09/25	GUAXE CONSTRUTORA LTDA	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E LAVAGEM DE VEICULOS
016/2022-1DOC	LO 085/SEMMEA/2022	09/09/25	PAMPA SOLUÇÕES AGRICOLAS LTDA	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E LAVAGEM DE VEICULOS
12491/2022 e 495/2022-1DOC	LO 086/SEMMEA/2022	12/09/25	OLIVEIRA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM MOTOCICLETAS LTDA – DOCTOR MOTOS	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS
151/2022-1DOC	LO 087/SEMMEA/2022	13/09/25	CLARO S. A.	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA, INTERNET E TELECOMUNICAÇÃO
1.027/2022-1DOC	LO 088/SEMMEA/2022	14/09/25	REMOPEL INJEÇÃO DIESEL LTDA	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
510/2022-1DOC	LO 089/SEMMEA/2022	15/09/25	JOSÉ RENATO LEMES MEIRELLES – FAZENDA SANTA AMÁLIA	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES / LAVAGEM DE VEÍCULOS
338/2022-1DOC	LO 090/SEMMEA/2022	15/09/25	SUPREMAX NUTRIÇÃO ANIMAL - LTDA	FABRICAÇÃO DE RAÇÃO
640/2022-1DOC	LO 091/SEMMEA/2022	20/09/27	CLARO S. A.	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA, INTERNET E TELECOMUNICAÇÃO
984/2022-1DOC	LO 092/SEMMEA/2022	20/09/27	COMERCIAL KUMBUCA DE CEREAIS LTDA	BENEFICIAMENTO, MOAGEM E PREPARAÇÃO DE ARROZ E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
641/2022-1DOC	LO 093/SEMMEA/2022	23/09/27	CLARO S. A.	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA, INTERNET E TELECOMUNICAÇÃO
642/2022-1DOC	LO 095/SEMMEA/2022	28/09/27	CLARO S. A.	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA, INTERNET E TELECOMUNICAÇÃO
1.270/2022-1DOC	LOP 004/SEMMEA/2022	20/09/24	MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA	EXTRAÇÃO DE CASCALHO - processo ANM 866.715/2022

Tangará da Serra – MT, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

(assinado digitalmente)

Vinícius Lançone dos Santos

Secretário Municipal do Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT

DECRETO N.º 332 DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 332 DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

REGULAMENTALEIMUNICIPALNº 4033,DE21DE JUNHODE2013, A QUAL DISPÕES SOBRE O PROGRAMA DEADOÇÃODEESPAÇOS PÚBLICOSEDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO que o Programa de Adoção de Espaços Públicos promove a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos do Município de Tangará da Serra, em conjunto com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Programa leva à população vizinha às praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos e a entenderem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Programa incentiva o uso das praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;

CONSIDERANDO que os grupos organizados da população elaboram projetos de utilização das praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população;

CONSIDERANDOas disposições da Lei Municipal nº 4033, de 21 de junho de 2013.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Programa de Adoção de Espaços Públicos – PAEP, instituído pela Lei Municipal nº 4033/2013, será de responsabilidade da Administração Pública Municipal, nos termos deste regulamento.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, atendido o interesse público, poderá celebrar convênio com as pessoas jurídicas referidas no artigo seguinte a fim de atender os objetivos da Lei Municipal nº 4033, de 21 de junho de 2013, para promover melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, mediante mútua colaboração nos serviços inerentes à implantação, conservação, recuperação, urbanização e manutenção de espaços públicos, especialmente quanto a áreas verdes, de preservação permanente, parques, jardins, praças públicas, canteiros de ruas e avenidas do Município de Tangará da Serra MT, bem como para realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer.

§ 1° Consideram-se melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais os projetos, obras, serviços, ações e intervenções, relativos a bens públicos municipais, que resultem no atendimento do interesse público e na melhoria da qualidade da vida urbana.

§ 2° Consideram-se atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, aquelas que possam ser oferecidas ao público em geral, sem restrições de idade, como forma de inclusão social e fruição da atividade desenvolvida, desde que seja compatível com a área pública, o público esperado ou com as normas de segurança para realização da respectiva atividade, mediante prévia aprovação do projeto pela autoridade administrativa.

§ 3° As melhorias urbanas que consistirem na construção ou implantação de edificações permanentes deverão contar com a aprovação técnica correspondente referente às questões urbanísticas, de segurança dos usuários e do trânsito de veículos naquele local, de forma a não obstruir a visibilidade dos motoristas, sendo tais edificações, ao final, incorporadas ao patrimônio público municipal sem qualquer indenização ao parceiro privado por representar doação ao ente público.

§ 4° O acesso e uso do bem público pelo particular se darão na estrita necessidade da realização das melhorias pactuadas, sem qualquer prejuízo a seu uso regular de acordo com sua natureza e destinação.

Art. 3º Podem participar do PAEP quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no Município de Tangará da Serra MT.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO PARA A ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Art. 4º Os interessados em participar do PAEP deverão apresentar proposta indicando o lote do processo licitatório pertinente a área pública de seu interesse, através do sistema informatizado 1Doc, dirigido a Secretaria Municipal de Administração;

Art. 5º. A solicitação deverá vir acompanhada da ficha de credenciamento (ANEXO 01) devidamente preenchida e dos documentos do interessado, tais como: contrato social da empresa/entidade e documento de identidade do responsável pela empresa/entidade ou de seu procurador devidamente documentado.

§ 1º Os documentos mínimos a serem apresentados, por cópia simples, são aqueles que sirvam para atestar a regularidade no preenchimento da Proposta para Adoção de Espaços Públicos.

§ 2º A proposta poderá vir acompanhada de projeto e demais documentos que o interessado julgar pertinentes.

Parágrafo único. Outros documentos poderão ser solicitados pelos técnicos da SEMMEA, em despacho fundamentado, inclusive quanto à autoria e responsabilidade técnica dos projetos.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente instruir o protocolado com informações acerca da natureza da área pública, bem como o detalhamento técnico apto a confirmar a adequação ao edital, acaso já lançado, ou manifestar a viabilidade para lançamento de edital para o espaço público pretendido.

Art. 7º Os critérios de análise e adoção dos lotes se darão da seguinte forma:

§ 1º No prazo de cinco dias úteis contados a partir da data de publicação do referido edital, serão recebidas e analisadas as propostas de adoção dos Espaços Públicos. Dentro desse prazo, caso haja manifestação de interesse de dois ou mais adotantes por um mesmo lote o critério de desempate estabelecido ocorrerá da seguinte forma:

§ 2º Formará uma comissão técnica com constituído por 03 (três) membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente juntamente a (01) um representante de cada instituição parceira interessada para a realização de um sorteio.

§ 3º Após o prazo dos cinco dias uteis, o critério de desempate terá prioridade o interessado que primeiro formalizar a intenção de parceria, ou seja, aquele que protocolar primeiramente a proposta conforme o artigo 4º.

Parágrafo único. As análises das propostas serão feitas por equipe composta por 03 (três) membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, entendendo viável o lançamento de edital, dará início ao processo de adoção de espaços públicos previsto na Lei Municipal nº 4033/2013, com a publicação de edital de licitação de acordo com a Lei nº 8.666/1993, com a finalidade de obter a cooperação para a adoção do respectivo espaço público.

Parágrafo único. A deflagração do processo de adoção de espaços públicos poderá ocorrer independentemente da existência de requerimento de interessado na adoção sempre que for conveniente e houver interesse público.

Art. 9º A formalização do convênio para a adoção de logradouros públicos no âmbito do Município de Tangará da Serra far-se-á por meio de assinatura do respectivo instrumento de convênio para instrumentalização do Programa Adoção de Espaços Públicos, sob a fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 10º O Programa de Adoção de Espaços Públicos compreende a:

– urbanização de praça pública ou de esporte de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou por ela aprovado;

– construção ou instalação dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer em praça pública ou de esporte, de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou por ela aprovado;

– conservação e manutenção da área adotada;

– realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com projeto apresentado para aprovação e assinatura do convênio.

Art. 11. Os espaços públicos poderão ser adotados por um ou mais interessados desde que atendidos os trechos mínimos estabelecidos em licitação pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, após manifestação favorável dos órgãos municipais competentes.

Art. 12. A contrapartida remete ao direito de veiculação de publicidade, mediante autorização de fixação de placa específica padronizada de acordo com o Anexo 02 deste decreto, sendo que as suas localizações e quantidades serão definidas no edital de licitação.

Art. 13. O PAEP instituído no âmbito do Município de Tangará da Serra compreenderá os logradouros públicos relacionados no edital da licitação.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 14. Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes a:

– elaboração dos projetos de urbanização e construção das praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos que venham ser adotadas;

– aprovação dos projetos e urbanização de construção das praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos que sejam elaborados fora dos órgãos do Poder Executivo Municipal em função do convênio estabelecido;

– fiscalização das obras e do cumprimento do convênio firmado.

Art. 15. A adoção de praças públicas, de esporte, áreas verdes, áreas de preservação permanente e demais espaços públicos, opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo Municipal de administrar os bens municipais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ADOTANTES PAEP

Art. 16. Caberá à pessoa jurídica adotante as responsabilidades:

– pela execução dos projetos elaborados e/ou aprovados pelo Poder Executivo Municipal, com verba pessoal e material próprios;

– pela preservação e manutenção do espaço adotado, conforme estabelecidos no convênio e no projeto aprovado;

– pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso das áreas públicas, conforme estabelecido no projeto apresentado.

Art. 17. As pessoas jurídicas que vierem a participar do PAEP assumirão todas as responsabilidades e encargos trabalhistas dos funcionários contratados.

Art. 18. Será autorizado a adoção de somente 02 (dois) lotes de áreas públicas por pessoa jurídica.

Art. 19. Na hipótese de não cumprimento das obrigações assumidas pelo adotante, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente notificará o mesmo para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, proceda às adequações necessárias de forma a compatibilizar o convênio firmado com a conservação do logradouro, sob pena de rescisão unilateral do mesmo.

CAPÍTULO V

DA PUBLICIDADE DO PROGRAMA PELOS ADOTANTES

Art. 20. As placas de publicidade de que trata o capítulo desta lei deverão ser retiradas em até 48 (quarenta e oito) horas após a data final prevista no Termo de Adoção ou depois da rescisão do contrato, conforme o caso, cuja permanência após esse período será considerada anúncio irregular, sujeitando o adotante às penalidades da legislação vigente.

Parágrafo único. O ônus em relação à elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pela legislação. A placa será removida por completo e a área sobre a qual estava fixada deve ser restaurada conforme pavimentação adjacente à mesma. Não podendo resultar em buracos, ou elementos que possam gerar riscos aos transeuntes. As publicidades veiculadas nos logradouros adotados, fora dos padrões técnicos mencionados no presente projeto de lei, serão removidas do local com despesas de tal operação por conta do adotante, sendo que o mesmo será notificado e sofrerá sanções fiscais pelo descumprimento da mesma.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O convênio terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

Art. 20. A entidade adotante não poderá impedir o uso do logradouro público pela população em geral.

Art. 21. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e oito** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

ANEXO I

DECRETO Nº

FICHA DE CREDENCIAMENTO DE PROPOSTA PARA ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

PROPOSTA PARA ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
Nome da entidade: _____
Razão Social: _____
Representante legal da entidade: _____
Identidade: _____ 3.2 Órgão Expedidor:_____
Endereço: _____
4.1 Bairro: _____ 4.2Cidade:_____
5.0 Espaço Público:_____
5.1 Endereço:_____ 5.2Bairro:_____
6.0 Descrição sucinta do interesse:
_____
Tangará da Serra MT, _____ de _____ de 202__.
_____
Entidade Interessada

ANEXO II

DECRETO Nº

PLACA PADRONIZADA – PROGRAMA DE ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

1 – Placa para Praças, Trevos e APP's:

Modelo Ilustrativo

2 – Rotatórias e Canteiros:

Modelo Ilustrativo

DECRETO N.º 331 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 331 DE **27**DE **SETEMBRO** DE **2022.**

Aprova o projeto de unificação DOS LOTES 05 E 06 da quadra 135, DO LOTEAMENTO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE TANGARÁ da Serra, estado de mato grosso.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 210, de 11 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO o objeto da Análise de Projeto **n.º 439/22.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Unificação dos **Lote 05 (cinco),** com área de **450,00m2 e Lote 06 (seis)** com área de **450,00 m², ambos da Quadra 135,** localizados no Loteamento Centro**,** devidamente matriculados sob n.ºs **16.907 e 16.908,** respectivamente, no RGI desta Comarca, de propriedade de CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TANGARÁ DA SERRA-MT – CDL, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Júlio Martines Benevides, nº 961, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 08.470.647/0001-99, neste ato representada por ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 809.506.801-25, residente e domiciliado a Rua 48, nº 49-N, Jardim Europa, nesta cidade de Tangará da Serra-MT; tendo como resultante o Lote 05/06 do Loteamento Centro, perfazendo uma superfície de área total de **900,00 m²**, conforme

Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

Parágrafo único. O lote unificado no caput, tem o valor venal de R$ 417. 771,00 (quatrocentos e dezessete mil setecentos e setenta e um reais), conforme Certidão nº 055/2022.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e sete** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Adão Leite Filho

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 334 DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 334 DE **28**DE **SETEMBRO** DE **2022.**

Aprova o projeto de unificação DOS LOTES 13 E 14 da quadra 91, DO LOTEAMENTO PLANTA GERAL, NESTE MUNICÍPIO DE TANGARÁ da Serra, estado de mato grosso.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 210, de 11 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO o objeto da Análise de Projeto **n.º 801/22.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Unificação dos **Lote 13 (treze),** com área de **450,00m2 e Lote 14 (quatorze)** com área de **450,00 m², ambos da Quadra 91,** localizados no Loteamento Planta Geral**,** devidamente matriculados sob n.ºs **29.148 e 29.145,** respectivamente, no RGI desta Comarca, de propriedade de ROCHENBACH AGROPECUÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.731.637/0001-60, neste ato representada por seu sócio Administrador JOSE HENRIQUE ROCKENBACH, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 952. 336.011-68, residente e domiciliado a Rua 10-A, nº 354-W, Jardim Tangará, nesta cidade de Tangará da Serra-MT; tendo como resultante o Lote 13/14 do Loteamento Planta Geral, perfazendo uma superfície de área total de **900,00 m²**, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

Parágrafo único. O lote unificado no caput, tem o valor venal de R$ 416. 313,00 (quatrocentos e dezesseis mil trezentos e treze reais), conforme Certidão nº 053/2022.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e oito** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Adão Leite Filho

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 81 DE 03 DE OUTUBRO 2022

SÚMULA: "Declara hóspede cidadão do Município de Terra Nova do Norte/MT, o Ilustre Sr. Felício José dos Santos, Governador do Rotary, Distrito 4440, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR *PASCOAL ALBERTON*, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. É considerado hóspede cidadão do Município de Terra Nova do Norte/MT, o Ilustre Sr. Felício José dos Santos, Governador do Distrito 4440 do Rotary, que nesta data nos honra com sua visita.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 221.2022

EXTRATO DO CONTRATO 221.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **PAVAN & REINA LTDA-ME**

OBJETO: **A CONTRATADA** SE OBRIGA A FORNECER PARA O **CONTRATANTE, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL**, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA **054/2022, BEM COMO TERMO DE REFERÊNCIA** E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA

VALOR: R$ **$ 8.505,00 (oito mil e quinhentos e cinco reais)**

VIGÊNCIA: 19/09/2022 À 17/12/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 82 DE 03 DE OUTUBRO 2022

SÚMULA: "Declara hóspede cidadã do Município de Terra Nova do Norte/MT, a Ilustre Sra. Ivanilda Cândida da Silva Destro, Coordenadora Distrital da ASR, Distrito 4440, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR *PASCOAL ALBERTON*, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. É considerado hóspede cidadã do Município de Terra Nova do Norte/MT, a Ilustre Sra. Ivanilda Cândida da Silva Destro, Coordenadora Distrital da ASR, Distrito 4440, que nesta data nos honra com sua visita.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 220.2022

EXTRATO DO CONTRATO 220.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA,**

OBJETO: **A CONTRATADA** SE OBRIGA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS O **CONTRATANTE,** CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA 055/2022**, NO TERMO DE REFERÊNCIA** E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ **3.325,15 (três mil e trezentos e vinte e cinco reais e quinze centavos)**

VIGÊNCIA: 19/09/2022 À 19/10/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 219.2022

EXTRATO DO CONTRATO 219.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **ROSIMEIRE DA SILVA BIGOTO EIRELI**

OBJETO: O objeto do presente contrato é PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO Nº 006/2022 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2021 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA/MG, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO NO EVENTO EXPOTERRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CONSTANTES NESTE PROCESSO. conforme demanda, nas Unidades da Prefeitura Municipal

VALOR: R$ 50.008,00 (cinquenta mil e oito centavos)

VIGÊNCIA: 14/09/2022 À 14/10/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 218.2022

EXTRATO DO CONTRATO 218.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **MERCEDES-BENS DO BRASIL LTDA**

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. VALOR: R$ **259.300 (duzentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais).**

VIGÊNCIA: 13/09/2022 À 21/06/2023.

EXTRATO DO CONTRATO 217.2022

EXTRATO DO CONTRATO 217.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **INFOSHOT SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA**

OBJETO: O objeto do presente contrato é PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO Nº 002/2022 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICOL Nº 013/2021 REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS – SEDH/ES, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO DE RECARGA E ARMAZENAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS, CONSTANTES NESTE PROCESSO

VALOR: **R$** 13.950,00 (treze mil e novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 14/09/2022 À 13/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 215.2022

EXTRATO DO CONTRATO 215.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **LUANA DAGUETTI DE BRITOS - ME**

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **"CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 0057/2022 do respectivo Processo de Inexigibilidade nº 003/2022**.**

VALOR: **R$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).**

VIGÊNCIA: 06/09/2022 À 05/01/2023.

EXTRATO DO CONTRATO 214.2022

EXTRATO DO CONTRATO 214.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **J.E.M. PADILHA**

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **"CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 0057/2022 do respectivo Processo de Inexigibilidade nº 003/2022**.**

VALOR: **R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).**

VIGÊNCIA: 06/09/2022 À 05/01/2023.

EXTRATO DO CONTRATO 213.2022

EXTRATO DO CONTRATO 213.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MOVEIS EIRELI**,

OBJETO: O objeto do presente contrato é contratação de empresa do Ramo para PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO Nº 233/2021 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICOL Nº 081/2021 REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS, CONSTANTES NESTE PROCESSO.

VALOR: **R$** ***38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).***

VIGÊNCIA: 06/09/2022 À 06/12/2022

EXTRATO DO CONTRATO 212.2022

EXTRATO DO CONTRATO 212.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **J. L REIS EIRELI**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO, **"CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT",** CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA QUE É PARTE INTEGRANTE DO EDITAL 0057/2022 DO RESPECTIVO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2022**.**

VALOR: **R$** ***48.000,00 (quarenta e oito mil reais)***

VIGÊNCIA: 06/09/2022 À 05/01/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 351/2022

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: NOMEIA PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOELSCENTE.

O SR. PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Nomear, o Sr.**VOLMIR ZAMBENEDETTI DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº 710001 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 572. 301.101-49, como Presidente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE..

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 325/2022

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SR. PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS do município de Terra Nova do Norte-MT, para gestão de 01 de junho de 2022 a 01 de junho de 2024, composta por 3 membros Governamentais titular e suplente, e 3 representantes não governamentais titular e suplente.

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

a) SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - TITULAR: LILIAN SILVANIA FELIPETTO PAVAN SUPLENTE: TELIZANE MARIA DA SILVA DELA SANTA **b) SECRETARIA DE SAÚDE** TITULAR: ODETE BIANCHET SUPLENTE: ELAINE LEMES DA SILVA **c) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** TITULAR: REGINALDO MARCOLAN SUPLENTE: RICARDO MARTINS DOS SANTOS

II-**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS/SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.**

a) REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – APAE/ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS. TITULAR: MARCIA VALERIA SANCHEZ PEREZ SUPLENTE: SHEILA DAGGHETTI

b) REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. TITULAR: BERNADETE FATIMA FEDATO DE MOURA SUPLENTE: DOARIANA SALVADOR DOS SANTOS MATIELLO **c) REPRESENTANTES DOS TRABALHADORTES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-SUAS.** TITULAR: VENESSA DOS REIS SUPLENTE: GESIANE DE JESSUS FERREIRA

Art. 2º. O Presente instrumento de nomeação terá vigência de dois anos, admitindo-se uma recondução por igual período, submetendo ao processo de escolha para os representantes da sociedade civil.

Art. 3º. A função de membro do CMAS é considerado de interesse publico relevante e não será remunerado.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 30 DE SETEMBRO DE 2022.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE..

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

.

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 096/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 096/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** através do Pregoeiro, vem, por meio deste, **RETIFICAR** os termos do Edital do Pregão Presencial n° 096/2022, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA NA AVENIDA NORBERTO SCHWANTES NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT,** nos termos abaixo:

1. Fica adicionado os Itens 8.2, Inciso II letra "b" e Inciso IV letras "d", "e", "f" e "g" do Edital Pregão Presencial n° 096/2022, passando a ficar assim definido:

Item 8.2, Inciso II:

b) Comprovar que possui Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para contratação, sob pena de ser inabilitada. Comprovação poderá ser feita mediante apresentação da Certidão Simplificada da JUCEMAT (para empresa com domicilio no Estado de Mato Grosso) ou da Junta Comercial do respectivo domicilio da licitante (empresa de domicilio em outro Estado). Inciso IV:

d) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

e) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

f) Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia – CREA e CAU, em nome do do profissional técnico responsável,

indicado para execução do objeto licitado, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

g) Apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (com registro de atestado) onde fique comprovado a execução semelhante ao objeto desta licitação, nos termos do art. 30 § 3º da Lei 8.666/93.

2. Considerando que a retificação altera as condições de participação no certame, fica prorrogada a data de abertura dos envelopes para o dia 17 de Outubro de 2022, às 08H00min (horário local de Terra Nova do Norte - MT), mantido o local.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Terra Nova do Norte – MT, 03 de Outubro de 2022.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

LEI N.º1196

LEI N.º1196, 20 DE SETEMBRO DE 2022.

"Autorização de Abertura de Credito Adicional Especial no Orçamento corrente, e inclusão de metas, ações e Programas no PPA 2021/2023 E LDO/2022, e dá outras providencias"

O **Prefeito do Município** de Torixoréu,Estado de Mato Grosso, **THIAGO TIMO OLIVEIRA,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de novo Projeto/Atividade no orçamento corrente no valor de **R$ 30.000,00** (Trinta Mil Reais).

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Prefeito Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA Subfunção: 181 - POLICIAMENTO Programa: 9122 - Apoio a Projetos e Ações de Segurança Pública para Torixoréu Projeto/Atividade: 21XX – COOPERAÇÃO PARA REFORMA DO PRÉDIO DA POLÍCIA CIVIL DE TORIXORÉU Natureza da Despesa: 339041000000 Contribuições – R$ 30.000,00 Fonte de Recurso: 1.5.00.000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 2º desta lei, serão utilizados recursos conforme art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, §1º, Inciso I - os resultantes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Torixoréu – MT, aos 20 dias do mês de setembro de 2022.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP PROCESSO Nº 071/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão, nas formas presencial e Eletrônico, designada pela Portaria nº 002/2022, de 03 de janeiro de 2022, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e na forma do Decreto nº 1.273 de 27/07/2020 e supletivamente do Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público, conforme a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO sob Nº 005/2022 para REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação de Nº 071/2022, visando futura e eventual aquisição de uniformes completos, peças, acessórios e Instrumentos de percussão e de sopro, específicos para uso da Fanfarra Municipal de União do Sul – FAMUS, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico, depois de realizados os procedimentos licitatórios, o Pregoeiro apurou o seguinte resultado: a empresa Empresas vencedoras valor total: R$ 53.173,53 (cinquenta e três mil e cento e setenta e três reais e cinquenta e três centavos): **SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA** (29583709000149) com os lotes: 7, 9, 10, 11 e 12 no valor total de R$ 1.081,20 (um mil e oitenta e um reais e vinte centavos). **RR LOPES EIRELI** (22548304000120) com os lotes: 1, 3, 4, 5 e 13 no valor total de R$ 6.440,00 (seis mil e quatrocentos e quarenta reais). **BANDA ATIVA UNIFORMES EIRELI ME** (20147887000152) com os lotes: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 no valor total de R$ 36.965,00 (trinta e seis mil e novecentos e sessenta e cinco reais). **GUARANI MUSICAL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA** (77318731000104) com os lotes: 2, 6 e 14 no valor total de R$ 8.217,33 (oito mil e duzentos e dezessete reais e trinta e três centavos). **CLAUDINEI TONIETTI EPP** (28732430000117) com o lote: 8 no valor total de R$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais). Processo encaminhado à autoridade superior para as formalidades legais.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul - MT, 03 de outubro de 2022.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro Portaria nº 002/2022

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2022

Dispõe sobre convocação de candidato classificado no Concurso Público realizado em 2019 - Edital Nº 001/2019, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas e Títulos, cujo início deu-se com a edição e publicação do Edital de Concurso Público Nº 001/2019 de 23/10/2019 e com a homologação do mencionado concurso em 30 de dezembro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.275 de 30 de julho de 2020, que suspendeu temporariamente, com base na Lei Complementar federal nº 173 de 27 de maio de 2020, a contagem do prazo de validade do Concurso Público nº 001/2019;

Considerando também o Decreto nº 1.383 de 01 de abril de 2022, que, com base na Lei federal Nº 14.314 de 24 de março de 2022, redefiniu o período de suspensão da contagem do prazo de validade do Concurso Público Nº 001/2019;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2019;

I. Pelo presente Edital, fica CONVOCADO o candidato classificado, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO:ENGENHEIRO CIVIL (PCCR ADMINISTRAÇÃO).

NOME	Nº INSCRIÇÃO	POSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
FERNANDO LUAN KRONBAUER	108	7º	6º CLASSIFICADO

II. O candidato convocado por este Edital terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação/afixação deste Edital, para ser nomeada e tomar posse no respectivo cargo.

III. O candidato deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, devendo apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade;

2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Certidão de Nascimento e/ou CPF dos filhos;

7 - Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 - Título de Eleitor e Certidão de regularidade eleitoral;

10 - Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15 - Carteira de Habilitação categoria “D ou E” (cargo motorista/condutor);

16 - Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

17 - Declaração constando endereço residencial;

18 - Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

19 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público, ou, para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20 - Cópia do CPF e RG do cônjuge;

21 - Cópia ou número de inscrição do CPF e RG de pai e mãe;

22 - Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico, conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

23 - Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

IV. Todos os exames correrão às expensas do(a) candidato(a).

V. Os exames admissionais realizados devem ser apresentados em cópia autenticada ou no original.

VI. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 03 de outubro de 2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA/SAD Nº. 1050/2.022

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do ao**Contrato nº 024/2022,** firmado pelo Município de Várzea Grande.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva,Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 02/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado aSenhora,**MIKAELA REGINA DE MAGALHÃES VICENTE**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº**2422598**e inscrita no CPF n**º703.584.141-56**, funcionáriapúblicamunicipal, exercendo o cargo deAssessor Técnico, Matrícula nº**142050**,e fiscal suplente o senhor **PAULO VICTOR PEDROSO DE BARROS,** brasileiro, portadorda cédula de identidade RG n**° 1298444-2** e inscrita no CPF n° **736.374.591-91**em **substituição** aSenhora **Andrea Luciana de Arruda**, brasileira, portadora no CPF: 551.666.791-72, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **Contrato nº 028/2022**, firmado comaempresa**“AGUIA REALIZAÇÕES LTDA”,**com prazo de vigência de **12 (doze) meses**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de setembro de 2022.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 27/09/2022

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 31/2022/PMVG/MT

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

Considerando a Ordem Judicial processo n° 1004985--11.2020.8.11.0002.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Administração/Superintendência de Gestão de Pessoas

Endereço: Av. Castelo Branco, n° 2500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:00h.

Data da Entrega dos documentos: 04/10/2022 a 02/10/2022

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: SEGURANÇA E MANUTENÇÃO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
6	45203	LUCAS AGENOR DIAS DE OLIVEIRA	24251433 - SSP/MT	APROVADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT(Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - Eletrocardiograma

14 - Avaliação Psiquiátrica

15 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 04de outubro de 2022.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Kalil SaratBaracat de Arruda

Prefeito Municipal

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVITE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMDRVG

Várzea Grande, 03 de outubro de 2022.

EDITAL DE CONVITE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMDRVG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem o Decreto Nº 16/97 c/c Decreto nº 74/2017, CONVOCA OS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VÁRZEA GRANDE – CMDRVG, para a realização da Reunião extraordinária, a ser realizada deforma presencial, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede na avenida da FEB, Várzea Grande – MT,no dia **14/10/2022, as 8:30min**.

Pauta: Assuntos de ordem geral.

Senhores

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO CMDRVG	INSTITUIÇÃOS
CÉLIO DOS SANTOS	PRESIDENTE	SEMMADRS
JHONATTAN LUYDD FERNANDES FERREIRA	VICE PRESIDENTE	SEMMADRS
ALECSAND MOUREIRA DA SILVA	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL
EUCARES TEREZINHA DE ARRUDA BARROS	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL
MONICA APARECIDA GONÇALVES	TITULAR	SMECEL
ANNE CAROLINA GONÇALVES PENAZZOLO	SUPLENTE	SMECEL
NAILDO DOS SANTOS	TITULAR	ASSO. AGRI. FAM. P.A NSA. SENHORA APA. I
JOSÉ RIBAMAR SOZA OLIVEIRA	SUPLENTE	ASSO. AGRI. FAM. P.A NSA. SENHORA APA. I
JOSEMIRO GOMES DAS NEVES	TITULAR	ASSO. DOS TRAB. RURAIS DA COM. P.A SADIA III
PAULO DA SILVA PORTO	SUPLENTE	ASSO. DOS TRAB. RURAIS DA COM. P.A SADIA III
MIGUEL FRANCISCO DOS SANTOS	TITULAR	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE VG
FRANCISCO MASTIM	SUPLENTE	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE VG
ADMILSON CLEMENTE DA SILVA	TITULAR	PRODUTORES RURAIS DO LIMPO GRANDE
JOÃO PAULINO DA SILVA	SUPLENTE	PRODUTORES RURAIS DO LIMPO GRANDE
NIVALDO PONCIANO COELHO	TITULAR	EMPAER
GISLAINE RIBEIRO DA SILVA ARAUJO	SUPLENTE	EMPAER
JAIRO ANTÔNIO DA SILVA BORGES	TITULAR	ASSO. AGRICOLA DO FORM. P. BOA VISTA
ROSINHA CAVALARI SANDOVAL	SUPLENTE	ASSO. AGRICOLA DO FORM. P. BOA VISTA
GLEICE MAIARA ARAÚJO BARBOSA	TITULAR	CREA-VG
KAMILA BARROS BONFIM	SUPLENTE	CREA-VG
DANILO RIBEIRO DO COUTO	TITULAR	INDEA-MT
KELEN REGINA MALHADO DE SIQUEIRA	SUPLENTE	INDEA-MT
MAGDA DA FONSECA CHAGAS	TITULAR	SEAF
INDIRA MESSIAS NASSER	SUPLENTE	SEAF
JOÃO ADELSON SANTANA JUNIOR	TITULAR	MAPA
ADRIANA QUIXABEIRA MACHADO	SUPLENTE	MAPA
MATEUS BARBIZAN	TITULAR	SICREDI
DIEGO DOS SANTOS SOUZA	SUPLENTE	SICREDI
GISLENE APARECIDA PEPERARIO	TITULAR	BANCO DO BRASIL
MICHEL MANSHO	SUPLENTE	BANCO DO BRASIL

CÉLIO DOS SANTOS SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

VÁRZEA GRANDE – MT

JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO

ASSESSOR JURÍDICO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2021

CONTRATADA: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA – ME

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de manutenção/operação e a evolução tecnológico-funcional do GSAN (software livre do ministério de desenvolvimento regional) sistema integrado de gestão de serviços de saneamento, incluindo-se o GEOSAN (software livre do ministério de desenvolvimento regional) sistema de geor-

referenciamento, com a, implantação, migração, manutenção, customização, treinamento, suporte técnico assistido e suporte técnico online, além de módulo de recebimento via cartão débito/crédito à vista/crédito a prazo e de pagamentos on-line, para prover aos clientes do DAE/VG o meio de pagamentos por meio eletrônico (on-line);

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Constitui objeto deste 1º Termo Aditivo referente à prorrogação de prazo por 12 (doze) meses, com valor global de **R$ 959.954,00 (novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais),** conforme amparo legal da Lei de Licitação. A vigência do presente termo vigorará entre o período de **24/09/2022 a 24/09/2023** ou até que seja homologado o novo certame.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 23/09/2022

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

VÁRZEA GRANDE, 03 DE OUTUBRO DE 2022.

Várzea Grande, 03 de outubro de 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMDEMA-VG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem a Lei Nº 3.546, faz saber que dia 13 de outubro de 2022 as 14:00, será realizada na sede da SEMMADRS, reunião Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Várzea Grande – COMDEMA, com a seguinte pauta.

1. Apresentação por parte da Empresa GINCO, do plano de Manejo do Parque Tanque do Fancho;

2. Assuntos de ordem geral.

Senhores Conselheiros, membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, do Município de Várzea Grande/MT.

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO COMDEMA	INSTITUIÇÃOS
CÉLIO DOS SANTOS	TITULAR	SEMMADRS
ICARO GIBRAN REVELES DE ANDRADE	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL
BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA	TITULAR	SMVO
JOÃO PAULO LANA PASINATO	SUPLENTE	SMVO
AMANDA CAROLINA LÉ DE ALMEIDA	TITULAR	SMS
LUIZ MARCOS GUIMARAES PATINI	SUPLENTE	SMS
KASSIA RABELO SILVA	TITULAR	PROCURADORIA GERAL
THIAGO COELHO DA CUNHA	SUPLENTE	PROCURADORIA GERAL
YASMIN HEVELIN LARA DE ARAUJO GANAES	TITULAR	DAE
CARLOS CESAR BARROS PEREIRA	SUPLENTE	DAE
HERMES GONÇALVES FERREIRA	TITULAR	SMDUET
ANA CAROLINA SOARES DE SOUSA	SUPLENTE	SMDUET
VALQUIRIA PEREIRA DE BARROS	TITULAR	ASSCAVAG
JOANA FATIMA DE PAULA	SUPLENTE	ASSCAVAG
ADRIANO FLORES GALINDO	TITULAR	ACIVAG
JOSENIL RODRIGUES DE OLIVEIRA	SUPLENTE	ACIVAG
CLAIDO CELESTINO BATISTA	TITULAR	UNIVAB
OSMAR MILAN CAPILÉ	SUPLENTE	UNIVAB
KELLY DAYANA BENEDET MAAS	TITULAR	UNIVAG
WILLIAM DE OLIVEIRA ROCHA	SUPLENTE	UNIVAG
GISELE GAUDENCIO ALVES DA SILVA	TITULAR	OAB
SAMUEL RICHARD DECKER NETO	SUPLENTE	OAB
KAMILA BARROS BONFIM	TITULAR	CREA
LUCAS FERREIRA KEUNECKE	SUPLENTE	CREA
CARLOS ALBERTO ZINIANI	TITULAR	FEDERAÇÃO NACIONAL DE PEQUENOS CONSTRUTORES
DENNER DIEGO SILVA DE FIGUEIREDO	SUPLENTE	FEDERAÇÃO NACIONAL DE PEQUENOS CONSTRUTORES

Certos de contarmos com a costumeira colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente;

Célio dos Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMVG-MT

Jean Lucas Teixeira de Carvalho

Assessor Jurídico COMDEMA

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº268/2022

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto – DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Complementar nº1.164/91,que dispõe em seu art.85;

RESOLVE:

Conceder períodos de férias regulamentadas, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor: **Marcelo Silva da Guia**

Matricula: 564

Cargo: Operador de Faturamento

Lotação: Depto Comercial

Período Aquisitivo: **2027.2018**

Período do Gozo: **03.10 a 01.11.2022** (30 dias).

Publique-se, Registre-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de Outubro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 267/2022

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, criado pela LEI N°1733/1997 e alterada pela LEI N°1866/1998 no desempenho das suas atribuições legais.

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 129 da Constituição federal;

Considerando o **Edital n° 001/2017 DAE/VG**, que dispõe sobre o concurso Público desta Autarquia, publicado no Diário oficial do Estado de Mato Grosso de 08 de junho de 2017**;**

Considerando a Homologação do Resultado Final do Concurso Público, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 14 de setembro de 2017, e, cumpridos os requisitos da Lei n°1164/91 Artigo 25,§1° do que institui o estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Estabilidade no serviço público por Concurso Público n°001/2017. Após cumprido o Estágio Probatório de 3 (três) anos desde o dia 01 de outubro de 2022.

Matrícula – 720

Servidor – MATHAUS GUTIERREZ MEDEIROS

Data – 01/10/2019

Cargo–AGENTE DE SANEAMENTO/OPER.ESTAÇÃO DE TRATAMENTO ÁGUA/ESGOTO .

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de 03 outubro de 2022.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de Outubro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente

ATO Nº400/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº838020/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Mona Carvalho de Sousa Marques matricula nº 86712 do cargo em Concurso de Técnico Desenvolvimento Econômico e Social –Gestor Público,da Secretaria Municipal de Assistência Social com efeito retroativo,a partir de 03 de outubro de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 03 de outubro de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 269/2022

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2021 – LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA – ME – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021/DAEVG, PROCESSO 042/2021.

Objeto: O presente Termo Aditivo é a Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, com valor global de R$959.954,00 (novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), conforme amparo legal da Lei de Licitação. A vigência do presente termo vigorará entre o período de 24/09/2022 a 24/09/2023 ou até que seja homologado o novo certame.

Fiscal: Alessandro Macaúbas Leite de Campos

RG n.º: 13167995 SSP/SP **CPF n.º:** 946.029.481-20

End.º: Rua Carmin Miranda, nº 508 **Bairro:** Costa Verde

Matrícula n.º: 2.361 **Cidade:** Várzea Grande – MT

Suplente de Fiscal: Mario Sales Rodrigues Junior

RG N. º: 829968 SSP/MT **CPF N. º:** 567.211.531-49

END.º: Qd: 74, nº 04 **Bairro:** Canellas

Matricula N.º: 2.370 **Cidade:** Várzea Grande/MT

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de outubro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 091/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e o credenciado GILMENDES GONÇALVES DE ASSIS 01257845110, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de Pedreiro, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Chamamento/Credenciamento N.º 002/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: **GILMENDES GONÇALVES DE ASSIS 01257845110, CNPJ: 46.661.274/0001-22,** domiciliado na Rua Projetada, s/n, Centro, Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, CEP: 78.245-000, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de **CREDENCIAMENTO N.º 002/2022**, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a contratação do **CREDENCIADO**, na condição de pessoa jurídica, para atuar como Pedreiro conforme planilha do setor de engenharia (em anexo), para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado

O Setor de Engenharia através da C. I. nº. 34/2022, comunica o Setor de Licitações e Contratos quanto ao quantitativo de diárias necessárias para confecção de tijolo paver e duas tampas para fossa.

Para a execução destes serviços estima-se uma quantidade de 46 (quarenta e seis) diárias. Sendo cada diária calculada em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão 09 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

Unidade 01 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

2.047- Manutenção do Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 255/500

R$ 6.900,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente contrato se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, constante no Termo de Referência vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais:

Pedreiro: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Nos preços computados neste contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de **R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)**, sendo R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por diária, até o limite estipulado no Plano de Trabalho redigido pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O valor do contrato será fixo e irreajustável por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CONTRATADO encaminhará à Secretaria de Finanças, após cada período mensal de prestação de serviços, as respectivas Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas do termo de prestação definitivo do serviço, a ser fornecido pelo Fiscal de Contrato.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrega das Notas Fiscais/Faturas no protocolo do órgão indicado no caput desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais/Faturas poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

§ 3.º As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 46 (quarenta e seis) dias a contar de sua assinatura, com vigência estimada até o dia **02 de novembro de 2022**, consoante definido no Plano de Trabalho em anexo para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

a) atender às solicitações da Secretaria de Obras deste Município, executando os serviços com presteza e eficiência;

b) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

c) responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

d) manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme previsto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

a) expedir as ordens de prestação dos serviços;

b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;

c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;

e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 386/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º Os dias não trabalhados serão descontados do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 002/2022 e seus anexos;

b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.

2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e das demais normas regulamentares pertinentes.

3. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 25 de agosto de 2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**GILMENDES GONÇALVES DE ASSIS 01257845110** **CNPJ: 46.661.274/0001-22** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 094/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e o credenciado MAYKON DOUGLAS MATUCARI NETO 04405379165, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de Pedreiro, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Chamamento/Credenciamento N.º 002/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: **credenciado MAYKON DOUGLAS MATUCARI NETO 04405379165, CNPJ: 44.730.300/0001-00,** domiciliado na Travessa Luiz de Albuquerque de Melo e Cáceres, s/n, Centro, Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, CEP: 78.245-000, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de **CREDENCIAMENTO N.º 002/2022**, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a contratação do **CREDENCIADO**, na condição de pessoa jurídica, para atuar como Pedreiro conforme planilha do setor de engenharia (em anexo), para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado

O Setor de Engenharia através da C. I. nº. 29/2022, comunica o Setor de Licitações e Contratos quanto ao quantitativo de diárias necessárias para execução de demolição e construção da área definida em projeto, escavação da fundação, confecção das armaduras e concretagem das sapatas do Centro Educacional Chapeuzinho Vermelho.

Para a execução destes serviços estima-se uma quantidade de 327 (trezentos e vinte e sete) diárias. Sendo cada diária calculada em R$ 49. 050,00 (Quarenta e nove mil e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0153 - Manutenção da Secretaria Mun. Educação

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 102/500

R$ 49.050,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente contrato se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, constante no Termo de Referência vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais:

Pedreiro: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Nos preços computados neste contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de **R$ 49.050,00 (Quarenta e nove mil e cinquenta reais)**, sendo R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por diárias, até o limite estipulado no Plano de Trabalho redigido pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O valor do contrato será fixo e irreajustável por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CONTRATADO encaminhará à Secretaria de Finanças, após cada período mensal de prestação de serviços, as respectivas Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas do termo de prestação definitivo do serviço, a ser fornecido pelo Fiscal de Contrato.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrega das Notas Fiscais/Faturas no protocolo do órgão indicado no caput desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais/Faturas poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

§ 3.º As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 46 (quarenta e seis) dias a contar de sua assinatura, com vigência estimada até o dia **23 de agosto de 2023**, consoante definido no Plano de Trabalho em anexo para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

a) atender às solicitações da Secretaria de Obras deste Município, executando os serviços com presteza e eficiência;

b) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

c) responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

d) manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme previsto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

a) expedir as ordens de prestação dos serviços;

b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;

c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;

e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 389/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º Os dias não trabalhados serão descontados do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 002/2022 e seus anexos;

b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.

2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e das demais normas regulamentares pertinentes.

3. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 30 de setembro de 2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**MAYKON DOUGLAS MATUCARI NETO 04405379165** **CNPJ: 44.730.300/0001-00** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 067/ 2022

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 067/2022, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de locação de equipamentos recreativos e tendas, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	R$ 310.736,00

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 03 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 095/2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E A EMPRESA INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA - ME PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO, OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 062/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa a empresa a **INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Cuiabá/MT, na Rua Rondonópolis, quadra 11 n.16, bairro CPA II, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.247.245/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio proprietário Senhor **Edvaldo Marques da Silva**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade sob o RG n. 079.771-31, e do CPF n. 820.093.681 – 34, denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos do Edital de **Pregão Presencial n. 062/2022**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cessão de uso, não exclusivo, de software integrado para a gestão em saúde pública, com licenças ilimitadas de usuários, que permitam a execução e controle das atividades operacionais de saúde pública, exercidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Incluindo na licença de uso dos mesmos, a prestação de serviços técnicos de implantação dos sistemas (com conversão de dados), treinamento de usuários, suporte técnico e manutenção, mediante a execução das atividades descritas no Termo de Referência, do edital de **Pregão Presencial n. 062/2022** que se torna parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, sendo disponibilizados os sistemas abaixo relacionados:

Item	Descrição
01	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS
02	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - GESTÃO DE SAUDE PUBLICA MUNICIPAL NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE).
03	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - GESTÃO DE SAÚDE PUBLICA MUNICIPAL, SENDO NA ATENÇÃO BÁSICA
04	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE SAÚDE PUBLICA, COM PAINEL DE INDICADORES DO PREVINE BRASIL.
05	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE SAÚDE PUBLICA, SENDO NA GESTÃO LABORATORIAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **Pregão Presencial n. 062/2022**, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal n° 033/2013, e na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1 – O regime de execução dos serviços, na forma da Lei é o de execução indireta na modalidade de prestação de serviços por preço global, nos termos estatuídos pelo Art. 6º, Inciso VIII, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.2 - A supervisão dos serviços estará a cargo de funcionários credenciados pelo CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços realizados, bem assim o acompanhamento de toda execução do contrato pertinente a Secretaria Municipal de Administração e Finanças será realizada pelo respectivo Fiscal, designado através da **Portaria n. 390/2022.**

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço mensal do licenciamento dos sistemas contratados é **R$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)** a serem pagos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação das notas fiscais e boletos bancários, que totaliza o montante de **R$ 139.200,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos reais).** Será pago em parcela única o valor da conversão de dados, implantação e treinamento no valor total de **R$ 12.000,00** (doze mil reais), totalizando o valor do contrato em **R$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais).**

4.2 A CONTRATADA emitirá nota fiscal e boleto bancário referente à prestação dos serviços executados, sempre que houver solicitação de serviços pelo CONTRATANTE.

4.3. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado, caso haja.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, obedecendo aos limites estabelecidos no art. 65, §1º da Lei Federal 8.666/93.

5.2 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, I, II e alíneas da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

5.3 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SEXTA– DO REAJUSTE

Os preços contratados poderão ser reajustados, a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, pelo INPC ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, hipótese em que será aplicado ao preço global, constante do contrato, o respectivo índice de majoração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E PRORROGAÇÕES

7.1 O prazo para execução dos serviços é de até 03 (três) dias a partir da data da emissão da Ordem de Serviços.

7.2 - A Contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

7.3 - O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante nos termos do item 7.2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

7.4 - O prazo para assinatura do Contrato pelo licitante vencedor será de 3 (três) dias contados da data da notificação, sujeitando-se o infrator às sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93.

7.5 A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação do prazo se verificar interrupção do fornecimento determinando por:

a) ato do CONTRATANTE

b) caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA OITAVA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

8.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

8.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

8.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato terá inicio em **30 de setembro de 2022** até **30/09/2023**, admitida à prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados no formato **.TXT, .CSV/.XLSX** ou qualquer outro solicitado pelo CONTRATANTE, quando eventualmente requisitada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

08 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde

2.0210 – Manutenção do Programa Saúde da Família

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 238/600

R$ 151.200,00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

12.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;

c) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

d) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

e) Controlar e documentar as ocorrências havidas;

f) Fiscalizar, por intermédio do fiscal de contrato do Gabinete do Prefeito, o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

g) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).

h) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).

i) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:

1. Assegurar a configuração mínima adequada da máquina.

2. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento do CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

12.2 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Prestar a execução do contrato na forma ajustada, os serviços que não forem executados de acordo com as normas estabelecidas serão rejeitados, arcando a CONTRATADA com todos e quaisquer ônus decorrentes da rejeição, inclusive prazos e despesas;

b) A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste instrumento todas as condições e obrigações de habilitação exigidas no Edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;

c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;

d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às

e) obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

g) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

h) Observar todos os critérios para a execução dos serviços de acordo com o Termo de Referência, parte integrante deste.

i) Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha, perca de dados ou outra ocorrência.

J) Disponibilizar backup para a CONTRATANTE, sempre que solicitado, com prazo máximo de 3 (três dias) úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções a seguir relacionadas:

13.1.1 - advertência;

13.1.2 - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), até o máximo de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

13.1.3 - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

13.1.4 Ficará impedida de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

13.2.1 - comportar-se de modo inidôneo;

13.2.2 - fizer declaração falsa;

13.2.3 - cometer fraude fiscal;

13.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições anteriores:

13.3.1 - pela não apresentação de situação regular, no ato de assinatura e no decorrer do contrato;

13.3.2 - pela recusa injustificada em assinar o contrato; 13.3.3- pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

13.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93. 13.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

14.1 Este contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, sempre fazendo um equilíbrio entre o físico e financeiro ou desde que haja conveniência para a Administração.

14.2 Na hipótese da empresa paralisar os trabalhos por prazo superior a cinco (05) dias consecutivos, sem justificativa.

14.3 Quando ocorrer desvio das especificações por parte da CONTRATADA, ou prestar informações inverídicas à fiscalização.

14.4 Na hipótese da empresa contratada entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência;

14.5 No caso de rescisão, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento dos serviços realizados.

14.6 – A rescisão do presente Contrato poderá ser: Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura. Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei n º 8.666/93. Judicial – nos termos da legislação processual.

14.7 O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o, prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

15.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei 8666 de 21.06.93, fica assegurada à Prefeitura a prerrogativa de:

I) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;

II) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) fiscalizar-lhe a execução dos serviços;

IV) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

16.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

16.4 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% - (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea "b" do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz do Edital do **Pregão Presencial n. 062/2022**, do Termo de Referência do referido Edital, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem ajustados, assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), 30 de setembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN Prefeito Municipal CONTRATANTE	**INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA – ME** CNPJ/MF sob o n. 11.247.245/0001-16, **Edvaldo Marques da Silva** RG n. 079.771-31 CPF n. 820.093.681 – 34

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 2072 / 2022

PREGÃO PRESENCIAL N. 066/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO PARA ORNAMENTAÇÃO DE EVENTOS.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	966.290,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 03 de outubro de 2022.

DECRETO N.º 080/2022.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores, relacionados abaixo, para a composição do Conselho Municipal da Alimentação Escolar – CAE, para o quadriênio de 10/2022 a 10/2026, com as devidas representações, de acordo com a Resolução/FNDE n.º 6, de 08 de maio de 2020.

1 – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS:

a)

Titular: Jaqueline Francisca Melo Albino	CPF: 057.145.721-57
Suplente: Elias Oliveira Delabenetti	CPF: 824.716.221-00

b)

Titular: Priscila Petronília Araújo	CPF: 921.638.741-68
Suplente: Adriana Amorim Leandro	CPF: 929.893.491-20

2 – REPRESENTANTES DE DOCENTE, DISCENTES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO:

a)

Titular: Gleycilene da Silva Rodrigues	CPF: 029.920.791-97
Suplente: Edina José da Costa	CPF: 026.933.401-79

b)

Titular: Denildo da Silva Costa	CPF: 002.807.571-40
Suplente: Dauranilce Leite Mendes	CPF: 876.458.401-10

3 – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

a)

Titular: Nezildo Carvalho da Silva	CPF: 010.750.191-09
Suplente: Gézio de Jesus	CPF: 004.382.341-62

4 – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a)

Titular: Sidimar Otaviano de Oliveira	CPF: 571.339.131-00
Suplente: Francisco Cirilo Gomes	CPF: 895.586.421-34

b)

Titular: Rosa Palachai	CPF: 526.420.202-82
Suplente: Graça Sandra Santos	CPF: 544.912.741-34

Art. 2º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante prestado à municipalidade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 391, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO/NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO N. 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.**

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público em 21 de novembro de 2018, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso* do dia 22 de novembro de 2018 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

CONSIDERANDO a disposição do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1.988;

CONSIDERANDO ainda o disposto no "Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade" (Lei 424/1992), em especial o art. 16, que regulamenta a posse e exercício no cargo público;

RESOLVE:

Art. 1°. Convocar os candidatos aos cargos elencados no Anexo I desta Portaria, obedecido à ordem de classificação, a comparecer no Setor de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, localizada na Rua Dr. Mario Correa, n. 452, Centro, no período das **07h00m às 11h00m**, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias a partir da data da publicação desta Portaria, para apresentar os documentos exigidos, e posteriormente serem empossados no cargo público.

Art. 2º. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

Parágrafo único. É a partir do exercício que o servidor fará jus à percepção da remuneração pelo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º. A nomeação é realizada exclusivamente no Regime Estatutário, e **a** jornada de trabalho é aquela definida no Edital do Concurso.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS do mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I

PORTARIA N. 391/2022

AGENTE ADMINISTRATIVO:

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
327127	KARINE ALMEIDA SILVA	21/11/1996	16,0	12,0	8,0	16,0	52,0	23

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 03 de Outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 008/2022 TOMADA DE PREÇOS N. 001/2022

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa: **PAV FORT LTDA**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00.

CONTRATADA: PAV FORT LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº **40.016.630/0001-79**, estabelecida na Av. São Paulo, N. 2610, Centro, sala 03, CEP: 78.285-000, São José dos Quatro Marcos - MT.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica, drenagem profunda e superficial, sinalização e calçada do bairro Jd. Aeroporto no Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, referente ao termo de convênio nº 0565-2021/SINFRA.

JUSTIFICATIVA: Para viabilizar a conclusão da obra, conforme o contido no Termo de Autorização para Aditivo, de 20 de setembro de 2022, emitido pelo **Prefeito Municipal Jacob André Bringsken**, anexo ao Relatório Técnico de Engenharia n. 06/2022/SE/PMVBST.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O prazo de **VIGÊNCIA** e de **EXECUÇÃO**

Vigência do Contrato: Por mais 180 (cento e oitenta) dias, a findar no dia 12 de maio de 2023.

Execução da Obra: Por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a findar no dia 09 de fevereiro de 2023

CLAUSULA SEGUNDA – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de setembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**PAV FORT LTDA** CNPJ: 40.016.630/0001-79 Sra. Maria Cristina Perazza Tamborrino RG nº 15. 594.207-4, SSP/SP CPF nº 065.574.388-08 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA CPF: 024.962.811-29	ALESSANDRO S. DE SOUZA CPF: 972.790.991-49
R.G: 2.012.051-6 SSP/MT	R.G: 14.6053-76 SSP/MT

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 066/2022

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 066/2022, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual serviço de locação para ornamentação de eventos, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	966.290,00

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 03 de outubro de 2022.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 065/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2022, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022, DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa: **AUTOCAR COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, CNPJ: 07.137.068/0001-66**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00.

CONTRATADA:AUTOCAR COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, CNPJ: 07.137.068/0001-66**,** com sede na cidade deCanarana - MT, na Avenida Rio Grande do Sul, 154, Bairro centro, CEP: 78.640-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Augusto Costa Pereira de Souza, portador da Cédula de Identidade N. 700.554 SSP/MT e CPF N. 604.212.151-00**.**

OBJETO: Aditivar o contrato para aquisição de veículo tipo pick-up adaptado para ambulância.

JUSTIFICATIVA: Reequilibrar os valores contratados para viabilizar a aquisição, conforme o contido na Comunicação Interna n. 1592/2022, de 12 de setembro de 2022, em anexo.

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica aditado ao Contrato nº **065/2022** o valor de **R$ 41.533,32** *(quarenta e um mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos)*.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

08 – Secretaria Municipal de Saúde

02 – Fundo Municipal de Saúde

1.0288– Aquisição Ambulâncias

4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente

Ficha: 240/1.621

R$ 41.533,32

CLAUSULA TERCEIRA – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 27 de setembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**AUTOCAR COMERCIO DE VEICULOS EIRELI** **CNPJ:** 07.137.068/0001-66 **Sr. Carlos Augusto Costa Pereira de Souza** RG: N. 700.554 SSP/MT CPF N. 604.212.151-00 **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA CPF: 024.962.811-29	ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA CPF: 972.790.991-49
R.G: 2.012.051-6 SSP/MT	R.G: 14.6053-76 SSP/MT

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 066/2022

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 066/2022, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual serviço de locação para ornamentação de eventos, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	966.290,00

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 03 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 026/2022

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2022

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa: **NS CONSTRUTORA LTDA-ME**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Se-

nhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00.

CONTRATADA: NS CONSTRUTORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curvelândia-MT, na Rua Portugal, 2665, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob nº **14.039.081/0001-48**.

OBJETO: Reforma do piso da quadra poliesportiva no complexo Melânio, localizada na rua Cel. Ricardo Franco, esquina com a rua vereador Ênio Fernandes Leite, Quadra 34, Centro - Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

JUSTIFICATIVA: Para viabilizar a conclusão da obra, conforme o contido no Parecer Jurídico n. 253, de 23 de setembro de 2022, anexo ao Relatório Técnico de Engenharia n. 012/2022/SE/PMVBST.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O prazo de **VIGÊNCIA** e de **EXECUÇÃO** passarão a ser de 30 (trinta) dias para execução e 30 (trinta) dias para a vigência, encerrando-se o prazo de execução em **20/10/2022** e o de vigência em **19/12/2022**.

CLAUSULA TERCEIRA – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de setembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**NS CONSTRUTORA LTDA – ME** CNPJ: 14.039.081/0001-48 Sr. Adilson Pereira de Mendonça RG nº 10828982, SJ/MT CPF nº 001.384.851-86 **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA CPF: 024.962.811-29	ALESSANDRO S. DE SOUZA CPF: 972.790.991-49
R.G: 2.012.051-6 SSP/MT	R.G: 14.6053-76 SSP/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 044/2022

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa: **AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA, CNPJ:** 35.266.554/0001-10, na forma abaixo:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00.

CONTRATADA:AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Cuiabá - MT, na Av. Governador José Teixeira, n. 786, bairro Novo Porto Velho, inscrita no CNPJ: 35.266.554/0001-10, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Adélio Barofaldi**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.335.952, expedida pela SSP/PR, e do CPF sob o nº 251.732.519-72**.**

OBJETO: Aditivar o contrato para prestação de serviços de manutenção automotiva preventiva com fornecimento de peças, para os veículos da linha Mitsubishi em garantia

JUSTIFICATIVA: Reequilibrar os valores contratados para viabilizar a prestação de serviços, conforme o contido na Comunicação Interna n. 415/2022, de 23 de setembro de 2022, em anexo.

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica aditado ao Contrato nº **044/2022** o valor de **R$ 449,42** *(quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).*

CLÁUSULA SEGUNDA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

12 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

03– Fundo Municipal de Assistência Social

1.20247– Manutenção das atividades do CRAS

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Ficha: 350/1500/1660

R$ 449,42

CLAUSULA TERCEIRA – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 03 de novembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA** **CNPJ: 35.266.554/0001-10** Sr. Adélio Barofaldi RG nº 1.335.952, SSP/PR **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA CPF: 024.962.811-29	ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA CPF: 972.790.991-49
R.G: 2.012.051-6 SSP/MT	R.G: 14.6053-76 SSP/MT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 2073/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. 067/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E TENDAS.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	310.736,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 03 de outubro de 2022.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 067/2022

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 067/2022, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de locação de equipamentos recreativos e tendas, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
W S GRANZOTO	24.709.801/0001-9	R$ 310.736,00

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 03 de outubro de 2022.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 092/2022

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS RESIDENCIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/ MT E A APARECIDO DONIZETE MOURÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e, de outro lado, **APARECIDO DONIZETE MOURÃO**, portador da Cédula de Identidade nº 2662012-0 expedida por SSP/MT inscrita no CPF/MF sob o nº 329.574.081-04, doravante denominada simplesmente **LOCADOR(A)**, e de acordo com as formalidades constantes no processo da licitação na modalidade de **Credenciamento nº 004/2022**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto deste contrato de locação é o imóvel residencial, situado à Rua Julião Leite de Brito, s/n, centro de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para a Sra. Bruna Carolina dos Santos Grugel, que se encontra em situação de vulnerabilidade, conforme C.I. n. 380/2022 e Parecer Social.

Parágrafo Único - A presente contratação decorre da **Credenciamento nº 004/2022,** que teve por objeto a locação de Imóveis para aluguel social para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, necessária à Execução dos Benefícios Eventuais, destinados ao alojamento de famílias em Situação de Vulnerabilidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da locação do imóvel objeto do presente contrato se inicia na data de sua celebração, e término **em 13 de março de 2023,** independentemente e aviso, notificação ou interpelação judicial ou mesmo extrajudicial.

CLÁUSULA TERCEIRA - O aluguel mensal da locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira será de **R$ 500,00 (quinhentos reais)**, valor este fixado por ocasião da Credenciamento nº 004/2022, com valor total de **R$: 3.000,00 (três mil reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato obriga os contratantes a comprovar a posse do imóvel através de escritura ou contrato de compra e vende, no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA - O MUNICÍPIO obriga-se a conservar o imóvel locado e a realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos a que o beneficiário dos Benefícios Eventuais der causa, desde que não provenientes de seu uso normal, bem como a restituí-lo, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme vistoria realizada no início da locação, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal.

Parágrafo Único - Obriga-se o LOCADOR a executar as reparações de que venha a necessitar o imóvel locado, destinadas a repor o mesmo nas condições de habitabilidade, segurança e higiene.

CLÁUSULA SEXTA - O imóvel locado poderá ser utilizado por qualquer beneficiário dos Benefícios Eventuais

CLÁUSULA SÉTIMA - O LOCADOR será responsável por todos os tributos incidentes sobre o imóvel, arcando também com as despesas provenientes de ligação de energia ou água a serem pagas diretamente às empresas concessionárias dos referidos serviços.

Parágrafo Único - Obriga-se beneficiário dos Benefícios Eventuais, ao pagamento das tarifas de consumo de energia e água referente ao período em que estiver residindo no imóvel objeto do presente contrato de locação.

CLÁUSULA OITAVA: O LOCATÁRIO declara receber o imóvel em perfeito estado de conservação e perfeito funcionamento devendo observar o que consta no termo de vistoria.

CLÁUSULA NONA: O LOCATÁRIO declara que o imóvel ora locado, destinasse única e exclusivamente para atendimento dos Benefícios Eventuais.

CLÁUSULA DÉCIMA: O LOCATÁRIO não poderá sublocar, transferir ou ceder o imóvel, sendo nulo de pleno direito qualquer ato praticado com este fim sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: É facultado ao LOCADOR vistoriar, por si ou seus procuradores, sempre que achar conveniente, para a certeza do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, desde que haja prévio agendamento junto ao LOCATÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, sujeita o infrator à multa de duas vezes o valor do aluguel, tomando-se por base, o último aluguel vencido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 388/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para o ano de 2022, a cargo da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, através das seguintes fontes:

Órgão 12 – Secretaria Mun. Ação Social

Unidade 03 – Fundo Mun. De Assistência Social

2.0240 – Manutenção da Assistência Social

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 337/500 – 352/660/500

R$: 3.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Para dirimir as questões decorrentes do presente **Contrato**, não resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da **Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente **Contrato de Locação**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só

efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 13 de setembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

CONTRATANTE

APARECIDO DONIZETE MOURÃO

RG: nº 2662012-0 SSP/MT

CPF/MF sob o nº 329.574.081-04

Contratada

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 093/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e o credenciado CARLOS JULIO VARGAS 32580916253, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de Pedreiro, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Chamamento/Credenciamento N.º 002/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: **credenciado CARLOS JULIO VARGAS 32580916253, CNPJ: 46.840.226/0001-00,** domiciliado na Rua Projetada, s/n, Centro, Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, CEP: 78.245-000, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de **CREDENCIAMENTO N.º 002/2022**, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a contratação do **CREDENCIADO**, na condição de pessoa jurídica, para atuar como Pedreiro conforme planilha do setor de engenharia (em anexo), para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado

O Setor de Engenharia através da C. I. nº. 37/2022, comunica o Setor de Licitações e Contratos quanto ao quantitativo de diárias necessárias para execução de serviços de calçadas e adequação da rede hidrossanitária do Centro Educacional Tia Nastácia.

Para a execução destes serviços estima-se uma quantidade de 125 (cento e vinte e cinco) diárias. Sendo cada diária calculada em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão 09 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

Unidade 01 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

2.047- Manutenção do Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 255/500

R$ 18.750,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente contrato se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, constante no Termo de Referência vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais:

Pedreiro: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Nos preços computados neste contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de **R$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)**, sendo R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por diárias, até o limite estipulado no Plano de Trabalho redigido pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O valor do contrato será fixo e irreajustável por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CONTRATADO encaminhará à Secretaria de Finanças, após cada período mensal de prestação de serviços, as respectivas Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas do termo de prestação definitivo do serviço, a ser fornecido pelo Fiscal de Contrato.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrega das Notas Fiscais/Faturas no protocolo do órgão indicado no caput desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais/Faturas poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

§ 3.º As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 46 (quarenta e seis) dias a contar de sua assinatura, com vigência estimada até o dia **11 de janeiro de 2023**, consoante definido no Plano de Trabalho em anexo para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

a) atender às solicitações da Secretaria de Obras deste Município, executando os serviços com presteza e eficiência;

b) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

c) responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

d) manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme previsto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

a) expedir as ordens de prestação dos serviços;

b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;

c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;

e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 387/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º Os dias não trabalhados serão descontados do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 002/2022 e seus anexos;

b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.

2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e das demais normas regulamentares pertinentes.

3. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 09 de setembro de 2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**CARLOS JULIO VARGAS 32580916253** **CNPJ: 46.840.226/0001-00** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 192/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 965751

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, industrializados e hortifrutigranjeiros, de forma fracionada e de acordo com a demanda, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste município.

REALIZAÇÃO: 19/10/2022

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 03 de Outubro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
PORTARIA Nº 360/2022

DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

ABMAEL BORGES SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ROSANGELA MARQUES POSCA,** inscrita no CPF nº 432.476.101-97 e portadora do RG sob o nº 0539970-0 SSP/MT, para atuar como fiscal do contrato nº 072/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto dos termos contratuais realizados para contratação de empresa especializada em locação de brinquedos infláveis para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer, que acontecerá no dia 14 de outubro no centro de Vila Rica MT.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 396/2022

DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

ABMAEL BORGES SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **PABLYNE EDUARDA SOUZA E SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 756.744.911-00, para atuar como fiscal do contrato nº 078/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto dos termos contratuais realizados para contratação de empresa especializada em ministrar curso completo sobre a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 com ênfase no planejamento anual de contratações, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 047/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 047/2022

PROCESSO 190/2022

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 14.133/2021 art. 75 inc. II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviço e consultoria, capacitação e treinamento para os serviços públicos municipal E-social e REINF. *A empresa contratada será a empresa* **MINERVA CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA** *inscrita no CNPJ* 31.668.903/0001-79*, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).* ***Ratifico****, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações, o despacho da C.P.L e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.*

Vila Rica, 03 de Outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

GABINETE
PORTARIA Nº 397/2022

DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º Designa a Servidora MARIA ESTER INÁCIO DE MELO, matricula nº 808 e como suplente o servidor JOELITON SANTOS MACHADO,matrícula nº 711, para atuar como fiscais do contrato 079/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, realizados para locação de espaço fechado, com palco e salão/auditório, com cozinha e cantina, instalações sanitárias, para realização do evento Projeto “Pense Antes” a pedido da secretaria de Educação entre os dias 19 a 22 de Outubro de 2022.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 401/2022

DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomeiaa Sr.ª **DAIANA NASCIMENTO MILHOMEM** portadora do CPF sob o nº 052.987.281-11,para o cargo de **Chefe de Seção de Compras e Contratações Diretas**, com as atribuições descritas e gratificação previstas na Lei Municipal nº 598/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 399/2022

De 01 de Outubro de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais em especial ao exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/2008.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora MARIA JOSE PEREIRA DOURADO, matrícula nº 2370 lotada na Secretaria de Educação no cargo de AGTE DE LIMPEZA ESCOLAR, conforme resultado de perícia médica a partir de 29/09/2022 a 31/12/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 29/09/2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 385/2022

DE 21 DE SETEMBRO DE 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º Designa a servidora MARIA ESTER INÁCIO DE MELO, matricula nº 808,para atuar como fiscal dos contratos referente à Chamada de Compra Pública nº 001/2022, Processo Licitatório nº 160/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, realizados para o credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 166/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 959353

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Eletrônico nº 094/2022, cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Enxovais para atender ao projeto “Mãe Coruja”, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo. A Empresa Papelaria Universal Eireli, o atestado de capacidade técnica apresentado não compreende com objeto licitado. A empresa Daru Industria Textil Ltda, não anexou a declaração conforme anexo 06 do edital, diante disso o processo foi fracassado.

Vila Rica – MT, 03 de Outubro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
PORTARIA Nº 383/2022

DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FABRICIO LINDON SILVA, inscrito no CPF sob o nº 580.805.461-34, para atuar como fiscal do contrato nº 073/2022, celebrado pelo Município de Vila Rica–MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais realizados para a contratação de 01 (um) show artístico com o cantor “Marcynho Sensação” para o Evento de Emancipação Politica e administrativa desta urbe que acontecerá em 12 de Maio de 2023.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

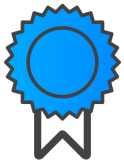
Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Oct 03 22:33:54 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)